



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
Campus de Presidente Prudente

**DA BARRANCA DO RIO PARA A PERIFERIA DOS CENTROS URBANOS: A
TRAJETÓRIA DO MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS FACE ÀS
POLÍTICAS DO SETOR ELÉTRICO NO BRASIL**

ATAMIS ANTONIO FOSCHIERA

PRESIDENTE PRUDENTE
2009

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIAS
CAMPUS DE PRESIDENTE PRUDENTE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

**DA BARRANCA DO RIO PARA A PERIFERIA DOS CENTROS URBANOS: A
TRAJETÓRIA DO MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS FACE ÀS
POLÍTICAS DO SETOR ELÉTRICO NO BRASIL**

ATAMIS ANTONIO FOSCHIERA

ORIENTADOR: ANTONIO THOMAZ JUNIOR

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, para obtenção do grau de Doutor em Geografia, área de concentração Produção do Espaço Geográfico.

**PRESIDENTE PRUDENTE
2009**

F854d Foschiera, Atamis Antonio.
Da barranca do rio para a periferia dos centros urbanos : a trajetória do Movimento dos Atingidos por Barragens face às políticas do setor elétrico no Brasil / Atamis Antonio Foschiera. - Presidente Prudente : [s.n], 2009
xiii, 344 f. :il.

Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia

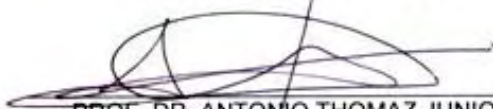
Orientador: Antonio Thomaz Junior

Banca: Guiomar Inez Germani, Luis Antonio Barone, Valdir Aquino Zitzke, Vera Maria Favila Miorin

Inclui bibliografia

1. Movimentos sociais. 2. Movimento dos Atingidos por Barragens. 3. Usinas hidrelétricas. I. Foschiera, Atamis Antonio. II. Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências e Tecnologia. III. Título.


BANCA EXAMINADORA



PROF. DR. ANTONIO THOMAZ JUNIOR,
ORIENTADOR (UNESP/FCT)



PROFA. DRA. GUIOMAR INEZ GERMANI
(UFBA)



PROF. DR. LUIS ANTONIO BARONE
(UNESP/FCT)



PROF. DR. VALDIR AQUINO ZITZKE
(UFT)



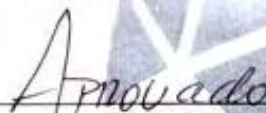
PROFA. DRA. VERA MARIA FAVILA MIORIN
(UFSM)



AFAMIS ANTONIO FOSCHIERA

Presidente Prudente (SP), 26 de fevereiro de 2010.

Resultado:



Dedico

Aos meus pais, Gregório Foschiera e Amélia Brugnera Foschiera.

Aos meus novos sobrinhos, João Gabriel e Marcos André, com quem quase não convivi, mas espero reverter esta situação.

Aos militantes, lideranças e demais integrantes do Movimento dos Atingidos por Barragens.

Aos lutadores e lutadoras do povo.

AGRADECIMENTOS

Depois de rodar milhares de quilômetros pelas rodovias brasileiras, visitar diferentes comunidades, conhecer e conviver com centenas de pessoas, de passar por um acidente no qual o seguro deu perda total no carro e a médica deu perda Zero para mim, e ter sido acometido por uma Trombose Venosa Profunda (TVP), que sequer deixou marcas, tenho muito que agradecer. Fica até difícil agradecer a todos que contribuíram de alguma forma para que eu chegasse ao final desta pesquisa, mas saibam, cada um que contribuiu com uma palavra, um texto, um gesto qualquer, que sou muito grato e me sinto realizado e feliz pela vivência maravilhosa que tive durante a elaboração deste trabalho.

Na trajetória da realização da tese conheci lugares totalmente inusitados para mim, pois para as pessoas que lá viviam eram normais, como a comunidade São Carlos, pertencente ao município de Porto Velho/RO, na qual o único acesso era por barco. A comunidade está localizada na margem esquerda do rio Madeira e tem a sua frente a foz do rio Jamari, na confluência com o rio Madeira. É uma comunidade em que não circula carros, sendo que em seus caminhos apenas circulam pedestres, ciclistas e as motos dos policiais. Foi grande meu espanto na chegada, ao atracar na barranca do rio e perceber que a ambulância do SAMU era uma lancha, como também, de ver passar um barco com muitas crianças e nele estar escrito Transporte Escolar. Mas porque tanto espanto se eu já tinha estudado sobre isto? Isto não era novidade para mim! Realmente, a leitura nos faz viajar, porém, viajar nos faz lermos os locais em outra perspectiva.

Nas andanças, durante os levantamentos de campo, ouvi muitas histórias de caçador e pescador e outras, que eu gostaria que fossem de pescador e caçador, porém eram reais. Histórias de desrespeito aos cidadãos, de violência física e psicológica aos atingidos, histórias de vidas sofridas, e muitos finais de histórias de pessoas idosas que não suportaram mudanças bruscas em suas vidas e acabaram “morrendo de desgosto”, como ouvi em quase todo o lugar que fiz levantamento de campo.

Mas em todos os locais que estive, também ouvi palavras de esperança, de gana por lutar por uma sociedade diferente, conheci pessoas que não se calavam diante de intimidações, que animavam as pessoas para se manterem ativas diante da ferocidade com que eram tratados pelos representantes das empresas construtoras de barragens. Cabe destacar aqui a figura de Dona Maria Guerreira, atingida pela barragem de Manso/MT, que levava a

bandeira do MAB por todo o local por onde andava e, nas suas falas, em qualquer situação, parecia ter um poder sobrenatural que encantava as pessoas.

Ter a dimensão da organização de um movimento nacional não é fácil, mas a vivência com as lideranças do MAB e sua disposição e paciência para falarem do tema, “diminuiu o Brasil” a uma escala de compreensão que facilitou o entendimento sobre o Movimento.

No desenrolar da pesquisa foi ocorrendo uma acumulação de informações e chegou o momento em que percebi um salto qualitativo no meu entendimento, quando estas informações viram conhecimento. Minha passagem por Catalão/GO marcou este momento. Diferentes coisas que li e ouvi a respeito do tema da pesquisa pareciam estarem todas presentes neste único lugar. Tanto pontos positivos como situações questionáveis. Ali conviviam situações que marcaram a gênese do MAB até os debates mais atuais do Movimento e, também, eram feitas críticas construtivas ao mesmo.

Diante do exposto, que dá uma dimensão pelos caminhos que andei na realização desta pesquisa, deixo claro a ideia inicial, de que é impossível agradecer a todos que colaboraram, mas não impede de destacar algumas pessoas e instituições que tiveram uma participação direta para a elaboração desta tese, cada qual a sua maneira e em seu tempo.

Quero destacar, também, que existem algumas pessoas a quem tenho uma eterna gratidão, por terem contribuído em certos momentos da vida, possibilitando chegar até este momento.

Agradeço

À Universidade Federal do Tocantins, instituição que sou professor, por me proporcionar condições para a qualificação profissional;

À Universidade Estadual Paulista, Campus de Presidente Prudente, por ter um curso de Pós-Graduação tão conceituado e dar boas condições de estudos aos seus pós-graduandos;

À CAPES, que por meio da liberação da bolsa de doutorado, teve papel decisivo no desenvolvimento dos levantamentos de campo;

Ao Movimento dos Atingidos por Barragens, pelo apoio incondicional que proporcionou;

Aos meus familiares pelo apoio que sempre manifestaram, mesmo estando distantes;

Aos professores Gláucio Marafon (UERJ), Vera Miorin (UFMS) e Hugo Werle (UFMT), pelas suas contribuições ao longo de minha vida acadêmica e profissional;

À Eugenia, que na reta final deste trabalho, cotidianamente, destacava o árduo caminho para a transformação social;

Aos professores, colegas de curso, especialmente para Valdir, Sandro, Maurício, Ana Cláudia e Emerson, que, de diferentes formas, contribuíram para este trabalho;

Aos professores e funcionários da Pós-Graduação em Geografia da FCT/UNESP;

Aos integrantes do MAB de diversas regiões e seus colaboradores: Gilberto Servinski, Cristina, Marco Antonio, Ricardo, Dala Costa, Nilo, Márcio, Patrícia, Marchesam, Maníco, Josi, Vagner, Juliana Paula, Leonardo, Marcos e Evandro (Erechim/RS); João Orli, Dimas, Adão, Otacílio e família (Anita Garibaldi/SC); Néri, Mauro, Sadi, Rainélio, Pedro e esposa (MAB Sul/Oeste); Ana, Maria, Carlita, Sandro, Joaquim, Paulo, Maria Guerreira (MAB/MT) e Deroni (Rede GTA/MT); Helio Meca e Família, Cláudia, Fernando e Adenir (Bacia do rio Chopim/PR); Alessandra e família(Campos Novos/SC); Aline, Sandra, Marcelo Venâncio, Helena, Marcelo Mendonça, Diego (*in Memoriam*), Luciane, Erika, Marta, Sílvio, Amarildo, Dona Eva e Pe. Orcalino (Catalão/GO); Josivaldo e família, Antonio, Miquéias, Tânia, Juca, Luiz Novoa e Renata Nóbrega (RO); Lucione e Cirineu (MAB/TO);

Às amigas e colegas da UFT, do curso de Letras, Glorinha, Adriana e Luciana;

Aos colegas, amigos e amigas com quem convivi em Presidente Prudente: Marcelino, Flávia, Fernando, Jorge, Fê Cubateli, Ricardo, Cris, Gilnei, Lizânia, Xisto, Priscila, Loboda, Sônia, Divino, Jaqueline, Sampaio, Silvia, Alexandre, Priscila, Ivanildo, Maria, Lima, Fabrícia, Claudião, Francine, Carlão, Bia, Sobrera, Karla, Odair, Bruna, João, Ana Cristina, Ademir Terra/Lucilene/Terrinha, Maurício, Terezinha, Marcelo, Elson, Núria e Isaac;

Aos professores Marcelo Rodrigues Mendonça e Luis Antonio Barone, pelas contribuições na Qualificação;

Ao casal Ikuta, Mitsuo e Cida (*in Memoriam*), que além de amigos, transformaram sua casa em casa de todos nós;

À Dona Massako, pela atenção com que sempre me tratou.

Ao professor Antonio Thomaz Junior, orientador, pelas contribuições na realização deste trabalho.

RESUMO

DA BARRANCA DO RIO PARA A PERIFERIA DOS CENTROS URBANOS: A TRAJETÓRIA DO MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS FACE ÀS POLÍTICAS DO SETOR ELÉTRICO NO BRASIL

Este estudo tem o objetivo de apresentar a origem, formação e trajetória dos atingidos por barragens, organizados entorno do Movimento de Atingidos por Barragens (MAB), frente às políticas do setor elétrico, no Brasil. A trajetória do MAB apresenta semelhanças com outros movimentos sociais que se formaram no final da década de 1970 e início dos anos de 1980. Teve sua gênese ligada a ações pontuais da Igreja (Católica e Luterana) e à oposição sindical, vinculando-se, posteriormente, com a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e o Partido dos Trabalhadores (PT), o que contribuiu para a formação de um movimento de âmbito nacional. Enquanto especificidade, o MAB lutava por indenizações justas e mudança das políticas do setor elétrico, que tinha objetivos desenvolvimentistas, propondo formas alternativas de obtenção de energia (eólica, pequenas centrais elétricas (PCHs), de biomassa etc.). No conjunto dos movimentos sociais, o MAB buscava a abertura democrática e se inseria no projeto popular que buscava tomar o poder do Estado, pela via eleitoral, como forma de fazer a transformação social no país. Com a reestruturação do setor elétrico, na década de 1990, marcado pela privatização de empresas do setor, a iniciativa privada busca dominar as fontes de geração de energia e assume o conflito junto aos atingidos por barragens, que até então se dava com o Estado. Esta nova forma de conflito fez com que o MAB redefinisse seu papel, extrapolando sua ação para além das áreas de abrangência das usinas hidrelétricas, passando a atuar junto aos trabalhadores de centros urbanos, tendo como referência o conceito de atingido pelo preço da energia. A expansão do domínio do capital sobre a economia fez com que o MAB se aproximasse mais de outros movimentos sociais, sejam rurais (pela Via Campesina), sejam urbanos (pela Consulta Popular), passando a fazer ações conjuntas com os mesmos. Essa aproximação de movimentos sociais, em escala nacional e mundial, formando redes de movimentos sociais, tem o objetivo de fazer o enfrentamento ao capital e construir um novo projeto popular, tendo como diretriz a idéia de que “outro mundo é possível”. Estes movimentos, antissistêmicos, têm como característica a forte presença de movimentos do campo, que, em muitos casos, passam a contribuir com a organização de movimentos nas cidades, tendo uma referência classista, porém circundada por debates sobre questões de gênero, ambientais, étnicas, culturais.

Palavras-chave: movimentos sociais, Movimento dos Atingidos Por Barragens (MAB), usina hidrelétrica, conflito, energia.

ABSTRACT

FROM THE EDGE OF THE RIVER FOR THE PERIPHERY OF URBAN CENTERS: THE TRAJECTORY OF THE MOVIMENT OF PEOPLE AFFECTED BY DAMS ACCORDING TO THE POLICIES AGAINST THE ELECTRICITY SECTOR IN

This study aims to present the origin, formation and history of those affected by dams, organized around the Movement of Dam Affected People (Movimento de Atingidos por Barragens - MAB), ahead to the policies of the electricity industry in Brazil. The trajectory of the MAB has similarities with other social movements that were created in the late 1970's and early years of 1980. It had its genesis linked to specific actions of the Church (Catholic and Lutheran) and union opposition, and linking subsequently to the Unic Workers Central (Central Única dos Trabalhadores - CUT) and the Workers Party (PT), which contributed to the formation of a nationwide movement. While specificity, MAB fought for fair compensation and change of policies in the electricity sector, which had development objectives by offering alternative ways of energy production (wind, small hydro power (PCHs), biomass etc.). In all social movements, the MAB was seeking a democratic opening and fell within the popular project that sought to take State power, through elections, as means to social transformation in the country. With the restructuring of the electricity sector, marked by the privatization of companies in the sector, private initiative seeks to dominate the sources of power generation and assumes the conflict with those affected by dams, which until then was dealt by State. This new way of conflict has made the MAB redefine its role, surpassing its action beyond the coverage areas of hydroelectric, starting to work with the workers in urban centers, with reference to the concept of hit by energy prices. The expansion of the capital's domain over the economy has made the MAB move closer to other social movements, rural (by Via Campesina) or urban (by Consulta Popular) and started to do joint activities with them. This approach to social movements, in national and global scale, forming networks of social movements, intended to face the capital and build a new popular project, with the guideline idea that "another world is possible." These antisystemic movements are characterized by the strong presence of rural movements, which in many cases are contributing to the organization of movement in cities, with a reference class, but surrounded by debates about subjects like gender, environmental, ethnic, cultural etc.

Keywords: social movements, Movement of Dam Affected People (MAB), hydroelectric power, conflict, energy.

RESUMEN

DEL BARRANCO DEL RÍO A LA PERIFERIA DE LOS CENTROS URBANOS: LA TRAYECTORIA DEL MOVIMIENTO DE LOS AFECTADOS POR LA CONTRUCCIÓN DE REPESAS FRENTE A LAS POLÍTICAS DEL SECTOR ELÉCTRICO EN BRASIL

Este estudio tiene como objetivo mostrar el proceso de formación y la trayectoria de los afectados por la construcción de represas hidroeléctricas, organizados por el Movimiento de los Afectados por Represas – MAB - (Movimento dos Atingidos por Barragens), delante de las políticas del sector eléctrico en Brasil. La trayectoria del MAB presenta concomitancias con otros movimientos sociales que se formaron a finales de los 70 e inicios de los 80. Su génesis está ligada a acciones puntuales llevadas a cabo por las iglesias Católica y Luterana así como a la oposición sindical, vinculándose mas tarde con la Central Única de los Trabajadores – CUT - y al Partido de los Trabajadores – PT-, hecho que contribuyó a la formación de una organización de carácter nacional. Como especificidad, el MAB luchaba por indemnizaciones justas y por el cambio de las políticas del sector eléctrico, con objetivos desarrollistas, proponiendo formas alternativas para la obtención de energía (eólica, pequeñas centrales eléctricas, biomasa, etc.). En el seno de los movimientos sociales, el MAB buscaba la abertura democrática y se insería en un amplio proyecto popular que pretendía llegar al poder del Estado, a través de la contienda electoral, como forma de llevar a cabo la transformación social en el país. Con la reestructuración del sector eléctrico, marcada por la privatización de las empresas del sector, la iniciativa privada buscaba dominar las fuentes de generadoras de energía pasando a asumir por ello los conflictos con los afectados por la construcción de represas, conflictos que hasta ese momento se daban con el Estado. Esta nueva forma de conflictividad provocó que el MAB redefiniese su papel, llevando sus acciones mas allá de las áreas propiamente afectadas por las centrales hidroeléctricas, pasando a actuar también junto a los trabajadores de los centros urbanos, teniendo como referencia el concepto de afectado por el precio de la energía. La expansión del dominio del capital sobre la economía hizo que el MAB se aproximase cada vez mas a los otros movimientos sociales, ya sean estos rurales (a través de Vía Campesina) o urbanos (mediante la Consulta Popular), pasando a realizar acciones conjuntas. Esta amalgama de movimientos sociales, tanto a escala nacional como mundial, formando redes de movimientos sociales, tiene como objetivo enfrentarse al capital así como construir un nuevo proyecto de cuño popular, teniendo como directriz el lema “otro Mundo es posible”. Estos movimientos antisistémicos tienen como característica la fuerte presencia de movimientos rurales, que en muchos casos contribuyen con la organización de los movimientos urbanos, teniendo como eje una referencia clasista, siendo esta trufada por debates de género, medio ambiente, etnia, cultura, etc.

Palabras clave: movimientos sociales, Movimiento de los Afectados por Represas –MAB- (*en sus siglas en portugués*), central hidroeléctrica, conflicto, energía.

RESUM

DEL BARRANC DEL RIU A LA PERIFÈRIA DELS GRANS CENTRES URBANS: LA TRAJECTÒRIA DEL MOVIMENT DELS AFECTATS PER LA CONSTRUCCIÓ DE REPRESSES DAVANT DE LES POLÍTIQUES DEL SETOR ELÈCTRIC A BRASIL

Aquest estudi té com a objectiu presentar la formació i la trajectòria dels afectats per la construcció de repeses hidroelèctriques, organitzats pel Moviment dels Afectats per Repeses – MAB (Movimento dos Atingidos por Barragens), davant de les polítiques que el sector elèctric porta a terme a Brasil. La trajectòria del MAB té semblances amb altres moviments socials que es van formar a finals de la dècada dels 70 i inicis dels 80. Va tenir la seva gènesi lligada a accions puntuals de les esglésies Catòlica i Luterana, i a l'oposició sindical, vinculant-se amb la Central Única dels Treballadors – CUT- i al Partit dels Treballadors – PT -, fet que va contribuir a la formació d'una organització d'àmbit nacional. Com a especificitat, el MAB lluitava per aconseguir indemnitzacions justes i un canvi en les polítiques del sector elèctric, marcat per uns objectius desenvoluparmentistes, proposant formes alternatives per a l'obtenció d'energia (eòlica, petites centrals elèctriques, biomassa, etc.). En el context dels moviments socials, el MAB buscava l'obertura democràtica i s'inseria en l'ampli projecte popular que buscava assolir el poder de l'Estat per mitjà d'unes eleccions, per tal de portar a terme una transformació social al país. Amb la reestructuració del mercat elèctric, marcada per la privatització de les empreses del sector, la iniciativa privada va buscar dominar les fonts generadores d'energia i en conseqüència va passar a assumir els conflictes amb els afectats per la construcció de repeses, conflictes que fins llavors es donaven amb l'Estat. Aquesta nova forma de conflictivitat va provocar que el MAB redefinís el seu paper, extrapolant la seva acció més enllà de l'àrea pròpiament afectada per la construcció de les repeses, passant a actuar també amb els treballadors dels centres urbans, tenint com a pauta el concepte d'afectat pel preu de l'energia. L'expansió del domini del capital sobre l'economia va provocar que el MAB s'apropés més a altres moviments socials, ja siguin rurals (a través de la Via Camperola [Via Campesina]) o urbans (per mitjà de la Consulta Popular), passant a realitzar accions conjuntes. Aquesta amalgama de moviments socials, tant a escala nacional com mundial, formant xarxes de moviments socials, té com a objectiu enfrontar-se al capital i construir un nou projecte popular, tenint com a principal referent el lema “un altre Món és possible”. Aquests moviments antisistema tenen com a característica una gran presència de moviments rurals que, en molts casos, passen a ajudar en l'organització de moviments en les ciutats; tenint com a eix una referència classista, malgrat que trufada de debats sobre qüestions de gènere, medi ambient, ètnia, cultura, etc.

Paraules clau: moviments socials, Moviment dels Afectats per Repeses – MAB - (*en les seves sigles en portuguès*), central hidroelèctrica, conflicte, energia.

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS.....	6
RESUMO	9
ABSTRACT	10
RESUMEN.....	11
RESUM.....	12
LISTA DE FIGURAS	15
LISTA DE FOTOS	15
LISTA DE TABELAS E GRÁFICO	16
LISTA DE SIGLAS	17
Introdução	22
Capítulo 1. Os atingidos por barragens e as matrizes teóricas de sua organização	30
1.1. O conceito de atingido por barragens	34
1.2. Matrizes teóricas e temas orientadores dos debates dos atingidos por barragens nos anos 80 e 90, do século XX	39
1.3. Matrizes teóricas e temas orientadores para a luta antissistêmica	47
1.3.1. Novas matrizes teóricas na luta antissistêmica	47
1.3.2. A Via Campesina	52
1.3.3. A Consulta Popular	56
Capítulo 2. Movimentos sociais.....	60
2.1. Novos Movimentos Sociais (NMS).....	62
2.2. A redescoberta da Sociedade Civil e o surgimento de novos movimentos sociais no Brasil	67
2.3. Algumas matrizes discursivas das organizações populares nas décadas de 1970 e 1980.....	70
2.4. Anos 1990: fim e recomeço de movimentos sociais.....	76
2.5. Movimentos sociais no mundo globalizado.....	81
Capítulo 3. A energia elétrica no Brasil.....	88
3.1. A formação do setor elétrico no Brasil - (1880 a 1930)	90
3.2. O debate sobre a nacionalização da energia (1930 a 1945)	93
3.3. A Industrialização por Substituição de Importações (1945 a 1962)	96
3.4. O modelo estatal (1962 aos anos 1990)	102
3.5. A crise do modelo estatal e a idéia de reestruturação do setor elétrico brasileiro ...	108
3.6. A reestruturação do setor elétrico no Brasil.....	113
3.7. A implementação do novo modelo energético e suas conseqüências.....	121
3.8. O consumo de energia elétrica no Brasil: energia para quê e para quem?	126
3.9. O PAC e as hidrelétricas	131
Capítulo 4. Organizações locais dos atingidos por barragens	134
4.1. O Polo Sindical do Submédio São Francisco – Rio São Francisco	135
4.1.1. A Hidrelétrica de Itaparica	137
4.1.2. A luta é pela terra	145
4.2. Da CRAB ao MAB Sul – bacia hidrográfica do rio Uruguai	148
4.2.1. Os futuros atingidos	149
4.2.2. O processo organizatório	151
4.3. A construção das Usinas Hidrelétricas	165
4.3.1. Usina Hidrelétrica de Itá	165
4.3.2. Aproveitamento Hidrelétrico de Barra Grande.....	171

4.3.2.1.	Os atingidos e sua organização	172
4.3.3.	Usina Hidrelétrica de Campos Novos.....	178
4.3.3.1.	Os atingidos e sua organização	179
4.3.4.	Aproveitamento Hidrelétrico Foz do Chapecó	188
4.3.4.1.	Os atingidos e sua organização	189
4.3.5.	Usina Hidrelétrica de Itapiranga	199
4.3.5.1.	Os atingidos e sua organização	199
4.4.	Aproveitamento Múltiplo de Manso.....	201
4.4.1.	Os atingidos e sua organização	203
4.4.2.	A formação do Movimento dos Atingidos pela Barragem do Manso - MAB/MT	205
4.5.	MAB Tocantins – bacia hidrográfica dos Rios Tocantins e Araguaia.....	214
4.5.1.	Usina Hidrelétrica de Lajeado	216
4.5.2.	Os atingidos e sua organização	218
4.6.	O MAB Serra do Facão/GO – bacia hidrográfica do Rio São Marcos/GO	222
4.6.1.	Os atingidos e sua organização	227
4.7.	O MAB Rondônia – bacia hidrográfica do rio Madeira	242
4.7.1.	Usina Hidrelétrica de Samuel	243
4.7.2.	Usina Hidrelétrica de Ji-Paraná	249
4.7.3.	O Complexo Hidrelétrico do Rio Madeira.....	250
4.7.4.	Os atingidos e sua organização	254
4.7.5.	A formação do MABRO	255
4.7.6.	A formação do MAB/RO.....	267
Capítulo 5.	A trajetória do MAB: da barranca do rio para a periferia dos centros urbanos	289
5.1.	O MAB como articulador de movimentos regionais	291
5.2.	O MAB como movimento nacional de massas.....	301
CONSIDERAÇÕES FINAIS		322
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS		332

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Estados com organização do MAB (2008)	26
Figura 2 – Organizações locais do MAB analisadas na tese	28
Figura 3 - Modelo de organização “vertical” – cadeia de produção da indústria da eletricidade .	104
Figura 4 - Organização da indústria elétrica brasileira no governo FHC	118
Figura 5 - Organização da indústria elétrica no governo Lula	120
Figura 6 - Área de abrangência da Bacia do Rio São Francisco	136
Figura 7 – Localização da UHE de Itaparica – BA/PE	138
Figura 8 – Principais UHE planejadas para o rio Uruguai	150
Figura 9 - Localização e situação dos empreendimentos hidrelétricos analisados, na bacia hidrográfica do rio Uruguai	165
Figura 10 – Localização do Aproveitamento Múltiplo de Manso – MT	201
Figura 11 - Hidrelétricas planejadas para o leito dos rios Araguaia e Tocantins	216
Figura 12 – Localização da UHE de Lajeado – TO	217
Figura 13 – Localização da UHE Serra do Facão – GO.....	223
Figura 14 - Hidrovias prevista na IIRSA - Eixo de Integração Peru-Brasil-Bolívia.....	252
Figura 15 – Localização das UHEs Santo Antônio e Jirau/RO.....	253
Figura 16 - Panfleto da Campanha organizada pelo MAB.....	283
Figura 17 - Os três grupos de interesse na questão energética, na visão do MAB.....	294
Figura 18 - Panfleto da Campanha contra os altos preços da energia	310
Figura 19 - Os quatro grupos de interesse na questão energética na nova visão do MAB.....	313
Figura 20 - Bandeira do MAB	314

LISTA DE FOTOS

Foto 1 - Cartaz destacando a luta dos atingidos (destaque para a data do Dia Nacional da luta contra as barragens no lado inferior direito).....	161
Foto 2 - Barragem de Itá à jusante.....	166
Foto 3 - Barragem da Usina Hidrelétrica de Barra Grande antes do enchimento	172
Foto 4 - Placa encontrada no caminho que leva à barragem	178
Foto 5 - Barragem da Usina Hidrelétrica de Campos Novos	179
Foto 6 - Reunião com famílias residentes em uma vila para discutir reassentamento	187
Foto 7 - Área onde está sendo construída a hidrelétrica Foz do Chapecó.....	188
Foto 8 - Cruzes colocadas em dois momentos da luta dos atingidos (1985 e 2004).....	190
Foto 9 - Acampamento na área planejada para ser canteiro de obras.....	195
Foto 10 - Aproveitamento Múltiplo de Manso.....	203
Foto 11 - Acampamento do MAB na APM Manso.....	212
Foto 12 - Usina Hidrelétrica de Lajeado	218
Foto 13 - Encontro Regional dos Atingidos por Barragens – GO.....	230
Foto 14 - Ato público em defesa da Água, da Vida e da Terra de Trabalho - Catalão (GO), 2003.....	233
Foto 15 - Panfletagem sobre os altos preços da energia.....	282
Foto 16 - Seminário contra a privatização do rio Madeira	287
Foto 17 - Visita à área desocupada pelas famílias atingidas	287
Foto 18: Manifestação de atingidos por barragens do rio Uruguai	294
Foto 19 - Ato público no início da Marcha	305
Foto 20 - Momento de estudo e debate durante a Marcha.....	305

LISTA DE TABELAS E GRÁFICO

Tabela 1 - Evolução da capacidade instalada do setor elétrico (período Estatal).....	105
Tabela 2 - Preços Médios das Tarifas de Energia no Período de Transição de Modelo Energético no Brasil	121
Tabela 3 - Empresas Elétricas Distribuidoras Privatizadas	122
Tabela 4 - Empresas Elétricas Geradoras Privatizadas	123
Tabela 5 - Usinas Licitadas para Autoprodução (AP)/Produção Independente (PI) de propriedade de setores industriais eletrointensivos: 1995 - 2002.....	129
Tabela 6 - Usinas Hidrelétricas em implantação inseridas no PAC	132
Tabela 7 - Usinas Hidrelétricas prevista para serem implantadas inseridas no PAC	132
Tabela 8 - Força de Trabalho por faixa etária	193
Tabela 9 - Detalhamento dos casos reconhecidos como procedentes	214
Tabela 10 - Famílias residentes nos imóveis afetados pela UHE Serra do Facão, número e percentual por tipo de vínculo com a propriedade	225
Gráfico 1 - Número de trabalhadores na indústria de eletricidade brasileira (1994-2004)	125

LISTA DE SIGLAS

AD - Área de Desestatização
ADA - Área Diretamente Afetada
ADAI - Associação de Desenvolvimento Agrícola Interestadual
ADCAC – Associação dos Docentes do Campus de Catalão
AFS - Agente Financeiro Setorial
AGAPAM - Associação Gaúcha de Proteção ao Meio Ambiente
AGB – Associação dos Geógrafos Brasileiros
AGU - Advocacia Geral da União
AHE – Aproveitamento Hidrelétrico
AMAU - Associação dos Municípios do Alto Uruguai
AMFORP - *American & Foreign Power Company*
ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica
APA - Associação Periferia Ativa
APA/TO - Alternativa para Pequena Agricultura
ARPRA - Associação Regional dos Produtores Rurais Atingidos pelo Aproveitamento Hidrelétrico Serra do Facão
ASP - Áreas de Serviços de Privatização
BAESA – Energética Barra Grande S.A.
BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento
BIRD – Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento
BNDE - Banco Nacional de Desenvolvimento
BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Social
BRDS - Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul
CABA – Comissão de Atingidos por Barragens da Amazônia
CAEEB - Companhia Auxiliar de Empresas Elétricas Brasileiras
CAGEO – Centro Acadêmico de Geografia
CASA - Centro de Apoio Sócio Ambiental
CBA – Companhia Brasileira de Alumínio
CCEE - Câmara de Comercialização de Energia Elétrica
CCON - Comitê Coordenador de Operações Norte-Nordeste
CCR - Câmara de Coordenação e Revisão
CDDHSF - Centro de Defesa dos Direitos Humanos do Sub-médio São Francisco
CEAL – Companhia Energética de Alagoas
CEAM - Companhia Energética do Amazonas
CEB - Companhia Energética de Brasília
CEBRAP - Centro Brasileiro de Análise e Planejamento
CEBs – Comunidades Eclesiais de Base
CEEE - Companhia Estadual de Energia Elétrica
CEFC - Consórcio Energético Foz do Chapecó
CELAM - Conferência do Conselho Episcopal da América Latina
CELESC – Centrais Elétricas de Santa Catarina
CELG – Centrais Elétricas de Goiás S.A.
CELTINS - Companhia de Energia Elétrica do Tocantins
CEMAR – Companhia Energética do Maranhão
CEMAT – Centrais Elétricas Matorossense S.A.
CEMIG - Companhia Elétrica de Minas Gerais
CEPISA – Companhia Energética do Piauí

CERON - Centrais Elétricas de Rondônia S.A.
CGTEE - Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica
CHESF – Companhia Hidro Elétrica do São Francisco
CIMI – Conselho Indigenista Missionário
CMB – Comissão Mundial de Barragens
CNAEE - Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica
CNBB - Conselho Nacional de Bispo do Brasil
CNEC - Consórcio Nacional de Engenheiros Consultores
CNPTAB – Comissão Nacional Provisória de Trabalhadores Atingidos por Barragens
CNT – Companhia de Níquel do Tocantim
CODEVASF - Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco
COELBA – Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia
CONESP - Comissão de Nacionalização de Empresas Concessionárias de Serviços Públicos
CONSAUDE - Comunidade de Saúde, Desenvolvimento e Educação
CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
COOPTER - Cooperativa de Prestação de Serviços em Assistência Técnica e Extensão Rural
COPEL - Companhia Paranaense de Energia Elétrica
COSERN – Companhia Energética do Rio Grande do Norte
COTREL - Cooperativa Tritícola de Erechim Ltda.
CPEE - Companhia Paulista de Energia Elétrica
CPFL – Companhia de Força e Luz
CPFL – Companhia Paulista de Força e Luz
CPT - Comissão Pastoral da Terra
CRAB – Comissão Regional de Atingidos por Barragens
CSN – Companhia Siderúrgica Nacional
CUT - Central Única dos Trabalhadores
CVRD – Companhia Vale do Rio Doce
CVSF - Comissão do Vale do São Francisco
DNAEE - Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica
DNER – Departamento Nacional de Estradas e Rodagem
DNOCS - Departamento Nacional de Obras Contra a Seca
DNOS - Departamento Nacional de Obras e Saneamento
DNPM - Departamento Nacional de Produção Mineral
EBCE - Empresas Brasileiras de Capital Estrangeiro
EDP - Energias de Portugal S.A.
EEVP - Empresa de Eletricidade Vale do Paranapanema
EFA – Escola Família Agrícola
EIA - Estudo de Impacto Ambiental
ELETROBRÁS - Centrais Elétricas Brasileiras S/A
ELETRONORTE - Centrais Elétricas do Norte do Brasil
ELETROSUL - Centrais Elétricas do Sul do Brasil
ENENORD - Comitê de Estudos Energéticos do Nordeste
ENERCAN - Campos Novos Energia S.A.
ENERGIPE – Empresa Energética de Sergipe
ENERSUL - Comitê de Estudos Energéticos da Região Sul
ENERSUS – Energia Sustentável do Brasil
ENLZ – Exército Zapatista de Libertação Nacional
EPE - Empresa de Pesquisa Energética
ESCELSA - Espírito Santo Centrais Elétricas S.A.
EUA – Estados Unidos da América

EXIMBANK - *Export and Import Bank*
FAO – Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação
FAPES - Fundação Alto Uruguai para a Pesquisa e o Ensino Superior
FAT - Fundo de Amparo ao Trabalhador
FATMA - Fundação do Meio Ambiente do Estado de Santa Catarina
FEAB - Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil
FECOTRIGO - Federação das Cooperativas de Trigo
FETAET - Federação dos trabalhadores da Agricultura do Estado do Tocantins
FETAP - Federação dos Trabalhadores da Agricultura de Pernambuco
FFE - Fundo Federal de Energia
FINEP - Financiadora de Estudos e Projetos
FMI – Fundo Monetário Internacional
FÓREM - Fórum de Debates Sobre Energia de Rondônia
FSUTC-PDO - Federación Sindical Unica de Trabajadores Campesino de Pando/ Bolívia
FUNAI - Fundação Nacional do Índio
FUNRURAL - Fundo de Assistência e Previdência ao Trabalhador
FUP – Federação Única dos Petroleiros
FURNAS - Furnas Centrais Elétricas
G-7 – Grupo dos Sete
GATT – Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio
GEFAC - Grupo de Empresas Associadas Serra do Facão
GEPERS - Grupo de Pesquisa Energia Renovável Sustentável
GERA – Grupo de Estudos e Pesquisa do Pantanal, Amazônia e Cerrado
GETeM – Grupo de Pesquisa sobre Geografia Trabalho e Movimentos Sociais
GGF - *Global Greentrants Fund*
GT – Grupo de Trabalho
GT Energia/FBOMS - Grupo de Trabalho Energia do Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Desenvolvimento Sustentável e o Meio Ambiente
GTA - Grupo de Trabalho Amazônico
IBAMA - Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IECLB - Igreja Evangélica de Confissão Luterana
IFAS - Instituto de Formação Sindical
IICA - Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura
IIRSA - Iniciativa para Integração da Infra-estrutura Regional Sul-americana
INCRA – Instituto de Colonização e Reforma Agrária
INTERMAT - Instituto de Terras de Mato Grosso
IPPUR – Instituto de Planejamento e Pesquisas Urbanas e Regionais
IRN - *International Rivers Network*
IUCN - União para Conservação Mundial
IUEE - Imposto Único sobre Energia Elétrica
LI – Licença de Instalação
LO – Licença de Operação
LP – Licença Prévia
MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens
MAE - Mercado Atacadista de Energia
MESA – Madeira Energia S.A.
METABASE - Sindicato dos Trabalhadores das Mineradoras
MJT – Movimento Justiça e Terra
MMA – Ministério do Meio Ambiente
MMC - Movimento das Mulheres Camponesas

MME – Ministério de Minas e Energia
MOAB - Movimento dos Ameaçados por Barragens do Vale do Ribeira
MPA - Movimento dos Pequenos Agricultores
MPF - Ministério Público Federal
MSDBRM - Movimento Social em Defesa da Bacia do Rio Madeira e da Região Amazônica
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MTST - Movimento dos Trabalhadores Sem Teto
MUST - Movimento Urbano Sem Teto
NATURATINS - Instituto Natureza do Tocantins
NEPSA – Núcleo de Pesquisas Sócio-Ambientais
NMS – Novos Movimentos Sociais
OMC – Organização Mundial do Comércio
ONG – Organização Não Governamental
ONS – Operador Nacional do Sistema
ONU – Organização das Nações Unidas
OSR - Organização dos Seringueiros de Rondônia
PAC – Programa de Aceleração do Crescimento
PBA – Programa Básico Ambiental
PC do B – Partido Comunista do Brasil
PCH – Pequena Central Elétrica
PETROBRÁS – Petróleo Brasileiro S.A.
PFL - Partido da Frente Liberal
PJR - Pastoral da Juventude Rural
PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PNB - Programa Nacional de Desestatização
PNE - Plano Nacional de Eletrificação
PPP - Parceria Público Privada
PSOL - Partido Socialismo e Liberdade
PT – Partido dos Trabalhadores
Rede Brasil - Rede Brasileira sobre Instituições Financeiras Multilaterais
RE-SEB - Projeto de Reestruturação do Setor Energético Brasileiro
RIMA - Relatório de Impacto Ambiental
Rio Terra - Centro de Estudos da Cultura e do Meio Ambiente da Amazônia
SD - Secretaria Geral de Apoio à Desestatização
SEFAC – Serra do Facão Energia
SINSC - Sistema Nacional de Supervisão e Coordenação de Operações Interligadas
GCOI - Grupo Coordenador para Operação Interligada
SINTET - Sindicato Estadual dos Trabalhadores da Educação
SINTREL - Sistema Nacional de Transmissão de Energia Elétrica
SPE's - Sociedades de Propósitos Específicos
STR – Sindicato dos Trabalhadores Rurais
SUDENE - Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
SUVALE - Superintendência do Vale do São Francisco
TVA - *Tennessee Valley Authority*
UBP - Uso do Bem Público
UCG – Universidade Católica de Goiás
UFG – Universidade Federal de Goiás
UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro
UHE – Usina Hidrelétrica
ULTAB - União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícola do Brasil

UNIR - Universidade Federal de Rondônia
URI – Universidade Regional Integrada
USELP - Usinas Elétricas de Paranapanema
VMS – Velhos Movimentos Sociais
WCD - *World Commission on Dams*

Introdução

Se a década de 1980 foi considerada como uma década perdida pelos economistas, para os movimentos sociais pode-se considerá-la como uma década de avanços organizativos, conquistas e, também, de alguns reveses. Vários movimentos sociais vão se formar, ligados a diferentes setores sociais que, juntos, vão dar origem a um ciclo de protesto que gerará uma sinergia, uma onda de euforia na sociedade, criando a perspectiva de que uma nova realidade social seria gerada, assentada numa sociedade com equidade social e ambientalmente sustentável.

Nesta década, o “povo” ganhou as ruas, exigindo abertura democrática, eleições diretas, participação dos trabalhadores nas decisões políticas centrais que rebateram na composição política de sustentação do Estado, entre outras coisas. Muitas lideranças populares assumiram cargos eletivos e várias ações foram realizadas visando suprir de infraestrutura áreas onde se localizavam grupos sociais excluídos, bem como foram colocadas em prática políticas públicas voltadas ao interesse dos trabalhadores. Estas conquistas eram vistas como fruto de uma luta dos trabalhadores organizados, que, de forma pacífica, influenciavam na tomada de decisão de governantes e pretendiam realizar uma grande transformação social no interior do próprio sistema capitalista.

No setor elétrico não ocorreram alterações de seu modelo de geração de energia, porém consideráveis modificações foram acontecendo no tratamento a ser dado às questões sociais e ambientais devido à pressão popular. Cria-se a necessidade de se elaborarem estudos de ocorrência dos impactos ambientais devido a construção das barragens e, a partir destes, propor-se uma série de ações para amenizar e mitigar estes impactos. A luta dos atingidos por barragens coloca-os como sujeitos que devem ser levados em conta no momento do planejamento do empreendimento e não apenas como empecilhos a serem removidos (MORAES, 1994; NAVARRO, 1996; ROHTMAN, 1996).

Nos anos 1990, no Brasil, esta nova sociedade idealizada, passou a ser questionada pelos grandes detentores do capital, por meio de um projeto que tinha como um dos eixos fundamentais passar para a iniciativa privada o controle de atividades econômicas que vinham sendo desempenhadas pelo Estado. Para tanto, foi necessário quebrar-se o poder dos trabalhadores organizados de influenciar sobre as decisões a serem tomadas pelo Estado (ANDERSON, 1995). Nesta década percebe-se uma inversão da realidade que ocorreu nos

anos de 1980. O capital, agora reestruturado, entra em um momento de ascensão e territorialização, enquanto os movimentos sociais passam por uma crise, ou em descenso como dizem as lideranças de movimentos sociais ligados à Via Campesina e Consulta Popular (GEBRIM, 2005b), ou em refluxo, como destaca Scherer-Warren (1996).

Este início de século XXI é marcado por uma nova ação ofensiva do capital sobre o território, daí vemos vários estudos que vão analisar esta reestruturação em diferentes setores, como na área urbana, onde vemos uma redefinição do espaço urbano marcado pela expansão dos condomínios fechados, aberturas de grandes avenidas, criação de centros comerciais, instalação de cadeias de hotéis internacionais nas grandes cidades, *gentrificação*¹ entre outros; a reestruturação no meio rural, com a expansão do agronegócio, da produção de *commodities*, a elevação da utilização de produtos geneticamente modificados etc.; bem como a reestruturação no setor de comunicação, no setor de transporte entre vários outros. Porém, percebe-se também, de forma mais intensa, em uns setores e menos em outros, vozes criticando esta expansão do capital, seja buscando questionar alguns de seus elementos, seja se opondo ao processo como um todo (BARROS, 2005; NIEMEYER, 2007; GEBRIM, 2005a).

Os movimentos sociais que se mantiveram ativos com a reestruturação do capital também vêm passando por um processo de reestruturação e estão redefinindo seus objetivos, suas estratégias e táticas, buscando fazer frente à expansão do capital. Neste sentido, buscam criar novas formas de espacialidades para poderem criar seus territórios e definirem novas territorialidades. A relação entre os movimentos também vem se redefinindo por meio da criação de vários fóruns coletivos de debates, pois os envolvidos têm convicção que a luta contra o capital necessita de ações conjuntas dos mesmos. Um movimento de movimentos sociais vem se formando para fazer frente a esta expansão do capital; é um movimento em rede e antissistêmico (ZIBECHI, 2005 e WALLERSTEIN, 2005).

O setor elétrico também passou por um processo de reestruturação², levando, entre outras coisas, à desverticalização de suas atividades, privatizando setores de geração e distribuição de energia elétrica, criando o mercado de energia e diferenciando os consumidores entre cativos e livres. No que tange à construção de hidrelétricas, vai ocorrer a formação de consórcios privados para sua construção e geração de energia, que poderá ser

¹ Processo de transformação urbana em que uma população originária de uma determinada área, bairro ou setor pobre vai, paulatinamente, sendo substituída por outra, de maior poder econômico. Conforme o dicionário inglês Collins, *gentrification* [*gentrificación* em espanhol] é o processo pela qual uma população de classe média (no inglês britânico *gentry*, pessoas bem abaixo da nobreza) ocupa residências numa área tradicionalmente operária, mudando seu caráter (NOBRE, 2003).

² Deter-nos-emos mais adiante em uma explicação mais específica sobre a reestruturação deste setor.

vendida ou consumida pelas empresas geradoras (ABREU, 1999; PINHEIRO, 2006; GONÇALVES JUNIOR, 2007). Neste sentido, a construção de hidrelétricas ou a compra de UHEs que foram privatizadas passa a ser uma nova forma do capital se expandir, enfrentando diretamente os atingidos que buscam não serem desterritorializados ou garantirem o máximo de ganho no processo de des-re-territorialização (PINHEIRO, 2006).

Este mesmo conflito já existia quando o setor elétrico era conduzido pelo Estado, porém o capital vem se mostrando muito mais voraz no objetivo de se apropriar das áreas onde serão construídas as hidrelétricas, apesar de estar mais aberto a negociações com os atingidos, por força da lei e da luta histórica dos próprios atingidos.

Entender esta realidade que envolve os atingidos por barragens, mais especificamente, o Movimento do Atingidos por Barragens (MAB), tendo como pano de fundo as políticas do setor elétrico, sem se desprender da atuação do capital como um todo e do movimento de resistência a esta expansão capitalista, passou a ser o desafio a ser superado. Na busca deste entendimento se faz necessário compreender a trajetória do MAB, suas matrizes teóricas e formas de atuação nos diferentes momentos de sua história. Sabendo que o Movimento não apresenta homogeneidade de pensamento e ação, busca-se entender como a nova política energética é percebida por diferentes tendências que formam o MAB e como estes reagem frente a estas mudanças.

Para realizar este estudo fez-se uma pesquisa qualitativa com enfoque histórico-organizacional do MAB. A opção por esta forma de pesquisa leva a destacar que os dados estatísticos existentes no trabalho têm uma função de apresentar ou justificar algumas ações, chamar a atenção para determinadas questões que envolvam o tema abordado e não serem estes o centro das análises.

Três temas, que se encontram imbricados, nortearam a pesquisa, que são: energia oriunda de hidrelétricas, movimentos sociais e o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB). O centro do trabalho está voltado a entender a trajetória por que passou o MAB desde sua formação até a atualidade. Nesta trajetória o MAB foi influenciado pela política energética brasileira, mais especificamente, a oriunda de hidrelétricas, e pela ação dos vários movimentos sociais que foram se formando e agindo concomitantemente com o MAB.

Tomando como orientação o tempo, destacam-se análises a partir de meados da década de 70, do século XX, até o ano de 2008, por ser o período marcante para entender os três temas em que foram centradas nossas análises. No entendimento sobre a construção de barragens fez-se um recorte histórico mais amplo, porém ele se destaca na pesquisa a partir da intensificação dos conflitos que vão ocorrer com a organização dos atingidos por barragens.

A busca das informações primárias que orientaram a análise foi precedida por levantamento bibliográfico e documental sobre temas que envolvam a discussão do setor hidrelétrico e dos movimentos sociais. Também fez-se uma reconstrução da organização e atuação dos atingidos por barragens localizadas em diferentes regiões do Brasil, que ocorreram em distintos momentos da construção do empreendimento, bem como sob influência de diferentes políticas voltadas ao setor elétrico e em diferentes momentos no tempo e no espaço. Na realização destes levantamentos, predominaram informações obtidas junto a teses de doutorado, dissertações de mestrado e monografias, devido a limitação de publicações específicas. Posteriormente, foram realizados levantamentos em campo em vários locais onde ocorreram ou ocorrem ações do MAB, tanto para obtenção de material e realização de entrevista, como para vivenciar algumas situações e sentimentos que envolvem o Movimento.

O MAB, atualmente, possui organizações locais em 15 estados brasileiros³, mas estes números são muito variáveis ao longo do tempo, pois devido à construção de novas barragens pode ampliar-se, ou devido à finalização da construção de uma hidrelétrica e/ou ausência de continuidade de organização dos atingidos pode diminuir (Figura 1). Durante o levantamento de campo foram realizadas visitas nas seguintes organizações locais do MAB: Itá⁴, Barra Grande, Campos Novos e Foz do Chapecó, situados na bacia do rio Uruguai (divisa do RS/SC); Serra do Facão, localizada na bacia hidrográfica do rio São Marcos (GO); Manso, situada na bacia hidrográfica do rio Manso (MT); Lajeado, localizado na bacia hidrográfica do rio Tocantins (TO); Ji-Paraná⁵, Samuel, Santo Antonio e Jirau, situadas na bacia hidrográfica do rio Madeira⁶ (RO). As informações sobre a UHE de Itaparica, localizada no rio São Francisco, foram obtidas exclusivamente mediante pesquisa bibliográfica (documentos e produção acadêmico-científica e relatórios técnicos) que tratavam do tema. A entrevista com uma liderança da organização local do MAB Itapiranga, barragem projetada no rio Uruguai, foi realizada na sede do MAB Foz do Chapecó (Figura 2). No total, ocorrem reflexões sobre 13 hidrelétricas, algumas construídas, outras em construção e algumas

³ Pará, Rondônia, Tocantins, Maranhão, Mato Grosso, Goiás, Ceará, Paraíba, Sergipe, Bahia, Minas Gerais, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

⁴ Informações sobre a organização e atuação dos atingidos pela UHE de Itá, também, foram obtidas no reassentamento Mangueirinha, localizado no estado do Paraná.

⁵ Apesar de não ter mais organização do MAB em Ji-Paraná conseguimos importantes informações no local. Também foi possível nos comunicar com uma das principais lideranças da época, que não se encontra mais na região, com a qual trocamos informações por e-mail.

⁶ Apesar de envolver a construção de quatro UHE no bacia do rio Madeira, ocorreu a formação de apenas duas organizações de atingidos, uma na década de 1980 e 1990, que englobava os atingidos pelas hidrelétricas de Ji-Paraná e Samuel, e outra, a partir dos primeiros anos deste século, que envolve os atingidos pelas UHE de Samuel, Santo Antônio e Jirau.

projetadas, portanto sem definição de prazo para construção, localizadas em diferentes estados brasileiros.

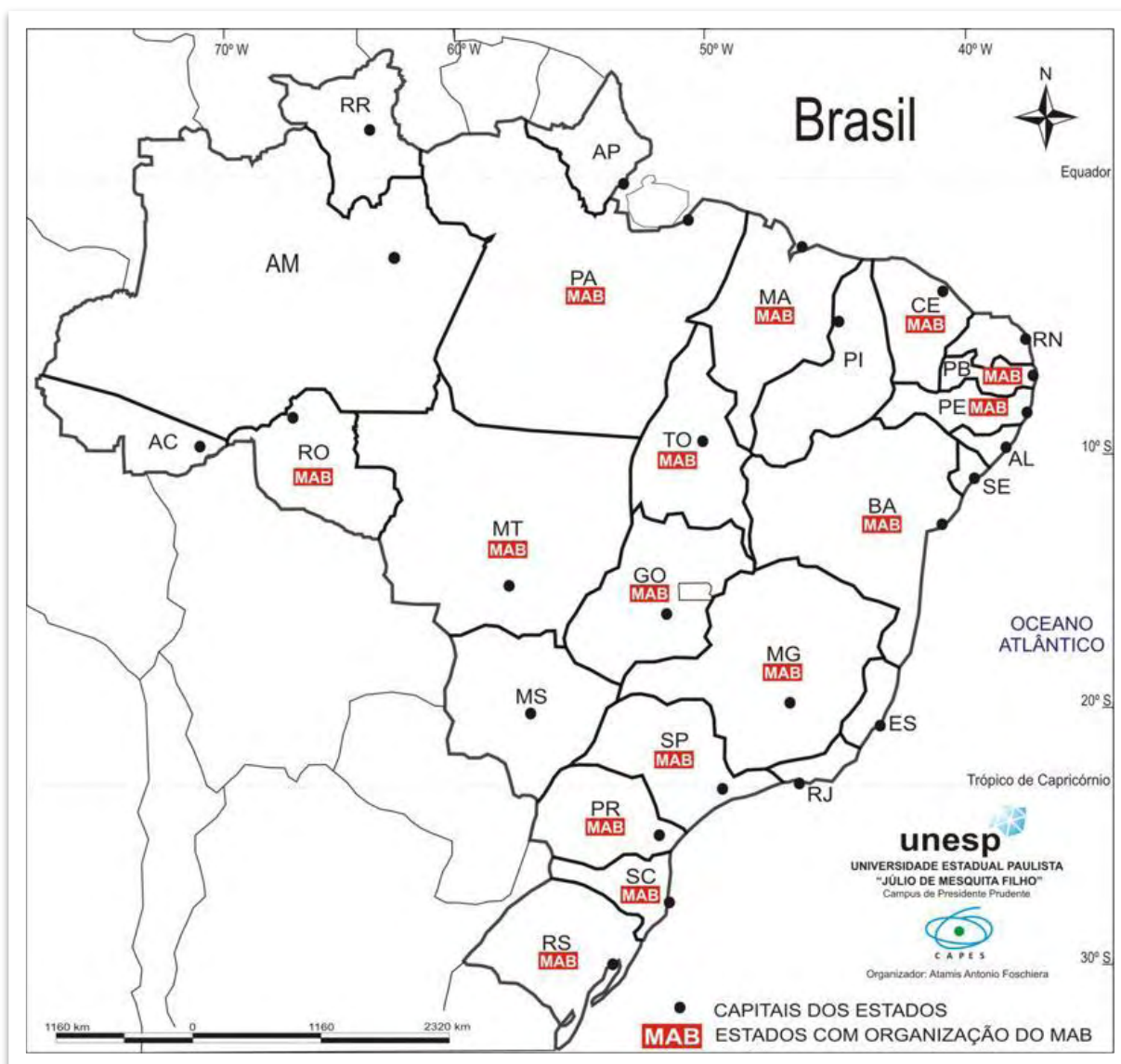


Figura 1 – Estados com organização do MAB (2008)

Levantamentos de campo foram realizados, também, em locais nos quais existem atividades do MAB, mesmo que não estejam dentro da área impactada por barragens, como nos escritórios localizados em Erexim e Porto Alegre, no Rio Grande do Sul e no Distrito Federal. Outras informações foram obtidas junto a lideranças de Movimentos Sociais, que incluíram, em sua pauta de discussão, questões defendidas pelo MAB e junto com representante do governo federal.

Para a coleta e análise dos dados desta pesquisa, utilizou-se a técnica da Triangulação, que visa “abrange a máxima amplitude na descrição, explicação e compreensão do foco em estudo” (TRIVIÑOS, 1987, p.138). A busca de informações ocorreu em processos e produtos

centrados nos sujeitos, em elementos produzidos por meio dos sujeitos e em processos e produtos originados pela estrutura sócio-econômica e cultural do macro-organismo social dos sujeitos, como destacamos abaixo:

a) Para a obtenção de informações centradas nos sujeitos foram realizadas entrevistas abertas com atingidos, lideranças locais, regionais e nacionais do MAB, bem como com outras pessoas que tenham informações que colaborem para o entendimento da questão em análise. Também foram analisadas entrevistas, palestras e outras manifestações destes informantes que sejam esclarecedoras.

b) Dentre os elementos produzidos pelo meio que envolve os sujeitos foram analisadas políticas públicas relacionadas ao setor energético e seus desdobramentos (leis, decretos, pareceres, diretrizes, regulamentos etc.), leitura de documentos produzidos pelo MAB, poder público e grupos de empreendedores, como cartilhas, manifestos, projetos, jornais etc., nos quais estavam impressas suas propostas, ações e perspectivas. Outras informações foram obtidas pela participação em atividades organizadas pelo Movimento, tanto abertas para o público externo (encontros, manifestações, seminários, campanhas), como exclusivas para o público interno (reuniões, cursos).

c) Na análise dos processos e produtos originados pela estrutura socioeconômica e cultural do macro-organismo social do sujeito, analisaram-se as transformações socioeconômicas e culturais que envolveram os movimentos sociais na luta pela democratização e frente à contra-ofensiva do capital, por meio da reestruturação econômica, com ênfase nas iniciativas ligadas ao setor energético vinculado à hidroeletricidade.

Devido ao fato de a trajetória do MAB ser marcada por diferentes orientações teóricas, serão identificados, no texto, conceitos de diferentes paradigmas, que, na maioria das vezes, não são percebidos por lideranças do Movimento e nem mesmo por estudiosos. Assim, encontramos menções à classe social, luta de classe e vanguarda, que são conceitos marxistas, como também destacamos menções à ator social, sociedade civil organizada, sujeito social, que representam idéias dos Novos Movimentos Sociais e fazem uma crítica ao marxismo.

A trajetória do MAB será visualizada em três perspectivas que se complementam, em três capítulos distintos do trabalho, que são intercalados por outros capítulos. Um primeiro, introdutório, para se ter noções gerais do Movimento; um segundo, apresentando organizações locais do MAB; e um terceiro, que destaca o Movimento a partir das orientações e tomadas de decisão de suas lideranças e os desdobramentos consequentes.

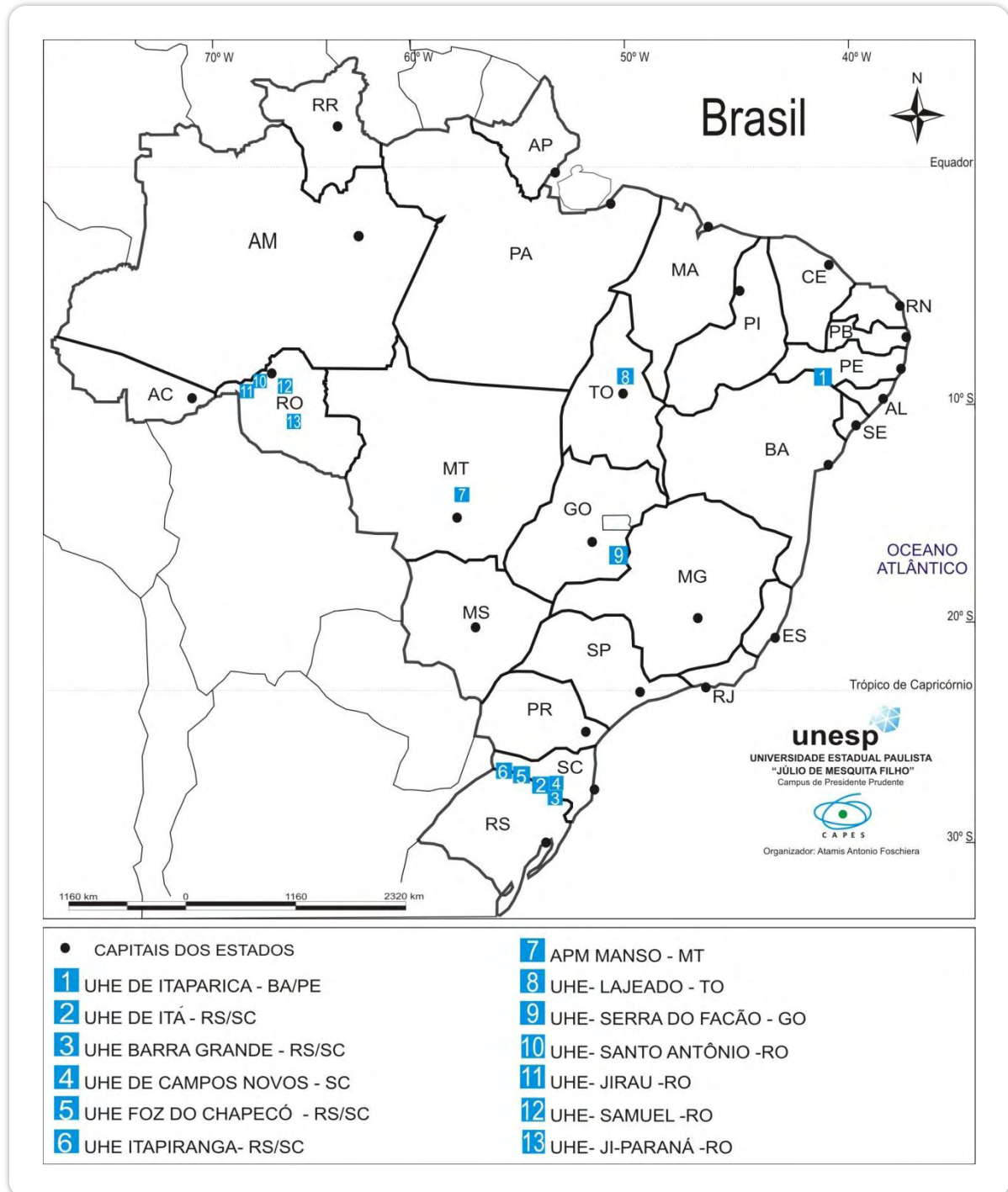


Figura 2 – Organizações locais do MAB analisadas na tese

O texto foi dividido em 5 capítulos, nos quais buscou-se destacar pontos ligados ao entendimento dos movimentos sociais, do Movimento dos Atingidos por Barragens e do setor elétrico. No início de cada capítulo foi inserida uma música, comumente cantada nos eventos do MAB, que tem relação com o tema apresentado.

No **capítulo 1** faz-se uma primeira apresentação do Movimento dos Atingidos por Barragens, destacando como vem sendo construído o conceito de atingido por barragens, bem

como as matrizes teóricas e temas que orientaram e orientam as ações do Movimento.

No **capítulo 2** destaca-se o ressurgimento dos movimentos sociais em meados dos anos 1970 e início dos anos 1980, passando pelo seu descenso na década de 1990 e apontamos algumas das características que vêm marcando, na atualidade, os movimentos que assumiram uma postura antissistêmica.

No **capítulo 3** apresenta-se o histórico do setor elétrico no Brasil, considerando os diferentes períodos político-econômicos por que passou o país, e destacando grupos de interesse envolvidos nos debates sobre a questão energética.

No **capítulo 4** apresenta-se a organização e lutas locais dos atingidos por barragens em diferentes regiões do Brasil, que se iniciaram em diferentes momentos da construção dos empreendimentos hidrelétricos e em diferentes períodos político-econômicos do país.

No **capítulo 5** faz-se uma periodização da trajetória do MAB, tendo como referência principal a utilização de discursos e ações centrados nas orientações da direção nacional do Movimento.

Capítulo 1. Os atingidos por barragens e as matrizes teóricas de sua organização

O Povo de Deus

(Padre Zezinho)

O povo de Deus no deserto andava
mas a sua frente alguém caminhava
O povo de Deus era rico de nada
só tinha esperança e o pó da estrada
Também sou teu povo Senhor
estou nessa estrada
Somente a Tua graça
me basta e mais nada
O povo de Deus também vacilava
as vezes custava a crer no amor
O povo de Deus chorando rezava
pedia perdão e recomeçava
Também sou Teu povo Senhor
estou nessa estrada
Perdoa se as vezes
não creio em mais nada
O povo de Deus também teve fome
e Tu me mandaste o pão lá do céu
O povo de Deus cantado deu graças
Provou Teu amor
Teu amor que não passa
Também sou povo Senhor
estou nessa estrada
Tu és alimento na longa jornada.
O povo de Deus ao longe avistou
a terra querida que o amor preparou
O povo de Deus corria e cantava
e nos seus louvores o poder proclamava
Também sou teu povo senhor
e estou nesta estrada
cada dia mais perto
da terra esperada.

Usinas hidrelétricas passaram a ser construídas no Brasil desde o final do século XIX; porém, o questionamento e ações de resistência frente à construção destes empreendimentos se deram, de forma mais incisiva, a partir da segunda metade da década de 70, do século XX. Organizações de resistência de atingidos se formaram frente à construção de um empreendimento hidrelétrico ou questionando projetos que previam a construção de várias UHEs em uma determinada bacia hidrográfica. Desta maneira, surgiram movimentos sociais isolados ou de abrangência regional, que passaram a questionar a política energética brasileira.

A Igreja Católica progressista, influenciada pela Teologia da Libertação, por meio das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e de suas Pastorais, foi a principal organizadora e formadora de lideranças de atingidos por barragens num primeiro momento, sendo que, no Sul do Brasil e em Rondônia, mais especificamente em áreas nas quais se localizavam descendentes de imigrantes alemães (Itaipu, Itapiranga, Foz do Chapecó, Ji-Parná etc.), contou com a participação e colaboração de integrantes da Igreja Luterana. Também é importante destacar a participação de professores universitários⁷ identificados com as lutas populares, que colaboraram na organização e na formação da matriz discursiva dos atingidos. Neste período, alguns signos de linguagem como “caminhada, povo oprimido e libertação”, do símbolo da cruz, de cantos e rituais como missas, procissões e romarias, marcaram as ações dos atingidos, demonstrando a influência da Igreja sobre os mesmos.

Posteriormente, por volta da segunda metade da década de 1980, o sindicalismo⁸, muito fruto da influência da Igreja Progressista, passou a ter importância significativa na organização dos atingidos, pois os mesmos também eram, na sua grande maioria, pequenos produtores rurais e integrantes de sindicatos dos trabalhadores rurais. Por intermédio dos sindicatos rurais, os atingidos se aproximaram dos trabalhadores urbanos e também da Central Única dos Trabalhadores (CUT).

Os primeiros cursos de formação dos quais os atingidos participavam não eram elaborados para debater, exclusivamente, a questão das barragens, mas envolviam, também, uma discussão mais ampla da sociedade, buscando formar lideranças que atuariam em

⁷ São inúmeros os professores universitários que colaboraram/colaboram com o MAB nas diferentes regiões do país, mas podemos destacar três que tiveram importante influência na matriz discursiva do Movimento: Carlos Bernardo Vainer, da UFRJ, discutindo o conceito de atingido; Célio Berman, da USP, debatendo o consumo da energia e; Dorival Gonçalves Junior, UFMT, discutindo o preço da energia.

⁸ Scherer-Warrer (2007), analisando a organização dos atingidos por barragens do rio Uruguai, destaca que a passagem da maior mediação da Igreja Progressista para o sindicalismo ocorreu de forma paulatina e em diferentes ritmos em cada região. Com a condenação da Teologia da Libertação pelo Vaticano, nos anos 80, os religiosos que a seguiram perderam apoio e poder de atuação junto à população.

diversos frentes de organização social. Assim, participavam dos cursos pessoas que colaboraram na organização dos atingidos por barragens, dos sem-terra, dos que se voltaram para a organização dos sindicatos combativos etc., sendo que, algumas vezes, uma pessoa poderia se fazer presente em mais de uma frente. Na formação de lideranças foram importantes os cursos realizados pela Escola Sindical Margarida Alves (ESMA – 1985/1987) e, posteriormente, pela Escola Sindical do Alto Uruguai (ESAU - 1987), no Sul do Brasil, enquanto que o Centro de Defesa dos Direitos Humanos do Submédio São Francisco (CDDHSF) se destacou no Nordeste brasileiro. A formação do Partido dos Trabalhadores (PT) e a participação de lideranças dos movimentos nos sufrágios eleitorais passaram a ser encaminhamentos destes cursos, mesmo que, muitas vezes, não de forma muito explícita.

Os cursos de formação qualificavam lideranças que organizavam os demais atingidos para fazer frente à forma como estavam sendo planejadas e realizadas as construções de barragens. Esta organização dos atingidos, seja por barragem ou por bacia hidrográfica, entrava em conflito tanto com as forças do Estado, que eram responsáveis pela construção dos empreendimentos, como com forças locais, que se posicionavam a favor da obra. Esta disputa se direcionou para a ocupação de cargos eleitorais, tanto em escala local (prefeitos e vereadores), estadual (governador e deputados estaduais) e nacional (presidente, senadores e deputados federais). Apesar de os grupos políticos, apoiados por uma significativa parcela de atingidos, conseguirem mobilizar uma grande quantidade de pessoas em atos públicos, nas urnas os resultados não eram os esperados, embora, geralmente conseguissem eleger algumas lideranças que os representavam.

As ações das lideranças dos diferentes movimentos que agregavam atingidos por barragens no Brasil procuravam garantir que os mesmos fossem aceitos como representantes dos demais atingidos, tanto em escala local como nacional, o que significava serem aceitos pela comunidade onde moravam e serem reconhecidos pelo Estado como interlocutores dos atingidos.

A garantia de uma indenização justa e a inclusão de famílias que não tinham documentos de posse da terra entre os que deveriam ser indenizados foram, as primeiras reivindicações das organizações dos atingidos, seguidas pela luta contra a construção da barragem ou pela alteração de projetos originais, buscando diminuir a área impactada.

As manifestações populares das organizações dos atingidos se davam tanto no sentido de enfrentamento direto frente à construção da barragem ou busca de indenizações que entendiam ser justas, como nos atos públicos por uma maior democratização do país. A esperança era a guia mestra das organizações dos atingidos, seja pela influência de

representantes da Igreja vinculados à Teologia da Libertação por meio do discurso da “Terra Prometida”⁹ ou por meio da luta política, que indicava a possibilidade de tomada de poder dos trabalhadores e a superação da exploração do capital.

Três focos de resistência das comunidades atingidas no Brasil se destacaram, no fim dos anos 70 e início dos anos 80, do século XX, a saber: na região Nordeste, na região Sul e na região Norte do país (VIEIRA, 2001).

Na região Nordeste sobressaíram os atingidos pela hidrelétrica de Itaparica, por intermédio do Pólo Sindical do Submédio São Francisco, que lutavam contra projetos hidrelétricos na região e pela indenização dos atingidos pelas barragens.

Na região Sul do país as ações dos atingidos se voltaram para a construção da hidrelétrica de Itaipu, no rio Paraná, e para as hidrelétricas planejadas na bacia hidrográfica do rio Uruguai, que afetariam comunidades do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Da organização dos atingidos de Itaipu surgiu o Movimento Justiça e Terra (MJT)¹⁰, enquanto que os atingidos pelas hidrelétricas no rio Uruguai formaram a Coordenação Regional dos Atingidos da Bacia do Rio Uruguai (CRAB).

Na região Norte tem-se a organização dos atingidos pela barragem de Tucuruí, por meio do Movimento dos Expropriados pela Barragem de Tucuruí. A luta por indenização direcionou as ações do Movimento nas negociações com a Eletronorte, responsável pelo empreendimento.

As lutas dos atingidos se deram em diferentes momentos da realização dos empreendimentos hidrelétricos (antes, durante e/ou depois), tendo objetivos diferentes e poder de organização e negociação também diferenciados. Uma das questões que sempre esteve envolvida nas discussões entre organização de atingidos e responsáveis pelos empreendimentos hidrelétricos foi a conceituação de atingido.

Neste capítulo propõe-se apresentar diferentes conceitos de atingidos por barragens que foram definidos pelos responsáveis pela construção destes empreendimentos, por instituições que financiam estas obras, por estudiosos do tema e pelas próprias organizações dos atingidos por barragens. Também apresentamos as matrizes teóricas e os principais debates que contribuíram para a organização e atuação do MAB.

⁹ Quando a religiosidade era muito presente nas manifestações dos atingidos, por intermédio de missas, romarias etc.

¹⁰ Maiores informações sobre a organização dos atingidos pela UHE de Itaipu poderão ser obtidas em Germani (2003) e Mazzarollo (2003).

1.1. O conceito de atingido por barragens

O conceito de atingido por barragem, que parece ser tão natural, principalmente entre as pessoas envolvidas com movimentos sociais, é construído socialmente e vem sendo remodelado ao longo dos tempos e em diferentes espaços. A ação dos atingidos e o aprendizado que estes vêm adquirindo nesta prática, que traz à tona novas necessidades discursivas e que leva a novas práticas, num constante movimento transformador de suas realidades, vai transformando-os enquanto tais e faz com que o conceito que os explique também seja reestruturado. A constituição do MAB deu uma identidade única aos atingidos por barragens, que, antes, eram identificados como afogados (FERNANDES, 2000), expropriados (MAGALHÃES, 1990) etc.

A empresa responsável pelo empreendimento hidrelétrico, ao planejar a obra, pré-determina seu conceito de atingido, que varia no tempo e no espaço, de empresa para empresa, sendo que algumas partem de um pressuposto mais participativo, em que algumas definições são tomadas com a participação dos atingidos e com o MAB (se este estiver organizado no local), enquanto outras já têm, de antemão, o entendimento de atingido e vai buscar implementar este conceito no local que atuará.

O conceito de atingido aplicado a cada barragem é geralmente cunhado no conflito entre os atingidos e os responsáveis pelo empreendimento, e no conhecimento/reconhecimento pelos atingidos de direitos que extrapolam a legalidade e questionam o projeto de desenvolvimento que vem sendo colocado em prática. Ao se definir quem é atingido está se delimitando a área e as pessoas impactadas pelo empreendimento, e, ao mesmo tempo, delimitando-se o território de luta entre os grupos conflitantes. Para os empreendedores, o importante é ter um conceito que limite ao mínimo a área e o número de pessoas atingidas, enquanto que, para o Movimento o objetivo é inverso.

O poder de organização e ação do MAB em cada barragem é um dos principais indicadores da abrangência que o conceito de atingido terá neste local. Nesta situação, a escala local ganha destaque, pois é ali que ocorrem as disputas que levarão à definição deste conceito. As demais escalas do conflito servirão de apoio, tanto com procedimentos que fortifiquem a ação local, como um apoio especializado nos momentos de negociações. Por isto é que em empreendimentos que estão sendo construídos ao mesmo tempo, e nos quais o MAB está atuando, ocorrem diferentes entendimentos sobre o conceito de atingido.

Vainer (2005) apresenta uma série de conceitos de atingido, que foram sendo delimitados, nos últimos tempos, pelo setor elétrico, por órgãos de financiamentos, no meio

acadêmico e outros, apontando um determinado reconhecimento de demandas feitas pelos atingidos, deixando, porém, a desejar, no momento de colocá-los em prática.

Uma primeira conceituação de atingido foi dada pelos empreendedores (MME, Eletrobrás e suas subsidiárias etc.), ao elaborarem seus primeiros projetos hidrelétricos, e estava voltada para uma “concepção territorial-patrimonialista”. A perspectiva é a ação do empreendedor, que é o elemento central na discussão, e entende-se como o atingido o proprietário da terra necessária para a implantação do empreendimento que tenha documentação sobre a mesma. A área de abrangência do empreendimento passa a ser entendida como de interesse público, e o responsável pela obra tem meios de fazer a desocupação da mesma, devendo indenizar quem se encontra com documentação legalizada perante as exigências do Estado.

Nesta situação não se reconhecem problemas sociais e ambientais, pois o que está envolvido é uma situação indenizatória, ligada à questão patrimonial e fundiária. Os encaminhamentos destes assuntos costumam ficar a cargo do Departamento de Patrimônio Imobiliário da empresa. O termo central deste debate é o direito de propriedade, tanto dos impactados como de quem recebe autorização para implantar o empreendimento. Dessa forma o conceito de atingido numa perspectiva social é negado, predominando o direito à desapropriação. A população é vista como mais um obstáculo a ser removido, numa perspectiva não muito diferente ao da remoção da fauna e a flora¹¹.

Uma segunda conceituação, também centralizada no empreendedor, porém levando em conta algumas demandas colocadas pelos atingidos¹², é a “concepção hídrica”, na qual atingido é aquele que se encontra na área a ser inundada, abarcando tanto proprietários como não proprietários (parceiros, meeiros, ocupantes etc.), que serão obrigados a migrar em função do empreendimento. Esta concepção aparece como uma pequena ampliação da abordagem territorial-patrimonialista, mas continua a não perceber impactos do empreendimento nas populações, que não são forçadas a migrar, devido à formação do reservatório. Aqui também se destaca o direito do empreendedor frente à população impactada. O impacto reconhecido é o impacto econômico, não se considerando as mudanças ambientais, políticas, sociais, psicológicos e culturais que ocorrerão.

¹¹ Nesta abordagem, o tratamento dado à população que mora na área da obra fica explícito nas palavras de um senhor que trabalhou na construção da hidrelétrica de Itaipu e, atualmente, está trabalhando em outra barragem. Numa conversa informal, ele reproduziu a fala de um dos diretores responsáveis pela remoção das famílias da área a ser inundada pela barragem de Itaipu, que lhe disse: “o importante é fazer a barragem e represar a água, pois depois que a água começar a ocupar as margens do rio a macacada [atingidos] pula fora por conta”.

¹² Destacamos aqui o discurso de “Terra por Terra”, o qual incluía, como atingido a ser indenizado, aquele que não tinha documento sobre a área da qual tirava seu sustento.

Outro conceito de atingido foi identificado por Vainer (2005), ao analisar documentos da *International Financial Corporation*¹³, do Banco Mundial e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Ele mostra que os órgãos de financiamento têm elaborado normas orientadoras a seus clientes, que dão um entendimento mais abrangente ao conceito de atingido, apesar de pequenas diferenças entre os mesmos.

Para os órgãos de financiamento, na conceituação de atingido, inserem-se tanto os que são impactados física ou economicamente. O deslocamento físico ocorre nos casos em que as pessoas são forçadas a migrar, tendo ou não documentação sobre a área em questão. Já o deslocamento econômico se dá quando as pessoas perdem o acesso às áreas produtivas das quais tiravam seu sustento ou parte dele, sem necessariamente terem que passar pela migração compulsória. Dentre os deslocados economicamente podemos citar casos de comerciantes que, possuindo vínculos econômicos com as famílias que migraram, têm seus ganhos econômicos reduzidos; pescadores, que são impactados pela diminuição do potencial de pescado a seu dispor, em função do barramento do rio; como também oleiros, comunidades de vazanteiros etc.. Além das pessoas que sofrerão impacto na área do empreendimento devem ser levados em contas os efeitos que a população que migra, de forma compulsória, causará no local onde se instala. Também devem-se considerar as perdas sociais que a população atingida venha a ter, como perdas comunitárias ou familiares – sociabilidade e afetividade, bem como possíveis impactos sociais e ambientais nas comunidades nas quais serão inseridos os reassentamentos .

A Comissão Mundial de Barragens (CMB), que foi formada por representantes de várias entidades com posições favoráveis ou críticas aos grandes empreendimentos e por especialistas do setor hidrelétrico, com o objetivo de fazer um diagnóstico independente da eficácia destes empreendimentos e sugerir alternativas, também buscou dar um sentido amplo ao conceito de atingido. Vainer (2005) destaca que as considerações da CMB se aproximam dos organismos de financiamento, dando destaque à questão temporal, chamando a atenção para os impactos que podem vir a ocorrer após a finalização do empreendimento, à realização de subprojetos associados ao empreendimento (linhas de transmissão, vias de acesso etc.) e aos impactos nas comunidades à jusante do barramento, que sofrerão com a mudança do nível hidrológico, da qualidade da água, do potencial de pesca etc.

Outro conceito apresentado por Vainer (2005) é o de “atingido comunidade”¹⁴

¹³ A International Financial Corporation constitui, por assim dizer, o braço privado do Grupo Banco Mundial.

¹⁴ Uma importante referência teórica utilizada nesta definição foi a dissertação de Mestrado de Sandra Tosta Faillace intitulada *Comunidade, Etnia e Religião: um Estudo de Caso na Barragem de Itá (RS/SC)*, defendida

destacando a inserção dos atingidos na comunidade onde residem, formando uma rede de sociabilidade. No momento em que um número considerável de famílias é obrigado a migrar, ocorrem perdas significativas na estrutura social das mesmas, chegando a inviabilizar a existência da comunidade. As famílias que não se encontram na Área Diretamente Afetada (ADA) deveriam ter o direito de optar por migrarem junto com as demais famílias da comunidade para o reassentamento, no qual poderiam ser mantidos os laços comunitários existentes, ou deveriam ser pensadas formas de mitigar estas perdas comunitárias.

Com a pressão dos movimentos e organizações sociais e ambientais¹⁵, a própria Eletrobrás passou a redefinir seu conceito de atingido, em documentos ligados ao setor elétrico, inserindo as dimensões ambiental, social e cultural na sua formulação. Desta forma, a empresa estatal passa a assumir os danos que foram motivo de muitos conflitos com os atingidos. A nova discussão colocada pela Eletrobrás vem por meio de seu planejamento regional, e passa a buscar a inserção regional de seus empreendimentos, de forma que não sejam desvinculados da área em que forem construídos. Assim, a área que abrange o meio físico e biótico passa a ser distinta daquela que envolve as relações sócio-econômicas e culturais. A dimensão temporal também é destacada, ao aceitar que existem impactos que surgem antes mesmo do início da obra¹⁶ e outros que só se farão sentir depois que o empreendimento estiver em funcionamento¹⁷.

Se, em seus documentos, os órgãos de financiamentos, a CMB e a Eletrobrás passam a apresentar um conceito amplo sobre atingido, na prática, várias empresas responsáveis pelos empreendimentos – tanto públicas como privadas -, além das empresas consultoras dos EIAs/RIMAs e os órgãos ambientais responsáveis pelos licenciamentos, continuam aplicando concepções vinculadas à patrimonialista e hídrica. Por isso, Vainer (2005) destaca que quem está dando uma função prática a estes documentos são os próprios atingidos organizados, por meio de pressão.

Um novo conceito de atingido vem sendo cunhado no seio do MAB neste início do século, o de “atingido pelo preço da energia”, fruto de sua nova orientação teórica e política¹⁸, baseado na reestruturação que ocorreu no setor elétrico, no qual as privatizações, o incentivo para construção de novas UHEs e a elevação do preço da energia surgem como algumas

em 1991 junto ao Museu Nacional/RJ.

¹⁵ Sindicatos, ONGs, instituições religiosas, movimentos sociais etc.

¹⁶ Como a diminuição de investimentos produtivos nas propriedades, as pressões para venda de propriedades ou abandono de áreas ocupadas.

¹⁷ Alterações nas características do setor pesqueiro, perda de áreas exploradas com atividades turísticas etc.

¹⁸ Orientação teórica voltada para a discussão do preço da energia e releituras de autores marxistas. Orientação política voltada ao enfrentamento direto com o capital na busca de se chegar a uma sociedade socialista. Estes temas serão detalhados nos demais capítulos.

consequências desta reestruturação.

A perspectiva da construção de centenas de grandes UHEs no Brasil ligadas aos interesses privados e, na maioria das vezes, de origem internacional, que buscam dominar as fontes de energia, levou o MAB a extrapolar suas ações das barrancas dos rios para abranger os trabalhadores urbanos. Juntamente com a privatização do setor elétrico veio a elevação do preço da energia, sendo que os maiores custos recaem sobre os trabalhadores, considerados consumidores cativos¹⁹.

Grandes grupos econômicos, que englobam empresas que vendem máquinas e equipamentos para hidrelétricas, bancos, construtoras, indústrias de cimento, indústrias eletrointensivas²⁰ etc., passaram a dominar o setor elétrico, seja por sua inserção nos consórcios de construção de UHEs e geração de energia elétrica e/ou pela compra de UHEs em operação, bem como pela aquisição de energia no mercado livre, a preços menores. O grande capital passa a ser beneficiado na construção dos empreendimentos hidrelétricos, seja pelo alto preço que passou a receber pela venda de energia elétrica, como pelo preço reduzido que poderá vir a pagar no consumo de energia e/ou por tornar-se autoprodutor da energia que virá a consumir.

Com o conceito de “atingido pelo preço da energia”, o MAB passa ter a compreensão de que não são apenas os moradores que se localizam na barranca dos rios onde são construídas as Usinas Hidrelétricas que sofrem os impactos negativos causados pela nova política energética, mas toda a população que se vê obrigada a pagar um elevado preço de energia para sustentar os altos lucros dos investidores, que se apropriam dos recursos naturais do país e comprometem a própria soberania nacional.

Nesta nova concepção de atingido, novas demandas passam ser colocadas em pauta pelo MAB, além daquelas que já são históricas, como a não construção de grandes hidrelétricas, de indenizações justas, de repotencialização de usinas hidrelétricas mais antigas etc. Dentre as novas demandas está a isenção de tarifas às famílias que consomem menos que 100 kw mês; aplicação do desconto da Tarifa Social de Energia²¹; igualdade de preços a serem pagos por todos os consumidores; garantia de que todas as residências tenham acesso à energia elétrica, bem como a construção de um Projeto Popular que elimine a exploração do capital sobre o

¹⁹ Consumidores Cativos são aqueles que são obrigados a consumir energia elétrica de uma única empresa distribuidora, não tendo opção de compra deste bem de outras empresas.

²⁰ Indústrias eletrointensivas são aquelas que consomem grande quantidade de energia elétrica.

²¹ Por esta tarifa, os consumidores familiares que consumirem abaixo de 220 kw/h possuem o direito de um desconto na sua tarifa de energia. Quanto menor o consumo, maior o percentual desse desconto. Como exemplo podemos destacar que, quem consumir até 30 kw/h, tem direito a 66% de desconto na tarifa; quem consumir até 100 kw/h, terá direito a 49% de desconto; e quem consumir até 220 kw/h, terá desconto de 26%.

trabalhador.

Envolver os trabalhadores urbanos no debate sobre este novo conceito de atingido e inserir este tema na pauta das organizações destes trabalhadores passa a ser uma das metas a ser alcançada pelo MAB nos próximos anos.

1.2. Matrizes teóricas e temas orientadores dos debates dos atingidos por barragens nos anos 80 e 90, do século XX

Podemos distinguir três momentos que diferenciam a intervenção político-educativa dos mediadores que influenciaram a definição das estratégias do atingidos por barragens em suas organizações nas décadas de 1980 e 1990, a saber: sob orientação da Igreja Progressista, pela atuação das escolas sindicais²² e pela formação técnica.

No primeiro momento, (1978 a 1986) destacaram-se setores progressistas da igreja, ligados à Teologia da Libertação (CPT e Pastorais da Juventude), desenvolvendo iniciativas na formação de lideranças e de organização das comunidades rurais. Buscava-se introduzir mudanças na visão conservadora das estruturas sociais arraigadas entre os agricultores. É a igreja popular, que, com a sua ação libertadora, passa a redefinir, com maior clareza, os limites entre o político e o religioso, valorizando o potencial libertador do universo simbólico popular com uma ação pastoral mais perto dos valores e das necessidades populares, enfatizando a justiça social.

Visava-se a construção de uma “nova sociedade”, sustentada por uma democracia de base através da participação. Para tanto, fazia-se necessário quebrar a estrutura comunitária hierarquizada existente, baseada na centralidade de poder do líder da comunidade. Os debates se estruturavam sobre a exploração e o domínio do capital sobre a sociedade e a necessidade de organização dos pobres para combatê-lo. Entendia-se que “[...] as barragens, filhas do ‘mal maior’, o capitalismo, deveriam ser exorcizadas” (MORAES 1996, p.145).

Se, por um lado, a igreja popular contribuiu para a organização dos atingidos por barragens, por outro, discutir a ameaça da construção de barragens serviu, muitas vezes, como porta de entrada para a mesma igreja popular adentrar nas comunidades. Simultaneamente à organização dos atingidos por barragens, de forma imbricada, foram se formando oposições sindicais e comissões provisórias de fundação do Partido dos Trabalhadores (PT), pastorais

²² Escolas de educação informal ligadas a STRs combativos destinadas à formação de lideranças sindicais, que surgem na década de 80 e passam a ser controladas pela CUT nos anos 90. Por intermédio destas escolas os sindicatos buscavam autonomia em relação à igreja no que tange à formação de lideranças. Como exemplo podemos destacar: Escola Sindical Margarida Alves (região Sul), Instituto de Formação e Assessoria Sindical (GO) e STR de Santarém (PA) (MORAES, 1994).

rurais, grupos de mulheres etc. Movimentos sociais, como o MST, têm uma gênese parecida, o que faz com que, desde seu início, vários movimentos tenham uma aproximação. A Igreja, dentro da perspectiva da Teologia da Libertação, foi um centro de formação de várias lideranças, que, por sua vez, foram sendo responsáveis pela formação de vários movimentos sociais. A formação de lideranças, propiciada pela igreja progressista, concentrava-se em cursos de fim de semana, assimétricos e esparsos, sem continuidade a médio e longo prazos.

O segundo momento (1986 a 1989) é marcado pelas escolas sindicais, que redirecionaram os rumos e estruturas organizativas dos movimentos rurais. Destaca-se, a partir de então, o surgimento de novas instituições capazes de assumir o papel político-educativo, bem como a perda de espaços da igreja progressista e popular pela igreja com posições mais conservadoras²³, que usa vários termos básicos da Teologia da Libertação, porém, despolitizados.

As lideranças formadas, e já atuantes, conseguiram ganhar a direção de vários sindicatos, mas, muitas vezes, faltavam-lhes maiores conhecimentos para conduzir essas instituições. Surge a necessidade de uma formação continuada e com objetivos mais estratégicos. Nasce, então, as escolas sindicais, que tinham como público alvo lideranças que já participavam de movimentos. Os cursos eram divididos em várias fases, com duração de cinco dias cada (MORAES, 1994).

A proposta maior das escolas sindicais era a transformação da sociedade capitalista em socialista. “Acreditava-se no salto imediato dos regimes de grupos (corporativismo) ao regime de igualdade, pela tomada de poder do Estado em todos os seus níveis (municipal, estadual e federal)” (MORAES, 1994, p.169). A atuação das lideranças priorizava ações junto aos sindicatos combativos e a formação e expansão do Partido dos Trabalhadores.

O terceiro momento (anos 1990) é marcado pela “formação técnica” e caracteriza-se por se preocupar com as demandas imediatas e específicas dos movimentos, colocando “a organização em torno das questões do cotidiano no centro da construção de um projeto político” (MORAES, 1994, p.192). As escolas sindicais acabam sendo encampadas pela Central Única dos Trabalhadores (CUT) e passam a ter como público alvo os dirigentes sindicais municipais, no intuito de ampliar o horizonte de compreensão do mundo para além das escalas local e regional, chegando à global.

A percepção da existência de muitos tipos sociais nos municípios (assalariados,

²³ Igreja com proposta mais contemplativa, voltada a um mundo espiritualizado, para o qual o mais importante é a salvação da alma. Segundo Maués (2001), a Igreja Conservadora é formada por dois movimentos, um tradicional e outro moderno.

produtores de subsistência, produtores integrados de fumo e frango, etc.) deixa clara a alteração provocada pela penetração do capitalismo no campo. Abandona-se a concepção teórica sobre classes sociais baseadas na burguesia, pequena burguesia e assalariados e passa-se a trabalhar com uma diversidade social maior.

Surge a necessidade de se trabalhar com questões econômicas do cotidiano e adotar políticas de alianças. A formação passa a ter um perfil de capacitação profissional, subsidiando seus participantes com informações técnicas (custos, gastos, margem de lucro etc.) para que, no momento de negociar, consigam enfrentar o “outro lado” com clareza política e ideológica. O aspecto politizante fica relegado a um segundo plano e se aposta nos resultados econômicos.

No que tange aos principais eixos que orientaram as ações contestatórias das organizações de atingidos por barragens, Ruszczuk (1997) vai destacar que, até meados dos anos 1990, predominava a luta pela terra, a questão energética e a questão ambiental.

A luta pela terra foi o primeiro eixo contestatório do MAB, pois a construção da barragem significava, logo no primeiro momento, a perda da terra de trabalho e de moradia, a remoção compulsória dos agricultores de suas áreas de produção, que, ao mesmo tempo, eram as áreas que apresentavam outras dimensões da vida, como a social, a política e a cultural. As idéias de indenizações justas ou da troca de terra por terra vão demonstrar essa questão. A terra era o elemento agregador dos atingidos, envolvendo tanto os proprietários como os não-proprietários, mas que viviam “dos frutos” da mesma; abarcava os mais variados tamanhos de propriedades e posses; e as distintas formas de produção, independentemente da maior ou menor relação com o mercado ou com maior ou menor grau tecnológico. Apesar destas diferenças, e devido à possibilidade de perda da terra que utilizavam para sua sobrevivência, passaram a formar um grupo único e a serem identificados como atingidos.

Ter que sair da terra em que viviam significava uma conotação negativa, ou a desestruturação de sua atividade econômica, social e cultural, podendo representar o fim de sua existência, de seu sustento e, especialmente, da sua condição camponesa, caso fossem obrigados a migrar para as áreas urbanas. Para os atingidos dos projetos na bacia do rio Uruguai, por exemplo, a possibilidade de serem reassentados pelos projetos do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) em Mato Grosso, Rondônia ou em outros estados da fronteira agrícola, ampliava ainda mais seus temores, pois tinham notícias das dificuldades passadas por quem já migrara para estas áreas.

A questão da terra envolvendo os atingidos pelas barragens foi inserida na discussão política da esquerda ligada ao sindicalismo cutista, que agia no processo de luta pela terra,

que incluía os atingidos sem documentos de posse de terras como grupo que deveria ser reassentado, permitindo uma aproximação maior das organizações dos atingidos com o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST), realizando encontros, debates e atos públicos em conjunto. (RUSZCZYK, 1997).

Entendia-se que o Estado, com seu projeto modernizador, ligado aos interesses do grande capital nacional e transnacional, excluía os pequenos produtores do campo por meio da “modernização” da agricultura e dos projetos de intervenção e infraestrutura, como a construção de barragens. Por isso o Estado era um inimigo a ser combatido e, dessa forma, era fundamental a aliança dos vários movimentos sociais para fazer frente à sua política excludente. A luta pela terra, que era a luta contra o Estado defensor e propulsor do capitalismo, era entendida como uma expressão da luta de classes.

A contestação sobre o modelo energético ocorria questionando-se a necessidade de construção de tantas barragens e, posteriormente, indagando-se para quem a energia seria gerada. Esses questionamentos iniciais se davam de forma superficial, porém, com o aprofundamento dos debates promovidos pelos atingidos, foi se percebendo a existência de um modelo de desenvolvimento que estava sendo estruturado sobre o consumo intenso de energia, tendo as hidrelétricas como principal fonte geradora. Além de questionar para quem seria destinada a energia, passava-se a indagar, também, sobre qual seria sua finalidade (para que?).

A percepção da construção das barragens para sustentar um modelo de desenvolvimento vai levar a uma disputa ideológica entre os que defendiam a construção das mesmas (barrageiros) e as organizações dos atingidos. Os barrageiros viam as barragens como sinal de progresso nacional e como surgimento de novas oportunidades econômicas para as comunidades locais, por meio dos empregos que iriam gerar ou das novas oportunidades de negócios que surgiriam, como na área do turismo e do comércio em geral. As organizações dos atingidos questionavam a idéia de progresso que vinha sendo colocada em prática, destacando que ela seria geradora de um modelo de desenvolvimento excludente, que não traria benefícios aos atingidos e nem à sociedade regional onde as barragens seriam construídas. Alegavam, ainda, que a barragem se tornaria um enclave que levaria para fora da região os bens por ela produzidos, ocorrendo apenas a captura da área do empreendimento por grupos financeiros nacionais e/ou internacionais (VAINER e ARAÚJO, 1992).

Inicialmente, o debate sobre o modelo de desenvolvimento e, nele, a questão energética, foi recusado pelas organizações dos atingidos, que denunciaram o modelo excludente que vinha sendo implantado, entendendo que não lhes caberia apresentar alternativas.

Posteriormente, apresentaram como opções ao modelo energético que estava baseado nas grandes barragens a construção de Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs), a repotencialização de usinas hidrelétricas com maior tempo de uso e investimentos em formas alternativas de energia como a solar, eólica etc. (Caderno N. 7 do MAB, s/d).

O debate sobre a questão energética amplia a possibilidade de alianças da organização dos atingidos com outros setores organizados da sociedade, como sindicatos do setor elétrico, e leva à aproximação com novas assessorias voltadas para a questão²⁴. A importância da presença das organizações dos atingidos nos debates sobre a questão energética vai sendo ampliada, chegando as mesmas a assumirem a coordenação do documento sobre energia, na Convenção Paralela da Eco 92. A ampliação do reconhecimento do poder dos atingidos ocorre paralelamente ao crescimento das discussões sobre a privatização do setor elétrico brasileiro, durante o governo Collor. Com a ameaça da privatização do setor elétrico, os atingidos passam a ter uma aproximação maior com os trabalhadores deste setor, na luta contra as privatizações e contra os cortes de verbas para o mesmo, pois isso se refletiria diretamente nos acordos de indenização que haviam sido assinados nas diversas regiões onde haviam sido construídas barragens.

A questão ambiental foi constantemente referenciada nas discussões que envolviam a construção de barragens e ainda é utilizada como uma forma de questionar estas construções. A aproximação com entidades internacionais financiadoras de projetos voltados à questão ambiental foi um dos impulsionadores desse debate. A intensificação de debates sobre este tema foi influenciado, também, pela realização da Eco-92 que criava uma expectativa “de organização da sociedade civil, em nível planetário, em torno de uma reflexão e ações sociais globais e localizadas, orientadas no sentido de apontar perspectivas para os grandes e graves problemas ambientais” (FUNEZ, 2002 p. 74).

Na luta dos diferentes grupos atingidos por barragens não houve uma ação homogênea em relação à questão ambiental. O que se apresentou de mais concreto, destacado e sintetizado foram as ações realizadas pela Comissão Regional dos Atingidos por Barragens (CRAB)²⁵ e que serão utilizadas aqui para exemplificar o pensamento dos grupos atingidos.

Para assessorar a CRAB na implementação de suas ações ambientais buscou-se assessoria junto ao Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI). Nos debates internos da CRAB, junto com sua assessoria, buscaram-se elementos ligados à questão

²⁴ Principalmente com ONG's Ambientais

²⁵ Comissão Regional dos Atingidos por Barragens que se localizava na região Sul do Brasil, com maior atuação na região do Alto Uruguai (divisa entre os estados do RS e SC).

ambiental que pudessem ser utilizados como instrumento na luta contra as grandes barragens, que, segundo FUNEZ (2002), representaria colocar uma roupagem “verde” na velha luta da CRAB.

Pela participação da CRAB nos fóruns de discussões voltados à questão ambiental, destacando-se principalmente os impactos que as grandes barragens provocariam, foi possível constatar-se que ela era a maior entidade voltada a debater este tema na região do Alto Uruguai, o que lhe proporcionava a oportunidade de ocupar, cada vez mais, os espaços que envolviam essa discussão, como também lhe deu legitimidade para elaboração de um amplo Projeto de Educação Ambiental, envolvendo atingidos e secretarias de educação dos municípios impactados pelas barragens no rio Uruguai. Segundo Funez (2002), de 1992 a 1998, a CRAB organizou 36 cursos com carga horária de 60 horas sobre educação ambiental em 34 municípios da área de abrangência da bacia hidrográfica do rio Uruguai e em alguns reassentamentos de atingidos pelas barragens de Itá e Machadinho, envolvendo aproximadamente 1.570 professores da educação básica e muitos atingidos.

Por meio dos cursos de Educação Ambiental, a CRAB buscava questionar o conceito de ambiente utilizado pela ELETROSUL, que se restringia ao manejo dos meios físico e biótico, como controle da água, para que não comprometesse a vida útil das turbinas e controle do assoreamento do reservatório, para garantir que fosse acumulada a quantidade de água necessária para a geração de energia. Nesta perspectiva, como afirmam Vainer e Araújo (1992), fica claro que o ambiente que a ELETROSUL destacava era o “ambiente do setor elétrico”, no qual a população humana afetada era apenas mais um elemento constituinte desse ambiente. A proposta de educação ambiental da CRAB visava apresentar um novo conceito de ambiente, buscando afirmar um novo padrão de relacionamento entre homem e ambiente, que não excluísse a grande maioria da população do desenvolvimento e nem levasse à degradação do ambiente natural, no qual a sociedade se integra e desenvolve-se com a natureza, e não contra ela. Tomou-se como diretriz de atuação a “pedagogia de resistência”, que visava resgatar o inconformismo, a indignação e a rebeldia através do esclarecimento, oferecendo subsídios conceituais e metodológicos que dessem condições de entender e relacionar a abordagem global com as ações locais que envolviam os participantes dos cursos. Buscava-se alterar a idéia de receitas prontas sobre educação ambiental, destacando-se uma visão de processo de construção mutável ao longo do tempo e do espaço e, ainda, incentivar a participação dos professores nos movimentos de resistência.

As temáticas e metodologias dos cursos eram organizadas levando-se em conta as concepções e compromissos defendidos pela CRAB, devendo proporcionar a formação de

indivíduos críticos, capazes de entenderem o mundo, possibilitar a realização de diagnósticos da situação ambiental regional e proporcionando conhecimento para uma futura intervenção. Foram definidos três temas a serem discutidos nos cursos: Meio Ambiente e Desenvolvimento; Realidade Mundial e Sócio-Econômica Ambiental; Possibilidades Didático/Metodológicas para o Ensino da Educação Ambiental no Contexto Escolar (FUNEZ, 2002).

Foi elaborado material didático e pedagógico visando apresentar o conceito de meio ambiente defendido pela CRAB, que era fruto de discussão com suas assessorias. Cada tema discutido era dividido em vários subtemas que, além de apresentarem situações que ocorriam nas mais variadas partes do globo, buscavam destacar situações que envolviam impactos ligados ao projeto de construção das barragens na bacia do rio Uruguai. Assim, debateram-se as consequências das barragens para a fauna e flora, bem como para a população ribeirinha; analisou-se o modelo de desenvolvimento que vinha sendo colocado em prática nos municípios e buscou-se perceber se eram sustentáveis, do ponto de vista econômico, social e ecológico; estudaram-se os movimentos ambientalistas e suas lutas frente ao modelo econômico que se apoderava dos recursos naturais, sustentando-se sobre a destruição ambiental, incluindo a CRAB, sindicatos, associações de moradores e outros no rol desses movimentos. Debateu-se a questão da geração e consumo de energia, em especial da oriunda de hidrelétricas, destacando-se para que e para quem seria essa energia, quem seriam os maiores prejudicados e quem ficaria com os maiores benefícios; analisou-se como a produção agrícola foi se transformando, ao longo dos tempos e na área em que os participantes dos cursos viviam, e como o modelo da modernização da agricultura estava afetando os agricultores na região, levando muitos a abandonar o campo, podendo este abandono ser ampliado de forma significativa com a construção das barragens; debateu-se a conjuntura mundial, a nacional e a local que se colocava naquele momento, destacando-se a necessidade de as pessoas da localidade terem um projeto para suas áreas e que os grandes problemas sociais e ambientais do momento estavam vinculados aos projetos dos grupos dominantes da sociedade; discutiu-se como poderia ser trabalhado em sala de aula com os alunos aquilo que os professores haviam debatido no curso.

Funez (2002) destaca que, mesmo sabendo-se que para mudar uma concepção predominante leva-se tempo e precisa-se de muitas ações educativas, pelo número de pessoas envolvidas e pelos debates que surgiram durante a realização dos cursos, conseguiu-se alcançar o objetivo proposto, qual seja, o de implantar a idéia de que é preciso ter-se uma nova concepção de meio ambiente, que levasse em consideração uma relação “harmônica”

entre meio natural e sociedade humana. Porém, Ruszczik (1997) vai destacar que, na elaboração do material didático pedagógico dos cursos, tinha-se uma visão do ambiente na sua totalidade, mas o debate sobre esta questão se deu de forma parcial e localizada, abrangendo apenas a área a ser impactada pelo empreendimento, onde se encontravam os atingidos; e, também que o ambiente, para a CRAB, é entendido como o ambiente do atingido e está ligado ao conceito de atingido como aquele que é impactado pelo empreendimento em si, não a sociedade como um todo. O autor também relata que, para a CRAB, um debate ambiental maior deveria ser realizado pelas ONGs, que estariam voltadas a ações relacionadas à melhoria de qualidade de vida e sua relação com o meio ambiente, que eram ideais pequeno burgueses, enquanto a CRAB deveria deter-se à luta revolucionária, voltada principalmente à luta pela terra.

O debate sobre a questão ambiental foi um marco importante no interior da CRAB, e causou alterações na sua equipe de profissionais técnicos, pois integrantes que tinham uma visão mais ampliada sobre a questão ambiental afastaram-se da entidade. Segundo um ex-técnico da CRAB que se afastou da entidade, seria fundamental investir-se no aprimoramento jurídico e técnico, para se ter mais campo de ação frente à construção de grandes barragens, aliando-se cada vez mais questões técnicas e questão política nesse enfrentamento. Ele destacou, ainda, que a idéia de ação centrada apenas no campo político seria “uma visão muito igrejeira, muito basista” fruto da formação histórica da CRAB (entrevista de J.C.R., 2007). No entender de outro integrante da CRAB, alinhado à idéia que prevaleceu, fortificar a área técnica seria transformar-se em ONG, o que acabaria afastando o “povo” do debate, tirando-lhe o protagonismo, seria uma instituição sem povo, não um movimento de massa e a transformação social só seria obtida com a pressão popular, “pois ela é a única coisa que mete medo na burguesia (...) Pra ter pressão popular tem que ter muita gente, povo na rua. Pra ter povo na rua tem que ter movimento, porque com ONG tu não consegue” (entrevista de G.S., 2007). Ruszczik (1997 p. 156) questiona até que ponto o trabalho que a CRAB vinha realizando na região do Alto Uruguai, envolvendo, principalmente, os reassentamentos, “não está muito próximo ao feito por ONGs com caráter participativo e popular e algumas “pitadas” de movimento social”.

O resultado deste debate foi o predomínio das idéias do grupo a favor da atuação dos atingidos por intermédio de movimento social e, como apontamos acima, ocorreu o afastamento do grupo que defendia a formação de ONG.

1.3. Matrizes teóricas e temas orientadores para a luta antissistêmica

Neste item serão apresentados novos elementos teórico/organizacionais que o MAB passou a discutir nos primeiros anos desta década e que foram colocados como prioridade de atuação no Congresso Nacional do Movimento, realizado em março de 2006, na cidade de Curitiba (PR). Esta redefinição teórica/organizacional está ligada à aproximação e posterior inclusão do MAB com a Via Campesina e a Consulta Popular, o que levou o Movimento a repensar seus propósitos e formas de ação, bem como a necessidade de novos subsídios teóricos que servissem de orientação.

Para a compreensão desta nova fase, na qual o MAB passa a se inserir, realiza-se uma descrição de algumas idéias contidas em textos debatidos pelos integrantes do Movimento e uma caracterização da Via Campesina e da Consulta Popular, que são instituições que passaram a balizar as ações do MAB.

1.3.1. Novas matrizes teóricas na luta antissistêmica

As mudanças impostas pelo neoliberalismo à economia e à política mundial, com seus efeitos nacionais e, mais especificamente, em relação à política energética, levou o MAB a se reestruturar. Ter um conhecimento mais aprofundado dos efeitos destas mudanças e traçar novos caminhos a serem seguidos pelo Movimento passaram a integrar a pauta de discussões. A realidade que o MAB estava vivenciando era a do domínio cada vez maior do capital privado sobre o setor elétrico, discussão para construção de centenas de novas hidrelétricas²⁶, ocorria a diminuição do tempo entre a proposição para a realização dos empreendimentos e o início da construção das hidrelétricas. Também, ocorria de forma cada vez mais intensa, a judicialização do Movimento; as empresas privadas buscavam desmoralizar o MAB junto às comunidades a serem atingidas por novos empreendimentos hidrelétricos; defendia-se a posição de que depois de ocorrer as indenizações a maioria dos atingidos se distanciava do Movimento.

A partir destas constatações, lideranças do MAB passaram a fazer uma leitura marxista, com destaque ao marxismo-leninista, pela qual organizaram um pensamento que se fundamenta na compreensão da realidade vivenciada associada a uma nova dinâmica de ação, buscando se inserir nas discussões mundiais sobre a possibilidade de “um outro mundo” e na

²⁶ No Plano de Energia para 2015 estavam previstas a construção de mais de 400 hidrelétricas no país.

organização de um projeto popular para o Brasil, como veremos a seguir.

Com a expansão do neoliberalismo, ocorreu uma nova corrida, por parte de grandes empresas, a fim de se apoderarem das empresas estatais e dos setores da economia que as mesmas dominavam. O Estado interventor, principalmente em decorrência da crise de 1929 e da Segunda Guerra Mundial, passou a diminuir seu poder de intervenção por intermédio das privatizações, ampliando-se a separação entre poder econômico e político. O discurso dos defensores do neoliberalismo era marcado pelo sonho de se voltar à livre concorrência nas atividades que estavam sob domínio do Estado, o que levaria a uma melhoria na qualidade e queda de preços dos produtos e serviços oferecidos.

O entendimento que as lideranças do MAB passaram a ter é que estava ocorrendo uma nova onda de expansão do capital, na forma imperialista, porém com a máscara neoliberal. Um número reduzido de empresas estava se apossando das fontes de energia elétrica oriunda de usinas hidrelétricas em diferentes países. Dentre estas empresas tinham as que dominavam diferentes matérias-primas em vários países. Estaria ocorrendo uma apropriação de territórios por parte destas empresas, que, no afã de ampliar seus lucros e aumentar seus capitais, estavam expropriando e desestruturando muitas comunidades tradicionais. A ampliação do domínio do capital financeiro sobre a economia mundial, centrado em bancos e organizações internacionais de financiamento, era o que dava a sustentação a este novo modelo de expansão do capitalismo.

O discurso neoliberal de que a quebra do monopólio do Estado em diversos setores econômicos promoveria concorrência entre capitais resultando na diminuição dos preços dos produtos oferecidos, logo nos primeiros anos de sua implantação, passou a ser criticado, pois ocorreu elevação dos preços dos serviços e produtos oferecidos, como também as melhoras prometidas ocorreram apenas para grupos específicos e não para a população como um todo. No que tange a geração e distribuição de energia, a livre concorrência não ocorreu, mas sim a transferência do monopólio do Estado para o setor privado. Tendo o domínio sobre o setor energético o capital privado procura obter o maior lucro possível.

O que estaria ocorrendo era a implantação, em escala mundial, de um novo colonialismo, centrado no domínio de grandes empresas, que tem suas origens em países desenvolvidos, com o apoio de grupos nacionais. Este novo colonialismo, caracterizado como imperialista e monopolista, é semelhante ao que ocorria no fim do século XIX e início do século XX. Ao analisar-se a caracterização que Lênin (1987) fazia daquela época e ao compará-la com a atualidade podem-se identificar muitas semelhanças.

Sobre o imperialismo, Lênin (1987, p.88) destaca as seguintes características

fundamentais:

- 1 – concentração da produção e do capital atingindo um grau de desenvolvimento tão elevado que origina os monopólios cujo papel é decisivo na vida econômica;
- 2 – fusão do capital bancário e do capital industrial, e criação, com base desse capital financeiro, de uma oligarquia financeira;
- 3 – diferentemente da exportação de mercadorias, a exportação de capitais assume uma importância muito particular;
- 4 – formação de uniões internacionais de monopolistas de capitalistas que partilham o mundo entre si;
- 5 – termo de partilha territorial do globo entre as maiores potências capitalistas.

Buscando explicar a formação de monopólios e suas conseqüências, Lênin (1987) destaca que o monopólio nasceu da concentração da produção; os monopólios conduziram ao controle cada vez maior das principais fontes de matéria prima; eles se desenvolveram através de bancos; resultam da política colonial. Tem-se a impressão que a realidade vivenciada por Lênin se transferiu para a atualidade.

Ao fazer a análise sobre como o MAB vinha se organizando e atuando, lideranças do Movimento identificaram que sua organização era artesanal e sua atuação estava centrada na questão econômica, não contribuindo para que ocorresse, realmente, transformação social, apenas, ou no máximo, reformas sociais que poderiam ser perdidas a qualquer momento. Tratando mais especificamente da luta do MAB, o que se via era uma “falta de lógica” por parte do capital na forma de indenizar os atingidos, sendo que ganhos econômicos e sociais ocorridos em uma barragem não se repetiam em outra. Continuaría sendo as condições de organização e ação do Movimento que definiriam as condições de indenização. Também, ficou evidente para as lideranças que não seria possível cessar a política de construção de grandes barragens mantendo-se a atual lógica de atuação do Movimento.

As lideranças interpretaram que a trajetória do MAB vinha sendo marcada por uma proximidade com as idéias de Bernstein e outros revisionistas (LUXEMBURGO, 1999), que acreditavam ser possível fazer a transformação da sociedade por reformas sociais, negando a necessidade de expropriação da classe capitalista. Neste sentido a ação dos sindicatos, cooperativas e dos parlamentares eram de grande importância.

Os sindicatos deveriam garantir a melhoria da situação material dos operários, com ações voltadas ao aumento de salários e redução de tempo de trabalho. Porém, destaca Luxemburgo (1999), que se ocorrer uma crise, os capitalistas ameaçam as conquistas sociais dos trabalhadores e muitos sindicatos passam a lutar, simplesmente, para manter as conquistas já realizadas. A possibilidade de perda das conquistas dos trabalhadores seria iminente.

As cooperativas de produção seriam um ser híbrido na economia capitalista, ou seja, a pequena produção socializada dentro de uma troca capitalista e por elas seria possível controlar o lucro do capital comercial. Luxemburgo (1999) rebate esta idéia de Bernstein destacando que no capitalismo a troca domina a produção, e a força de trabalho fica presa às necessidades do mercado, podendo ser dispensada em certos momentos. Em momentos de crise, ou a cooperativa agiria como uma empresa capitalista ou tenderia a se dissolver.

Para Bernstein o parlamento burguês era indicado como o órgão para fazer a transformação social da história, ou seja, a passagem da sociedade capitalista para a socialista, e a democracia é colocada como ponto de destaque político. Em sua análise, Luxemburgo (1999) destaca que a democracia não é uma criação do capitalismo, que a mesma já se fez presente em formações sociais primitivas, escravagistas, absolutistas etc., mas sempre para garantir as formas de poder existentes e, quando ameaçava este poder, era abandonada.

A teoria de Bernstein se atinha, unicamente, à reforma da ordem capitalista, não à supressão do assalariamento, buscava a diminuição da exploração sobre o trabalhador, em suma, a supressão dos abusos do capitalismo e não do próprio capitalismo. Partindo destes pressupostos a luta dos trabalhadores teria a finalidade de alcançar uma forma mais justa de repartição dos lucros da riqueza social. Mantendo-se o Estado capitalista, a lógica do capital é que prevalecerá e o mesmo estará a serviço do capital.

Negando as idéias de Bernstein, Luxemburgo (1999) diz que este autor abandonou a “teoria do desmoronamento”, negou a necessidade de expropriação e estabeleceu como finalidade do movimento operário a realização progressiva do “princípio do cooperativismo”, que representa uma adaptação ao capitalismo. Nesta perspectiva colocava em xeque a existência de classes, a necessidade da luta de classe e proclama a reconciliação com o liberalismo burguês.

A lógica dos Novos Movimentos Sociais, as negociações do PT com partidos políticos que representam os interesses do capital, a submissão das centrais sindicais ao ditame do capital foram amostras de que o projeto popular que veio sendo construído nas últimas décadas no Brasil era apenas reformista.

Para fazer frente ao capitalismo fazia-se necessário a profissionalização dos movimentos sociais com posição antissistêmica e que, para tanto, dever-se-ia atuar em três frentes: política, econômica e teórica. O trabalho artesanal é marcado pela espontaneidade das pessoas, desprovida de maior preparação e estudo, não agregando conhecimentos sobre si e sobre outros grupos sociais, impedindo uma boa organização e a possibilidade de, realmente, fazer frente ao capital. A visão economicista é marcada, também, pela espontaneidade das

massas, incitando os operários a pensar somente na atitude do governo em relação à classe operária, não levando ao desenvolvimento da consciência política dos operários e desemboca na impotência política (LÊNIN, 1979). A profissionalização e garantia de estabilidade para as lideranças passaram a ser entendidas como fundamentais, pois, somente capacitados e podendo se dedicar à causa na qual estão envolvidos, teriam a possibilidade de promover um processo de grandes transformações sociais. Seriam estas lideranças profissionais que conseguiriam transformar a luta espontânea dos operários em uma verdadeira luta de classe. Estas lideranças formariam a vanguarda da organização, que deveria ser integrada tanto por trabalhadores como por intelectuais, sendo que estas diferenças não deveriam ser motivos de hierarquia entre eles. Esta vanguarda deve ser em um número reduzido e formada por pessoas experientes que devem ter estabilidade em suas atividades, e serem aptos a fazer campanhas de denúncia e agitação junto à classe trabalhadora.

Conforme foi destacado anteriormente, a atuação das lideranças deve levar a uma atuação que extrapole a questão econômica, inserindo discussões políticas e debates teóricos. Para tanto, faz-se necessária a adoção de matrizes teóricas que realmente conduzam os trabalhadores a lutar por uma “outra sociedade”²⁷. Torna-se importante a leitura e o domínio do conhecimento, tanto para lideranças como para os trabalhadores, não devendo o nível de conhecimento das lideranças rebaixar-se ao nível das massas, como destacavam os economistas, e sim, elevar o nível de consciência dos trabalhadores, com leituras populares acessíveis aos diferentes graus de conhecimento dos mesmos.

Neste sentido o setor de educação²⁸ do MAB passou a ser mais valorizado, fomentando e buscando condições objetivas para que militantes pudessem participar de cursos técnicos ou de nível superior nas escolas mantidas pela Via Campesina e, também, participar de convênios com faculdades e universidades públicas e privadas, nas quais, ou de forma individual, ou na formação de turmas especiais, seus militantes pudessem se qualificar. Cursos de formação de militantes de maior duração (15 dias a 30 dias), com várias etapas, também passaram a ser realizados junto a universidades ou contratando consultorias particulares.

Buscar conhecimentos fora do mundo dos trabalhadores e deslocar lideranças para conhecer novas realidades e contribuir com seus conhecimentos em diferentes locais são ações que passaram a ser estimuladas no Movimento.

²⁷ Podemos no referir a Lênin (1979:52) quando destaca que “sem teoria revolucionária, não há movimento revolucionário”.

²⁸ A questão da educação será apenas mencionada neste trabalho, porém é um interessante tema para pesquisa futuras.

Junto com a centralização de poder está vinculada a escala nacional das ações, devendo as ações locais ser submetidas aos ditames da coordenação nacional. A centralização das decisões evitaria a perpetuação das ações espontâneas e possibilitaria uma formação paulatina e seqüencial de lideranças e das massas, formando um pensamento homogêneo em relação à exploração do capital sobre o trabalho.

A avaliação feita pelas lideranças do MAB é que a prática do Movimento estava deficitária de referências teóricas e de um plano prático, atendo-se a uma função sindical e não conseguindo estimular a criação de uma organização que pudesse contribuir para que fossem realizadas grandes transformações sociais. O máximo que conseguiam eram algumas reformas sociais em benefício dos trabalhadores, enquanto, o capital monopolista continuava a se expandir de forma acelerada. Superar a visão puramente economicista e artesanal (sindicalista-reformista) predominante no MAB passava a ser uma necessidade primordial. O MAB passa a negar, em parte, as matrizes discursivas que o orientaram até o momento, sintetizadas na idéia de Novos Movimentos Sociais.

Diante da nova realidade apresentada o que deveria o MAB fazer? Acabar com a lógica de pensamento despolitizada dos Novos Movimentos Sociais e organizar um novo projeto popular, embasado de forma mais profunda na teoria marxista.

1.3.2 . A Via Campesina

A gênese da Via Campesina está ligada ao estreitamento das relações entre ativistas de organizações rurais de vários continentes, ainda na década de 1980, ligados a mudanças na governança mundial²⁹ e ao viés neoliberalizante tomado pelas políticas agrícolas mundiais naquela década. Neste período ocorre uma aproximação de vários ativistas de diferentes países, com diferentes culturas e objetivos, que tinham em comum, na época, a luta contra as negociações do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT), atual OMC, por entenderem que elas eram prejudiciais aos pequenos agricultores e camponeses do mundo todo, e por fazerem oposição às grandes empresas transnacionais do agronegócio, principalmente as ligadas aos produtos transgênicos. Eram ativistas que se posicionavam contra a globalização

²⁹ Os Estados nacionais passaram a sofrer tripla pressão: ‘de cima’, a partir da globalização, que implicou em que parte do poder de controle do estado fosse cedido a mecanismos de regulação supranacional, como a OMC, o FMI e o Banco Mundial; ‘de baixo’, a partir da descentralização parcial dos poderes políticos, fiscais e administrativos do estado nacional, que passam a ser mais compartilhados entre os governos municipais e estaduais; e ‘pelos lados’ através da privatização de algumas de suas funções, por meio do surgimento de mecanismos de regulação privada (FOX *apud* NIEMEYER 2007, p. 4).

neoliberal. Estes pretendiam formar um movimento social liderado e conduzido por camponeses e pequenos agricultores de diversas regiões do planeta, que pudessem falar de si e por si, sem a intermediação de Organizações não Governamentais (ONGs) ou outras instituições. Depois que estivesse consolidado, o novo movimento passaria a buscar as possíveis parcerias (NIEMEYER, 2007).

A Via Campesina surge, a partir de 1992, em um encontro que juntou camponeses da América Central, América do Norte e Europa em Manágua (Nicarágua) para discutir questões em comum. Deste debate surgiu a organização da I Conferência da Via Campesina, em *Mons*, (Bélgica), que se realizou em maio de 1993, contando com a participação de organizações de camponeses de diferentes continentes, na qual se debateu a formação de uma organização mundial e se definiram as primeiras linhas e estratégias de ação e sua organização estrutural. A II Conferência Internacional ocorreu, em 1996, em *Tlaxcala* (México), com representantes de 37 países e nela se debateram temas de interesse dos pequenos e médios produtores como: soberania alimentar, crédito e dívida externa, reforma agrária, tecnologia, participação das mulheres, desenvolvimento rural etc. A III Conferência ocorreu, em 2000, em *Bangalore* (Índia), e contou com a participação de representantes de instituições de mais de 40 países que, entre outros temas, discutiram biodiversidade, biossegurança, soberania alimentar e comércio internacional.

A Via Campesina é formada por diferentes instituições que representam camponeses, trabalhadores agrícolas, mulheres rurais e comunidades indígenas, proclama-se autônoma, pluralista, sem ligações políticas, econômicas ou de qualquer outro tipo. As Conferências Internacionais, que ocorrem a cada três anos, são as instâncias máximas de decisões, sendo as organizações regionais instâncias de articulação e a Comissão Coordenadora Internacional responsável pelas regionais. Em todas as comissões, existe uma igualdade no número de integrantes de homens e mulheres. Um dos pontos centrais das ações da Via Campesina é fazer frente ao neoliberalismo e propor alternativas para que a grande maioria do povo seja protagonista no mundo em que vive (VIA CAMPESINA BRASIL, 2002). Por ser formada por uma variedade de atores, não se encaixa em uma definição de classe tradicional, sendo necessário ser pensada de forma diferenciada, mesmo compartilhando a identidade de classe. O que une os camponeses ligados à Via Campesina é a bandeira de oposição ao neoliberalismo e de serem econômica e politicamente marginalizados, tanto em nível nacional como internacional. Sua identidade é constituída e mantida a partir da alteridade. É a negação do outro que justifica a eleição dos alvos (empresas transnacionais, multinacionais etc.), que simbolicamente, representaria a rede à qual se opõe.

Para Niemeyer (2007), a Via Camponesa é uma Rede Transnacional de Movimentos Sociais com característica dual: é ator e arena de ação ao mesmo tempo. Como ator, representa a voz e os interesses camponeses junto ao sistema nacional; e, como arena, é o espaço na qual diversos grupos sociais e atores (em diferentes escalas) negociam e estabelecem metas, objetivos e campanhas comuns, fortalecendo-se mutuamente.

Dentre as linhas políticas adotadas pela Via Campesina podemos destacar: a) a soberania alimentar como um direito dos povos, com alimentos saudáveis e culturalmente apropriados, para tanto, faz-se necessário o acesso à terra e condições para que ocorra a produção. Quando houver necessidade de comércio de alimentos, que seja feito de forma justa, respeitando-se os direitos humanos e as convenções internacionais, não tornando os alimentos uma mercadoria que fique à mercê dos interesses de grupos econômicos privados; b) que os recursos genéticos sejam entendidos como patrimônio da humanidade e não sejam transformados em propriedade privada (Propriedade Intelectual); c) reforma agrária e mudanças sociais no campo como forma de distribuição da propriedade da terra, valorizando a autonomia e a cultura camponesa que representa, também, uma maior preservação dos recursos naturais; d) discussões de gênero que garantam igualdade e direitos humanos, justiça econômica e condições de participação e desenvolvimento a todas as pessoas, indiferente do gênero; e) que os direitos humanos sejam preservados e que seja combatida qualquer forma de ação que venha a violar estes direitos, com atenção especial para que os direitos humanos dos camponeses e camponesas sejam ampliados e respeitados.

Em seu estatuto, a Via Campesina coloca que seu principal objetivo é:

Desenvolver a solidariedade e a unidade na diversidade entre as organizações do campo, para promover relações econômicas de igualdade e justiça social, a defesa da terra, a soberania alimentar, uma produção agrícola sustentável e equitativa, baseada nos pequenos e médios produtores (VIA CAMPESINA Brasil, 2002 p. 39).

O que fica claro para os integrantes da Via Campesina é a nova lógica de dominação do capital sobre a agricultura, mais especificamente do capital financeiro, que por meio das grandes empresas transnacionais, passa a controlar diferentes setores econômicos, inclusive a agricultura. Tendo o domínio da agricultura, grupos econômicos internacionais (Monsanto, Cargill, Du Pont, Sygenta, Novartis, Nestlé, Danone, Bunge, Wal Mart, Carrefour, Makro etc.) passam a dominar o comércio agrícola mundial, levando a um processo de concentração e desnacionalização das empresas agroindustriais, padronizando os alimentos em escala mundial, controlando as técnicas a serem utilizadas na produção agrícola e, nos últimos tempos, tentando agir sobre o controle da propriedade privada da água potável. Esta ação do

capital financeiro internacional vem se tornando possível graças ao controle que exercem sobre o Estado no que se refere à definição das políticas das agriculturas nacionais, nas quais o mercado passa a ter o papel de definidor dos preços agrícolas (STEDILE, 2004).

O neoliberalismo é colocado como a forma pela qual o capital financeiro vem ampliando seu domínio pela imposição dos acordos regionais de comércio, que é conduzido pela Organização Mundial do Comércio (OMC) – liderada pelo grupo dos sete países mais ricos –, por acordos/imposições bilaterais, pelas políticas impostas pelo Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI) e outras instituições internacionais, que implementam políticas ditas de “desenvolvimento rural” (VIA CAMPESINA BRASIL, 2002).

Entender a nova lógica de atuação do capital e suas contradições e agir sobre as mesmas se tornam a função dos movimentos camponeses, e, em especial, da Via Campesina enquanto articuladora internacional. Assim, se o capital passa a agir de forma global, os camponeses necessitam de uma articulação internacional, rompendo métodos corporativos localizados, pois os inimigos e os problemas (preço, mercado, etc.) são os mesmos; precisa-se incorporar uma nova defesa de reforma agrária, agregando à obtenção de terra a instalação de agroindústrias de forma cooperativada, defender a soberania alimentar seguindo e aprimorando técnicas camponesas de produção, voltando-se a atenção para uma educação no meio rural; e agregar novas formas de lutas sociais que envolvam outros setores da classe trabalhadora nas lutas dos camponeses (STEDILE, 2004).

A Via Campesina deu, inicialmente, grande importância para a participação nos debates junto à Organização das Nações Unidas (ONU), mais diretamente ligada à Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), por ser uma entidade considerada aberta e democrática. Foi no interior desta instituição que conseguiu dar destaque a seu conceito de Soberania Alimentar, contrapondo-se à idéia existente de Segurança Alimentar e inserindo aspectos culturais relacionados ao desenvolvimento sustentável. Buscava-se retirar a discussão sobre a questão alimentar da OMC e transferi-la para a ONU/FAO. Neste sentido, em 2001, lança-se a campanha, em conjunto com outros movimentos sociais e ONGs, “pela prioridade dos povos à soberania alimentar: a OMC fora da agricultura”. Nesta perspectiva, adota-se a estratégia de “globalizar a luta, globalizar a esperança”.

Até 2002, a Via Campesina esteve próxima da ONU/FAO; depois, passou a distanciar-se delas por perceber que ocorria um alinhamento destas instituições com a OMC, o que ficou evidente em um documento da FAO, lançado em 2004, que defendia os transgênicos como principal mecanismo de desenvolvimento agrícola mundial (NIEMEYER e RAMOS, 2007).

No Brasil, a Via Campesina é formada pela Comissão Pastoral da Terra (CPT),

Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil (FEAB), Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Movimento das Mulheres Camponesas (MMC), Movimento os Pequenos Agricultores (MPA), Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e Pastoral da Juventude Rural (PJR) (VIA CAMPESINA BRASIL, 2007). O país foi sede da IV Conferência Internacional, em 2004, que teve como pontos de discussão, entre outros temas, a conjuntura internacional da agricultura, o balanço das relações internacionais e as alianças estratégicas, a necessidade de formação e capacitação para os camponeses e camponesas, elementos para debate sobre a questão de gênero no meio rural (VIA CAMPESINA BRASIL 2004).

1.3.3. A Consulta Popular

O Movimento Consulta Popular³⁰ vai se formar a partir da realização da Conferência de Itaici/SP, em 1997, evento que contou com a participação de integrantes de diversos movimentos sociais, instituições, pastorais, e partidos políticos que participavam das marchas estaduais do MST e debatiam a necessidade de um novo projeto popular para o Brasil. A participação do MST foi fundamental no surgimento da Consulta por sua luta de massa e se transformou em referências para os grupos “que não aceitavam a lógica imposta pela esquerda eleitoral” (GEBRIM, 2005b) e buscavam resgatar a autoestima da “afirmação que somos viáveis enquanto povo, de que nossa nação é possível. O Brasil tem sentido!” (GEBRIM, 2005a).

Lançou-se a proposta de uma maior unidade entre os diversos movimentos e organizações sociais que mantinham uma postura mais crítica em relação ao modelo neoliberal que vinha sendo implantado no Brasil e que, aos poucos, ia sendo assumido pelo próprio partido que era a referência destes grupos, o PT. Colocava-se a necessidade de se construir um novo Projeto Popular para o Brasil que não fosse concentrado na lógica eleitoral. Para isso, fazia-se necessária a criação de um instrumento político de articulação dos lutadores do povo³¹ que pudesse contribuir para mudar o padrão de luta de classes, a partir de uma ação mais enérgica das classes oprimidas (GEBRIM, 2005b).

A identificação da Consulta Popular como Movimento Político se dá por entender que, na atualidade, o termo “movimento” expressa melhor a luta de classe que pretende destacar, já

³⁰ Que, no dia-a-dia de seus militantes, é chamado de Consulta Popular ou Consulta.

³¹ Lutadores do Povo vem surgindo como um novo termo que busca denominar as pessoas envolvidas na luta popular que vem se redefinindo.

que Partido Político veio sendo cunhado nos últimos anos como uma “organização com registro no Tribunal Superior Eleitoral. (...) que apresentam candidatos e disputam eleitoralmente os cargos parlamentares e administrativos a cada dois anos” (GEBRIM, 2005b p. 2). O autor vai ainda destacar que, ao longo do século XX, instrumentos revolucionários assumiram várias denominações, como Frente, Ação, Movimento, Congresso etc.³²

O surgimento da Consulta Popular está ligado ao entendimento de se ter chegado ao fim de mais um ciclo da esquerda, que vem enfrentando uma crise de valores, práticas e pensamentos, na qual militantes tornaram-se burocratas, líderes se transformaram em máquinas eleitorais e objetivos particulares passaram a suplantar objetivos coletivos etc. O ciclo em questão seria o “Ciclo do PT”, que se encerraria com a eleição de Lula (em 2002), que passou a aderir à doutrina neoliberal, tornando-o um partido tradicional integrado à ordem em vigor³³. Um desafio se colocava, ‘refundar a esquerda para refundar o Brasil³⁴’, a partir das experiências do passado, propondo um programa de transformações estruturais e voltando suas atenções momentâneas para cumprir três tarefas consideradas essenciais: “elaborar teórica e politicamente uma alternativa para o Brasil, formar e articular os lutadores do povo, e apoiar os movimentos sociais” (CONSULTA POPULAR, 2004 p. 4). Estas propostas aprofundadas transformaram-se no tripé de sustentação da Consulta popular, que passou a ser assim entendido:

A elaboração teórica e formação política dos Lutadores do Povo (conhecimento da realidade, recuperação do pensamento socialista histórico, formação de consciência social, valores e capacidade teórica de solucionar problema na medida em que surgem). **Construir, Impulsionar e Estimular as Lutas de Massa** (capazes de alterar a correlação de forças, despertar a consciência social em amplos setores e gerar força social) e **Construir a Organicidade dos Lutadores do Povo**. Unir os movimentos sociais e lutadores do povo em torno de um mesmo objetivo estratégico e dotá-lo de uma unidade de ação (GEBRIM, 2005a).

O papel inicial da Consulta Popular é voltado à elaboração de novos espaços populares, criando condições para um debate que leve à construção de um novo Projeto Popular de transformação social e a uma ruptura com o modelo social excludente vigente, valorizando as emoções e valores dos lutadores do povo, por meio da luta revolucionária. O desafio colocado à Consulta é estruturar uma organização política formada por diversos movimentos e

³² Frente Sandinista de Libertação Nacional, Movimento Popular Pela Libertação de Angola, Congresso Nacional Africano, Ação Libertadora Nacional etc.

³³ A “Carta ao Povo Brasileiro” assinada, em 22 de junho de 2002, pelo então candidato à Presidência da República pelo PT Luiz Inácio Lula da Silva mostra o compromisso que o mesmo assumia com a política vigente.

³⁴ Título de um documento lançado pela Consulta Popular, em 2004.

instituições com várias escalas de atuação (local, nacional, internacional) e com métodos de ação, direção e decisão diferenciados e com diferentes áreas de atuação³⁵. Parte-se do princípio de que existe “um povo” brasileiro que tem uma história de vida e construiu uma lógica cultural que está enfrentando uma crise de destino: ou se assume enquanto tal e tome os rumos de sua condução, ou será desintegrado e moldado pela lógica do capital que vem avançando de forma acelerada pelos diferentes espaços brasileiros.

A Consulta Popular passou por uma crise interna no ano de 2006, quando uma de suas principais lideranças pediu afastamento da coordenação nacional por ter aceitado a concorrer para um cargo eletivo. Trata-se de César Benjamin, que foi candidato a vice-presidente do Brasil em parceria com Heloisa Helena pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL). Sua candidatura foi contra os preceitos da Consulta Popular que não concebia, naquele momento, a via eleitoral como forma de impulsionar transformações sociais.

César Benjamin apresentou algumas justificativas para sua decisão de aceitar a proposta de candidatura em uma carta³⁶ que enviou para a direção nacional da Consulta Popular, em abril de 2006. Na carta destacava que sabia das limitações de Heloisa Helena e do PSOL, porém ambos mantinham coerência com seus discursos e práticas. Esta candidatura poderia representar uma possibilidade para apresentar um novo projeto para o Brasil, pois se a disputa ficasse somente entre PT e PSDB estaria se discutindo apenas um projeto de Brasil (o neoliberal) e o debate se restringiria a duas questões: a) “quem roubou mais? b) quem foi mais medíocre na condução do país?” Também destacava que obtendo-se uma votação expressiva no primeiro turno, o PSOL poderia participar da discussão da definição do governo no segundo turno. Sem esta ação estariam se sujeitando, desde já, aos interesses dos grandes partidos.

Em resposta à carta de César Benjamin, a Consulta Popular lançou um comunicado³⁷, ainda em abril de 2006, destacando que por ser uma decisão pessoal, sem nenhuma ingerência à instituição, aceitava a solicitação de afastamento. No comunicado ainda destaca que mantém sua visão sobre a crise que passava o processo eleitoral no Brasil e que continuaria a centralizar suas atividades no debate com a sociedade sobre um novo projeto para o país. Também, na I Plenária da Consulta Popular, realizada em junho de 2006, manteve-se a decisão de não apoiar nenhuma candidatura a presidência da república no ano de 2006.

³⁵ Um dos pontos destacados é a grande diferença, principalmente, entre os movimentos e organizações do campo e da cidade.

³⁶ Cópia da carta está disponível na seguinte página da internet: <http://www.psol.org.br/nacional/eleicoes/670-carta-de-cesar-benjamin-oordena-nacional-da-consulta-popular>. Acessado em 07 de setembro de 2009.

³⁷ Comunicado disponível em: <http://www.consultapopular.org.br/sobre/documentos/comunicado-do-movimento-consulta-popular/>. Acessado em 07 de setembro de 2009.

A participação de Cesar Benjamin na eleição, na expectativa de angariar votos da Consulta Popular para Luiza Helena, não rendeu os frutos desejados, como ficou evidenciado na manifestação de uma corrente interna do PSOL (Corrente Práxis), que afirmou que “César [César Benjamin] não estendeu a campanha e ao mesmo tempo deu um perfil à direita a Heloisa Helena”³⁸.

A decisão de não apoiar nenhum candidato na eleição de 2006 foi entendida como acertada pela Consulta Popular, como ficou expresso em sua Cartilha Nº 20 (CONSULTA POPULAR, 2009), destacando que a tomada de posição sobre questões eleitorais futuras deverá passar por um debate aprofundado.

Esta aparente tranquilidade sobre a questão eleitoral se torna questionável analisando outras idéias que se encontram na própria Cartilha Nº 20, na qual expressa as divergências internas no que se refere à sustentação ou oposição ao governo Lula; deixando em segundo plano o enfrentamento unitário com a burguesia e o imperialismo.

Diante do exposto pode-se identificar, pelo menos, três posições em torno das eleições presidenciais de 2006 no interior da Consulta Popular: os que apoiaram César Benjamin; os que apoiaram a candidatura de Lula e; os que não se envolveram no processo eleitoral, pelo menos no primeiro turno. Estas divergências repercutiram no interior da instituição, levando à crise interna, conforme mencionamos acima.

³⁸ <http://www.grupopraxis.org/jornal04.pdf>

Capítulo 2. Movimentos sociais

A Grande Esperança

(Zilo e Zalo)

A classe roceira e a classe operária
Ansiosas esperam a reforma agrária
Sabendo que ela dará solução
Para situação que está precária.
Saindo projeto do chão brasileiro
De cada roceiro ganhar sua área
Sei que miséria ninguém viveria
E a produção já aumentaria
Quinhentos por cento até na pecuária!
Esta grande crise que a tempo surgiu
Maltrata o caboclo ferindo seu brio
Dentro de um país rico e altaneiro,
Morrem brasileiro de fome e de frio.
Em nossas cidades ricas em imóveis
Milhões de automóveis já se produziu,
Enquanto o coitado do pobre operário
Vive apertado ganhando salário,
Que sobe depois que tudo subiu!
Nosso lavrador que vive do chão
Só tem a metade da sua produção
Por que a semente que ele semeia
Tem quer a meia com o seu patrão!
O nosso roceiro vive num dilema
E o problema não tem solução
Por que o ricoço que vive folgado
Acha que projeto se for assinado,
Estará ferindo a Constituição!
Mas grande esperança o povo conduz
E pede a Jesus pela oração,
Pra guiar o pobre por onde ele trilha,
E para a família não faltar o pão.
Que eles não deixam o capitalismo
Levar ao abismo a nossa nação,
A desigualdade aqui é tamanha
Enquanto o ricoço não sabe o que ganha
O pobre do pobre vive de ilusão!

A organização e ação popular, defendendo seus interesses, ocorrem de várias formas e foram se transformando e se ajustando ao longo da história. No Brasil, a ditadura militar, que perdurou de 1964 a 1985, é colocada por Scherer-Warrner (1993/1996) e Grzybowski (1991) como referência para marcar dois períodos distintos de organização dos movimentos sociais, os Velhos Movimentos Sociais (VMS) e os Novos Movimentos Sociais (NMS). Entre os dois períodos ocorreu um momento de refluxo dos movimentos sociais, que se inicia nos primeiros anos da ditadura, quando os movimentos existentes foram reprimidos, e vai até os últimos anos do domínio militar, quando começam as manifestações populares por maior abertura democrática

Os movimentos sociais que se organizaram até o golpe militar de 1964, foram denominados de Velhos Movimentos Sociais. A denominação de “Velhos” não se deu só por serem mais antigos, mas por apresentarem características próprias de uma determinada época. No Brasil, mais especificamente no campo, predominavam movimentos sociais pontuais e isolados, sem uma maior articulação entre si, geralmente ligados a figuras carismáticas, que concentravam grandes poderes sobre seus integrantes e praticamente os conduziam por sua própria conta. A luta armada foi um marco presente nestes movimentos. Uma tentativa de maior articulação entre diferentes movimentos sociais no campo começou a ser organizada pelo Partido Comunista do Brasil (PC do B), nas décadas de 1950 e 1960, com a criação da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB) em 1954.

Como exemplo de Velhos Movimentos Sociais que atuaram no campo, no Brasil, podemos destacar movimentos messiânicos, como Canudos, na Bahia (1893-1897); banditismo social, como o Cangaço, no sertão nordestino, onde se destaca o grupo de Lampião (1920-1930); as lutas de posseiros, como a Guerra de Contestado, em áreas do Paraná e Santa Catarina (1912-1915); revolta de Trombas e Formosa, em Goiás (1953-1964); Ligas Camponesas, no Nordeste (décadas de 1950 e 1960); o Movimento dos Agricultores Sem Terra (MASTER), no Rio Grande do Sul (décadas de 1950 e 1960); entre outros.

Esses movimentos sociais, que Oliveira (1996) descreve como lutas, foram reprimidos violentamente pelo Estado, ocorrendo o assassinato de muitas lideranças e tendo sua desarticulação com a repressão imposta pela ditadura militar.

No final da década de 1960, nos países europeus, e uma década depois, nos países da América Latina (sob ditadura militar), tivemos uma retomada das manifestações populares em busca de uma maior participação da sociedade civil na definição dos rumos a serem seguidos pelos seus países. As organizações sociais voltaram a ocupar espaço, mas de forma renovada, pois grandes transformações haviam ocorrido na organização da sociedade e nas relações de

produção, surgindo o que passou a ser conhecido como Novos Movimentos Sociais (NMS).

Propomo-nos, a seguir, apresentar as características dos NMS, suas matrizes discursivas, suas propostas e desdobramentos, bem como destacar críticas que foram sendo feitas a eles, chegando a destacar seu esgotamento e o surgimento de uma nova fase para a qual os movimentos sociais estariam se encaminhando.

2.1. Novos Movimentos Sociais (NMS)

Novas dinâmicas econômicas, políticas e sociais passam a surgir no final dos anos 1960 e vão se redefinindo nas décadas posteriores. A recessão econômica, advinda do choque do petróleo em 1973, deu início a uma mudança no modelo fordista/taylorista de produção. Os modelos políticos social-democratas colocados em prática no período pós-guerra apenas minimizaram ou recriaram, em outros níveis, as formas e desigualdades sociais, econômicas e políticas, sem eliminá-las. Ocorreu uma acomodação reformista por parte de grandes organizações operárias. O mundo socialista parecia não alcançar os objetivos sociais propostos.

Diante dessa nova realidade que foi se formando, emerge uma pluralidade de novos sujeitos políticos – mulheres, homossexuais, negros, ambientalistas, sem-terra -, com novas práticas sociais e portadores de novas falas, que questionam a ordem estabelecida, e passam a se apresentar como agentes de transformação social.

O enfoque da análise dada pelos movimentos sociais vai sendo deslocado das relações de produção e do trabalho para questões mais gerais, como preocupações com o meio ambiente e o direito à vida. Também destacaram-se novas formas de opressão, para além das relações de produção (e sequer são específicas delas), como guerra, racismo, machismo, produtivismo, e a defesa de um novo paradigma social, baseado mais na cultura e na qualidade da vida do que na riqueza e no bem-estar material. Tematizam-se questões que ficavam restritas à esfera privada, como a questão de gênero, orientação sexual, etnias, enfim, as diferenças que querem ver significadas. Além disso, compartilham da luta pela terra, pela distribuição de renda, e pela igualdade entre as nações. São ações que não mais privilegiam o sujeito dentro do processo de produção e destacam “que há diversas formas de pessoas diferentes vivenciarem uma mesma condição de classe” (GOSS e PRUDENCIO, 2004, p.77)

Desta forma, na década de 1970, começou a projeção, em escala mundial, de Novos Movimentos Sociais (NMS). O novo dos NMS não representa o surgimento de algo

inexistente, mas, sim, de um novo olhar sobre temas que já vinham sendo discutidos. Buscam-se novas explicações para uma realidade prática que parece não mais ser explicada pelas teorias existentes. Estes NMS vão dar ênfase especial a temas ligados à cultura, à ideologia, às lutas sociais cotidianas, à solidariedade entre as pessoas de um grupo ou movimento social e ao processo de identidade. Nega-se a idéia de cultura como um conjunto fixo e predeterminado de normas e valores herdados do passado, e mantém-se sua ligação com a categoria ideologia, desprezando, porém, a categoria da consciência de classe que, para o marxismo, estão intimamente associadas (GOHN, 2000). Segundo Scherer-Warren (1996), a visão de cultura popular, que até então era vista como negativa, tanto pelos funcionalistas, que a classificavam como arcaica, como pelos marxistas, que a classificavam como alienada ou falsa consciência, passou a ser encarada de forma positiva, buscando-se, na cultura popular, os aspectos políticos positivos, a sua autenticidade e sua ação comunitária.

Os NMS negarão o marxismo ortodoxo por ele se ater aos estudos das ações coletivas no nível das estruturas, das relações de classe, numa ação macro da sociedade, não explicando as ações dos indivíduos, independentemente das condições colocadas pelas estruturas, que era o elemento inovador que estava sendo proposto por eles. Rompe-se com a idéia do papel hegemônico da classe operária ou de seus representantes, como responsáveis pela transformação da sociedade, e nega-se a existência de um sujeito histórico, que formará a vanguarda partidária e conduzirá os trabalhadores para a revolução, emergindo um sujeito difuso, não hierarquizado, que busca se beneficiar das benesses da modernidade, mas não sem fazer uma crítica de seus efeitos nocivos, fundamentado em ações comunitárias e de solidariedade (GOHN, 2000).

Tendo em vista a ascensão de novos agentes da transformação social, tem-se a crise da revolução do proletariado e da missão emancipadora da classe operária, e, segundo Quadros (1999), a própria revolução perde sua viabilidade como solução para os grandes problemas enfrentados pela humanidade, em decorrência do desenvolvimento do sistema capitalista. Scherer-Warren (1996, p.17) destaca “que em lugar da tomada revolucionária do poder, poder-se-ia pensar em transformações culturais e políticas substantivas a partir da ‘cotidianidade’ dos atores envolvidos”. Passa-se a constituir tanto uma crítica à regulação social capitalista, como uma crítica à emancipação social socialista, como foi defendida pelo marxismo (SANTOS, 2005). Estes novos atores sociais não estão a serviço de nenhum modelo de sociedade perfeita, mas lutam pela democratização das relações sociais (GOSS e PRUDENCIO, 2004).

Os partidos políticos e sindicatos dividem o lugar de protagonistas políticos com os

movimentos sociais que ocorrem no bairro, no espaço social da moradia, pois a ideia de política é redefinida; ela passa a ser uma dimensão da vida social, não somente ligada a uma estrutura hierarquizada (partidos políticos e sindicatos), mas, sim, ligadas a estruturas colegiadas, mais participativas, abertas e fluídas. Estas estruturas fluídas, flexíveis, sem uma forma claramente definida, são frutos das expressões culturais. Os líderes passam a atuar em grupo, formando correntes de opinião e as lideranças populistas, que convenciam apenas por sua oratória, perdem espaço. Apesar de os movimentos sociais buscarem autonomia frente ao Estado e aos partidos políticos, isso não significa que os desconsideram, pois suas demandas, geralmente, são negociadas com o Estado, criando uma dependência com ele; além disso, envolvem-se em alianças com partidos e sindicatos na busca de apoio.

O poder não fica mais centrado na esfera do Estado e passa a ter influência na esfera pública da sociedade civil, que passa a ser o destaque no processo de transformação social. Barros (2004) destaca que os aparelhos do Estado – parlamento, executivo etc. –, passam a ser vistos como abertos para as demandas sociais operárias e populares e permeáveis à ação das forças em conflito, ainda que sob hegemonia burguesa. “Não mais se trataria de destruir o Estado burguês, mas de reformá-lo por dentro” (BARROS, 2004, p.22).

Muda-se o pensamento de como encaminhar as lutas sociais, abdicando-se da transformação macro social em favor de uma ação micro social, na qual a soma das pequenas ações locais seriam o marco de transformação social. Abandona-se o estudo das contradições em favor da análise dos conflitos sociais. A categoria trabalho perde a centralidade das discussões no meio de vários novos temas que passam a se fazer presentes neste momento, tais como racismo, gênero, moradia, acesso à terra, questão ambiental etc.

A identidade coletiva, criada por grupos no seu processo de formação, vai substituir a ideia de identidade social que era definida por estruturas sociais, e os grupos vão se formar e se ampliar ligados à defesa desta identidade. A formação de uma identidade, de uma identificação entre os integrantes dos movimentos sociais não exclui a possibilidade de divergências internas, não significa que o consenso prevalecerá, existirá uma pluralidade de orientações e a fragmentação de ideias se manterá. A identidade terá a função de cimentar as fragmentações, será o elemento que servirá de elo de ligação para a pluralidade social formadora do movimento, será a forma de se construir a unidade na diferença.

Os NMS priorizam uma maior participação dos integrantes do movimento nas tomadas de decisão, fugindo do autoritarismo e da concentração de poder por parte das lideranças. Seus integrantes tornam-se importantes atores sociais, que se destacam no cenário político por suas ações conjuntas, chamando a atenção da sociedade para as imperfeições sociais

existentes. Optam por ações que evitem confrontos armados e outros tipos de violências, transformando suas lutas em lutas políticas, tentando formar uma opinião pública favorável a sua causa. Isso não impede que, eventualmente, ocorram situações de conflitos e/ou de desobediência da ordem, mas, sim, que essas situações sejam evitadas.

Segundo Gabbert (*apud* Costa, 1994) esses movimentos apresentam alguns atores e objetivos distintos, se comparados Europa e América do Norte em relação à América do Sul. Na Europa e América do Norte destacam-se os movimentos de mulheres, os ecológicos, os pacifistas e os antinucleares. Na América do Sul tem-se a presença de movimentos de mulheres, ambientalistas, associações de trabalhadores fora das estruturas partidárias e sindicais, grupos de ajuda mútua dos pobres e desempregados, comunidades eclesiais de base, movimentos regionais, além de iniciativas voltadas à educação e a arte popular. Santos (2005) também descreve diferenças entre movimentos sociais, destacando que, nos países centrais, vão se distinguir novos movimentos sociais ligados às questões ecológica, feminista, pacifistas, antiracistas, de consumidores e de autoajuda. Na América Latina serão movimentos urbanos, as CEBs, o novo sindicalismo urbano e rural, movimentos feministas, movimentos ecológicos, movimento pacifistas, setores do movimento juvenil, movimentos pela reforma agrária, tentativas de autogestão nas periferias, movimentos de direitos humanos etc., destacando-se que existem grupos lutando por interesses específicos (mulheres, jovens, minorias étnicas etc.) e grupos ligados a interesses de toda a humanidade (ecologia, paz mundial etc.). Este autor vai destacar, também, que na América Latina é comum que os movimentos sociais tenham, ao mesmo tempo, orientação classista e de juízo étnicos e raciais e vice-versa. Prudencio (*apud* GOSS e PRUDENCIO, 2004) destaca que, enquanto na Europa e Estados Unidos, as demandas coletivas estavam voltadas para uma abordagem cultural da construção de identidades, na América Latina muitos movimentos estavam envolvidos com problemas materiais e com a luta pela democratização política.

No Brasil, os Novos Movimentos Sociais surgiram combatendo a repressão imposta pelo Estado, a partir da tomada do poder pelos militares e questionando as formas de dominação que o capital vinha impondo sobre os trabalhadores. Buscam o fortalecimento da sociedade civil, para que ela tenha maior poder de decisão sobre seus rumos, incentivando maior participação de mulheres e jovens. Scherer-Warren (1996, p.55) fala que: “[...] esses movimentos crêem no poder da força comunitária para a constituição histórica do grupo”.

Gebrim (2005a e 2005b) trabalha com a idéia de Ciclos da Esquerda para explicar as ações dos movimentos sociais no Brasil, destacando dois grandes ciclos na esquerda brasileira, que já fora, anteriormente, destacado por um documento da Consulta Popular

(2004):

[...] um [ciclo] mais antigo e mais prolongado, teve seu eixo no Partido Comunista Brasileiro; o outro, mais recente e mais curto, no Partido dos Trabalhadores. As demais iniciativas presentes na vida da esquerda – como, entre outras, a formação do PCdoB, a experiência da luta armada, a fundação do PSTU – não chegaram a constituir hegemonias novas e duradouras. A experiência trabalhista, por sua vez, embora importante na vida política do nosso povo no século XX, foi qualitativamente diferente, pois não reivindicou para si, de nenhuma forma e em nenhum momento, a proposta de transcender o capitalismo (CONSULTA POPULAR, 2004 p. 2).

A lógica dos Novos Movimentos Sociais estaria fortemente ligada ao “Ciclo do PT”. O PT vai surgir no reascenso de massas na América Latina, que se inicia no final da década de 1970, e será o instrumento agregador da esquerda, aproximando setores da igreja popular, intelectuais progressistas e grupos de oposição sindical ligados à CUT. Eram grupos que lutavam contra a censura, pelo direito de greve, pela liberdade de opinião, anistia e eleições diretas. O PT surgia como um partido de massas, com propostas anticapitalistas e se projetou internacionalmente. Nos anos de 1980, o PT tinha como proposta mudanças estruturais e se fazia presente nas lutas de confronto de classe. A via eleitoral foi a forma assumida pelo PT e pelos grupos que lhes dava sustentação para assumir o poder, e a figura de Lula representava o anseio destes grupos.

O ascenso de massas na América Latina se dava no mesmo momento em que o projeto neoliberal se fortalecia na Europa e nos EUA e pouco se debateu sobre esta questão, o que mostra um conhecimento limitado do entendimento das mudanças estruturais mundiais. O fim da URSS e a desintegração do Leste Europeu (final da década de 1980 e início de 1990) vieram enfatizar esta falta de entendimento sobre as mudanças da estrutura mundial, e ganha espaço a idéia da inevitabilidade do capitalismo e o fim do socialismo. Esta nova conjuntura internacional, que propiciou o desmonte do Movimento Comunista Internacional, da Federação Sindical Mundial, entre outros, levou o PT a uma aproximação com a social democracia europeia, aceitando-se que “os conceitos de Revolução, Imperialismo e Luta de Classe fossem desqualificados como ultrapassados e a ação política se limitasse à lógica do possível” (GEBRIM, 2005 p. 6). Se a idéia de revolução se torna desfavorável, é reforçada a idéia da via eleitoral como forma legítima de tomar o poder.

O fortalecimento eleitoral do PT, que o conduziu a partido de referência aos “oprimidos”, e sua ligação com os movimentos populares, canalizou forças para a vitória eleitoral de Lula, na eleição de 2002.

2.2. A redescoberta da Sociedade Civil e o surgimento de novos movimentos sociais no Brasil

A partir de meados da década de 70, do século XX, tem-se a retomada das discussões que destacavam a importância da sociedade civil na condução da vida social. Para Moreira (2002) “a expressão sociedade civil teve, no curso do pensamento político dos últimos séculos, vários significados sucessivos.” O autor destaca, ainda, que esse termo foi utilizado por pensadores como Hobbes, Locke, Rousseau, Hegel, Marx e Gramsci com significados profundamente diferentes e, em alguns sentidos, até opostos.

Nas discussões sobre sociedade civil, a partir do final da década de 70, do século XX, o pensamento de Gramsci foi o que mais se destacou e esteve mais presente. Para Costa (1994) essa redescoberta da sociedade civil surge vinculada, politicamente, a um conjunto de acontecimentos distintos que se davam no mundo.

De um lado, tem-se a discussão, que surge na Polônia, materializada em movimentos populares como o Sindicato Solidariedade, em meados da década de 1970, que acaba se estendendo por, praticamente, todo mundo dito socialista. Seus seguidores passam a buscar liberdade de imprensa, liberdade de associação, pluralismo político e estado de direito, nos termos das democracias capitalistas. É a busca de uma revolução recuperativa.

Já nas democracias ocidentais, a discussão surge ligada à falência do Estado Keynesiano e à ascensão da idéia de Estado Mínimo. Aqui, dois pontos são marcantes para o reavivamento da discussão sobre a sociedade civil: um, é o risco do ressurgimento do neoconservadorismo, com visões fragmentadas de sociedade, ou até negação da existência da mesma, com a exacerbação do individualismo; outro, é que o recebimento passivo das benesses providas do Estado teria minado a capacidade de os cidadãos gerirem suas próprias vidas.

Para Costa (1994, p.40/41), a idéia que passa a se sobressair busca evitar “o liberalismo, no qual a integração social se concentra no mercado, e o estatismo, no qual a sociedade civil aparece subsumida no Estado (como nos países socialistas)”. Assim, faz-se necessário a inclusão de uma terceira esfera, além da econômica e do Estado, na dinâmica de condução da sociedade, que é a esfera pública, que é representada pela sociedade civil.

Para Semeraro (1999, p.69), a noção de sociedade civil está relacionada, dialeticamente, com sociedade política (ou Estado), sendo duas esferas distintas e relativamente autônomas, mas inseparáveis na prática. A “primeira – composta por indivíduos primários e voluntários –

indica a direção – enquanto a segunda – estruturada sobre aparelhos públicos – caracteriza-se mais pelo exercício do domínio”.

O projeto de sociedade civil

apóia-se em seres sociais, organizados em grupos que não sejam voltados para interesses específicos, mas que visem a sociabilidade em si mesma. Tais seres são a um só tempo cidadãos, produtores, consumidores e membros da nação (WALZER apud COSTA 1994, p.41).

Para Semeraro, parte-se de uma posição individual, privada para chegar-se a uma posição coletiva, social, onde, o indivíduo,

sem deixar de ser centro autônomo de decisões, consciência livre e ativa, nunca é entendido como um ser isolado e mônada auto-suficiente em si mesma, mas é sempre visto dentro de uma trama social concreta, como um sujeito interativo com os outros sujeitos igualmente livres, com os quais se defronta e constrói consensualmente a vida em sociedade. (SEMERARO, 1999, p.76).

Na esfera pública, via sociedade civil, os problemas que afetam a sociedade são absorvidos, discutidos e processados e, de forma democrática, devem ser tematizados de forma persuasiva, apresentando possíveis soluções, de maneira que estes possam ser assumidas e transformadas em políticas públicas executáveis. É o local onde se dão os debates de opiniões que irão nortear as ações dos tomadores de decisões. Ali, também, os cidadãos manifestam a sua cultura e os seus valores.

Para tanto, faz-se necessário desenvolver uma sociedade civil criativa e articulada, que permita expressar os anseios e aspirações dos diferentes grupos sociais. Para Semeraro (1999, p.70), com a sociedade civil bem organizada e atuante, as classes subalternas podem “desenvolver suas convicções e lutar para um novo projeto hegemônico enraizado na gestão democrática e popular do poder.” O autor destaca a necessidade e a importância da criatividade e da capacidade de iniciativas por parte das classes subalternas, para buscarem formas de sair da submissão e inventar os termos de uma nova sociedade, pois não se pode acreditar nas transformações automáticas das estruturas.

A existência de uma sociedade civil bem estruturada é de suma importância para evitar a utilização da esfera pública por grupos de interesses particularizados, que visem influenciar o sistema político segundo seus interesses individuais, ou impedir que o sistema político aja apenas a serviço de grupos específicos, limitando sua área de abrangência.

Já no final dos anos 70, do século XX, vê-se a ampliação do envolvimento dos cidadãos politicamente ativos em novos grupos de solidariedade, que não os partidos políticos, com destaque para os movimentos sociais. Estes se apresentam como resposta ao avanço da esfera

econômica, que tende a reduzir os cidadãos a papéis passivos de clientes e consumidores, tirando da sociedade civil o papel ativo na produção de sua história. São núcleos de fortalecimento da esfera pública e agem como instâncias de críticas e controle do poder. Para tanto, devem dar publicidade às suas mensagens e evitar as negociações e acordos duvidosos que colocam em questionamento se suas ações representam a opinião pública ou interesses particularizados.

Rothman (1996) diz que, a partir do final da década de 1970, criou-se um contexto político no Brasil que facilitou a emergência de mobilização popular. Formou-se uma estrutura de oportunidade política que dava condições a grupos, que até então estavam silenciados, de se manifestarem.

A abertura política permitiu acesso progressivo ao sistema político; a fragmentação das elites enfraqueceu a posição dos grupos dominantes; a tendência do uso de repressão para o regime militar mostrou sinais de diminuição; grupos populares, livres da tutela dos partidos populistas, desenvolveram formas mais autônoma de organização; e vários movimentos populares reforçaram-se na fase crescente do ciclo de protesto. A presença de aliados e grupos de apoio é outro elemento importante na estrutura de oportunidade política (ROTHMAN, 1996, p.117).

Diante dessa estrutura, diferentes grupos passaram a se manifestar simultaneamente, num contexto de combate a injustiças e de ampliação de ações de solidariedade, formando o ciclo de protestos, que no Brasil destacou-se no período que vai de 1978 até 1987. Surgem, ou são toleradas novas idéias e visões de mundo, alternativas, críticas e, muitas vezes, até subversivas, que têm como resultado a ampliação da oportunidade política para movimentos populares potenciais (SMITH apud ROTHMAN, 1996).

Nesse período do ciclo de protestos que ocorreu no Brasil, o conceito de sociedade civil, segundo Coutinho (2006), foi utilizado muitas vezes, de forma equivocada.

... “sociedade civil” tornou-se sinônimo de tudo aquilo que se contrapunha ao Estado ditatorial, o que era facilitado pelo fato de `civil` significar também, no Brasil, o contrário de `militar`. [...] o par conceitual sociedade civil/Estado, que forma em Gramsci uma unidade na diversidade, assumiu os traços de uma dicotomia radical, marcada ademais por uma ênfase maniqueísta (COUTINHO, 2006, p.1).

Para Decca (1986), a formação e/ou intensificação da participação da sociedade civil no Brasil, via movimentos sociais, vai ser marcada pelo irrompimento, na cena social, das vozes operárias. O autor diz que, com o golpe de 1964, todos os setores ditos derrotados pela ditadura instaurada foram considerados como se formassem uma homogeneidade social. Não se levava em consideração as diferenças existentes entre os mesmos.

As vozes que se manifestavam contra o golpe eram oriundas do meio acadêmico, dos

intelectuais, que se diziam representar os interesses de todos os setores que faziam oposição ao golpe militar. Os operários foram emudecidos, tanto pelas fortes perseguições que sofreram, como pela falta de espaços para se manifestarem. O próprio meio acadêmico silenciava as vozes operárias, pois fazia uma leitura de que os mesmos eram atrasados, inorgânicos e difusos. Assim, os intelectuais produziam discursos em nome dos operários. Os operários eram vistos, dentro da objetividade da ciência, como objetos ou abstrações.

Mudanças de entendimento quanto ao papel dos operários em relação à oposição ao regime militar passarão a ser sentidas 15 anos depois do golpe de 1964. Mas, segundo Decca (1986), a abertura ocorrida na produção intelectual em relação ao papel dos operários na oposição ao regime militar se deu mais devido às ações desenvolvidas pelos operários do que como fruto das reflexões dos intelectuais. Isso sem negar a importância do discurso dos intelectuais, mas para chamar a atenção sobre o espaço negado aos operários.

Os operários, por meio de passeatas, greves e outras manifestações, tanto no interior como no exterior das fábricas, passaram a mostrar seu potencial de ação frente à estrutura socioeconômica e política que se formara com o regime militar. Isso forçou os intelectuais a verem, com outros olhos, o papel desses operários na condução dos rumos do país. Vários trabalhos acadêmicos foram voltados ao estudo e à compreensão da atuação histórica do proletariado. Redefiniu-se o discurso, entendendo-se a diferenciação do papel dos intelectuais, bem como dos operários.

Com o entendimento das práxis diferenciadas e a autonomia que intelectuais e classe operária tinham que ter, ocorre a desmontagem do dispositivo ideológico criado a partir de 1964, de homogeneização de todos os setores sociais em apenas um grupo: o de vencidos.

2.3. Algumas matrizes discursivas das organizações populares nas décadas de 1970 e 1980

A ascensão das manifestações da classe operária não se deu de forma homogênea; muito pelo contrário, como afirma Sader (1988), foram várias formas de experiência da condição proletária que fizeram parte do cotidiano popular, que “em sua heterogeneidade elas podiam pronunciar movimentos, projetos e configurações valorativos bem diversos.” O autor diz, também, que os motivos das mobilizações eram diversos, mas geralmente ligados ao cotidiano dos participantes, como:

as experiências da voragem do progresso (...); as experiências da aculturação dos migrantes na selva urbana e da mobilização das relações informais para

enfrentar os desafios; as experiências do desemprego e do despotismo fabril, das diferenças de exploração entre profissionais e peões, jovens e velhos, homens e mulheres, já vividas carregadas dos significados culturais instituídos (SADER, 1988, p.142).

Para dar significado a suas reivindicações, os sujeitos utilizam-se de matrizes discursivas que, na maioria das vezes, não fazem parte de seu cotidiano. Recorrem a agências sociais que dão nome a seus sentimentos, que expressam em palavras, ou em outras formas de comunicação, seu espaço vivido.

Sader (1988) identifica três agências ou centros de elaboração discursiva que se destacam na década de 1970, tendo o cotidiano como ponto de partida: a) a Igreja Católica, por intermédio das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs); b) grupos de esquerda desarticulados pela ditadura militar, que buscavam nova integração com os trabalhadores; c) o novo sindicalismo, formado por alguns grupos de oposição sindical, que buscam implementar um sindicalismo autêntico e combativo. O autor destaca, também, que essas agências passaram por crises e buscaram novas vias para reatar suas relações, bem como apresentavam diferenças no que tange à incidência social quanto à consistência discursiva.

A Igreja Católica entrara em crise pela perda de influência sobre as populações mais pobres e pela ascensão crescente de outras religiões. A esquerda marxista havia passado por um período de dispersão, devido à perseguição do regime militar. O sindicato perdeu o poder de articulação dos trabalhadores, influenciado tanto pelo Estado Novo como por ação do regime militar, que acabava cumprindo mais uma função burocrática e assistencialista.

Com o passar dos anos, essas matrizes teóricas, utilizadas pelos movimentos sociais a partir da década de 1970, vão se mesclando, transformando-se com o cotidiano e sendo modificadas. Também servem de referência para os movimentos sociais que se formam no campo e passam a ganhar visibilidade no enfrentamento ao latifúndio, na busca do reconhecimento da importância do pequeno produtor, na luta por indenizações justas pelas famílias atingidas por barragens etc.

A Igreja Católica será uma importante agência discursiva que servirá de base para organização dos trabalhadores e formação de movimentos sociais, a partir da década de 1970, no Brasil, por meio das idéias contidas na Teologia da Libertação e da ação, principalmente, das CEBs,

As referências básicas que deram sustentação às idéias de uma igreja progressista popular na América Latina foram as recomendações apontadas no Concílio Vaticano II (1962/1965) e na II Conferência do Conselho Episcopal da América Latina (CELAM) realizada em Medellin, na Colômbia, no ano de 1968.

Segundo Mainwarig:

o Concílio Vaticano II enfatiza a missão social da Igreja; declara a importância do laicato; exige maior responsabilidade entre o Papa e os Bispos e entre os Bispos e os leigos; concebe a Igreja como povo de Deus; valoriza o diálogo ecumênico e requer uma leitura mais acessível.(MAINWARIG apud MORAES, 1994, p.135).

Ao se enfatizar a missão social da Igreja, faz-se necessária uma redefinição no papel político da Igreja e, ao se incentivar uma maior participação do laico e, por conseguinte, dos leigos, percebe-se a abertura de possibilidades de um maior número de pessoas falarem em nome da Igreja. A Igreja Católica opta por trabalhar com os pobres e explorados e busca combater a pobreza e a exploração. De forma um pouco exagerada, pode-se referenciar a passagem bíblica que faz menção ao legado que coube a Moisés na libertação do povo judeu (povo de Deus), que era escravizado no Egito.

A II Conferência da CELAM visa buscar formas de colocar em prática as diretrizes do Concílio Vaticano II. Vai destacar a importância “de se conhecer o homem latino-americano” para agir em prol dele; vai entender “o novo povo de Deus como aquele que se reúne em comunidade em torno da palavra de Deus”; vai reconhecer a religiosidade popular que se faz presente nas diferentes culturas; vai apontar os valores morais “com a superação do egoísmo e as injustiças e o reconhecimento da dignidade, solidariedade, paz.”; e vai dar ênfase à “denúncia das estruturas sociais que geram profundas desigualdades, exploração e miséria.” Dessa forma, algumas tendências religiosas assumem uma postura contra o capitalismo (SADER, 1988, p.153-155).

Merece, também, destaque, nas declarações de Medellín, o alerta para o fato que, para se obter a salvação, faz-se necessário agir em comunidade e não isoladamente. Essa é uma importante recomendação, que contribuirá muito para o surgimento e formação das CEBs.

Não existem rituais específicos a serem seguidos para a criação de uma CEB. Basta que se forme um grupo de discussão em torno do Evangelho ampliando, posteriormente, seu debate para temas de seus cotidianos, buscando ter uma atuação de intervenção na comunidade a que se pertence.

As CEBs utilizam o método “ver-julgar-agir” desenvolvido na Teologia da Libertação, onde o “ver” significa a percepção que cada um tem sobre o tema colocado em debate, tentando buscar suas causas. Partindo-se de impressões superficiais, busca-se chegar a “uma compreensão mais objetiva e que relacione o fato com suas causas”. O “julgar” significa contrastar “a realidade observada e os valores do cristianismo”, sendo que “a palavra de Deus é trazida para o plano do vivido presente” e serve de referência na tomada de decisão. O

“agir” significa buscar práticas alternativas que poderiam ser realizadas pelos integrantes da comunidade, na busca da superação dos problemas debatidos (MORAES, 1994, p.159).

Os integrantes das CEBs deveriam perceber que não pediam favores, mas sim, buscavam direitos. Era a passagem da caridade para a libertação. A libertação significaria a superação da opressão. As comunidades, por menores que fossem, desde que organizadas, poderiam ser os sujeitos de sua própria história.

A teoria marxista foi outra importante fonte de referência para organizações populares e movimentos sociais, que passaram a se destacar a partir da década de 1970, no Brasil. Subsidiados pelo conteúdo marxista, as organizações populares faziam análise de seus cotidianos e da conjuntura política que se desenhava, tanto em escala local, como estadual, nacional e mundial.

Os atores envolvidos na disseminação das idéias marxistas apresentavam as mais diversas origens, mas tinham em comum uma forte oposição ao sistema capitalista e buscavam, com a participação da classe operária, implantar o sistema socialista no Brasil.

Sader (1988, p.176) identifica alguns grupos que se engajavam na luta popular, tendo a teoria marxista como referencial. Eram militantes com formação intelectual, que já participavam de organizações políticas que atuavam junto à população, antes do Golpe Militar de 1964. Com a desagregação dessas organizações políticas pela repressão militar, alguns de seus integrantes passaram a agir, de forma individual ou em pequenos grupos, nas áreas periféricas das cidades, buscando “vinculações políticas a partir de suas competências profissionais: advogados, arquitetos, assistentes sociais, professoras”. Havia, também, os profissionais sem uma atuação política anterior, mas que, influenciados pelo marxismo, participavam de organizações populares “a partir de questões do cotidiano, como a habitação, a saúde, a educação etc.” Um terceiro grupo era formado por células de militantes avulsos de organizações partidárias que vão para esse trabalho de base e, aí, recriam políticas e reflexões independentes das estratégias que os enquadravam.

Essas pessoas ou grupos aproximavam-se da população utilizando-se muito do método de Paulo Freire, principalmente através de processos educativos, onde poderiam questionar e elaborar críticas sobre as “experiências da vida individual e social dos educandos.” Dessa forma, encontravam suporte teórico que se aproximava de outros pensadores, que não eram bem vistos pelo regime militar.

Esses militantes emitiam as falas marxistas nos variados grupos sociais nos quais estavam inseridos e atuavam na oposição sindical, em grupos de alfabetização e educação popular, associações de bairros, grupos de fábricas, movimento estudantil, pastorais religiosas

etc. Seu referencial teórico era buscado junto a teses formuladas no Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP), no jornal Opinião, em cursos e debates universitários, e em autores como Gramsci (SADER, 1988).

No campo, tornou-se comum a presença de professores universitários e acadêmicos que, por meio de pesquisas ou atividades de extensão, se aproximavam-se dos camponeses e acabavam contribuindo com a organização dos mesmos. Estas ações se farão presentes na organização do próprio Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), conforme veremos em capítulo posterior.

A emergência do Novo Sindicalismo também terá um papel fundamental na organização dos trabalhadores e na formação de seus discursos. Esse novo sindicalismo, também conhecido como sindicalismo combativo ou autônomo, que vai despontar na década de 1970 “[...] tem como âmbito grandes indústrias modernas, de cujos conflitos de trabalho nasceram movimentos autônomos pela base” (SADER, 1988, p.182). Os descontentamentos dos trabalhadores, principalmente, em relação às condições de trabalho e a questões salariais, geravam pressões sobre os dirigentes sindicais para que tivessem uma ação mais contundente, que não aceitassem as proposições dos patrões sem questionamentos e que tivessem propostas mais ousadas nos momentos de negociação.

Essa inquietude da base levou a alterações na organização sindical, fazendo com que surgisse, por um lado, uma forte oposição sindical aos dirigentes de sindicato que não assumiam as inquietações emergentes e, por outro, que levasse a uma transformação interna dos sindicatos, que absorveram as inquietações das bases e passaram a incluí-las em suas pautas de reivindicações.

Essa nova postura sindical exigia uma posição mais enérgica dos dirigentes sindicais frente aos patrões, já que, em plena ditadura militar, “era tão restrita a margem legal para seu trabalho que viviam entre querer evitar a insatisfação das bases e tentar manter o respeito à legalidade” (SADER, 1988, p.182).

Inicialmente, os discursos eram de conciliação, enaltecendo as ações do Estado modernizante e suas ações em prol do desenvolvimento do país, destacando, entretanto, a importância da participação dos trabalhadores nesse feito. Eles também aproveitavam de brechas legais para cobranças mais contundentes em defesa dos trabalhadores. Os exemplos abaixo, apresentados por Sader (1988, p.182), demonstram essas situações.

No editorial de um jornal dos metalúrgicos de São Bernardo, assinado pelo presidente do sindicato, encontrava-se o seguinte fragmento de texto:

[...]o sindicalismo sequer configura nos planos, o que deixa prever a sua

contínua marginalização no atual processo. Não queremos nos contrapor ao Regime, Sistema Econômico ou às autoridades. O que queremos ver é reconhecido o direito de podermos participar no processo de desenvolvimento que a nação experimenta e na qual somos parte. Não queremos ser meros espectadores ou omissos (SADER, 1988, p.182).

Em outra situação, em julho de 1977, quando os sindicatos estavam em campanha pela reposição salarial, a Folha de São Paulo divulgou um relatório do Banco Mundial sobre a política econômica do governo brasileiro, no qual se questionavam os índices oficiais da inflação no ano de 1973. Esse questionamento levou à revisão das contas nacionais e percebeu-se, então, que havia ocorrido manipulação dos dados estatísticos. Cabe destacar que, nessa época, os aumentos salariais estavam vinculados ao salário real médio dos últimos 24 meses e ao aumento da produtividade nacional do ano anterior, cujos dados eram fornecidos pelo Estado.

Um forte movimento de reposição de perdas salariais acaba se formando e, encontrando respaldo na mídia, o que dá visibilidade aos sindicatos e as questões de interesse dos trabalhadores, sendo que os sindicatos se firmaram como importantes locais de organização e mobilização.

Com o passar do tempo ocorreu o fortalecimento dos sindicatos e o tom do discurso de seus dirigentes passa por mudanças, “aos poucos o discurso de conciliação vira discurso de contestação.” (SADER, 1988, p.185). As discussões sobre condições de trabalho, indenizações, férias, política salarial se intensificaram e ampliaram-se as ações de protesto dos trabalhadores, dentro e fora das fábricas, com greves, passeatas, “operações tartaruga” que reduzem a velocidade de produção, pequenos boicotes por melhoras das refeições etc. Tem-se a polemização de igual para igual - dos sindicatos com os patrões e o Estado - a partir de discursos que surgiam das experiências dos trabalhadores, que iam se transformando com as novas experiências vivenciadas.

Essa alteração no discurso no novo sindicalismo pode ser percebida em fragmentos de um discurso de Lula, durante uma greve considerada ilegal, em 1979: “pessoalmente eu acho que é muita sacanagem com os trabalhadores – feita principalmente pelos empreendedores, por aqueles que ganham dinheiro como ninguém nessa terra” (OSAKABE, apud SADER 1988, p.190). Também em Silva (apud SADER 1988, p.192) “(...) e agora paira sobre a cabeça do sindicato uma intervenção. [...] porque algumas pessoas de má fé entenderam ou querem entender que a nossa greve é uma greve política.”

O Novo Sindicalismo se estenderá ao meio rural, tendo também a igreja como principal difusora de idéias, tanto por meio das CEB's, como destaca Ricci (1994), quanto pelo

trabalho da CPT, como aponta Novaes (1991).

A necessidade de se construir um movimento sindical livre e autônomo, capaz de potencializar as formas organizativas gestada pelos trabalhadores em sua experiência concreta de enfrentamento com o capital, somada à expansão do sindicalismo combativo pelo país, levou à necessidade de se criar uma entidade maior, que congregasse esses anseios e servisse como centro de referência para a discussão, no âmbito nacional, das questões mais gerais do sindicalismo. Neste sentido, é formada a Central Única dos Trabalhadores – CUT, que agregará tanto trabalhadores urbanos como rurais.

2.4. Anos 1990: fim e recomeço de movimentos sociais

Se nos anos 1980 se deu a expansão da atuação da sociedade civil, vivenciando-se a Era da Participação, como destaca Gohn (2000), na qual os movimentos sociais se apresentaram como uma forte expressão desta atuação, nos anos 1990 teremos a retração da atuação da sociedade civil, quando os movimentos sociais entraram em um período de descenso. Percebeu-se, então, que os movimentos sociais não eram tão fortes e a sociedade civil não era tão organizada como se supunha.

Na segunda metade da década de 1980, com o início da redemocratização, algumas demandas dos movimentos sociais começaram a ser supridas³⁹, ou, pelo menos, entraram na pauta de discussões de governantes (municipais, estaduais e federal). Os movimentos garantiram sua participação nas mesas, câmaras e conselhos de negociações, com a ascensão de líderes de oposição ligados aos movimentos a cargos no parlamento e na administração de postos governamentais; tal fato levou à ocorrência da inversão de prioridades orçamentárias, aumentando-se os investimentos em áreas carentes, e se difundiu, em grande escala, mecanismos participativos de gestão que envolviam a sociedade organizada no processo de decisão. Para Ricci (2005), muitas das experiências inovadoras surgidas no interior dos movimentos sociais foram catapultadas à esfera das ações governamentais (não necessariamente de Estado), levando a uma estatalização de vários movimentos; isso representou o aparecimento de um tipo de parceria que tendia a provocar uma institucionalização dos movimentos sociais, sem que se desse uma nova institucionalidade pública, o que poderia levar a um distanciamento do caráter emancipatório destas políticas e ações governamentais.

³⁹ As principais reivindicações populares estavam centradas em questões de infra-estrutura básica, ligadas ao consumo coletivo (transporte, saúde, educação, moradia etc).

Muitos dos movimentos com atuação em áreas geográficas específicas não conseguiram se inserir em lutas mais amplas e/ou suas lutas cotidianas estavam limitadas a reivindicações setoriais; portanto, ao perceberem suas demandas atendidas em parte, ou na totalidade, não mais viam a necessidade de se manterem organizados, cabendo aos novos governantes, por meio da gestão pública, democrática e participativa, encarregar-se de resolver os problemas sociais. Por outro lado, governantes de esquerda não conseguiram elaborar um projeto que servisse a toda a população, o que levou alguns deles a assumirem várias propostas neoliberais (GOHN 2000). Barros (2004) destaca que não foi apenas no Brasil que ocorreu a adaptação de governos populares à democracia burguesa, contribuindo para o afastamento das lutas sociais diretas, sindicais e políticas, protagonizadas quotidianamente pelos trabalhadores.

Para Ricci (s/d) isso evidenciou a fragilidade das propostas de vários movimentos, o que levou a uma fragmentação ainda maior dos mesmos, fazendo com que muitos se perdessem na burocracia estatal⁴⁰. Para Goss e Prudencio (2004), nos anos de 1990 vários movimentos sociais deixaram de ter uma orientação na perspectiva de ação coletiva e passaram a tê-la para a ação individual. Muitas das lutas que ocorreram eram coletivas, porém os interesses eram individuais, e, ao serem supridos, perdia-se a necessidade do coletivo (moradia, financiamento agrícola etc.). Somam-se a isso as mudanças que ocorreram com a implantação do neoliberalismo e a mudança de orientação do Vaticano, que levou a um relativo afastamento da Igreja Católica dos movimentos sociais⁴¹.

Tratando especificamente do Brasil, Gebrim (2005a) vai ligar a crise dos movimentos sociais à crise do Ciclo do PT, pois que o grupo hegemônico do PT levou à criação de uma imagem do Estado como uma entidade neutra que, por sua vez, propiciou a formação de uma geração desarmada ideologicamente frente à democracia burguesa, dando o entender que bastaria uma vitória eleitoral e o Estado passaria a estar a serviço dos trabalhadores. A despolarização que veio ocorrendo levou a uma desmobilização de militantes-cidadãos, o que transformou problemas estruturais da sociedade em problemas administrativos a serem

⁴⁰ A autora destaca que o MST conseguiu, em parte, fugir desta institucionalização por seu caráter nacional, por sua capacidade de mobilização social, pela facilidade com que gera fatos políticos e altera a agenda dos governos brasileiros. Também Siqueira (2007) vai destacar o não alinhamento do MST às políticas públicas, apesar de utilizar-se delas.

⁴¹ O Vaticano, por meio da Congregação da Doutrina da Fé (ex-Santo Ofício), que de 1981 até 2005 foi liderada pelo Cardeal Joseph Ratzinger (atual Papa Bento XVI), condenou a Teologia da Libertação, que foi importante na gênese de muitos movimentos sociais na América Latina, impondo a religiosos o Silêncio Obsequioso, ou seja, os mesmos não poderiam mais falar em nome da igreja, nem dar aulas, conceder entrevistas e acompanhar qualquer trabalho pastoral. Cabe destacar que setores da Igreja Católica continuam com atividades junto aos movimentos sociais, como é o caso da CPT.

resolvidos por marcos institucionais existentes, ficando o povo como um agente passivo, não levando a mudanças do poder que molda por dentro a sociedade.

O que era um meio tornou-se um fim em si mesmo. Assim enquadradas, as eleições tem sido um momento privilegiado para difundir maciçamente a ideologia conservadora. Em nada contribuem para desenvolver o sentido crítico do povo em relação ao sistema e fortalecer sua capacidade de mobilização. (...) o resultado é um amplo descrédito na atividade política. Todos parecem mais ou menos iguais (GEBRIM, 2005 p. 9).

O afastamento do PT das propostas de mudanças estruturais marcará o encaminhamento para o fim do Ciclo PT e um processo de transição para um novo ciclo que deverá ser formado. É nesta perspectiva que se organizará o Movimento Consulta Popular.

Scherer-Warren (1993) relata que os movimentos sociais não apresentam maiores homogeneizações nem entre os diferentes movimentos e nem entre movimentos semelhantes em diferentes áreas. A autora indica a presença de dois blocos de movimentos no Brasil, que mesmo tendo em comum um projeto de construção de uma nova sociedade, apresentam uma grande distinção. São eles: a) movimentos de base mais populares (Novo Sindicalismo, movimentos de bairros periféricos, MST, Movimento de Atingidos por Barragens, Movimento de Mulheres Agricultoras); b) movimentos típicos de classe média (movimentos ecológicos e feministas). Para os primeiros, faz-se necessária a superação de inadequadas situações econômicas e sociais que as afetam, o que não tem a mesma importância para os segundos, já que a aceitação pública dos mesmos ocorre de forma tranquila, enquanto os primeiros enfrentam muita resistência.

Um elemento do interior dos próprios movimentos sociais contribuiu para seu descenso, como identificou Gohn (2000); a profissionalização de lideranças. Isto se deu a partir do momento em que as lideranças – “os liberados” - passaram a ficar à disposição dos movimentos e recebiam uma compensação financeira em troca. Muitas destas lideranças acabaram se distanciando das bases, aproximando-se de outras instituições com fins iguais ou semelhantes, ativeram-se bastante à elaboração de agendas de encontros e seminários – nacionais, mais no final da década de 1980 e internacionais, nos anos 1990 – e se envolveram intensamente em eleições, tanto em escala estadual, municipal como federal⁴².

Muitas ONGs passam a assumir os papéis antes desempenhados pelos movimentos sociais, na maioria das vezes por meio de intermediação entre o poder público e grupos

⁴² Acreditava-se no poder transformador do Estado, do Estado de Bem-Estar Social. Tomando-se o poder do Estado, abrir-se-ia a possibilidade de se realizar uma revolução social. Foram inúmeros os vereadores, prefeitos, deputados e senadores eleitos nos diferentes estados brasileiros, e, mais recentemente, a eleição de um Presidente da República que teve sua formação no bojo das discussões populares. Esta foi, também, a postura do MAB por um determinado período, como veremos a seguir.

sociais por meio das políticas de parceria, geralmente no setor de produção, onde estas instituições mantêm o controle dos projetos em execução e administram os recursos envolvidos. Estas funções assumidas pelas ONGs passaram a ser uma forma de as mesmas sobreviverem, pois, com a redemocratização nos países latino-americanos, muitas verbas que eram enviadas para esta região passaram a ser enviadas para países do Leste Europeu. Os movimentos sociais também passaram por este processo de diminuição de verbas advindas de determinados grupos do exterior e recorreram ao Estado para se manterem ativos e/ou buscaram formas próprias de sobrevivência econômica. Como exemplo, Gohn (2000) destaca que os índios, além de pressionarem o governo por demarcação de suas terras, vendem castanhas e ervas; enquanto os seringueiros, além de lutar contra a opressão dos que se dizem donos das terras, vendem seus produtos em mercados competitivos.

No início da década de 1990, Scherer-Warren destacava a existência de duas visões sobre a questão da organização da sociedade civil naquela década. Uma primeira visão admitia a desorganização social, na qual os movimentos sociais não teriam um papel de destaque na sociedade, com tendência a desaparecerem, surgindo novos grupos, frutos do processo das transformações que vinham ocorrendo em nível mundial. Como resultado destas transformações, poder-se-ia passar por um período de crises e turbulências sociais. Assim, como nos apresenta Scherer-Warren (1996, p.21), “os organismos da sociedade civil tendem a desaparecer, dando lugar às condutas de crises, tais como bandos de jovens, grupos de delinquentes ou grupos de violência organizada [...] é o ‘desmovimento’.” Uma segunda visão busca a compreensão do “desmovimento” para criar novas ações que proporcionem, a partir de uma avaliação crítica dos movimentos sociais, novos rumos. É a busca de uma nova mobilização. Para tanto, seria necessária uma análise que abarcasse tanto uma visão macro como micro social e as relações provenientes da mesma. Essas novas ações seriam influenciadas pelas transformações internas e externas que vêm ocorrendo em nível mundial. De acordo com Scherer-Warren (1996, p.22), “Trata-se de entender as interconexões de sentidos entre o local (comunitário) e o global (supranacional, transnacional)”. Para a autora, as relações entre os movimentos sociais e o Estado era outro ponto que precisava ser compreendido, pois, naquele momento, encontravam-se em uma situação muito delicada, já que ambos estavam em um período de transformação.

No caso do Estado, estava se colocando em prática a política neoliberal, em contraposição ao keynesianismo, que eliminava muitas de suas funções e dava à iniciativa privada um maior poder de ação, buscando-se implantar a idéia do Estado Mínimo. Os movimentos sociais se questionavam até que ponto o Estado, que deveria servir de mediador

na disputa que ocorria entre os donos do capital e os trabalhadores, teria uma importância que fosse válida, no caso de se recorrer à sua intervenção. Também, era importante que se fizesse uma análise da conjuntura do momento, levando-se em conta os avanços tecnológicos, a aceleração da circulação das informações e o poder de estar sempre atualizado, a união contraditória entre as ações globais e locais, a rede de conexões que estava ocorrendo entre indivíduos, grupos, regiões, países, ou seja, dever-se-ia entender a globalização e suas contradições.

Scherer-Warren (1996) estabeleceu um claro diagnóstico dos pontos que estariam marcando as discussões políticas e econômicas da década em análise, e fez um prognóstico da necessidade dos movimentos sociais fugirem do isolamento, de se articularem conjuntamente e de trocarem informações, utilizando-se dos mais modernos meios de comunicação existentes, formando redes de movimentos sociais. Ao ocorrer a conexão de vários movimentos em uma rede, tem-se o fortalecimento de cada um individualmente, pois é alimentado por uma carga de informações e conhecimentos, e da rede como um todo, que se retroalimenta constantemente. A rede cumpre o papel de articuladora, organizadora e de fortalecimento dos movimentos abarcados e da causa defendida. Mas, para isso, ela tem que ser constantemente alimentada pelos seus integrantes.

As redes de movimentos sociais agrupam várias organizações de diferentes portes, lugares, identidades sociais, ideologias e buscam unir forças para gerar uma sinergia em torno de seus objetivos. Torna-se um espaço público que consegue superar barreiras geográficas, limitações financeiras, contornar as desigualdades de acesso e de informações, ampliando o alcance de atuação e a organização de estratégias de lutas mais eficazes por parte desses movimentos. É uma nova forma de cosmopolitismo. Porém, é importante destacar que aproximar sujeitos com identidades, culturas e lutas específicas por meio de redes de movimentos sociais não é possível sob uma teoria geral; faz-se necessário criar outra maneira de entender e articular conhecimentos, práticas e ações coletivas, sem permanecer na fragmentação existente, criando-se “inteligibilidade recíproca na interior da pluralidade” (SANTOS, 2007 p. 39). Faz-se necessário ter uma teoria de tradução⁴³, que torne as diferentes lutas mutuamente inteligíveis e que permita aos atores coletivos conversarem sobre as opressões a que resistem e as aspirações que os animam.

⁴³ Para Santos (2007), tradução é entendido como um processo inter-cultural e inter-social, onde buscar-se-ia saber o que há de comum e de diferente entre os diversos movimentos, com o intuito de criar inteligibilidade entre os mesmos, sem destruir a diversidade.

2.5. Movimentos sociais no mundo globalizado

Com o advento da globalização redefine-se, novamente, o cenário das lutas sociais. Alguns movimentos sociais entram em crise, outros desaparecem, e outros se redefinem. As bandeiras de lutas, como o fim da ditadura militar e a abertura política, foram sendo superadas; a luta pela terra incorpora outras reivindicações mais particularizadas, como a questão de educação no campo, o financiamento para assentados, e a assistência técnica; muitos militantes tornaram-se dirigentes de organizações, assumiram cargos públicos ou, simplesmente, afastaram-se da luta, como também, diminuiu significativamente a formação de novos quadros de militantes; muitos movimentos sociais se institucionalizaram em organizações, por meio de políticas sociais.

Serão os movimentos sociais de caráter global que irão se destacar, mas sem perder de vista a ação local. Busca-se entender as interconexões de sentido entre o local (comunitário) e o global (supranacional). Os movimentos sociais passam a ter infraestruturas próprias e a se utilizar de recursos tecnológicos, como a rede de *internet*, que facilita o diálogo com pessoas e organizações, nos diferentes pontos do planeta. Aprofundam-se as formas de relações sociais baseadas na solidariedade local e planetária através de redes de movimentos sociais.

Wallerstein (2005) descreve movimentos em escala mundial como antissistêmicos, enquanto Chesnais, Serfati e Udry (2005) os descrevem como movimentos antimundialização e Bringel (2006) fala em movimentos antiglobalização. É um movimento de movimentos, no qual ocorre a conexão de lutas e resistências frente à globalização capitalista, sendo que o eixo de atuação se dirige para uma resposta contra-hegemônica global, de caráter social inclusivo com características emancipatórias (BRINGEL, 2006). Esta nova configuração, até o momento, está marcada mais por uma leitura negativa das transformações recentes pelas quais o mundo vem passando do que por uma perspectiva de criação de um projeto maior de ação da sociedade, visando um mundo mais justo. A definição de um projeto mundial parece ser o desafio colocado aos movimentos sociais na atualidade, projeto esse que dê unidade aos diversos grupos sociais que se manifestam, pois os mesmos, apesar de se juntarem frente à expansão do neoliberalismo, continuam ainda muito fragmentados e são rotulados por diversas maneiras, como movimentos ambientais e/ou socioambientais, de gênero, étnicos, rurais, urbanos etc.

Sader (2005) destaca que os movimentos *anti* vão se definir, também, a partir do choque entre alguns movimentos sociais e partidos políticos que, até então, vinham atuando de forma conjunta. A posse em cargos eletivos e as negociações para obtenção de poderes

dentro dos governos fizeram com que ocorresse um choque ideológico entre grupos que até então se encontravam no mesmo lado. Muitos integrantes dos movimentos sociais e partidos políticos passaram a esmorecer frente a suas ideologias e passaram a assumir uma postura defensiva frente à expansão neoliberal e a resistência passou a ser feita por grupos que até então estavam na periferia do sistema. As eleições de alguns presidentes da República ligados à classe trabalhadora e suas submissões aos ditames neoliberais vieram reforçar a postura de que a via eleitoral não levará a mudanças na lógica de produção, distribuição e acumulação de capital.

Os movimentos de escala mundial que vêm se formatando na atualidade, aqui denominados *antissistêmicos*, ainda não têm sua forma claramente definida; porém, podemos perceber alguns traços que dão uma primeira impressão de sua existência. A territorialização desses movimentos em rede (SCHERER-WARREN, 1993 e 1996), tanto interna - nos movimentos - como entre movimentos é uma de suas características, podendo ele ser tanto um movimento social em rede como formar redes de movimentos sociais. Eles são autônomos, independentes do Estado, valorizam a cultura e a identidade e buscam, cada vez mais, formar seus próprios intelectuais em escolas ou universidades com uma proposta diferenciada de formação, voltada à educação popular. Buscam redefinir o papel da mulher e do jovem na sociedade, como também dão novo sentido à relação trabalho e natureza, primando por uma produção menos depredadora do meio ambiente. Seus instrumentais de pressão são remodelados, extrapolando as greves e partindo para tomadas de cidades (indígenas no México), ocupações de terras (sem terras no Brasil), bloqueios de ruas (piqueteiros na Argentina) etc. As novas territorialidades passam a ser um dos traços mais importantes desses movimentos sociais (ZIBECHI, 2005).

As reflexões sobre como se deu o surgimento dos movimentos antissistêmicos indicam alguns referenciais, como o levante zapatista, de 01/01/2004 no México; o I Encontro pela Humanidade e Contra o Neoliberalismo realizado em Chiapas, no México, de 27 de julho a 03 de agosto de 1996 e que foi organizado pelo Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN); a batalha de Seattle, manifestação que mobilizou milhares de pessoas durante a reunião da Organização Mundial do Comércio, em 1999, e outras reuniões da OMC que ocorreram posteriormente, bem como em reuniões do G-7; os espaços de encontro mais amplos de troca de experiências entre instituições e movimentos sociais, como o Fórum Mundial Social realizado em 2001, e suas versões posteriores (WALLERSTEIN, 2005; SEOANE, 2005).

Alguns desafios que são colocados aos movimentos antissistêmicos devem ser

debatidos e incorporados em seus projetos, para que “outro mundo” seja realmente construído. Faz-se necessário avançar no questionamento frente à mercantilização, repensar as formas de propriedade, combater o desemprego em massa e suas conseqüências, repensar a relação de produção e meio ambiente e agir de forma incisiva contra as leis que reforçam o poder financeiro (CHESNAIS, SERFATI e UDRY, 2005). Porém, na atualidade, não é uma tarefa fácil a de construir uma luta antissistêmica, pois a desestruturação do socialismo no Leste Europeu e a implementação do modelo neoliberal tornaram muitos trabalhadores receosos, o que tem levado à aceitação de sua subordinação aos ditames do capital, e à fragmentação de si próprios⁴⁴. A articulação entre o individual e o coletivo precisa ser repensada, pois as pessoas continuam a se propor em participar de ações coletivas, porém desejam ter certa autonomia, não se dispendo a se envolver em atividades que transcendam suas possibilidades de controle, pois, como destaca Vakaloulis (2005), as pessoas resistem a um compromisso tipo “cheque em branco” e buscam uma participação política ou sindical “à la carte”.

Outro elemento de grande importância neste debate é a questão sobre quais são as forças que farão frente à globalização e quais os atores que nela estarão envolvidos. Na atualidade, ocorre um amplo debate entre intelectuais, sobre o fim ou não da categoria centralidade do trabalho e do fim da centralidade política dos trabalhadores⁴⁵, que defendia o operário como ator principal da revolução. Vakaloulis (2005) destaca que o tradicional conflito trabalhista, focado no trabalho assalariado e marcado pelas discussões de emprego, jornada de trabalho, salário etc., continua muito presente ainda hoje, porém, ele ressalta que o movimento operário não é o único ator nesta luta, e nem a vanguarda da luta pela auto-emancipação dos dominados; tal movimento perdeu a centralidade simbólica e sociológica da época fordista, embora mantenha uma forte capacidade de perturbação anticapitalista e uma capacidade de reivindicação e de concretização de seus próprios objetivos.

Da mesma maneira que Vakaloulis, Thomaz Junior (2007a/b, 2006b) defende a atualidade destes temas, mas destaca a necessidade de uma melhor compreensão e aprimoramento conceitual e teórico para entender a realidade atual da sociedade. Devido à reestruturação produtiva do capital, grandes transformações ocorreram no mundo do trabalho, destacando-se novos atores que se manifestam de forma incisiva frente à expansão do capital,

⁴⁴ Um exemplo, no Brasil, é o que ocorreu com a CUT, que, apesar do questionamento interno na busca de alternativas de luta, assumiu uma concepção que “atribuía às transformações em curso na economia capitalista um caráter de inevitabilidade, direcionando o movimento sindical para negociações limitadas em busca do que poderia ser “menos pior” (MATTOS, 2005).

⁴⁵ Sobre este tema, Organista (2006) faz uma interessante síntese do pensamento de autores que se posicionam a favor e contra esta questão.

para além do tradicional operariado. Diante disto, faz-se necessário repensar as teorias existentes, pois “os instrumentos teóricos e conceituais estão distantes e desprivilegiam a práxis histórica, social e ontológica do trabalho” (THOMAZ JUNIOR, 2007a). Seguindo a idéia da necessidade de uma nova análise sobre a definição atual de classe operária, Thomaz Junior (2007a e 2009) destaca, também, que o conceito de classe trabalhadora, entendido diante da extensão operária (LESSA, 2007) e proletária (ANTUNES, 2006), necessita ser repensado em sua dimensão empírica e teórica. Para este autor, afirmar que somente a classe operária, oriunda da revolução industrial, é capaz de fazer frente ao capital é desconhecer a realidade do trabalho na atualidade, na qual a principal frente ao capital e ao capitalismo é feita por trabalhadores informais, temporários, camponeses e as legiões de desempregados.

Ao tratar mais especificamente da centralidade do trabalho, o autor vai observar que não é o trabalho que está acabando e sim o emprego sustentado pela legislação trabalhista, seguridade social e previdenciária que está moribundo. O trabalho, desta forma, está sob os efeitos do metabolismo do capital e sua lei de valor, sendo que este “necessita cada vez menos de trabalho estável e cada vez mais das diversificadas formas de trabalho parcial, terceirizado, *part-time*, subproletarizado, precarizado em suas diversas formulações” (THOMAZ JUNIOR, 2006b, p.20).

Organista (2006) também reforça a idéia de que o capitalismo não está abolindo o trabalho e, sim, utilizando a força de trabalho de outra maneira, substituindo o trabalho assalariado por meio da terceirização, incentivando o trabalho por conta própria e o empreendedorismo.

A reestruturação econômica levou a uma queda acentuada de poder de enfrentamento dos trabalhadores urbanos (ligados ao setor secundário e terciário) frente ao capital, debilitando a idéia de classe, e até sindicatos mais combativos⁴⁶ se curvaram aos ditames do capital, fugindo do enfrentamento direto e assumindo posturas sindicais neocorporativas (interesses por empresas, por setores) que fragilizavam seus poderes de negociação⁴⁷.

Com a diminuição do poder de enfrentamento dos trabalhadores urbanos, ganham destaque as ações anticapital dos movimentos sociais que estavam envolvidos nas lutas frente às questões agrárias, tanto na luta para a obtenção de terra (sem-terra), como os grupos de resistência frente à possibilidade de expulsão de suas áreas (pequenos produtores, seringueiros, atingidos por barragens, indígenas, posseiros etc.). São grupos sociais que têm o

⁴⁶ Na década de 80 e início de 90 era forte a atuação dos sindicatos dos bancários, metalúrgicos, petroleiros etc.

⁴⁷ Thomaz Junior (2004) relaciona estas ações dos sindicatos, que tinham uma postura mais combativa, também aos interesses eleitorais do PT e diretores da CUT, que fizeram alianças com partidos conservadores e liberais e com a Força Sindical.

território como trunfo, como destaca Mançano (2005). Esta ação está sendo expressiva em muitos países, entre os quais podemos destacar as ações de camponeses e/ou indígenas no México, Guatemala, Equador, Colômbia, Paraguai, Espanha, África do Sul, Filipinas, e Indonésia, entre outros, que vêm se organizando, principalmente, por meio da Via Campesina (THOMAZ JUNIOR, 2006b).

O destaque dos movimentos sociais de origem camponesa frente à expansão do capitalismo neoliberal vem mostrar que a tese do fim do campesinato⁴⁸ continua sendo questionada. Os camponeses se mantêm produzindo e se reproduzindo, seja com maior ou menor ligação/integração com o mercado, dependendo do caso e da região. A manutenção do campesinato se dá por alterações no processo produtivo na propriedade, pela busca de políticas agrícolas que garantam sua lógica produtiva, por meio da migração para novas áreas, como também pela organização e luta de sem-terras, que não aceitam a proletarização, agrupam-se nas margens das rodovias e passam a lutar por um “pedaço” de terra para viverem e produzirem.

A redefinição da forma de produzir internamente na propriedade pode se dar pela liberação de parte da mão-de-obra familiar para desenvolver atividades fora da propriedade, de forma total ou parcial; pela utilização da propriedade para atividades de serviço; além da produção agropecuária etc. Já a reprodução do campesinato por meio da migração foi muito estimulada por ações governamentais e por iniciativas de empreendedores imobiliários, que visavam a ocupação de novas fronteiras agrícolas (migração dirigida). Nesse sentido vamos encontrar uma das faces contraditórias do capitalismo, que é promover a recriação de meios de produção não capitalistas para deles se beneficiarem. Para essas áreas de fronteiras agrícolas, também se encaminharam, voluntariamente, um significativo número de camponeses, em busca de terras para produzirem e se reproduzirem.

A permanência desses camponeses na terra está ligada a uma redefinição de atitude em relação à ação do capital sobre a produção agrícola. Organizados em diferentes movimentos sociais, vão fazer frente à onda expropriadora do capital que se abatia sobre o campo, adequando-se a algumas de suas características ou negando-se por completo ao capitalismo. A diversidade de movimentos sociais no campo foi, e é, determinada pela diversidade de contradições existentes e o modo de viver e enfrentá-las. Fazendo uma brincadeira com as

⁴⁸ O pensamento voltado à revolução protagonizado pelo proletariado dizia não haver espaço para a produção camponesa frente à expansão do capital no fim do século XIX e início do século XX, pois o mesmo não sobreviveria à superioridade técnica que o grande estabelecimento agrícola vinha implantando ao se aproximar da indústria urbana.

palavras de Marx⁴⁹, pode-se dizer que alguns “sacos de batata” deixaram de ser simplesmente sacos de batata, provavelmente porque seu conteúdo brotou e seus ramos se entrelaçaram, embricaram-se na luta pela re-existência.

Neste novo momento que vivemos na relação capital/trabalho é necessário perceber-se o novo que se coloca, ao buscarmos entender quem é o trabalhador que está fazendo frente ao capital na atualidade- que se encontra mais excludente, concentrador e centralizador - e negar alguns temas que eram dados como intocáveis, como o papel histórico e central dos operários no processo revolucionário e o fim do campesinato.

Thompson (2001) aponta diretrizes que ajudam a explicar esta nova realidade que vem se colocando, ao definir a classe social a partir da luta de classe. Entendendo classe como uma categoria histórica, faz uma crítica aos que tentam fazer com que prevaleça a teoria sobre o fenômeno histórico que propõe a teorizar, tornando, desta forma, a classe uma categoria estática, definindo-a, de antemão, e qual a consciência que lhes caberia. Pelo entendimento estático de classe, ao qual o autor se opõe, seria possível a existência “de uma vanguarda que saberia mais que a própria classe quais seriam tanto o interesse verdadeiro quanto a consciência mais conveniente a esta mesma classe” (Thompson 2001, p.271-272).

Para Thompson, a classe vai se definindo por meio do modo de vida que um grupo de pessoas vai delineando nas suas relações de produção e das experiências vivenciadas nas relações sociais, influenciadas por suas características culturais. A partir do momento em que este grupo passa a ter uma consciência de si mesmo vai construindo uma identidade histórica e vai se definindo como classe. Nesta perspectiva, Thompson (2001, p.274) vai concluir que “classe e consciência de classe são sempre o último e não o primeiro degrau de um processo histórico real”.

No momento atual, quem vem fazendo frente, de forma acirrada, ao capital são os movimentos sociais camponeses, que, ameaçados de expropriação, lutam seguindo estratégias e táticas baseadas em seus estilos de vida para garantirem sua sobrevivência enquanto tais e a reprodução de seus modos de vida e traços culturais. Por outro lado, os trabalhadores urbanos perderam parte de seu potencial de enfrentamento ao capital, devido a uma contra-ofensiva deste último, que conseguiu apropriar-se de sua subjetividade, seu saber, sua indignação, e fragmentá-los ainda mais, bem como torná-los “andarilhos de profissão” que pulam de uma atividade laboral para outra, dificultando a formação de uma identidade e, a partir daí, terem

⁴⁹ Em “O 18 Brumário de Luis Bonaparte” Marx descreve os camponeses franceses como uma imensa massa que vive em condições semelhantes, num modo de produção quase autossuficiente, fazendo com que os mesmos não criem um intercâmbio mútuo, comparando-os a um saco de batatas.

uma consciência de si e a possibilidade de entrarem na luta de classe e, então, formarem uma classe. Neste sentido, Thomaz Junior (2006a) vai questionar sobre como entender aqueles que mudam várias vezes de trabalho e sindicato e, também, as pessoas que estavam na cidade e foram para o campo. Na atualidade, vemos movimentos sociais camponeses procurando articular movimentos urbanos para fazerem frente à lógica capitalista e por entenderem que, para que seja possível realizar uma revolução social, a contribuição destes movimentos é fundamental⁵⁰.

Nesta perspectiva de formação da classe trabalhadora, que envolve camponeses e trabalhadores urbanos, fica claro a fragmentação existente e a necessidade de uma amálgama que dê identidade à mesma. Alguns caminhos nesta direção começam a ser traçados por meio da aproximação dos movimentos sociais no campo, sendo a Via Campesina um exemplo. Porém, o maior desafio está na organização dos trabalhadores urbanos e sua aproximação com os movimentos do campo.

Percebe-se que continua embaralhada a visualização de como vem se redefinindo os movimentos sociais que buscam fazer frente ao modelo de sociedade que está sendo reorganizada com a implementação e expansão do neoliberalismo em escala mundial. Maiores estudos se fazem necessários para compreender o presente e o futuro dos trabalhadores e dos movimentos sociais, buscando tornar mais claros os projetos, as ideologias, os conflitos, as dinâmicas geográficas, as redes, as relações de poder, as questões ligadas à autonomia e a emancipação dos indivíduos e de grupos sociais, bem como outras características que se fazem presentes na práxis dos movimentos sociais.

Nos próximos capítulos estaremos tentando desembaralhar essa visualização de como se organizam os movimentos sociais na atualidade, tendo como referência as lutas e articulações que organizações locais do MAB vieram e vem mantendo, bem como as lutas e articulações que a coordenação nacional do Movimento veio colocando em prática, tendo a política de energia elétrica como pano de fundo sobre a questão.

⁵⁰ Veremos, nos próximos capítulos, que o MAB está começando, ainda de forma discreta, a desenvolver ações no meio urbano.

Capítulo 3. A energia elétrica no Brasil

Sobradinho

(Sá/Guarabyra)

O homem chega e já desfaz a natureza
Tira a gente põe represa, diz que tudo vai mudar
O São Francisco lá prá cima da Bahia
Diz que dia menos dia vai subir bem devagar
E passo a passo vai cumprindo a profecia
Do beato que dizia que o sertão ia alagar
O sertão vai virar mar
Dá no coração
O medo que algum dia
O mar também vire sertão
Vai virar mar
Dá no coração
O medo que algum dia
O mar também vire sertão.
Adeus Remanso, Casa Nova, Sento Sé
Adeus Pilão Arcado vem o rio te engolir
Debaixo d'água lá se vai a vida inteira
Por cima da cachoeira o Gaiola vai subir
Vai ter barragem no salto do Sobradinho
E o povo vai se embora com medo de se afogar
O sertão vai virar mar
Dá no coração
O medo que algum dia
O mar também vire sertão
Vai virar mar
Dá no coração
O medo que algum dia
O mar também vire sertão.

A produção de energia elétrica no Brasil surge, concomitantemente, ao período de transição de uma economia primária exportadora para uma economia industrial, diferenciando-se dos países centrais, onde a industrialização surgiu anteriormente ao desenvolvimento da eletricidade. Assim, não ocorreu no país a necessidade de reconversão das máquinas que eram movidas por energia a vapor para atenderem ao novo modelo energético. Da mesma forma a utilização da energia elétrica no Brasil se dá, praticamente, ao mesmo tempo em que ocorre nos países do Norte, onde esta tecnologia estava sendo criada e aperfeiçoada.

Ao longo da história da energia elétrica no Brasil, ela passará por períodos sob o domínio da iniciativa privada e períodos sob o controle principal do Estado. Em ambas as situações esteve, principalmente, a serviço de determinados grupos econômicos, seja pelo fato de eles controlarem as empresas responsáveis pela geração, transmissão e distribuição de energia ou pelas mesmas se apossarem do Estado, quando este passou a se responsabilizar por estas atividades.

A percepção de que o controle do setor elétrico estava nas mãos de grupos econômicos privados, que a usavam em benefício próprio, apesar de em seus discursos destacarem os benefícios da sociedade como um todo com a utilização da mesma, fez surgir o questionamento sobre “energia para quê e para quem”? Para qual finalidade estava se construindo a infraestrutura elétrica? Quem eram os grandes consumidores da energia produzida?

Nos estudos realizados, que relatam o histórico da eletricidade no Brasil, predomina a idéia de que o país passou por quatro fases bem definidas e, na atualidade, está se consolidando a quinta fase. O que diferencia os autores é que, nas definições dos períodos, alguns deles se atêm mais às descrições dos momentos econômicos e políticos (PINHEIRO, 2006; SILVA, 2001), enquanto outros dão mais ênfase às questões ideológicas que envolvem o momento político e econômico em que se inseriam as fases (GONÇALVES JUNIOR, 2007; CERVINSKI, 2003).

A seguir, apresentaremos as fases pelas quais o setor elétrico brasileiro passou ao longo de sua história, destacando as discussões que ocorreram nos momentos de transição de uma fase para outra, e os desdobramentos que se seguiram com estas mudanças.

3.1. A formação do setor elétrico no Brasil - (1880 a 1930)

A instalação do primeiro aproveitamento hidrelétrico de que se têm notícias no Brasil ocorreu em 1883, e foi construído no Vale do Jequitinhonha, no município de Diamantina, no estado de Minas Gerais. Era um empreendimento particular⁵¹, que serviria para melhorar a exploração de diamantes.

Outros empreendimentos semelhantes entraram em operação ainda na mesma década, nos municípios de Nova Lima (em 1887) e Juiz de Fora (em 1889), ambos no estado de Minas Gerais, ligados a ações voltadas, principalmente, ao setor primário e de iluminação pública.

No fim do século XIX e início do século XX, a utilização de energia elétrica vai se ampliar consideravelmente no Brasil, sob domínio, principalmente, do capital internacional. Entra em cena uma empresa subsidiária da Canadense *Light*, que, no Brasil, assumiu o nome de São Paulo *Railway, Light and Power Company Limited*. Segundo Pinheiro, os objetivos dessa empresa

[...] iam além da produção, utilização e venda de eletricidade gerada por qualquer tipo de fonte (hidráulica, mecânica, gás, vapor, pneumática), abrangendo também o estabelecimento de linhas férreas, telegráficas e telefônicas. A empresa pretendia controlar ainda bens móveis e imóveis, incluindo terras, lagos, açudes, rios, quedas e correntes d'água, necessários às suas atividades (PINHEIRO, 2006, p.9-10).

As ações da *Light* no Brasil se iniciaram na cidade de São Paulo, que estava se expandindo rapidamente e se mostrava com um bom potencial para ser “explorado” pelo capital estrangeiro. Posteriormente, a empresa ampliou sua área de atuação, passando a abranger a cidade do Rio de Janeiro, então capital do país na época. A empresa se instala na capital federal com o nome de Rio de Janeiro *Tramway, Light and Power* e recebe, em 1905, a autorização para explorar o Ribeirão das Lages e o rio Paraíba do Sul. Essa nova subsidiária busca atuar, também, em vários setores da economia.

Com o objetivo de atender a algumas regiões do interior paulista, foi autorizada a se instalar no Brasil, em 1911, a terceira subsidiária da *Light*, que adquiriu a Empresa de Eletricidade de Sorocaba. Denominada de São Paulo *Electric Company Limited*, ela recebeu a concessão para construir a Usina Hidrelétrica de Itupararanga, inaugurada em 1914.

A *Light* foi se expandindo no Brasil, assumindo o espaço de pequenos empreendimentos

⁵¹ “Segundo a primeira constituição republicana, o proprietário da terra detinha igualmente a propriedade das riquezas do subsolo, não importando de que forma seriam aproveitados, para fins energéticos, industriais ou utilidade pública. As quedas d'água, da mesma forma, eram consideradas acessórias da propriedade e poderiam ser utilizadas para navegação, irrigação ou energia elétrica” (LIMA, 2004 p. 37).

e criando novos empreendimentos ligados à energia elétrica, tendo como eixo de ação São Paulo e Rio de Janeiro. No início da segunda década do século XX (1911-1920), as três subsidiárias da *Light* no Brasil foram reunidas numa Holding denominada *Brazilian Traction, Light and Power Co. Ltda.*

Nesse mesmo período, vários empreendimentos voltados à questão de energia, com atuação mais local, tanto de caráter público como privado, iam sendo instalados de forma dispersa pelo país. Segundo Pinheiro (2006), na primeira década do século XX, entraram em operação 77 pequenas centrais elétricas e, conforme o recenseamento, em 1920 estavam em atuação 343 usinas hidrelétricas.

Já na década de 20 do mesmo século, a tendência foi a construção de centrais geradoras maiores, com abrangência regional e, também, a incorporação de pequenas centrais por grupos maiores, como exemplifica Silva (2001):

[...]a Companhia Paulista de Força e Luz (CPFL), originária de incorporações de empresas, tais como a Empresa de Força e Luz, de Botucatu, a Empresa de Força e Luz, de São Manuel, e a Companhia Elétrica do Oeste de São Paulo, além da Empresa de Força e Luz Agudos-Pederneiras e a Empresa de Eletricidade de Bauru (SILVA, 2001, p.39).

Nessa mesma perspectiva é que vai atuar no Brasil a *American & Foreign Power Company* (AMFORP), empresa norte-americana criada pela Bond & Share Corporation que, em 1905, foi incorporada pela *General Electric*. A AMFORP se instalou no Brasil nos anos 20 do século XX constituindo a Empresas Elétricas Brasileiras, que se transformou, posteriormente, em Companhia Auxiliar de Empresas Elétricas Brasileiras (CAEEB). Essa empresa direcionou seus investimentos, principalmente, para as capitais de alguns estados brasileiros não controladas pela *Light*, como Recife, Natal, Maceió, Curitiba, Vitória e Belo Horizonte, bem como para o interior paulista, quando passou a controlar a Companhia Brasileira de Força e Luz (1927), a Companhia Campineira de Tração, Força e Luz (1929), a Companhia Central de Eletricidade de Icem (1928), e a Companhia Força e Luz de Brotas (1929) entre outras. Esse grande número de pequenos empreendimentos isolados voltados para a produção e geração de energia elétrica no interior paulista apresentava-se como um grande potencial de lucros sem ter que dispensar investimentos em geração e distribuição, caso fossem adquiridos e interconectados. Por tanto, o interesse e investimento na sua aquisição por parte da AMFORP.

Com a criação da AMFORP se buscava mais que a geração e distribuição de energia elétrica, era uma forma de difundir os produtos de eletricidade da *General Electric*. É a demonstração da formação dos cartéis, envolvendo empresas européias e americanas, que

ficou evidente pelas distintas frequências de eletricidade de cada cartel. As empresas americanas, como *General Electric e Westinghouse*, tinham seus produtos adaptados para uma frequência de 60 Hz, enquanto as européias como, a *Siemens, Philips, ASEA-Brown Boveri*, tinham produtos com 50 Hz. “Pela frequência da eletricidade fornecida, as empresas asseguravam a venda de seus equipamentos em seus territórios” (GONÇALVES JUNIOR, 2007, p. 197).

Nesse processo de incorporação, concentração e centralização das empresas concessionárias de energia elétrica ocorreu uma quase desnacionalização do setor elétrico na década de 20, do século XX, sendo pouco expressivo o que restou fora desse controle do capital estrangeiro. Gonçalves Junior (2007) destaca um considerável aumento da geração de energia por hidrelétricas, se comparada com a térmica. A grande vantagem que se colocava ao capital internacional nesse caso era que o preço pago pela energia estava sendo calculado pelo custo da energia mais cara, que era o das termoeletricas, o que garantia um lucro suplementar aos investimentos feitos na hidroeletricidade.

Servinski (2003) salienta a ausência/impotência do Estado brasileiro na regulamentação e controle do setor elétrico nesse período, o que dava poderes praticamente ilimitados aos monopólios que aí se formaram, chegando a destacar a possibilidade de acordos entre a Light e a AMFORP na busca de maiores lucros. O autor coloca que o Estado vinha tentando, sem sucesso, regulamentar o setor por meio do Código das Águas desde 1907.

A expansão do capital internacional na economia brasileira se dava também em outras atividades, principalmente no setor industrial, sendo que, aos poucos, as indústrias nacionais iam sendo absorvidas por grupos estrangeiros. Surge, então, um conflito de interesses, o que vai ocasionar uma contra-ofensiva das forças econômicas nacionais e instaurar um novo debate, marcado por dois grupos distintos, que, no setor elétrico, eram caracterizados, segundo Servinski (2003, p.25) “pelos que defendiam uma forte intervenção do Estado e o fim das tarifas aplicadas via cláusula ouro⁵², e por outro, os defensores da liberdade absoluta ao capital estrangeiro”.

Com a crise mundial de 1929, e a vitória dos intervencionistas na “revolução” nacionalista de 1930, liderada por Getúlio Vargas, inicia-se no Brasil o processo de intervenção estatal na economia e, conseqüentemente, no setor elétrico, implantando-se, de forma incisiva o Estado Capitalista.

⁵² “A Clausula Ouro era um dispositivo constitucional que permitia que as empresas recebessem em ouro parte de suas receitas auferidas por atividades no setor elétrico brasileiro, de modo a excluir ou limitar, em seus efeitos, a moeda nacional” (Pinheiro, 2006 p. 20).

3.2. O debate sobre a nacionalização da energia (1930 a 1945)

A crise de 1929, que afetou a economia mundial de forma drástica, somada à “revolução” de 1930 no Brasil, levou a grandes transformações políticas, econômicas e sociais no país. Somam-se a isso a ocorrência e consequências da Segunda Guerra Mundial (1939 a 1945). O Brasil agro-exportador vai perdendo espaço para um Brasil urbano-industrial, no qual a estrutura descentralizada de gestão do Estado, comandada pelas oligarquias agro-exportadoras regionais, vai sendo substituída por uma forte centralização do poder na esfera federal, em detrimento do poder dos estados, agora com fortes influências de setores da burguesia industrial nacional, apoiados por militares em aliança com a classe média. A estrutura econômica, formada por arquipélagos econômicos ligada à internacionalização da economia, cede espaço para uma economia nacional, cimentada pela industrialização interna, que vai substituindo as importações (OLIVEIRA, 1986).

Da mesma forma o setor elétrico brasileiro será afetado pelo novo direcionamento político-econômico colocado em curso no governo de Getúlio Vargas. Dentre as ações que afetarão diretamente esse setor podem ser destacadas: o ato assinado em 1931, que proibia aquisição ou concessão de aproveitamento sobre cursos ou quedas d'águas pelo capital privado; a criação do Departamento Nacional de Produção Mineral, em 1933, ligado ao Ministério da Agricultura, que passou a gerenciar as atividades ligadas à exploração de energia hidráulica, irrigação, concessões e legislações de águas; a extinção da Cláusula Ouro no setor elétrico, em 1933; e a promulgação do Código de Águas, em 1934 (PINHEIRO, 2006). Também a criação do Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica (CNAEE), criada em 1939, é considerada por Silva (2001) como uma importante ação do governo federal, no sentido de intervir no setor elétrico, com a função de estudar, opinar e propor ao Governo Federal temas e medidas relacionadas ao assunto.

No que diz respeito ao Código de Águas, algumas características estão diretamente ligadas à questão de energia hidrelétrica:

- a) Quedas de água e outras fontes de energia hidráulicas são consideradas bens distintos e não integrantes das terras (art. 145);
- b) As quedas de água e outras fontes de energia hidráulica são incorporadas ao patrimônio da Nação, como propriedades inalienáveis e imprescindíveis (art. 147);
- c) O aproveitamento industrial das quedas de água e outras fontes de energia hidráulica será feito por concessão do Governo (art. 139);
- d) As empresas serão fiscalizadas pelo governo inclusive em sua contabilidade (art. 178);

- e) As tarifas serão estabelecidas na base de serviços prestados pelo preço de custo (art. 180);
- f) O capital das empresas será avaliado na base do custo histórico (art. 180);
- g) As concessões só serão concedidas a brasileiros ou a empresas organizadas no Brasil (art. 195);

A maioria de diretores de empresas será constituída de brasileiros residentes no Brasil ou deverão as administrações dessas empresas delegarem poderes de gerencia exclusivamente a brasileiros (art. 195 - § 1º)

Deverão essas empresas manter em seus serviços no mínimo dois terços de engenheiros e três quartos de operários brasileiros (art. 195 § 2º) (BRANCO, apud CERVINSKI, 2003, p.25-26).

O Código de Águas representou um instrumento que marca uma intervenção mais direta do Estado sobre seu território, mais especificamente sobre subsolo e águas.

Com relação ao CNAEE, ele se encarregou

[...] de manter estatísticas, organizar planos de interligação de usinas e sistemas elétricos, regulamentar o Código das Águas, examinar todas as questões tributárias referentes à indústria de energia elétrica e resolver, em grau de recurso, o dissídio entre a administração pública e os concessionários (SILVA, 2001, p.47).

Ao mesmo tempo em que se tinha uma disputa sobre a forma como controlar a energia elétrica, com a ampliação do setor industrial e o do consumo de energia residencial, bem como com a ampliação da rede de iluminação pública, se fazia necessário ampliar a produção dessa energia.

Em 1942, o governo brasileiro contrata um grupo de estudiosos norte-americanos, liderado por Morris Coke⁵³, com a missão técnica de planejar a mobilização econômica do Brasil. Em seu relatório final, esse grupo apresentava as deficiências no setor elétrico como um dos pontos de estrangulamento ao desenvolvimento do país, e propunha metas que deveriam nortear as ações do governo no setor elétrico.

[...] preconizava como metas prioritárias de uma política energética a eletrificação ferroviária e a interligação de usinas, destacando o grande potencial hidráulico do país e a vantagem da opção hidrelétrica (CENTRO DE MEMÓRIA DA ELETRICIDADE, apud SILVA, 2001).

Até então a iniciativa privada mantinha o absoluto domínio do setor elétrico, sem interesse em investir fora dos grandes centros urbanos, sendo que as primeiras ações de maior intervenção do poder público nessas áreas se darão no âmbito dos estados ou regiões, sem que haja uma planificação centralizada. Nessa perspectiva podem ser destacadas as ações desenvolvidas pelos governos dos estados do Rio de Janeiro, do Rio Grande do Sul e de grupos da região Nordeste (PINHEIRO, 2006; SILVA, 2001).

O governo do Rio de Janeiro já tinha a concessão para produção e distribuição de

⁵³ Existem citações na literatura que se referem a estes estudos como Missão Coke.

energia no norte do estado desde 1937, mas, foi a partir de 1939, que se iniciaram as obras. Em 1945 o estado também recebeu a autorização do governo federal para organizar a Empresa Fluminense de Energia Elétrica.

No Rio Grande do Sul, em 1943, foi criada a Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE), com o objetivo de suprir as demandas de energia que se colocavam no estado. Uma das ações colocadas em prática foi a transferência das concessões municipais para o domínio estadual, interligando as centrais elétricas.

No Nordeste, criou-se a Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF), em 1948, que foi a primeira empresa voltada à geração de energia elétrica organizada pelo governo federal⁵⁴ e “foi criada devido a ineficiência de atendimento do setor privado no Nordeste brasileiro, pois a AMFORP supria somente as capitais” (LIMA, 2004 p. 74). O anteprojeto de uma organização para realizar o aproveitamento de energia hidráulica no rio São Francisco foi apresentado ao governo federal em 1944, sendo autorizada sua formação em outubro de 1945. Pinheiro (2006) destaca que a CHESF representa um marco para o setor elétrico do país, pois além de marcar o princípio do Estado como construtor de usinas hidrelétricas, essas passam também a ser de grande porte, além de inaugurar a tendência de separação entre geração (governo federal) e distribuição (governos estaduais) de energia⁵⁵.

Essa mudança no setor energético, onde a mão do Estado se fazia cada vez mais presente, era parte de uma estratégia criada pela burguesia industrial nacional, que buscava formas de reduzir seus custos de produção para ampliar sua taxa de lucro. A ação do Estado no setor de energia, nesse caso nas fontes hidráulicas, deveria eliminar o lucro suplementar que vinha sendo acumulado pelas empresas estrangeiras que dominavam o setor e repassá-lo para aos consumidores, principalmente para os investidores da indústria nacional, por meio de preços mais reduzidos de energia, pois a tarifa da eletricidade passaria ter o “seu preço determinado pelo custo da produção própria – hidrelétricas - mais uma taxa correspondente ao lucro médio do capital sobre os investimentos realizados” (GONÇALVES JUNIOR, 2007, p.208).

Essas mudanças que vinham ocorrendo no setor de energia elétrica acabaram levando à diminuição de investimentos na geração dela pelas empresas privadas, enquanto se ampliava o consumo de energia, tanto por parte das indústrias como dos consumidores residenciais, o

⁵⁴ O modelo hidrelétrico que passou a ser implantado pelo Governo Federal buscava seguir a experiência da Tennessee Valley Authority (TVA), que buscava o desenvolvimento integrado da bacia hidrográfica, buscando articular gestão de recursos hídricos e geração de energia (ver SILVA, 2001).

⁵⁵ É importante destacar que, mesmo com predomínio desta separação, alguns governos estaduais investiram na geração de energia, e o governo federal fez alguns investimentos na sua transmissão.

que indicava a possibilidade do surgimento de uma crise energética.

3.3. A Industrialização por Substituição de Importações (1945 a 1962)

Esse período é caracterizado por fortes discussões sobre a intervenção profunda ou não do Estado no setor produtivo, e envolve os governos de Eurico Gaspar Dutra, Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek.

O início do período é marcado, internacionalmente, pelo fim da Segunda Guerra Mundial e pela diminuição das restrições econômicas postas pelo conflito e, nacionalmente, pelo acirramento do debate entre o papel da iniciativa privada, tanto nacional como estrangeira, e o do Estado, na organização e execução das políticas voltadas ao sistema produtivo brasileiro.

Um grupo se manifestava favorável aos princípios do liberalismo econômico, posicionava-se contrário à intervenção do Estado na economia e defendia a livre circulação de capital no país, não importando a nacionalidade de origem. O outro grupo defendia uma industrialização acelerada, com forte intervenção do Estado na economia, que direcionaria investimentos para setores de base onde, dificilmente, a iniciativa privada iria investir.

Esse debate se estendia para o setor elétrico, no qual os que defendiam que o mesmo deveria ser conduzido pela iniciativa privada colocavam a estrutura tarifária, a política cambial e o Código de Águas como elementos que atravancavam os investimentos no setor. Por outro lado, os que defendiam uma forte intervenção do Estado no setor, propunham a construção de hidrelétricas por ele e, quem sabe, até a encampação das empresas privadas existentes. Esse último grupo acusava as empresas privadas de geração e distribuição de energia de não levar em consideração as necessidades colocadas pela sociedade e aproveitarem-se do poder de monopólio para buscar ganhos fáceis, sem fazerem maiores investimentos no setor.

No governo Dutra, os interesses dos grupos liberais predominaram e foi regido por esses pensamentos que, em 1946, lançou-se o primeiro Plano Nacional de Eletrificação que:

[...] privilegiava a criação de setores interligados regionais. [...] O modelo adotado na Inglaterra durante a década de 30 era citado como exemplo. Nesse sentido, para a estruturação de um plano nacional, o país deveria ser dividido em regiões auto-suficientes em recursos energéticos. [...] Ao invés da construção de grandes centrais elétricas, o plano privilegiava a construção de usinas de porte médio e pequeno. E a atuação do Estado deveria se limitar ao remanejamento das leis e do sistema de fiscalização e a função de agente coordenador do programa de racionalização dos serviços. [...] o Estado deveria agir supletivamente a iniciativa privada (CENTRO DE MEMÓRIA DA ELETRICIDADE, apud SILVA, 2001).

A iniciativa privada, centrada principalmente no capital internacional, continuou comandando o setor elétrico. Porém, segundo Lima (2004), o Estado fez investimentos neste setor por meio do Plano Salte (Saúde, Alimentação, Transporte e Energia). Nele, 16% dos investimentos previstos pelo governo seriam voltados ao setor energético, sendo que, deste total, 52% seriam investidos em eletricidade, 47% com petróleo e o restante com carvão⁵⁶.

No governo Dutra também se consolidou o projeto de criação da CHESF, que foi constituída oficialmente em 1948 “como uma sociedade de economia mista, onde o Governo Federal tinha a maioria das ações” (TAFAKGI, 1994, p.43). A CHESF deveria proporcionar a produção de energia elétrica com custos reduzidos, visando suprir as necessidades do Nordeste. O aproveitamento das quedas da cachoeira de Paulo Afonso foi o primeiro empreendimento de atuação da CHESF.

Os estudos para o aproveitamento hidrelétrico do Rio São Francisco ocorreram na década de 20 do século XX, por um estudioso da região, com financiamento de bancos franceses. Em 1932, a Companhia Agrícola e Pastoril de São Francisco S.A. iniciou uma pequena usina hidrelétrica em Itaparica, que, entretanto, não foi concluída. O Ministério da Agricultura (responsável pelo setor elétrico na época) se interessou pela obra, mas estudos técnicos apontaram para a maior viabilidade econômica dos investimentos se fossem realizados em Paulo Afonso.

O projeto da Usina Hidrelétrica de Paulo Afonso aprovado em 1949, teve metade dele financiado pelo governo federal e a outra metade por ações públicas, e iniciou suas atividades com um capital inicial de 400 milhões (valor em cruzeiros em 1994). Posteriormente, o governo federal injetou mais dinheiro, recorrendo a empréstimos no Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), atual Banco Mundial. Em 1952, já no segundo governo Vargas, o governo federal, via Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE)⁵⁷, recorreu a outro empréstimo, agora junto ao *Export and Import Bank* (EXIMBANK), bem como injetou mais dinheiro dos cofres públicos para expansão e finalização das obras (TAFAKGI, 1994). A Usina Hidrelétrica Paulo Afonso foi inaugurada em 1955, com potência de 180 MW.

No governo Dutra não ocorreram grandes mudanças dentro do que vinha sendo

⁵⁶ O investimento total do Plano Salte seria assim distribuído: 57% para o setor de transporte, 16% para energia, 14% para saúde e 13% para a alimentação.

⁵⁷ Criado em 1952, como Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), no início da década de 80, influenciado pelas transformações sociais que vinham ocorrendo no país, acrescentou-se ao nome o Social. Deste período até a atualidade passou a ser chamado de Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

discutido e colocado em prática nos últimos tempos, pois ele não havia conseguido remover os obstáculos estruturais que freavam a expansão do capital privado no setor elétrico. Mas, com a volta de Getúlio Vargas ao poder, em 1951, retoma-se a tese do Estado desenvolvimentista, interventor e planejador, de uma economia que teria a industrialização nacional como carro chefe, e as empresas estatais como um dos braços dessa proposta.

Uma maior intervenção do Estado na economia não significava um obstáculo para os investimentos privados no setor econômico, mas, sim, um direcionamento nos investimentos, ficando o Estado com a função de investir nos setores de infraestrutura, como indústrias de base, transporte, comunicação, energia etc., e o setor privado mais voltado para a indústria de bens de consumo como eletro-eletrônicos, (COSTA, 1991).

No segundo governo de Getúlio Vargas, a organização das políticas voltadas à questão energética ficou a cargo da Assessoria Econômica do Gabinete Civil da Presidência da República, formado nos primeiros meses de 1951. Até 1953, esse grupo se ateve na organização dos planos ligados à exploração e utilização de carvão e petróleo e, posteriormente, voltou-se para o planejamento do setor de energia elétrica.

Para a questão da energia elétrica foram elaborados quatro projetos de lei, todos interligados (PINHEIRO, 2006). Um dos projetos, com cunho fiscal, buscava capitalizar o setor elétrico e propunha a criação do Fundo Federal de Energia (FFE), por meio da cobrança do Imposto Único sobre Energia Elétrica (IUEE), que deveria ser direcionado para a União, estados, Distrito Federal e para os municípios. Um segundo projeto colocaria o Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDE) como gestor do FFE. Um terceiro projeto estava ligado à criação do Plano Nacional de Eletrificação (PNE), que previa estudos, construção e operação das usinas hidrelétricas e colocava diferentes papéis para o Estado e para a iniciativa privada. Nele, a geração era exclusividade do primeiro, podendo o segundo participar da distribuição. O Plano não foi formalmente aprovado, mas a prática que se desenvolveu seguiu seus preceitos. Um quarto projeto estava voltado para a constituição das Centrais Elétricas Brasileiras S/A (Eletrobrás), concebida nos moldes da Petrobrás, como uma empresa pública federal com capital inicial originário da União. Caberia à Eletrobrás a execução dos programas previstos no Plano Nacional de Eletrificação.

Seguindo essa nova política de energia organizada pelo governo federal, vai se formar a Companhia Elétrica de Minas Gerais (CEMIG), em 1952; a Usinas Elétricas de Paranapanema (USELPA) no estado de São Paulo, em 1953; a Companhia Paranaense de Energia Elétrica (COPEL), em 1954 entre outras.

A questão da energia elétrica teve destaque, também, no governo de Juscelino

Kubitschek⁵⁸, que, na realização de um plano para o setor organizou a Semana de Debates Sobre Energia Elétrica, em 1956. Segundo Lima (2004), dois pontos que se destacaram nos debates foram a destinação dos recursos do FFE e a criação da Eletrobrás. Nesse debate, prevaleciam as idéias dos liberais, que se mostravam contra a criação da Eletrobrás e defendiam a utilização dos recursos FFE pelas empresas privadas. De forma transversal, o debate sobre o Código das Águas se fez de novo presente.

A política colocada em marcha por Juscelino privilegiou a criação de empresas públicas federais e estaduais⁵⁹ para organizarem a expansão da geração de energia elétrica, mas deixou espaço para investimentos privados na distribuição da mesma, atenuando as discussões entre os diferentes grupos de interesse que se manifestavam na época.

Boa parte dos investimentos públicos, gerenciados pelo BNDE, foram direcionados para empresas estaduais que atuavam no setor, o que foi um incentivo para a criação das mesmas em estados que ainda não o haviam feito. Foram, também, investidos capitais nas empresas nacionais como a CHESF e, em 1957, o governo federal cria a Central Elétrica Furnas S/A, o segundo empreendimento federal na geração de energia. Furnas deveria abastecer a região de maior dinâmica econômica do país, a região Sudeste, que tinha ampliado consideravelmente sua demanda por energia, principalmente em função da industrialização acelerada. Furnas começou a operar em 1963, ampliando a capacidade de consumo de energia da região Sudeste, aliviando o racionamento que se fazia presente.

Outras ações ligadas ao setor de energia desenvolvidas pelo então governo federal podem ser destacadas como: a criação do Ministério de Minas e Energia, em meados de 1960, com instalação em fevereiro de 1961, que incorporou o Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica e a Divisão de Águas, que estavam sob responsabilidade do Ministério da Agricultura e a criação da Eletrobrás⁶⁰, em abril de 1961, sendo a mesma constituída em junho de 1962. Cabe destacar que a Eletrobrás foi criada após seu projeto ter sido muito debatido e ter sofrido a interferência dos interesses dos grandes capitais da indústria elétrica.

Segundo Silva (2004), a Eletrobrás, criada em forma de *holding*, foi constituída, sendo apoiada por quatro empresas: CHESF, Furnas, Chevap e Termochar. Nos seus anos iniciais, enfrentou uma grande crise de energia que ocorria na região Sudeste e que foi amenizada

⁵⁸ Com Juscelino se desencadeia a Industrialização Substitutiva, atraindo empresas estrangeiras para instalarem subsidiárias no país concedendo subsídios, sendo que muitas vezes com custos menores de 20% do investimento real do seu capital (RIBEIRO, 1995 p. 202).

⁵⁹ CELESC - Santa Catarina – 1956, CEMAT - Mato Grosso – 1958, CEMAR - Maranhão – 1959, CEAL - Alagoas – 1960, COELBA - Bahia – 1960, COSERN – Rio Grande do Norte – 1961, ENERGIPE – Sergipe – 1961, CEPISA – Piauí – 1962.

⁶⁰ Cabe lembrar que o projeto da Eletrobrás ficou tramitando no Congresso Federal por muitos anos, pois foi encaminhado ainda no Governo de Getúlio Vargas, em 1954.

quando Furnas entrou em operação. Com a criação da Eletrobrás, inicia-se um novo modelo no setor de energia proveniente de hidrelétricas, que perdurará até a década de 90, do século XX.

Até 1962, o domínio da geração de energia elétrica estava concentrado nas mãos do setor privado, pois o Estado detinha apenas 36% da capacidade instalada. Por outra perspectiva, é possível destacar-se a ampliação da participação do Estado neste setor, se levarmos em conta que, dez anos antes (1952), sua participação era de apenas 8% da capacidade instalada (LIMA, 2004).

Neste cenário, as empresas estrangeiras, geradoras e fornecedoras de eletricidade, passaram a diminuir seus investimentos e, devido a ampliação da industrialização e urbanização, durante as décadas de 1940 e 1950, o Brasil passou por momentos de escassez de eletricidade, o que resultou em políticas de racionamento. Porém, segundo Gonçalves Junior (2007, p.213), foi a partir dessa escassez que as empresas privadas de energia se utilizaram para ampliar seus lucros “independente dos prejuízos que produziam para todos os segmentos sociais”. As empresas buscavam combinar o aumento da oferta com as instalações operando com elevados fatores de carga, o que, muitas vezes, diminuía a qualidade dos serviços oferecidos, levando a quedas contínuas de tensão, que reduziam o tempo útil de aparelhos e motores ligados na energia, a suspensão do fornecimento de energia que levava à paralisação de fábricas e à suspensão de vários serviços. Além disso, baseando-se no discurso da escassez, elas recebiam autorização para a construção de obras que causariam sérios impactos ambientais, forçavam o governo a avalizar empréstimos para seus investimentos e, ainda, dificultavam o desenvolvimento de outros projetos técnicos nessa área.

Com o movimento geopolítico dos EUA, no sentido de direcionar seus investimentos na América Latina, uma nova realidade começa a se delinear, principalmente a partir da década de 1950. A necessidade de aumento de geração de energia elétrica se fez presente, pois o capital norte-americano vinha ampliando, de forma acelerada, seus investimentos no Brasil, principalmente por meio de indústrias multinacionais, o que elevaria ainda mais o consumo de eletricidade. Financiamentos foram colocados à disposição tanto para o setor público como para o privado para que se ampliasse a oferta de eletricidade; porém, o que predominou foram os investimentos do setor público. O Estado agindo no setor energético, facilitaria o desenvolvimento do setor industrial, já que ele atuava em um setor que exige grandes investimentos no setor fixo e é de demorado retorno; além disso, ele não buscaria o lucro suplementar na sua atividade, podendo ofertar energia a um menor preço e até subsidiada, o que poderia garantir uma maior margem de lucro às indústrias. Caberia ao Estado, também, a

formação e capacitação de mão-de-obra especializada nesse setor, por meio de “centros de pesquisa; universidades; linhas de financiamento a fundo perdido, entre outras medidas necessárias para criar a força de trabalho capaz de planejar, operar e inovar toda a expansão do sistema de eletricidade” (GONÇALVES JUNIOR, 2007, p.228).

O papel relevante que o Estado deveria assumir no setor energético, naquele momento, fica claro nas palavras pronunciadas por Miguel Reale, em um fórum realizado em 1961, conforme descreve Abreu (1999):

- a) a indústria de energia elétrica é de tão capital importância na infraestrutura econômica de uma nação, que não pode deixar de ser exercida pelo próprio Estado, sob pena de correr risco a sua soberania;
- b) os benefícios da eletricidade devem ser assegurados indistintamente a todas as camadas do povo, e isso somente será atingido a um plano oficial, ao mesmo tempo de caráter político, social e econômico, insuscetível de ser confiado a empresas privadas, sempre dominadas por finalidades acanhadas ou imediatas. A necessidade de planificação nacional dos serviços de eletricidade, bem como seu caráter prevalentemente social, excluem, por conseguinte quaisquer concessões a entidades particulares;
- c) tão essencial é a indústria de eletricidade ao desenvolvimento das demais atividades produtivas, que deve ser eliminado o caráter especulativo, inerente ao sistema de administração privada, a fim de possibilitar-se o fornecimento de energia barata, até mesmo abaixo dos custos, como condição primordial da promoção da política nacional: a eliminação do “escopo de lucro” é uma exigência da natureza social do abastecimento de energia;
- d) somente o Estado pode suprir de energia regiões do país em grande atraso econômico e cultural, para os quais é notório e compreensível o total desinteresse das entidades privadas, não podendo o desenvolvimento daquelas regiões, essencial ao bem da nação, ficar na dependência de cálculos hedonísticos particulares: que só o Poder Público pode romper o trágico círculo vicioso que se opõe ao progresso (falta de energia por serem diminutos os índices demográficos e de produção; falta de povoamento e de produção por inexistir energia), nada justifica que o Estado fique apenas com o ônus das zonas negativas ou gravosas, abandonando aos particulares as de lucro certos e imediatos;
- e) só o monopólio resolverá o grave problema criado pela rede de numerosas pequenas usinas hidráulicas,oras existentes, restrita ao âmbito das exigências das respectivas zonas de concessão, onde, as vezes, jazem inaproveitadas fontes de energia preciosas, com nocivo, embora justificado, desinteresse pela construção de grandes centrais hidrelétricas, reclamadas por relevantes motivos de ordem técnica e econômica, e destinadas a abastecer vastas regiões com energia abundante e a preço razoável;
- f) na indústria de energia elétrica empregam-se todos os requisitos geralmente exigidos para a transformação racional de uma empresa privada para uma empresa pública: 1) obedece a processos técnicos mais ou menos estandardizados em qualquer de suas fases, produção, transmissão e distribuição; 2) é de fácil medida a fiscalização da energia gerada, o que se harmoniza com a burocratização dos serviços; 3) requer pessoal relativamente reduzido, com especialização técnica que não

oferece maiores problemas (ABREU, 1999, p.26-27).

Nas palavras de Reale, podemos destacar alguns temas que caracterizam bem a transição do pensamento liberal para o intervencionista estatal que estava se processando na época, como: soberania nacional, planificação nacional, desenvolvimento nacional, desenvolvimento regional, progresso, nacionalização de empresas privadas etc. Porém, a ação do Estado não significava uma oposição ideológica ao capitalismo, mas, sim, uma maneira de garantir maior lucro ao capital privado, tornando-se o Estado também um agente capitalista. Assim, estava se reforçando, como afirma Gonçalves Junior (2007, p.220), “uma decisão política de alinhamento ideológico do Estado brasileiro ao modelo `keinesiano` de desenvolvimento”.

Segundo Peiter (1994), o modelo energético que se estruturou dos anos 1930 até o início dos anos 1960, tinha um cunho regional, com o Estado assumindo, paulatinamente, o controle sobre o mesmo.

3.4. O modelo estatal (1962 aos anos 1990)

A formação da Eletrobrás (1962) vai significar uma mudança na estrutura de organização e produção de energia elétrica no Brasil, redefinindo a política existente, que era sustentada por uma produção de energia de forma regionalizada e assistemática, e passando para um modelo com características nacionais e sistematizadas.

A Eletrobrás fez parte da Comissão de Nacionalização de Empresas Concessionárias de Serviços Públicos (CONESP), que

[...] tinha por objetivo indicar ao Poder Executivo os serviços que deveriam passar ao regime de exploração direta, negociar as condições e a forma de reembolso ou indenização aos acionistas e fixar as normas a serem seguidas no tratamento do patrimônio e dos ativos das empresas a serem nacionalizadas (PINHEIRO, 2006, p 31-32).

Cabe destacar que já havia ocorrido no Brasil um caso de encampação de empresa privada de energia elétrica, quando, em 1959, o governador do Rio Grande do Sul tornou pública a Companhia de Energia Elétrica Riograndense, subsidiária da AMFORP, pelo valor simbólico de um cruzeiro. Até o golpe militar de 1964, outros estados brasileiros encamparam empresas particulares, e as negociações entre governo federal (João Goulart) e as empresas estrangeiras eram acirradas. No governo militar (1964-1985), criou-se uma comissão envolvendo vários ministérios para negociar a aquisição das concessionárias estrangeiras controladas pela AMFORP, o que se concretizou ainda em novembro de 1964, mediante o

pagamento de 135 milhões de dólares, pago pelo ativo não depreciado. Já em 1978, o governo federal comprou a Light por 350 milhões de dólares, e assumiu uma dívida externa de 1,2 bilhões de dólares, passando praticamente todo o setor de energia ser de responsabilidade do Estado (GONÇALVES JUNIOR, 2007).

É importante lembrar que, em 1964, ocorreu o golpe militar no Brasil, e o novo governo que se instalou também assumiu a doutrina da intervenção estatal na economia, entendendo que o setor energético, controlado pela iniciativa privada, não estava, naquele momento, conseguindo prestar serviços adequados aos consumidores de energia. Ao final dos anos 1960, a política de energia elétrica era traçada pelo Ministério de Minas e Energia (MME), executada pela Eletrobrás e normatizada e fiscalizada pelo Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica (DNAEE), existindo 60 empresas concessionárias de energia elétrica, sendo 6 federais, 27 estaduais e, as demais, privadas (PINHEIRO, 2006; SILVA, 2001).

As empresas federais estavam subordinadas à Eletrobrás, que era uma *holding*, e que agrupava empresas de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica. A organização das empresas federais geradoras e transmissoras de energia elétrica buscava cobrir todas as diferentes regiões do país, ficando assim localizadas: Furnas Centrais Elétricas (Furnas), que abrangia as regiões Sudeste, o estado de Goiás e o Distrito Federal; Centrais Elétricas do Sul do Brasil (Eletrosul), abrangendo a região Sul e Mato Grosso do Sul; Companhia Hidro-Elétrica do São Francisco (Chesf), com atuação na região Nordeste; Centrais Elétricas do Norte do Brasil (Eletronorte), atuando na região Norte e nos estados do Maranhão e Mato Grosso. Também faziam parte da Eletrobrás as distribuidoras de energia elétrica Light Serviços de Eletricidade, com atuação na região metropolitana do Rio de Janeiro e cidades vizinhas, e a Espírito Santo Centrais Elétricas (ESCELSA) que atuava no estado de Espírito Santo. A Eletrobrás era, além disso, acionária das concessionárias estaduais de energia. Era um sistema elétrico monopolista, também chamado de vertical, estando sob controle do setor público (nacional, estadual, municipal) tanto a geração, como a transmissão e a distribuição de energia (Figura 2).

Ao longo de sua história, a Eletrobrás contou com o apoio de uma estrutura colegiada, com a criação de grupos e comitês que discutiam diretrizes gerais que deveriam nortear as políticas a serem seguidas pela empresa. Dentre esses colegiados podemos citar, como exemplo, o Comitê Coordenador de Operações Norte-Nordeste (CCON), o Sistema Nacional de Supervisão e Coordenação de Operações Interligadas (SINSC) e o Grupo Coordenador para Operação Interligada (GCOI). Essa estrutura colegiada era composta pelas

concessionárias e com a inserção de universidades e centros de pesquisa. Gonçalves Junior (2006) destaca que os trabalhadores geralmente não eram convidados para participar desses espaços de discussões, nos quais, se delimitavam as políticas energéticas.

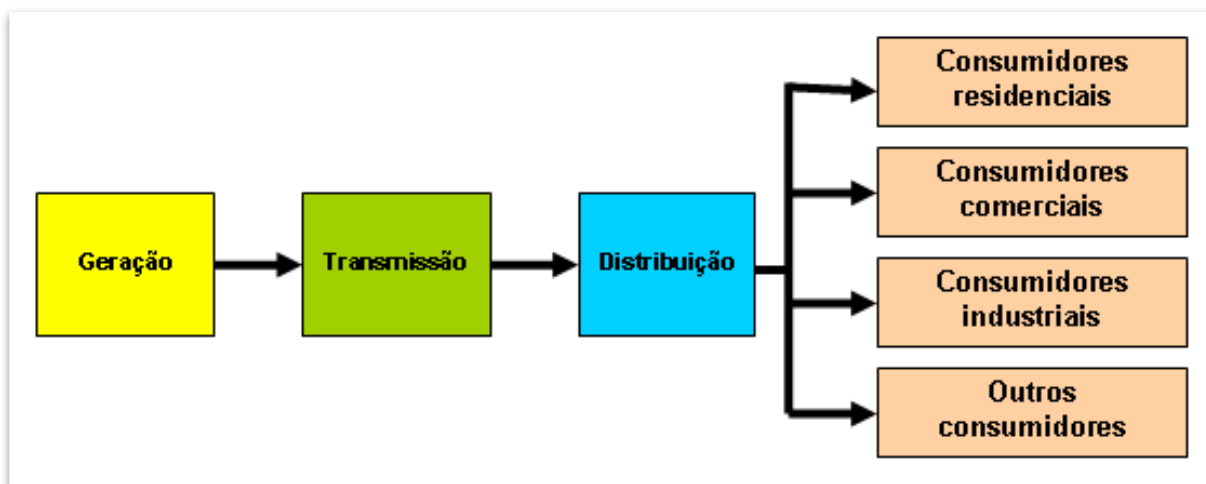


Figura 3 - Modelo de organização “vertical” – cadeia de produção da indústria da eletricidade
 Fonte: Gonçalves Junior, 2007.

Até a década de 1950, o planejamento do setor elétrico estava voltado, principalmente, para o atendimento das demandas estaduais, ligando as fontes geradoras diretamente aos centros de consumo. Porém, com o avanço da industrialização brasileira favoreceu a formação de políticas de integração territorial e a construção de redes técnicas de infraestrutura, comandadas pelo governo federal. Dentro dessa perspectiva, a partir das décadas de 1960 e 1970, foi sendo superado o caráter regional do planejamento no setor elétrico brasileiro em prol de um modelo centralizado e de abrangência nacional. Isso se deu interligando as usinas existentes e as em construção, formando um mercado nacional interligado, onde os colegiados acima descritos tiveram papel importante (PEITER, 1994).

A primeira grande interconexão do sistema integrado se deu com a inauguração da hidrelétrica de Furnas (1963), no Rio Grande, na divisa de São Paulo e Minas Gerais, que integrou os sistemas desses dois estados e o do Rio de Janeiro. No final da década de 1960, fez-se a interconexão dos sistemas elétricos do Sudeste/Sul, que foi ampliada com a entrada em operação da usina de Itaipu, em 1983, agora já como integração Sul/Sudeste/Centro-Oeste⁶¹. Já a interligação Norte/Nordeste foi estabelecida, em 1981, com a energização da linha de transmissão entre Sobradinho (BA)-Imperatriz (MA)-Tucuruí (PA)-Vila do Conde

⁶¹ Destacamos que Furnas abrange também o Estado de Goiás e o Distrito Federal; por isso, tem-se a interconexão S/SE/CO.

(PA)-Belém (PA)⁶² (PEITER, 1994). A interligação entre os sistemas elétricos Sul/Sudeste/Centro-Oeste com o Norte/Nordeste ocorreu em 1999, com a energização chamada Norte-Sul I⁶³, que ligava as subestações de Imperatriz (MA) e Samambaia II (DF) (ARAÚJO, 2003). Com a integração de energia Norte-Sul formou-se o Sistema Interligado Nacional (SIN), que levou a ganhos energéticos expressivos por meio da circulação de fluxos de energia entre regiões que apresentam características sazonais diferenciadas, possibilitando o complemento hidrológico entre as bacias do São Francisco/Tocantins e Iguazu/Uruguai⁶⁴ (PAULA, 2005).

A Eletrobrás promovia o desenvolvimento nacional do setor, em atendimento às necessidades próprias de cada região, fazendo a gestão dos recursos federais, e às vezes, de captadora de recursos junto a agências financiadoras, tomando as decisões e coordenando as ações que eram executadas pelas empresas por ela controlada. Os recursos financeiros para o setor elétrico, que até então eram administrados pelo BNDE, passaram ao controle da Eletrobrás, que também ficou encarregada de controlar os recursos oriundos do imposto sobre o consumo de energia elétrica, que havia sido instituído ainda em 1962.

Dentre as principais obras hidrelétricas construídas nesse período podemos destacar as usinas de Tucuruí e de Itaipu, que deram uma contribuição importante para a ampliação de potencial energético nas áreas que abasteciam de energia.

No início do período em análise, a energia elétrica oriunda de hidrelétricas (72,01%), já era bem superior ao que era gerada por termelétricas (27,99%). Essa diferença foi sendo ampliada ao longo do período, tornando cada vez menos relevante o papel das termelétricas. O setor elétrico sob o domínio do Estado tem uma significativa ampliação da geração de energia nos anos 60 até meados dos de 80, do século XX, ocorrendo uma redução posteriormente (Tabela 1).

Tabela 1 - Evolução da capacidade instalada do setor elétrico (período Estatal)

Ano	Hidrelétrica		Termelétrica		Total	Aumento % Potência Instalada
	MW	%	MW	%	MW	
1961	4.126	72,01	1.603	27,99	5.729	-
1966	5.524	73,01	2.042	26,99	7.566	32,06
1971	10.244	80,85	2.426	19,15	12.670	67,45

⁶² Cabe ressaltar que essa interligação ocorreu antes da hidrelétrica de Tucuruí entrar em operação, e que a região Nordeste cedia energia para a Norte. Quando Tucuruí entrou em funcionamento, em 1984, a situação se inverteu, passando a região Norte a ceder energia para o Nordeste.

⁶³ Em 2004, entrou em operação a Norte-Sul II, como o circuito Imperatriz (MA)-Serra da Mesa (GO)-Brasília (DF).

⁶⁴ Chamamos a atenção para o fato de que em parte da região Norte do país ainda se encontra o Sistema Isolado Nacional, onde predomina a energia elétrica produzida pelas usinas termelétricas, com capacidade de importar até 200 MW da Venezuela.

1976	17.675	83,92	3.385	16,08	21.060	66,22
1981	30.600	89,32	3.656	10,68	34.256	62,66
1986	38.682	89,61	4.483	10,39	43.165	26,01
1991	52.376	91,65	4.770	8,35	57.146	32,28
1996	59.728	92,96	4.522	7,04	64.240	12,41

Fonte: Gonçalves Junior 2007

A crise mundial do petróleo, que vai atingir o Brasil em 1974, alterou o nível de autonomia das empresas energéticas estatais, no caso a Petrobrás e a Eletrobrás. A questão da energia passa a ser incluída na lógica de segurança nacional e a ser conduzida pelo gabinete da Presidência e pelo Conselho de Segurança Nacional até 1979, quando é criada a Comissão Nacional de Energia, que vai elaborar o primeiro plano integrado de energia, definindo, assim, o Modelo Energético Brasileiro (LIMA, 2004).

Das várias readequações administrativas e organizativas por que a Eletrobrás passou ao longo do tempo parece-nos importante citar a criação da Divisão de Meio Ambiente, que ocorreu em 1987 e que, logo em seguida, foi transformada em Departamento de Meio Ambiente (DEMA), fato que significava um ganho de importância para a questão ambiental no setor elétrico, que, cada vez mais, tinha que ser levada em conta nos projetos energéticos.

Segundo Lemos (1999), até a década de 1980, o planejamento no setor elétrico pouco levava em conta os grupos sociais atingidos e os impactos ambientais causados, o que reduzia os custos dos empreendimentos, pois os mesmos recaíam sobre uma parcela da sociedade, mais especificamente sobre os moradores das áreas atingidas diretamente pelos projetos. A discussão ocorria sobre a produção e a transmissão de energia pelos custos mínimos e buscava minimizar os efeitos das crises do petróleo, no intuito de substituir essa fonte de energia pela hidreletricidade. A maior importância atribuída à questão social e ambiental surge a partir de pressão externa, exercida pelas agências multilaterais de financiamento e por grupos ambientalistas, e das pressões internas promovidas por movimentos sociais, universidades, centros de pesquisas, organizações ambientalistas, pela legislação ambiental que vai se criando e, de forma mais difusa, pela pressão da sociedade, que se sensibiliza pela questão ecológica.

Analisando a ação do governo ditatorial no Brasil, Gonçalves Junior (2007) diz que entre as maiores contribuições que o mesmo deu ao capital nacional e internacional, está o rígido controle exercido sobre a classe trabalhadora pelo arrocho salarial e pela violência ao reprimir as manifestações reivindicatórias dos mesmos. Ele também ofereceu insumos a baixo custo, por exemplo, repartindo a conta de energia com a sociedade para garantir maiores taxas de lucro aos empreendimentos privados, bem como unificou os interesses das classes

dominantes, dividindo a indústria elétrica em segmentos de atuação para acumulação de capitais nacionais e internacionais. O autor se utiliza das palavras de Velloso⁶⁵ para ajudar a elucidar uma dessas características:

[...] o setor público assume o ônus maior dos setores que demandam investimentos gigantescos, com longos prazos de maturação e, em geral, mais baixa rentabilidade direta. É fora de qualquer dúvida que o Brasil não tinha mantido taxas de crescimento da ordem de 10% no período até 1974, sem os maciços investimentos realizados pela ELETROBRAS, PETROBRAS, TELEBRAS, CVRD, DNER, etc. (GONÇALVES JUNIOR, 2007, p. 241).

No que tange à unificação dos interesses dos capitais nacionais e internacionais no setor elétrico, o autor coloca que, para os primeiros, o Estado organizou sua inserção na construção e manutenção do setor elétrico e, para os segundos, incentivou sua ação em empresas de consultoria e indústrias fornecedoras de tecnologias para a expansão dos sistemas elétricos. O Estado, além de possibilitar ao setor privado atuar nos setores com maior lucratividade, sem competir com o mesmo, ao assumir a responsabilidade pela expansão da eletricidade transformou-se num grande comprador de bens e serviços, pois requeria:

empresas de estudos e consultorias de projetos (áreas de negócios das empresas privadas que definiam os empreendimentos e suas respectivas escalas, os critérios e mecanismos de financiamento, o arranjo das construções, as tecnologias de construção, as máquinas e equipamentos empregados, etc.); empresas de construção; as empresas fornecedoras de materiais e as indústrias de máquinas e equipamentos para as construções e para as instalações de geração, transmissão e distribuição de eletricidade (GONÇALVES JUNIOR, 2007 p. 247).

Essa forma de usurpação do dinheiro público fica evidente em obras como a hidrelétrica de Balbina⁶⁶, localizada ao norte de Manaus, com capacidade de gerar 250 MW, porém com potência firme de 50 MW, que inundou 236.000 ha e custou aproximadamente US\$ 750 milhões. É uma obra de extremo impacto social e ambiental, alto custo e com uma produção ínfima de energia. Assim, construíram-se grandes obras, independentemente do rendimento econômico de quem as financiava, drenando recursos públicos para empresas de consultoria, construtoras, produtoras e vendedoras de máquinas e equipamentos elétricos e para o sistema financeiro etc. Ao mesmo tempo, vendia-se a energia por tarifas que não cobriam o preço de custo da produção, forçando a busca de novos financiamentos. Para Gonçalves Junior (2007), “as estatais ficavam submetidas a um ciclo vicioso”, pois se viam obrigadas a aumentarem suas dívidas e passavam a perder eficiência. A situação do setor elétrico brasileiro foi

⁶⁵ Ministro de Planejamento de outubro de 1969 a março de 1979, durante dois governos militares.

⁶⁶ A construção da UHE de Balbina ocorreu no período que vai de 1985 a 1989, e o empreendimento é composto por 5 turbinas com capacidade de geração de 50 MW cada.

agravada ainda mais com o fim do Imposto Único sobre Energia Elétrica (IUEE) e com a proibição imposta pelo Conselho Monetário Nacional, de que empresas estatais obtivessem empréstimos junto ao BNDES, ambos no ano de 1988.

Os investimentos feitos em geração de energia levaram à ociosidade parte do sistema de produção elétrica, pois este não tinham demandatários para toda a energia que poderia ser produzida; por isso, Itaipu inaugurou suas últimas turbinas apenas em 2006. Nessa perspectiva, Gonçalves Junior (2007) destaca que a crise que se dará no setor elétrico representava a crise do segmento de investidores no setor elétrico, que se utilizará do Estado para obter seus lucros, contribuindo para a ocorrência de déficit na balança de pagamento.

Até a década de 1980 o sistema elétrico brasileiro organizado pelo Estado era reconhecido internacionalmente pela sua eficiência na construção das grandes obras nas usinas hidrelétricas, por meio da interconexão dos sistemas, pela sua autonomia e pela sua capacidade de intervir no território.

3.5. A crise do modelo estatal e a idéia de reestruturação do setor elétrico brasileiro

Nos anos de 1980, o setor elétrico será afetado pela crise financeira que se instaura em escala mundial e sofrerá as consequências econômicas gerais da denominada “década perdida”. A política energética brasileira tinha nos financiamentos externos um importante pilar de sustentação. As crises do petróleo (1973 e 1979) levaram o governo a investir mais em hidrelétricas e termoeletricas, num momento em que os juros internacionais se ampliavam. As tarifas foram utilizadas como arma inflacionária, mantendo os reajustes dos preços abaixo da inflação, fazendo com que as receitas de algumas empresas estatais não cobrissem seus investimentos, necessitando recorrer a novos empréstimos, que com a Moratória do México, em 1982, tornou-se mais difícil sua obtenção e com juros maiores.

O setor financeiro internacional, buscando beneficiar seus aliados econômicos no setor elétrico, passou a fazer “empréstimos casados”, vinculando os financiamentos a um percentual de gastos na compra de equipamentos importados, e chegando muitas vezes a definir os empreendimentos a serem instalados. Segundo Gonçalves Junior (2007), mesmo durante a crise, o setor financeiro se beneficiava com os altos juros cobrados, ao passo que as empresas de consultoria e engenharia e a grande indústria de máquinas e equipamentos mantinham suas atividades e a indústria em geral se beneficiava pelo baixo preço cobrado pela energia consumida, principalmente o do setor industrial eletrointensivo.

Segundo Rosa (apud PINHEIRO, 2006), em 1973, aproximadamente 78% das fontes de

recursos se destinavam a investimentos, ficando os demais para o serviço da dívida, enquanto que, em 1989, tem-se uma completa inversão do quadro, sendo que 74% eram utilizados para pagamentos de dívidas e somente 26% eram direcionados para investimentos. Também a partir de meados de 1980, devido às pressões sociais, tornam-se necessários maiores investimentos relativos às questões sociais e ambientais, ao se construírem empreendimentos energéticos, o que aumentou seu preço de custo e obrigou até a redefinição de alguns projetos já previstos. Continuou-se investindo em infraestrutura e modernização tecnológica, embora o Estado apresentasse sua capacidade financeira praticamente esgotada, além de investimentos feitos de forma inadequada, devido a disputas por concessões de hidrelétricas e linhas de transmissão entre as concessionárias públicas e/ou interesses políticos locais, e pressões de grupos vinculados às empresas construtoras. A política de equalização tarifária⁶⁷ a ser seguida por todas as empresas públicas de energia elétrica como forma de incentivar a industrialização fora do Sudeste⁶⁸ (predomínio de eletrointensivas) propiciava o deslocamento de capitais de algumas empresas estatais mais rentáveis para outras menos rentáveis, o que ajudava a ampliar a crise do setor (PEITER, 1994; SILVA, 2001; PINHEIRO, 2006). Em 1985, a Eletrobrás elaborou um Plano de Recuperação de Energia Elétrica para o período de 1985 a 1989, porém não o manteve ativo, pois, a partir de 1990, as tarifas de energia passaram a ser utilizadas, novamente, como instrumento de controle da inflação.

Diante do desequilíbrio financeiro do setor elétrico estatal, a passagem do modelo energético existente para um modelo privado⁶⁹ passa a ser justificado como uma ação natural, já que o primeiro havia se configurado em um momento histórico já esgotado⁷⁰ e, na atualidade, novas realidades⁷¹ estavam postas, exigindo, portanto, novas formas de gerenciamento⁷².

No início dos anos de 1990, segundo Peiter (1994), existia uma variedade de propostas para o setor elétrico, sendo que, num extremo, encontravam-se grupos que defendiam a

⁶⁷ As tarifas equalizadas, implantadas em 1974, pelo II Plano Nacional de Desenvolvimento - PND, mantiveram-se até março de 1993 quando, com a Lei 8.631, passaram a prevalecer as tarifas diferenciadas regionalmente..

⁶⁸ O II Plano Nacional de Desenvolvimento visava incentivar a industrialização para outras regiões do Brasil, com o objetivo de diminuir as diferenças regionais. Também fazia parte do Plano uma ampliação da produção agrícola moderna, principalmente em áreas do Cerrado, com a instalação de infra-estrutura (transporte, comunicação, energia etc.) e com incentivos financeiros para produção.

⁶⁹ Nesse período, o modelo privado já tinha sido implantado no Chile e avançava sobre países da Europa Ocidental.

⁷⁰ Marcado pelo modelo econômico de Keynes, destacando-se o Estado de Bem-Estar Social, a intervenção do Estado de forma direta na economia, com predomínio do mercado nacional etc.

⁷¹ Marcado pela globalização, neoliberalismo, abertura de fronteiras, desestatização, economia de mercado etc.

⁷² A reestruturação no setor elétrico vinha ocorrendo em outros países, sendo o Chile o primeiro a implementá-lo.

privatização total no setor, vendendo as usinas que estivessem em operação e em construção e, no outro extremo, os grupos que defendiam manter intacto o sistema energético existente. Entre esses extremos existia uma gama de outras propostas, como as feitas pela Secretaria de Energia do Ministério de Infraestrutura, durante o governo Collor, a do Banco Mundial e a da Associação dos Empregados da Eletrobrás. A maioria delas partia de quadros objetivos não excludentes entre si e propunham:

- 1) o fim da centralização da Eletrobrás; 2) a participação de capitais privados na geração, transmissão e distribuição de energia; 3) a privatização das empresas elétricas estatais ou da parte dela que for de interesse para a iniciativa privada, sob o ponto de vista da lucratividade; 4) o aumento da participação dos atores sociais envolvidos no processo de produção e consumo de energia elétrica (PEITER, 1994, p.176).

Analisando as Diretrizes e Ações do Ministério de Minas e Energias para o Setor Elétrico elaborado em 1996, Silva (2001) identifica o discurso de que as mudanças não tinham um fundo ideológico, mas, sim, estavam centradas em fatores objetivos ligados a questões econômicas e técnicas para garantir o desenvolvimento econômico e social do país. O mesmo documento destaca, ainda, que a reestruturação não deveria ser interpretada pelo simples ato de privatização do setor, mas, sim, como uma forma de desonerar o Estado e ampliar a eficiência do setor por meio da competição. Deixa claro, também, que a crise que se instaura no setor elétrico não ocorre em função da escassez ou deterioração dos serviços prestados, mas sim por questões econômicas e técnicas.

Orientado pelas diretrizes supracitadas, o MME organiza, em 1994, um Projeto de Reestruturação do Setor Energético Brasileiro (RE-SEB), contratando consultores⁷³ ingleses⁷⁴ (Coopers & Lybrand), consorciados com empresas brasileiras (Ulhoa Canto, Engevix e Main Engenharia) para proporem um novo modelo energético. A análise das recomendações apresentadas pela consultoria Rosa (apud PINHEIRO, 2006) destaca as seguintes ações:

- desverticalização das empresas elétricas, separando geração, transmissão, distribuição e comercialização;
- introdução de competição na geração e comercialização;
- criação do produtor independente de energia;
- livre acesso à rede, permitindo que grandes consumidores comprassem energia fora de sua área de concessão;

⁷³ Destacamos que em outros momentos também ocorreram contratações de consultores internacionais para fazerem diagnósticos e prognósticos sobre rumos a serem seguidos por diferentes setores econômicos ligados ao Estado.

⁷⁴ Nesse momento a Inglaterra já havia realizada sua reestruturação no setor elétrico optando por uma política neoliberal.

- fim do planejamento normativo, substituído pelo indicativo;
- previa a criação de um órgão regulador, no caso a ANEEL;
- criação do Agente responsável pela operação do sistema de transmissão, no caso o Operador Nacional do Sistema (ONS), em substituição ao GCOI;
- Mercado Atacadista de Eletricidade, para negociar como uma bolsa de energia não contratada pelas distribuidoras, tornando o mercado progressivamente livre.

Silva (2001) dá ênfase a quatro aspectos propostos pela consultoria: a criação do Mercado Atacadista de Energia (MAE), o planejamento indicativo do sistema, as recomendações específicas para a Eletrobrás e as recomendações específicas para a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

Os consultores indicavam uma mudança do sistema elétrico, propondo a substituição da regulamentação dos preços por um modelo mercantil. Previam a criação de um Mercado Atacadista de Energia (MAE), onde empresas e consumidores de grande porte poderiam negociar os preços para pagarem o menor custo possível. Incentivavam, ainda, a participação de capital privado na geração de energia, seguindo as normas de licitação exigidas.

Eles apontavam, também, a necessidade de manutenção do planejamento a médio e longo prazos com a elaboração de estudos sobre necessidades futuras de energia e inventários de bacias hidrográficas que auxiliariam na definição de novos locais para construção de hidrelétricas. Esse planejamento, porém, é entendido apenas como orientador para os grupos econômicos que se mostrarem interessados em investir no setor, fomentando, assim, a concorrência. No que se refere à outorga das concessões e autorizações, os consultores propuseram que empreendimentos que gerassem menos de 30 MW não necessitariam passar por licitação de concessão⁷⁵. Foi recomendado pelos consultores que também fossem adotadas medidas para mitigar os riscos de relocalizações de populações e riscos ambientais na documentação de licitação (SILVA 2001).

Quanto à Eletrobrás, os consultores recomendavam, entre outras coisas, que a mesma continuasse sendo, em curto prazo, um Agente Financeiro Setorial (AFS) ligado a linhas de créditos comerciais, mas que, em longo prazo, fosse revista a função das AFS. Ela também continuaria com suas funções junto à Itaipu e às Usinas Nucleares.

À Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) caberia a função de agência independente de regulação e fiscalização do setor elétrico, lidando, de forma imparcial e transparente, com a nova dinâmica que se colocaria, envolvendo a participação privada e a

⁷⁵ Assumida essa proposta, definiu-se na prática o conceito de Pequena Central Hidrelétrica (PCH), que não precisa passar por licitação e nem estudos de viabilidade.

concorrência no setor. Caberia à ANEEL as ações voltadas para a regulamentação econômica, regulamentação técnica, concessões, questões ligadas ao consumidor etc.

No que tange às concessões, os consultores destacavam a necessidade de uma aproximação e cooperação maior entre o Ministério de Minas e Energia (MME) e o Ministério de Meio Ambiente (MMA), para eliminar ou minimizar os conflitos de interesse entre os ministérios, garantindo, assim, tranquilidade aos futuros investidores do setor. Salientaram, ainda, a necessidade de se definirem, claramente, as responsabilidades e riscos dos investimentos ao se criarem parcerias entre a iniciativa privada e o setor público, sugerindo que os riscos envolvendo questões sociais, como irrigação e reassentamento da população afetada fossem arcados pelo orçamento federal (SILVA 2001).

Gonçalves Junior (2007) desconstrói a idéia de que a passagem de um modelo energético estatal para um privado seria concebida como algo “natural”. Esse autor destaca que a Constituição de 1988 barrava a entrada de capital internacional em algumas atividades econômicas como mineração, energia elétrica, e petróleo, entre outras. Diante disso, várias empresas estrangeiras se uniram em torno das Empresas Brasileiras de Capital Estrangeiro (EBCE) para que, ao longo do tempo, pudessem alterar pontos envolvendo essa questão na Constituição. Para tanto, seriam necessários uma união com a burguesia nacional e também uma ampla campanha ideológica, que cooptasse formadores de opinião, como parlamentares, jornalistas, militares e elementos do meio acadêmico para que apoiassem suas idéias. A ação visava mostrar que a iniciativa privada seria mais eficiente na prestação de serviços que o Estado, devendo esse último se retirar do cenário de produção e gestão dos serviços de infraestrutura em geral.

No setor elétrico, essa frente ideológica liberal se utilizou, além disso, do próprio discurso de movimentos sociais, ONGs e outros grupos sociais que faziam críticas referentes à condução da política de geração de energia elétrica pelo Estado, que dava pouca atenção a determinados problemas econômicos, sociais e ambientais em seus empreendimentos hidrelétricos. Questões como superfaturamento das obras, indenizações baixas e impactos ambientais negativos foram utilizadas pela frente ideológica liberal de forma acrítica, como se as empresas privadas que representavam não tivessem relação nenhuma com esses pontos e o Estado fosse um ente neutro. Mais uma vez reforçavam a idéia de uma crise do Estado, encobrindo o fato de que a crise se dava na reprodução do capital, e apontando como solução a reforma do Estado.

Como ação prática do avanço neoliberal no Brasil, fruto, também, da ação do grupo acima citado, tem-se a institucionalização do Programa Nacional de Desestatização (PND)

criado pela Lei 8.031/93, promulgado no governo de Fernando Collor de Mello, em 12 de abril de 1990, que estabeleceu os novos princípios e diretrizes políticas a serem desempenhadas pelo Estado, e, conseqüentemente, pelo setor energético.

3.6. A reestruturação do setor elétrico no Brasil

A reestruturação do setor energético brasileiro se deu no seio de uma reforma maior do Estado, que ultrapassava os limites nacionais e tinha uma abrangência global, e se iniciou na década de 1980, adentrou na de 1990 e se estende até os dias atuais. O processo de reformas que se coloca em marcha representa a substituição de algo não desejado⁷⁶ (velho), por algo que se acredita ser melhor e mais útil (novo). Segundo Becker (1996, p. 30), “há uma lógica e uma nova dinâmica que indica um sistema dado (a construção), que começa a ser alterada internacionalmente pelos agentes (a desconstrução), os quais vão lhes dar uma nova forma e conteúdos (a reconstrução)”. É possível identificar palavras que marcam o discurso da desconstrução do Estado até então existente, como: desregulamentação, desburocratização, descentralização, desestatização, desnacionalização, reestruturação, privatização etc. Também existem palavras que dão sentido ao novo que se projeta, como: concorrência, qualificação, flexibilização, integração e adaptação, entre outras.

O fio condutor de implementação da política de reforma do Estado no Brasil foi a Lei Nº 8.031, de 12 de abril de 1990, que, em seu Art. 1º, instituiu o Programa Nacional de Desestatização (PND), com os seguintes objetivos fundamentais:

- I - reordenar a posição estratégica do Estado na economia, transferindo à iniciativa privada atividades indevidamente exploradas pelo setor público;
- II - contribuir para a redução da dívida pública, concorrendo para o saneamento das finanças do setor público;
- III - permitir a retomada de investimentos nas empresas e atividades que vierem a ser transferidas à iniciativa privada;
- IV - contribuir para modernização do parque industrial do País, ampliando sua competitividade e reforçando a capacidade empresarial nos diversos setores da economia;
- V - permitir que a administração pública concentre seus esforços nas atividades em que a presença do Estado seja fundamental para a consecução das prioridades nacionais;
- VI - contribuir para o fortalecimento do mercado de capitais, através do acréscimo da oferta de valores mobiliários e da democratização da propriedade do capital das empresas que integrem o Programa. (BRASIL, 1990).

⁷⁶ Não necessariamente que seja negado por toda a sociedade, mas, sim, por alguns grupos sociais que fazem, de forma democrática ou não, valerem seus anseios.

No processo de privatização, desencadeado pelo PND, o BNDES vai ter papel fundamental, sendo designado como gestor do Fundo Nacional de Desestatização (FND). Cabe-lhe, assim, licitar e contratar os prestadores de serviços que atuavam no PND e supervisionar e acompanhar suas ações; recomendar ao Conselho Nacional de Desestatização (CND) as condições gerais de venda; executar as decisões do CND; divulgar ao público todas as etapas e os resultados do processo, entre outras. Para tanto, criou três áreas exclusivas para atuar nas privatizações: Área de Desestatização (AD), Secretaria Geral de Apoio à Desestatização (SD) e Áreas de Serviços de Privatização (ASP). Também coube ao BNDES, junto com outras instituições, a função de agente financiador das privatizações (ABREU, 1999).

Seguindo o caminho do PND, outras ações foram importantes para inserir o Brasil no caminho da reforma do Estado, como: abertura comercial, em 1990; a renegociação da dívida externa, em 1992; o Plano Real, em 1994; a quebra do monopólio e restrição ao capital estrangeiro em 1995; e a lei de concessão de serviços públicos, de 1995.

O Estado passaria a agir no reforço do modelo econômico capitalista neoliberal, retirando-se de certos setores da economia, porém agindo intensamente para que o novo modelo se concretizasse. A reforma do Estado não significava a perda de importância do mesmo, mas, sim, uma redefinição de seu papel. Nessa redefinição, tem-se uma nova forma de administrar as políticas monetárias, tirando as decisões dos quartéis e passando-as para os bancos centrais e ministérios da fazenda. “Uma vez aceita esta opção, segue-se uma lenta e progressiva erosão da soberania interna da autoridade desses países” (ABREU, 1999, p.25).

A participação do Estado na implantação do neoliberalismo também foi colocada como fundamental por Gonçalves Junior (2007), que destaca funções que o mesmo deveria exercer:

- a) quebrar a organização dos trabalhadores, por meio de modificação na legislação sindical e pela alteração dos direitos de greve, enfraquecendo-os para o embate com o capital;
- b) implantar uma política econômica fundada na estabilidade monetária, dando ao mercado o controle dos meios de pagamento, promovendo a desregulamentação do sistema econômico, incentivando a competição e retirando o Estado do setor privado;
- c) atuação no campo ideológico, intensificando sua ação em vários setores institucionais da sociedade – setor educacional, cultural etc. – transformando-os em verdadeiros aparelhos ideológicos, com a finalidade de ampliarem o pensamento liberal.

Na América do Sul, o Chile e a Argentina foram os primeiros países a promoverem a reestruturação do setor elétrico, seguidos pelo Peru, Bolívia, Colômbia, Venezuela e Brasil.

A inserção da Eletrobrás e suas subsidiárias no PND⁷⁷ vai marcar o início do desmonte estatal do setor elétrico no Brasil, sendo o fim da equalização dos preços de energia a primeira ação concreta para o início da liberalização desse setor. O processo de reengenharia deste sistema - desmonte do sistema existente e a montagem do novo sistema – será feito por intermédio da promulgação de leis, decretos e portarias, que vão oficializando o projeto neoliberal de colocar à disposição do setor privado mais esse setor produtivo que estava, até então, sob domínio estatal.

O novo modelo energético foi criado visando uma gestão baseada em princípios comerciais, que incentivasse a concorrência e a participação dos usuários e outros interessados nas definições do mesmo. As empresas estatais que assim se mantivessem teriam que se adequar ao novo modelo energético, para poderem continuar mantendo-se ativas.

O novo modelo arquitetado baseou-se na desverticalização do sistema elétrico, que criou unidades de negócios em cada uma das fases técnicas e tecnológica que compõem o sistema elétrico, ficando o mesmo dividido em geração, transmissão, distribuição - como era anteriormente -, somando-se a estes um quarto elemento, a comercialização.

Na geração, criou-se a possibilidade para que várias empresas pudessem atuar em todo território nacional, com os capitais interessados podendo agir livremente e competindo entre si, além de preços, quantidade e qualidade do produto serem regulados pelas leis de mercado. A entrada de novas empresas para atuarem na geração de energia seja como produtores independentes, ou como autoprodutores, poderia se dar por intermédio das privatizações e/ou por meio de licitação de concessão.

Foi através da Lei 9074, de 1995, que se criou a figura do produtor independente de energia elétrica. Em seu artigo Art. 11, a lei define como produtor independente a pessoa jurídica ou empresas reunidas em consórcio que recebam concessão ou autorização do poder concedente para produzir energia elétrica destinada ao comércio de toda ou parte da energia produzida, por sua conta e risco. O Decreto 2003, de 1996, regulamentará a produção de energia elétrica para produtor independente e também de autoprodutor, sendo o último definido como a pessoa física ou jurídica, ou empresas reunidas em consórcio, que recebam concessão ou autorização para produzir energia elétrica destinada ao seu uso exclusivo. A Lei nº 9.427, de 1996, concede, aos autoprodutores, a possibilidade de comercialização eventual e temporária de seus excedentes de energia elétrica.

⁷⁷ Esta inserção significa um paradoxo na história da Eletrobrás, pois ela fez parte da Comissão de Nacionalização de Empresas Concessionárias de Serviços Públicos (CONESP), que tinha por objetivo indicar ao Poder Executivo os serviços privados que deveriam passar ao regime de exploração direta do Estado, na década de 60.

A transmissão de energia elétrica continuou sob forma de monopólio. O sistema de transmissão de energia elétrica é formado por linhas de transmissão e subestações, com tensão igual ou superior a 230 KW ou instalações com tensão inferior quando autorizadas pela ANEEL. A concessão de serviços de transmissão, o acesso às linhas de transmissão e o custo de transporte serão acompanhados pelo agente regulador.

A distribuição, por também se tratar de monopólio, será controlada pelo agente regulador. A rede de distribuição é formada por um conjunto de instalações, de um ou mais proprietários, com tensão inferior a 230 KW, ou com tensão superior quando autorizada pela ANEEL (GONÇALVES JUNIOR, 2002).

A comercialização é feita pelo agente comercializador que age como um corretor independente buscando aglutinar pequenos consumidores para, em nome deles, poder atuar no Mercado Atacadista de Energia (MAE). Estes agentes também buscam mercado para a energia que sobra de autoprodutores, pequenos produtores independentes etc. (ABREU, 1999).

Fragmentando e abrindo para grupos privados atuarem, procurou-se incentivar a atuação de um maior número possível de empresas em cada setor, gerando assim a concorrência entre as mesmas, fomentando-se a idéia que iria ocorrer a redução dos preços de energia e oferecimento de serviços de melhor qualidade. Para tanto se fazia necessário dar livre acesso à malha de transmissão para as novas empresas que fossem atuar. Nessa perspectiva se criou o Sistema Nacional de Transmissão de Energia Elétrica (SINTREL), que conforme Decreto nº 1.009 de 1993, coordenará a definição e a operacionalização das condições de acesso e de utilização desse sistema por parte de empresas concessionárias e de autoprodutores que, no todo ou em parte, a ele se integrem. A responsabilidade da implementação e controle da SINTREL estaria a cargo da Eletrobrás.

Para coordenar o setor de energia elétrico é criada a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia, com a finalidade de regular e fiscalizar a produção, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica, em conformidade com as políticas e diretrizes do governo federal (Lei 9.427 de 1996). A ANEEL é uma instituição de Estado, porém, com autonomia de governo.

Os consumidores de energia passaram a ser divididos em dois grupos, os consumidores livres e os consumidores cativos. Consumidores livres são os que têm o direito de escolher o fornecedor de quem contratará sua compra de energia elétrica, podendo adquirir direto do grupo gerador. Para tanto necessitam ter uma potência instalada de 3.000 KW/h ou mais. Também se encaixa nesse grupo quem consumir 500 MW/h, desde que essa energia seja

oriunda de fontes alternativas de eletricidade, como eólica, solar, biomassa, PCH etc. Consumidor cativo é aquele que consome menos que 3.000 MW/h e só pode comprar energia da distribuidora que atende à região onde a energia é consumida. A qualidade e o preço da energia são acompanhados pelo agente fiscalizador. Nesse grupo encontram-se os consumidores residenciais, os comerciários em geral, pequenas e a maioria das médias indústrias.

Para gerenciar a venda de energia elétrica foi criado o Mercado Atacadista de Energia (MAE), e para coordenar o sistema elétrico criou-se o Operador Nacional do Sistema (ONS), ambos pela Lei 9.648, de 1996, que serão regulamentados pelo Decreto 2.655 de 1998.

O mercado de energia elétrica é algo novo no Brasil, pois se constatou, até então, a vigência de monopólios verticais, tanto durante o período de domínio de empresas privadas como naquele de controle das empresas públicas. Tem-se um mercado quando certo número de empresas competem entre si. O MAE funciona como uma bolsa de mercadoria de eletricidade, na qual centralizam-se os negócios que envolvam a venda desse bem. Nesse mercado, têm-se as regras comerciais definidas, as instâncias para decidir impasses e divergências e as formas de sua manutenção econômica. No novo modelo de energia elétrica, a competição entre empresas ocorre nas etapas de geração e comercialização da energia, permanecendo, na transmissão e na distribuição os monopólios. As atividades de geração e de comercialização de energia elétrica, exercidas em caráter competitivo, asseguram, aos agentes econômicos interessados, livre acesso aos sistemas de transmissão e distribuição, mediante o pagamento dos encargos correspondentes e nas condições gerais estabelecidas pela ANEEL. As negociações no MAE são regidas por um contrato bilateral entre vendedor e comprador e por mercados a curto prazo que se utilizam de sobras de energia. O Operador Nacional do Sistema (ONS⁷⁸) é constituído como um agente de direito privado que atuará, mediante a autorização da ANEEL, na coordenação e controle da operação, da geração e transmissão de energia elétrica nos sistemas interligados, podendo propor à ANEEL ampliação dos sistemas existentes. O ONS será integrado pelos titulares de concessão, permissão ou autorização e pelos consumidores livres (Figura 3).

Em 1993, o DNAEE fez uma alteração técnica no sistema elétrico, que passaria a vigorar a partir de 1996, estabelecendo um novo fator de potência para o mesmo, que passa de 0,85 para 0,92, o que correspondia a um aumento na capacidade instalada do setor de 8% por unidade de instalação na geração, transmissão e distribuição. Isso representava uma maior

⁷⁸ O ONS vai cumprir as funções que eram do GCOI e do CCOI.

oferta de energia elétrica sem maiores gastos e a possibilidade de redução de investimentos no setor; porém, os consumidores⁷⁹ que tinham seus equipamentos adequados à potência 0,85 tiveram que investir na adequação de seus equipamentos, o que beneficiou a indústria de equipamentos elétricos. Gonçalves Junior (2007) destaca que uma ação desta natureza mostra que não existe neutralidade técnica, pois, caso essa alteração tivesse sido realizada anteriormente, o Estado poderia ter se beneficiado, poupando investimentos em máquinas e equipamentos.

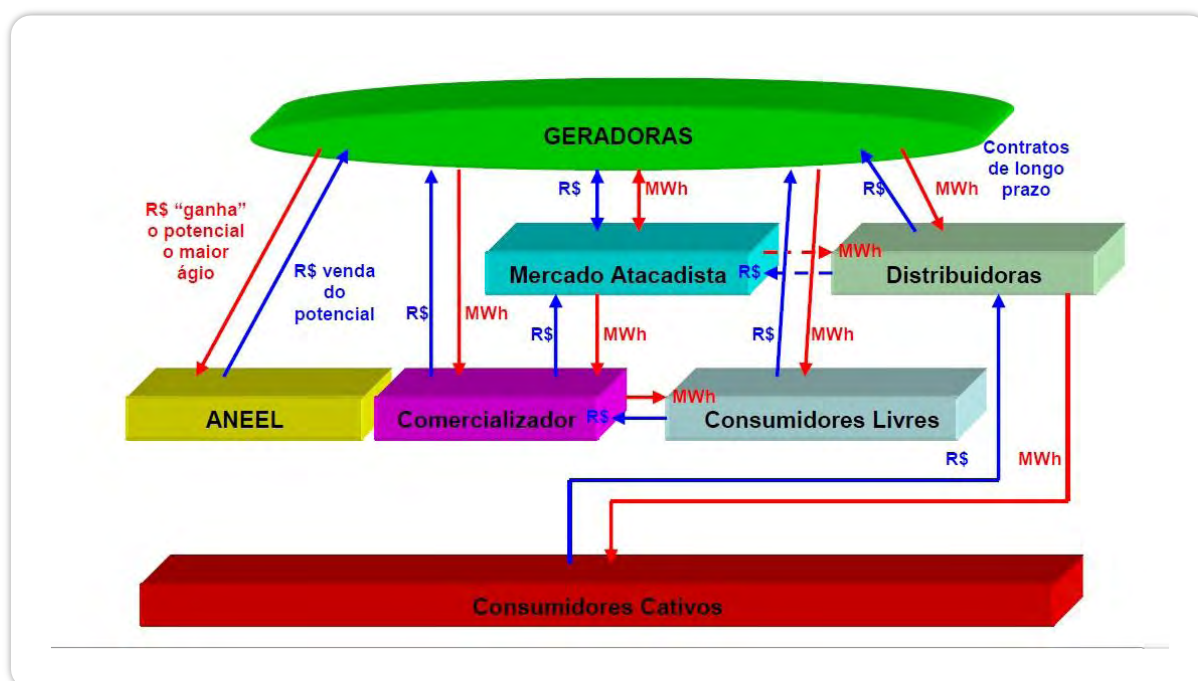


Figura 4 - Organização da indústria elétrica brasileira no governo FHC

Fonte: Gonçalves Junior, 2007.

O debate sobre a reestruturação do modelo energético brasileiro gerou várias propostas de modelo a ser seguido, mas, como afirma Gonçalves Júnior (2002), o projeto implementado foi apenas um - o apresentado ou imposto pelo Banco Mundial⁸⁰-, que transferia as atribuições de operação e expansão do sistema ao setor privado, atribuindo ao Estado os papéis de agente fiscalizador, regulador e de planejamento indicativo. Dessa forma, tem-se a transmutação do Estado Empreendedor para o Estado Regulador.

Este novo modelo energético até agora descrito passou por algumas alterações em

⁷⁹ Na sua grande maioria indústrias.

⁸⁰ A atuação do Banco Mundial não se restringiu ao setor elétrico, impondo políticas a serem seguidas por diversos setores econômicos, cabendo aqui um destaque à tentativa da implantação de uma política de reforma agrária de mercado, despolitizando o debate sobre a questão agrária.

função de diferenças de compreensão sobre o setor⁸¹, por parte dos integrantes do novo governo, que tomou posse em janeiro de 2003. Ele foi materializado no ano de 2004, por meio da promulgação da Lei 10.848, que dispõe sobre a comercialização de energia elétrica, modifica uma série de outras leis que discorrem sobre o tema e dá outras providências, e pelo Decreto 5.163, que regulamenta a comercialização de energia elétrica, o processo de outorga de concessões e de autorizações de geração de energia elétrica, e dá outras providências.

Por esses novos dispositivos legais, cria-se a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, sob autorização do Poder Concedente⁸² e regulação e fiscalização pela ANEEL, com a finalidade de viabilizar a comercialização de energia elétrica de que trata esta Lei. A CCEE será integrada por titulares de concessão, permissão ou autorização, por outros agentes vinculados aos serviços e às instalações de energia elétrica, e pelos consumidores, enquadrados nos arts. 15 e 16 da Lei no 9.074, de 7 de julho de 1995. A CCEE sucederá ao Mercado Atacadista de Energia (MAE), cabendo-lhes adotar todas as medidas necessárias para dar cumprimento ao disposto nesta Lei. Também proíbe-se as distribuidoras de energia elétrica de serem coligadas ou controladoras de atividades ligadas à geração, de transmissão ou de comercializadoras de energia elétrica, com o intuito de proteger os consumidores cativos, impedindo o repasse de custos das outras atividades aos mesmos.

Cria-se, também, a Empresa de Pesquisa Energética (EPE), empresa pública que tem como objetivo prestar serviços na área de estudos e pesquisas destinadas a subsidiar o planejamento do setor energético, que fica vinculada ao Ministério de Minas e Energia. O MME, de posse das pesquisas feitas pela EPE, vai planejar a expansão do setor e definir os novos empreendimentos de geração que serão licitados. A ANEEL deixa de ser a instituição exclusiva do Estado que atua nesse setor, e a EPE e o MME passam a ter uma função na organização e definição da expansão do setor energético brasileiro, quebrando a autonomia que tinha sido dada para iniciativa privada (Figura 4).

Os editais dos leilões das novas fontes geradoras de energia elétrica serão elaborados pela ANEEL, observadas as normas gerais de licitações e de concessões e as diretrizes do Ministério de Minas e Energia, e conterão, entre outras coisas: objeto, metas, prazos e minutas dos contratos de concessão; os prazos, locais e horários em que serão fornecidos, aos

⁸¹ Gonçalves Junior (2007) fala dos “Críticos da Reforma”, que eram pessoas ligadas ao meio acadêmico e a organizações de trabalhadores e consumidores, destacando a distância entre as promessas e os rumos que a nova política energética estava tomando.

⁸² A União, por meio de seus órgãos, empresas e agência reguladora ligados ao setor energético é quem tem o Poder Concedente das atividades ligadas ao mesmo.

interessados, os dados, estudos e projetos necessários à elaboração dos orçamentos e a apresentação das propostas, entre as quais: os estudos de viabilidade técnica; os Estudos de Impacto Ambiental (EIA) e os Relatórios de Impacto Ambientais (RIMA); as licenças ambientais prévias; e o valor anual do pagamento pelo Uso do Bem Público (UBP), a ser definido pelo poder concedente.

Nos leilões públicos para concessão de novos projetos de geração vencerá a concessionária que garantir a menor tarifa, sendo essa ação importante na definição do preço da mesma. Posteriormente, os vencedores das concessões de geração de energia elétrica passam a leiloar uma quantidade definida desse produto, sendo que as empresas distribuidoras, que são as que participam do leilão, são obrigadas a comprar toda energia colocada à venda. Caberá ao Ministério de Minas e Energia definir o preço máximo de aquisição, nos leilões de energia, dos empreendimentos existentes.

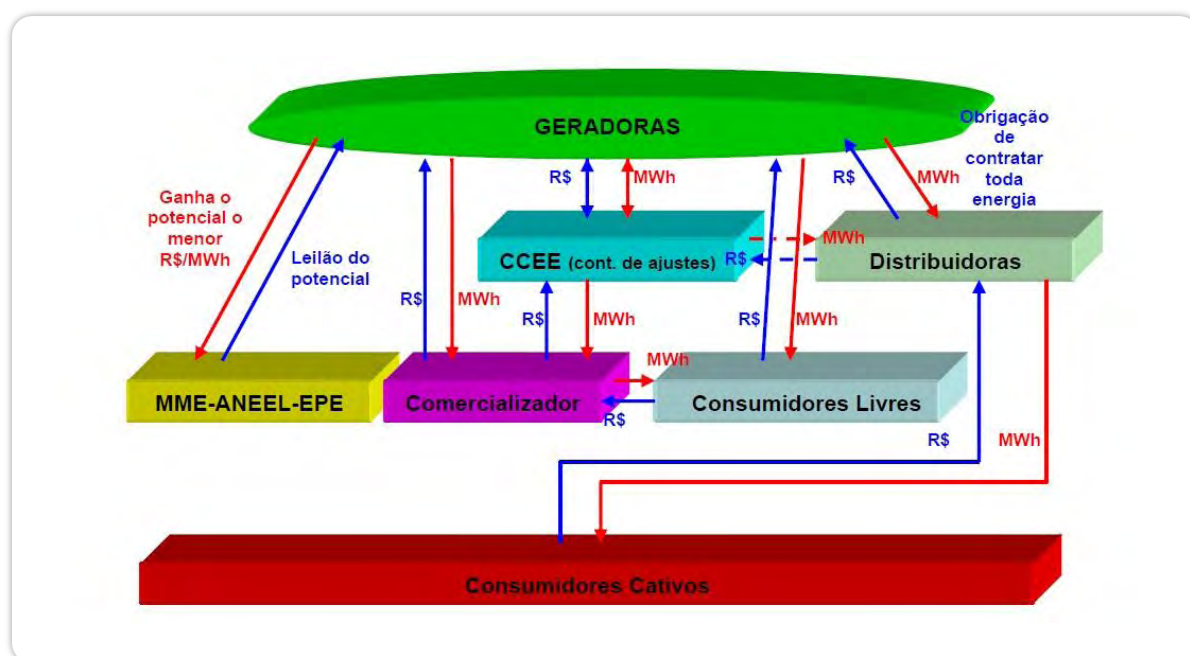


Figura 5 - Organização da indústria elétrica no governo Lula

Fonte: Gonçalves Junior, 2007.

O novo modelo também excluiu do Programa Nacional de Desestatização a ELETROBRÁS e suas controladas: Furnas Centrais Elétricas S/A, CHESF, ELETRONORTE, ELETROSUL⁸³ e a Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica (CGTEE). A partir de então, essas empresas puderam participar de licitações para aquisição de novas concessões de serviços públicos.

Fazendo uma análise dos modelos de organização da indústria elétrica brasileira nos

⁸³ Cabe lembrar que a área de geração de energia da Eletrosul foi privatizada.

governos de FHC e de Lula, Gonçalves Junior (2007), vai destacar a semelhança entre eles, sendo que ambos asseguram “elevadas lucratividades com reduzida margem de riscos a todos os agentes, por isso, o ‘Novo Modelo’ é um aperfeiçoamento para as forças econômicas que atuam na indústria de eletricidade Brasileira” (GONÇALVES JUNIOR, p.97)

3.7. A implementação do novo modelo energético e suas conseqüências

Com o fim da Equalização de Preços⁸⁴ em 1993 e, posteriormente, com as privatizações de distribuidoras e geradoras de energia, a implantação da ANEEL, em dezembro de 1997, a criação do MAE, em maio de 1994, dentre outras ações, ocorre a implementação do novo modelo energético brasileiro.

O fim da equalização de preços possibilitou, a cada distribuidora, a autonomia de atribuir o preço de energia elétrica conforme a realidade em que estava inserida. Aos poucos, foi ocorrendo o realinhamento das tarifas energéticas, que apresentou uma elevação considerável em seus valores (Tabela 2).

Tabela 2 - Preços Médios das Tarifas de Energia no Período de Transição de Modelo Energético no Brasil

Tarifa Residencial Média – US\$ MW/h			Tarifa Industrial Média – US\$ MW/h		
Anos 80	1990-1993	1994	Anos 80	1990-1993	1994
52,00	74,00	134,00	36,00	48,00	83,00

Fonte – Gonçalves Junior, 2007

No mercado, os preços dos produtos são estabelecidos pelo preço médio de produção, envolvendo os diferentes produtores. A energia elétrica, no Brasil, em quase sua totalidade, é gerada a partir de fonte hidráulica e térmica (nuclear e termoelétrica). O custo de produção das fontes térmicas é maior que a fonte hidráulica, sendo que a referência para estabilização de preços parte das primeiras, o que garante à energia produzida pelas hidrelétricas um lucro suplementar, significando lucro acima da média. Este lucro suplementar tem atraído o interesse de grupos privados para investirem no setor, impulsionados pela instabilidade do preço do petróleo, devido a conflitos geopolíticos e à discussão sobre os limites de suas reservas. Para obterem esse lucro suplementar, é necessário que tais grupos se apossassem das fontes de energia, o que significa rios e áreas de abrangência do empreendimento hidrelétrico; e, para tanto, terão de “limpar a área”, como dizem comumente os técnicos ao entrar em contato com os atingidos por barragens, o que significa fazer as ações de mitigação aos

⁸⁴ Recordando o que já foi apresentado em outro momento, o preço da energia era único em todo o país e foi por meio da Lei 8.631 de 1993 que anulou-se a equalização tarifária.

problemas ambientais e promoverem a remoção das pessoas que se encontram na área delimitada. Essa ação, que anteriormente ficava restrita ao Estado, passa agora, também, a envolver os grupos privados de investimento.

A privatização das distribuidoras se iniciou em 1995 e se deu, inicialmente, com o leilão das estatais ESCELSA e Light e, posteriormente, com as que estavam sob controle dos estados (Tabela 3).

A grande maioria das distribuidoras foram privatizadas; porém, algumas, como as Centrais Elétricas de Rondônia S.A. (CERON), a Companhia de Eletricidade do Acre (ELETROACRE), a Companhia Energética do Amazonas (CEAM) no interior do Amazonas, não tiveram compradores, pois não se mostravam atraentes ao capital. As empresas privatizadas foram compradas, na sua maioria, por consórcios de empresas formadas por capitais nacionais e internacionais.

Tabela 3 - Empresas Elétricas Distribuidoras Privatizadas

Empresas	UF	Ano de Venda	Compradores	País de Origem	Receita Leilões US\$	Dívida Transf.	Resultado
Escelsa	ES	11/7/1995	Iven e GTD	Brasil (100%)	385,7	-	385,7
Light	RJ	21/5/1996	EDF, AES, Houston, CSN	EUA (45%), França (22,5%) e Brasil (32,5%)	2.270		2.270
CERJ	RJ	20/11/1996	Endesa, EDP, Enersis	Chile (60%), Portugal (30%) Espanha (10%)	587	364	951
COELBA	BA	31/7/1997	Iberdrola Brasilcap, Previ, BBDTVM	Brasil (61%) Espanha (39%)	1.598	213	1.811
RGE (derivada de CEEE)	RS	21/10/1997	CEA, VBC, Previ	Brasil (66,7%) e EUA (33,3%)	1.486	149	1.635
AES Sul (derivada da CEEE)	RS	21/10/1997	AES	EUA (100%)	1.372	64	1.436
CPFL	SP	5/11/1997	VBC, Previ, Fundação CESP	Brasil (100%)	2.731	102	2.833
Enersul	MS	19/11/1997	Escelsa	Brasil (100%)	565	218	783
Cemat	MT	27/11/1997	Grupo Rede, Inepar	Brasil (100%)	353	461	814
Energipe	SE	3/12/1997	Cataguases, Uptick	Brasil (100%)	520	40	560
Cosern	RN	12/12/1997	Coelba, Guaraniãna, Uptick	Brasil (87,8%) e Espanha (12,2%)	606	112	718
Coelce	CE	2/4/1998	Enersis, Chilectra, Endesa e Cerj	Chile (60%), Portugal (30%) Espanha (10%)	868	378	1.246
Metropolitana (derivada da Eletropaulo)	SP	15/4/1998	Light	EUA(45%) Brasil(32,5%) e França(22,5%)	1.777	1.241	3.018
Bandeirantes (derivada da Eletropaulo)	SP	17/7/1998	EDP, CPFL	Portugal (56%) e Brasil (44%)	860	375	1.235
ELEKTRO (derivada da Eletropaulo)	SP	17/9/1998	ENRON	EUA (100%)	1.273	428	1.701
Celpa	PA	9/7/1998	Grupo Rede, Inepar	Brasil (100%)	388	116	504
Celpe	PE	18/2/2000	Iberdrola, Previ	Espanha(60,93%) e Brasil (28,67%)	1.004	131	1.135
Cemar	MA	15/6/2000	Pensylvannia Power & Light	-	289	158	447
Saelpa	PB	30/11/2000	Cataguases Leopoldina	-	185		185
TOTAL					19.117,70		

Fonte – Gonçalves Junior, 2007

No setor de geração de energia, as privatizações se iniciaram em 1997, com a privatização da hidrelétrica Cachoeira Dourada, que pertencia às Centrais Elétricas de Goiás S.A. (CELG), e, posteriormente, com as geradoras da Eletrosul⁸⁵, seguidas por aquelas instaladas nos rios Tietê e Paranapanema (Tabela 4). Na privatização das Geradoras, a presença de capital internacional predominou quase na sua totalidade. As hidrelétricas que passaram a ser construídas depois do início das privatizações já estão inseridas no novo modelo energético, tendo o capital privado participação nas obras.

Tabela 4 - Empresas Elétricas Geradoras Privatizadas

Empresa	UF	Ano de venda	Compradores	País de origem	Receita dos Leilões US\$ milhões	Dívida Transferida	Resultado
Cachoeira Dourada (Derivada da CELG)	GO	1997	Endesa , Edegel	Espanha (60%), Brasil (20%) e Peru (20%)	714	140	854
Gerasul (derivada da ELETROSUL)	RS	1998	Tractebel	Bélgica (100%)	883,5		
Tietê (Derivada da CESP)	SP	1999	AES, Gerasul	Bélgica e EUA	472	668	1.140
Paranapanema (derivada da CESP)	SP	1999	Duke	EUA (100%)	682	482	1.164
Total							2.751,5
Total G-D							21.869,2

Fonte: Gonçalves Junior, 2007

Nas privatizações, os pagamentos poderiam ser feitos tanto com moeda corrente como, também, parte do valor poderia ser pago com dívidas contraídas no passado pelo governo federal. Os novos proprietários, ao comprarem títulos das dívidas e dá-las como pagamento, tiveram a oportunidade de renegociar esses títulos com o sistema financeiro, ampliando prazos de pagamento e diminuindo juros a serem pagos. Também, pelos baixos preços pagos nas privatizações, e pelo não cumprimento de vários compromissos financeiros assumidos pelo capital privado ao adquirirem as empresas estatais, Gonçalves Junior (2007, p.319) destaca que “a privatização do setor elétrico brasileiro foi na realidade um processo de transferência das concessões das empresas estatais para o setor privado⁸⁶”. Outra ação que mostra a relação de usurpação do capital privado sobre o Estado foram os leilões de energia realizados nos anos 1994 e 1995. Por indicação do Banco Mundial, ocorreram leilões de

⁸⁵ Somente a geração de energia da Eletrosul foi privatizada, permanecendo estatal a transmissão.

⁸⁶ Esse autor descreve várias situações onde as empresas privadas se apossam de bens públicos, fundamentando-se na análise de leilões de empresas públicas de energia e de investigações feitas pelo TCU sobre estas privatizações etc.

energia diferenciando a produzida pelo setor público (dita como energia velha) e a produzida pelo setor privado (energia nova), que foram colocadas à venda em momentos distintos. O leilão da energia oriunda das empresas estatais ocorreu em 2004 e o preço de venda foi R\$ 60,95 ao MW, ficando bem abaixo do esperado; esta vantagem, porém, não foi repassada aos consumidores, pois não ocorreu diminuição do preço da energia, o que garantiu mais um lucro excepcional para as empresas privadas. Já no ano de 2005, ao se leiloar a energia elétrica oriunda do setor privado, o preço alcançado pelo MW foi de R\$ 121,36, praticamente o dobro do da estatal, o que mais uma vez mostra como o setor privado se utilizou do Estado em seu benefício.

A partir da entrada da ANEEL em funcionamento (1996) ocorreu a perda de poder direto do governo sobre as questões que envolvem a produção e planejamento da eletricidade no Brasil, cabendo-lhe apenas a função de reguladora. A ANEEL, como agência independente, é apresentada como detentora de funções técnicas e politicamente neutra; porém, instituições por si só não possuem poder, são as pessoas que lhes dão sentido. Essa instituição está ligada diretamente ao poder político das forças econômicas que passam a dominar o sistema elétrico, que podem não estar no governo, mas se encontram em outras instituições de governo, como Câmara e Senado Federal. Mais uma vez, o grupo econômico hegemônico mantém, em suas mãos, o poder de decisão sobre os rumos do país. Fica explícita aqui a implantação da separação entre poder político e o poder econômico, marca forte do PND (GONÇALVES JUNIOR, 2007).

Alteração significativa também se deu na relação capital-trabalho com o processo de privatização. Percebe-se isto por meio da política de aposentadoria e demissão voluntária, colocada em prática pelo Plano Nacional de Desestatização, que diminuiu o número de trabalhadores no setor público e, também, pela ação do próprio governo federal de agir no desmonte da organização sindical dos servidores públicos, em um processo político de desmobilização dos trabalhadores⁸⁷. Posteriormente, com empresas já nas mãos do setor privado, e por meio da implantação das Parcerias Público-Privadas (PPP)⁸⁸ e das Sociedades

⁸⁷ O posicionamento do governo federal frente à greve dos petroleiros em 1995 é uma prova disto. Pelos 32 dias de greve, 73 trabalhadores foram demitidos, a Federação Única dos Petroleiros teve suas contas bancárias bloqueadas, o repasse das mensalidades dos associados retido, os sindicatos que participaram da greve foram multados e mais de mil petroleiros foram penalizados com a suspensão do trabalho por 29 dias. Ocorreu, também, a ocupação, pelo exército, de várias refinarias que estavam sob controle dos grevistas (FUP, 2005).

⁸⁸ PPP é um contrato administrativo de concessão de serviços públicos ou de obras públicas ou de prestações de serviços de que a administração pública seja usuária direta ou indireta, envolvendo investimentos financeiros do setor privado (empresa ou consórcio) e do setor público. A PPP é válida para contratos superiores a R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais) e cujo período de prestação de serviço seja de no mínimo 5 anos e no máximo 35, podendo ocorrer prorrogação. A contratação de PPP será precedida de licitação na modalidade de concorrência. É vedado à administração pública ser titular da maioria do capital votante (Lei Nº 11.079, de

de Propósitos Específicos (SPEs)⁸⁹ o controle sobre os trabalhadores se intensificou. Noções de administração privada passaram a ser utilizadas, introduzindo a produção por metas, incentivando a concorrência entre os trabalhadores, desfocando o capital como elemento de exploração dos trabalhadores e destacando o indivíduo e sua ação no trabalho como responsável pelo valor a ser ganho em cada final de mês. Como resultado, vamos ter uma significativa diminuição do número de trabalhadores empregados no setor elétrico, que, em 1994, eram 188.208, passando para 106.409, no ano de 2004 (Gráfico 1).

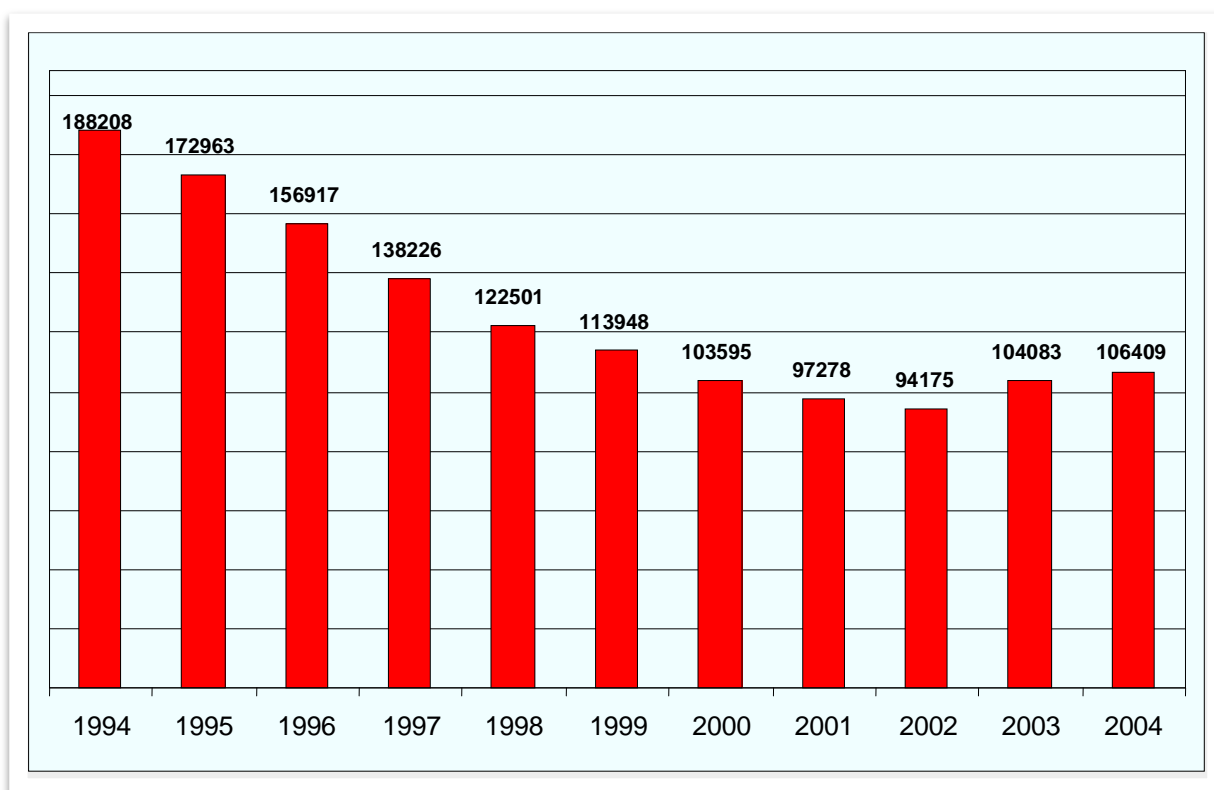


Gráfico 1 - Número de trabalhadores na indústria de eletricidade brasileira (1994-2004)

Fonte: Gonçalves Junior, 2007.

Nessa mesma direção, implantou-se a terceirização do trabalho, por meio da qual uma série de atividades e seus custos sociais foram repassados para grupos e/ou pessoas que não tinham vínculos diretos com os empreendimentos, levando a uma precarização do trabalho. Mesmo com a diminuição da força de trabalho, ocorreu a ampliação da produção de eletricidade, sem maiores mudanças técnicas, o que significa um aumento da exploração sobre o trabalhador. A diminuição do número de trabalhadores e a ampliação da exploração sobre o trabalhador foi outra fonte de acumulação de capital para quem se apropriou do setor elétrico.

30 de dezembro de 2004).

⁸⁹ Modelo de negócio pelo qual duas ou mais pessoas físicas e/ou jurídicas empregam suas habilidades, recursos financeiros, tecnológicos e industriais entre outros para executar objetivos específicos e determinados, adquirindo personalidade jurídica própria.

As vantagens econômicas que as empresas obtiveram no processo de privatização não foram repassadas aos consumidores, pois não houve redução da tarifa de energia elétrica. O que pode ter acontecido é as mesmas terem sido repassadas aos grandes consumidores – consumidores livres -; e, mesmo isso acontecendo, é por meio do consumo dos trabalhadores de forma geral que o grande capital amplia sua acumulação. Como o Brasil tem uma das tarifas de energia mais caras do mundo e as margens das distribuidoras também são elevadas, Abreu (1999) diz que a população está pagando

[...] como já pagava na época que era estatal, os erros dos administradores, sendo que agora existe uma diferença básica, antes a população pagava e tinha a idéia que este dinheiro podia voltar em benefícios sociais e agora paga por erro de administradores privados e, no final do exercício, esses administradores enviarão seus lucros ao exterior.(ABREU, 1999, p.108).

A reestruturação do setor elétrico deixou claro, mais uma vez, que o capital, independentemente de nacionalidade, apenas busca lucro, não importa onde e de que forma. Também destaca que, na atualidade, nesse setor econômico, **o domínio do território se coloca como fundamental aos grupos privados para obterem lucros e garantir a máxima acumulação de capital**. Fica evidente, ainda, que se tem um novo elemento agregado ao enfrentamento que comumente ocorre com os atingidos por barragens, que é o capital privado, principalmente o internacional, diferente do modelo anterior, onde era apenas o Estado que agia diretamente no domínio do território e entrava em conflito com os atingidos. Agora, tendo que enfrentar um capital globalizado, os atingidos, por meio de sua organização, necessitam globalizar-se ainda mais, já que, agindo apenas localmente, não conseguirão fazer frente ao novo modelo.

3.8. O consumo de energia elétrica no Brasil: energia para quê e para quem?

Como já apresentamos anteriormente, a energia elétrica no Brasil passa a ser produzida quase que concomitantemente à da Europa e à dos Estados Unidos. As hidrelétricas, no Brasil, vão surgir em função de empreendimentos ligados ao setor mineral, sendo que o consumo residencial ocupou um papel secundário. Com a industrialização e urbanização ocorridas no Brasil, intensificou-se o consumo de energia, o que levou a uma ampliação da geração de energia elétrica, continuando a indústria, entretanto, como grande consumidora dessa energia. A produção de energia elétrica pelo sistema hidráulico foi a que mais se ampliou no país, sendo que, em 1989, era responsável por 91,34% dessa produção; os demais 8,66% eram oriundos do sistema térmico, que abrange as usinas termoelétricas e as usinas

nucleares. As indústrias, com destaque para as eletrointensivas, eram as maiores consumidoras desta energia⁹⁰ (BERMAN, 1991).

Dentro do setor industrial, há um grupo específico de indústrias consideradas eletrointensivas por consumirem grande quantidade de energia por unidade produzida e/ou pelo grande consumo referente ao volume de sua produção. Fazem parte desse grupo as indústrias ligadas à mineração, refinarias, destilação, siderurgias (aço bruto), metais não-ferrosos (alumínio, cromo, zinco metálico etc.), ferroligas (ferrocromo, ferromanganês etc), não-metálicos (cimento, vidro), papel e celulose, borracha, têxtil e química. Boa parte dessas empresas tem participação de capital internacional e a produção tem o mercado externo como principal destino; elas também, utilizam pouca força de trabalho humano, e são de fácil adaptação às inovações tecnológicas. Essa característica das indústrias eletrointensivas nega o discurso que as mesmas fazem sobre geração e ampliação de empregos, pois a realidade mostra o oposto: elas descartam cada vez mais mão de obra e em maior escala, se comparadas com outros setores.

Do total da energia consumida no Brasil, as indústrias eletrointensivas consumiram, no ano de 1989, 39,21%, sendo que no período de 1968 a 1989 esse consumo ficou na faixa de 30% a 40%. Bermann (1991) fez um paralelo, no referido período, entre o crescimento da oferta de energia elétrica, que se ampliou em 6,30 vezes, com a evolução do consumo desse produto pelas indústrias eletrointensivas, que ampliou 6,83, destacando que ocorreu uma correlação entre ambos, e apontando que as indústrias eletrointensivas serviram de referência para a ampliação da geração de energia elétrica.

Devido ao intenso consumo, a energia elétrica passa a ter um papel importante na definição do preço da mercadoria dessas indústrias e, conseqüentemente, na proporção do lucro das mesmas. Isso justifica o *lobby* permanente que os representantes desse setor faziam junto ao poder público, no período estatal, buscando garantir tarifas baixas e, de preferência, subsidiadas, fazendo da energia uma política pública. Também é comum o discurso que busca sensibilizar a opinião pública com argumentos que destacam o desenvolvimento e o bem-estar geral da sociedade, identificando o interesse nacional com os interesses desse grupo industrial.

Berman (1991) destaca que o Estado, ao assumir os interesses do capital eletrointensivo, colocando como universal uma demanda particular, assume a função de classe, porém com um discurso de neutralidade de classe. Buscando destacar como se dava a ação do Estado em

⁹⁰ Consumo residencial 20%, consumo público e transporte 8,8%, comércio e serviços 10,7%, atividades rurais 2,9%, consumo energético (refinarias de petróleo, hidrelétricas etc.) 2,4% e consumo industrial 55,2%.

prol desses grupos econômicos, ele nos apresenta dois exemplos: de 1982 a 1986 foram assinados contratos especiais de energia elétrica entre Eletronorte e a ALUMAR e a Eletronorte Albrás/ALUNORTE que garantiam que a tarifa não ultrapassaria 20% do preço internacional do alumínio⁹¹ e, um acordo com a Camargo Correia Metais, assegurando um limite tarifário não superior a 25% do preço internacional do silício metálico. Era o Estado agindo para garantir os interesses do capital e da manutenção de sua acumulação. Ao mesmo tempo, ele negava informações e reprimia ações que destacavam os conflitos de classe, como nas greves dos eletricitários e nas reivindicações dos atingidos por barragens. Os benefícios de alguns grupos eram pagos às custas de cobranças junto aos usuários residenciais, das pequenas e médias empresas industriais e do comércio e serviços.

A partir dos anos de 1990, com a reestruturação do setor elétrico brasileiro, as indústrias eletrointensivas mudarão sua estratégia de ação em busca de energia elétrica a preços baixos, deixando de se apossar do Estado para se apoderar das fontes de energia. A nova forma de assegurar o suprimento de energia a preços baixos ocorreu por meio da autoprodução, assegurada pelo Decreto 2003 de 1996. Essa nova estratégia fica evidente ao analisarem-se os dados que relacionam as usinas hidrelétricas licitadas e as que tiveram indústrias eletrointensivas, de forma individual ou consorciada, vencedoras dessas licitações (Tabela 5).

Considerando apenas o período em que ANEEL assumiu as licitações (1998), até o ano 2002 foram licitadas 50 hidrelétricas, sendo que, dessas, 18 tiveram participação de indústrias eletrointensivas entre as ganhadoras da licitação, perfazendo 36% do total, com capacidade de gerar 51% do potencial energético licitado (BERMAN, 2007b).

Dentre as principais indústrias eletrointensivas com capital internacional que investem na construção de hidrelétricas podemos destacar a Alcoa Alumínio (EUA), CVRD (EUA), BHP Billiton (Reino Unido), e Alcan Alumínio (Canadá). Já entre as empresas que têm capital nacional podemos destacar: Votorantin Cimento, Camargo Corrêa Metais, Camargo Corrêa Cimentos, Companhia Brasileira de Alumínio. Essas empresas têm se utilizado da estratégia de se unirem em consórcios para participar das licitações, agregando-se com outras empresas que não necessariamente estejam ligadas ao setor industrial eletrointensivo, mas que desempenham uma importante função na construção ou financiamento das barragens, na exploração de água ou do consumo da energia produzida. Dentre essas distintas empresas que se agregam às eletrointensivas podemos destacar Bancos, como o Banco Bradesco (Brasil), CITICORP (EUA); Grupo Suez/Tractbel que explora água, gás, saneamento e eletricidade

⁹¹ Berman (2007b) estimava que estes contratos especiais, que estavam previstos para finalizar no ano de 2004, causariam um prejuízo de US\$ 20 milhões de dólares por ano para a Eletronorte.

(França/Bélgica); as construtoras Camargo Corrêa e Odebrecht (Brasil), entre outras. De forma geral, participam desses consórcios bancos, que facilitam os financiamentos que não são cobertos pelo Estado; produtores de cimento, pois trata-se de um produto intensamente utilizado na construção de barragens; construtoras, que garantem suas atividades na construção da obra; e grandes consumidoras de energia que buscam se beneficiar utilizando-se da energia gerada. Além da exploração de energia, essas empresas buscam capturar ganhos de capital procedentes da construção do empreendimento.

Tabela 5 - Usinas Licitadas para Autoprodução (AP)/Produção Independente (PI) de propriedade de setores industriais eletrointensivos: 1995 - 2002

Empreendimento	Localização	Capacid. Instalada (MW)	Empreendedor(es)	Destino da Energia	Data da Licitação
UHE Estreito	Rio Tocantins TO/MA	1.087	Alcoa Alumínio, CVRD, Camargo Correia, BHB Billiton, Tractebel	PI/AP	12/07/2002
UHE Caçu	Rio Claro GO	65	Alcan Alumínio	AP	12/07/2002
UHE Barra dos Coqueiros	Rio Claro GO	90	Alcan Alumínio	AP	12/07/2002
UHE Traíra II	Rio Suaçuí-Grande MG	60	Alcan Alumínio	AP	12/07/2002
UHE Santa Isabel	Rio Araguaia TO/PA	1.087	Billiton Metais; CVRD; Camargo Corrêa; Alcoa Alumínio e Votorantim Cimentos	AP	30/11/2001
UHE Pai Querê	Rio Pelotas SC/RS	292	CPFL-Geração Energia; Alcoa Alumínio; Companhia Estadual de Energia Elétrica-CEEE; DME Energética e Votorantim Cimentos	PI/AP	30/11/2001
UHE Pedra do Cavalo	Rio Paraguaçu BA	160	Votorantim Cimentos	PI/AP	30/11/2001
UHE Salto Pilão	Rio Itajaí SC	181	CPFL-Geração Energia; Alcoa Alumínio; Camargo Corrêa Cimentos; DME Energética e Votorantim Cimentos	PI/AP	30/11/2001
UHE Serra do Facão	Rio São Marcos GO	210	Alcoa Alumínio (50,4%); CBA (17%); DME Energética (10,1%) e Votorantim Cimentos (22,5%)	PI (83,03%) /AP (16,97%)	28/06/2001
UHE Foz do Chapecó	Rio Uruguai RS/SC	855	CVRD (40%) e Foz do Chapecó Energia (60%)	PI/AP	28/06/2001
UHE Capim Branco I e II	Rio Araguari MG	450	Cemig Capim Branco Energia (20%); CVRD (46%); Com. e Agrícola Paineiras (17%); Comp. Mineira de Metais (12%) e Camargo Corrêa Cimentos (5%)	PI (37%) e AP (63%)	30/11/2000
UHE Picada	Rio Peixe MG	50	Comp. Paraibuna de Metais (99%) e Paraibuna Energia (1%)	PI (1%) e AP (99%)	30/11/2000
UHE Barra Grande	Rio Pelotas SC/RS	690	VBC Energia (44,7%); Alcoa Alumínio (31,6%); Valesul Alumínio (10,5%); DM Energética (7,9%) e Camargo Corrêa Cimentos (5,3%)	PI(94,7%) e AP(5,3%)	12/04/2000
UHE Candonga	Rio Doce MG	140	Companhia Vale do Rio Doce (50%) e EPP Energia Elétrica (50%)	PI/AP	28/01/2000
UHE Pirajú	Rio Paranapa- nema	80	Companhia Brasileira de Alumínio S.A.	AP	1998

SP					
UHE Porto Estrela	Rio Santo Antonio MG	112	CEMIG; CVRD; COTEMINAS e NES	PI (20%) AP(80%)	10/07/1997
UHE Campinho	Rio Jucu ES	45	Cia. Paraibuna de Metais	AP	-
UHE Serra Quebrada	Rio Tocantins TO/MA	1.328	Alcoa Alumínio; Billiton Metais; Eletronorte; Eletrobrás; Camargo Corrêa Energia e CVRD	PI/AP	-
UHE Irapé	Rio Jequiti-nhonha MG	360	Camargo Correa; Alcoa; CVRD; Cemig	PI/AP	1998
UHE Canoas I e II	Rio Paranapa-nema - SP	155	CBA (50,3%) e Cesp (49,7%)	PI/AP	30/07/1998
UHE Itá	Rio Uruguai SC/RS	1.450	CSN; Cia. Cimento Itambé; Poliolefinas; Cia. Industrial Propileno	PI/AP	21/12/1995
UHE Guilman Amorin	Rio Piracicaba MG	140	Cia. Siderúrgica Belgo-Mineira (50%); Samarco Mineração (50%)	AP	19/05/1998
UHE Dona Francisca	Rio Jacuí RS	125	Alcoa (18,2%); Camargo Correa (15,7%); Cia. Cimento Votorantim (13,1%); Grupo Gerdau (13%); Celesc (15%); Inepar (25%)	PI/AP	18/08/1997
UHE Machadinho	Rio Pelotas SC/RS	1.140	Alcoa (19,7%); Eletrosul (17%); Celesc 12,1%); Camargo Corrêa (4,6%); CBA (9,3%); Ind. Votorantin (7,9%); Portland Rio Branco (7,9%), Valesul (7,3%), Inepar , Copel (4,3%), e CEEE (4,9%)	PI/AP	15/01/1997
UHE Igarapava	Rio Parnaíba MG	210	Cemig (14,5%); Cia. Mineira de Metais (20%); CSN (6%); CVRD (35%); Eletrosilex (13%) e Mineração Morro Velho (11,5%)	PI/AP	28/09/1995
UHE Pai Joaquim	Rio Araguari MG	23	Cimento Mauá e Cia. Minas Oeste de Cimento	AP	13/11/1996
UHE Sobragi	Rio Paraibuna MG	60	Cia. Paraibuna Metais	AP	13/11/1996
UHE Funil	Rio Grande MG	180	Cemig; Andrade Gutierrez; Samarco; Ferro Ligas Domyini	PI/AP	21/10/1996
UHE Melo	Rio Preto MG	8,5	Valesul Alumínio e Billinton	AP	02/08/1996
UHE Ponte Nova	Rio Ipiranga MG	170	Grupo Fiat e Alcan Alumínio	AP	07/12/1995
UHE Baú	Rio Piranga MG	74	Samarco Mineração	AP	30/11/1995
UHE Pilar	Rio Piranga MG	170	Grupo Fiat	AP	30/11/1995

Fonte: Bermann (2007b) www.ilunina.org.br.

Parece ficar evidente a resposta da pergunta “energia para quem e para quem?”. Uma considerável quantidade de energia elétrica gerada no Brasil está a serviço de um pequeno grupo econômico representado pelos proprietários das indústrias eletrointensivas; estes se apossaram, inicialmente, do Estado e na atualidade buscam se apropriar de recursos naturais para garantirem maiores lucros para seus investimentos, controlando seus próprios territórios. Esse domínio sobre a energia serve para garantir menores custos aos seus produtos, que conseguem concorrer no mercado internacional, um dos mais importantes locais de negociação dos mesmos, garantindo, assim, uma lucratividade alta para seus negócios. Não

interessa em que situação e que impactos ambientais e sociais esses empreendimentos causam em seus locais de instalação; o importante é o lucro que esses empreendimentos obterão com a produção, mesmo que, na maioria das vezes, eles sejam verdadeiros enclaves na região de implantação. Parte considerável da energia elétrica produzida no Brasil está a serviço de um pequeno grupo de investidores, boa parte oriundos de fora do país, que produzem produtos a preços baixos; e, já que grandes quantidades serão consumidos no exterior, eles não alavancam, de forma considerável, a economia brasileira.

Este modelo energético foi reforçado no ano de 2007 pelo governo federal com a implantação do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

3.9. O PAC e as hidrelétricas

O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), planejado pelo governo Lula, é uma política para ser implantada no período de 2007 a 2010, e prevê investimentos de R\$ 503,9 bilhões de reais nas áreas de saneamento, energia, habitação, recursos hídricos e transporte. Para coordenar as ações do Programa criou-se o Comitê Gestor do PAC, composto pelos Ministros da Casa Civil, da Fazenda e do Planejamento, bem como o Grupo Executivo do PAC, formado por secretarias destes ministérios, com a função de estabelecer metas e acompanhar a implantação do PAC.

Por intermédio deste programa, o Governo Federal busca estimular a eficiência produtiva dos setores da economia envolvidos, impulsionar a modernização tecnológica e incluir novas áreas no eixo econômico. Para alcançar os objetivos conta-se com a parceria entre o setor público e o privado.

Em relação às hidrelétricas, o PAC prevê a geração de mais de 12.386 MW de energia elétrica e a construção 13.826 km de linhas de transmissão. O governo criou novas metas de financiamento, aumentando o prazo limite de pagamento de 14 para 20 anos, e a carência de pagamento de 6 para 12 meses, sendo que no mínimo 70% do valor da obra será financiada. Do total de investimentos no PAC, R\$ 78,4 bilhões serão investidos na geração e transmissão de energia elétrica.

Foram incluídas no PAC usinas hidrelétricas e termoelétricas que já estão em construção ou que estejam previstas para serem iniciadas no período de abrangência do Programa. Apresentaremos abaixo as usinas hidrelétricas em implantação e as previstas⁹², sua

⁹² Não constam na relação as PCHs, que são em número de 60. Também cabe destacar que algumas UHEs que constam no grupo das previstas, no desenvolvimento desta tese já se encontram em construção, como é o

potência e localização, obras essas que estão incluídas no PAC (Tabela 6 e Tabela 7).

Tabela 6 - Usinas Hidrelétricas em implantação inseridas no PAC

Região	Usina Hidrelétrica em Implantação	Rio	MW	Operação
Norte	UHE Estreito	Tocantins	1087	2010
	UHE São Salvador	Tocantins	243	2009
	UHE Rondon II	Comemoração	73,5	2008
Sudeste	UHE Simplício	Paraíba do Sul	306	2010
	UHE Bagarí	Doce	140	2009
	UHE Retiro Baixo	Paraopeba	82	2009
Sul	UHE Foz do Chapecó	Uruguai	855	2010
	UHE Mauá	Tibagi	361	2010
Centro-Oeste	UHE Dardanelos	Aripuanã	261	2010
	UHE Serra do Facão	São Marcos	213	2010

Fonte: Programa de Aceleração do Crescimento - PAC

Tabela 7 - Usinas Hidrelétricas prevista para serem implantadas inseridas no PAC

Região	Usina Hidrelétrica Previstas	Rio	MW
Norte	UHE Santo Antonio	Madeira	3.150
	UHE Girau	Madeira	3.300
	UHE Belo Monte	Xingu	5.681
	UHE Serra Quebrada	Tocantins	1.328
	UHE Tupiratins	Tocantins	620
	UHE Tocantins	Tocantins	480
	UHE Novo Acordo	Sono	160
Nordeste	UHE Riacho Seco	São Francisco	240
	UHE Pedra Branca	São Francisco	320
Sul	UHE São Roque	Canoas	214
	UHE Baixo Iguazu	Iguazu	340
	UHE Itapiranga	Uruguai	580
Centro-Oeste	UHE Água Limpa	Rio das Mortes	320
	UHE Torixoréu	Araguaia	408

Fonte: Programa de Aceleração do Crescimento - PAC

A opção do governo Lula pelo apoio à construção das grandes hidrelétricas, que é retificada por meio do PAC, já se fazia sentir, ainda em 2004, quando o mesmo tomou posição favorável à inclusão da energia oriunda destes empreendimentos no grupo das energias limpas, negando a postura do governo anterior. No Encontro Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, realizado em *Johannesburg* (África do Sul), no ano de 2002, o representante do governo brasileiro⁹³ assumiu uma postura de negar que as grandes hidrelétricas gerassem energia limpa, o que indicava a postura de um maior investimento na busca de fontes alternativas de energia. Porém, no ano de 2004 a então Ministra do Minas e Energia, Dilma Roussef, atuando como representante dos países latino-americanos e caribenhos na Conferência Internacional sobre Energia Renováveis, realizada em *Boon* (Alemanha), foi favorável à inclusão das grandes hidrelétricas entre as geradoras de energia

caso de Jirau e Santo Antonio (rio Madeira/RO).

⁹³ O Brasil foi representado no evento pelo Secretário Interino de Meio Ambiente, José Goldemberg.

limpa, destacando que o desenvolvimento futuro estava vinculado a construções destes empreendimentos.

O PAC é um programa desenvolvimentista, financiado com dinheiro público e com objetivo econômico, voltado aos interesses de grandes grupos econômicos. Não participaram da elaboração do PAC os setores do governo federal ligados à área social e ambiental. O PAC não prevê investimento para aceleração da reforma agrária, aceleração no processo de viabilização e garantia de sobrevivência de comunidades indígenas, quilombolas e ribeirinhas. Seu favorecimento ao grande capital fica evidente ao decidir por investimentos nos projetos de irrigação no rio São Francisco e na construção de hidrelétricas no rio Xingu, locais nos quais se encontram fortes lutas sociais em oposição a estes empreendimentos.

Um ponto questionável do PAC, em relação à questão da energia, é o não investimento em programas que evitem desperdício da mesma, que pode chegar a 30% da produção, significando que o Programa contribuirá para gerar mais desperdício de energia.

Paulo Maldos (2008), assessor político do CIMI, descreve que o PAC “é um plano que tem como meta apenas reproduzir a sociedade brasileira atual, em suas imensas desigualdades sociais, projetando no futuro o mesmo país injusto e excludente, que conhecemos há mais de 500 anos”.

Os investimentos previstos no PAC tenderão a acirrar disputas territoriais já existentes entre capital e comunidades tradicionais e, também, trazer à tona disputas em locais em que estes conflitos se encontram latentes, principalmente na região Amazônica. São conflitos pelos quais os grupos de resistência são desprivilegiados, pois os investimentos do PAC representam uma posição firme do governo em construir as obras, desconsiderando suas reivindicações. Estratégias mais enérgicas deverão ser pensadas pelos grupos de resistência, para fazer frente à investida do capital, apoiada e financiada pelo Estado brasileiro.

No caso da construção de hidrelétricas, ficou evidente que o PAC representa uma ação forte e decisiva do governo federal, no sentido de garantir a construção das hidrelétricas, porém, não podemos deixar de mencionar as posturas de enfrentamento direto dos índios e ribeirinhos contra a construção da hidrelétrica de Belo Monte (PA)⁹⁴ e dos colonos contra a hidrelétrica de Itapiranga (divisa dos estados do RS/SC) que há décadas, vêm impedindo a construção destes empreendimentos.

⁹⁴ Para maiores detalhes sobre a luta a resistência frente à construção da hidrelétrica de Belo Monte ver SEVÁ, A. Oswaldo (org.). Tenotã-Mõ: Alertas sobre as consequências dos projetos hidrelétricos no rio Xingu. São Paulo: International Rivers Network, 2005.

Capítulo 4. Organizações locais dos atingidos por barragens

Cio da Terra

(Milton Nascimento/Chico Buarque de Hollanda)

Debulhar o trigo
Recolher cada bago do trigo
Forjar no trigo o milagre do pão
E se fartar do pão.

Decepar a cana
Recolher a garapa da cana
roubar da cana a doçura do mel
Se lambuzar de mel.

Afagar a terra
Conhecer os desejos da terra
Cio da terra propícia estação
E fecundar o chão.

A organização dos atingidos por barragens, em cada uma delas e/ou em sua região, tem suas especificidades, além de pontos comuns com o que ocorre em outras barragens e/ou regiões. Dentro das especificidades, podemos destacar que o momento da execução do projeto da barragem em que ocorre a formação do Movimento é muito variado, os mediadores e as referências políticas não são sempre as mesmas, as características sociais, culturais e econômicas dos atingidos são diversificadas. A organização dos atingidos se dá em diferentes momentos do desenvolvimento dos projetos hidrelétricos etc. Como pontos em comum podemos citar a ocorrência de alteração na dinâmica social dos atingidos, a idéia de desenvolvimento adotada pelos empreendedores da obra para a população atingida, a utilização de manifestações públicas como forma de chamar a atenção de suas reivindicações entre outras.

Conhecer os diferenciais e seus pontos em comum, bem como a dinâmica que vai sendo criada a partir da ação do Movimento são fundamentais para compreendermos o MAB na sua totalidade. Para tanto, apresentaremos, a seguir, a forma como se deu a organização e a formação do MAB em diferentes áreas impactadas por barragens no Brasil, e como o mesmo foi se estruturando, com o passar dos anos. Os estudos de caso aqui apresentados retratam organizações de atingidos ao longo do tempo e em diferentes espaços, envolvendo aquelas que deram origem ao MAB, até organizações que estão se estruturando na atualidade.

4.1. O Polo Sindical do Submédio São Francisco – Rio São Francisco

O Vale⁹⁵ do São Francisco abrange parcialmente os estados de Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, Sergipe e Alagoas. Por ele corre o rio que lhe dá o nome, por uma extensão de 2.700 Km. O Vale é dividido em quatro áreas, em função de sua geomorfologia: Alto, Médio, Submédio e Baixo São Francisco. O Submédio São Francisco abrange municípios baianos e pernambucanos (Figura 5).

O vale do São Francisco foi, inicialmente, ocupado por índios, e posteriormente, por criadores de gado. Um projeto maior de povoação do Vale ocorreu a partir de 1950, em pleno processo de industrialização do país, quando se pretendia regularizar as cheias e as vazantes, podendo aproveitar-se das águas para geração de energia elétrica e irrigação, a partir da utilização das várzeas para a agricultura em larga escala. Estava-se desviando a idéia central

⁹⁵ Na bibliografia sobre a organização dos atingidos por barragens de Itaparica, a denominação de Vale é utilizada praticamente de forma unânime. Nós nos utilizaremos dela, também, mas cientes de que em trabalhos de outras barragens, existem outras denominações.

da seca no Nordeste, que norteava as políticas públicas, para uma ação produtiva. A idéia de desenvolvimento estava sendo colocada na área baseada na experiência norte-americana do *Tennessee Valley Authority* (TVA), na qual, por meio de políticas públicas, buscava-se o desenvolvimento integrado da bacia hidrográfica, procurando articular gestão de recursos hídricos, fornecimento de águas para a agricultura e indústria, e geração de energia, bem como a infraestrutura necessária ao desenvolvimento, como estradas, comunicações, urbanização, saneamento etc. (SILVA, 2001).

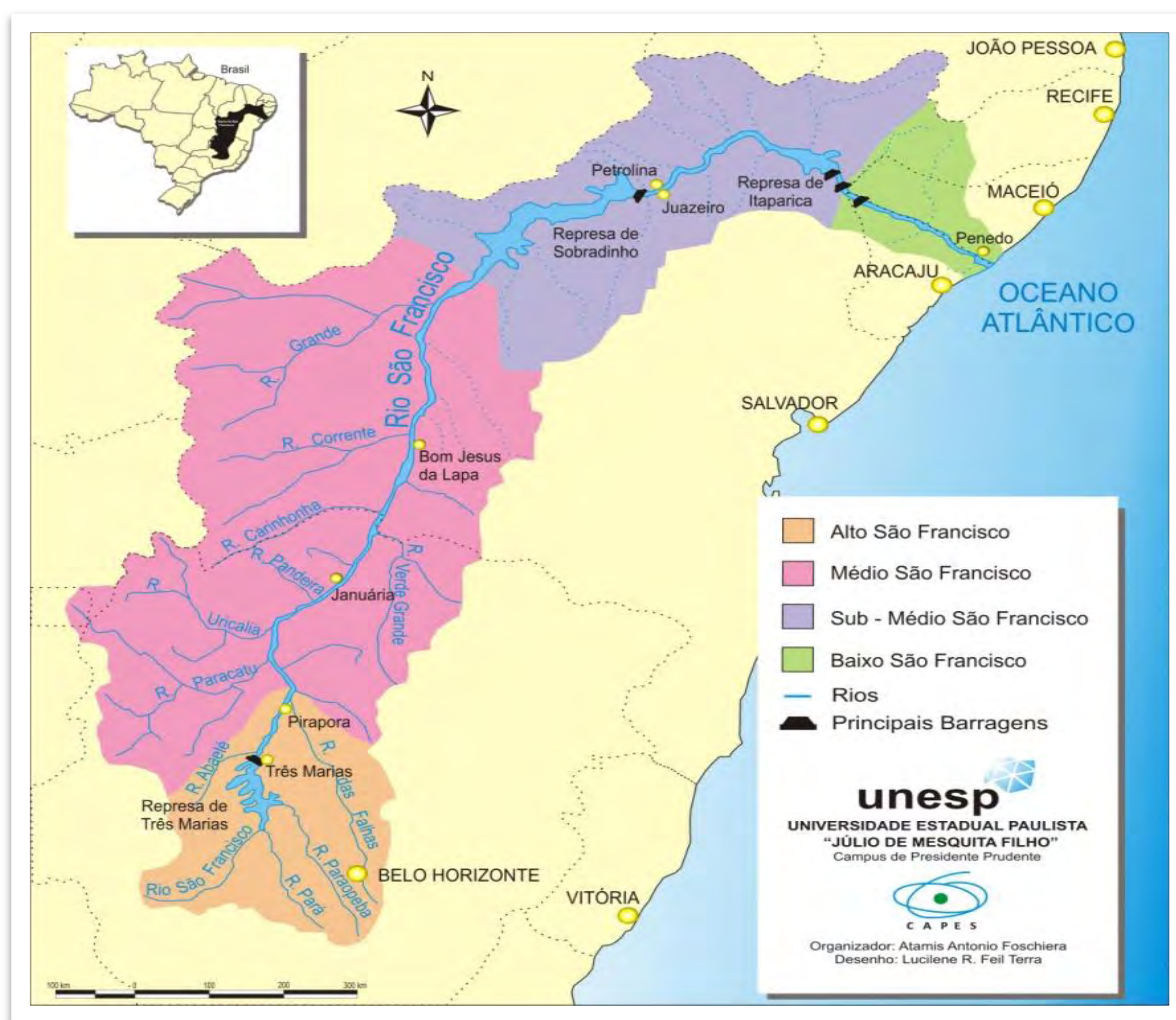


Figura 6 - Área de abrangência da Bacia do Rio São Francisco

Fonte: Vianna e Menezes, 1994.

O início das ações de maior intervenção do Estado ocorreu com a criação da Comissão do Vale do São Francisco (CVSF), em 1948, que, em 1967, foi substituída pela Superintendência do Vale do São Francisco (SUVALE), que, por sua vez, em 1974, foi substituída pela Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (CODEVASF). A partir dos anos 1970, a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) também irá financiar projetos para a área, em momento de plena expansão da modernização conservadora da agricultura e da formação dos complexos agroindustriais, que, dominada

pelas empresas estrangeiras, levou a uma correlação de forças no campo, em benefício dos grandes proprietários (PANDOLFI, 1986). Juntamente com a CVSF criou-se a Companhia Hidroelétrica do São Francisco (CHESF) (em 1948), que seria a responsável pela construção das hidrelétricas e pela produção e distribuição de energia. Programou-se a construção do Complexo Hidroenergético Paulo Afonso, onde foram projetadas as barragens Paulo Afonso I, II, III, IV, Apolônio Sales (ex-Moxotó), Xingó e Itaparica. Em outro projeto, previa-se a construção da barragem de Sobradinho. Depois de construir as hidrelétricas de Paulo Afonso, Moxotó e Sobradinho partiu-se para a construção de Itaparica, alterando-se o projeto original que previa, antes, a construção da barragem de Xingó. A alteração da ordem de construção se deu devido a maior concentração de pessoas na área de Itaparica, que, com o passar do tempo, poderia ser influenciada pelos atingidos de Sobradinho e Xingó, que estavam sentindo as perdas causadas pelos empreendimentos e se organizando para reivindicar direitos, bem como a crescente valorização das terras que vinha ocorrendo no Vale, devido aos projetos de irrigação e a implantação de infraestrutura de transporte, comunicação etc., o que iria aumentar os custos de indenização (VIANNA e MENEZES, 1994).

É importante destacar que, nos anos 1970, ocorreu a instalação de uma série de indústrias na região Nordeste, dentro do período conhecido como milagre econômico, com destaque para a petroquímica (Camaçari, na Bahia), a cloro-química (Alagoas) entre outras, todas grande consumidoras de energia – eletrointensivas. A produção de energia era vista como fundamental para assegurar a instalação e a produção dessas indústrias.

4.1.1. A Hidrelétrica de Itaparica

Os estudos que levaram à decisão da construção do aproveitamento Hidrelétrico de Itaparica foram realizados pelo Comitê de Estudos Energéticos do Nordeste (ENENORD), em 1968, mas os levantamentos para definição da cota de represamento vai ocorrer somente em 1975, devido a uma crise energética que estava sendo vivenciada na região. Ainda no final de 1975 inicia-se a obra de construção da barragem na antiga cachoeira de Itaparica, e, em fevereiro de 1988, começa o enchimento do reservatório, entrando a usina em operação em julho do mesmo ano, com potencial de produção de 2.500 MW (Figura 6). A área a ser submersa com o reservatório era de 716,30 Km², ao longo de 149 km (ELETROBRAS, 1989); este fato causou a migração compulsória de mais de 40.000 pessoas, e a inundação de algumas cidades, que tiveram que ser reconstruídas, além de povoados, áreas agricultáveis e ilhas (VIANNA e MENEZES, 1994).

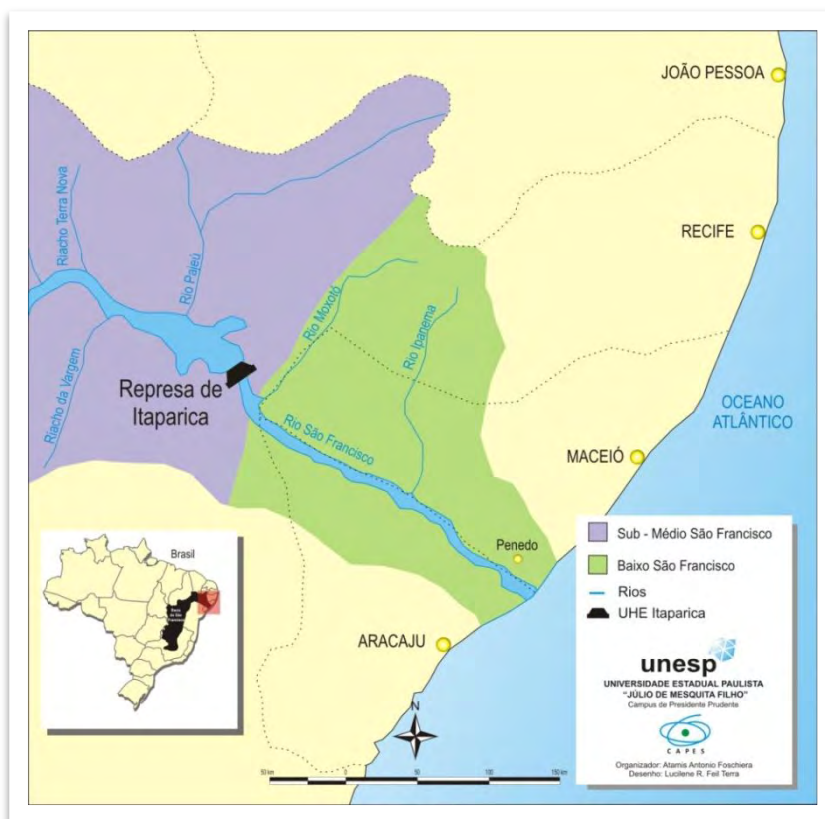


Figura 7 – Localização da UHE de Itaparica – BA/PE

Estudos feitos pela CHESF, levando em conta a abrangência da barragem de Itaparica, apontam que 60% dos pequenos produtores da área não possuíam terra própria, sendo distribuídos da seguinte maneira:

- a) proprietários na beira do rio com equipamentos de irrigação e que empregam meeiros na produção;
- b) proprietários na beira do rio sem equipamentos de irrigação, que arrendam terras para terceiros, ou que trabalham como meeiros em suas próprias terras;
- c) arrendatários sem terra que possuem equipamentos de irrigação e empregam meeiros na produção;
- d) proprietários na caatinga, ou em municípios distantes, que trabalham como parceiros na beira do rio;
- e) meeiros sem terra;
- f) trabalhadores alugados, ou que cultivam pequenas roças cedidas (PANDOLFI, 1986, p.42).

Acrescenta-se a esses grupos sociais a existência de populações indígenas, que canalizam suas reivindicações por meio da Fundação Nacional do Índio (FUNAI).

A economia na área a ser impactada pela barragem estava assentada, principalmente, na agricultura de subsistência, praticada por camponeses no período final das chuvas⁹⁶, conhecida como “agricultura de vazante”, enquanto que a produção com fins comerciais acontecia em menor escala. Alguns camponeses utilizavam-se de pequenas bombas, no período de estiagem, para irrigarem suas roças. As principais culturas produzidas eram o milho, o algodão arbóreo, o arroz, a mandioca, o tomate, o melão e a melancia. Fazia-se presente também a criação de aves, caprinos e bovinos, embora em bases tecnológicas muito pequenas (MATOS e VILLEGAS, s/d).

⁹⁶ Esta região é marcada por um período de seca (estiagem) e um período de chuvas.

A atuação da CHESF era baseada na idéia de geração de energia ao mínimo custo possível e dentro do prazo previsto, sendo que pouco consideravam os custos sociais e ambientais. Tal entendimento leva ao choque de interesses entre empreendedor e comunidades afetadas. A CHESF tinha programado as indenizações baseada em que consta em Lei, que eram as realocações dos núcleos urbanos e a indenização dos proprietários de imóveis e de benfeitorias rurais. Outras ações ocorreram por serem exigências dos financiadores, como observações climáticas, controle de impactos geológicos, monitoramento da água etc. (ELETROBRAS, 1989).

A área do Submédio São Francisco não tinha uma história de lutas sociais intensas. Localizada no Sertão Nordestino, teve experiências com Cangaço e grupos messiânicos (metade do século XIX até década de 1930) e confrontos mais esporádicos entre famílias envolvendo elementos sociais, que eram tratadas como questão de polícia (1940 - 1970). Nesse último período, ocorreu uma relativa calma social, dada a aceitação do comando dos coronéis sobre os demais grupos sociais. Essa área não teve maiores influências das Ligas Camponesas, que se concentraram mais nas regiões de plantação de cana-de-açúcar. Será com a implantação de políticas de Estado, no intuito de modernizar a região do Vale do São Francisco, segundo interesses da burguesia industrial em conjunto com o capital financeiro, que ocorrerá disputas sociais mais intensas.

Iniciativas espontâneas em algumas localidades e a atuação da Comissão Pastoral da Terra (CPT) serão os marcos iniciais da organização dos camponeses que, posteriormente, serão os principais representantes do Pólo Sindical do Submédio São Francisco⁹⁷. As iniciativas espontâneas dos camponeses faziam frente aos problemas que passaram a enfrentar, devido à implantação das políticas públicas a partir da década de 1950, que estava levando a expulsão de muitos deles, por parte de grileiros dada a valorização que as terras vinham tendo, aos conflitos com os índios, representados pela FUNAI, por causa da ocupação de áreas indígenas por camponeses ou por meio da ameaça de expulsão por barragens, por ser conhecido o exemplo das más condições em que ficaram os atingidos das hidrelétricas de Sobradinho e Moxotó, também no rio São Francisco. A ação da Igreja Católica se dava por meio da CPT, que realizava reuniões com os camponeses, em alguns municípios, no intuito de organizá-los para fazerem frente à construção da barragem de Itaparica, dentro da lógica de uma atuação da Igreja junto aos pobres, opção debatida na II e III CELAM que concilia fé e política⁹⁸ (PANDOLFI, 1986).

⁹⁷ A CPT na Bahia surge na ação de organizar os atingidos por barragens impactados pela UHE de Sobradinho.

⁹⁸ Cantos, encenações envolvendo o sacrifício de Jesus, procissões e outras ações ligadas à Igreja faziam parte

Vários dos STRs do Submédio São Francisco foram criados no início da década de 1970, juntamente com o Fundo de Assistência e Previdência ao Trabalhador (FUNRURAL) e tiveram uma ação assistencialista. Camponeses com uma visão diferente, de resistência aos projetos que vinham sendo implantados, tiveram que começar a agir por fora dos sindicatos, ou criando sindicatos nos municípios onde estes não existiam, para ampliarem suas discussões. O enfrentamento à construção da obra de Itaparica foi sendo lentamente ampliado; tanto por fora dos sindicatos, por meio de grupos comunitários organizados pela CPT, como por dentro, pelas ações diretas dos sindicatos criados nessa lógica e pela organização da oposição sindical, naqueles considerados pelegos.

Em 1974, iniciam-se as obras para a construção da barragem, embora a população estivesse desinformada sobre seus impactos e sobre o destino que a mesma teria, quando fossem obrigados a migrar devido ao enchimento do reservatório. Os trabalhadores responsáveis pelos estudos técnicos e pela construção das obras circulavam pela área e entravam nas propriedades para desenvolverem suas atividades de instalação do canteiro de obras, do acampamento, vilas auxiliares, estradas de serviço e a exploração de jazidas de cascalhos. Ocorriam várias reuniões em diferentes comunidades, na tentativa de se ter uma definição sobre seu futuro, cobrando indenizações justas e o pagamento das mesmas antes das desapropriações. As reivindicações ocorriam de modo espacialmente disperso, conforme o andamento dos trabalhos de construção do empreendimento, e os camponeses eram tratados de forma rude pela CHESF. Inicialmente, eram os proprietários de terra que se manifestavam frente à ação da CHESF, tendo como pauta uma indenização justa. Com o passar do tempo, crescem as discussões e, nelas passam-se a inserir os não proprietários (posseiros, meeiros, arrendatários etc.) como também os possuidores de direitos de receberem terras como indenização, tomando-se como tema de discussão a troca de “Terra por Terra”⁹⁹.

As tentativas dos camponeses de buscarem maiores informações sobre a obra, e os programas de remanejamento da população não eram tratados com atenção pela CHESF, que buscava evitar a organização dos mesmos, por meio de repressão policial das reuniões e das assembléias que eram organizadas. O descaso com que a CHESF tratava os camponeses, não repassando informações e não abrindo espaços para discussão, bem como a repressão que utilizava junto a quem se organizava, levou os camponeses a optarem por realizarem ações diretas. Uma das primeiras ações radicais se dará em 1976, quando os camponeses que se

dos atos públicos organizados pelos camponeses.

⁹⁹ A participação de não proprietários (sem-terra) na direção de alguns STRs contribuiu muito para a incorporação do direito dos mesmos nas reivindicações dos camponeses afetados pelo empreendimento de Itaparica.

encontravam no local da construção do barramento sofreram pressão, tanto da CHESF como do prefeito, para deixar a área, dentro das condições de indenização colocadas pela empresa. Apesar das intimidações, os camponeses organizaram grupos de guarda, para impedir o trabalho de construção da barragem, buscando garantir as indenizações antes do avanço da construção das obras. Os camponeses fizeram sete cercas para barrar o acesso das máquinas na área. O exército foi chamado, com a função de derrubar as cercas; porém, até chegar na última; os camponeses já estavam refazendo as primeiras. Por menor que tenha sido o resultado prático, ele significou o reconhecimento de um poder latente, que os camponeses poderiam a vir explorar futuramente. Vários STRs, como a própria Federação dos Trabalhadores da Agricultura de Pernambuco (FETAPE), posicionaram-se contra a forma radical com que os camponeses agiram.

Uma série de cursos de formações de lideranças passou a ocorrer, tanto sob responsabilidade de representantes da Igreja¹⁰⁰ como dos STRs combativos. Eram cursos de dois ou três dias de duração que, no seu final, geravam mais reuniões nas comunidades, assembléias e ações radicais frente à forma rude da CHESF tratar a questão das indenizações¹⁰¹; eles também passavam a influenciar a forma sobre como conduzir os debates junto aos STRs (PANDOLFI, 1986).

O afloramento de um ciclo de protestos nas variadas regiões brasileiras, envolvendo e aproximando tanto assalariados urbanos (como metalúrgicos, bancários etc.) e rurais (assalariados da cana), como também pequenos produtores rurais e outras categorias de trabalhadores, vai ter seus reflexos na região do Submédio São Francisco. No ano de 1979, as resoluções do III Congresso Nacionais dos Trabalhadores Rurais tendem a aproximar mais as diretorias sindicais dos problemas enfrentados por suas bases, e a busca constante de articulações com outros segmentos da sociedade organizada e entidades civis e classistas vai levar à formação do Polo Sindical do Submédio São Francisco (PANDOLFI, 1986).

O Pólo Sindical do Submédio São Francisco significa a articulação de vários sindicatos rurais para além de seus limites municipais e estaduais¹⁰². Faziam parte do Polo os STRs de Tacaratu, Inajá, Ibimirim, Floresta, Petrolândia, Itacurubá, e Belém do São Francisco, no estado de Pernambuco; e, Paulo Afonso, Glória, Rodelas, Macureré, Chorrochó e Abaré na Bahia, sendo sua sede na cidade de Petrolândia/PE. As questões centrais das discussões do

¹⁰⁰ Em algumas dioceses Bispos se posicionaram contra a ação de padres e demais religiosos que contribuam na organização dos camponeses.

¹⁰¹ Camponeses são intimados a depor tanto pela polícia e/ou pelo exército; cercas e lavouras são destruídas por funcionários da CHESF com proteção policial; casas de lideranças são derrubadas etc.

¹⁰² A idéia do Polo era discutida pelas Federações de Trabalhadores na Agricultura, da Bahia e Pernambuco, e pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG.

Polo estavam ligadas à comercialização dos produtos agrícolas produzidos pelos pequenos produtores, a grilagem de terras, que ameaçava os posseiros¹⁰³, o aumento de salários e dos direitos trabalhistas para os assalariados, e as indenizações, que envolviam os camponeses da área de abrangência da barragem de Itaparica. Dos 13 municípios que integravam o Polo, 8 eram afetados diretamente pela barragem, e a questão das indenizações passou a ter um maior destaque. Os sindicatos com uma ação mais combativa assumiram o comando do Polo, e passaram a influenciar as disputas eleitorais em outros sindicatos, ditos pelegos, e a incentivar a criação de STRs em municípios onde estes não existiam.

Com a criação do Polo, instituiu-se um setor específico para assessorar o movimento sindical, principalmente no que diz respeito à guarda de documentos de interesse da entidade, denominado Centro Sindical do Submédio São Francisco¹⁰⁴. A partir de 1982, por meio de projeto encaminhado junto ao Conselho Nacional de Bispos do Brasil (CNBB), registra-se em cartório uma entidade civil denominada Centro de Defesa dos Direitos Humanos do Submédio São Francisco (CDDHSF), conhecido como Centro dos Trabalhadores Rurais, em substituição ao Centro Sindical. Por meio do Centro, foi possível: conseguirem-se novos financiamentos, que contribuía para as ações planejadas; driblar a rígida legislação sindical, que poderia ser utilizada contra o Polo, como forma de intervir no mesmo; e contratar assessoria em diversas áreas, que contribuía tanto na formação político-ideológica como na área técnica. Os assessores do Centro contribuía com os camponeses elaborando documentos, coordenando e/ou ministrando treinamentos, orientando discussões em seminários diversos, fazendo uma constante reflexão entre teoria e prática, além de continuarem com a função de preservar a memória das lutas, por meio de seus arquivos – documentos, fotografias, gravações de atos públicos, material publicado na imprensa etc.

Ainda em 1979, o Polo apresentou um plano de reassentamento, que foi elaborado e legitimado com a participação dos camponeses da área abrangida pelo empreendimento de Itaparica. Nele estavam expressas as reivindicações de terra de qualidade e com infraestrutura adequada e que a desapropriação fosse realizada por interesse social, tendo como bandeira de luta do movimento “Terra por Terra na Margem do Lago” (PANDOLFI, 1986).

Com a ação do Polo e do CDDHSF, os camponeses vão se expressar de diversas formas para que suas reivindicações sejam atendidas. Entre essas podemos destacar: 1 – ações

¹⁰³ Devido aos investimentos realizados no Vale do São Francisco, as terras se valorizavam. Como existiam muitas áreas ocupadas por posseiros (sem documentação da terra), a grilagem de terra se intensificou.

¹⁰⁴ Com a efetiva ação dos assessores e o aprofundamento das discussões sobre a reprodução social do trabalho e, também, devido à crise interna que vinha ocorrendo no seio da Igreja, essa vai perdendo espaço político junto aos camponeses organizados pelo Polo, sem deixar, porém, de apoiá-los (PANDOLFI, 1986).

coletivas de enfrentamento direto, como paralisação de máquinas que estavam construindo a barragem, ocupação do escritório da CHESF, interceptação de estradas, impedindo o deslocamento de trabalhadores da empresa, entupimento dos esgotos do acampamento dos trabalhadores¹⁰⁵; 2 – ações visando sensibilizar e informar a opinião pública sobre problemas enfrentados pela população da área, por meio de notas à imprensa, cartas abertas à população, manifestos, a publicação de um Boletim Terra por Terra na Margem do Lago, programa radiofônico (A Voz do Trabalhador), concentrações reunindo os trabalhadores etc.; 3 – ações judiciais; 4 – negociações com órgãos públicos; 5 – articulações com entidades civis e classistas para garantir o apoio e solidariedade de trabalhadores de todo o país, e até mesmo do exterior (PANDOLFI, 1986).

No decorrer dessa relação entre Polo Sindical e CHESF, ficou evidente que a empresa não tinha uma política definida para as famílias a serem realocadas por seu empreendimento e que não tivessem documento de propriedade da mesma; e, uma prova dessa constatação é que, dentre os vários colaboradores¹⁰⁶ para a implementação de Itaparica, não se encontrava o INCRA. No decorrer do processo, este foi se construindo de forma fragmentada, muito em função dos obstáculos que os camponeses colocavam frente ao cronograma de execução das obras. Um exemplo é o acordo firmado com um grupo de camponeses moradores da comunidade Riacho Salgado, localizado no eixo da barragem, que, em 1980, bloquearam as estradas e obstruíram o trabalho das máquinas. Como resultado da negociação, a CHESF se comprometeu em reassentar 29 famílias em uma área com estradas de acesso, energia elétrica, captação e rede de adução para abastecimento d água, chafariz, bebedouro para os animais, cerca, capela, escola e posto de saúde. Esse acordo foi honrado e, em 1982, os lotes, com escritura de doação e pagamento foram entregues aos reassentados. Ainda em 1982, ocorre outra ação dos camponeses, que impedem a retirada de cascalho utilizado na construção da taipa da barragem, em um sítio onde moravam dezenas de famílias. A ação dos camponeses se estendeu por 14 dias, até que os mesmos acabaram sendo expulsos pela polícia, de forma violenta; entretanto, eles conseguem um reassentamento provisório para os atingidos. (ELETROBRAS, 1989).

Se, no próprio projeto de implementação da hidrelétrica de Itaparica, os recursos para os impactos sociais eram escassos, com a crise econômica que ocorreu na década de 1980 o governo federal tentará reduzir ainda mais os gastos com as indenizações, o que dificultava,

¹⁰⁵ Os dejetos do esgoto do acampamento estavam causando problemas à população que morava próximo de seus reservatórios.

¹⁰⁶ Entre os colaborados estavam prefeituras, universidades, institutos de pesquisas, órgãos do governo como SUCAM, FUNAI, CODEVASP etc.

ainda mais, as negociações comandadas pelo Polo Sindical.

Segundo Pandolfi (1986), no período de 1980 a 1983, o Centro e o Polo passaram a se confundir, concentrando no primeiro muitos dos debates e decisões; esse é, porém, um momento de intensas ações diretas dos camponeses frente à construção da hidrelétrica e contra a grilagem de terra e, ocorreram também, vários cursos de formação de lideranças. Posteriormente, na tentativa de descentralizar as decisões e restabelecer a democracia de base, acabou-se levando a uma desmobilização maior dos camponeses, que diminuíram de forma intensa as ações diretas. Essa desmobilização foi também influenciada pela intensificação da ação de vereadores, prefeitos¹⁰⁷ e outras lideranças regionais, que tinham uma ação pró-barragem¹⁰⁸. A ênfase nas negociações, entretanto, não esmoreceu o ânimo das lideranças e camponeses, que, quando se fazia necessário, partiam para alguma ação mais radical, como uma alternativa de luta, pois sabiam que eles não poderiam deixar que as comportas se fechassem sem que tivessem garantias de indenizações, que lhes dessem condições semelhantes ou melhores das que tinham.

Até 1985 já tinham ocorrido seis grandes concentrações, com a presença de milhares de camponeses, buscando pressionar a CHESF para elaborar um projeto que abrangesse toda a população impactada pelo barragem; porém, até esta ano, as discussões tinham avançado apenas na elaboração de diretrizes gerais para os assentamentos, sem um programa definido pela empresa. As linhas principais das diretrizes gerais para os assentamentos eram:

área irrigada de 6 hectares; área de sequeiro/criatório; 25 hectares para cada trabalhador; Irrigação por aspersão; Administração dos projetos pelos trabalhadores; Casa para todos; Estrada; Melhor escolha das terras e; Desapropriação das terras (CDDHSF, 1992 p. 29).

Em dezembro de 1986 ocorreu uma grande ocupação do canteiro de obras da barragem por parte dos camponeses, forçando a paralisação dos trabalhadores por seis dias, que, após uma tensa negociação, com ameaças de intervenção do exército para desocupar a área, acabou por resultar no “Acordo de 1986”, que levou ao reassentamento expressivo de famílias. O Acordo foi assinado por diretores da CHESF, do Polo Sindical, por organizações de trabalhadores da agricultura, dos sindicatos rurais e referendado pelo diretor do Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica (DNAEE). Dentre os termos do acordo, as famílias poderiam ser assentadas em uma das seguintes modalidades de projetos:

¹⁰⁷ Os prefeitos da região chegaram a criar a Associação Civil de Reassentamento e Desapropriação de Itaparica – ACREDITA, que não chegou a se concretizar, para fazer frente ao movimento sindical combativo que tinha se estruturado.

¹⁰⁸ Nas cidades atingidas pela barragem de Itaparica predominou a influência de prefeitos e vereadores sobre seus cidadãos, não gerando grupos de maior resistência ao empreendimento.

- a) mini-projeto de irrigação na costa do lago;
- b) projetos especiais de irrigação, localizados fora da área de influência do reservatório. Nesta categoria incluem-se o Projeto Jusante, o Projeto Caraíbas, e o Projeto Brígidas;
- c) piscigranjas, unidades de criação intensivas e consorciadas de peixes (ou camarão), patos (ou marrecos de Pequim) e porcos (ELETROBRAS, 1989 p. 85).

Matos e Villegas (s/d) destacam que o Acordo de 1986 garantiu, também, serviço de assistência técnica e extensão rural durante cinco anos, a partir do início da instalação dos sistemas de irrigação, bem como o pagamento de uma verba de manutenção temporária até a conclusão das obras, calculada mensalmente segundo o preço de uma cesta básica. Fez parte do acordo a construção de 5 reassentamentos urbanos e 126 agrovilas, embora parte das obras tenham sofrido atrasos de construção devido às dificuldades financeiras. No período de implementação dos projetos de reassentamento ocorre, novamente, pressão dos camponeses, seja através de manifestações na barragem, trancamento de estradas, ocupação da sede da empresa, agora contra a estagnação dos projetos de irrigação, o que forçou um novo empréstimo da CHESF junto ao Banco Mundial, levando a retomada das obras e à finalização de parte dos projetos, de 1993 a 1996. Outros projetos só foram finalizados em 2001, por meio de Projeto de Cooperação Técnica entre CHESF/IICA¹⁰⁹.

No ano de 2009, ainda existiam manifestações de famílias cobrando direitos de indenização por serem atingidos pela UHE de Itaparica.

4.1.2. A luta é pela terra

A discussão inicial dos camponeses afetados pela barragem de Itaparica era buscar formas de garantir indenizações justas a suas terras e benfeitorias, evitando que se repetisse a triste história da construção das hidrelétricas de Sobradinho e Moxotó, quando a grande maioria dos proprietários recebeu indenizações que não pagavam o real valor de suas propriedades e benfeitorias, enquanto outros nem indenizados foram. Organizados de forma espontânea, ou pela CPT, os camponeses buscavam informações para ter uma real dimensão dos impactos que a barragem causaria. Como não tinham apoio dos sindicatos locais, buscaram junto à FETAPE e à CONTAG para auxiliarem na sua organização, a qual se dá por meio de cursos de formação sindical. Por meio de um levantamento de informações realizado com as famílias que sofreriam os impactos da barragem, a Igreja, a FETAPE e a CONTAG passam a ter uma relação mais próxima com os camponeses e contribuíram com a organização dos

¹⁰⁹ Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura.

mesmos.

Num primeiro momento, predominava a participação dos proprietários de terra nos grupos organizados, devido à autonomia que esses tinham de ir e vir conforme seu entender, enquanto parceiros, meeiros e assalariados tinham um compromisso a responder, numa relação de subordinação no processo produtivo. Outro fator que explica esta situação está ligado ao de se ter uma visão patrimonialista do uso da terra, já que os não-proprietários tinham dificuldade de compreensão que poderiam ser beneficiados nas indenizações, pois estavam influenciados por um sistema ideológico que os prendia à subordinação¹¹⁰. Isto ajuda a explicar o porquê das ações iniciais estarem baseadas na garantia de indenizações justas, numa idéia de negação aos acontecimentos de Sobradinho e Moxotó.

A resistência frente à construção da barragem de Itaparica deve ser analisada, também, na sua relação com a luta contra a grilagem de terra que vinha ocorrendo na região¹¹¹. Eram duas as formas de expropriação dos camponeses que ocorriam simultaneamente. É nesta perspectiva que o Polo Sindical vai atuar, buscando garantir a permanência dos camponeses no meio rural. Esse entendimento foi construído pela ascensão de sindicatos combativos que passavam a questionar as políticas públicas que vinham sendo implementadas, e que não estavam beneficiando os camponeses, pelo contrário, os expulsavam do campo. É nessa perspectiva que a resistência à barragem assume uma retórica de Terra por Terra. A questão da terra inseria-se em um debate nacional que deu origem a uma série de movimentos sociais rurais na década de 1980.

O que vinha ocorrendo não eram apenas problemas ligados a uma dinâmica regional, mas, sim, uma expansão do capitalismo no campo que deixava suas marcas por todo o país, subordinando ou expulsando os camponeses do meio rural. Essa subordinação se dava pela expansão da modernização no campo, sob o domínio das agroindústrias e, no caso em questão, tinha o agravante de ser uma área escolhida para garantir a implantação e/ou modernização das indústrias no Nordeste, por meio da geração de energia elétrica. Tem-se a percepção de que o Estado não é um ente neutro e, sim, um propulsor da “modernização”, que os excluía e que beneficiava a grupos específicos. Conforme Andrade (apud PANDOLFI, 1986), nas áreas de irrigação de outras barragens não é a pequena propriedade que se instala e, sim, grandes projetos capitalistas, com empresas estranhas à área, restando aos camponeses o

¹¹⁰ Darcy Ribeiro (1995) fala de uma relação despótica entre os proprietários de terra e os sertanejos, mantendo-se um vínculo de lealdade pessoal e política. Essa relação era realçada ainda mais com a implantação de projetos da SUDENE que em vários momentos questionava o poder dos grandes proprietários.

¹¹¹ Os investimentos em infra-estrutura feitos na região valorizavam as terras, somadas à falta de documentações de muitas pessoas que ali residiam (posseiros), foram fatores fundamentais para a grilagem de terra que ali ocorreu.

trabalho assalariado sazonal. Essa trajetória produtiva de outras barragens também passou a fazer parte nas discussões sobre Itaparica.

Aos poucos, foram sendo mapeados os grupos que se identificavam com o projeto de modernização e que, por conseguinte, teriam que ser enfrentados. Aqui se situavam CHESF, FUNAI¹¹², grandes proprietários, políticos, exército, sindicatos pelegos, facções da Igreja, associação formada pelos prefeitos para acompanhar o processo de reassentamento, agroindústrias etc. Identificaram-se um “nós”, que eram os camponeses que vinham sendo expropriados de suas terras e de seus modos de vida e um “eles”, os exploradores, que, por meio do discurso do desenvolvimento, expulsavam os camponeses das terras, deslocando-os para o trabalho assalariado.

Essa concepção foi sendo construída a partir de uma maior participação de representantes do Polo Sindical nos debates nacionais que vinham ocorrendo sobre sindicalismo. Se o Polo teve sua origem ligada às Federações dos Trabalhadores da Agricultura da BA e PE e da CONTAG, com o tempo passa a se alinhar com as diretrizes dos sindicalistas que defendem a criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT), à qual irão aderir no início dos anos 1980 e que será representada de forma mais explícita, dentro do Polo Sindical, pelo CDDHSF. A adesão à CUT representava assumir as táticas de luta voltadas para o fortalecimento da base, a rejeição da aliança com setores da burguesia (pacto social), a defesa da greve geral, a luta por Reforma Agrária e a unificação das organizações e das lutas em escala nacional, regional e local. A partir dessas diretrizes o Polo Sindical identificará seus aliados e, de forma conjunta, organizará e participará de manifestações que iam além das discussões que envolviam apenas questões do meio rural. Como aliados, serão identificados diferentes grupos de trabalhadores, associações profissionais, movimentos populares, setores da Igreja identificados com a luta pelos pobres, e partidos políticos que os apoiavam, como PT e PMDB (PANDOLFI, 1986).

A postura assumida pelo Polo Sindical no que tange à Reforma Agrária é visível a partir de sua reivindicação: “terra para quem nela trabalha”. Na questão mais direta, relativa à barragem de Itaparica, a reivindicação “terra por terra” passa a assumir destaque. Não era mais aceitável reproduzirem-se as relações no campo como vinha acontecendo até o momento, onde muitos camponeses que produziam não tinham terra. As desapropriações de Itaparica teriam que representar um avanço em direção à proposta de Reforma Agrária, à qual os camponeses que não tinham terra poderiam ter acesso.

¹¹² Na região havia também um conflito de interesses entre índios e camponeses, em que os primeiros diziam que os camponeses tinham invadido suas terras.

Para Pandolfi (1986), o debate que se fez presente nas discussões promovidas pelo Polo não significou uma tomada de consciência dos camponeses quanto à existência clara de diferentes classes sociais, fruto de uma relação de produção, mas vai significar a formação de uma consciência social e política que lhes dá condição de fazerem frente a um projeto que vinha sendo implantado na região e perceberem que eles tinham sido excluídos do mesmo.

Apesar de os líderes destacarem a neutralidade político-partidária do Polo Sindical, o envolvimento de muitos deles com o Partido dos Trabalhadores se dará de forma intensa. A identificação do Polo com a CUT, assumindo uma estratégia comum de ação, conduzirá a uma aproximação com o PT, que era o partido político que representava os interesses dos grupos ligados à CUT. Assim, de simpatizantes partidários, lideranças sindicais ligadas ao Polo vão se tornar militantes, fundadores e, alguns deles, candidatos a cargos eletivos pelo PT, como foi o caso do presidente do STR de Petrolândia, que concorreu ao cargo de prefeito pelo PT, nas eleições de 1982.

Existia uma imbricação muito grande entre as ações de grupos da Igreja Católica ligadas à Pastoral¹¹³ e a CPT, dos sindicatos combativos, do Polo Sindical, do PT e da CUT, frente ao projeto de modernização excludente que estava sendo colocado em prática na Região do Submédio São Francisco, mas que não se restringia apenas à essa região e sim, atingia o país como um todo.

A organização que os camponeses foram construindo ao longo do tempo, para fazer frente ao projeto modernizante organizado pelo Estado que os excluía, tendo o Polo Sindical como principal mediador, transformou as lutas iniciais por direitos em políticas públicas. Da organização dos camponeses é que se formaram 116 agrovilas e 5.136 lotes com irrigação, que abrangiam uma área de aproximadamente 20.000 ha. Uma ação do Estado, que inicialmente era excludente, foi revertida em uma ação de inclusão para os camponeses, e alguns de seus interesses e aspirações “tiveram” que ser levados em conta. Os camponeses conquistaram o direito de ter alguns ganhos econômicos com a construção da hidrelétrica de Itaparica; porém, tiveram antes, que pressionar para conquistar ganhos sociais, políticos e culturais.

4.2. Da CRAB ao MAB Sul – bacia hidrográfica do rio Uruguai

Estudos para o aproveitamento dos recursos energéticos nos estados do Sul do país foram feitos a partir de 1966, por solicitação do Comitê de Estudos Energéticos da Região Sul

¹¹³ Destaca-se a Pastoral da Juventude Rural (PJR).

(ENERSUL). Esses estudos foram realizados pela empresa norte americana *Canambra Engineering/Consultants Limited* e seu relatório final foi publicado em 1969. No ano de 1968, um ano antes da publicação dos referidos estudos, criaram-se as Centrais Elétricas do Sul do Brasil S.A. (ELETROSUL), subsidiária da Eletrobrás. Nos anos de 1973/74 realizou-se o estudo de inventário pelo consórcio Hidroservice-Hidroned, no trecho internacional do rio Uruguai, na divisa entre Brasil e Argentina, por encomenda da Eletrobrás.

Segundo Sigaud (1986), em 1976, a Eletrosul solicitou do Ministério de Minas e Energia autorização para realização de estudos de aproveitamento energético no rio Uruguai, que é aprovado no ano de 1977. Os estudos, financiados pela Eletrobrás, Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) e Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDS), foram realizados pelo Consórcio Nacional de Engenheiros Consultores (CNEC). Para apoiar os trabalhos, a Eletrosul assina convênios com o IBGE, Companhia Estadual de Energia Elétrica do Paraná (COPEL), Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE/RS), Governo do Estado de Santa Catarina, Departamento Nacional de Obras e Saneamento (DNOS), INCRA, Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), NUCLEBRÁS e outras instituições. Em outubro de 1979, é publicado o Inventário Hidroenergético da Bacia do Rio Uruguai pela Eletrosul, fruto dos estudos do CNEC. Como proposta apresentada pelo CNEC, ter-se-ia a construção de 22 hidrelétricas na parte brasileira da bacia hidrográfica do rio Uruguai, sendo a de Machadinho a primeira a ser construída e a segunda, Itá, ambas na região do Alto Uruguai. No mês de novembro de 1979, a Eletrosul publica o estudo de viabilidade das duas hidrelétricas.

Ao término da construção das usinas hidrelétricas planejadas, especificamente, ao longo do rio Uruguai, o perfil do mesmo se configurará numa sequência de degraus que se assemelhará a uma escada, tanto em trechos do território brasileiro, como também em áreas fronteiriças com a Argentina (Figura 7).

4.2.1. Os futuros atingidos

O projeto de barragens para a bacia do rio Uruguai abarca uma considerável área de terras no sentido leste-oeste, na divisa entre o Rio Grande do Sul e Santa Catarina. São terras com declividades acentuadas e que, originalmente, eram cobertas por florestas. Ocupadas inicialmente por índios Guaranis, a partir da segunda metade do século XVII vai contar com presença de migrantes luso-brasileiros, descendentes de bandeirantes paulistas e, já no século XVIII, com paulistas que se mudaram para a região para criar gado. A presença desses grupos

sociais encontrava-se dispersa por essas áreas. Posteriormente à segunda metade de século XIX, essa área vai ser ocupada, também, por descendentes de migrantes europeus (alemães, italianos, poloneses, etc.), dentro de projetos de colonização públicos e privados, que, juntamente com os grupos luso-brasileiros existentes, tornou a área socialmente muito heterogênea (MORAES, 1994; SIGAUD, 1986; ROTHMAN, 1996).

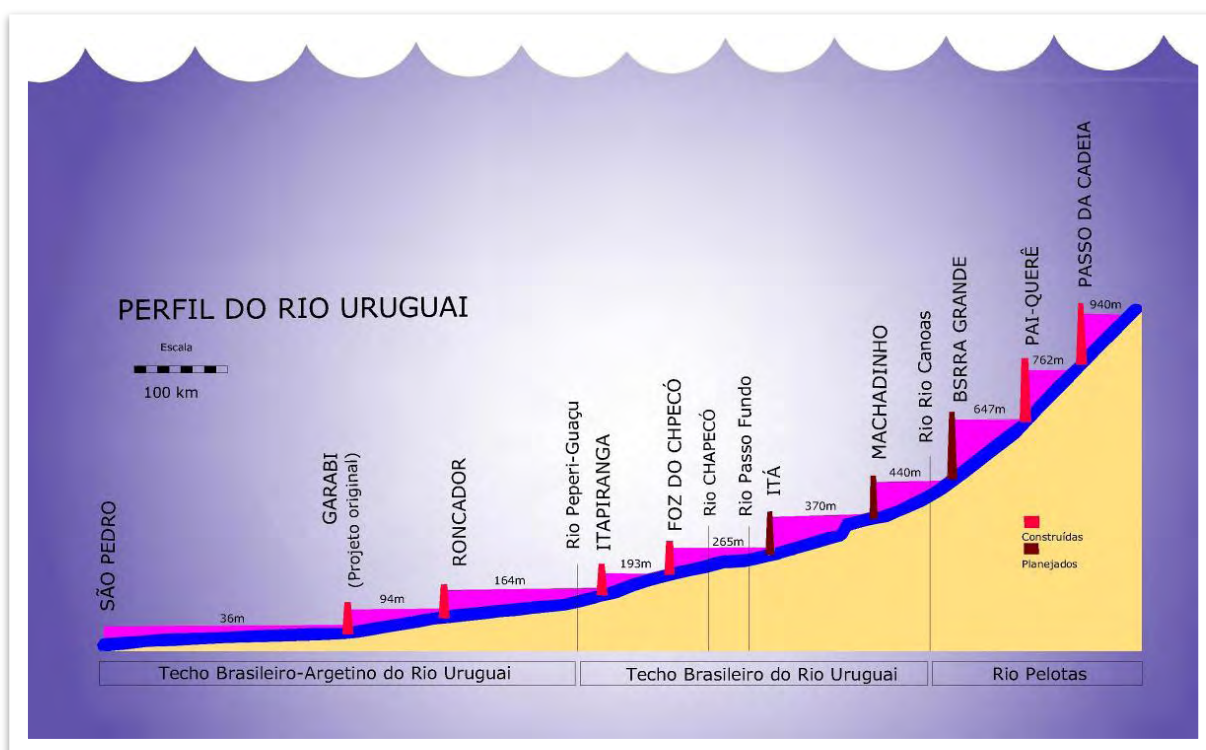


Figura 8 – Principais UHE planejadas para o rio Uruguai

Fonte: Paim e Ortiz, 2006

As vilas e pequenos municípios existentes passam a se formar, na sua maioria, a partir dos centros administrativos das colônias. As propriedades variavam entre 10 ha a 70 ha, já que poderia ser adquirido mais de um lote por pessoa. Um levantamento específico sobre a região do Alto Uruguai, apresentado em 1984, destacava que 60% das propriedades se encontravam com área entre 5 ha a 10 ha e, também, que 50% das terras eram impróprias para a agricultura mecanizada (MORAES, 1994). Tinha-se, também, a presença de posseiros, meeiros e arrendatários; porém, a porcentagem de proprietários de terra chegava a 70% do total (SIGAUD, 1986). A produção era caracterizada pela policultura e criação de animais, que serviam tanto para a subsistência como para o mercado. Os produtos mais plantados eram trigo, soja, milho, feijão, além da existência de pomares e hortas. Criavam-se gado, porcos e galinhas, sendo que, em relação aos dois últimos, já havia agricultores com produção

integrada.

Dentro de cada município existiam várias comunidades, que tinham uma sede como ponto de encontro de seus integrantes, onde se localizavam um ponto comercial (bodega), a capela, a escola, um campo de futebol, o cemitério, o clube ou salão paroquial, a cancha de bocha etc. A solidariedade étnica e religiosa (Igreja Católica e Igreja Luterana do Brasil), vivida por meio de ajuda na produção ou em momentos de dificuldade na construção coletiva de espaços religiosos, foi uma marca forte dessas comunidades (MORAES, 1994). A integração entre os agricultores para além de suas comunidades se fez presente, posteriormente, pela inserção nos sindicatos de trabalhadores rurais dos municípios que residiam e em cooperativas regionais.

4.2.2. O processo organizatório

Conforme descrevemos em momento anterior, no mês de novembro de 1979 a Eletrosul publica o estudo de viabilidade das duas hidrelétricas que teriam prioridade de construção, Machadinho e Itá, na região do Alto Uruguai, o que levou a uma reação imediata por parte de grupos sociais da região. A notícia, espalhada pelas redes sociais da Igreja Católica e da Igreja Evangélica Luterana do Brasil e por professores da Fundação Alto Uruguai para a Pesquisa e o Ensino Superior (FAPES)¹¹⁴, resultou em uma reunião com lideranças religiosas e sindicais e com aproximadamente 350 agricultores. A reunião ocorreu em dezembro de 1979 na cidade de Chapecó/SC, antes do anúncio oficial do projeto, tendo como desdobramento a formação de uma Comissão de Barragens formada por agentes pastorais e um agente de extensão rural da FAPES¹¹⁵. Cabia a essa comissão organizar reuniões, visando divulgar, aos STRs das áreas que seriam afetadas pelos projetos de construção de hidrelétricas¹¹⁶, os impactos que os mesmos causariam, conclamando-os a participar das discussões sobre essa questão e a colaborar com a mesma.

No ano de 1980, a Comissão trabalhou no intuito de obter informações sobre os andamentos dos projetos e organizar os expropriados para que esses fossem esclarecidos sobre como estavam inseridos nos projetos da Eletrosul. Em um encontro realizado pela

¹¹⁴ A FAPES, localizada na cidade de Erechim/RS, já estava desenvolvendo atividades com os agricultores na região do Alto Uruguai, por meio de seu programa de extensão rural. Posteriormente, a FAPES transformou-se em Universidade Regional Integrada (URI), multicampi.

¹¹⁵ Dentre as atividades de extensão que a FAPES realizou no ano de 1980, Ruszczuk (1997) destaca: realidade econômico-política e social da região, problemática das barragens, sindicalismo, evolução do processo de subordinação e dominação do camponês, alimentos e energia, prioridades do Sul, entre outros.

¹¹⁶ Num primeiro momento, as ações de organização dos atingidos se concentraram nos municípios de Machadinho e Ita, onde seriam construídas as duas primeiras barragens.

Comissão de Barragens no mês de março, que contou com mais de 250 agricultores e com representantes das Federações de Trabalhadores Rurais do RS e SC, de integrantes do Partido dos Trabalhadores¹¹⁷ entre outros, lançou-se um documento que questionava a necessidade de construção de barragens, a forma autoritária como se planejou os empreendimentos, destacando os direitos da população da região, rejeitando a indenização em dinheiro e lançando a idéia da troca “terra por terra” (SIGAUD, 1986). A Eletrosul se manifesta dizendo que pagará preço justo pela terra, que buscará reassentar as famílias na região ou incluí-las nos projetos de colonização do Governo Federal, no Centro Oeste e Norte do país.

Em agosto de 1980, com menos de um ano de atividade, a Comissão já tinha organizado grupos de debates em oito municípios e, para intensificar a participação dos interessados, decidiu-se pela criação das Comissões Locais¹¹⁸ e redefiniu sua nomenclatura para Comissão Regional dos Atingidos por Barragens (CRAB). Posteriormente, criaram-se as Comissões Municipais, que foram constituídas por representantes das Comissões Locais, porém não apresentaram resultados tão satisfatórios como se esperava, por se tratar de uma estrutura desconhecida pelos envolvidos. Em janeiro de 1981 a CRAB é redefinida e passa a ser coordenada por representantes de STRs de municípios do RS e SC, Diocese de Chapecó¹¹⁹, Igreja Evangélica de Confissão Luterana do Brasil (IECLB), e Comissão Pastoral da Terra (CPT), mantendo-se as estruturas das Comissões Locais. Fica claro, nesse momento, que o centro de decisões estava localizado em entidades, nas quais a população se encontrava mais em uma situação de expectador/agente.

A questão das barragens foi tema de discussões entre prefeitos da região do Alto Uruguai gaúcho, que criaram Comissões Municipais ligadas ao poder público para tratar mais diretamente do assunto. Por meio da Associação dos Municípios do Alto Uruguai (AMAU), os prefeitos buscaram informações junto à Eletrosul sobre os problemas que tenderiam a surgir com as barragens, principalmente aqueles que envolvessem as populações afetadas. Em resposta a Eletrosul libera um documento intitulado “Política Geral de Desapropriação”, no qual afirma que vai adquirir as terras que sejam documentadas, que buscará convênios com os governos estaduais e federal para resolver o problema dos posseiros e, caso não ocorra acordo no valor da indenização, a Eletrosul recorrerá à justiça, entre outras informações. Pela

¹¹⁷ O PT tinha sido criado há poucos dias, em 10/02/1980.

¹¹⁸ Comissão Local era a célula mínima da estrutura organizativa da CRAB, que abarcava as pessoas de uma comunidade e visava excluir a representação dos atingidos por políticos ou outras entidades.

¹¹⁹ A participação da “instituição Igreja Católica” no apoio à organização dos atingidos por barragens estava relacionada com a visão ideológica do Bispo, o qual incentivava ou não o trabalho mais voltado à Teologia da Libertação. Assim, as dioceses de Vacaria/RS e Chapecó/SC contribuíram bastante com a CRAB, enquanto a Diocese de Erechim teve uma ação muito limitada.

resposta obtida ficou claro que ainda não havia um plano definido para as famílias a serem realocadas, mas apenas diretrizes gerais (SIGAUD, 1986).

A falta de clareza das ações da empresa serviu de impulso para fortalecer a organização dos agricultores, que, em uma assembléia realizada em agosto de 1981, com representantes de 17 STRs e mais de 300 agricultores, aprovaram um documento apresentando suas reivindicações, como nos mostra Sigaud (1986 p. 77-79):

- 1 – Exigir a demarcação das áreas atingidas de imediato;
- 2 - Impedir o início das obras antes de definir os critérios;
- 3 – Com relação à terra – duas alternativas:

a) Terra por terra – condições:

a.1) no Estado (ou, ao menos no estado vizinho) e com igual qualidade e tamanho;

a.2) em grupo e/ou intermediado pelas Comissões e expropriados e/ou pelos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais;

b) Indenização em dinheiro – condições:

b.1) preço justo, no mínimo igual ao mercado do dia;

b.2) pagamento no máximo 15 dias após o acordo;

b.3) contrato coletivo fiscalizado pelos Sindicatos e Comissões;

b.4) contrato simultâneo: com terra e as benfeitorias;

b.5) permanência na propriedade até o alagamento;

b.6) o proprietário decidirá se quer indenização total em caso de ser atingido parcialmente.

4. Com relação às benfeitorias:

4.1) avaliação feita da construção civil na ocasião da indenização com fiscalização e avaliação dos sindicatos (STRs), Comissões dos expropriados e entidades que apóiam;

4.2) indenização junto com a terra e numa só época;

4.3) intermediação das Comissões dos expropriados e/ou Sindicatos (STRs);

4.4) indenizar redes elétricas e estradas para os colonos;

4.5) direito de cada um remover todas as benfeitorias;

4.6) infra-estrutura no reassentamento por conta da ELETROSUL;

5 – Com relação aos que não possuem terra (posseiros, arrendatários, peões, parceiros, índios, etc.):

5.1) direito de serem reassentados em terras do Sul, com terra financiada e

assistência técnica;

5.2) infra-estrutura por conta da ELETROSUL;

5.3) indenização das benfeitorias.

6. Com relação ao jeito de negociar:

6.1) acordos coletivos (somente em grupo) com intermediação das Comissões dos expropriados e/ou dos Sindicatos (STRs);

6.2) fiscalização e assessoria de outras entidades, como: Igrejas, Ordem dos Advogados do Brasil, Comissão de Justiça e Paz (RS, SC), FAPES, CPTs (RS e SC), Cooperativas, etc.

7. Permanência na propriedade:

7.1) ficar na terra até o alagamento;

7.2) desapropriação com acordo antes do início da obra.

8. Com relação aos estragos anteriores às obras:

8.1) impedir a entrada na propriedade e procurar o Sindicato ou Comissão para tentar o acordo;

8.2) indenizar todos os estragos antes do início das obras.

Este documento passa a ser um guia para a CRAB, sendo utilizado como referência em reuniões, em debates, em eventos, em entrevistas com a imprensa etc. A elaboração deste documento foi um marco importante, pois um grupo de atingidos de distintos municípios e etnias, de forma coletiva, tinha produzido algo de concreto, pelo qual expressavam seus temores e anseios, ampliando relações entre pessoas que, até pouco tempo, eram desconhecidas, por meio da formação de um discurso único, que fazia frente a uma situação em que eles foram inseridos sem ao menos serem questionados.

As discussões até então existentes se mantinham centralizadas sobre o projeto de barragens e suas consequências e os direitos que os atingidos teriam, ao serem forçados a se deslocar para outras áreas. Seria difícil imaginar uma resposta diferente dos atingidos diante de tanta falta de informação e vivendo um momento histórico de repressão imposta pelo governo militar.

A organização dos atingidos foi fazendo com que a discussão das barragens na bacia do rio Uruguai se ampliasse para além da área a ser afetada, envolvendo novas entidades no debate, o que deu maior visibilidade à situação. Alguns fatos confirmam essa afirmação: em setembro de 1981, a Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados realizou debates sobre o tema; em novembro de 1981, o presidente da Associação Gaúcha de Proteção ao Meio

Ambiente (AGAPAM), por meio de entrevista à imprensa, condenou os grandes projetos que poderiam levar a um desastre ecológico, destacando que os mesmos são realizados dentro de um projeto maior de transferência de tecnologias superadas em outros países para o Brasil e que os benefícios dos empreendimentos serviriam aos grandes proprietários e causariam sérios conflitos sociais; em maio de 1982, a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) promoveu, em Brasília, o Encontro Nacional sobre Barragens, envolvendo atingidos de várias áreas do país; em janeiro de 1983, é publicado no jornal da Arquidiocese de São Paulo – O São Paulo – informações sobre os projetos hidrelétricos no rio Uruguai, apresentando problemas que teriam ocorrido em outras barragens, destacando o não repasse de informações para as pessoas que serão atingidas pelas obras, ações que impediam a organização dos atingidos e a prática de pagar bem algumas indenizações para desmobilizar a união dos atingidos; em abril de 1983, é instalada, na Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, a Comissão Especial de Barragens com a finalidade de conhecer e acompanhar os projetos de construção das barragens; em setembro de 1983, ocorre o Encontro Estadual sobre a implantação de Barragens na Bacia do Rio Uruguai, promovida pela Comissão Especial da Assembléia Legislativa do RS, que contou com mais de 500 participantes; em novembro de 1984, durante o Grito do Campo, organizado pela Federação das Cooperativas de Trigo (FECOTRIGO), que se realizou em Porto Alegre, e contou com mais de 40 mil pessoas, representantes da CRAB entregam um documento para Tancredo Neves, candidato a Presidente da República, com suas demandas; em dezembro de 1984, realiza-se, em Porto Alegre, o II Encontro Estadual sobre Implantação de Barragens na Bacia do Rio Uruguai, promovido pela CRAB, e com o apoio da Assembléia Legislativa do RS¹²⁰ (SIGAUD, 1986 p.85).

As discussões nas áreas a serem abarcadas pelos empreendimentos também vão se ampliando de forma acelerada nesse período, seja por meio de informativos/boletins produzidos pela CRAB – A Enchente do Uruguai entre outros -, ou por meio de eventos e manifestações com tal temática:

– Encontro Interestadual de Atingido por Barragens, que se realizou de 19 a 21 de outubro de 1982, na cidade de Erechim/RS, e contou com a participação de atingidos por barragens dos estados do RS, SC, PR, SP, MS;

- a 6ª Romaria da Terra, realizada em 15 de fevereiro de 1983, no distrito de Carlos

¹²⁰ Nesse evento, que contou com ampla participação de grupos contra as barragens, foi pedido o fechamento da Eletrosul e representantes dos governos do RS e SC apoiaram o pedido da suspensão das obras.

Gomes (Viadutos/RS)¹²¹, que contou com mais de 20 mil participantes, tendo como tema “Águas para a Vida e não para a Morte”;

- o I Encontro Interestadual de Barragens do Alto Uruguai, organizado pelas Regionais Sindicais de Frederico Westphalen/RS e Palmitos/SC, em junho de 1983;

- o II Encontro Interestadual de Barragens, em Palmitos, região oeste de SC, com representantes de 26 municípios, em dezembro de 1983;

- o Encontro Regional promovido pelo STR e pela Comissão Local de atingidos, no município de Alpestre, no oeste do RS, em março de 1984, com mais de 3 mil participantes;

- vários outros encontros regionais ocorreram em diferentes áreas a serem atingidas, de leste a oeste da divisa do RS com SC;

- no dia 25 de julho de 1984, data comemorativa do Dia do Agricultor ou do Colono, como era comum se falar na região, realizou-se uma manifestação de protesto no município de Erechim, promovida pela Regional Sindical do Alto Uruguai, CPT-RS e CRAB, que se iniciou com uma Missa Campal e, posteriormente, teve uma caminhada pelas ruas da cidade até o escritório da Eletrosul, que estava instalado na cidade (SIGAUD, 1986).

Todos esses eventos, ao ganharem destaque nos diferentes tipos de mídias, e com diferentes escalas de abrangência, levavam o debate para um número significativo de pessoas que, de forma indireta, acessavam as discussões sobre o tema e causavam uma polemização ainda maior do mesmo.

Como elemento de apoio para sensibilizar as pessoas sobre os impactos das barragens era comum a utilização de um vídeo intitulado “Os Expropriados”, que destacava os problemas enfrentados pelos atingidos pela barragem de Itaipu/PR, contando com depoimentos de atingidos, religiosos e outras lideranças; reportagens que eram veiculadas na televisão sobre os atingidos da barragem de Passo Real/RS, denominados de “Afogados do Passo Real”, onde, quem não tinha título de terra não recebera indenização e nem fora reassentado¹²²; e dos casos das hidrelétricas de Salto Santiago e Salto Osório/PR onde as famílias foram insuficientemente indenizadas. Em vários momentos, atingidos desses locais participavam de eventos, assembléias, reuniões e narravam os impactos que esses empreendimentos causaram, como prova viva do que a CRAB vinha divulgando (NAVARRO, 1996).

Representantes da CRAB e CPT também fizeram visitas a projetos de colonização no

¹²¹ O distrito de Carlos Gomes seria inundado pelas águas represadas pela hidrelétrica de Machadinho, porém, devido a mudanças no projeto da hidrelétrica, acabou não sendo diretamente atingido.

¹²² Fernandes (2000) vai mostrar que muitos desses “afogados” acamparam na beira das estradas e, posteriormente, serão sujeitos da formação do MST no RS, a partir da Encruzilhada Natalino.

Mato Grosso e Pará, e se depararam com as condições precárias em que se encontravam essas pessoas, marcadas por perdas econômicas, sociais e culturais¹²³, que, ao serem relatadas, aumentavam ainda mais as desconfianças e a insegurança dos atingidos pelas barragens da bacia do rio Uruguai (ROTHMAN, 1996). Estava claro para a CRAB, com base em outras barragens, que as empresas utilizavam-se da desinformação, da visão patrimonialista e da negociação individual como estratégia para implantar seus empreendimentos e se fazia necessário colocar “às claras” essa visão; por isso, a sensibilização por exemplos práticos se colocava como importante forma de conscientização e organização (RUSZCZYK, 1997).

A cada documento ou boletim lançado e evento ou a cada debate que ocorria, o discurso da CRAB era reafirmado e, a ele, iam se agregando novos elementos, para além da questão direta sobre as hidrelétricas na Bacia do rio Uruguai:

- no documento final, elaborado durante o Encontro Interestadual por Barragens (1982) é levantado o questionamento sobre a construção de hidrelétricas em um país em profunda crise econômica, como também se repudia a perseguição a lideranças;

- no Boletim nº 3, da Comissão Regional (1982) – A Enchente do Uruguai¹²⁴ – um dos temas apresentados é “Usina pros Grandes”, destacando a construção das hidrelétricas em benefícios das multinacionais, que aliadas aos grandes produtores ligados às agroindústrias, estavam causando a expulsão de pequenos agricultores que iam trabalhar nos setores comerciais ou industriais nas cidades, ou teriam que migrar para áreas pioneiras no Norte, abrindo caminho para os grandes que seguiriam atrás;

- na Romaria da Terra, realizada no distrito de Carlos Gomes, um dos temas que fez parte das oratórias foi o interesse dos grandes grupos econômicos que viam, no Brasil, a oportunidade de acumulação de capital por meio da exploração da mão-de-obra, energia e matéria prima baratas, como também aproveitando-se da falta de leis de controle da poluição;

- no I Encontro Interestadual de Barragens do Alto Uruguai, dentre os temas a serem debatidos estavam Os Grandes Projetos e a Política da Trilateral para a América Latina, O Plano 2000 e a Bacia do Rio Uruguai, A Política Energética Brasileira¹²⁵, A Política Fundiária e os Atingidos por Barragens;

- em outubro de 1983, a CRAB lança um documento apresentando alternativas às grandes barragens: construção de pequenas hidrelétricas, biodigestores, biomassas,

¹²³ Significando a quebra de laços familiares, comunitários, modelo produtivo e da forma de vida.

¹²⁴ “A Enchente do Uruguai” era o nome dado ao Boletim que a Comissão de Barragens passou a organizar e distribuir com informações sobre acontecimentos envolvendo a construção de barragens no rio Uruguai.

¹²⁵ A partir dessa discussão, passa-se a ter noção da política energética como um todo no Brasil, percebendo sua ligação com o capital internacional e com o modelo de desenvolvimento (RUSZCZYK, 1997).

maremotriz, uso de bagaço de cana-de-açúcar, pequenas destilarias de álcool, energia solar, floresta energética, pesquisa de fontes alternativas etc. (SIGAUD, 1996).

Paulatinamente, ao discurso direto em relação às barragens, iam sendo agregados elementos políticos ao debate, mesmo que generalistas, percebendo-se que as hidrelétricas na bacia do rio Uruguai faziam parte de um projeto de estruturação da sociedade organizada pelo grande capital.

As redes de comunicação formadas pelos atingidos por meio da CRAB foram fundamentais para que suas discussões se fortificassem e tomassem a amplitude que tiveram. Nesse ponto, a Igreja Católica teve um papel fundamental para a organização dos atingidos, pois colocou à disposição sua própria rede comunicativa “tanto intra como interinstitucional, tanto interno ao movimento e à região, quanto externamente, em nível nacional” (ROTHMAN, 1996, p.122). Por meio desta rede, tinha-se facilidade de adquirir as informações em locais distintos do país, que eram poucas, já que a construção de barragens se encontrava dentro da política de segurança nacional, e poder-se-ia repassá-las aos atingidos, bem como repassar os resultados dos debates e ações dos atingidos por variados pontos do país. Essa mesma rede foi importante para a execução de uma das ações organizadas pela CRAB, que foi um abaixo-assinado de repúdio à construção das hidrelétricas no rio Uruguai, obtendo, em 5 meses, um milhão e dezesseis mil assinaturas¹²⁶ que, juntamente com a Romaria da Terra, marcava o princípio de um novo momento na organização dos atingidos, o de “Não às Barragens”¹²⁷.

É importante destacar que, neste período, além da CRAB - que envolvia grupos de atingidos, integrantes de alguns STRs, representantes de Igrejas, professores da FAPES -, tem-se a ação de lideranças sindicais de forma geral, diretores de cooperativas e prefeitos da região, na busca de informações e soluções para os problemas advindos dos projetos de implantação das hidrelétricas na bacia do rio Uruguai, os quais, se não trabalhavam em parceria, aparentemente não criavam enfrentamentos. Cabe destacar o “aparentemente” porque, como cena de fundo, ocorria uma disputa ideológica dentro de espaços da Igreja Católica, dos STRs, nos poderes executivos e legislativos, em nível municipal, estadual e federal. Essas divergências ficaram claramente demarcadas em 1984, quando se forma um grupo de oposição às idéias da CRAB, com a participação de diretores da Cooperativa

¹²⁶ Integrantes da CRAB entregam o Abaixo-assinado ao titular do Ministério Extraordinário de Assuntos Fundiários, General Danilo Venturini.

¹²⁷ Para Ruzczyk (1997), apesar de destacar que há divergências, o Não às Barragens tinha tanto uma perspectiva da não construção das mesmas, como uma forma de resistência frente ao processo econômico, político e social de dominação que vinha se configurando na sociedade brasileira.

Tritícola de Erexim Ltda. (COTREL), os presidentes dos STRs e os prefeitos dos municípios de Viadutos, Marcelino Ramos, Maximiliano de Almeida e Gaurama e o prefeito de Erexim, que estava como presidente da AMAU. Organizados em uma entidade que denominaram de Equipe Justiça e Trabalho da Barragem de Machadinho, somaram-se à Eletrosul para buscar soluções conciliatórias no que tange aos atingidos (SIGAUD, 1986). Moraes (1996) destaca, também, a presença de comerciantes, donos de rádios e padres conservadores como integrantes do grupo pró-barragem.

Apesar da oposição encontrada, a CRAB manteve-se atuante, contando com o apoio de grupos progressistas das Igrejas, de lideranças de sindicatos combativos da região e de integrantes do PT, que, muitas vezes, estavam ligados diretamente à Comissão.

Rothman (1996), ao analisar a luta dos atingidos no período de 1979 – 1983, destaca o momento político que se vivia na época como de fundamental importância para a formação e ascensão da CRAB. O autor aponta que ocorreu uma estrutura de oportunidades políticas favoráveis devido à abertura política, a fragmentação das elites, a diminuição do uso de repressão pelo regime militar, o surgimento de grupos populares livres da tutela de partidos políticos e a presença de aliados e grupos de apoio. A CRAB emergiu contestando o Estado em um momento de ascensão do ciclo de protestos, juntamente com vários outros grupos e movimentos, como o movimento sindical combativo e o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), proporcionando a participação coletiva em debates, atos públicos, visitas e trocas de idéias e experiências. “A posição temporal do movimento das barragens, na fase crescente do ciclo de protestos, bem como o ‘encontro dos movimentos’, possibilitou maior sucesso na mobilização popular” (ROTHMAN, 1996, p.117).

Como descrevemos anteriormente, num primeiro momento, a CRAB abrangia e concentrava suas atividades junto aos atingidos pelas hidrelétricas de Ita e Machadinho; porém, em vários outros pontos das “barrancas” do rio Uruguai foram realizados debates e manifestações questionando o projeto de barragens. Com o objetivo de agregar essas forças dispersas, a CRAB organizou uma reunião com representantes de 24 municípios, que teve como resultado sua reestruturação ampliada, formando quatro comissões regionais, sendo que em 1986 é incorporada uma quinta regional. A abrangência espacial da CRAB se amplia, passando a abranger cerca de 80 municípios gaúchos e catarinenses, ao longo da bacia hidrográfica do rio Uruguai. Segundo Faillace (*apud* MORAES, 1996, p. 147), “ocorre a homogeneização de diferentes situações de barragens, quebrando a tradição dos movimentos de barragens de se organizarem e constituírem uma identidade própria a partir da singularidade da situação criada por cada obra”.

A estrutura da CRAB passou a contar com as seguintes regionais: R1 – Itá e Machadinho, R2 – Itapiranga e Iraí, R3 – Lages e Vacaria, R4 – Chapecó/Chapecozinho e R5 - Garabi e Roncador. Também foram mantidas as Comissões Locais e Comissões Municipais, a secretaria e a executiva e criou-se um órgão maior de decisões, que era a assembléia geral. As lideranças das regionais continuaram centradas, principalmente, em pessoas ligadas à Igreja e/ou sindicato, tendo cada regional uma relativa autonomia de ação, sendo que nas reuniões de executivas predominavam os relatos das experiências de cada uma delas (MORAES, 1996). A Autora destaca que, no ano de 1985, a R1 passa a ter um militante liberado em cada barragem, para fortalecer o trabalho das Comissões Regionais, bem como uma maior ação de integrantes da PJR. Mesmo assim, apesar do questionamento dos integrantes da PJR, continuava-se com um considerável grau de centralidade de informações e decisões na executiva e na secretaria da CRAB, o que dificultava o fortalecimento da idéia do Não às Barragens junto dos atingidos, já que existiam várias pessoas negociando indenização diretamente com o Eletrosul, influenciados por forças locais ligadas a prefeitos, diretores de cooperativas, etc. Porém, abria-se o debate para a necessidade de uma redefinição na forma de ação da CRAB.

Navarro (1996) destaca que a CRAB, já com uma considerável organização, vai fazer uma série de protestos de 1984-1986, com crescente radicalização de sua retórica e de suas ações, generalizando-se um arrancamento de marcos implantados por técnicos da empresa, que serviam de referências aos levantamentos topográficos realizados, a detenção, por tempo indeterminado, de funcionários da empresa e ocupações de instalações da empresa.

Apesar do acirramento dos conflitos, a CRAB buscava, constantemente, ser a interlocutora dos atingidos nas negociações. Ocorreram, também, inúmeras publicações de cartilhas e informativos, tanto da CRAB como da Eletrosul, apresentando seus pontos de vista sobre as barragens. Em 1985, realizou-se a Romaria da Terra, em Itá (SC), com o boicote de grupos sociais locais que eram à favoráveis à construção do empreendimento, como também diversas assembléias expressivas em vários municípios e muitas reuniões em comunidades específicas, dentre as quais podemos destacar uma manifestação com mais de 3.000 pessoas, realizada em Charrua (município de Tapejara/RS), no dia 12 de outubro de 1985, data do terceiro ano de desaparecimento de Sete Quedas do Iguaçu, reafirmando-se o “Não às Barragens” e instituindo-se essa data como Dia Nacional de Luta contra as Barragens¹²⁸ (Foto 1). Neste período ocorreu, também, o Festival Regional da Canção Contra as Barragens,

¹²⁸ Estava se criando mais um símbolo frente à construção de barragens.

envolvendo os atingidos da R1 e R2 da CRAB, sendo esta mais uma forma de ampliar a discussão sobre o tema.



Foto 1 - Cartaz destacando a luta dos atingidos (destaque para a data do Dia Nacional da luta contra as barragens no lado inferior direito).

Fonte: MAB Sul

Para Rothman (1996), pela ação política dos atingidos ao longo desses anos, foi sendo mudada a concepção fatalista que predominava de ser impossível alterar planos elaborados pelo governo militar autoritário, em prol de uma visão de direitos e poder de decisão sobre seus destinos.

“Os atingidos passaram por um processo de definir uma situação de injustiça, sujeita a

mudanças por meio de ações coletivas (...)” (ROTHMAN, 1996, p.128).

O discurso da “perda”, devido à migração involuntária, era destacado pelos assessores no momento em que comunicavam suas mensagens, enfatizando a perda de seus meios de sobrevivência, das terras e da herança cultural, a separação da família, da comunidade, devido aos interesses de grupos econômicos que, até então, não tinham nenhuma relação com o local. Os colonos, que tinham em comum apenas o fato de serem atingidos pelas barragens que haviam sido projetadas, foram criando um laço de solidariedade em torno desse fato, uma identidade social construída nas atividades desenvolvidas, historicamente construídas, que fazia do termo “atingido” um conceito que referenciava um grupo social organizado, defendendo seus interesses. Esse conceito, que foi se ampliando historicamente, superou a idéia de que atingido era apenas quem tivesse propriedade, incluindo também nele outras categorias, como os sem-terra, os ocupantes, os arrendatários, os parceiros, e as populações indígenas.

Moraes (1996) ameniza as afirmações de Rothman destacando que, mesmo com todas as manifestações que ocorreram no período de 1979-1985, ainda se apresentava uma nítida separação entre a direção da CRAB e atingidos, onde a primeira era interpretada como quem tinha a informação, o poder de decisão, quem daria o impulso para as ações dos atingidos, o sabedor. Para muitos dos atingidos permaneceria a idéia de que “a CRAB é os professores, aqueles que se formaram” (Moraes, 1996, p.143). A autora destaca, também, que devido à

estrutura que se montou, de criação de uma secretaria que atendia em meio expediente, dava-se um caráter de serviço à CRAB, com certo grau de assistencialismo.

Nos anos de 1986 e 1987, a CRAB continuava com a política de enfrentamento à Eletrosul, conforme as táticas acima descritas, e, ao mesmo tempo, tinha contato com o Ministério de Minas e Energia (MME), buscando representar os atingidos nas negociações. Como resultado dessa aproximação com o MME ocorrerá a criação de Grupos de Trabalho (GTs), criados em 1986, para estudar os impactos da construção das barragens de Itá e Machadinho, com a participação de representantes da CRAB. Ficava evidente, mais uma vez, a necessidade de uma redefinição do modo de agir da CRAB, que extrapolasse a idéia funcional de prestadora de serviços, de informações ou incentivo a iniciativas locais, e partisse para uma ação mais de movimento social, de participação dos debates nas localidades, de mobilização dos atingidos, de envolvimento de novas lideranças que conseguissem extrapolar a visão de mundo local, o que vai ocorrer no início de 1986, com o afastamento do secretário-geral¹²⁹, que era professor universitário.

As mudanças na direção da CRAB levaram a uma intensificação dos debates entre os atingidos, quando então ocorreram: “a) uma rodada de 180 reuniões nas comunidades atingidas, envolvendo cerca de 6.500 pessoas; e b) duas assembléias de representantes municipais” (MORAES, 1996, p.152). Desses encontros saíram as reivindicações dos atingidos de Itá e Machadinho que foram, posteriormente (junho de 1986), sistematizadas em 39 pontos, os quais deram origem a um documento de referência nas negociações com a Eletrosul, o chamado “Documento de Getúlio”¹³⁰.

Outro ponto de embate presente no enfrentamento entre CRAB e Eletrosul ocorreu a partir da partidarização de ambos no processo eleitoral, por meio de apoio a candidatos para deputado estadual. A CRAB, na região do Alto Uruguai, passou a apoiar a candidatura de um de seus assessores pelo PT, enquanto a Eletrosul apoiava dois candidatos pelo Partido da Frente Liberal (PFL)¹³¹. A CRAB, ao assumir-se partidariamente, fez com que, durante o período eleitoral a luta social se enfraquecesse, desviando as discussões para a questão política partidária, que serviu para mostrar, também, o distanciamento da direção em relação aos atingidos, quando, ao final da apuração, a votação do candidato do PT não foi tão

¹²⁹ O afastamento do secretário geral se deu por indícios de desvio de verbas. Como este tinha uma ação concentradora de poder, o seu afastamento levou a uma maior participação das lideranças nas tomadas de decisões.

¹³⁰ O documento final ficou conhecido como Documento de Getúlio por ter sido aprovado em evento na cidade de Getúlio Vargas/RS.

¹³¹ O Sindicato dos funcionários da Eletrosul denunciou a utilização da gráfica da empresa para impressão de material político de um dos candidatos do PFL.

expressiva como se imaginava¹³² (NAVARRO, 1996).

Em 1987, a CRAB assumiu a postura de mudar o eixo do debate do Não às Barragens para um processo de negociação, o que se deu no meio de muita discussão. Para alguns de seus integrantes, esta ação seria um recuo, uma fuga do enfrentamento com o dominador, fuga da luta por um país livre e democrático, concretizada pela reforma agrária, pela participação do povo nas decisões, por um Brasil governado pelos trabalhadores (Ata da Assembléia da CRAB, realizada em 07 e 08/01/1986, apud MORAES, 1994)¹³³. A criação dos GTs foi um elemento de quebra de resistência dos adeptos do Não às Barragens, e significava aceitar a negociação, e sua renegação será concretizada pela aprovação do Documento de Getúlio.

Nos GTs, a participação dos representantes da CRAB era mínima frente ao número de integrantes e seu poder de força era limitado; porém servia de legitimação da CRAB. Cientes de que pouco poderia ser negociado nesse espaço, continuaram as ações diretas dos atingidos nas áreas de construção das barragens, contando, também, com o apoio de parte dos funcionários da Eletrosul, que pressionavam a direção da empresa para garantir maior segurança de trabalho¹³⁴. O resultado da ação da CRAB foi o seu reconhecimento como representante oficial dos atingidos, fato que culminou com a assinatura de acordo que se referia aos atingidos pela barragem de Itá e Machadinho, em 29 de outubro de 1987¹³⁵.

Com a assinatura do Acordo, denominado localmente de Acordo de 87, algumas diretrizes passam a ser colocadas e deveriam ser levadas em conta, em relação às indenizações:

- (I) propor ascensão sócio-econômica dos agricultores atingidos pelo empreendimento;
- (II) dotar as famílias atingidas de plenas condições de melhorar suas vidas;
- (III) incentivar a população atingida a participar da elaboração e implantação dos Projetos de Reassentamentos Rurais Coletivos;
- (IV) preservar a cultura e a tradição e promover ajuda à readaptação e capacitação técnica-profissional por meio de órgãos afins;
- (V) permitir que os próprios beneficiários ou seus representantes participem da organização do processo de escolha do local para a implantação dos reassentamentos rurais coletivos (SILVA, 2001, p. 128).

Outro elemento que passou a contar no confronto entre CRAB e a Eletrosul foram as

¹³² H.M. (liderança nacional) brinca com a situação eleitoral da época dizendo: “nós era meio ruim de voto, sabe. Não sei se era os candidatos ou...”

¹³³ A autora vai destacar no discurso dos atingidos a presença de termos como trabalhadores, classe social, influência do sindicalismo combativo, como veremos abaixo. Será um discurso que ecoa pelos diferentes movimentos de trabalhadores rurais em diversos pontos do país.

¹³⁴ Em entrevista J.C.R., aponta diferentes campos de força dentro do Estado, destacando que informações repassadas por funcionários da Eletrosul em muito contribuíam para o planejamento da CRAB.

¹³⁵ Silva (2001) destaca que esse acordo vai influenciar a nova legislação ambiental e as exigências dos organismos internacionais de financiamento.

consequências da crise econômica pela qual o país passava na década de 1980, o que levou à redução de gastos pelo governo, afetando diretamente a empresa que descartou a possibilidade de, naquele momento, construir a barragem de Machadinho. Deve ser destacada, também, a abertura política que vinha ocorrendo no Brasil e a posse de um governo civil, o que levou grupos progressistas a ocuparem cargos de segundo escalão na empresa, inserindo-se, nas discussões, uma perspectiva de inserção regional e uma maior atenção ao meio ambiente¹³⁶. Porém, essa abertura econômica colocava outros elementos em jogo, como o fechamento ou privatização da Eletrosul, que seria uma das características que marcaria um novo momento da relação entre empresa e CRAB, quando, por ironia do destino, funcionários da Eletrosul solicitavam auxílio da CRAB na luta contra sua extinção.

A assinatura do acordo deu possibilidade aos técnicos da empresa de fazerem os levantamentos necessários para a realização das obras de Itá, bem como ampliou ainda mais o conceito de atingido, acrescentando-se, ao mesmo, os filhos adultos como sem-terras, as famílias que se encontravam nas áreas onde seriam construídas as linhas de transmissão, bem como o alojamento dos operários e o terreno de comando (ROTHMAN, 1996).

O processo de luta que se realizava colocava em evidência uma questão:

é na “ação direta” que os atingidos exercem seu verdadeiro poder de decisão. É esse tipo de envolvimento que dá a dimensão do poder de resistência, traz a descoberta da desobediência civil, fortalece a identidade do atingido, e o sentimento de pertencer ao movimento. Tudo isto, porém, depende da intervenção dos dirigentes para ter eficácia política, caso contrário, reduzem-se à ações isoladas sem condições de repercutir de forma mais abrangente (MORAES, 1994, p. 268).

É importante destacar que ocorreu uma inversão de prioridades de construção das obras, pois Itá foi a primeira a ser construída, enquanto a construção da de Machadinho foi cancelada por tempo indeterminado¹³⁷. Essa indefinição sobre a construção da barragem de Machadinho levou a uma nova mobilização que buscava o cancelamento total da obra, conhecida como “Barragem de Machadinho Nunca Mais”, ou simplesmente “Machadinho Nunca Mais”; isso levou a uma ação dos atingidos, que arrancaram os marcos sinalizadores que ainda estavam presentes na área da obra, e fixaram, no local, uma placa com os dizeres da mobilização.

Nesse momento, a conjuntura das barragens se encontrava definida pela construção da barragem de Itá; pelo cancelamento da barragem de Machadinho que, porém, estava inserida

¹³⁶ Vainer (1992), analisando os Grandes Projetos de Investimentos – GPIs, nas quais as barragens são incluídas, relata que a idéia seria inserir esses projetos na lógica regional de desenvolvimento; porém, o que ocorreu foi adequar a região, onde são implantados, aos interesses dos GPI.

¹³⁷ Posteriormente a UHE de Machadinho foi construída, entrando em operação no ano de 2001.

no Plano Decenal do Governo Collor; e, por uma indefinição sobre a construção das demais barragens. Isso levava a uma ação mais ativa dos atingidos de Itá, a um sobreaviso aos atingidos de Machadinho e a uma relativa calma para os demais atingidos, o que levou a um certo distanciamento da CRAB junto às bases que se localizavam fora da R1.

4.3. A construção das Usinas Hidrelétricas

Na realização deste trabalho são apresentados os projetos e organização dos atingidos em cinco UHEs localizadas na bacia hidrográfica do rio Uruguai. Três delas estão situadas no rio Uruguai - Itá, Foz do Chapecó e Itapiranga (RS/SC) -, enquanto uma se localiza no rio Canoas (SC) e a outra no rio Pelotas (RS/SC). O rio Uruguai se forma do encontro destes dois últimos dois rios – Canoas e Pelotas (Figura 8).

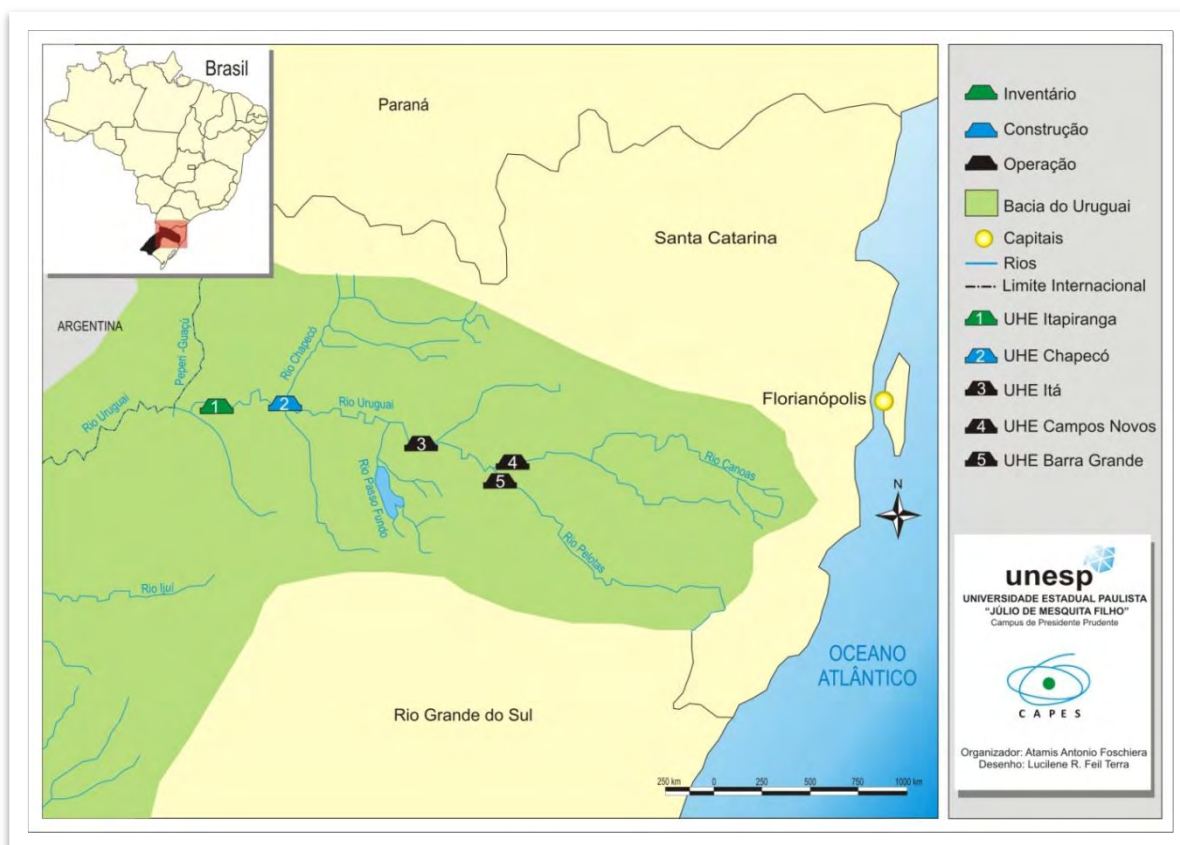


Figura 9 - Localização e situação dos empreendimentos hidrelétricos analisados, na bacia hidrográfica do rio Uruguai

Fonte: Paim e Ortiz, 2006.

4.3.1. Usina Hidrelétrica de Itá

A Usina Hidrelétrica de Itá se localiza no Rio Uruguai, na divisa dos estados do Rio

Grande do Sul (município de Aratiba) e Santa Catarina (município de Itá) e atingiu terras de 11 municípios (Foto 2). O potencial de geração de energia é de 1.450 MW, com energia assegurada de 668 MW, afetando uma área de 141 Km², envolvendo a parte inundada e áreas de preservação ambiental, e atingido aproximadamente 4.000 famílias¹³⁸. A construção do empreendimento era, inicialmente, de responsabilidade da Eletrosul; sendo que a partir de 1995, se firmou uma parceria com a iniciativa privada, quando a GERASUL (parte da Eletrosul detentora do parque gerador da Empresa) e a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), a Companhia de Cimento Itaimbé e a Odebrecht Química S.A. formaram o Consórcio Itá e passaram a gerenciar o empreendimento. Com a privatização da GERASUL, o empreendimento passa a ser controlado totalmente pela iniciativa privada; ocorreu, também, a venda da parte da Odebrecht para a Tractebel, empresa de energia belga, e a nova razão social passou a ser Tractebel Energia S/A. O enchimento do reservatório iniciou-se em dezembro de 1999 e terminou em 2000, passando a entrar em operação em setembro desse ano (VIANA, 2003).



Foto 2 - Barragem de Itá à jusante
Autor: Atamis Foschiera, janeiro de 2007

O processo de indenização se iniciou em 1988, para os que possuíam documentação de propriedade, a partir do levantamento de preços de terras efetuados por meio de comissões paritárias que envolviam representantes dos atingidos e da empresa. Nesse grupo, encontravam-se os que tinham toda ou parte

da propriedade atingida. Os que tiveram suas terras apenas parcialmente atingidas, significando, porém, sua inviabilização econômica, foram totalmente indenizados, enquanto os que ainda mantiveram possibilidades de viabilização econômica na área que lhes restavam, receberam indenização apenas pela parte atingida. A tomada de preço de terras, de infraestruturas, de culturas permanentes etc. se deu de forma coletiva; porém, a negociação

¹³⁸ Esse número é estipulado por Viana (2003), que diz haver divergências entre os dados apresentados pelo MAB e a empresa, bem como de informações em documentos da própria empresa.

final se dava de forma individual, acrescentando-se 4% do valor total para cobrir as despesas legais de aquisição das novas áreas, podendo o proprietário ficar na propriedade até 6 meses antes do enchimento do reservatório. A alternativa “terra por terra” significava a formação de uma Bolsa Imobiliária – listagem com ofertas de terras e seus valores - por parte da Eletrosul, onde os interessados poderiam fazer averiguações e, se compatível com sua indenização, adquiri-las. Esse modelo de negociação foi pouco utilizado.

Os reassentamentos rurais coletivos, considerados como a maior conquista da CRAB, tinham o objetivo central de atender os grupos que não tinham documento de propriedade de terra; porém, neles poderiam ser incluídos, também, os proprietários que tivessem até 75 ha e optassem por esse modelo de indenização. Para sua concretização, foram estipulados alguns critérios básicos, como forma de ordenar as atividades a serem desenvolvidas nos quais se considerava:

- a) Unidade Familiar: duas ou mais pessoas pertencentes a uma mesma família, constituída legalmente ou devidamente reconhecida como tal pela comunidade, que exercesse atividade agropecuária na área atingida.
- b) Tamanho do lote: a área do lote seria relacionada à força de trabalho existente na unidade familiar e deveria variar de 17 a 59 ha, com tamanho médio de 23 ha.
- c) Força de trabalho: peso dado a cada trabalhador rural para a execução de tarefas vinculadas às atividades agropecuárias. Foi baseada em parâmetro de idade, sexo e faixa etária. O somatório da força de trabalho de cada unidade familiar deveria ser no mínimo igual a 1,8 para que a mesma tivesse direito ao reassentamento¹³⁹.
- d) Infra-estrutura: o projeto de reassentamento deveria produzir, no mínimo as condições de infra-estrutura anteriormente existentes e necessárias para a viabilização das propriedades, no que diz respeito a abastecimento de água, estradas, energia elétrica, instalações para comunicação, educação, saúde, armazenamento, serviços religiosos e participação sócio-cultural. Os equipamentos comunitários que integram os reassentamentos são: escola, salão comunitário, armazém comunitário, igreja, cancha de bocha e cancha de futebol. A infra-estrutura interna de cada lote inclui: ponto de luz, ponto de água, casa de madeira, galpão contendo paiol, estrebaria, chiqueiro e uma área para abrigo de ferramentas e outros utensílios agrícolas.
- e) Verba de manutenção: instrumento de apoio pecuniário mensal concedido à família reassentada até a comercialização da primeira safra agrícola, por um período de até nove meses¹⁴⁰ e com valor determinado pela cesta básica.
- f) Assistência Técnica e Apoio à Produção: além da assistência técnica, oficial ou não, aos reassentados foram garantidos recursos para a primeira safra.
- g) Forma de Pagamento: os beneficiários deveriam assumir a dívida pela

¹³⁹ Nesse item, observa-se uma desvalorização da mulher, que teve sua força de trabalho menos valorizada em todas as faixas de idade, pois, naquela em que o homem tinha peso 1,0, o valor atribuído para a mulher era 0,8.

¹⁴⁰ Na prática, esse período se estendeu por 1 ano.

terra e benfeitorias. Esta dívida deveria ser amortizada em um prazo máximo de 20 anos, com 3 de carência e com parcelas de amortização proporcionais (variando de 20% a 45%) à renda monetária líquida da unidade familiar. Caso a família fosse proprietária do imóvel atingido, o valor dessa seria deduzido do montante da dívida.

- h) Transferência da Terra aos reassentados: a transferência da terra seria feita através de uma escritura pública de compra e venda com pacto adjeto de hipoteca; isto é, até o pagamento integral da dívida a empresa teria a hipoteca sobre os lotes e benfeitorias como direito de garantia real.
- i) Localização dos Projetos: os reassentamentos deveriam localizar-se preferencialmente, pela ordem, no próprio município de origem dos reassentados, na própria região ou em um dos três estados do sul, nas micro-regiões do Alto Uruguai, Planalto, Missões, Oeste e Extremo-Oeste de Santa Catarina e Sudoeste do Paraná. As terras deveriam ter características não inferiores às da área do reservatório e a infra-estrutura da região deveria ser igual ou superior à da área atingida (VIANA, 2003 p. 119-121).

Foram oito os reassentamentos coletivos implantados com atingidos pela barragem de Itá, nos quais foram reassentadas 444 famílias: 1^o) Marmeleiro/PR (32 famílias); 2^o) Campo Erê/SC (50 famílias); 3^o) Mangueirinha/PR (82 famílias); 4^o) Chopinzinho/PR (74 famílias); 5^o) Honório Cerpa/PR (38 famílias); 6^o) Chiapetta/RS (66 famílias); 7^o) Campos Novos/SC (28 famílias) e; 8^o) Catuípe/RS (74 famílias).

O processo de construção dos reassentamentos foi diferenciado de um local para outro; houve, assim, locais que ficaram sob responsabilidade maior da empresa, como no caso do reassentamento de Marmeleiro, onde os atingidos se responsabilizaram pela construção do galpão integrado¹⁴¹, enquanto que em Mangueirinha as edificações residenciais e galpões foram construídos pelos próprios assentados, com os recursos repassados pela empresa, coordenados pela CRAB. Nesta localidade, a CRAB assumiu, também, a responsabilidade pela coordenação da assistência técnica.

Enquanto o remanejamento populacional já ocorria, criou-se uma nova forma de indenização (1995), a Carta de Crédito, também conhecida por Auto-Reassentamento. Ela consistia na concessão de uma carta de crédito com valor estipulado que dava direito de ser utilizada pelo atingido na compra de um imóvel rural ou urbano, na região de atuação da empresa, sujeita à avaliação e aprovação por parte de técnicos da empresa. Essa modalidade de indenização servia aos atingidos que não possuíam propriedade da terra, facilitando, assim, a permanência das famílias na região e barateando os custos da empresa. Quem optasse por essa modalidade tinha o direito de apoio na preparação da primeira lavoura, a verba de

¹⁴¹ Era uma área de 150 metros, coberta, onde se localizavam o chiqueiro, a estrebaria, o paiol e uma garagem para máquinas, implementos agrícolas etc.

manutenção mensal por nove meses e o prazo de máximo de 20 anos para o pagamento, com 3 anos de carência.

Para os atingidos que se encaixavam no que se consideravam “casos especiais”, - pessoas idosas, sozinhas, portadoras de “deficiências físicas ou mentais” e unidades com força de trabalho inferior a 1,8 -, bem como proprietários que não tinham toda área da propriedade atingida e quisessem permutar a que seria perdida, ou alguns proprietários que não queriam mudar, foi colocada a possibilidade de ocupação de áreas remanescentes.

O reservatório da barragem de Itá colocaria submersa a própria cidade de Itá, o que exigia a reconstrução de uma cidade toda. Porém, no embate entre CRAB e Eletrosul, os moradores da cidade de Itá, em grande maioria, não fizeram frente à construção da barragem, muitas vezes tomando posição em defesa do empreendimento, seguindo orientações do prefeito e vereadores da época, que haviam sido cooptados pelos responsáveis pela construção da barragem, como explicita Fogaça (2004):

Os discursos dos representantes políticos locais eleitos com o voto de confiança desse povo eram muito representativos para que tomassem a decisão de aceitar o que estava acontecendo. Exatamente essa estratégia foi articulada pelos representantes técnicos dos empreendedores, ou seja, negociar com esses representantes e alguns moradores, convencendo-os de que eles seriam os representantes mais próximos do povo de Itá, pois também eram moradores e também seriam atingidos. Isso os credibilizava em suas falas e não haveria a necessidade de os técnicos se exporem tanto. Apenas as explicações mais específicas ficavam sob a responsabilidade dos técnicos e, no caso de qualquer embate maior, a mediação era feita pelos representantes da população de Itá, junto à comissão de realocação e negociação (FOGAÇA, 2004, p. 53).

Pelo fato da CRAB não ter este motivo, não será feita uma análise da mudança da cidade de Itá¹⁴².

Destaca-se, também, a existência de casos pendentes, caracterizados por famílias que reclamavam algum tipo de indenização na questão de infraestrutura (água, luz, acessos, estradas), o ressarcimento dos 100 metros de preservação ambiental do reservatório, e comerciantes que buscam indenização pelas perdas em seus estabelecimentos etc.

O fechamento das primeiras comportas, ocorrido em dezembro de 1999, e a formação do reservatório da barragem de Itá, marcava um novo momento para os atingidos, agora já indenizados e “tocando” a vida, dentro dos padrões estabelecidos pelos locais em que foram reassentados. Viana (2003), ao entrevistar os indenizados, nas diversas modalidades ocorridas, chama a atenção para a noção de direito e conquista que é dada pelos mesmos, bem

¹⁴² Maiores informações sobre a mudança da cidade de Itá poderão ser vistas em Fogaça (2004).

como da percepção, de modo geral, de terem conseguido melhoras econômicas, destacando, porém, as perdas sociais e culturais. A exceção encontra-se entre quem se manteve na área, indicando tanto uma perda material - infraestrutura devido a fechamento de comércio, escola etc. -, bem como imaterial - com maior distanciamento entre vizinhos, impossibilidade de estruturar eventos comunitários, como jogos de futebol e bailes devido ao número pequeno de pessoas que ficaram residindo nas comunidades. Isso demonstra que as pessoas que saíram da região, levando consigo as benesses da luta árdua travada frente à visão economicista e simplória da responsável pelo empreendimento, agregando à mesma elementos das dimensões social e cultural, encontram-se em um grau de satisfação maior do que as que permaneceram na área de influência da barragem. “A promessa de desenvolvimento da região continua uma promessa” (VIANA, 2003, p.156), enquanto a empresa vem, ano após ano, vangloriando-se dos lucros obtidos com o empreendimento, que não são poucos, como demonstra Fogaça (2004):

A obra da usina [Itá], orçada em R\$ 2 bilhões, possuía uma **estimativa de lucro de R\$ 470 milhões anualmente**, portanto estaria paga em menos de 4 anos, gerando um ganho de R\$ 11 bilhões e 750 milhões para as empresas construtoras, durante 25 anos. Segundo informações resultantes das entrevistas de campo, esses resultados já são reais, ou seja, a usina já se pagou e já está obtendo lucro antes do tempo previsto (FOGAÇA, 2004, p.61. Grifo nosso).

Dessa experiência vivenciada pelos atingidos da Barragem de Itá, outros elementos podem ser destacados, relacionados com a ação do Movimento. Segundo RUSZCZYK (1997), o MAB - Sul¹⁴³ passou a gerenciar um orçamento anual superior a algumas prefeituras do Alto Uruguai; assumiu como parceira da Eletrosul, por meio da criação da Associação de Desenvolvimento Agrícola Interestadual (ADAI)¹⁴⁴, e passou a exercer uma função de prestação de serviços, semelhante a uma ONG, não mais possuindo traços de mobilização, de formuladora de quadros e de formuladora de demandas políticas para o Estado, o que reduziu seus laços com instituições internacionais de financiamento. O papel de parceria com a Eletrosul trazia condições financeiras para a CRAB se manter, porém, consumia-a em tempo integral. O relacionamento dos atingidos, nesse momento, passava a se dar em um novo espaço – o reassentamento - e em uma nova condição social - proprietários de terra¹⁴⁵ -, bem

¹⁴³ No final dos anos de 1990, as organizações regionais dos atingidos passam a assumir o nome de Movimento dos Atingidos por Barragens, ocorrendo a alteração do nome CRAB para MAB-Sul, acrescentando-se os atingidos localizados no estado do Paraná a esta regional. Localmente chamava-se apenas de MAB.

¹⁴⁴ A ADAI torna-se o elemento jurídico pelo qual a CRAB passa a acessar e controlar a verba dos reassentamentos.

¹⁴⁵ O índice de proprietários de terras que optaram por reassentamentos rurais coletivos foi baixo, sendo que no reassentamento Mangueirinha, o mais expressivo desse grupo, eram 12,5% do total.

como em uma nova condição cultural – pessoas de comunidades diferenciadas que foram morar num mesmo reassentamento.

Uma ação diferenciada que o MAB-Sul tentou viabilizar nos reassentamentos foi a produção agroecológica. Apesar das discussões, essa produção não avançou o esperado, e os atingidos voltaram a produzir de forma tradicional, como faziam em seus locais de origem. Posteriormente, muitos se adaptaram ao modelo de produção moderna, utilizando-se de máquinas e equipamentos agrícolas e produtos agroquímicos¹⁴⁶. Serão estranhados também os laços comerciais na nova localidade, pois já não se tinha mais uma relação de confiança entre os atingidos e os donos de comércios, fato que criava certa tranquilidade no momento de comercialização da produção. Ruszczuk (1997) destaca que foram muitos os que se disseram “tapeados” nos negócios, nos primeiros momentos nos reassentamentos.

Se, na formação e organização da CRAB, os proprietários de terra foram os principais agentes de enfrentamento da Eletrosul, muitos deles reclamaram no momento das indenizações, dizendo que a CRAB priorizava os sem-terra. No processo de indenização, a CRAB atuava junto aos proprietários, acompanhando as pesquisas de preços e o pagamento das indenizações, enquanto que, para os reassentados (grande maioria sem-terra), a ação da CRAB acontecia desde a organização dos mesmos em seus locais de origem, na definição e construção dos reassentamentos, bem como acompanhamento inicial do processo produtivo. A atenção aos reassentados foi realmente maior e, como destacamos anteriormente, foi até uma forma de sustentação econômica da CRAB.

Com as indenizações e os reassentamentos, muitas das lideranças passaram a conduzir suas vidas em outros espaços, e não mais sob uma ameaça de expulsão, dedicando-se ao cotidiano de sua propriedade, o que levou à perda de militantes, tanto no MAB como em outras instituições, como sindicatos e partidos políticos. Para estes, a identidade de atingido passa a entrar em crise.

4.3.2. Aproveitamento Hidrelétrico de Barra Grande

O Aproveitamento Hidrelétrico de Barra Grande está situada no Rio Pelotas¹⁴⁷, entre os municípios de Pinhal da Serra, no Rio Grande do Sul e Anita Garibaldi, em Santa Catarina,

¹⁴⁶ Um reassentado destacou que a terra já estava infestada com ervas daninhas e que apenas “capinando” não davam conta de deixar a roça limpa, pois a erva brotava muito rápido e, antes mesmo de limparem metade da lavoura, já estava na hora voltar para trás e capinar de novo.

¹⁴⁷ O rio Pelotas faz seu curso no sentido leste/oeste e separa os estados do RS e SC, até o momento em que se encontra com o rio Canoas, que se localiza no estado de SC, e, juntos, formam o rio Uruguai.

com potência instalada de 690 MW (Foto 3). O reservatório ocupou uma área de 77,3 km² e atingiu os municípios de Anita Garibaldi, Cerro Negro, Campo Belo, Capão Alto e Lages, no estado de SC, e de Pinhal da Serra, Esmeralda, Vacaria e Bom Jesus, no RS. A obra é de propriedade do Consórcio BAESA – Energética Barra Grande S.A., que é formado por: Barra Grande S.A., Alcoa Alumínio, DME Energética Ltda, Camargo Corrêa Cimentos S.A. e CBA (do grupo Votorantins).

Os estudos de EIA/RIMA se realizaram nos anos de 1997/1998, sendo a Licença Provisória (LP) concedida em 1999, e a Licença de Instalação (LI) em 2001. Em 2003, com a barragem praticamente pronta, quando a empresa pediu autorização para supressão da

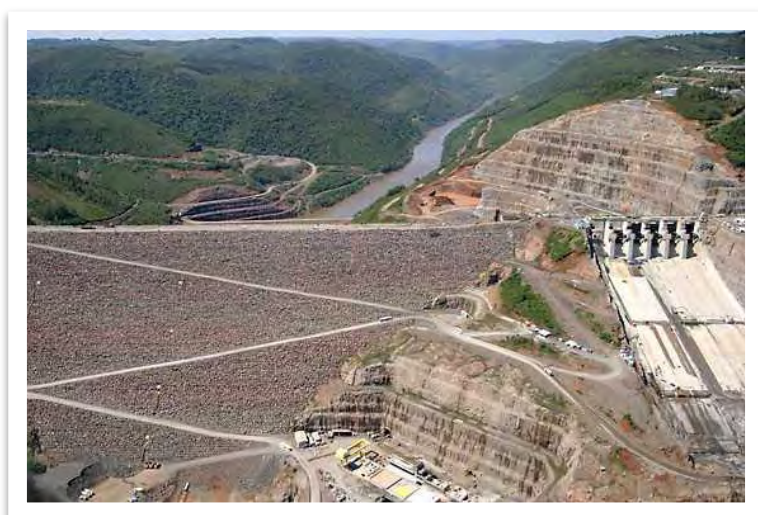


Foto 3 - Barragem da Usina Hidrelétrica de Barra Grande antes do enchimento

Fonte: www.consciencia.net/2004/mes/10/barragrande4.jpg. Autor: Marcelo Sá Correa

vegetação, percebeu-se que haviam sido omitidos do EIA/RIMA 5.636 ha de florestas primárias e 2.686 ha com vegetação secundária. Depois de assinar um termo de Compromisso junto com IBAMA, Advocacia Geral da União, Ministério Público Federal, MMA e MME, o empreendedor obteve a Licença de Operação, em 2005 (PAIM e ORTIZ, 2006).

Segundo dados do EIA/RIMA, o empreendimento atingiria 823 famílias e 709 propriedades, mas o impacto ambiental seria pequeno, porque o lago não sairia da caixa do rio (EIA/RIMA, 1998).

4.3.2.1. Os atingidos e sua organização

Na área de abrangência do empreendimento, destaca-se a presença significativa de caboclos - descendentes de escravos -, em relação aos imigrantes alemães e italianos, se comparada com a situação encontrada nas barragens de Itá e Machadinho, o que eleva a

quantidade de famílias sem título de propriedade de terras¹⁴⁸. Nela predominavam pequenas propriedades rurais, que se utilizavam intensamente da força de trabalho humano, pois as condições topográficas dificultavam a mecanização e os produtos mais cultivados eram feijão, milho, mandioca, batata, e verduras, existindo, também, a criação de galinhas, porcos e gado, em pequena quantidade.

Na área em que foi construída a barragem de Barra Grande, os atingidos sabiam da possibilidade de sua construção e alguns deles estiveram ligados à CRAB¹⁴⁹, inseridos na Região 3 (R3 – Lages e Vacaria). No final dos anos de 1990, o rumor da construção da hidrelétrica passa a ser uma realidade, quando se iniciam os estudos de EIA/RIMA e, posteriormente, a realização das audiências públicas. O discurso de geração de desenvolvimento, progresso, exploração do turismo e geração de empregos utilizado em todas as barragens mostrou-se eficiente, e recebeu apoio de prefeitos, vereadores, comerciantes e outros empreendedores locais, e até mesmo atingidos, o que fez surgir, na região, um grupo local pró-barragem.

Em janeiro de 2001, ocorreu no município de Anita Garibaldi, um Ato Público promovido pelas empresas que tinham obtido a licitação e pelos prefeitos dos municípios atingidos, com o objetivo de apresentar formalmente a obra e de tranquilizar as pessoas, dizendo que todos os danos seriam reparados, destacando-se os compromissos sociais e ambientais da empreendedora. Buscando diminuir o “espírito festivo” do Ato, atingidos pela barragem de Machadinho, que já estava concluída, juntamente com um grupo de atingidos locais, ao terem acesso à palavra relataram uma série de pontos que envolviam os atingidos, como preço de energia para os mesmos, indenizações de professores e comerciantes, direito a reassentamento etc., e chamando, particularmente, a atenção para o descompromisso histórico dos construtores de barragens com os atingidos e com a questão ambiental¹⁵⁰. O discurso dos empreendedores pareceu ser mais convincente, conforme destaca uma liderança do MAB/Nacional: “Neste momento, parte da população ainda tinha uma esperança de que os problemas se resolveriam através de conversas com a empresa, que era só esperar que a

¹⁴⁸ A regulamentação fundiária passou a ser relevante pela implantação de projetos de colonização na região, que atraiu migrantes de origem italiana e alemã; sendo que muitas famílias de caboclos que residiam ali, anteriormente, encontravam-se na situação de ocupantes, e assim continuaram, mesmo depois destas políticas.

¹⁴⁹ Queremos destacar que, em momento anterior, houve um envolvimento de atingidos dessa região na CRAB, mas, devido à política de construção lenta de barragens, ocorreu uma desmobilização na região. Assim, podemos nos questionar “qual foi a real dimensão da organização da CRAB nesta e em outras regiões”?

¹⁵⁰ J.O. (liderança local) comenta que em um pequeno grupo de pessoas discutiram nos dias que antecedia o Ato Comemorativo e elencaram 21 pontos para apresentarem.

mesma acertaria tudo de forma muito tranqüila” (A.A.S. – liderança do MAB Nacional¹⁵¹). Também foi criada uma comissão ligada à empresa e a políticos locais, da qual vários atingidos faziam parte, com a finalidade de coordenar o processo de indenização e, que, num primeiro momento, era legitimada pela comunidade em geral¹⁵².

Com o apoio do MAB Nacional, antigas lideranças locais, surgidas quando ainda existia a CRAB, e outros atingidos¹⁵³, que perceberam que, se não se organizassem, não seriam indenizados de forma justa, e passaram, assim, a reorganizar o movimento na região¹⁵⁴. Esta organização do MAB se dará quando os trabalhos para a construção da barragem já haviam começado, o que fez que não ocorresse um debate de maior expressão sobre a possibilidade de se impedir a construção da obra. O não repasse de informações claras sobre o processo de indenização, já que ninguém parecia saber com clareza como e nem quando seriam feitas as indenizações e nem quais eram os critérios seguidos, em algumas negociações individualizadas que ocorreram, enquanto a obra seguia em ritmo acelerado, deixava muitos atingidos inquietos, levando-os a se aproximarem do MAB, que foi, rapidamente, se fortificando. Este clima de incerteza contribuiu para que, em outubro de 2001, ocorresse a ocupação do canteiro de obras por três dias pelos atingidos, que reivindicavam uma definição da empresa sobre o tratamento a ser dado aos atingidos. A desocupação se deu quando diretores da empresa se comprometeram a apresentar um projeto de reassentamento.

Em março de 2002, ainda não estavam definidos os critérios de indenização dos atingidos, o que levou a uma nova ação por parte dos mesmos, que montaram um acampamento nas proximidades da barragem para pressionar as ações da empresa referente ao trato com a população; e nele permaneceram por 12 dias. Nesta nova investida dos atingidos, o policiamento foi acionado, ocorrendo alguns confrontos com os ocupantes. A.L.D. (liderança local) destaca que, para além dos debates nos grupos de base, a cada manifestação pública ocorrida, tornava-se mais nítida a necessidade de organização junto ao Movimento; isso fortificava o espírito coletivo de luta, pois uma série de informações parecia surgir apenas nestes momentos.

Com o esfacelamento da Comissão ligada à empresa e a legitimação do MAB perante à

¹⁵¹ A.A.S. era liderança local na época da construção da barragem de Barra Grande e na atualidade é liderança do MAB Nacional.

¹⁵² A.L.D (liderança local do MAB) comenta que sua inserção como liderança do MAB se deu porque os primeiros representantes do MAB de sua comunidade foram inseridos na comissão ligada à empresa. Fala também que a Comissão teve vida curta, pois com o fortalecimento do MAB ela perdeu credibilidade.

¹⁵³ É importante destacar que algumas lideranças que se formaram nesta barragem fizeram cursos técnicos em escolas dos movimentos sociais.

¹⁵⁴ J.L. (liderança local do MAB) diz que, no início, eram poucos os que participavam das reuniões e, desses, vários não queriam assinar as Atas, com medo de sofrer retaliações.

comunidade atingida, o empreendedor se viu obrigado a negociar com o Movimento. Em outubro de 2002, assinou-se um primeiro documento entre BAESA e MAB, no qual se estabeleciam as primeiras diretrizes que deveriam ser levadas em conta no processo de indenização, dentre as quais: a) direito a reassentamento rural coletivo; b) formação de uma equipe paritária para analisar os casos de indenização negados pela empresa, formada por integrantes do MAB e BAESA; c) as indenizações seriam reavaliadas a cada 6 meses, através de uma pesquisa de preço para serem reajustadas.

No ano de 2003, iniciou-se o processo de indenização, no qual as famílias atingidas podiam optar por pagamento em dinheiro, reassentamento rural coletivo¹⁵⁵ ou carta de crédito individual. As indenizações em carta de crédito se tornavam mais baratas para a empresa e isolavam a família, o que dificultava que a mesma se organizasse no movimento; já o reassentamento rural coletivo tinha um custo maior e facilitava a ação coletiva dos atingidos¹⁵⁶. Ocorreram também minirreassentamentos com poucas famílias, o que desobrigava a empresa de construir infraestrutura comunitária como igreja, salão de esportes, escola etc., que, por pressão do MAB, acabaram não mais sendo realizados.

O MAB contribuiu na estruturação dos reassentamentos rurais coletivos e acompanhou as demais formas de indenização. Na construção de alguns reassentamentos rurais coletivos, os próprios atingidos se organizaram em associações e negociaram junto à empreendedora para serem responsáveis por construir determinada quantidade da infraestrutura, o que acabava significando a possibilidade de terem construções de tamanho maior e de melhor qualidade; na maioria dos casos, ainda sobrava parte da verba para uso das famílias reassentadas, além de contribuir para as pessoas se conhecerem e se reconhecerem¹⁵⁷ no novo local no qual passariam a viver.

O tamanho do lote no reassentamento dependia da força de trabalho familiar, e idosos e crianças tinham valor de metade de um adulto. Já o tamanho da casa dependia do número de filhos e do sexo dos mesmos, pois se houvesse dois filhos que fossem um casal, seria

¹⁵⁵ A grande maioria dos reassentamentos rurais coletivos foram implantados nos próprios municípios nos quais os atingidos residiam, ou em municípios próximos.

¹⁵⁶ Segundo A.L.D. (liderança local), funcionários da BAESA tentavam convencer os atingidos de que o assentamento rural coletivo, defendido pelo MAB, significava que as terras seriam da coletividade, sobre as quais os indivíduos não teriam poder de decisão, o que criava um mal estar junto a vários atingidos, até serem convencidos de que “a terra tua é dentro duma área coletiva, mas a tua parte é separada, você que vai fazer o que quer com ela”.

¹⁵⁷ A.L.D. destaca que: “Então, a construção do reassentamento em mutirão é muito importante, pro pessoal se conhecer... é saber o limite de cada um é... e as próprias pessoas precisam refletir, as vezes a pessoa é estourada ela vai estourando e vai conversando, vai indo ela vai refletindo e vai mudando, vai se adequando dentro da...”

construído um quarto a mais do que se fossem ambos os filhos do mesmo sexo, pois poderiam dormir no mesmo quarto.

Ao mesmo tempo em que o processo de indenização significava um alívio para muitas famílias, que viam garantidos seus direitos, para outros significava um processo de exclusão, ou por não serem inseridos entre os indenizados, ou por entenderem que a indenização não representava o valor merecido, ou, ainda, por não se adaptaram ao novo local para onde haviam se transferido, entre outros. Esta exclusão levava ao fortalecimento do MAB, que organizava novos enfrentamentos com a BAESA, trancando o acesso ao canteiro de obras, ou de ações isoladas de grupos de atingidos, que impediam levantamentos topográficos entre outros, fatos que forçavam novas negociações e possibilitaram novas conquistas dos atingidos.

No final de 2003, descobriu-se que a empresa responsável pelo EIA/RIMA havia omitido a presença de mais de 8.000 ha de floresta primária ou em fase avançada de regeneração, com grande quantidade de araucárias, o que poderia ser motivo para impedir a construção da barragem, se identificada nos estudos (MAGGI; RAMOS e ROSSATO, 2007). As denúncias do MAB e ONGs ambientais não eram levadas em considerações, e não ganharam muita visibilidade regional, como nos mostra Medeiros (apud ROSSATO, 2007). A autora destaca que o principal jornal catarinense – Diário Catarinense -, publicou muitos artigos sobre a UHE de Barra Grande nos dias que se seguiram à denuncia e, em nenhum deles citou o caso das araucárias que seriam encobertas pelo enchimento do reservatório. Posteriormente, esta questão foi tratada pelos meios de comunicação com abrangência nacional e internacional.

Este tema dinamizou um debate iniciado pelo MAB e ONGs ambientais que montaram acampamentos nas áreas a serem desmatadas; não conseguiram, entretanto, impedir a derrubada da vegetação. Em setembro de 2004, por meio de um acordo entre BAESA, Advocacia Geral da União (AGU), IBAMA, MME e Ministério Público Federal (MPF), foi assinado um Termo de Compromisso, objetivando dar continuidade ao processo de licenciamento ambiental do Aproveitamento Hidrelétrico de Barra Grande, bem como o estabelecimento de diretrizes gerais para a elaboração do Termo de Referência para a Avaliação Ambiental Integrada dos Aproveitamentos Hidrelétricos, localizados na Bacia do Rio Uruguai. Com a assinatura deste documento era liberada a Licença de Supressão da Vegetação que se encontrava na área a ser inundada pelo reservatório¹⁵⁸. Em contrapartida, a

¹⁵⁸ Com a liberação da Licença de Supressão da Vegetação as pessoas passaram a fazer piada do fato com o dito “O Crime Compensa”.

empresa assumia o compromisso de realizar várias ações, como medidas mitigadoras e compensatórias do impacto ambiental causado, dentre as quais podemos destacar:

Adquirir e transferir ao IBAMA área de terras num total aproximado de 5.740 ha, com características próprias de fitofisionomia de floresta ombrófila mista (floresta de araucária), necessariamente constituída por vegetação primária e secundária em estágio médio e avançado de regeneração. Essa aquisição está limitada a R\$ 21.000.000,00 (vinte e um milhões de reais)¹⁵⁹.

Com a autorização para o desmatamento obtida pela empresa, o MAB passou a questionar qual o destino a ser dado para as araucárias e outras árvores que seriam derrubadas. A realização de um novo acampamento nas proximidades do canteiro de obras, que perdurou por dois meses e que gerou vários momentos de tensão com a polícia, levou a um novo acordo entre atingidos e empreendedora, quando, entre outras coisas, foram asseguradas: que a madeira a ser retirada seria utilizada para a construção de casas populares¹⁶⁰ para famílias de baixa renda; que novas famílias seriam incluídas no rol das com direito à indenização¹⁶¹; a contribuição da BAESA, de seis milhões de reais, para projetos populares, como forma de contribuir para o desenvolvimento regional; o aumento nas verbas de manutenção pagas para as famílias atingidas; e que ocorreria uma nova discussão das condições e forma de garantir a assistência técnica às famílias atingidas. Diante do acordo, o MAB se comprometeria a não realizar atividades que implicassem o atraso do cronograma de execução da obra.¹⁶²

O acordo assinado representava ganhos significativos para os atingidos, porém a execução do mesmo pela BAESA seguia a passos lentos, o que levou à ocupação do escritório da BAESA pelos atingidos, no município de Anita Garibaldi, em 2005. Esse fato foi violentamente reprimido pela polícia, o que provocou uma verdadeira “guerra campal” nas ruas da cidade; isso repercutiu na mídia nacional, pois vários canais de televisão estavam acompanhando o desfecho da situação. Naquele local, além da violência explícita, que foi televisionada, ocorreu, também, a violência que não foi televisionada, como conta uma das lideranças ao descrever o que aconteceu com ele:

o policial me pegou e me deu uma coronhada nas costa e me jogou contra mais três policial que daí tava no caminhão [inaudível] tinha uma lona por cima do caminhão. Os policial me levaram lá e me bateram muito. É... me bateram só na parte... [riso], dolorida mais. Eu fiquei, daí... desmaiei, desmaiei. Daí um outro policial, um cara me falou que veio e bateu na

¹⁵⁹ Termo de Compromisso entre BAESA e Instituições Públicas, assinada em 15 de setembro de 2004.

¹⁶⁰ Estimava-se que poderiam ser construídas 600 casas para famílias de baixa renda nos municípios atingidos pela barragem, desde que não houvessem novas ações do MAB que levassem a atrasos no cronograma de execução da obra.

¹⁶¹ Segundo A.A.S (MAB Nacional) aproximadamente 1500 famílias tiveram alguma forma de indenização.

¹⁶² Ata da reunião realizada na sede do Ministério Público Federal de Florianópolis em 22 de dezembro de 2004.

coluna de novo, que a coluna, eu tenho um caroço na coluna por causa daquilo, [inaudível] tipo uma hérnia que saiu assim, um negócio estranho. Então... ele... uma coisa que marcou muito, apanhei muito da polícia aquele dia e a polícia queria me prender, né, daí saiu na internet que eu tava sendo procurado, daí tive que sair fugido fiquei três dias fugido sem poder urinar, daí depois que foi caçada a liminar que era minha prisão, fui pro hospital daí [inaudível] fiquei uns três dia de [inaudível] eu tava assim a barriga, os quarto, tudo roxo, tava tudo, tava quase... [inaudível], mas não podia sair do hospital achando que... eu tava com medo de ser preso.¹⁶³

Nessa ocupação, algumas lideranças foram presas e, outras, tiveram mandados de prisão promulgados, porém, conseguiram se esconder até que os mesmos fossem cassados.



Foto 4 - Placa encontrada no caminho que leva à barragem
Autor: Atamis Antonio Foschiera, janeiro de 2007

Esta mobilização vem reafirmar o que parece ser comum no convívio entre construtores da barragem e atingidos, qual seja, a necessidade de se fazer uma manifestação para se conseguir a garantia de alguns direitos e, depois, a necessidade de se realizar outras manifestações para que, pelo menos, parte destas conquistas seja executada,

gerando um clima de tensão no local (Foto 4). Seguindo esta lógica, em fevereiro de 2007, os atingidos por barragens ocuparam uma serraria no município de Anita Garibaldi/SC para denunciar que a madeira, que deveria ser utilizada para a construção de casas populares, estava sendo vendida, formalizando a denúncia junto ao Ministério Público de Lages (SC).

4.3.3. Usina Hidrelétrica de Campos Novos

A Usina Hidrelétrica de Campos Novos está localizada no rio Canoas, na divisa dos municípios de Campos Novos e Celso Ramos, e o reservatório inundou também áreas dos municípios de Anita Garibaldi e Abdon Batista, todos pertencentes ao estado de Santa Catarina (Foto 5). O empreendimento abrange uma área de 32 km² e obteve Licença de

¹⁶³ Em função da natureza dos fatos relatados, optamos por preservar o nome do entrevistado.

Instalação da Fundação do Meio Ambiente do Estado de Santa Catarina (FATMA), em março de 2000.

As obras foram iniciadas em agosto de 2001, com previsão para início de operação em março de 2006. O enchimento da barragem se deu em setembro de 2005, antes do período previsto e sem Licença de Operação, o que impossibilitou o início da geração de energia. Uma rachadura na barragem obrigou, em junho de 2006, a abertura das comportas e o esvaziamento do reservatório para resolver o problema. Em janeiro de 2007, quando da realização do levantamento de campo, o lago estava em fase de enchimento e as águas subiam aproximadamente meio metro por dia, conforme verificação que fizemos *in loco*.

O Consórcio responsável pelo empreendimento é o Campos Novos Energia S.A.



(ENERCAN), formado pelas empresas CPFL, CBA, CNT¹⁶⁴ (todas do grupo Votorantins), CEEE e CELESC. A concessão de geração de energia foi obtida em maio de 2000, e a produção deverá ser consumida pelos grupos formadores do consórcio.

Foto 5 - Barragem da Usina Hidrelétrica de Campos Novos

Autor: Atamis Antonio Foschiera

4.3.3.1. Os atingidos e sua organização

A região de Campos Novos era habitada por índios Kaigangs e, posteriormente, serviu de área de passagem de tropeiros que, ao longo do tempo, formaram várias fazendas, que foram utilizadas, também, como refúgio de famílias que fugiram da guerra dos Farrapos (RS). Nessa região, passaram a predominar como residentes os caboclos, que, com a instalação da estrada de ferro que ligaria SP ao RS, envolveram-se na Guerra do Contestado (1912-1916). Posteriormente, ocorrerá um processo de colonização com a migração de colonos de origem italiana, alemã e polonesa para a região. A atividade econômica predominante é a agropecuária que se apresenta diversificada, existindo grandes produtores altamente mecanizados ao lado de pequenos produtores, com produção significativa voltada à

¹⁶⁴ Companhia Níquel Tocantins.

subsistência. Na área diretamente impactada pela barragem, predominam pequenas propriedades, com diferentes graus de ligação com o mercado.

Debates sobre a construção de barragens na região ocorreram ainda na década de 1980, conduzidos pela CRAB, e com participação destacada de pessoas ligadas à Igreja. Enfatizando este papel da Igreja na organização dos atingidos, O. M. R. (liderança local – barragem Campos Novos) lembra que padres e irmãs, que agiam na comunidade discutindo a questão das barragens, sempre cantavam uma música religiosa na qual faziam uma pequena adaptação para incentivar a participação dos atingidos na luta contra as barragens: “Quem é que vai? Quem é que vai lutar contra a barragem no rio Uruguai?”¹⁶⁵. No final dos anos 1980 e na primeira metade dos anos 1990, as discussões praticamente desapareceram, mas voltaram em questão em meados da década de 1990, devido à construção da Barragem de Itá, voltando outra vez, a cair no anonimato, no final da década de 1990.

O cadastramento das famílias que se encontravam dentro da área a ser impactada pelo empreendimento e os Estudos do EIA/RIMA ocorreram sem maiores questionamentos dos atingidos¹⁶⁶. Pelos dados do cadastro Sócio-Econômico (1999), seriam, no total, 466 famílias atingidas e, destas, 281 (60,3%) tinham documentos de propriedade de terra, enquanto 185 (39,7%) não o possuíam.

O discurso da empresa, de que estaria trazendo progresso, desenvolvimento, geração de renda e a possibilidade do local se tornar um importante pólo turístico, foi absorvido, de forma positiva, pelas pessoas do local. Os empreendedores contaram com o apoio de prefeitos, vereadores, comerciantes e outras pessoas que tinham certa liderança local, o que facilitava sua inserção regional.

As obras se iniciaram em junho de 2001, sem maiores questionamentos, ocorrendo a formação de uma Comissão Municipal de Negociação em cada município impactado, constituída por lideranças comunitárias, incentivada e reconhecida pela empresa, para colaborar nos trabalhos de indenização dos atingidos. Estas Comissões tiveram apoio e reconhecimento da sociedade local, que acreditava no seu trabalho, enquanto as ações dos atingidos organizados em torno do MAB não tinham muita repercussão na área. A Comissão passou a ter amplos poderes de negociação entre atingidos e empresa, aceitando ou refutando pedidos de inclusão de famílias com direito à indenizações, na definição das áreas a serem

¹⁶⁵ Esse trecho foi adaptado de uma conhecida música cantada pelos religiosos católicos em suas celebrações: “Quem é que vai? Quem é que vai, para casa do Senhor, quem é que vai?”

¹⁶⁶ Este fato leva ao questionamento de até que ponto havia um envolvimento significativo dos atingidos na CRAB, ou se este envolvimento era muito mais com a Igreja e/ou sindicato (combativo), e de forma secundária com a CRAB.

compradas, na organização dos reassentamentos etc. Criou-se, também, o Conselho de Negociações da Usina Hidrelétrica de Campos Novos, que era formada por representantes das Comissões Municipais e da ENERCAN, com o objetivo de:

estabelecer as normas de organização para proposição e elaboração das diretrizes e relativo as ações de desapropriação e reassentamento, que comporão o documento denominado ACORDO, como forma de melhor atender a implementação do Programa de Remanejamento da População Rural da Usina Hidrelétrica Campos Novos (ENERCAN, s.d.).

As primeiras indenizações destinadas aos atingidos que se encontravam na área do canteiro de obras foram consideradas bem pagas, e a expectativa era que o mesmo ocorreria com as demais áreas. Esta situação gerava um clima de tranquilidade e confiança na Comissão, como podemos perceber nas palavras de O.M.: “Até 2003, do ano de 2001 a 2003, a Comissão toda fez o processo, participou de todo o processo. Então até ali eu diria que... foi pacífico, porque as famílias acreditavam na comunidade que elegeram para negociar os direitos”.

A Comissão de representantes dos atingidos teve um papel importante na neutralização do MAB local, transferindo o conflito, que deveria ser da empresa com os atingidos, para o conflito entre atingidos, ou seja, os que apoiavam a Comissão versus os que apoiavam o MAB. J. (liderança local) destaca que, neste embate entre Comissão e MAB, a primeira se utilizava de ameaças aos que se aproximavam do Movimento, dizendo que não seriam indenizados ou que seriam os últimos a serem indenizados, colocando dificuldades burocráticas no momento de encaminhar documentos referentes à indenização etc. A Comissão, também, incentivava atingidos a aceitarem carta de crédito como indenização ou a organizarem minirreassentamentos (de 5 a 7 famílias), maneiras que desobrigavam a empresa de se responsabilizar por investimentos em infraestrutura e isolavam os atingidos, dificultando uma maior organização dos mesmos. No decorrer desta queda de braços entre atingidos, a construção da barragem seguia seu plano, dentro do cronograma estipulado.

A partir de 2003, tem-se uma mudança no jogo de poder entre Comissão e MAB. Os atingidos passaram a ficar descontentes com o processo de indenização e a questionar a função da Comissão, destacando que a mesma não estaria representando os interesses dos atingidos e, sim, servindo aos ditames da empresa. Neste momento, intensificavam-se as indenizações e a Comissão parecia estar voltada a minimizar ao máximo os gastos da empresa, como fala J. (liderança local): “Então chegou num ponto que essa Comissão ajudou

a empresa a economizar dinheiro”¹⁶⁷.

O descontentamento com as indenizações e a desconfiança quanto às atividades da Comissão fortaleceram o poder do MAB, que passou a questionar a própria legitimidade de seus membros. Numa assembleia entre atingidos das Barragens de Barra Grande e Campos Novos, realizada em 2003, decidiu-se pela elaboração de um abaixo-assinado, pedindo a extinção da comissão. Buscando minimizar os efeitos do abaixo-assinado, a comissão passou a agir de forma mais branda, facilitando o pagamento de indenizações que até então estavam sendo questionadas, a um grupo de atingidos. Em maio de 2003, a Igreja Católica, com o apoio do MAB, organizou, na cidade de Campos Novos, a Romaria da Água, que contou com celebrações religiosas e debates sobre a utilização da água. O evento teve duração de dois dias e ao seu término, os atingidos, aproximadamente 1.000 pessoas, ocuparam o escritório da empresa que estava sediada nessa cidade. Segundo O.M.R (líder local) a idéia era forçar uma negociação com a empresa e dar um primeiro recado a mesma, qual seja, de que estaria se iniciando um novo tempo na relação entre atingidos e ENERCAN. Como resultado da ocupação foi feita a promessa de que, em pouco tempo, seria convocada uma reunião para debater a questão das indenizações. Como a reunião não foi convocada, em julho de 2003 é organizada uma primeira ocupação da barragem, com o objetivo de forçar uma reunião com representantes da empresa para discutir as indenizações. Num primeiro momento, os atingidos conseguem ocupar o canteiro de obras; porém, devido à ação de seguranças particulares e do policiamento que foi rapidamente acionado, aqueles tiveram que se retirar e ficaram acampados na estrada que dá acesso ao canteira de obras por dois dias, quando, então, conseguiram definir uma reunião com a empresa.

Na reunião entre representantes da ENERCAN e MAB, decidiu-se pela formação de uma equipe de negociação entre empresa e Movimento para avaliar os casos de indenizações negados. Neste momento, a ENERCAN reconhecia 466 famílias atingidas, enquanto o MAB apresentava uma relação com 1.000 famílias. Os casos negados seriam analisados pela equipe mista – ENERCAN/MAB -, com a presença da família atingida. O MAB montou sua equipe de negociação e, pensando no reassentamento de muitas famílias até então excluídas, formou uma equipe para averiguação de terras e organização para os futuros reassentamentos.

Como a empresa não cumpriu sua parte no acordo, não indicando representantes para a equipe de negociação, em outubro de 2003 voltou-se a fazer ocupação do canteiro de obras; os atingidos entraram no escritório da empresa, onde permaneceram por 4 dias. Neste

¹⁶⁷ Em conversas informais com atingidos, muitos insinuavam que os membros da comissão recebiam pagamento da empresa, para forçarem indenizações de menor custo.

momento, a reivindicação, além de estar voltada à questão de indenização e reassentamentos, incluía uma ajuda de custo de 2.500 reais, a fundo pedido, para as famílias atingidas com o objetivo de cobrir perdas que tiveram, por não poderem mais realizar determinados investimentos nas propriedades, bem como para minimizar perdas devidas a dois anos de seca seguidos que se abateram sobre a produção.

Durante os dias de ocupação, principalmente durante as noites, a tensão era grande, pois os policiais faziam uma “tortura psicológica”. Dizia O.M.R (liderança local): “Toda noite no acampamento a polícia soltava uma bomba em cima do acampamento, aonde a gente tava acampado, dava tiro com aquelas bombas de efeito moral próximo dos acampamentos, então não deixava ninguém dormir”. O avanço nas negociações, que determinou a liberação de R\$ 1.080,00 para cada uma das 576 famílias atingidas que se localizavam na beira do futuro reservatório¹⁶⁸, e a pressão da polícia contribuíram para a desocupação da barragem, mas não sem antes todos serem revistados pela polícia. O MAB acompanhou os moradores das bordas do reservatório em seus projetos para utilizar o valor recebido e, desta forma, fortificou sua relação com estes atingidos:

A gente comprou uma vaca, teria que apresentar a nota da vaca, comprou palanque, apresentava a nota dos palanque, comprou uma máquina de triturar milho, pra moer milho, apresentava a nota da máquina, arame, apresentava as nota de arame... Então teria que apresentar nota, e gente organizou isso em grupos, os grupos nas comunidades. O Movimento foi organizar a comunidade em grupos, os grupos de base, grupos de discussão, de amigos, de vizinhos, por proximidade, 9 a 10 famílias, ou até 15 famílias” (O.M.R. – líder local).

Em outras negociações, foram liberados R\$ 1.000,00 para cada família que se encontrava na área a ser inundada pelas águas da barragem. Nestas negociações, a empresa se relacionou diretamente com os atingidos para fazer a liberação da verba, utilizando-se disto para tentar desmobilizá-los; por meio da Comissão, cooptou também várias lideranças comunitárias que estavam entre os casos negados, garantindo indenização aos mesmos, desde que não se envolvessem mais com os debates na suas comunidades. Esta ofensiva da empresa levou a uma grande desmobilização do MAB Campos Novos.

Por outro lado, aproximadamente a 20 km dali, estava sendo construída a barragem de Barra Grande, e os atingidos estavam organizados e em constante mobilização. Entre os atingidos das duas barragens existia certa aproximação, principalmente entre lideranças que tinham feito cursos de formação juntos e, alguns, até mesmo o colégio técnico, em escolas dos

¹⁶⁸ Seriam famílias que estavam ficando isoladas pelo fato de muitos dos membros das comunidades terem que migrar, levando à desagregação da comunidade, fechamento de escolas, igrejas, encobrimento das estradas pelas águas etc.

Movimentos. Buscando garantir seus direitos, também impulsionados pela ação do MAB Barra Grande, 11 famílias de atingidos de Campos Novos, dentre elas lideranças locais do MAB, resolveram fazer um acampamento permanente no trevo da BR 470, próximo à cidade de Campos Novos, na estrada que dava acesso à barragem. Neste momento, a empresa dizia que já tinha feito todas as indenizações, e os poucos casos pendentes haviam sido encaminhados para a justiça.

Em dezembro já eram 59 famílias acampadas e, numa tentativa de acordo com a empresa, apenas foi reconhecido o direito de uma senhora, como caso especial, que recebeu 11 mil reais de indenização. Já em 2005, os acampados receberam uma ordem judicial ordenando-lhes que desocupassem a área da BR, o que levou os atingidos a mudarem o acampamento para uma propriedade particular próxima à barragem. Com o passar do tempo, novas famílias foram chegando ao acampamento, perfazendo o total de 200. Com novos levantamentos feitos pelo MAB, estimou-se que existiam ainda 264 famílias com direito à indenização, enquanto a empresa dizia já ter encerrado os trabalhos envolvendo esta questão.

Como alternativa para forçar negociação com a empresa, o MAB buscou envolver o órgão ambiental do estado de Santa Catarina, pois o mesmo tinha liberado para a construção da obra. Na avaliação feita pelo órgão ambiental dos 264 casos apresentados pelo MAB, 160 foram considerados com direito à indenização, 94 precisariam apresentar novos documentos comprobatórios e 10 foram negados. Com a apresentação de novos documentos, 181 famílias, no total, foram consideradas aptas ao direito de indenização. Posteriormente, com a participação da Procuradoria da República e o órgão ambiental do estado de SC, identificaram-se como atingidos, mais 72 famílias de três pequenas vilas, que tiravam seu sustento trabalhando como diaristas nas propriedades que seriam alagadas. No momento em que foram realizados os cadastros das propriedades para desapropriação, os proprietários eram orientados a revogar os contratos com estes trabalhadores.

A partir de então, tinha-se um número definido de atingidos com direito de indenização, que estava sustentado pelo órgão ambiental do estado de SC e pela Procuradoria da República, restando ao Movimento buscar negociação com a ENERCAN para que estes fossem incluídos na lista dos indenizáveis. Para forçar a negociação com a empresa trancou-se a estrada que dá acesso à barragem por algumas vezes. A resposta da empresa foi a solicitação de prisão preventiva de 10 lideranças do MAB, no dia 12 de março de 2005, para evitar que organizassem manifestações no dia 14 do mesmo mês, considerado o Dia Internacional da

Luta Contra as Barragens. A solicitação foi acatada, e 6 prisões¹⁶⁹ foram efetuadas; 4 pessoas que estavam em uma reunião fora do município, foram avisadas e ficaram ausentes por 62 dias até se apresentarem novamente. Os primeiros ficaram presos 24 dias em presídio regional e os demais ficaram presos por 16 dias na cadeia pública de Campos Novos. Posteriormente, foram presos o dono do sítio onde os atingidos tinham o acampamento e um homem que morava de caseiro neste sítio. As prisões foram sustentadas em afirmações que dizem que os mesmos não eram atingidos por barragens, não tinham residência fixa e apresentavam antecedentes criminais. A soltura dos mesmos se deu por justificativas inversas, baseada em documentos do órgão ambiental do estado de SC, que dizia que os mesmos eram atingidos e tinham residência fixa, bem como com a comprovação que não tinham antecedentes criminais. Essa situação é bem representada na fala de J. (liderança local): “Então você vê o que a justiça faz também, né, ela inverte a situação, desdiz o que diz”.

Como ações em busca da indenização precisavam ser feitas, em junho de 2005, optou-se por refazer o acampamento pelo outro lado do rio, agora no município de Celso Ramos. Neste momento, a empresa já havia anunciado algumas propostas de indenizações, que, partindo de R\$ 600,00 para cada família, já tinha chegado a R\$ 8.000,00. Em outubro, organizou-se outra ocupação do canteiro de obras, quando foi possível controlar a central de britagem, e, nas negociações posteriores, a empresa ofereceu R\$ 12.000,00 por família.

A desocupação ocorreu sem aceitação da proposta e partiu-se, então, para uma denúncia junto à entidades de direitos humanos sobre a perseguição política que vinha ocorrendo com lideranças do MAB, dentre elas lideranças do MAB Campos Novos. Foram feitas denúncias junto à OEA e à ONU, o que resultou na vinda de uma representante da ONU, ao local, em novembro de 2005, para averiguações. A passagem da representante da ONU serviu de motivação para que, no início de novembro, fosse realizada uma nova ocupação da barragem, apesar das barreiras¹⁷⁰ colocadas pela empresa e pela forte repressão da polícia, que utilizava balas de borracha, bombas de efeito moral e até Pistola Ponto 40¹⁷¹. Porém o reforço policial obrigou os atingidos a recuarem depois de algumas horas de ocupação. Alguns dias depois foi impetrado mandato de prisão para uma liderança local, que permaneceu quatro meses ausente para que a prisão não fosse concretizada.

Outro tema, envolvendo a barragem de Campos Novos, que gerou discussão foi a

¹⁶⁹ Nesta ação foram apreendidos também 16 veículos, que poderiam vir a serem utilizados caso a manifestação chegasse a ocorrer, segundo entendimento do Promotor de Justiça responsável pelas prisões.

¹⁷⁰ Dois portões foram rodeados de pedras e arame farpado e, mais adiante, sobre a barragem, foi construído um escudo de aço, reforçado com barras de ferro de 15 polegadas, para impedir a entrada dos atingidos.

¹⁷¹ O enfrentamento durou aproximadamente 25 minutos, deixando 19 atingidos feridos. Os atingidos recolheram cápsulas da arma de fogo (MAB/FASE, 2005)

percepção de algumas famílias que moravam na proximidade da barragem de que a mesma apresentava uma pequena rachadura por onde vazava água, fato, que era negado pela empresa. Por precaução, temendo um incidente social e ambiental, o MAB fez um alerta público destacando os riscos no caso de um acidente. Também foram feitos comunicados para o IBAMA, MME, BID e BNDES, solicitando informações e alertando-os sobre a situação, mas não houve resposta de nenhuma instituição. Em 20 de junho de 2006, muitos ribeirinhos, que se encontravam à jusante da barragem, assustaram-se com a quantidade de água que passava a correr pelo rio; ficaram sabendo, depois, que estava sendo esvaziado o reservatório para reparação de rachaduras no muro da terceira hidrelétrica mais alta do mundo (202 metros). A água liberada acabou servindo para aumentar a cota dos reservatórios das hidrelétricas de Machadinho e Itá, pois devido às poucas chuvas na região, encontravam-se abaixo de suas capacidades de armazenamento.

Depois de muitos debates e enfrentamentos, no dia 24 de agosto de 2006, foi assinado o Termo de Acordo entre MAB e ENERCAN¹⁷², no qual 109 famílias receberam R\$ 14.000,00 cada, totalizando R\$ 1.526.000,00 (um milhão e quinhentos e vinte e seis mil reais); as 72 famílias residentes nas vilas receberiam R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), aproximadamente R\$ 13.888,00 cada uma delas, quantia que deveria ser utilizada na organização de reassentamentos¹⁷³; outras 72 famílias, que teriam direito a um reassentamento padrão, com infraestrutura montada, receberam R\$ 2.016.362,00 (dois milhões e dezesseis mil e trezentos e sessenta e dois reais), que, se fossem distribuídos de forma igual, representariam R\$ 28.000,00 para cada uma delas, para organizarem o reassentamento e mais um recurso de R\$ 3.100,00, totalizando R\$ 223.200,00 (duzentos e vinte e três mil e duzentos reais), que seriam dados como contrapartida no programa do Governo Federal (PHS) para construção de casas (MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, 2006). A energia elétrica seria instalada pelo programa Luz para Todos, do Governo Federal, e outras infraestruturas deveriam ser obtidas, também, junto ao poder público ou ser pago com parte do valor das indenizações recebidas. Também foi liberado um valor que seria para custeio da produção inicial. No total, os atingidos receberam R\$ 5.999.000,00 (cinco milhões e novecentos e noventa e nove mil reais). Analisando-se apenas o valor em si, a cifra disponibilizada parece ser significativa; porém, levando-se em consideração o potencial de geração de energia da hidrelétrica, ele

¹⁷² O Termo de Acordo contou com a participação do MME, MPF, FATMA.

¹⁷³ Durante levantamento de campo, participei de uma reunião para definir um grupo de 21 famílias que iriam ocupar uma área de terra já em processo de compra. Ficou evidente a desorganização destas famílias e a dependência que as mesmas tinham das lideranças do MAB, tanto no encaminhamento das discussões da reunião, como para a organização do assentamento.

representa menos de 7 dias de geração de energia. Ou seja, as prisões, enfrentamentos com a polícia, acampamentos, o desgaste psicológico e financeiro dos atingidos custaram menos que 7 dias de funcionamento da hidrelétrica, que será explorada por um pequeno grupo de empresas por 12.775 dias (35 anos), com possibilidades de renovação.

Segundo O.M.R (líder local), no momento da aula de campo, janeiro de 2007, já havia sido formada uma associação dos atingidos para gerenciar o valor da indenização a ser paga e indicada uma comissão para vistoriar e comprar terras para os reassentamentos. Foram, então, compradas três propriedades, para grupos de 11, 9, e 8 famílias, estando mais três áreas em processo de negociação, para 14, 21 e 31 famílias. Os reassentamentos estavam sendo organizados nos municípios atingidos ou vizinhos, o que contribuía para que as famílias não se distanciassem muito de seus locais de origem (Foto 6).

Apesar da luta dos atingidos e das conquistas acima descritas, é feita uma leitura negativa sobre a ação do MAB Campos Novos. Isto se dá pela dificuldade de sua organização inicial, deixando a Comissão ligada à empresa coordenar as negociações com os atingidos; depois, quando tiveram uma organização inicial, não foram capazes de superar as iniciativas da empresa de cooptar lideranças e diminuir o poder de força do MAB; e já no final do processo, com o acordo assinado, não foram obtidas boas indenizações, restando situações



Foto 6 - Reunião com famílias residentes em uma vila para discutir reassentamento

Autor: Atamis Antonio Foschiera

não muito fáceis para serem gerenciadas, como reassentamentos sem infraestrutura garantida por parte da empreendedora, falta de apoio técnico etc. Toda esta situação fica visível ao se fazer a comparação com as indenizações obtidas pelos atingidos da Hidrelétrica de Barra Grande, que se localizava a 20 km de distância.

Parte da equipe responsável pela construção da UHE Campos Novos acabou sendo contratada para trabalhar na construção da Hidrelétrica Foz do Chapecó, que começou seus

trabalhos no canteiro de obras em dezembro de 2006.

4.3.4. Aproveitamento Hidrelétrico Foz do Chapecó

A Usina Hidrelétrica Foz do Chapecó está localizada no rio Uruguai, entre os municípios de Alpestre/RS e Águas do Chapecó/SC (Foto 7). O potencial de geração é de 885 MW de energia, sendo que o reservatório abrange uma área de 70 km² afetando, também, parte dos municípios de Rio dos Índios, Itatiba do Sul, Nonoai, Erval Grande, Faxinalzinho e Barra do Rio Azul, no estado do Rio Grande do Sul, e Guatambú, Chapecó, Caxambú do Sul, Paial e Itá, em Santa Catarina.

O leilão do empreendimento ocorreu em 28 de junho de 2001 e, conforme acordo realizado entre ANEEL e FUNAI, a empresa que ganhasse o leilão deveria adquirir uma área já definida de 1.500 ha e investir na mesma 2 milhões de reais em infraestrutura, tornando-a uma reserva indígena para índios Kaingang que residiam em um bairro da cidade de Chapecó/SC. Como esta área, previamente selecionada, fosse ocupada por pequenos agricultores, devia ser providenciada a indenização e a remoção dos mesmos. Após o leilão, determinou-se que a área deveria ser entregue à FUNAI, até fevereiro de 2002.



Foto 7 - Área onde está sendo construída a hidrelétrica Foz do Chapecó

Autor: Atamis Antonio Foschiera

A concessão do empreendimento foi outorgada pelo Decreto de 15 de outubro de 2001, e o contrato que garante a exploração por 35 anos, passíveis de renovação, foi assinado em 07 de novembro de 2001, entre ANEEL e Consórcio Energético Foz do Chapecó (CEFC), formado pela Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) (40%) e Foz do

Chapecó Energia S.A. (60%) - formada pela CPFL e CEEE. A energia gerada poderá ser comercializada ou utilizada pelos integrantes do consórcio, por os mesmos serem considerados produtores independentes (ANEEL, 2001).

A empresa obteve a Licença Prévia (LP) em 12 de dezembro de 2002 e a Licença de

Instalação (LI) em 21 de setembro de 2004¹⁷⁴, prevendo-se sua entrada em operação em 2008. Porém, o início da obra não ocorreu na data do planejamento inicial, pois a LI foi renovada em 05 de dezembro de 2006 e as atividades no canteiro de obras se iniciaram no mesmo mês, com mudanças nas empresas que formavam o consórcio. O novo consórcio responsável pela concessão do AHE Foz do Chapecó passou a ser formado pelo grupo CPFL, detentor de 51% das ações, FURNAS (empresa estatal), com 40% e a CEEE, com 9%¹⁷⁵.

4.3.4.1. Os atingidos e sua organização

De acordo com o Cadastro Sócio-Econômico concluído em outubro de 1999, e revisado em julho de 2002, serão 1.516 propriedades afetadas pelo AHE Foz do Chapecó, somando um total de 2.474 famílias¹⁷⁶. Do total das famílias atingidas, 71,8% são proprietárias das terras, enquanto 28,2% não são proprietárias e se encontram em situação de agregado, arrendatário, meeiro, posseiro etc. Ali residem descendentes de índios, negros e migrantes italianos, alemães e poloneses. Na área que fará parte do reservatório do AHE Foz do Chapecó predominam as pequenas propriedades, caracterizadas pelo uso intensivo da força de trabalho humano, e, em apenas 5,46% destas, é utilizada a mecanização agrícola. A produção agrícola é predominante, ocupando 44,44% da área, sendo o restante com cultura permanente (10,89%), pastagem e potreiro (29,84), reflorestamento (7,42%) e as demais áreas não estão sendo utilizadas. A criação de frangos e suínos no modelo integrado se faz presente na área. Também, segundo o Cadastro Sócio-Econômico, o empreendimento não atingirá nenhuma área indígena, mas ficará muito próximo de 9 Terras Indígenas¹⁷⁷, o que representa um fator de pressão sobre os mesmos, principalmente no período de construção da obra (DESENVIX/ENGEVIX, 2000).

A organização inicial dos atingidos na região Oeste e Extremo-Oeste do rio Uruguai

¹⁷⁴ O IBAMA desconsiderou parecer do órgão ambiental do estado de Santa Catarina (FATMA), de 22/11/2002, que se manifestava contra a liberação da LI, avaliando a insuficiência de informações nos estudos realizados no EIA/RIMA. Um parecer da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPPUR/UFRJ), também alegava inconsistência do RIMA.

¹⁷⁵ O novo consórcio se formou levando em consideração as Parcerias Público-Privado (PPP). Em 2007, o consórcio foi extinto, dando lugar a uma Sociedade de Propósito Específico devido a exigências contratuais do BNDS.

¹⁷⁶ O MAB Foz do Chapecó contesta esses números dizendo que serão aproximadamente 3.500 famílias atingidas (Dossiê UHE Foz do Chapecó, 01 de fevereiro de 2007).

¹⁷⁷ Terras Indígenas são áreas ocupadas pelos índios e por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários ao seu bem-estar e as necessárias à sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições. É vedada a remoção dos grupos indígenas de suas terras, salvo, *ad referendum* do Congresso Nacional (Art. 231 da Constituição Federal).

ocorreu ainda na década de 1980, quando foi noticiado o projeto da construção das barragens no rio Uruguai, e se formaram as regionais R2 – Itapiranga e Iraí -, e a R4 – Chapecó e Chapecozinho - da CRAB. Inicialmente, planejava-se construir a barragem de Iraí a alguns quilômetros a jusante de onde se localiza a atual Foz do Chapecó, que atingiria uma área muito maior, incluindo duas cidades localizadas no estado de SC (São Carlos e Águas de Chapecó) e vários balneários de águas termais que são comuns na região. Posteriormente, cogitava-se em construir a barragem mais a montante do projeto inicial, não mais atingindo a cidade de São Carlos e apenas Águas de Chapecó. No final de 2006, a obra começou a ser construída no local conhecido localmente como Saltinho do Uruguai, mais a montante das duas áreas previstas anteriormente para construção, não inundando nenhuma cidade.



Foto 8 - Cruzes colocadas em dois momentos da luta dos atingidos (1985 e 2004)

Fonte: Arquivo MAB Foz do Chapecó

pela empresa e a colocação de cruzes no local¹⁷⁸. Foi organizado, também, o Festival Regional da Canção Contra as Barragens, que ajudava a ampliar o debate e envolvia mais os jovens, principalmente pelas Pastorais, tanto da Igreja Católica como da Luterana¹⁷⁹. O Festival ocorreu em várias cidades da região e mobilizou um grande número de pessoas.

Na década de 1990, pouco se falava sobre barragens na região. Mantinha-se uma coordenação, que se reunia a cada 2 ou 3 meses, mas as ações dos atingidos se davam quando

¹⁷⁸ F.I.K (na época pároco na cidade de Caibi/SC) diz que, em outubro de 1985, foi realizado o 1º Dia Nacional contra as Barragens e que, no final da missa, em uma comunidade atingida, saíram em procissão por aproximadamente 1 km até próximo ao rio Uruguai, e arrancaram dois marcos indicativos, colocados pela Eletrosul.

¹⁷⁹ Na época, destacavam-se a Pastoral da Juventude Rural, a Pastoral da Juventude Estudantil e Urbana (Igreja Católica) e a Pastoral Popular Luterana.

A organização, enquanto CRAB, foi muito influenciada por representantes da Igreja Católica e Luterana (Foto 8), com a participação, em alguns momentos, de professores da FAPES para ministrarem cursos e/ou palestras. Nesse período, as ações na região eram intensas, e envolveram a expulsão dos técnicos da Eletrosul, a arrancação de marcos indicativos colocados

colaboravam nas manifestações organizadas pelos atingidos das barragens de Itá e Machadinho.

Em 1997, iniciaram-se os estudos de viabilidade do empreendimento. Esta ação levou a uma nova organização por parte dos atingidos, que passaram a desenvolver ações para impedir os levantamentos que vinham sendo feitos. Paravam-se os trabalhos por algum tempo e, depois, recomeçavam novamente¹⁸⁰. Para facilitar a realização dos trabalhos, a empresa começou a contratar pessoas do local para ajudarem nos trabalhos, o que gerou um desentendimento entre os próprios atingidos, facilitando a realização das atividades da empresa. Até o ano 2000, além do Estudo de Viabilidade, deu-se a Elaboração do EIA/RIMA, sempre num clima de tensão, o que fez com que famílias e algumas comunidades não fossem incluídas no Levantamento Sócio-Econômico (J.M.B – líder local).

Como os estudos avançavam, sentiu-se necessidade de ter uma maior organização dos atingidos, e algumas pessoas das comunidades passaram a fazer cursos de lideranças em outras regiões junto ao MAB e, posteriormente, alguns cursos foram organizados nas próprias comunidades atingidas. Nestes cursos, predominavam temas como luta de classes, questão energética e organização do movimento. Neste período, segundo P.L.M (liderança local) o MAB Nacional estava se reestruturando, começando a se articular com outras entidades e outros movimentos sociais, deixando de ter uma visão focada nas barragens e começando a se inserir em uma luta mais geral, que discutia um novo projeto para a sociedade, e proporcionava uma maior aproximação com o MST, que por sua vez, cedia vagas para lideranças do Movimento nos cursos que organizava. É neste momento que passa a se formar o MAB enquanto movimento nacional, pois, até então, tinha-se uma Coordenação Nacional que servia de apoio para as organizações de atingidos por barragens ou por grupo de barragens. Estava se colocando a necessidade dos atingidos terem um projeto nacional, e para tanto, tinham que ser, realmente, um movimento nacional. Nesta renovação, que ocorria internamente no MAB, a direção Nacional já apresentava os primeiros sintomas de não mais acreditar nas ações dos atingidos, pelo menos na forma como vinha ocorrendo até o momento, para fazer frente à política energética e, em especial, à construção de barragens¹⁸¹, o que causará vários debates no interior do Movimento.

Apesar da facilidade, num primeiro momento, de aglomerar um número significativo de atingidos, muito ainda reflexo das mobilizações que ocorreram no passado via CRAB, o

¹⁸⁰ Segundo J.M.B. (líder local), de 1997 a 2000, os trabalhos foram parados e reiniciados 9 vezes e, na época, era fácil reunir-se de 300 a 1.000 pessoas, para forçar a paralisação dos trabalhos.

¹⁸¹ Este tema será analisado de forma mais específica em outro capítulo, que mostrará a própria mudança de nome das várias Comissões Regionais para MAB.

MAB não conseguia se organizar para formar muitas lideranças que tivessem um envolvimento maior na estruturação do Movimento, dependendo muito do espontaneísmo dos atingidos. A presença da empresa na região divulgando a obra, contratando pessoas da comunidade para executarem algumas tarefas etc., colocava em xeque o potencial de organização e de enfrentamento dos atingidos. Desta forma, em 2001, o MAB Foz do Chapecó optou por realizar uma grande assembléia com os atingidos dos 13 municípios, na qual o ponto principal da pauta era decidir sobre a linha de atuação do Movimento, ou seja, se seria uma luta contra a construção da barragem ou se eles partiriam para a discussão sobre direitos voltados às indenizações. A assembléia se realizou no município de Alpestre/RS, contou com mais de 1.500 atingidos e foi conduzida por lideranças do MAB Nacional. A decisão tomada foi a de que eles não se oporiam à construção da barragem e iriam se organizar, buscando boas indenizações. A ideia era não deixar que as obras se iniciassem antes que se fechasse um acordo com os atingidos. A decisão da assembléia significou que os atingidos aprovaram a construção da hidrelétrica.

Após avaliarem a assembléia realizada, tornou-se consenso, entre as lideranças locais, que a realização da mesma, com aquela pauta e naquele momento, fora um erro e significara uma perda para os atingidos pela barragem. Estas lideranças assumem sua culpa, destacando a visão limitada que tinham na época sobre a questão e, também, por eles mesmos não terem conduzido a assembléia, já que estavam envolvidos diretamente com a situação. Também fazem uma crítica à forma de condução da mesma pelos representantes da direção nacional do MAB, que facilitou para que o desfecho final fosse a luta por direitos. As lideranças locais afirmam que, na época, muitos atingidos queriam fazer frente à construção da barragem e que, se o Movimento tivesse investido de forma contundente na luta contra a barragem, intensificando a formação de lideranças e proporcionando uma efetiva participação dos atingidos nesta luta, teriam impedido a construção da mesma. Nesta situação, parece surgir uma primeira amostra de uma divergência maior de idéias sobre a linha de atuação entre a direção nacional do Movimento e a organização local dos atingidos, que também será percebida em outros momentos.

Seguindo a decisão tomada pela assembléia, partiu-se para uma negociação com a empresa que havia ganho a licitação do empreendimento, realizando-se reuniões que discutiam o conceito de atingido, as formas e os valores a serem pagos como indenização, entre outros. Nestas reuniões, os avanços eram restritos porque os representantes da empresa tinham um poder limitado de negociação frente os anseios do MAB. Devido aos desacordos entre MAB e empresa, a última passa a criar Comitês Municipais de Negociações,

envolvendo atingidos, representantes dos poderes políticos constituídos e outras lideranças locais, sendo reservadas duas vagas para o MAB indicar seus representantes, em cada um dos 13 municípios atingidos; o MAB, porém, não se fez presente nas reuniões dos Comitês.

Os Comitês ficaram encarregados de pensar e de discutir com a empresa um Termo de Acordo para o Remanejamento da População e Manutenção das Atividades Econômicas nas áreas diretamente atingidas pela UHE Foz do Chapecó. De setembro de 2002 a dezembro de 2004 ocorreram várias reuniões nas comunidades, que levaram à definição do Termo de Acordo acima referido, que foi registrado nos Cartórios de Títulos e Documentos das Comarcas dos municípios atingidos. No Termo de Acordo ficou definido que tanto proprietários como não proprietários teriam direito à indenização, bem como filhos maiores de 18 anos que dependam do imóvel atingido para a subsistência; foram determinados os valores para definição da força de trabalho onde: pessoas de 15 a 60 anos tem peso 1, cada pessoa com idade entre 05 e 10 anos acrescerá na composição da força de trabalho da unidade familiar 0,25, as com idade entre 11 e 14 anos acrescerão 0,60 cada uma, as que tiverem idade superior a 60 anos acrescerão peso 1,00 e as pessoas portadoras de doenças limitantes ou incapacitantes à execução de atividades agropecuárias serão consideradas como as demais pessoas, sem consideração de eventuais limitações para sua capacidade de trabalho (Tabela 8). Os valores determinados não são diferenciados entre homens e mulheres, tendo o mesmo peso para ambos os sexos.

Tabela 8 - Força de Trabalho por faixa etária

FAIXA	FAIXA ETÁRIA	SEXO	Valor da Força de Trabalho
01	05 a 10	ambos	0,25
02	11 a 14	ambos	0,60
03	15 a 60	ambos	1,00
04	mais de 60	ambos	1,00

Fonte: Termo de Acordo, 2004

Também fazem parte do Termo de Acordo as modalidades de indenizações que poderiam ser pagas, tanto para os atingidos do canteiro de obras como para os atingidos pelas águas do reservatório:

- a) Indenização em dinheiro aos proprietários ou posseiros de imóveis e/ou benfeitorias atingidos pelo empreendimento;
- b) Reassentamento Rural Coletivo - áreas parceladas em lotes rurais individuais, com infraestrutura comunitária;
- c) Auto-Reassentamento (Carta de Crédito) - a própria família se responsabiliza pelo

seu reassentamento, através da busca e aquisição de um imóvel que obedeça as características mínimas estabelecidas pelo CEFC - Consórcio Energético Foz do Chapecó, com prévia avaliação da capacidade de execução a ser realizada por profissionais habilitados e aprovação do órgão licenciador ou quem ele delegar;

- d) Reassentamento em Área Remanescente - áreas de imóveis que foram adquiridos na sua totalidade, mas que não serão inundadas e não farão parte da área de preservação permanente na orla do reservatório.

As famílias que optarem por alguma forma de reassentamento terão direito a uma verba de manutenção até colherem a primeira safra, desde que não ultrapassem um período de nove meses, além de apoio na correção de solo e assistência técnica.

O indivíduo, ou unidade familiar postulante a benefício de indenização, e que tiver negado seu pedido, terá seu caso submetido à análise de uma Comissão Paritária formada por representantes do Consórcio Energético Foz do Chapecó (CEFC), lideranças dos atingidos, representantes do poder público local, membros dos órgãos ambientais dos estados envolvidos e/ou do IBAMA, a fim de que sejam supridas eventuais dúvidas ou lacunas que, uma vez superadas, ensejarão a tomada de decisão final (IBAMA, 2004). O cumprimento deste documento passou a ser uma das condicionantes para a empresa obter a LI.

Os empreendedores, que tinham a responsabilidade de entregar a reserva indígena para a FUNAI até fevereiro de 2002, não o fizeram e, mesmo assim, obtiveram a Licença Prévia em dezembro de 2002, ficando como condicionante o repasse da reserva para obterem a Licença de Instalação. A LI foi liberada em dezembro de 2004 e, depois, renovada em dezembro de 2006; mas, em 2007 ainda havia algumas famílias de agricultores residindo na área. A empresa justifica que realizou todos os trâmites que lhes cabiam, e o atraso se dá “devido à demora na emissão de Decreto por parte do Governo Federal”.¹⁸²

Em 21 de setembro de 2004, a empresa obteve a L.I., o que significava que, a qualquer momento, poderiam ser iniciadas as obras. Neste momento, o MAB Foz do Chapecó entendia que não tinha nenhuma definição objetiva de como se daria o processo de indenização. Diante desta situação, organizou-se uma ocupação do local onde estava previsto o canteiro de obras, montando ali um acampamento, durante o período de 23 de maio de 2005 até 14 de dezembro de 2006 (Foto 9). Entre os objetivos do acampamento estavam: evitar que a empresa iniciasse as obras; forçar uma negociação entre o consórcio responsável pela barragem e o MAB; criar

¹⁸² Consórcio Energético Foz do Chapecó – ofício encaminhado ao MAB Foz do Chapecó em 22 de julho de 2005, como resposta a documento enviado pelo Movimento, com o propósito de marcar uma audiência com os diretores da empresa, sendo este tema um ponto de pauta.

um fato político para ampliar a discussão sobre energia com toda a sociedade, questionando também a idéia de que o empreendimento traria desenvolvimento regional. Para garantir a manutenção do acampamento, decidiu-se que, a cada semana, representantes de dois municípios continuar a ser alojados no mesmo, o que facilitou sua manutenção por este longo período.



Foto 9 - Acampamento na área planejada para ser canteiro de obras
 Autor: Arquivo MAB Foz do Chapecó

O MAB buscava a realização de negociação com a empresa, porém a esta se recusou a abrir diálogo com o Movimento, sendo taxativa em sua resposta¹⁸³ à solicitação de reunião pelo MAB, alegando que estava cumprindo com suas obrigações, seguindo os compromissos assumidos no Termo de Acordo assinado com os Comitês Municipais e que o

canal de diálogo da mesma com os atingidos eram os Comitês e que o MAB, mesmo tendo se ausentado das discussões, ainda tinha suas vagas garantidas nas reuniões e lá poderia expor suas demandas. Com a instalação do acampamento na área prevista para o canteiro de obras, o MAB conseguiu forjar um fato político que chamou a atenção da mídia; porém, o Movimento não conseguiu ampliar a discussão sobre a questão energética e desenvolvimento regional dentro do que se propunha. O longo período de acampamento também levou a um desgaste dos atingidos, pois sem a clareza do planejamento do consórcio para a obra tinha-se a impressão de que estavam lutando contra “moinhos de vento”¹⁸⁴.

Interessada em iniciar as obras, no momento em que o MAB mantinha o acampamento onde estas seriam realizadas, a empresa entrou com solicitação junto à ANEEL, em 25 de novembro de 2005, pedindo que fosse declarada a área do canteiro de obras como de utilidade pública para fins de desapropriação, levando em conta o Contrato de Concessão que dizia: “A concessionária tentará de forma amigável a liberação da área junto aos moradores e, caso não consiga, poderá solicitar à ANEEL a Declaração de Utilidade Pública dos terrenos e

¹⁸³ Conforme ofício de 22 de junho de 2005, que a empresa enviou ao MAB.

¹⁸⁴ Fazendo uma alusão à história de Don Quixote.

benfeitorias” (Contrato de Concessão, 2001 p.12). Com base nestes documentos, a empresa entrou na justiça com solicitação de reintegração de posse, que foi acatada e, no dia 14 de dezembro de 2006, amparados pelo decreto de despejo da justiça, aproximadamente 150 policiais foram até o acampamento e, depois de algumas horas de negociação, os atingidos abandonaram a área. Nas negociações para a saída dos atingidos o MAB Foz do Chapecó conseguiu o compromisso de um acompanhamento mais próximo por parte dos técnicos do MME no que se refere à indenizações, o que poderia levar a uma abertura maior de negociação do Movimento com os responsáveis pela condução das indenizações, por parte do consórcio.

As primeiras negociações para indenização ocorreram com os atingidos que residiam na área do canteiro de obras. Dentro dos critérios estabelecidos pela empresa, 67 famílias teriam direito a indenização e outras 30, não. As negações estavam justificadas, principalmente, no não-vínculo das famílias com a área, no momento da Licença Prévia¹⁸⁵, que foi o período-referência para dizer quem era atingido. A partir destas informações dois debates surgiram:

a) o questionamento sobre os casos negados, feito tanto pelo MAB como por próprios integrantes do Comitê Municipal, em destaque de Águas do Chapecó, como se pode perceber na fala de A.M.S. (Comitê Municipal de Águas de Chapecó)¹⁸⁶:

Então é isso que essa semana nós vamo discutir, porque nós queremos que eles dê pra essas pessoas. E se é possível nós queremos que o pessoal de Minas de Energia¹⁸⁷ vai lá ver aonde é que tá morando essa pessoa. Porque tem gente que saiu sem direito a nada e que tá morando mal, passando até dificuldade. E isso existe aqui, e eu quero que o pessoal de Minas de Energia, se eles me duvidar eu falo: “Olha, vamo embarcar no carro e eu levo vocês lá. Vamo lá ver aonde é que essa pessoa morava, tem a foto da casa dele, e aonde é que ela tá morando agora, debaixo de um pano, debaixo de uma lona.” (A. M. S., entrevista).

Até meados de fevereiro de 2007, período do levantamento de campo, ainda não havia ocorrido nenhuma reunião para se analisarem os casos negados.

b) quanto à forma de indenização, pelo Termo de Acordo feito entre Comitês Municipais e empresas, os indenizados poderiam escolher entre as modalidades oferecidas – pagamento em dinheiro, reassentamento rural coletivo, reassentamento em áreas

¹⁸⁵ A proposta inicial do Consórcio era que a definição de quem teria direito à indenização fosse baseada no levantamento sócio-econômico realizado, em 1999, e, depois, passou a se considerar o momento da concessão da LP.

¹⁸⁶ A.M.S. é integrante do Comitê Municipal de Águas de Chapecó/SC e atingido indenizado pelo canteiro de obras e será novamente atingido pelas águas do reservatório, pois tinha duas propriedades.

¹⁸⁷ Inicialmente a MME não estava inserido na discussão dos casos onde as indenizações foram negadas, mas ao longo do processo alguns técnicos deste ministério foram tendo uma maior ação na área, assumindo o papel de mediadores das discussões entre os diferentes grupos de atingidos e a empresa.

remanescentes e auto-reassentamento (Carta de Crédito) -; porém, alguns atingidos do canteiro de obras disseram que os técnicos da empresa, ao passarem pelas casas das famílias para discutirem essa questão, não colocavam a possibilidade de reassentamento rural coletivo, que era a opção de muitas das famílias, dando a impressão de que esta possibilidade havia sido descartada. A empresa buscava iniciar a obra o mais rápido possível e o destino das famílias atingidas era incerto. Vários agentes imobiliários¹⁸⁸ aproveitaram-se desse momento, marcado pela pressão das famílias atingidas e pela incerteza do destino das mesmas, e passaram a pressionar as famílias a aceitarem indenização em dinheiro ou Carta de Crédito. Também, levavam os atingidos para verem áreas de terra e pressionavam a assinatura de um pré-contrato de garantia de compra para ser pago no momento da indenização. Os que resistiam à pressão e “teimavam” em querer o reassentamento rural coletivo iam ficando sem fazer acordo, enquanto os demais eram indenizados e tinham que desocupar o local.

Os que persistiram na garantia do reassentamento rural coletivo, até o momento do levantamento de campo, encontravam-se em duas situações: 1 – os que se localizavam na área onde as obras iam se iniciar de imediato foram alojados em outros locais, sob responsabilidade da empresa, e passaram a receber uma ajuda de custo. Pode-se citar, aqui, o caso de C.B. (atingida de 66 anos), que passou a morar em uma pequena casa de madeira, feita pela empresa, na propriedade de uma filha, até serem instalados no reassentamento; e de outro senhor, que estava morando na cidade, em uma casa alugada pela empresa, até o reassentamento ficar pronto, também recebendo ajuda de custo; e 2 – os que se localizavam em locais onde as obras demorariam um tempo para serem realizadas, continuavam morando no mesmo local, de onde deverão mudar-se diretamente para o reassentamento. A área de reassentamento já estava sendo providenciada pela empresa. Os que moram na área do canteiro de obras, mas em áreas que não serão ocupadas imediatamente, continuarão no local e tenderão a sair diretamente para o reassentamento.

Com a desarticulação dos atingidos ligados ao MAB, devido ao despejo dos mesmos do acampamento, a direção local do Movimento tirou como meta, para os primeiros meses de 2007, voltar a fazer reuniões nas comunidades, com o fim de buscarem novas formas de se manterem ativos na luta pelas indenizações justas e de ampliarem o número de comunidades a serem indenizadas. Nas colônias de pescadores destacavam-se reclamações sobre os prejuízos que vinham tendo devido à instalação da barragem de Itá, localizada à montante, também no

¹⁸⁸ Um grande número de funcionárias de imobiliárias, localizadas nos três estados do Sul do país, passaram a visitar os atingidos que iriam ser indenizados diariamente, oferecendo-lhes terras para a compra.

rio Uruguai¹⁸⁹. O objetivo do MAB era incluir estes pescadores entre os atingidos, já que, segundo a empresa estes não seriam impactados. Numa terceira comunidade, a reunião foi com agricultores, quando se percebeu, claramente, a disposição de alguns em fazer enfrentamentos com a empresa e, a de outros, que se demonstravam prontos a aceitar o que tinha sido proposto a eles, até o momento. Nestas reuniões, inicialmente, as lideranças do MAB buscavam discutir questões relacionadas ao setor elétrico e ao preço da energia; porém, era quase que uma voz isolada, pois ao se tratar da questão das indenizações, os demais participantes tinham maior envolvimento.

O ponto de maior divergência entre o MAB e a empresa era a definição do conceito de atingido, que definiria quem teria ou não direito à indenização. Para a empresa, o atingido com direito à indenização é aquela família que tem um vínculo direto com área atingida, que “São todas as pessoas, unidades familiares, órgãos oficiais, entidades ou empresas que possuem imóveis, que dependem da terra ou da água, afetadas pela formação do reservatório, acrescida da área necessária à formação da área de preservação permanente” (Termo de Acordo, 2004). O MAB defende a ideia de Comunidade Atingida, que envolve também famílias que, embora não se encontrem na área atingida, terão perdas sociais de grande porte ao constatarem que suas estruturas comunitárias ficaram inviáveis, não conseguindo, por exemplo, manter o time de futebol, organizar eventos na comunidade, preservar o patrimônio comunitário existente, devido ao reduzido número de famílias que ficarão residindo na comunidade, devido à migração compulsória das mesmas em função da barragem.

Outro ponto que chama a atenção é a criminalização de algumas lideranças do Movimento, que passaram a sofrer ações judiciais como: Ação de obrigação de não fazer sob pena de multa diária; Ação Cautelar Inominada e ação criminal. Estas ações são amplamente divulgadas nos meios de comunicação locais e, segundo os envolvidos, o objetivo é tentar passar para os demais uma visão distorcida dos representantes, como sendo marginais, ou de baderneiros e, assim, colocar o Movimento em descrédito perante a sociedade.

O MAB Foz do Chapecó tem programas semanais de rádio em duas emissoras locais, e este é o meio de comunicação mais abrangente e constante utilizado; ele contribui, também, para manter a sociedade regional informada sobre os acontecimentos, a partir de seu ponto de vista.

¹⁸⁹ Informações obtidas *in loco*, pois participei de duas reuniões em colônias de pescadores.

4.3.5. Usina Hidrelétrica de Itapiranga

A Usina Hidrelétrica de Itapiranga está planejada para ser construída no rio Uruguai, no Extremo Oeste da divisa entre os estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, nos municípios de Itapiranga/SC e Pinheirinho do Vale/RS. Deverá atingir, também, áreas dos municípios de Caiçara, Vicente Dutra e Vista Alegre, no Rio Grande do Sul, e de São João do Oeste e Mondaí, em Santa Catarina (PAIM e ORTIZ, 2006).

O empreendimento está planejado para gerar 724 MW de energia, e deve ocupar uma área de 61 km², atingindo 700 famílias. Ele se encontra em fase de Estudos de Viabilidade, sob a responsabilidade da CNEC Engenharia Ltda. e do Grupo Camargo Corrêa, que por sua vez, terceirizaram várias atividades a serem desempenhadas. A previsão do leilão do mesmo foi agendado para junho de 2008, com a previsão de início das obras para junho de 2009 e o da geração de energia para julho de 2013 (Jornal Expressão, 2007).

4.3.5.1. Os atingidos e sua organização

A organização dos atingidos pela barragem de Itapiranga ocorreu no interior da criação da CRAB; nele faziam parte da R2, e tiveram influência da Igreja Evangélica de Confissão Luterana do Brasil, por ser uma área com forte presença de imigrantes alemães. Este empreendimento estava entre os primeiros a serem construídas, na década de 1980.

Os integrantes da R2 da CRAB estavam entre aqueles que inicialmente desenvolveram ações de enfrentamento contra a Eletrosul, impedindo técnicos de realizarem levantamentos em suas propriedades, mantendo presos os que eram pegos nas propriedades¹⁹⁰, fazendo arrancamento de marcos de identificação, e pressionando as famílias de técnicos, que passavam a residir na cidade¹⁹¹. Estas ações contribuíram para que a obra fosse retirada da lista de prioridade de construção.

Nos anos de 1990, antigas lideranças locais da CRAB continuaram mantendo uma organização, participando de eventos e de manifestações públicas, organizadas por atingidos de outras barragens, previstas no rio Uruguai. Com o início da construção da UHE Foz do Chapecó, na parte Oeste do rio Uruguai, dentro do trecho brasileiro, a ameaça de construção

¹⁹⁰ Por falarem alemão, língua que os técnicos não conheciam, ficava mais fácil se comunicarem sem que os mesmos soubessem o que estavam falando, sendo este um elemento que favorecia os atingidos.

¹⁹¹ Inicialmente alguns técnicos passaram a residir com suas famílias na cidade de Itapiranga.

da barragem de Itapiranga parece estar cada vez mais sólida; entretanto, segundo A.M.¹⁹², os atingidos estão organizados e determinados a não deixar que a barragem seja construída. Pessoas desconhecidas que circulam pela área a ser atingida geralmente são abordadas pelos moradores para saber se elas estão executando atividades voltadas à construção de barragens.

Um fato curioso aconteceu há pouco tempo¹⁹³, quando um pequeno avião fez vários voos rasantes sobre uma comunidade a ser atingida pela barragem. Vários comentários passaram a serem feitos e os moradores estavam alerta para ver se algo de diferente viria a acontecer. Alguns dias depois, passaram pela comunidade vendedores de quadros com fotos aéreas, que haviam sido tiradas pelo referido avião; porém tiveram que se explicar muito até convencerem as famílias de que eles não tinham ligação alguma com a construção da barragem.

Outro fato que merece destaque, em relação aos atingidos pela barragem de Itapiranga, ocorreu em 23 de agosto de 2007 e foi noticiado por um jornal da região (Jornal Expressão). Técnicos da empresa DESENVIX¹⁹⁴ marcaram uma reunião com autoridades municipais de Itapiranga para este dia e teriam uma seqüência de reuniões com autoridades dos demais municípios atingidos. Logo que se iniciou a reunião, aproximadamente 300 atingidos ocuparam o local, manifestando-se contra ela. Na ocasião, vereadores, representantes de sindicatos de trabalhadores rurais, de cooperativas, do Movimento das Mulheres Camponesas, entre outros, que também eram contrários à construção da barragem, questionaram o porquê de as pessoas, que seriam diretamente impactadas pela obra, estarem sendo excluídas do debate. O representante da empresa se manifestou, dizendo que é de praxe da empresa se apresentar, num primeiro momento, às autoridades municipais constituídas, em seguida, às demais organizações, entre as quais o MAB, para então chegar até as comunidades atingidas.

Depois de discursos e debates, a decisão tomada era que não seria realizada a reunião no município e, também, foram canceladas, via telefone, as reuniões que os representantes da empresa teriam nos demais municípios, pois, caso tentassem realizar as reuniões, elas seriam interrompidas da mesma forma, em todos os demais municípios. Buscando demonstrar o poder de organização dos atingidos, uma liderança local destacou que: “foi só um pio que disparou e o povo estava todo aqui. Se nós tivéssemos avisado na rádio, teriam vindo mais de 1000 pessoas” (Jornal Expressão, 108ª Edição p. 12).

¹⁹² Liderança local desde o surgimento da CRAB.

¹⁹³ Não é possível definir a data, pois, inicialmente, o fato contado passou-me despercebido, só percebendo sua importância quando da leitura da entrevista.

¹⁹⁴ É uma empresa já conhecida pelos integrantes do MAB, por fazerem EIA/RIMA em várias barragens.

4.4. Aproveitamento Múltiplo de Manso

A Usina Hidrelétrica do Manso¹⁹⁵, localizada no município de Chapada dos Guimarães/MT, utiliza as águas que compõem a sub-bacia do rio Manso – Rio da Casca, Palmeira e Quilombo – que deságua no rio Cuiabá, e este, por sua vez, deságua no rio Paraguai (Figura 9).

A área inundada é de aproximadamente 427 km², pertencentes aos municípios de Chapada dos Guimarães, Rosário Oeste e Nova Brasilândia. Ela era ocupada por grandes e pequenos proprietários rurais, além de posseiros, meeiros, ocupantes e garimpeiros, que ali se encontram há muito tempo (RIBEIRO, 2000).

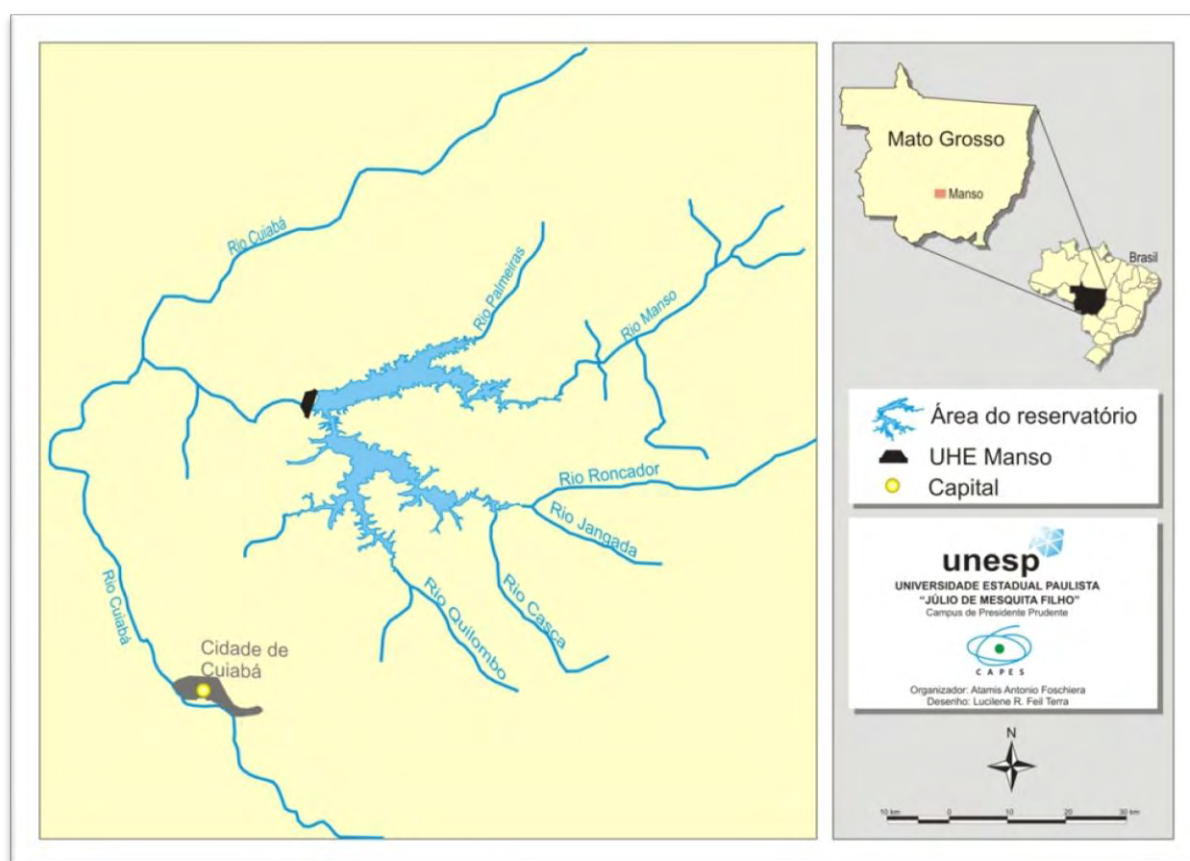


Figura 10 – Localização do Aproveitamento Múltiplo de Manso – MT

A ideia da construção de barragem vem desde 1974, após uma grande enchente que causou enormes danos nas cidades de Cuiabá e Várzea Grande, por onde cruza o rio Cuiabá. O Departamento Nacional de Obras Contra a Seca (DNOCS) fez estudos preliminares na área, visando a construção da barragem para evitar novas enchentes; mas, por problemas financeiros, a proposta não foi levada adiante. Em setembro de 1988, a Eletronorte assume a

¹⁹⁵ O empreendimento é veiculado com o nome de Aproveitamento Múltiplo de Manso (APM Manso)

construção do empreendimento; entretanto, menos de dois anos depois, a obra parou, por falta de investimentos.

A proposta de retomada da construção da Usina de Manso ocorreu em 1996, quando foi aberta licitação para que grupos particulares pudessem participar da composição do grupo responsável pela construção e concessão de exploração da energia produzida. Antes da abertura das propostas dos interessados pela licitação, o Tribunal de Contas da União (TCU) invalidou o processo licitatório, alegando que essa negociação deveria ser coordenada pelo Conselho Nacional de Desestatização (CND), órgão criado pelo Governo Federal para conduzir as privatizações no país.

Realizada a licitação pelo CND, saiu vencedora a empresa Produtos Energéticos de Manso (PROMAN), formada pela Odebrech, Servix e Pesa Engenharia (RIBEIRO, 2000).

Já no ano de 1997, quando se realizou o acordo financeiro entre as empresas envolvidas na obra, decidiu-se que a Eletronorte entraria com 70% dos custos e a consorciada, PROMAN, com os demais 30%. Decidiu-se, também, que nos primeiros cinco anos de funcionamento, a maior parte da energia produzida seria da PROMAN: 96% no primeiro ano, 75% no segundo e no terceiro anos, 72% no quarto ano e 61% no quinto ano. A partir do sétimo ano, a PROMAN receberia 30% da energia produzida. Ficou decidido, também, que os custos em investimentos ambientais e de desapropriação e realização das obras civis ficariam a cargo da Eletronorte (RIBEIRO, 2000).

Retomadas as obras, já no ano de 1998, ocorreram muitas discussões em escala regional, nas quais se questionavam os impactos ambientais e sociais da obra; a relação custo benefício do empreendimento; e o jogo de interesse de políticos e grupos econômicos que se beneficiariam da obra, entre outros.

Em fevereiro de 1999, a parte do empreendimento que pertencia à Eletronorte foi transferida para Furnas (também empresa da Eletrobrás), que detinha maior disponibilidade de recursos financeiros e maior probabilidade e credibilidade de garantir a finalização das obras.

O fechamento das primeiras comportas da represa ocorreu em 30 de novembro de 1999, gerando uma considerável mortandade de peixes à jusante da represa, o que foi considerado “dentro do previsto” pelos empreendedores, mesmo ocorrendo muitas manifestações de protesto por parte de ambientalistas. Em 08 de dezembro de 2000, a Usina Hidrelétrica de Manso entrou em funcionamento, tendo potencial para gerar 210 MW, quando estiver operando com sua total capacidade de geração (Foto 10).

Enceraram-se desta forma as discussões sobre a construção ou não da Usina Hidrelétrica de Manso, mas continuavam presentes as discussões sobre o processo de



Foto 10 - Aproveitamento Múltiplo de Manso

Autor: Atamis Antonio Foschiera, maio de 2007

indenização e reassentamento dos atingidos pelas águas do reservatório.

4.4.1. Os atingidos e sua organização

O município de Chapada dos Guimarães e seu entorno teve sua ocupação marcada pela presença de

Sesmarias, caracterizadas por fazendas com agregados e de Quilombos, estando esses últimos localizados, principalmente, nas proximidades de rios como Casca, Quilombo e Manso. Características dessa ocupação ainda se faziam presentes no momento da construção da Usina Hidrelétrica de Manso.

As famílias que viviam nas fazendas como agregadas tinham suas relações com o proprietário mediadas pelo gerente, em acordos de arrendamento de terras, de pastos ou de porcentagem de diamantes para os garimpeiros. Nas áreas de quilombolas consolidaram-se ao longo do tempo, os vínculos de parentesco, vizinhança e compadrio, além de uma produção de subsistência marcada pelo cultivo agrícola, a pesca e a coleta. Essas populações, na sua grande maioria, não detinham a propriedade da terra e viviam na condição de posseiros.

As atividades de subsistência eram regidas pelas estações do ano, sendo considerados o inverno, ou época das chuvas (de outubro a março), e o verão, ou época da seca (de abril a setembro). Além da roça, geralmente, faziam parte da unidade familiar de produção o bananal, o brejo de reserva, capoeira, horta, mandiocal, mato, pasto, pomar, quintal, cerrado. Eram espaços aos quais os moradores tinham livre acesso e de onde retiravam produtos úteis a sua sobrevivência. Os produtos predominantes obtidos nas propriedades eram mandioca, arroz, milho, banana e feijão (SANTOS et al, 2005).

A ligação das comunidades com o mercado externo era feito por meio de “marreteiros/atravessadores”, - intermediários que compravam produtos agropecuários, peixes e diamantes na região e os revendiam, principalmente, nas cidades de Chapada dos Guimarães e Cuiabá. Pode-se dizer que predominava um estilo de vida pré-capitalista, tradicional e

fortemente relacionado com a natureza, na maior parte da área a ser afetada pela Usina de Manso.

Segundo dados do Grupo de Estudos e Pesquisa do Pantanal, Amazônia e Cerrado (GERA) (2003), antes da formação do lago, na área afetada pelo mesmo, a população estava distribuída por cerca de 200 localidades, abrangendo pequenos povoados, pequenas propriedades, fazendas e posses, em áreas de difícil comunicação, o que contribuía para o fato de terem um modo de vida fortemente marcado por questões locais. Também se fazia presente, no coletivo, um clima de segurança e confiança em relação ao futuro, bem como a certeza de poder contar com os vizinhos para troca de alimentos, em ocasiões de dificuldades financeiras, em caso de doenças, em mutirões para atividades agrícolas, na organização de festejos etc.

Segundo levantamento realizado pela Universidade Católica de Goiás (UCG, 2001), que foi responsável pelo Projeto de Levantamento e Resgate do Patrimônio Histórico e Cultural da UHE Manso, localizar a casa próxima a um rio ou córrego sempre fora um questão primordial para os moradores da área afetada pela barragem de manso. A água dos rios e dos córregos era importante para se cozinhar e beber, lavar roupa e vasilhas, tomar banho e praticar o lazer. Na construção das casas, utilizavam-se materiais naturais, obtidos nas proximidades. Geralmente, as paredes eram feitas de madeira roliça e recobertas com barro, e o telhado era feito com palha de babaçu, palmeira abundante na região. O citado levantamento destaca a presença de casa de adobe (tijolo cru) em uma localidade do rio Manso e casas (denominadas barracos), com paredes e cobertura de folhas de babaçu, que eram as residências temporárias de garimpeiros.

A identificação dos atingidos com os rios vem à tona quando afirmam que “sou do rio Manso”, ou “sou da Barra do Rio Casca”, ou “sou do rio Quilombo”, destacando sua condição de ribeirinho, e por conseqüência, seu modo de vida influenciado pelo regime dos rios. O rio se configura como um ecossistema estratégico no viver ribeirinho, pois é dele que a população retirava parte de seus meios de sobrevivência. Não apenas o utilizavam para a pesca, atividade elementar à sua sobrevivência, mas também para construir as suas redes de sociabilidade. (Relatório Pallos Consultorias, 2006, p.17-18).

A construção da barragem do Manso gerou a desapropriação oficial (reconhecida por Furnas) de aproximadamente 630 famílias, sendo que apenas 26% delas tinham titulação de terra. Aos proprietários de terra foi pago 100% do valor da mesma e, aos posseiros, 50% do seu valor. (RIBEIRO, 2000). Do total das famílias atingidas 422 foram reassentadas pelos programas de Furnas, 59 optaram pela auto-relocação e as demais 149 foram excluídas por

não preencherem os pré-requisitos do programa. Possuir titulação da terra ou benfeitorias na área inundada foram os principais critérios na definição de quem seria indenizado. Dessa forma, “garimpeiros, lavradores com roças nas áreas alagadas, mas residentes em áreas distintas das inundadas, comerciantes de localidades de entorno, pescadores, entre outros, foram excluídos dos programas sociais de Furnas” (Relatório GERA, 2003, p.6).

As famílias foram reassentadas no município de Chapada dos Guimarães/MT, em cinco comunidades: Campestre, Bom Jardim, Mamed, Água Branca, Quilombo. O programa social de assentamento contemplava um lote de 15 ha para cada família, preparo e correção de solo em área de 04 ha, a construção de uma casa de 51,12 m², como também instalação de energia elétrica, esgoto com fossa séptica e água potável. Estavam previstos, também, o custeio de projetos de irrigação, o fornecimento de cestas básicas durante um ano após o reassentamento, a assistência técnica agrônômica por dois anos, um caminhão e uma patrulha mecânica para os reassentados. (RIBEIRO, 2000).

Mesmo tendo um plano de reassentamento, que apresentava os já citados e outros compromissos com os reassentados, o descontentamento, por parte do atingidos e outros grupos que se sentiram excluídos, foi se intensificando. Muitas pessoas dizem terem sido atingidas pelas águas do lago e não terem recebido indenização; pescadores, que julgam terem sofrido prejuízos com o represamento das águas, cobram compensações das perdas; muitos dos reassentados em terras de baixa fertilidade reclamam por não conseguirem produzir; e construções nos reassentamentos apresentaram problemas estruturais.

Estes são alguns dos pontos que levaram à formação de um movimento que busca renegociar as indenizações recebidas pelos atingidos pela barragem do Manso, e a inclusão de outras famílias no programa de reassentamento.

4.4.2. A formação do Movimento dos Atingidos pela Barragem do Manso - MAB/MT

No período em que se deu a construção da barragem da Usina Hidrelétrica de Manso não ocorreram maiores questionamentos sobre a obra na região. Absorvidos pelo discurso do progresso, pela possibilidade de implementação de um grande parque turístico, pela intensificação do movimento de pessoas na região, parecendo que aqueceria a economia local de forma duradoura, pela geração de empregos para pessoas da região na obra, entre outros fatores, os futuros atingidos não conseguiam visualizar em que condições reais se encontrariam, após o fechamento das comportas da Barragem (Entrevista S. L.).

O grande choque da população atingida se inicia com a proximidade do enchimento do

lago, quando as pessoas realmente tiveram que deixar suas terras, suas moradias e partirem para os reassentamentos (os que foram reassentadas), ou buscar novos caminhos (os excluídas dos reassentamentos), ou verem parte de suas terras inundadas (os que tiveram a área parcialmente alagada). Algumas famílias tiveram que sair às pressas, pois as águas estavam chegando e elas não haviam ainda transportado todos seus bens, sendo que, em algumas situações, essas mudanças tiveram que ser feitas à noite, até mesmo utilizando-se de barcos.

A água chegava sem pedir licença, assim como fez a empresa responsável pelo empreendimento, quando ali se instalou. Emergia, com toda a força, o dito que alguns técnicos responsáveis pela obra não cansavam de destacar, ao longo do processo de construção da obra: “ou você sai, ou a água vai tirar” (entrevista S. L.). A ilusão de uma rápida melhora na vida das pessoas se transformou em desilusão. A indignação com a obra começava a se fazer presente e uma revolta, inicialmente individual e/ou privada, começava a ganhar o espaço público.

Uma primeira tentativa de organização por parte de alguns atingidos pela barragem do Manso se deu por intermédio do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR), de Chapada dos Guimarães/MT, quando a obra já estava em processo acelerado de construção. Algumas pessoas chegaram a se manifestar coletivamente numa área conhecida como Ponte do Mamão, no rio Quilombo, quando impediram a construção de casas nos locais de reassentamentos por aproximadamente um mês, e buscaram algumas negociações junto à Furnas, ocupando o escritório da empresa, no município de Chapada dos Guimarães. Esta organização inicial não fazia frente à construção da hidrelétrica e estava, sim, voltada ao reconhecimento de algumas famílias como atingidas e com direito a receberem indenização. Muitas dessas famílias vinham buscando, junto ao Instituto de Terras de Mato Grosso (INTERMAT), a regularização de suas posses e, depois, ficaram sabendo que parte da área desejada seria alagada ou estaria incluída na área de preservação ambiental do empreendimento. Algumas dessas famílias foram cadastradas e outras não, no momento de se fazer o levantamento sócio-econômico para ver quem teria direito à indenização; logo, o descontentamento que levou a um princípio de organização acima descrito. Além disso, muitos dos que foram cadastrados não foram, até hoje indenizados, como expressa um dos entrevistados:

Só que aí eles cadastrou algumas famílias e a maioria deixou sem cadastrar, né. E mesmo aqueles que cadastrou, como nós fomos cadastrados, entendeu, ficamos até hoje e nunca recebemos um centavo. Fomo cadastrado, chegaram a apresentar pra nós o que é que nós ia receber, dizer que nós ia ter que sair pra um outro lugar... E nada aconteceu, só ficou em conversa. (Entrevista P. P.).

As negociações não avançavam e, no dia 12 de outubro de 1999, chegou, ao local do acampamento, o prefeito de Chapada dos Guimarães, acompanhado de um advogado e representantes da Eletronorte e Furnas, munido com uma Liminar que determinava para que fosse desocupada a área, pois havia um processo, impetrado contra o STR, que previa a cobrança de uma multa de 100 mil reais a ser paga se não fosse desocupada a área, além de multa de 10 mil reais a cada novo dia em que os atingidos ficassem na área. Além disso, os mesmos foram tratados de forma grosseira e ofensiva pelo prefeito: “O prefeito chamou todo mundo de vagabundo, que a gente era um bando de desocupado, que nós tava *impedindo* o desenvolvimento do município” (Entrevista P. P.).

Essa ação, em partes, intimidou o grupo, porém o ponto crucial de desestabilização foi a decisão do presidente do STR de se afastar da luta, sem maiores explicações. “Aí o sindicato saiu fora, eu não sei o motivo qual foi, o sindicato saiu fora, fizeram um acordo entre eles e deixou nós, todo mundo, na mão” (Entrevista P. P.). A ofensiva dos interessados pela construção da obra tivera grande êxito, e levou à desmobilização do grupo.

Posteriormente, alguns atingidos tiveram contato com outras entidades como a CPT, FETAGRI, CUT, MST, GERA, IRN, na busca de informações para abrirem discussões junto a Furnas (INFORMAB/Manso). A relação com essas entidades era superficial, sendo marcada mais por contatos esporádicos; entretanto, ela teve sua importância naquele momento, pois mantinha a expectativa de que alguma ação poderia ser realizada na defesa de interesses dos mesmos.

Uma ação diferenciada ocorreu, a partir da chegada de um integrante do Movimento dos Atingidos por Barragens (da região Sul do Brasil), no ano 2000, trazido por um integrante da Comissão Pastoral da Terra (CPT), que passou a fazer um trabalho de levantamento das condições em que se encontravam os atingidos e de organização de base nas comunidades, destacando a possibilidade de se reverter a situação em que eles se encontravam. Cabe destacar que, nesse momento, a obra já estava finalizada e o reservatório já tinha se formado.

Segundo o relatório da liderança do MAB, que fez a primeira vistoria nos reassentamentos, e junto a outras comunidades não incluídas nas indenizações, ocorreram várias irregularidades no decorrer do processo de construção da barragem de Manso. Pelo relatório, a maioria das famílias atingidas não possuía conhecimento dos critérios utilizados para as indenizações; não tiveram oportunidade de se expressarem, de manifestarem suas opiniões e, quando tentavam fazê-lo eram banalizadas; foram criadas falsas expectativas junto

aos atingidos, buscando facilitar a saída dos mesmos da área que seria inundada¹⁹⁶.

Outras entidades de apoio aos atingidos pela barragem do Manso também apontaram uma série de irregularidades no processo de construção e indenização. Questionaram a confiabilidade dos estudos técnicos visando as indenizações; denunciaram a coação dos técnicos junto aos atingidos, dizendo que, se eles não aceitassem as condições da empresa, dificilmente obteriam o mesmo padrão de indenização que estava sendo proposto; destacaram pagamentos ínfimos de indenização; o firmamento de acordo com pessoas não-letradas através de instrumentos particulares, o que não é permitido por lei etc¹⁹⁷.

A liderança do MAB Nacional, que, primeiramente se dirigiu ao município de Chapada dos Guimarães, acompanhado de membros da CPT e um grupo de atingidos pela UHE de Manso, que estavam desenvolvendo as discussões, passou por várias comunidades, relatando a experiência de organização de atingidos em outras barragens pelo Brasil, e destacando que a organização e a ação coletiva dos atingidos em outras barragens tinham mudado os rumos de vida de milhares de famílias, muitas das quais já tinham até se conformado com as perdas causadas pelas obras dos empreendimentos energéticos. Destacava, também, que isso poderia ocorrer em Manso, caso as pessoas se organizassem e se propusessem a lutar por seus direitos.

A presença de lideranças do MAB de tempos em tempos foi fortificando as discussões entre os atingidos de Manso, bem como a ida de pessoas das comunidades atingidas a outros estados do país, para fazerem cursos de formação de lideranças e conhecerem experiências semelhantes. Nesse processo foram se formando e fortificando os grupos de base constituídos por 5 a 10 famílias, sendo um integrante indicado como líder. Chegou-se a ter 120 grupos de base organizados, que envolviam tanto reassentados descontentes com a indenização, como também, famílias que se diziam atingidas pelo empreendimento e que não receberam nenhum tipo de indenização (Entrevista J. G. N.).

Um dos impasses colocado se referia ao conceito de atingido. Haviam-se dois entendimentos diferenciados sobre esse conceito, o que, para o MAB/MT, significava a exclusão de muitas famílias, no momento de se definir quem tinha direito à indenização:

de um lado, a abordagem territorial patrimonialista tradicionalmente utilizada por Furnas, na qual o 'atingido' é reconhecido como aquele que vivia na área inundada para a formação do reservatório e ou em áreas ocupadas pela infra-estrutura necessária a realização das obras (...); e do outro, a perspectiva do MAB que entende como 'atingido' todos os que sofrem mudanças em seus modos de vida e tiveram suas condições de

¹⁹⁶ Cf. MAB – Relatório de Vistoria, 2000)

¹⁹⁷ Cf. documento da Procuradoria da República em Mato Grosso.

sobrevivência comprometidas (sejam proprietários ou não) (Relatório Pallos, 2006, p.4).

Um segundo impasse envolvia várias famílias que tinham sido reassentadas em áreas de solos com alto grau de areia, o que inviabilizava a produção agrícola. Estudos feitos pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) mostraram que a porcentagem de areia na constituição dos solos, em algumas áreas de reassentamento, chegava a 95%.

Os atingidos, agora já organizados como MAB/MT, tentaram abrir negociações com Furnas para rever a questão das indenizações, porém não tiveram sucesso, recebendo a resposta de que a situação já estava resolvida, e quem tinha direito, já havia sido indenizada, se eximindo de qualquer problema que estivesse ocorrendo na região, como fica claro na fala de um dos entrevistados: “a empresa disse que não tinha mais nada com nós, não queria nem conversa, o que eles tinham de fazer tava feito e eles não tinham mais nada a ver com nós”. (Entrevista P. P.).

No final do primeiro ano de reassentamento, quando finalizou o período em que seria distribuída a cesta básica às famílias reassentadas e, também, a produção agrícola se mostrou ínfima devido às condições do solo onde ocorreram os reassentamentos, os questionamentos feitos pelos atingidos sobre as perdas causadas pela usina de Manso se intensificou. Como resultado dessa insatisfação generalizada foi montada, com a presença de lideranças do MAB e o apoio da CPT, em 29 de outubro de 2001, o 1º acampamento, nas proximidades da Usina de Manso, quando os atingidos passaram a ter o controle de quem poderia entrar e sair da usina¹⁹⁸. Nessa ação, tinha-se como pauta de reivindicação, entre outras coisas, a volta do recebimento das cestas básicas pelos reassentados, e o reconhecimento e a garantia de direitos do grupo de atingidos, que se diziam excluídos das indenizações.

Devido à ação do MAB na usina de Manso, ocorreu uma audiência pública para discutir os impactos da construção da Usina de Manso na Assembléia Legislativa de Mato Grosso. Como resultado dessa audiência ocorreu uma ampliação do debate sobre os impactos da Usina, mas que não gerou benefícios maiores aos atingidos. Pode-se dizer que houve a perda do foco principal da ação do MAB Mato Grosso, que era Furnas e a usina de Manso, e se gerou a expectativa de que, por intermédio de deputados e do governador poder-se-iam alcançar os objetivos a que se propunham.

Depois de duas semanas de negociação, e com constantes ameaças de despejo feitas pela polícia militar, no dia 13 de novembro de 2001, os ocupantes aceitaram a proposta de

¹⁹⁸ Simultaneamente, ocorria a ocupação da sede de Furnas Centrais Elétricas S/A, no Rio de Janeiro, por atingidos da Hidrelétrica de Serra da Mesa/GO, quando se negociam as pautas envolvendo as duas barragens.

Furnas, para que o MAB fizesse um recadastramento dos atingidos, que diziam terem sido excluídos do processo de indenização, e ficou marcada, para o dia 08 de janeiro de 2002, uma reunião em Chapada dos Guimarães, quando seria entregue o recadastramento e se voltaria a rediscutir a questão das indenizações.

Nesse meio tempo, o MAB organizou o recadastramento, que continha o histórico das famílias que se diziam terem sido atingidas, tanto as reconhecidas como as não reconhecidas por Furnas, destacando o lugar em que moravam, de que forma haviam sido atingidas, quantas pessoas moravam no local e o que haviam perdido. Pelo levantamento do MAB/MT, 1.006 famílias tinham sido atingidas pela Hidrelétrica de Manso.

No dia marcado para a reunião, apenas apareceu um representante da prefeitura municipal de Chapada dos Guimarães, dizendo que os representantes de Furnas não compareceriam àquele local, pois se sentiam amedrontados com a grande quantidade de pessoas que ali se faziam presentes, aproximadamente duas mil. Furnas propunha uma reunião, a ser realizada na prefeitura municipal no dia 11 de janeiro, com alguns representantes do Movimento. Na reunião, na data proposta por Furnas, as discussões não avançaram, sendo que Furnas ratificou seu pensamento sobre a questão, dizendo que o que tinha que ser feito já tinha feito e não teria mais negociações sobre indenizações (Entrevista P. P.).

Como reação à negativa de revisão de análise de quem era atingido, o Movimento buscou apoio junto à Secretaria de Agricultura do Estado de Mato Grosso, bem como forçou novas reuniões, com intermediação da referida secretaria estadual e ocupou o escritório de Furnas, em Chapada dos Guimarães. Pressionada, Furnas liberou uma verba de manutenção para as famílias reassentadas por mais um ano, sem incluir qualquer ganho aos excluídos das indenizações, o que levou a uma redução da mobilização do Movimento.

Em 2002, passado mais um ano e com a finalização do período da verba de manutenção e mais uma safra agrícola frustrada para um número considerável de reassentados, novamente se intensificam os debates sobre as perdas que os atingidos tiveram com a construção da usina de Manso. Como fruto desse debate, ocorreu a ocupação do Palácio do Governo de Mato Grosso, com o intuito de se pressionar o governador estadual a ter uma ação junto à Furnas, em defesa dos atingidos. Como resultado dessa ação, depois de uma semana de ocupação, houve o despejo dos acampados pela polícia militar. Os atingidos partiram, então, para a ocupação da Assembléia Legislativa de Mato Grosso, onde ficaram acampados por 72 dias. A contribuição logística da CPT foi fundamental para a manutenção dessa ação, nesse período. Sem obterem maiores resultados, e desgastados pelas condições em que se encontravam

depois desse longo tempo, os atingidos optaram por voltar suas ações novamente para Furnas e para a Usina de Manso. Partiram em direção à usina de Manso e, no momento de ocupação do escritório de Furnas, nas imediações da usina, a segurança da empresa se opôs a isso e, no calor do embate, foi atingido por um disparo da própria arma que utilizava. Esse acontecimento foi muito explorado pela imprensa, principalmente nos programas sensacionalistas, o que fez o Movimento se retrair, porém sem deixar de se manter articulado.

No final de 2002, os manifestantes acamparam novamente nas proximidades da usina de Manso, onde poderiam controlar a entrada e saída dos trabalhadores da Usina. Dentre os pontos da pauta de reivindicações destacava-se a aceitação da existência de 1.006 atingidos pela barragem e de que os excluídos das indenizações tinham que receber a verba de manutenção e terra, como também pleiteavam 50 ha de terra para cada atingido, com toda a infraestrutura necessária.

Como resultado das negociações, Furnas aceitou que se fizesse um cadastramento para apresentar os possíveis excluídos das indenizações para que se realizasse uma nova averiguação. Também ficou acertado o pagamento, por parte de Furnas, de uma verba de manutenção de R\$ 192.000,00 (cento e noventa e dois mil reais) mensais aos que se diziam atingidos e estavam organizados, quantia que acabou sendo dividida por 914 famílias que reconfirmaram o recadastramento organizado pelo MAB/MT. O pagamento, inicialmente, era feito na sede STR de Chapada dos Guimarães em espécie, e, posteriormente, passou a ser feito diretamente, em conta bancária de cada atingido.

O resultado da ação do Movimento foi considerado como um grande avanço, pois, pela primeira vez, Furnas reconhecia a possibilidade de ter excluído da indenização um considerável número de famílias. Esse reconhecimento dos até então excluídos deu um novo ânimo para o Movimento e, também, marcou um novo momento na luta reivindicatória pelos direitos dos envolvidos.

Se Furnas honrava o compromisso da verba de manutenção aos atingidos organizados, agora tanto para os que foram indenizados como os que haviam sido excluídos, por outro lado não colocava em prática ações no intuito de fazer uma nova vistoria para averiguar quem realmente tinha direito à indenização e tomar as medidas cabíveis para que estas ocorressem. Essa morosidade no encaminhamento fez com que o Movimento acampasse novamente nas proximidades da usina de Manso, no intuito de forçar ações para que se fizesse o estudo necessário. Foram mais 6 meses de ações por parte do Movimento, até que se chegasse a um novo acordo, no qual se contrataria um grupo de estudo para fazer os levantamentos cabíveis. Na própria negociação, definiu-se o Núcleo de Estudos e Pesquisa do Pantanal, Amazônia e

Cerrado (GERA), ligado à Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT) para fazer os levantamentos. Também ficou acertado que o Movimento desfaria o acampamento e os levantamentos seriam feitos nas residências dos interessados, com acompanhamento do MAB/MT.

Durante aproximadamente um ano, o GERA fez levantamentos na área impactada pela barragem de Manso e, como resultado, apresentou a existência de 997 famílias atingidas, 09 a menos do que o MAB apresentou em seu recadastramento inicial, que fora de 1006 famílias atingidas.

Furnas questionou o resultado apresentados pelo GERA, dizendo que a metodologia não era confiável, destacando a ausência de documentação comprobatória da presença dos reivindicantes na área sob influência do empreendimento (Relatório Consultoria Pallos). Surgia, então, um novo impasse entre o MAB/MT e Furnas. Desse impasse, resultou o 4º acampamento do MAB/MT, nas proximidades da usina de Manso, que ocorreu no dia 14 de novembro de 2005, voltando o Movimento a controlar a entrada e saída dos trabalhadores da Usina. Porém, esse acampamento apresentava um diferencial em relação aos demais, pois, cansados das idas e vindas causadas pelas negociações com Furnas, os manifestantes decidiram fazer do acampamento residência fixa das famílias organizadas, dizendo que só sairiam daquele local quando houvesse uma solução definitiva para a situação (Foto 11).



Foto 11 - Acampamento do MAB na APM Manso
Fonte: Arquivo MAB/Manso

Assim, de 14/11/2005 a 15/02/2007, num período de 1 ano e 3 meses, os atingidos mantiveram o acampamento nas imediações da usina de Manso, fazendo deste sua residência, buscando negociações para o impasse criado. Como resultado, foi acertada a contratação de uma nova consultoria, para a realização de estudos, com

objetivos de identificar quem realmente eram os atingidos pela Barragem, mas que haviam sido excluídos do processo indenizatório. Esse novo levantamento seria, porém, realizado no acampamento e, em casos especiais, envolvendo idosos e doentes, entre outros, seria realizado nas residências dos atingidos.

Para esse trabalho foi contratada, em comum acordo entre Furnas e MAB/MT, a Pallos Consultorias S/C Ltda, empresa do Rio de Janeiro, que faria uma Auditoria Social do Aproveitamento Múltiplo de Manso. Essa Auditoria foi realizada no período de dezembro de 2005 a abril de 2006, utilizando-se, entre outras fontes, informações presentes em estudos realizados anteriormente; documentação comprobatória da presença das famílias reivindicantes na área sob influência da UHE de Manso, entre os anos 1998 a 2000, assim como: conta de energia, contrato de arrendamento da terra, bloco de produtor rural, históricos e/ou boletins escolares próprios e dos filhos, informações existentes em cooperativas, mercados, lojas, hospitais, bancos, sindicatos, igrejas, registro de imóvel na área atingida etc.; e entrevistas com a população reivindicante. (Relatório Pallos Consultorias).

Na Auditoria Social, a condição de atingido “passou necessariamente pela avaliação dos sujeitos cujos vínculos socioeconômicos, políticos e culturais com a área sob influência do empreendimento puderam ser resgatadas e qualificadas como verdadeiras” (Relatório Pallos Consultorias, 2006, p.22). Essa interpretação apresentada na referida Auditoria Social, diferentemente do que Furnas considerara ao longo de todo o processo de construção e negociação com o MAB/MT, privilegiou o conceito de atingido defendido pelo Movimento, que destacava aspectos múltiplos da vida social (econômico, cultural, político e ambiental).

Ao final da Auditoria Social, a empresa responsável reconheceu, como atingidos pela UHE Manso e que deveriam, portanto, receber algum tipo de indenização, os seguintes segmentos: famílias de atingidos, filhos entre 14 e 18 anos, garimpeiros, pessoas que deveriam ter uma indenização diferenciada, casos pendentes de solução, famílias que preferiram continuar no reassentamento considerado de baixa produtividade agrícola, falecimentos sem herdeiro e atingidos à jusante da barragem. O estudo apontava que 480 famílias haviam sido excluídas do processo de indenização inicialmente feito por Furnas (Tabela 9).

De posse do estudo, Furnas aceita os resultados obtidos e entra em negociação com o MAB/MT, para definir o processo de indenização a ser efetuado (Tabela 9). Com o entendimento das partes, no dia 29 de novembro de 2006, é assinado um Termo de Acordo, que contém as diretrizes de como serão encaminhadas as indenizações, ficando o MAB/MT responsável por apresentar áreas para possíveis reassentamentos que, caso sejam aprovadas pelos técnicos de Furnas, serão adquiridas e nas quais se construirá toda infraestrutura necessária para receber as famílias a serem reassentadas.

Tabela 9 - Detalhamento dos casos reconhecidos como procedentes

SITUAÇÃO	Nº	INDENIZAÇÃO À RECEBER
Famílias atingidas diretamente	160	31 ha
Filhos entre 14 e 18 anos	126	15 ha
Garimpeiros	51	10 ha
Assentamento especial (idosos, doentes e portadores de deficiência)	10	Benfeitorias ligadas a moradia e garantias de alimentação e atenção médica
Tratamento Especial	23	Casos pendentes
Famílias que quiseram continuar no reassentamento considerado de baixa produtividade	25	Projeto de revitalização do reassentamento
Falecimento sem herdeiro	1	--
Atingidos de jusante (pescadores)	84	Programa Revitalização Rio Manso
TOTAL	480	--

Fonte: Relatório Pallos Consultorias, 2006

Até meados de 2007¹⁹⁹, havia sido adquirida uma área de mais de 2.000 há, onde algumas famílias de atingidos montaram acampamento como forma de pressionarem a aquisição das terras restantes; estava em processo de vistoriada, também, mais duas áreas vizinhas à que foi comprada, com aproximadamente 3.000 ha cada uma delas. Enquanto estão sendo vistoriadas terras para serem compradas, também está sendo realizado um levantamento de informações sobre como se realizaram os reassentamentos, por atingidos de outras regiões.

O MAB/MT, em meados de 2007, tinha suas ações centradas na aquisição de terras para o reassentamento e o planejamento do mesmo, pois as decisões tomadas, neste momento, influenciarão, por um bom tempo, a vida dos reassentados. Por isso, faz-se necessário um planejamento com a participação dos atingidos, para que, num momento futuro, eles não joguem a culpa, sobre as lideranças, por problemas que poderão surgir, como destaca um dos entrevistados:

A gente não tem esse projeto pronto até porque pra construir esse projeto a gente precisa tá... com... a família, a gente quer construir isso junto com a comunidade, não queremos fazer projeto pronto e depois... algumas pessoas vêm... mas eu não queria (Entrevista S. L.).

4.5. MAB Tocantins – bacia hidrográfica dos Rios Tocantins e Araguaia

A bacia hidrográfica do Araguaia-Tocantins abrange terras das Regiões Centro-Oeste (DF, GO, MT), Nordeste (MA) e Norte (TO, PA), numa extensão de 800 mil Km². O estado

¹⁹⁹ Período de levantamento de campo.

do Tocantins tem 100% de seu território localizado nesta bacia hidrográfica, estruturando-se sobre áreas dos biomas Cerrado e Amazônia e encontrando-se, no seu interior, vários grupos populacionais tradicionais e diferentes povos indígenas.

Sua posição geográfica e a abundância de recursos naturais que possui, especialmente os recursos hídricos, conferem à região um caráter estratégico nas políticas de ocupação territorial no país. Além do avanço das atividades agropecuárias e da exploração mineral, o aproveitamento do grande potencial de energia hidrelétrica e as possibilidades do desenvolvimento do transporte hidroviário para o escoamento da produção agrícola regional de exportação em direção aos portos do norte, são vistos como oportunidades de investimentos, apontados como prioritários no contexto do planejamento nacional (Brasil: Minuta do Termo de Referência).

O projeto de construção de usinas hidrelétricas na bacia hidrográfica Araguaia-Tocantins é resultado de estudos que se iniciaram nos anos 70, do século XX, durante o governo militar, e que foram reativados na década de 1990, após a criação do estado do Tocantins. Segundo Ferreira (2003), em 1972, a ELETROBRAS inicia o inventário do rio Tocantins, por meio do estudo sistemático de aproveitamento hidrelétrico. Em 1974, a ELETRONORTE, recém-criada, assume a responsabilidade por esse projeto, realizando estudos técnicos, econômicos e ambientais. Estão previstas para serem construídas mais de 40 hidrelétricas, entre PCHs e grandes barragens nesta bacia hidrográfica. Estima-se que, no leito principal do rio Tocantins, somando-se a população já reassentada e os futuros atingidos, serão afetadas aproximadamente 45.000 famílias.

Projetou-se, para o rio Tocantins, uma série sequencial de usinas hidrelétricas, formando um plano de desenvolvimento, integrando o sistema energético que teria, em um extremo, a usina de Tucuruí, no Pará, e, no outro, a usina de Serra da Mesa, em Goiás. Entre essas usinas deveria ser construída uma série de hidrelétricas que, além de fornecerem energia, formariam um grande lago, dando condições de navegabilidade mesmo no médio e alto curso do rio Tocantins (Figura 10). Deste projeto foram construídas, até o ano de 2007, as usinas hidrelétricas de Tucuruí (PA), Serra da Mesa e Cana Brava (GO) e Lajeado e Peixe Angical (TO).

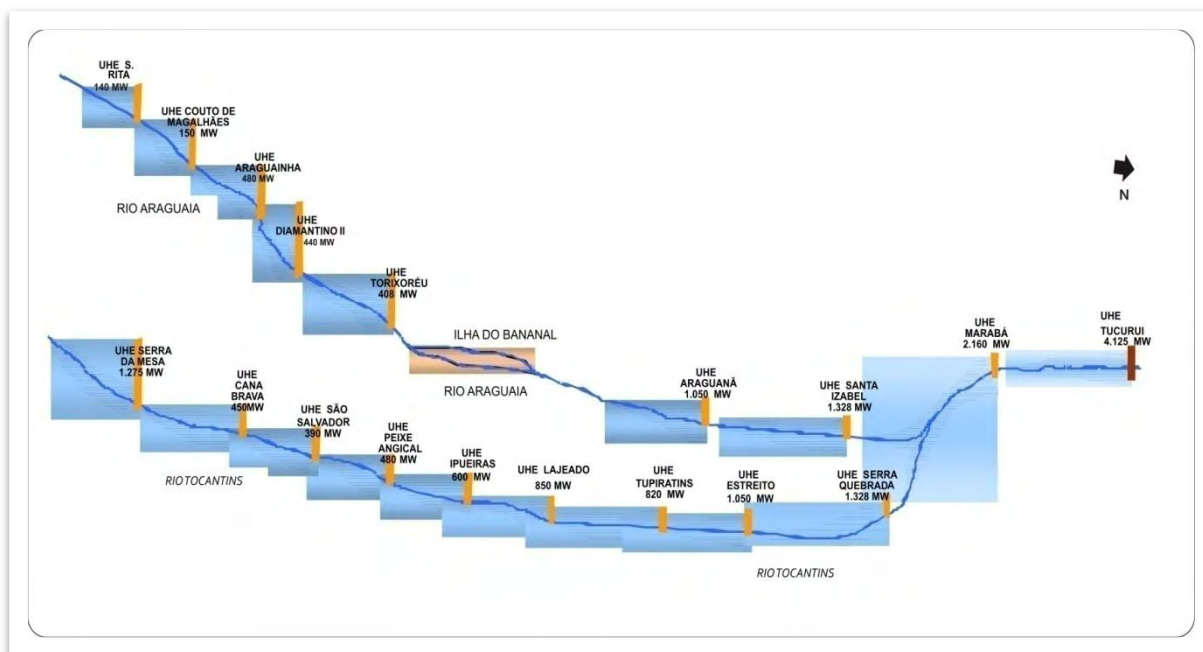


Figura 11 - Hidrelétricas planejadas para o leito dos rios Araguaia e Tocantins

Fonte: UHE Estreito/ Estudo de Impacto Ambiental

4.5.1. Usina Hidrelétrica de Lajeado

Em 1995, a Companhia de Energia Elétrica do Tocantins (CELTINS), privatizada²⁰⁰, retoma, com a autorização do DENAEE, os estudos do médio rio Tocantins, com o interesse direcionado para o projeto de construção da hidrelétrica de Lajeado²⁰¹.

Em julho do mesmo ano, o governo autoriza a CELTINS a realizar os estudos de viabilidade da usina. Em novembro de 1997, ocorre a licitação do empreendimento, o qual foi adquirido pelo Consórcio INVESTCO, único a apresentar proposta, formado pelas empresas CELTINS, Empresa de Eletricidade Vale do Parapanema (EEVP), Companhia Energética de Brasília (CEB), Energias de Portugal S.A. (EDP) e Companhia Paulista de Energia Elétrica (CPEE). A Outorga do empreendimento foi assinada em dezembro de 1997, sendo que em 1998 iniciam-se as obras da Usina de Lajeado, sob responsabilidade de empresas privadas,

²⁰⁰ Em agosto de 1989, as Centrais Elétrica de Goiás S/A transferiu os ativos da empresa, que se localizavam no recém-criado estado do Tocantins, para a CELTINS. Em setembro de 1989, a CELTINS foi privatizada e adquirida pelo Grupo Rede, sendo a primeira concessionária de energia elétrica privatizada no país.

²⁰¹ O nome Lajeado é uma referência à cidade de Lajeado que fica bem ao lado da barragem. Oficialmente, a hidrelétrica foi batizada com o nome de Luiz Eduardo Magalhães, em uma referência ao filho do popular político baiano Antonio Carlos Magalhães (Toninho Malvadeza), que havia morrido pouco antes da inauguração do empreendimento e era partidário do presidente da república da época. Pela insignificância da referida pessoa à região do empreendimento, a lembrança do nome oficial só vem em mente ao se ler placas com este nome.

mas 100% financiada com dinheiro público (FERREIRA 2003; ARAÚJO 2003).

A obra foi construída no rio Tocantins, limite dos municípios de Lajeado²⁰² e Miracema do Tocantins, inundando também áreas dos municípios de Palmas, Porto Nacional, Brejinho do Nazaré e Ipueiras - numa área de 630 Km², formando um reservatório de aproximadamente 170 km de comprimento (Figura 11).

A usina hidrelétrica de Lajeado foi a primeira a ser construída no rio Tocantins, em seu percurso que cruza o estado de Tocantins. O lançamento da pedra fundamental ocorreu em julho de 1998, e as primeiras comportas foram fechadas em maio de 2001, sendo que em dezembro do mesmo ano, entrou em operação a primeira unidade geradora, e, no ano de 2002, as demais foram ativadas (Foto 12). Contando com 5 unidades geradoras, o empreendimento tem uma potência instalada de 902,5 MW e está interligada ao sistema brasileiro de energia, por intermédio da subestação de Miracema do Tocantins.

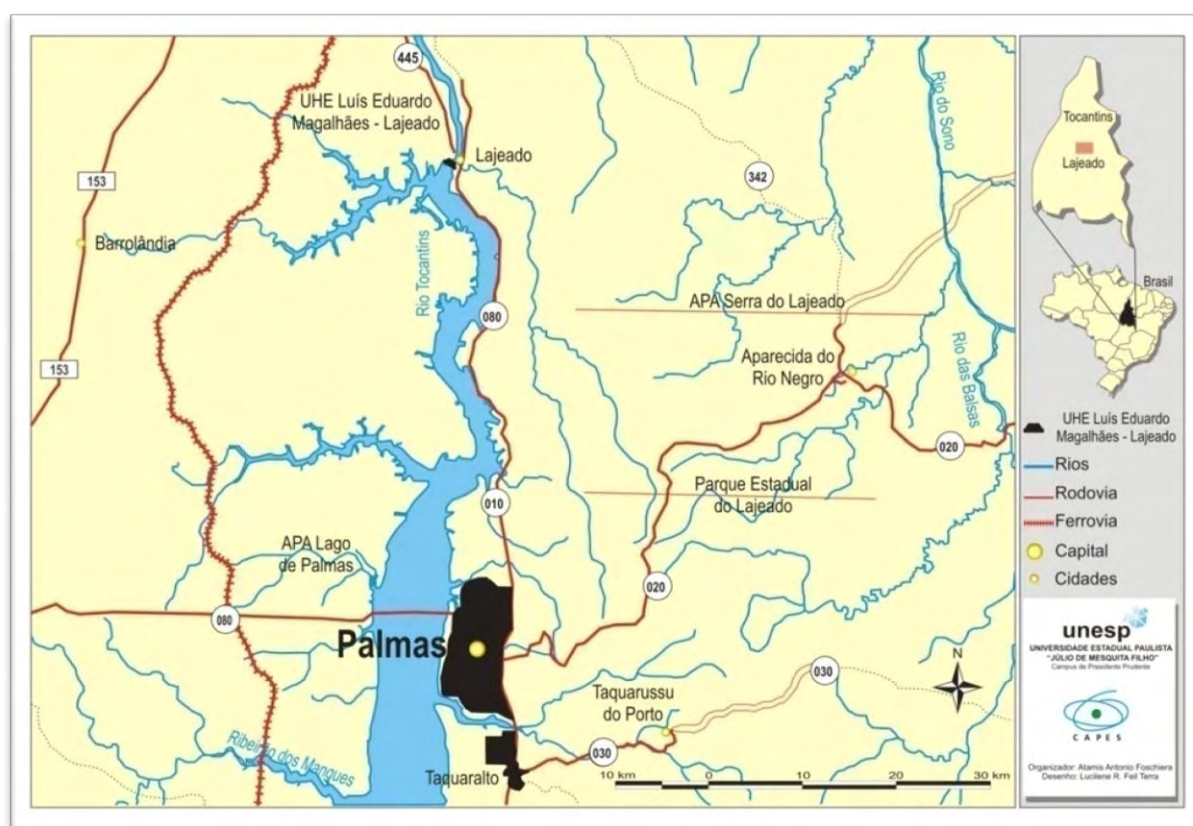


Figura 12 – Localização da UHE de Lajeado – TO

²⁰² Próxima à cidade de Lajeado/TO.

Levando-se em consideração o período de solicitação de estudos de viabilidade (1995) até o fechamento das comportas (2001) percebe-se a rapidez com que se desenvolveu o



Foto 12 - Usina Hidrelétrica de Lajeado

Fonte: <http://200.252.8.171/sites/7100/7105/MIRANTE.jpg>, acessado em 20/05/2008

processo de construção do empreendimento, não ultrapassando 6 anos.

4.5.2. Os atingidos e sua organização

A construção da hidrelétrica de Lajeado atingiu tanto residentes nas áreas rurais dos seis municípios impactados como residentes em áreas urbanas, nas cidades de Porto Nacional, Palmas e uma vila no

município de Ipueiras. Dentre os atingidos, podemos destacar diferentes grupos, levando-se em consideração as atividades que exerciam. Destacam-se os ribeirinhos, que viviam de uma agricultura de subsistência, de pesca e coleta de frutos, e, eventualmente, vendiam os produtos provenientes de seu trabalho nas feiras existentes nas cidades; os barraqueiros/garçons, que montavam barracas nas temporadas de praia (junho-agosto), no rio Tocantins²⁰³; os barqueiros/canoeiros, responsáveis pelo transporte dos turistas para as ilhas ou para a beira dos rios onde se encontravam os bancos de areia; os dragueiros, que exploravam areia e seixos nas margens do rio Tocantins; os caçambeiros, que faziam o transporte de areia e seixo extraídos nas margens do rio Tocantins; os ceramistas, que produziam tijolos e telhas para a construção civil; os patroleiros, que faziam a conservação e a abertura de estradas vicinais, em áreas a serem encobertas pelas águas; e várias comunidades indígenas (ARAUJO, 2003).

A diversidade de grupos atingidos dificultou a formação do MAB, e influenciou na organização destes, sem maiores compromissos com o Movimento, com exceção dos ribeirinhos, que deram a identidade ao MAB/TO. Várias foram as manifestações destes grupos atingidos, na maioria das vezes com auxílio do MAB/TO; porém, destacamos que boa

²⁰³ No período da estiagem, quando as águas do rio Tocantins baixam, surgem bancos de areia em suas margens ou ilhas, que, nos meses de junho a agosto, são muito freqüentados por turistas, movimentando uma considerável quantidade de capital e criando vários empregos temporários.

parte delas se deram de forma isolada, por grupo de interesse.

A formação do MAB no Tocantins se deu quando já havia ocorrido o processo de licitação e já havia sido iniciada a obra da construção da UHE de Lajeado, quando muitas negociações já tinham sido realizadas e as famílias encontravam-se em situação de completa desordem. A partir de um seminário realizado em outubro de 1998²⁰⁴, que buscava discutir os impactos da barragem de Lajeado, e que contou com a participação de representantes do MAB Nacional nos debates, fez-se o convite para que o Movimento viesse a atuar na região e colaborar na organização dos atingidos.

Posteriormente, três lideranças da região Sul se instalaram na cidade de Porto Nacional; elas deveriam ficar por um tempo limitado na área, até que se formassem lideranças locais para assumirem os trabalhos. Uma destas lideranças passou, porém, a residir permanentemente na área. Estas lideranças já dispunham de uma experiência de construção de barragens, mas a partir de um modelo estatal, em que as discussões e negociações se delineavam em um contexto diferencial; agora, entretanto, deparavam-se com a construção sob responsabilidade privada (FERREIRA, 2003).

Por ser uma discussão nova no estado do Tocantins, e devido ao baixo poder de organização e ação conjunta dos diversos grupos atingidos, a atuação do MAB, no início, foi repleta de dificuldades. Somam-se a isto o uso político de algumas autoridades como barganha eleitoral, e a pressão e repressão do governo estadual sobre os atingidos que tentavam se organizar.

Na formação do MAB/TO, os representantes do Movimento Nacional contaram com o apoio de várias entidades, entre as quais podemos destacar o CIMI, que colaborou com infraestrutura e rede de comunicação; a ONG Comunidade de Saúde, Desenvolvimento e Educação (CONSAÚDE), por meio de sua rede de comunicação, infraestrutura e pessoal para visitar as comunidades atingidas; a Escola Família Agrícola (EFA), com estrutura e colaboração de alguns professores e estudantes na organização dos atingidos; o IFAS e o PT, que colocaram suas redes de contatos à disposição dos atingidos..

Paralelamente à criação do MAB/TO, foi criada a Pastoral da Juventude Rural (PJR), na cidade de Porto Nacional. Além da contribuição da Igreja Católica²⁰⁵, da participação da EFA

²⁰⁴ O evento foi organizado pelo Conselho Missionário Indigenista (CIMI), representante da Federação dos trabalhadores da Agricultura do Estado do Tocantins (FETAET), ONG Alternativa para Pequena Agricultura (APA/TO), CUT, Sindicato Estadual dos Trabalhadores da Educação (SINTET), Cooperativa de Prestação de Serviços em Assistência Técnica e Extensão Rural (COOPTER), Instituto de Formação Sindical (IFAS) e entidades locais de Defesa dos Direitos Humanos. Eram muitas as entidades envolvidas no apoio aos atingidos; porém, foi com o MAB que se deu centralidade aos debates envolvendo os atingidos.

²⁰⁵ A Igreja Católica pouco contribuiu na organização do MAB, sendo muito mais inserida nos debates, do que

e da Consaúde, o apoio do MAB foi fundamental para a consolidação da PJR. A relação do MAB com a PJR foi muito imbricada, pois o Movimento contribuía com base teórica sobre discussão de grandes projetos, com destaque para as barragens e, também ajudava na locomoção dos integrantes da Pastoral para as comunidades, colocando-lhes um carro à disposição. Ao mesmo tempo, os integrantes da PJR, ao realizarem suas atividades nas comunidades da Diocese, tinham como um dos temas de debate os impactos dos grandes empreendimentos, dando destaque às barragens, que era uma realidade que envolvia muitas das comunidades visitadas. Com o passar do tempo, as lideranças da PJR, da Diocese de Porto Nacional, acabaram fazendo o curso de militante do MAB²⁰⁶, aproximando-se ainda mais da ideologia do Movimento e utilizando-se, cada vez mais, de seu discurso. Ao final do curso, algumas lideranças da PJR passaram a atuar diretamente junto ao MAB/TO.

As primeiras ações realizadas pelo MAB/TO foram reuniões nas comunidades atingidas, mobilizações, seminários, debates em escolas, em câmaras de vereadores e a aproximação com órgãos públicos. Apesar destas ações, a participação dos atingidos era limitada, sendo que nas ocupações do escritório da empresa, que se localizava na cidade de Palmas, em maio e dezembro de 1999, eles não conseguiram reunir mais de 150 pessoas, na maioria ribeirinhos. O motivo das ocupações era forçar uma reunião com a empresa a fim de se debaterem questões envolvendo indenizações sobre bens não-relocáveis (casa, curral, cerca, pastagens, pomares etc.) e o reassentamento. Se, com a primeira ocupação, praticamente não se obteve maiores ganhos, com a segunda conseguiu-se forçar uma reunião entre as famílias atingidas, o empreendedor, o Ministério Público Estadual, o Ministério Público Federal, o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e o Instituto Natureza do Tocantins (NATURATINS), momento em que não houve entendimento entre as partes, porém levou à formação de uma Comissão Interinstitucional para delimitar os problemas existentes e elaborar uma proposta para superar os conflitos existentes, que se ampliavam cada vez mais.

Assim, vários órgãos públicos, que agiam apenas como fiscalizadores e garantidores de acordos pré-estabelecidos ou pré-determinados pela empresa, passaram a agir com parceiros e mediadores nas várias discussões geradas em torno do processo de indenização. Essa comissão se tornou fórum legítimo de discussões e de deliberações sobre as conseqüências da construção da usina de Lajeado (MAB/TO Arquivos).

tido iniciativas de participação.

²⁰⁶ O curso foi realizado nos anos de 2001 e 2002, em quatro etapas, ocorrendo a primeira no TO, depois na BA, MG e a última, em SC.

Nos dias 10 e 11 de dezembro de 1999 ocorreu, na cidade de Palmas, um evento em comemoração ao Dia Internacional dos Direitos Humanos; nele, estavam presentes integrantes de movimentos sociais, ONGs, sindicatos e Pastoral da Mulher Marginalizada, quando foi divulgada uma Moção de Repúdio à discriminação contra a mulher atingida por barragem, por parte da INVESTCO e THEMAG²⁰⁷, por ter sido dado um menor peso às mulheres, no momento de se realizarem as indenizações. Esta discriminação ocorreu em um documento que explicava a forma de indenização, em que o **homem equivalia a uma força de trabalho**, enquanto a **mulher equivalia a 0,8 força de trabalho** (ARAÚJO, 2003).

Um diferencial da atuação dos atingidos passou a ser percebido a partir do final do ano 2000, depois que um grupo de lideranças das comunidades visitou um reassentamento de atingidos pela hidrelétrica de Salto Caxias, no Paraná. Lá, puderam perceber os ganhos que estes obtiveram, a partir do momento em que se organizaram e passaram a lutar por direitos que a empresa responsável da época lhes negava. Influenciados pelos ganhos obtidos pelos reassentados visitados, os atingidos da hidrelétrica de Lajeado sentiram-se mais empoderados e passaram a ter uma participação mais ativa nas discussões da Comissão Interinstitucional. Grupos específicos orientados pelo MAB também fizeram uma série de manifestações no escritório da empresa, como a dos dragueiros, em fevereiro de 2001, dos barqueiros e canoeiros, em agosto de 2001, dos caçambeiros e patroleiros, em fevereiro de 2002, e a dos ceramistas e patroleiros, em março de 2002.

O MAB organizou, de 12 a 14 de março de 2001, um curso de formação política que envolveu ribeirinhos atingidos pela barragem de Lajeado, com a participação de ribeirinhos que seriam atingidos pela barragem de Peixe/TO. Neste curso, estiveram presentes representantes da Direção Nacional do MAB. O debate centrou-se sobre o histórico do Movimento, a análise da conjuntura e da situação dos atingidos, e os relatos de atingidos, sobre a situação das diferentes comunidades. Estas discussões tinham o objetivo de fortalecer a organização na luta em favor das indenizações. No dia 14 de março, que é considerado Dia Internacional dos Atingidos por Barragens, ocorreu uma manifestação pública dos participantes do evento, no centro da cidade de Palmas, com o objetivo de chamar a atenção para a questão que envolvia a construção de barragens.

A partir da atuação mais incisiva dos diferentes grupos de atingidos, as discussões sobre indenizações tomaram novos rumos e é, então, produzido um Plano Emergencial, que continha as primeiras aproximações para um processo (mais) legítimo e participativo de

²⁰⁷ Empresa que prestou consultoria para avaliar impactos sociais e ambientais do empreendimento.

decisão sobre indenização e realocação dos atingidos. Em seu escopo, foram definidas diretrizes e procedimentos a serem tomados pelo empreendedor, com relação aos reassentados rurais.

Com o processo de organização e atuação do MAB/TO, conseguiu-se ampliar, de forma considerável, o número de indenizações. Barqueiros, barraqueiros, dragueiros, patroleiros, oleiros, ribeirinhos e outros grupos que se organizaram conseguiram receber indenizações, sendo que o valor variava segundo a atividade que executavam. Outras pessoas que praticavam a mesma atividade e preferiram entrar na justiça para exigir seus direitos até o momento, não receberam indenizações.

Os ribeirinhos que eram proprietários de terra conseguiram que as indenizações fossem pagas com um ágio de 75% sobre o valor da propriedade. Cabe salientar que, durante o processo de negociação, muitos corretores imobiliários e particulares compraram terras baratas para poderem especular, no momento das indenizações. Os ribeirinhos que não possuíam título de terra e, num primeiro momento, não teriam direito à indenização, conquistaram o direito de receber 4 ha por família, o que, num segundo momento de luta, foi ampliado para 10,5 ha. Esta área de terra estava acompanhada de infraestrutura de uma casa com acesso à água, cerca, paiol, centro comunitário, escola, posto de saúde, galpão para equipamentos coletivos (trator, grade, plantadeira etc.), campo de futebol e quadra de areia. Também foi assegurada assistência técnica por 5 anos, sob responsabilidade de grupos ligados ao MAB. Dos moradores da área urbana, duas comunidades que se agruparam junto ao MAB obtiveram, além de um lote com casa, área de terra maior que utilizam com agropecuária voltada à subsistência.

Segundo documentos de arquivo do MAB/TO, estudos da THEMAG apontavam que 1.900 famílias seriam atingidas pela construção da Barragem, mas, depois de muitas reivindicações, acabaram sendo indenizadas 4.969 famílias.

4.6. O MAB Serra do Facão/GO – bacia hidrográfica do Rio São Marcos/GO

A barragem para Aproveitamento Hidrelétrico Serra do Facão²⁰⁸ está situada no rio São Marcos, afluente do rio Paranaíba, na bacia do Alto Paraná, no sudeste goiano, na divisa dos municípios de Catalão (margem direita) e Davinópolis (margem esquerda), ambos no estado de Goiás. Além dos dois municípios citados, o reservatório deverá inundar áreas dos

²⁰⁸ Os estudos que apontavam possibilidades de construção de hidrelétricas na Serra do Facão foram realizadas pela CEMIG/CANAMBRA em 1965 e por FURNAS em 1985 (Informativo GEFAC, 2003).

municípios de Campo Alegre de Goiás, Ipameri e Cristalina, no estado de Goiás e do município de Paracatu, em Minas Gerais (Figura 12). A potência instalada prevista é de 210 MW, tendo o barramento 87 metros de altura e inundando uma área de aproximadamente 214 km², que, somada à área do canteiro de obras, abrangeria por volta de 21.991,87 ha. (SEFAC, 2007).

O leilão para concessão de construção, geração e distribuição de energia elétrica da UHE Serra do Facão ocorreu em 2001, e foi vencido pelo consórcio denominado Grupo de Empresas Associadas Serra do Facão (GEFAC), formado pelas empresas ALCOA Alumínio S.A., Votorantim Cimentos, Companhia Brasileira de Alumínio (CBA) e DME Energética²⁰⁹. Em junho de 2002, a ANEEL aprovou a incorporação da Companhia de Cimento Itambé no consórcio. A energia elétrica produzida poderá ser comercializada ou consumida pelas empresas que compõem o consórcio vencedor da concessão, que poderá explorar o empreendimento por 35 anos, com possibilidade de prorrogação.



Figura 13 – Localização da UHE Serra do Facão – GO

A GEFAC entrou com o pedido de Licença Prévia²¹⁰ (LP) junto ao IBAMA, em

²⁰⁹ DME - Departamento Municipal de Eletricidade é uma autarquia, com a função de administrar, gerar e distribuir energia elétrica da cidade de Poços de Caldas (MG), criada em 1954.

²¹⁰ Concedida na fase preliminar do planejamento do empreendimento ou atividade e contempla a elaboração e apresentação do EIA/RIMA e a realização das audiências públicas. No atual modelo energético, a LP é

02/11/2001, obtendo-a em 02/02/2002. A Agência Goiana de Meio Ambiente, que já tinha dado um parecer técnico favorável ao empreendimento em 15/11/2001, emite novo parecer técnico em 08/08/2002, posicionando-se contra o empreendimento e propondo a elaboração de um parecer final juntamente com o IBAMA, que desconsiderou o pedido. Em 30/09/2002, o IBAMA autorizou a liberação da Licença de Instalação, que autorizava o início das obras (ALVES, 2005 p. 187). A área onde se localiza o canteiro de obras foi declarada de utilidade pública para fins de desapropriação pela ANEEL, mediante a Ação Autorizativa n. 547, publicada no Diário Oficial da União, do dia 08/10/2002. As atividades voltadas para a construção do empreendimento se iniciam no final de 2002, com a demarcação topográfica e a colocação de marcos sinalizadores do nível máximo das águas, e prosseguiu em 2003, com outras atividades, como a retirada da vegetação e acompanhamento da movimentação dos animais, bem como a realização da avaliação de terras e benfeitorias das propriedades que serão afetadas pelo empreendimento. A previsão do enchimento do reservatório era para o dia 31/08/2006 e o início da geração comercial de energia para o dia 22/10/2007²¹¹.

Por meio de decisão do Ministério Público Federal, foi cassada a Licença de Instalação, alegando-se deficiências de informações no EIA/RIMA, e as atividades que envolviam a construção da barragem Serra do Facão foram paralisados depois da segunda metade de 2004, sendo que o consórcio responsável pela construção se retirou da área.

O AHE Serra do Facão foi inserido no Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) do governo federal, o que representava a retomada de sua construção, depois da obtenção da renovação da Licença de Instalação pelo IBAMA, em 29/03/2006, condicionada a adequações sócio-ambientais de seu projeto original. O consórcio responsável pela construção passa por pequenas mudanças, com alterações nos seus componentes e no próprio nome. O novo consórcio passa a ser chamado de Serra do Facão Energia (SEFAC) e é formado pelas empresas Furnas Centrais Elétricas²¹², Alcoa Alumínio S.A., DME Energética e Camargo Corrêa Energia. O escritório do Consórcio foi reaberto em dezembro de 2006, na cidade de Catalão/GO, e as obras foram reiniciadas em fevereiro de 2007, sendo que sua conclusão está prevista para outubro de 2010²¹³.

Dados do PBA do Programa de Indenização e Remanejamento de População (2002) mostram que o empreendimento não abrangerá nenhum núcleo urbano e estimam que 302

necessária para a licitação de concessão do aproveitamento hidrelétrico.

²¹¹ Informativo GEFAC Ano 1, Número 1, Abril de 2003.

²¹² A participação de uma empresa de caráter público no consórcio se encaixava dentro da nova política de ação do Estado, por meio das Parcerias Público Privadas – PPPs.

²¹³ Informativo SEFAC, Ano 1, Número 1, Julho de 2007.

propriedades rurais sejam afetadas, total ou parcialmente, sendo que se encontram residindo nas propriedades aproximadamente 222 famílias²¹⁴. Do total das propriedades rurais, há moradores em apenas 47% delas, enquanto, em cerca de 50% delas, não reside nenhuma pessoa; entre aquelas que nelas residem podemos encontrar tanto proprietários, na maior quantidade, como não-proprietários (Tabela 10).

Tabela 10 - Famílias residentes nos imóveis afetados pela UHE Serra do Facão, número e percentual por tipo de vínculo com a propriedade

VÍNCULO COM A PROPRIEDADE	NÚMERO DE FAMILIAS	(%)
Proprietários (ou familiares de proprietários)	121	55%
Empregados (ou familiares de empregados)	75	34%
Outros casos (parceiros, arrendatários, etc.)	26	12%
TOTAL	222	100%

Fonte – PBA do Programa de Indenização e Remanejamento da População, 2002

Em artigo apresentado por Ferreira e Mendonça (2007), nota-se que o número de famílias que serão atingidas será maior do que os divulgados pelo PBA:

De acordo com os empreendedores da obra serão 395 propriedades atingidas. Serão desapropriadas 421 famílias residentes e mais 277 famílias não-residentes, ou seja, que utilizam suas propriedades para o uso ocasional, com um total de mais ou menos 698 famílias atingidas diretamente pela Serra do Facão. Ao multiplicar esse número por quatro, que é a média de pessoas por cada família, tem-se quase 3.000 desapropriados. (FERREIRA e MENDONÇA, 2007, p. 12).

Dentre as que possuem título de propriedade, encontram-se pequenos (menos de 100 ha), médios e grandes proprietários, bem como alguns comerciantes e outros que se dedicam ao beneficiamento de produtos agrícolas para a comercialização, cabendo destacar, também, um grupo de parceiros de um projeto de assentamento rural, que possuem 30 ha de terra cada. Dentre os que não possuem título de propriedade, encontram-se os empregados, que geralmente residem na propriedade, podendo ou não ter vínculo empregatício registrado na carteira de trabalho, existindo casos em que pequenos proprietários trabalham como empregados em fazendas. Também ocorrem situações em que os empregados vendem leite ou possuem uma pequena produção agrícola, dando ou não parte dela ao patrão, dependendo do acordo firmado entre ambos. Têm-se os agregados, que residem na propriedade e dependem dela para sua subsistência, geralmente com vínculo temporal de residência maior de 10 anos. Em algumas propriedades, encontram-se arrendatários, que as utilizam para o cultivo agrícola e/ou pecuária. É comum, também, a presença de filhos casados que moram nas propriedades

²¹⁴ Existem situações em que se encontra mais que uma família residindo em uma propriedade.

dos pais e trabalham juntos na mesma, mantendo, porém, uma unidade familiar em separado.

A principal atividade econômica desenvolvida é a pecuária, tanto de corte, que predomina nas grandes propriedades, como de leite, que se destaca nas pequenas e médias propriedades. A produção agrícola se faz presente em menor escala, sendo que nas grandes e médias propriedades ela tem um caráter comercial, enquanto que nas pequenas propriedades predomina a produção de subsistência, ocorrendo, em alguns momentos, a venda de produtos no mercado. Dentre os produtos de subsistência que se encontram nas pequenas propriedades podemos destacar o milho, feijão, mandioca e hortaliças, bem como produtos que já sofreram algum beneficiamento, como queijo, requeijão, doces, farinha de mandioca, polvilho, rapadura e fubá (NASCIMENTO e MESQUITA, s/d).

A ocupação humana é esparsa e rarefeita, destacando-se duas comunidades, onde se encontra uma maior densidade populacional: Rancharia, no município de Campo Alegre de Goiás, e Anta Gorda, no município de Catalão. Nestas localidades, predominam as pequenas propriedades e muitos dos moradores possuem vínculos de parentesco e uma organização social comunitária dinâmica (PBA do Programa de Indenização e Remanejamento de População, 2002).

No que tange às indenizações, o PBA do Programa de Indenização e Remanejamento da População (2002) propõe que elas sejam feitas em dinheiro para os proprietários, destacando que, para quem possuir menos de 40 ha, deve ser incentivada uma das formas de reassentamento. Para os que não forem proprietários, e se encaixem nos critérios²¹⁵ que garantem reassentamento, é proposto o reassentamento em áreas remanescentes, que seriam terras de sobras das propriedades que foram indenizadas; o auto-reassentamento/Carta de Crédito que dá direito ao indenizado de procurar um local para se recolocar na área urbana ou rural, sendo que, na área rural, tenha casa com área compatível ao tamanho da família, infraestrutura para produção (galpão, estábulo etc.) e terra apta à produção agrícola. Também lhe será garantida uma verba de manutenção proporcional ao número de pessoa que formam a família, até que seja efetuada a primeira colheita, não ultrapassando o prazo de 9 meses; o Reassentamento Rural Coletivo deverá ocorrer juntando no mínimo 10 famílias, e aos reassentados, será garantida uma área de terra com 40 ha e infraestrutura necessária, assistência técnica, jurídica e social, verba de manutenção e equipamentos

²¹⁵ Não-proprietários, assim considerados os meeiros, parceiros rurais, agregados, posseiros e outros trabalhadores rurais que, comprovadamente, mantenham ou tenham mantido, até a data do cadastramento (08.02.02 a 15.03.02), vínculo efetivo com a propriedade atingida pelo empreendimento, dela dependendo para sua sobrevivência (PBA do Programa de Indenização e Remanejamento da População (2002)).

comunitários(escola, centro comunitário, templo para atividades religiosas, área de lazer etc); reassentamentos de casos especiais que abrangem grupos em situações vulneráveis, como famílias compostas apenas por idosos, mulheres chefes de família com filhos menores de 15 anos, solteiros, e por portadores de deficiência física ou mental, que limite ou impossibilite a inserção produtiva.

4.6.1. Os atingidos e sua organização

A Barragem Serra do Facão foi apresentada, na área que seria construída, como uma oportunidade excepcional para as pessoas que ali vivam, tanto pelo número de empregos que ofereceria, como pelo capital que iria colocar em circulação, além das novas oportunidades de investimentos que oportunizaria. Vários atingidos criaram uma perspectiva positiva sobre a construção da barragem, imaginando que seriam muito bem indenizados e teriam condições de obter uma melhora significativa em suas vidas, como nos mostram Nascimento e Mesquita (s/d, p. 9), ao descreverem a entrevista de um dos atingidos: “eu achava que quando eles viesse construir a barragem iria passar pagando nós tudo e que o dinheiro ia dá pra nós comprar duas terras igual a essa daqui.”

Com o passar do tempo, e depois das primeiras intervenções da empresa responsável pela construção deste empreendimento, um novo sentimento se faz presente entre os atingidos, conseqüência da falta de informações e da indefinição da empresa de como se dariam as indenizações. Representantes da Igreja Católica²¹⁶ perceberam o descaso da empresa para com os atingidos e a preocupação que vinha tomando conta destes e estes fatos somados à experiência do Bispo da Diocese de Ipameri - que abrange a área a ser impactada pelo empreendimento - que já havia vivenciado situação semelhante quando residia no Sul do Brasil, levaram-os a buscar formas de organização dos mesmos.

Por meio da Igreja Católica, convocou-se uma reunião dos atingidos pela barragem Serra do Facão, que se realizou em uma das comunidades afetadas pelo empreendimento, no dia 20/03/2002. Apesar de a convocação ter sido divulgada em uma rádio local, apenas 15²¹⁷

²¹⁶ Destacamos a ação do Bispo de Ipameri, de padres de paróquias de Catalão e da CPT. Em entrevista, um dos padres disse que sua pregação não estava fundamentada na Teologia da Libertação e, sim, no Evangelho, que é mais antigo que a Teologia da Libertação. Porém, ao longo de sua fala, por várias vezes, fazia relação direta entre fé e política, que é uma das principais características da Teologia da Libertação: “Todas as vezes que eu tive nesses Movimentos Sociais eu sempre dizia que se a fé não for a base da luta, não há razão nenhuma pra estar na luta.... Nós não podemos ficar com os dois pés só lá no Movimento ou os dois pés só dentro da Igreja, tem que estar com um pé no Movimento e um pé na Igreja”(O. L.S., padre na cidade de Catalão/GO).

²¹⁷ A. C. N., ex-militante do MAB Serra do Facão, justifica a pouca participação dos atingidos, dizendo que muitos não acreditavam que seria construída a barragem, pois há mais de 30 anos se falava da sua possível

peças se fizeram presentes, além de representantes da Igreja Católica e da Universidade Federal de Goiás – Campus de Catalão (UFG Catalão)²¹⁸. Como resultado da reunião, ficou decidido que novas reuniões seriam realizadas nas comunidades e que pessoas ligadas à UFG Catalão estariam assessorando os atingidos na sua organização. O objetivo seria apresentar e discutir uma versão diferente da apresentada pelos empreendedores sobre a construção da barragem. Seria apresentar “o outro lado da moeda”, como se costumou falar localmente. Para contribuir nesta tarefa, o Bispo de Ipameri solicitou apoio da CPT/Goiânia e padres da Diocese começaram a colocar este tema em suas pregações²¹⁹. Posteriormente, novas reuniões foram sendo realizadas e a participação de atingidos foi sendo ampliada. Dessas reuniões, uma primeira organização de atingidos por barragens vai se formar por iniciativa de grandes proprietários de terras com o objetivo de assegurar preço justo a suas terras, no momento das indenizações. Para tanto, formarão a Associação Regional dos Produtores Rurais Atingidos pelo Aproveitamento Hidrelétrico Serra do Facão (ARPRA), com 37 membros (Arquivos GETeM²²⁰).

Desacreditados nos propósitos da ARPRA e buscando uma maior organização dos atingidos, integrantes da Igreja Católica e Universidade prosseguiram com os trabalhos de organização dos atingidos, levantando discussões sobre a questão energética, apresentando situações que ocorreram em outras barragens, nas diferentes regiões do país, e buscando questionar a construção da barragem Serra do Facão (NASCIMETO; ALVES; MESQUITA, 2003). Apesar da intensa ação buscando a organização dos atingidos, os resultados ficavam abaixo da expectativa, havendo dificuldade de uma maior articulação dos mesmos. Diante da

construção e nunca havia tido uma ação concreta sobre a questão.

²¹⁸ Ao nos referirmos à Universidade ou UFG – Catalão abarcamos um grupo determinado de professores e alunos que se encontravam ligados, principalmente, ao NEPSA, ao Centro Acadêmico do Curso de Geografia (CAGEO), à ADCAC Seção Sindical Andes – S/N – Associação dos Docentes do Campus de Catalão, Associação de Geógrafos Brasileiros – Seção Catalão, entre outros. A ação inicial se deu por meio de um projeto de pesquisa da Profª. Dr. Helena Angélica de Mesquita, intitulado “Expropriados da Barragem AHE Serra do Facão – Rio São Marcos – Uma Trajetória de Incertezas”, que tinha como objetivo pesquisar a implantação da barragem, registrando o deslocamento das famílias atingidas. Na realização da mesma, os pesquisadores perceberam a importância de realizarem trabalhos junto à população para organizar um movimento de resistência ao empreendimento. Esse grupo de pesquisadores tinha, muitas vezes, suas ações contestadas por outros professores.

²¹⁹ O. L. S., padre em Catalão, justifica a ação da Igreja Católica junto aos atingidos: “Como pastor, nós devíamos estar perto das ovelhas. E... quando a gente vê as ovelhas sendo ameaçadas por lobos, nós não vamos fugir, pelo contrário, nós devemos enfrentar os lobos pra defender as ovelhas”. Em algumas celebrações chegou a dizer que as barragens eram coisas do Demônio.

²²⁰ GETeM – Grupo de Pesquisa sobre Geografia Trabalho e Movimentos Sociais ligado à UFG – Catalão. Integrantes do GETeM, que antes participavam do Núcleo de Estudos e Pesquisas Sócio-Ambientais - NEPSA, acompanharam diretamente a discussão sobre a construção da barragem Serra do Facão e tiveram grande importância na organização dos atingidos por esta barragem. Na atividade, junto aos atingidos, organizaram um importante acervo de informações e imagens envolvendo a questão, além de terem publicado um significativo número de artigos científicos, organizado documentário e contribuído na formação de lideranças, que estão à frente de diferentes movimentos sociais da região.

situação que se colocava, optou-se pela aproximação com o Movimento dos Atingidos por Barragens.

Com a presença de integrantes do MAB Nacional, no dia 22/10/2002, ocorreu uma reunião com integrantes da UFG Catalão, da Igreja Católica e mais de 100 atingidos pela barragem Serra do Facão. Como resultado das atividades, decidiu-se por uma ação intensificada de trabalhos de base, contando com a participação de um representante do MAB Nacional, que acabou ficando 10 dias desenvolvendo esta ação junto com representantes da Igreja e da Universidade (Acervo do GETeM).

Após a realização do trabalho de base, ocorreu, nos dias 09 e 10/11/2002, o Curso de Formação de Lideranças, que tinha o propósito de discutir sobre o Modelo Energético, debater a posição e o papel dos atingidos frente ao Modelo e impulsioná-los para que se sentissem como sujeitos com direitos, que deveriam manifestar seus pensamentos frente ao empreendimento e que seria fundamental uma organização dos mesmos. Pela análise do Memorial do referido Curso, fica clara a implementação da metodologia do MAB Nacional no evento, com a sua dinâmica de iniciar as atividades com místicas, com as análises de conjuntura mundial e a especificidade da questão energética, da utilização de seus materiais didáticos nas discussões em grupos e da plenária para apresentação e discussão dos pontos levantados nos grupos. Uma das ações deliberadas no evento foi a organização e distribuição de um Boletim Informativo sobre a questão da construção de barragens, que seria uma das primeiras exposições ao público externo dos atingidos, já assumindo-se como integrantes do MAB e utilizando-se de seus símbolos.

O Boletim Informativo - MAB número 00, de novembro de 2002, destacava os municípios que seriam atingidos pela barragem Serra do Facão, o controle da energia por um pequeno número de empresas privadas obtido pela privatização dos rios, e mencionavam sobre o curso de formação de lideranças que haviam organizado. Continha, também, um breve histórico sobre a construção de barragens no Brasil e questionava o novo modelo energético que vinha sendo implementado no país, entregue à iniciativa privada que representava a construção de um grande número de barragens - que levaria ao deslocamento de um grande contingente de pessoas. Para finalizar, ele apresentava algumas empresas, tanto nacionais como estrangeiras, que estariam se beneficiando com o novo modelo energético.

As atividades de organização dos atingidos se mantinham, mas continuavam como agentes principais desta ação os representantes da Universidade e da Igreja Católica, com a participação, em menor escala, de algumas lideranças dos atingidos, contando com o apoio do STR de Catalão e do Sindicato dos Trabalhadores das Mineradoras (METABASE). Destas

atividades resultou a organização de um novo evento, agora com dimensões bem maiores, que foi o I Encontro Regional dos Atingidos por Barragens do Estado de Goiás e Distrito Federal, que se realizou nos dias 13, 14 e 15 de dezembro de 2002, na cidade de Catalão/GO (Foto 13).

O objetivo do evento era criar maiores laços entre os atingidos pelas diversas barragens construídas ou em construção no estado de Goiás e Distrito Federal, aproximando-os ainda mais da linha política e ideológica do MAB Nacional, o que também reforçaria o próprio Movimento em escala nacional. Seria, também, uma oportunidade dos atingidos pela Barragem Serra do Facão conviver e conhecer experiências de atingidos que já sofreram os impactos da construção de uma barragem.



Foto 13 - Encontro Regional dos Atingidos por Barragens – GO

Fonte: Arquivo GETeM, dezembro de 2002

de Serra da Mesa e Cana Brava, também do estado de Goiás, onde o Movimento já tinha uma organização mais consolidada. Participaram apenas 34 atingidos pela barragem de Serra do Facão. Como um primeiro elemento diferencial²²¹ dos debates no evento podemos destacar a análise da realidade brasileira feita nos grupos de discussões nos quais prevaleceram idéias de que o trabalhador no Brasil vem sendo fortemente explorado desde seu descobrimento, de que um pequeno grupo social vem se beneficiando do resultado do que é produzido no país, sendo necessária a organização dos trabalhadores para superar essa situação:

E concluímos ainda que somos hoje os escravos de antigamente, mas de forma diferente porque somos escravos da política energética, do FMI e da política em si. Se os escravos construíram os quilombos, lutaram e resistiram, nós hoje podemos tomar como exemplo e nos organizarmos para

²²¹ Estes temas são destacados por não terem aparecidos de forma clara nos debates até o momento, sendo que os demais, em algum momento, já foram explicitados.

lutar e reivindicar nossos direitos (RELATÓRIO do I Encontro Regional dos Atingidos por Barragens do Estado de Goiás e Distrito Federal. Catalão, dezembro de 2002).

Um segundo elemento diferencial do debate foi o tema sobre a questão das barragens relacionado com a posse do novo governo, que ocorreria em poucos dias. Sobre este assunto, o representante do MAB Nacional destaca que o novo governo pretende retomar o controle sobre o Setor, que estava totalmente nas mãos da iniciativa privada, e destaca a possibilidade dos atingidos por barragens, por meio do MAB, influenciarem na tomada de decisões sobre as políticas envolvendo a questão energética, bem como da existência de sensibilidade das pessoas que assumirão cargos políticos ligados ao setor energético para solucionar os problemas sociais e ambientais que a construção de hidrelétricas tem causado. Porém, chama a atenção que, para isso ocorrer, o novo governo tem que sentir-se apoiado pela população, o que exigiria uma mobilização da mesma. Vamos perceber isto nas seguintes palavras do relatório:

[...] a importância do povo não esperar que outros façam por eles, como é essencial a união do povo e como é complicado o governo Lula, pois é um governo de permanente disputa que vai precisar do povo como nunca. Agora o povo não pode simplesmente sentar e esperar, mas lutar para apoiar o governo Lula e simultaneamente lutar por suas reivindicações (Relatório do I Encontro Regional dos Atingidos por Barragens do DF e GO, dezembro de 2002).

Nos relatos dos grupos de discussão durante o evento, os atingidos pela barragem Serra do Facão se mostravam dispostos a se organizar; porém, destacavam a importância de terem o apoio do MAB Nacional para que obtivessem sucesso nesta atividade. No fim do evento foi aprovada, uma Carta à Sociedade, buscando levar mais informações sobre a questão para a população e mostrar que os atingidos estavam se organizando frente à construção das barragens. No documento, destacam o grande número de barragens que estão sendo construídas ou que estão planejadas para a região e como a política energética estava servindo a poucos grupos econômicos que se beneficiavam explorando a energia, o que significava uma exploração sobre os trabalhadores. Para finalizar, diziam que lutavam para a implementação de um novo modelo energético, que buscavam a solução para as famílias que haviam sido prejudicadas pelas barragens, e que se organizavam para construir um Projeto Popular para o Brasil e que, para isto acontecer, apoiariam todas as iniciativas do novo governo para resolver os problemas sociais, sempre preservando a própria autonomia²²².

A realização do evento e a elaboração da Carta à Sociedade representavam a

²²² O MAB Serra do Facão organizou um ônibus que levou atingidos para a posse do Presidente Luis Inácio Lula da Silva.

fortificação da organização interna dos atingidos pela barragem Serra do Facão, reforçando sua identidade político-ideológica com o MAB Nacional; ao mesmo tempo, servia para se exporem, mostrar sua existência e colocar em debate para toda a sociedade da região os dilemas provocados pela construção da obra e incitá-los a participar desta discussão. Levando-se em consideração o discurso que os atingidos passavam a assumir, pode-se dizer que estava se concretizando a formação do Movimento dos Atingidos pela Barragem Serra do Facão, porém, com um comando situado muito mais na mão de representantes da UFG Catalão e da Igreja Católica que na dos próprios atingidos.

Os trabalhos que se seguiram foram conduzidos, principalmente, por representantes da UFG Catalão, que faziam reuniões nas comunidades com o objetivo de organizar os atingidos, formando coordenações locais e escolhendo lideranças que representariam os mesmos, aproveitando-se também para verificar o cadastramento realizado pela empresa. Pela avaliação do cadastramento, percebeu-se que várias famílias atingidas estavam excluídas do mesmo, o que foi confirmado por uma nova atualização do PBA que elevou para 302 o número de famílias atingidas (MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL²²³, 2004) ou 698, como apresentamos anteriormente, baseados em Ferreira e Mendonça (2007).

A questão ambiental passou a ter mais ênfase na discussão sobre a barragem Serra do Facão, após professores do curso de Geografia da UFG Catalão fazerem uma análise do EIA/RIMA e detectarem, nele, diversas irregularidades; isso resultou em um documento elaborado por parte do MAB, da Igreja, da Universidade e de outros apoiadores da organização dos atingidos, denunciando essa questão. O documento foi enviado para entidades como MME, MMA, Ministério Público Federal, IBAMA entre outros, solicitando:

a suspensão imediata do ato de Licenciamento de Instalação – LI – concedido ao empreendimento AHE Serra do Facão, em **liminar por meio de Ação Civil Pública**, como o previsto na Constituição Federal do Brasil, considerando ainda, **a ausência de estudos consistentes ou omissão de dados**...(MAB, 2003 – grifo dos autores).

O documento apontava a necessidade de fazer um estudo integrado da bacia hidrográfica, já que, num raio não superior a 250 km, seriam construídas 16 barragens, não sendo aceitáveis estudos individualizados e questionava o EIA/RIMA em temas ligados com a qualidade de água para abastecimento da cidade de Catalão, na formação da Área de Preservação Permanente, sobre a produção agrícola e potencialidade produtiva da terra, entre outros. Como resultado desta ação, professores e atingidos participaram de reuniões no

²²³ 4ª Câmara de Coordenação e Revisão – Meio Ambiente e Patrimônio Cultural - do Ministério Público Federal, que fez uma avaliação do EIA/RIMA do empreendimento AHE Serra do Facão e, como resultado, apresentou a Informação Técnica No 185/2004.

MMA e MME; entretanto, ficou demonstrado que por este caminho, pelo menos em curto prazo, não obteriam maiores avanços frente à idéia de impedir a construção da barragem, e que seria necessário intensificar a luta de resistência (BORGES et al, 2005).

No dia 14 de março (2003), considerado Dia Internacional de Luta dos Atingidos por Barragens, organizou-se um ato de repúdio à construção da barragem Serra do Facão, quando ocorreu a distribuição de panfletos para chamar a atenção da população em geral para a questão. Uma manifestação maior dos atingidos, envolvendo mais de 500 pessoas, ocorreu no dia 08/04/2003. Denominado de Ato Público em Defesa da Água, da Vida e da Terra de Trabalho, teve o propósito de questionar a construção da barragem e, principalmente, desmentir informações passadas pelos empreendedores de que seriam poucas as famílias atingidas e que elas não tinham uma produção rural significativa na área de abrangência do empreendimento (Foto 14). Os manifestantes se concentraram em frente ao Campus da UFG Catalão e seguiram em passeata até a praça central, passando por importantes avenidas da cidade de Catalão.

Os atingidos trouxeram produtos que costumavam produzir para mostrar que existia uma produção considerável na área a ser abarcada pelo empreendimento, como leite, queijo, doces etc., que foram distribuídos à população. Na condução da manifestação estavam presentes representantes do MAB Nacional, da CPT, da Igreja Católica, da UFG Catalão e outras instituições que apóiam o Movimento.



Foto 14 - Ato público em defesa da Água, da Vida e da Terra de Trabalho - Catalão (GO), 2003.

Fonte: Arquivo GETeM

Outras manifestações públicas dos atingidos ocorrerem, como: Ato Público em Defesa do Rio São Marcos, com mais de 400 pessoas, no dia 23/03/2004, na ponte Carapinas, que ficará 41 metros abaixo da água. O local foi escolhido por sua triste história que, segundo familiares, o pai, ao saber

que teriam que deixar a área de forma compulsória, teve problemas de saúde e veio a falecer “de desgosto”. A ponte se localiza na rodovia que liga a cidade de Catalão e a área dos chapadões, local de intensa produção de soja. O trancamento da ponte/rodovia causaria

significativa repercussão; outra manifestação ocorreu no dia 22/12/2004, ao lado do canteiro de obras da barragem, que já se encontrava cercado, quando os atingidos “plantaram” uma grande cruz²²⁴ como forma de reafirmar sua indignação frente à obra (MENDONÇA, 2005; MESQUITA, 2005; BORGES et al, 2005). Alguns dias antes, vários atingidos arrancaram marcos que a empresa tinha colocado para identificar a área que seria inundada e, com eles, fizeram pequenas cruces, que foram cravadas no solo junto à cruz maior²²⁵. Esta era a primeira manifestação de enfrentamento direto com os empreendedores, quando os atingidos “mandavam” seu recado de que estariam dispostos a lutar, de forma direta, para que a obra não fosse construída.

Voltados para um processo de educação informal, ocorreram novos cursos de formação de lideranças, bem como o II módulo do Curso Realidade Brasileira que envolvia militantes de vários movimentos e de diversas regiões brasileiras (Arquivos GETeM).

O II Segundo Encontro de Formação dos Atingidos de Serra do Facão²²⁶ se realizou nos dias 12 e 13/06/2003 e contou com a participação de 30 lideranças de diversas áreas atingidas pelo empreendimento. Foi um evento que se caracterizou pela não presença de representantes do MAB Nacional, sendo que as discussões dos temas ficaram a cargo de professores da UFG Catalão, pelo Bispo da Diocese que abrange a maioria dos municípios atingidos, o representante de um Deputado Estadual e algumas lideranças sindicais. No Relatório do II Encontro de Formação dos Atingidos de Serra do Facão (2003) destacou-se o debate sobre a importância dos movimentos sociais que questionam a estrutura política e social do país, como MAB e MST, apontando que estes têm suas especificidades; o objetivo, porém, é o mesmo. Esta discussão buscava contribuir para quebrar a visão negativa que muitos atingidos tinham sobre o MST e para facilitar a aproximação entre os movimentos sociais.

O III Encontro de Formação de Lideranças do MAB Serra do Facão ocorreu de 14 a 16/11/2003, no município de Catalão. Os temas debatidos foram a conjuntura política do país, o modelo energético brasileiro, a organização e estruturação do MAB e tiraram-se estratégias de luta do MAB Serra do Facão, destacando-se a intensificação de reuniões de base nas comunidades, a confecção de um novo Boletim Informativo, a organização de uma confraternização entre os atingidos e a realização de novos atos públicos, entre outros.

²²⁴ A presença da cruz pode ser entendida como uma forma de poder da Igreja junto aos atingidos, bem como um sinal do sacrifício pelo qual estão dispostos a passar, para que não sejam expulsos de suas localidades.

²²⁵ Na tradicional festa de São Sebastião, na comunidade de Anta Gorda/Catalão, costuma-se fazer uma fogueira em homenagem ao Santo. No ano de 2003, vários marcos foram queimados na fogueira, num ato simbólico contra a construção da barragem.

²²⁶ Houve momentos em que atingidos e bolsistas do curso de Geografia da UFG – Catalão participaram de eventos e cursos organizados pelo MAB Nacional em outras regiões do Brasil, além do V Encontro Nacional dos Atingidos por Barragens que ocorreu em Brasília, de 09 a 13/06/2003.

O II módulo do curso Realidade Brasileira ocorreu de 05 a 22/04/2004, no Campus da UFG Catalão, e os temas debatidos foram: a formação social do Brasil e a luta de classes a partir da obra de Caio Prado Júnior, sob responsabilidade de professor da UNICAMP; análise de conjuntura, sob a responsabilidade de um integrante da CPT Nacional; questão agrária, conduzida por João Pedro Stédile; as classes sociais no Brasil, por professor da UNICAMP; história da música no Brasil e Metodologia Científica. O curso Realidade Brasileira tem como objetivo que lideranças de diversos movimentos sociais aprofundem seus estudos da realidade sócio-histórica do Brasil para que possam levar esses conhecimentos com mais agilidade para as bases dos movimentos em que estão inseridos, contribuindo para a elaboração de um projeto popular para o Brasil, aproximando os vínculos entre a universidade e a comunidade.

Novos Boletins Informativos foram distribuídos pelo MAB Serra do Facão no ano de 2003, buscando quebrar a ideia de que o empreendimento traria grandes benefícios para a região; também mostrar os reais interesses que estavam por trás da construção da obra e destacar as contradições existentes na questão energética no Brasil. Entre os temas que versavam no Boletim Informativo No 1, de Fevereiro de 2003, podemos destacar:

- Que no Brasil há um número muito elevado de famílias atingidas por barragens e que esses números serão ampliados de forma significativa devido à corrida por construção de barragens, fruto do processo de liberação de geração de energia elétrica pelo capital privado;
- Que uma parte considerável da energia gerada no país (30%) é consumida por um pequeno número de empresas eletrointensivas, altamente poluentes, geram poucos empregos, enviam grandes quantidades de dinheiro para suas sedes no exterior e pagam preços baixos pela energia que consomem, sendo que algumas têm energia subsidiada pelo Estado. Por outro lado, existem milhões de casas sem energia elétrica e os trabalhadores, em suas residência e/ou em seus pequenos e médios estabelecimentos produtivos, pagam uma alta taxa de energia.
- Que um pequeno número de empresas, de capital nacional e internacional, passou a dominar o setor energético no Brasil, instaurando um modelo produtivo que levou à demissão de 50% dos funcionários e a uma piora no atendimento aos consumidores. São empresas que buscam obter lucro a qualquer preço e, para tanto, se utilizam de promessas de que trarão progresso, desenvolvimento, turismo, emprego e que são a favor do povo. Porém, no momento da construção é que o povo vai perceber que estas empresas passam a reprimir, a processar e a caluniar quem questiona o empreendimento.
- Que várias hidrelétricas estão planejadas no Sudeste de Goiás, entre elas a de Serra do Facão,

e que as empresas responsáveis pela sua construção não terão um tratamento diferente do que vem ocorrendo nas outras regiões.

- Que o MAB é uma organização dos próprios atingidos, está organizado em vários estados do país e que, ao longo de sua história, vem lutando por um país mais justo, por um Projeto Popular para o Brasil, por um novo modelo energético que contemple as necessidades do povo brasileiro e que nenhum atingido fique sem indenização.
- Para finalizar, conclama o apoio de toda a população para enfrentar as empresas e todos aqueles que querem entregar o patrimônio do povo nas mãos de um pequeno grupo econômico.

O Boletim Informativo MAB – Serra do Facão No 2, de Junho de 2003 buscava levar mais esclarecimentos sobre o novo Modelo Energético a partir de diferentes perspectivas:

- a) Política – que a privatização do setor elétrico promove a perda da soberania nacional e expõe o país a uma dependência política perigosa de grupos financeiros internacionais. Destaca que água e energia são setores estratégicos e devem ficar sob controle do governo.
- b) Econômica – questiona o grande investimento financeiro que será realizado para construir a hidrelétrica frente a quantidade pequena de energia que será gerada. Ressalta que a população da região praticamente não terá proveito do empreendimento, já que a geração de energia é voltada ao consumo de empresas que formam o Consórcio.
- c) Ambiental – que o reservatório inundará terras férteis, eliminará uma série de nascentes de rios e causará sérios problemas nas populações de peixes.
- d) Homem/mulher do campo – destaca que as populações atingidas são humildes e que vivem há várias gerações na região. Se tiverem que mudar para a cidade não terão condições de concorrer aos poucos empregos existentes devido a baixa qualificação que possuem. Enfatiza as perdas culturais irreversíveis dessas pessoas.
- e) Homem/mulher da cidade – a construção da barragem atrai muitas pessoas de fora, o que leva ao aumento da criminalidade, desemprego, prostituição, falta de escolas e hospitais. Com o fim da construção da barragem, os trabalhadores qualificados tendem a ir embora, enquanto os demais continuam ali, mantendo os problemas que se aceleraram com a vinda das pessoas em busca de trabalho.

Outra informação que se encontra no Informativo do MAB Serra do Facão é que havia um espaço na Rádio AM local, desde o dia 25/06/2003, de propriedade da Igreja Católica que conclamava todos a ouvir os programas que iriam ao ar às segundas-feiras, quartas-feiras,

quintas-feiras e sextas-feiras, quando seriam repassadas informações corretas sobre os acontecimentos envolvendo a construção da barragem.

Outra estratégia utilizada pelo MAB, em conjunto com seus apoiadores, foi o lançamento da Frente Parlamentar em Defesa dos Rios do Cerrado, coordenada pelo deputado estadual do PT Mauro Rubem, que buscava questionar a construção de tantas barragens no Bioma Cerrado, onde se encontram as nascentes das grandes bacias hidrográficas brasileiras. Segundo Mesquita (2005), apenas no Sudeste Goiano, entre as construídas e as em projeto, num raio não superior a 250 km, serão 22 barragens, e, em todo estado goiano, são 80 hidrelétricas projetadas. Como uma das atividades da Frente Parlamentar, ocorreu no dia 09/06/2004 uma audiência pública, na cidade de Catalão, quando discutiu-se a implantação de barragens, com destaque às dos rios São Marcos e Veríssimo (BORGES et al, 2005).

Como forma de ampliar ainda mais o debate sobre a construção de barragens foram realizadas várias palestras em escolas, buscando inserir os alunos neste debate, muitos dos quais seriam atingidos pela barragem Serra do Facão.

Como consequência da liminar, por meio de Ação Civil Pública, que o MAB Serra do Facão, em conjunto com seus parceiros, protocolou em vários órgãos públicos, ocorreu a solicitação de vistoria na área de influência da hidrelétrica de Serra do Facão, por parte de um Procurador da República no estado de Goiás, que foi realizada por técnicos da 4ª Câmara de Coordenação e Revisão/Meio Ambiente e Patrimônio (4ª CCR). A vistoria técnica, que tinha sido antecedida por análise do EIA/RIMA, dos PBAs e de trabalhos publicados por professores do curso de Geografia da UFG Catalão, foi realizada no mês de agosto de 2004. Ela concluiu que “o Aproveitamento Hidrelétrico Serra do Facão, tal como projetado e locado, ocasionará grave e irreversível dano socioambiental” (MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, 2004, p. 74). Com base na Informação Técnica da 4ª CCR, o Procurador da República proibiu por 90 dias as obras de construção da Barragem.

A suspensão das obras fez com que o consórcio se retirasse da região, fechando o escritório que havia na cidade de Catalão e parando totalmente as atividades que vinha desenvolvendo, inclusive levando embora as máquinas que já se encontravam no canteiro de obras. Esta ação significou uma grande vitória para os atingidos, sendo que muitos não acreditavam mais que a barragem seria construída, voltando para suas atividades normais.

Quando foi no final de junho de 2004, a empresa não negociou mais e aí, foi no final de setembro a empresa foi embora, fechou o escritório e foi embora. Aí a gente ficou muito feliz, falou “agora, nós vai continuar nossa vida aqui!” (A. A. S., atingido e líder local).

Depois da segunda metade do ano de 2004, o MAB Serra do Facão diminui sua

articulação e suas ações. Podemos inferir sobre alguns pontos que teriam contribuído com esta questão. Um deles é a ação do Ministério Público Federal que impedia, temporariamente, a construção da obra, dando a impressão que era o desfecho final da questão e que a mesma não seria mais construída. Um segundo fator seria o afastamento de duas bolsistas da UFG Catalão por terem concluído seus cursos de graduação. As bolsistas acompanharam o processo de formação do MAB Serra do Facão e fizeram muitos cursos pelo MAB Nacional, tornando-se, ao mesmo tempo, pesquisadoras e lideranças do Movimento. Elas eram o principal elo do MAB local com o MAB Nacional e articuladoras dos debates internos do movimento local. Formadas, e sem o auxílio de bolsas de pesquisa e apoio financeiro do MAB Nacional e local, tiveram que dar novos rumos às suas vidas. Desta forma, diminuía o elo, tanto entre os atingidos com o MAB Nacional, como com os grupos de apoio local, ficando as comunidades atingidas sem relação entre si. Um terceiro elemento, ligado ao segundo, era que, como as instalações da própria UFG - Catalão serviam como pseudo-sede do Movimento²²⁷, com o afastamento das bolsistas as demais lideranças perdiam as condições materiais de comunicação e de articulação. Uma quarta possibilidade pode estar ligada à íntima relação do MAB Serra do Facão com os professores da UFG – Catalão. Muitas vezes eles organizaram ações que foram contra alguns princípios do MAB Nacional, ou que, no mínimo, o MAB Nacional esperava ser consultado para que as mesmas acontecessem, ou, dito de outra forma, os professores algumas vezes discordavam da concepção vertical da organização política do MAB, em que as orientações nacionais deveriam ser acatadas pelo movimento local. Uma quinta possibilidade seria um descrédito que o MAB Nacional tinha do potencial de organização dos atingidos da barragem Serra do Facão, por serem poucos e se encontrarem dispersos na área a ser atingida, o que leva a não seguirem investindo muito na formação de lideranças e na organização dos atingidos²²⁸. Um sexto elemento é o curto período em que se deram os acontecimentos, do recebimento da notícia de que a barragem seria formada até o momento da intervenção do Ministério Público Federal. Foram apenas 3 anos, tempo insuficiente para levar a mudanças de concepções de organização social, ainda mais em uma região que não tinha tradição de organização política²²⁹.

²²⁷ O MAB Serra do Facão não tinha uma sede própria, utilizando-se do espaço físico e infraestrutura da Universidade para fazer reuniões, buscar informações etc.

²²⁸ Nas conversas com os atingidos ficava explícito o afastamento do MAB Nacional na área da Serra do Facão em palavras como: “o pessoal sumiu”; “o pessoal da nacional não aparece mais por aqui”, ou nas palavras de A. A. S. (atingido e líder local) que fala que quando anda pelas comunidades o pessoal pergunta: “cadê, cadê a presença dos, do pessoal do MAB nacional?”

²²⁹ Tanto A. C. N. (ex-bolsista e ex-liderança do MAB Serra do Facão) como M. R. M. (professor da UFG – Catalão) e O. L.S. (padre de Catalão) afirmam que o MAB Serra do Facão foi o primeiro movimento com fins político-ideológicos no campo de maior expressão na região e que sua ação contribuiu e facilitou a vinda

Neste período de descenso, um jovem líder do MAB Serra do Facão foi se formando e participando mais ativamente dos cursos e debates organizados pelo MAB Nacional, que tinha como proposta discutir, de forma aprofundada, o Modelo Energético Brasileiro e buscar alternativas de ação frente ao mesmo, como também participar de ações que o MAB vinha organizando nas grandes cidades com o objetivo de levar a discussão sobre o preço da energia em suas áreas periféricas. Este era o líder mais ativo na atualidade, que continuava fazendo a ligação entre os atingidos das diferentes comunidades, apesar de sua pouca experiência. Sua ação, somada à contribuição eventual de lideranças do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) e aos programas de rádio, que continuam a abordar a questão dos atingidos, é que vinha mantendo aceso o debate dos atingidos pela barragem Serra do Facão.

Apesar da desmobilização que vinha acontecendo no MAB Serra do Facão, por iniciativa de professores da UFG Catalão, ocorreu, nos dias 18 e 19/10/2006, o evento acadêmico -Seminário de Barragens -, que, na abertura, teve uma mística e seguiu com debates de temas como: Uso e Apropriação dos Recursos Hídricos: O Caso das Construções de Hidrelétricas no Cerrado; Modelo Energético: Impasses e Perspectivas; Preços e Tarifas da Energia Elétrica. No encerramento, foi programada uma caminhada/manifestação para questionar a construção de hidrelétricas no Bioma Cerrado, destacando a barragem Serra do Facão. Apesar de ser um evento científico conduzido, principalmente, por integrantes da Universidade, percebemos um fim político no mesmo baseado na visão do MAB Nacional, pela mística inicial e a manifestação pública no final do evento, bem como as duas últimas mesas redondas estarem voltadas aos temas centrais de discussão do Movimento. Porém, muito além da aparência de um enquadramento dos representantes da Universidade à organicidade do MAB Nacional, o referido evento serviu para um afastamento das duas entidades, pela não sujeição dos professores aos ditames do Movimento Nacional, segundo o entendimento dos professores, ou, a não-aceitação de que os professores se apossassem da luta dos atingidos, na visão do MAB Nacional²³⁰.

Com a volta da instalação do escritório do consórcio responsável pela construção da barragem Serra do Facão, agora com o nome de SEFAC, em dezembro de 2006, e a retomada da construção das obras em fevereiro de 2007, novamente o “fantasma” da migração compulsória passava a rondar as famílias atingidas pelo empreendimento. Algumas tentativas

de outros movimentos como o MST e o MPA. A. A. S. (atingido e líder local) diz que, antes de 2002, só tinha visto manifestações públicas pela televisão e, na atualidade, quando vê o pessoal do MST “ocupando uma rodovia, eu fico louquinho da vida, me dá vontade de estar lá junto [riso] é bom demais da conta”.

²³⁰ Esta mesma crítica já tinha ocorrido por parte de alguns professores do departamento do curso de Geografia da UFG – Catalão.

de reorganizar os atingidos para fazerem frente à construção da obra foram tentadas, mas sem maiores resultados. Diante dessa situação, as ações do movimento deixaram de ser em oposição à construção da barragem e passaram a ser voltadas para o processo de indenização.

Numa reunião realizada no dia 29/03/2007 na cidade de Catalão, convocada pelo MAB Serra do Facão e entidades de apoio, ocasião em que os empreendedores foram convidados a participar, mas não compareceram, discutiu-se a importância de os atingidos continuarem organizados no momento de se decidir como seriam feitas as indenizações, para que não se repetisse o que havia ocorrido em outras barragens no estado de Goiás, quando vários anos após o enchimento do reservatório das hidrelétricas, centenas de famílias continuam questionando as indenizações. Como deliberação da reunião seria encaminhado aos empreendedores da barragem um ofício, com as seguintes exigências:

- Que paralise imediatamente todas as obras referentes à construção da barragem Serra do Facão, principalmente no Canteiro de obras e se retirem da região;
- Que a empresa pare imediatamente de iludir e enrolar o povo com promessas ilusórias;
- Exigimos ainda que todos os atingidos sejam indenizados antes da retomada da construção da barragem Serra do Facão;
- Que seja feita uma nova avaliação das terras e que se divulgue imediatamente o preço e de que forma se calcula o valor das terras;
- “Exigimos também que seja divulgada a lista das famílias atingidas”.²³¹

Do local da reunião, os atingidos se encaminharam para o escritório da SEFAC, onde os funcionários, ao saberem do fato, fecharam os portões que davam acesso ao local. Alguns atingidos, revoltados com a ação da SEFAC, forçaram os portões, mas foram contidos por outros manifestantes e pelo padre que os acompanhava. Somente depois da chegada de policiamento é que os portões do escritório foram abertos e alguns integrantes dos atingidos puderam entrar e entregar o documento aos representantes da empresa.

A resposta da empresa se deu com uma ação na justiça, impetrada pela Alcoa Alumínio S/A, Companhia Brasileira de Alumínio, DME Energética Ltda. e Votorantim Cimento Ltda, solicitando ação de Interdito Proibitório contra lideranças do Movimento dos Atingidos por Barragens, Movimento dos Pequenos Agricultores²³² e um padre e um frei que apoiam a

²³¹ MAB Serra do Facão - Ofício de 29 de março de 2007

²³² A inclusão de lideranças do MPA no interdito proibitório é porque algumas de suas lideranças já fizeram parte do MAB e continuam contribuindo com ele em mobilizações públicas.

organização dos atingidos. A solicitação foi acatada pelo Juiz de Direito da 2ª Vara da Comarca de Catalão, proibindo os réus de turbação ou de esbulho (invasão/ocupação) das áreas de domínio da SEFAC, capaz de impedir o exercício das atividades necessárias ao andamento do empreendimento, sob pena de pagarem dez mil reais em multa diária até o limite de 30 dias a ser revertida para a SEFAC²³³.

O Conselho Diocesano de Pastoral da Diocese de Ipamerí publicou uma Carta Aberta²³⁴ de apoio e solidariedade a todos atingidos pela barragem, aos movimentos sociais (MAB e MPA), à CPT e aos religiosos que estavam envolvidos na luta, reafirmando sua posição contrária à construção de barragens, apoiando a luta dos atingidos e questionando qualquer forma de intimidação que busque acabar com o livre direito de manifestação.

Os debates que se seguiram estavam mais voltados para discutir o processo de indenização e os atingidos participavam, sem ter uma maior discussão interna. Os temas em questão eram a atualização cadastral das propriedades e a metodologia a ser aplicada para a obtenção do valor indenizatório. Com a liberação do Caderno de Preços, muitos atingidos tiveram a impressão de que seriam indenizados de forma satisfatória; mas, ao perceberem que haviam várias classes de preços e identificarem em que classe estavam inseridos, perceberam que receberiam indenizações aquém do que esperavam. Essa insatisfação motivou alguns atingidos, que decidiram se organizar novamente, para pensar uma estratégia de ação frente à proposta da SEFAC.

No dia 19/08/2007, realizou-se uma reunião na casa de um atingido, no município de Catalão, com a participação de atingidos, representante do MAB Nacional e uma liderança do MPA. O principal resultado da discussão foi que eles não poderiam discutir a indenização a partir dos valores estipulados pela empresa, e, sim definir a indenização que desejam e lutar por ela. Outra reunião já estava marcada para o dia seguinte, em outra comunidade, e todos decidiram participar. Nessa reunião, os atingidos expuseram as informações que conheciam para poderem ter as mesmas informações e uma oratória em comum e o debate central continuou na formação de uma proposta dos atingidos. Também marcaram uma reunião, para dois dias depois, em outra comunidade, sendo que cada um dos presentes deveria convidar mais pessoas para participar. Na reunião do dia 21/09/2007, reforçou-se a ideia de organização de uma proposta dos atingidos. Definiu-se, também, por organizar reuniões em comunidades de outros municípios e formar uma comissão para elaborar a proposta dos atingidos. Quando a comissão tivesse elaborado a proposta, seria chamada uma grande

²³³ Poder Judiciário, 2ª Vara – Comarca de Catalão. Autos n. 170/2007 (200701216624) – Interdito Proibitório.

²³⁴ Diocese de Itapemirí. Carta Aberta – Conselho Diocesano de Pastoral.

assembleia para avaliar e definir a proposta final que seria apresentada à empresa e que serviria de orientação para a ação dos atingidos.

É importante destacar que nas últimas três reuniões aqui descritas²³⁵ os atingidos foram os grandes condutores das mesmas dando a impressão de que estariam se organizando numa nova perspectiva, na qual eles seriam os principais condutores do processo de discussão das indenizações, cabendo aos grupos de apoio um papel secundário. Alguns atingidos, que anteriormente não viam com bons olhos a ação do MAB Serra do Facão, estavam, nesse novo momento, mostrando-se interessados em participar das discussões e na elaboração da proposta a ser apresentada para a empresa.

4.7. O MAB Rondônia – bacia hidrográfica do rio Madeira

Estudos de viabilidade de geração de energia por meio de hidrelétricas, na região Amazônica, foram coordenados pelo Comitê de Estudos Energéticos da Amazônia (ENERAN), criado em 31 de dezembro de 1968, desfazendo a crença de que os rios da Amazônia eram impróprios para a construção de hidrelétricas. A geração de energia na região estava inserida na constituição dos Polos de Desenvolvimento criados na região pelo governo federal.

Para a realização dos estudos foram determinadas áreas prioritárias, assim definidas: Belém, Santarém e Monte Alegre no estado do Pará; Manaus e Tefé, no Estado do Amazonas; Rio Branco, no Estado do Acre; Macapá, no Território do Amapá; e Porto Velho, no território de Rondônia²³⁶. Para a execução dos estudos, a Eletrobrás optou por consultar empresas brasileiras de engenharia, sendo que quatro delas apresentaram propostas. Diante dessas propostas, a opção foi distribuir para cada empresa a responsabilidade de uma área de estudo, cabendo à empresa Serete, as áreas de Belém e Macapá; à SPL, as áreas de Santarém e Monte Alegre; à Hidroservice, as áreas de Manaus, Tefé e Boa Vista; à Sondotécnica, as áreas de Porto Velho e Rio Branco (MEMÓRIA DA ELETRICIDADE, 1998).

Em 06 de janeiro de 1972, o ENERAN apresentou o relatório final dos estudos, encerrando suas atividades. Como proposta, ele sugeriu a criação de uma empresa estatal de energia, nos moldes das já existentes - Eletrosul e Furnas -, para coordenar as atividades ligadas à hidroeletricidade na região Amazônica. Neste sentido, foi constituída a Centrais Elétrica do Norte do País S.A. (Eletronorte), em 20 de junho de 1973 (DOMINGUES, 2003).

²³⁵ Estas reuniões ocorreram durante o trabalho de campo, das quais pude participar.

²³⁶ A bacia hidrográfica do rio Madeira é uma das mais importantes do atual estado de Rondônia.

Novos estudos do inventário hidrelétrico na bacia hidrográfica do rio Madeira começaram a ser realizados pela Eletronorte em 1983, abrangendo áreas dos estados de Rondônia, Amazonas e Mato Grosso. O Consórcio Nacional de Engenheiros Consultares S.A. (CNEC) foi contratado pela Eletronorte para realizar o chamado “Estudos Madeira” que, além do leito principal, fez levantamentos nas sub-bacias dos rios Preto/Jacundá, Candeias, Ji-Paraná [ou Machado]²³⁷, Aripuanã/Roosevelt e Sucunduri (ELETRONORTE, 1987).

Em 2001, dentro do novo modelo energético brasileiro, foram realizados novos estudos envolvendo a hidroeletricidade no rio Madeira pelas empresas Furnas e Odebrecht, com autorização da ANEEL. Estes estudos tinham por objetivo fazer um inventário das melhores localizações para se construir hidrelétricas no leito principal do rio Madeira. Finalizado em 2002, o inventário resultou na formação do Complexo Hidrelétrico do Rio Madeira, um projeto que engloba a construção de duas hidrelétricas comclusas, para formação de hidrovia, com capacidade de gerarem 6.450 MW de energia (FURNAS, ODEBRECHT E LEME ENGENHARIA, 2005b).

4.7.1. Usina Hidrelétrica de Samuel

A ocupação da bacia hidrográfica do rio Jamar²³⁸i pela população não-indígena passou a se efetivar no final do século XIX e início do século XX, com a exploração dos seringais²³⁹ e a instalação de linhas telegráficas. Tentativas anteriores, por meio de instalações de missões jesuítas e presídio, não prosperaram, seja devido à resistência imposta pelos indígenas, seja pelas doenças (febres), que atingiam esta população. A fixação de não-indígenas na área foi marcada pela expropriação, morte e extermínio de muitos grupos indígenas. Devido ao *boom* da borracha, em função da Segunda Guerra Mundial, a economia da área se dinamizou, mas menos de dez anos depois passou por uma nova decadência, ocorrendo uma reestruturação da população que se manteve no local. Poucos seguiram vivendo da extração do látex, como principal atividade, sendo que a maioria da população incorporou atividades ligadas à agricultura de subsistência, caça e pesca. Nas décadas posteriores, com a abertura de rodovias, algumas áreas da bacia hidrográfica do rio Jamari sofreram consideráveis transformações,

²³⁷ O rio Ji-Paraná é também chamado de rio Machado, sendo que, em mapa da Eletronorte, que avalia o potencial hidrelétrico inventariado nas sub-bacias do rio Madeira, consta o nome de ambos (Rio Machado ou Ji-Paraná). Na realização deste trabalho, optamos pela denominação de rio Machado, pois é aquela utilizado, pelos sujeitos que são aqui analisados. Em caso de citação, manteremos o nome utilizado pela fonte a ser mencionada.

²³⁸ É nesta bacia hidrográfica que se localiza a UHE de Samuel.

²³⁹ Grandes áreas de seringais foram concentradas nas mãos de um reduzido número de seringalistas, que mantinham muitas famílias de seringueiros sob sua ordenança, em precárias condições de vida.

destacando-se a expansão do turismo, centrado nas potencialidades oferecidas por este rio²⁴⁰. Simonian (1996) destaca que foi esta mesma estrutura turística, localizada no povoado de Samuel, que acabou servindo de apoio logístico a técnicos e trabalhadores da UHE de Samuel.

A UHE de Samuel foi construída no rio Jamari, afluente da margem direita do rio Madeira, onde se localizava a cachoeira de Samuel. O local fica distante, aproximadamente, 52 km da cidade de Porto Velho e próximo à BR 364. O empreendimento foi indicado pelo ENERAM como alternativa para suprir energia elétrica para Porto Velho, capital de Rondônia e, com a implantação de uma linha de transmissão de 450 km, supriria também as necessidades da cidade de Rio Branco, capital do Acre. A área ocupada pelo reservatório de água é de aproximadamente 607 km², abrangendo, na época, os municípios de Porto Velho e Ariquemes. Também fez parte do projeto a construção de um dique de 57 km, para garantir o represamento da água.

Os primeiros estudos realizados sob comando do ENERAM previam a geração de 54 MW de energia; porém, estudos mais aprofundados visando a construção da UHE, indicaram a possibilidade de aproveitamento de 216 MW de potência instalada (SIMONIAN, 1996).

A concessão para a construção do empreendimento foi obtida pela Eletronorte em setembro de 1979, sendo que em setembro de 1981 foi realizada a licitação das obras. O início da obra se deu em março de 1982, sob a responsabilidade da Construtora Norberto Odebrecht, com previsão de entrada em operação da primeira unidade para 1987. Paralelamente à construção da UHE, iniciou-se a construção da primeira etapa da linha de transmissão, com 580 km de comprimento, ligando a usina a Porto Velho, Abunã (RO) e Rio Branco (AC). Numa segunda etapa, estava prevista a construção da linha de transmissão para distribuir energia nas cidades de Ariquemes e Ji-Paraná, ao sul do estado de Rondônia (MEMÓRIA DA ELETRICIDADE, 1998).

Devido às restrições financeiras impostas pelo Ministério da Fazenda à Eletronorte ocorreram atrasos na construção das obras nos anos de 1983/1984, prevendo-se para agosto de 1988 o início da geração de energia. No ano de 1985, houve rumores de uma possível paralisação da obra, sendo que o ritmo de construção da mesma se manteve abaixo do planejado inicialmente (Jornal Alto Madeira, 14/06/1985). Atrasos na execução do cronograma se mantiverem constantes, sendo que apenas em meados de 1988 foram fechadas as comportas da barragem, iniciando-se a formação do reservatório. Em julho de 1989, entrou

²⁴⁰ Uma das referências turísticas na área era a cachoeira de Samuel, a qual serviu de referência ao nome da UHE que ali se instalou.

em operação a primeira unidade geradora, quase dois anos depois do previsto no projeto inicial.

O deslocamento compulsório das famílias atingidas pela UHE de Samuel foi planejado pela Eletronorte, com apoio do INCRA, sem a participação dos atingidos. Foram planejados dois reassentamentos, um urbano e outro rural. O reassentamento urbano, denominado Vila Candeias²⁴¹, foi ocupado com moradores do povoado da Cachoeira de Samuel²⁴², que perfazia 32 famílias, as quais também deveriam receber um lote na área rural. Cada lote urbano teria a dimensão de 16 metros de frente por 45 metros de fundo; ele deveria conter uma casa em condições de abrigar de forma confortável as famílias, contando com instalação de água e luz. A Vila Candeias deveria ter ruas asfaltadas, escola, ambulatório com atendimento médico, igreja e campo de futebol. Os moradores também receberiam indenização pelas benfeitorias existentes no lote onde residiam.

As famílias residentes no meio rural foram reassentadas no Projeto de Assentamento (PA) Rio Preto de Candeias (atualmente chamado de Vila Triunfo), no ano de 1987, em uma área pertencente ao INCRA. A Eletronorte, por meio de convênio²⁴³, repassou ao INCRA a responsabilidade de reassentar as famílias atingidas. Perdigão e Bassegio (1992 p. 204-205) apresentam os termos que deveriam nortear o deslocamento compulsório e a infraestrutura que o reassentamento deveria apresentar:

- Linha principal pavimentada e conservação dos ramais durante 5 anos;
- Transporte de suas mudanças para o local de assentamento;
- Transporte coletivo gratuito durante 2 anos;
- Posto de saúde equipado com médico e materiais de primeiros socorros;
- Escola de 1ª a 4ª série funcionando;
- Custeio para a preparação da lavoura no primeiro ano;
- Instalação de rede elétrica gratuita, tão logo a usina entrasse em funcionamento;
- Uma casa 3X4 construída e um terreno na área do patrimônio;
- Poço de água potável;
- Uma indenização em dinheiro, proporcional às benfeitorias existentes na propriedade;
- Rancho (alimento) durante 2 anos;
- Uma área de terra igual ou maior a que possuía na área atingida pelo lago.

Não ocorreram maiores questionamentos dos atingidos frente à construção da UHE, já que entendiam que seriam bem indenizados, conforme destacaram alguns atingidos em

²⁴¹ Atualmente, sede do município Candeias do Jamari. A responsabilidade para a construção do reassentamento ficou com a construtora Odebrecht.

²⁴² Moradores do povoado Samuel trabalharam na construção da usina, mas muitos foram considerados perturbadores e indisciplinados pelos responsáveis pela obra, sendo dispensados.

²⁴³ Dados da Eletronorte indicam que foram repassados para o INCRA US\$ 3.869.436,44, para executar a transferências das famílias para o PA Rio Preto.

conversas informais.

As expectativas geradas pela proposta de reassentamento viraram desilusões quando se deu o deslocamento compulsório definitivo. Os moradores do povoado Cachoeira de Samuel foram os primeiros a deixar a área em que viviam. Num primeiro momento, apenas foram transferidos da margem esquerda do rio Jamari para a margem direita, pois residiam no local onde a obra seria iniciada. Como um número considerável de moradores (homens e mulheres) do povoado Cachoeira de Samuel passou a trabalhar na construção da obra, este deslocamento provisório não causava maiores agravos. Entretanto, como não se adequaram às normas de trabalho exigidas, foram transferidos para a Vila Candeias, antes da instalação da infraestrutura prometida²⁴⁴. Esta transferência, a partir do ano de 1981, foi uma demonstração clara da forma unilateral de poder que predominava na relação entre a Eletronorte e os atingidos.

Além da ausência de infraestrutura, outro elemento que contribuiu para piorar a situação das famílias transferidas foi que o deslocamento compulsório ocorreu no período de chuvas. As palavras dos deslocados expõem de forma clara a situação que passaram: “Fomos despejados e colocados na lama. Era uma lama de porco. O povo perdeu tudo” (LEMONS, apud SIMONIAN, 1996 p. 580). “As famílias chegaram de duas ou três por dia. Eles trouxeram prometendo mundos e fundos e não deram nada. Cada um teve que fazer sua construção por conta, sem água, sem luz. Era uma tristeza” (entrevista realizada em 30/09/2008). Um dos atingidos, que trabalhava para a empresa de topografia que estava ajudando na medição dos lotes na Vila Candeias, falou que enquanto estava em serviço, na medição dos lotes na Vila Candeias, viu sua mulher e filhos descerem de um caminhão e, repentinamente, o motorista ergueu a caçamba do caminhão despejando os pertences da família no chão. “Quebrou pratos, móveis, tive que fazer uma casa de capim. A mulher chorava, os filhos choravam” (entrevista realizada no dia 30/09/2008). Outros fatos da mesma proporção ocorreram, o que demonstra que as famílias foram, literalmente, despejadas na área do reassentamento.

Tempos depois, foi construída uma caixa d’água; porém, ela acabou sendo vendida para uma “firma” (empresa) que se instalou nas proximidades. A escola foi construída 18 meses depois do início do deslocamento das famílias.

Outras benfeitorias foram construídas posteriormente, mas não nas proporções prometidas. Algumas indenizações irrisórias foram pagas, segundo os entrevistados. A

²⁴⁴ No projeto de construção da UHE estava previsto que a transferência da população, tanto para o reassentamento rural como para o urbano, se daria de forma concomitante (SIMONIAN, 1996).

indignação com o ocorrido se mantém forte na atualidade, 29 anos depois, e as expectativas de serem justamente indenizados, para alguns que vivenciaram a questão, não se tornaram realidade: “os veteranos estão morrendo e nada de indenização” (entrevista realizada no dia 30/09/2008).

A lógica de poder unilateral também prevaleceu em relação às famílias atingidas que foram reassentadas no meio rural. O interesse delas era que se criasse um reassentamento junto à BR 364, que estava localizada próxima do local que moravam e facilitaria o acesso a Porto Velho; mas, não foram ouvidas, sendo reassentadas em uma área que pertencia ao INCRA, em um antigo seringal, distante 50 km da rodovia.

A infraestrutura prometida não foi construída no PA Rio Preto de Candeias. Segundo atingidos entrevistados, quando foram reassentados, apenas estavam abertas uma estrada principal que cortava a área e as estradas vicinais. A distribuição dos lotes se deu por sorteio e não havia infraestrutura no lote e nem sido construídos os bens coletivos prometidos. Muitas pessoas, depois de verem seus lotes, nunca mais apareceram na área; outras, depois de algum tempo morando no lote o abandonaram, sendo que o INCRA voltou a requerer para si a posse desses lotes.

A indenização financeira foi ínfima e diante das condições precárias em que se encontravam ela foi rapidamente gasta; algumas famílias relatam não terem sido beneficiadas por esta modalidade de indenização. Os reassentados tiveram que construir suas casas e toda a infraestrutura necessária, abrir as roças, além de perderam a fartura de peixes e frutas que havia nas proximidades do rio Jamari. Sua condição de vida ficou pior da que tinham antes da construção da barragem.

A presença de algumas serrarias, foi considerada, por alguns atingidos, fundamental para o desenvolvimento de suas atividades, pois a venda da madeira se tornou uma fonte de renda importante, no princípio de ocupação do reassentamento. Um dos atingidos destaca que, graças às serrarias, não ocorreu o esvaziamento do reassentamento.

Grupos de pescadores que moram a jusante da UHE de Samuel se dizem prejudicados pela construção da obra, principalmente depois que se formou o reservatório. Destacam que, antes do reservatório, existia uma fartura de peixes, de diversas espécies, e, com o represamento da água, algumas delas não foram mais encontradas. Falam da grande quantidade de peixes que desciam pelo rio mortos ou agonizando, chamando a atenção para aqueles que apresentavam características de apodrecimento em parte do corpo, excetuando a cabeça e a cauda. Algumas falas das pessoas que vivenciaram a situação são esclarecedoras sobre o que se passou na época: “Depois da barragem, muitos peixes chegaram mortos ou

ainda vivos, mas podres. Tartaruga, boto, tudo morria. Tinha muito peixe liso, agora é difícil ver algum. Tivemos que parar de pescar por um tempo. O Jamari ficou branco de peixe morto”. “Depois que fecharam a barragem e abriram a água morreu muito peixe. Tinha que tirar os peixes mortos para tirar água para dar banho nas crianças. Deu muita malária. Fedia na beira do rio e tinha muito urubu” (entrevistas realizada no dia 02/102008).

A irregularidade da vazão da água do rio Jamari é outro ponto de insatisfação dos moradores a jusante da barragem. Antes da barragem, as alterações da vazão da água do rio ocorriam devido às mudanças climáticas e, com o barramento, esta vazão foi modificada segundo os interesses da empresa responsável pela geração de energia. Como os moradores tinham domínio das mudanças climáticas, conheciam as alterações que ocorriam no rio. Mas, depois do represamento, não possuem mais noção de quando mudará a vazão do rio, que levou a contínuas transformações nas características da pesca e a incerteza sobre a formação de praias no período de secas.

Devido a reclamações dos pescadores, técnicos da Eletronorte e de órgãos ambientais fizeram visitas nas áreas a jusante do barramento, mas os entrevistados desconhecem alguma ação em prol dos ribeirinhos, em função das informações obtidas pelos especialistas. O que ocorreu foi uma difamação dos pescadores, pois técnicos da Eletronorte espalharam o boato que a mortandade de peixes ocorreu porque os pescadores haviam colocado veneno na água.

Famílias que residem na cidade de Porto Velho também dizem terem sido prejudicadas pela construção da UHE de Samuel. Algumas falam que foram pressionadas a abandonar a área em que vivem pelos representantes do empreendimento por não terem documento sobre a terra que ocupavam. Outras dizem terem sido prejudicadas, pois optaram por não residir na área do reassentamento e acabaram perdendo a terra que receberam de indenização no reassentamento.

Algumas famílias, que ocuparam terra na área de abrangência do empreendimento quando este estava se iniciando acabaram recebendo o direito de serem reassentadas no PA Rio Preto, conforme aponta Simonian (1996). Foi possível verificar este fato *in loco*. Mas este direito foi obtido depois de muita insistência, individualizada, por parte dos favorecidos. A obtenção deste direito mostra o quanto foi contraditório o processo de gerenciamento dos reassentamentos e, também, destaca como a falta de organização dos atingidos pode ter prejudicado muitos deles. Com esta afirmação não se pretende minimizar a responsabilidade dos empreendedores, mas sim chamar a atenção para a necessidade do enfrentamento coletivo a fim de garantir direitos, ao se vivenciar a construção de grandes projetos hidrelétricos.

O impacto do empreendimento sobre populações indígenas foi negado pela Eletronorte,

utilizando-se de documentos produzidos pela FUNAI, mesmo que estudos por ela encomendados indicassem a possibilidade de ocorrência de impactos sobre dois grupos indígenas da área. Não ocorreu nenhuma ação que buscasse aprofundar os estudos sobre a questão indígena e, também, não ocorreram registros de reclamações dos indígenas, em relação à UHE de Samuel (SIMONIAN, 1996).

4.7.2. Usina Hidrelétrica de Ji-Paraná

A UHE de Ji-Paraná foi planejada para ser construída na divisa dos municípios de Ji-Paraná e Jaru, abrangendo também áreas dos municípios de Ariquemes e Ouro Preto D'Oeste, todos localizados no estado de Rondônia²⁴⁵. Seria a primeira, de duas barragens, a ser construída no rio Machado²⁴⁶, sendo justificada sua prioridade na implantação por se localizar em uma área na qual vinha ocorrendo uma rápida ocupação por migrantes²⁴⁷. Para a Eletronorte (1987), qualquer atraso na definição energética poderia inviabilizar a implantação do reservatório no futuro.

A justificativa da construção da hidrelétrica se baseava na necessidade de suprir a demanda de energia elétrica causada pela aceleração da migração no Estado e os desdobramentos advindos desta questão. A possibilidade de ampliar o potencial energético, que era obtido por meio de uma usina termoelétrica, era vista de forma positiva por moradores urbanos do município, que tinham limitações devido à escassez de energia, como desligamento dos geradores no período noturno, blecautes ou ausência de energia em várias localidades²⁴⁸. Neste período, a hidrelétrica de Samuel, também na bacia do rio Madeira, estava em construção (NÓBREGA 2008, ELETRONORTE 1987).

Segundo dados da Eletronorte (1987), o reservatório da UHE de Ji-Paraná deveria inundar uma área de aproximadamente 95.700 hectares. Destes, 10.600 ha seriam na área indígena Igarapé Lourdes, onde se encontram remanescentes dos grupos tribais Gavião e

²⁴⁵ Do planejamento da hidrelétrica de Ji-Paraná, até a atualidade, surgiram novos municípios, desmembrados dos aqui citados.

²⁴⁶ A segunda usina inventariada recebeu o nome de Tabajara e, quando pronta, teria uma potência instalada de 765 MW.

²⁴⁷ Segundo dados do Centro de Estudo e Pastoral do Migrante de Ji-Paraná (CEPAMI), só na década de 1980 Rondônia recebeu 938.211 migrantes. Muitos destes, por não conseguirem se instalar no Estado, acabaram migrando para o Acre, Amazonas e Rorâima. Dados da Eletronorte (1987) destacam que, em 1985, o estado de Rondônia contava com uma população de aproximadamente 1 milhão de pessoas e estimavam que em 1990 chegaria a 2,1 milhões.

²⁴⁸ Em vários momentos quando ocorriam problemas na geração de energia, foram realizadas manifestações na própria UTE ou na BR 364, localizada junto à cidade de Ji-Paraná.

Arara. O reservatório ocuparia 3.870 ha da Reserva Ecológica de Jarú²⁴⁹; inundaria cerca de 38.000 ha de áreas de Projetos Integrados de Colonização (PICs) e 300 ha de Projeto de Assentamento (PA), afetando aproximadamente 800 lotes²⁵⁰; áreas esparsas ocupadas por populações ribeirinhas que sobrevivem do extrativismo vegetal, da pesca artesanal e de roças de subsistência. Nóbrega (2008) destaca que a previsão era de que 5.640 pessoas fossem atingidas pela formação do reservatório, mas que a própria empresa, que fez o levantamento baseado em dados dos projetos do INCRA, dizia que os dados eram apenas preliminares, apontando possíveis falhas na metodologia utilizada. A autora também relata que não foram considerados os grupos indígenas e ribeirinhos, o que torna a informação muito inconsistente.

O início da construção do barramento deveria ocorrer no ano de 1991 e o início da operação comercial se daria em 1994/1995, com uma potência instalada de 520 MW. Todos os atingidos pelo empreendimento deveriam ser indenizados, segundo a Eletronorte (1987).

4.7.3. O Complexo Hidrelétrico do Rio Madeira

O Complexo Hidrelétrico do Rio Madeira está vinculado ao projeto Integração da Infraestrutura Regional Sul-americana (IIRSA). A IIRSA é um fórum de diálogo que envolve representantes dos 12 governos da América do Sul²⁵¹ que tem por objetivo promover o desenvolvimento de infraestrutura de transporte, de energia e de comunicação, levando a uma integração física entre os países integrantes. A IIRSA se formou em 2000 e está vinculada a três instituições financeiras multilaterais: Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Corporação Andina de Fomento (CAF)²⁵² e Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata (FONPLATA)²⁵³.

A criação da IIRSA está relacionada com a ideia de um novo regionalismo para a América Latina e o Caribe, descrito pela Comissão Econômica para a América Latina e

²⁴⁹ A Reserva Ecológica do Jarú foi criada em 1979, por ser considerada um refúgio do Pleistoceno, conservando características da regressão das florestas na época das glaciações.

²⁵⁰ Seriam atingidas áreas do PIC Ouro Preto, PIC Pe. Adolpho Rohl e PA Machadinho, com lotes de 50 ou 100 ha. Por serem áreas ocupadas por migrantes, a expectativa era que não tivessem muita resistência à nova imigração.

²⁵¹ Brasil, Argentina, Chile, Equador, Peru, Colômbia, Paraguai, Uruguai, Bolívia, Venezuela, Guiana, Suriname e Guiana Francesa.

²⁵² Instituição financeira regional multilateral que financia obras de infraestrutura e é formada, principalmente, pelos governos do Peru, Bolívia, Equador, Colômbia e Venezuela que agrega, também, em menor proporção, governos e instituições públicas de outros países da América Latina, bem como 14 bancos da região (www.caf.com).

²⁵³ Instituição financeira sub-regional multilateral que financia, prioritariamente, estudos de pré-investimentos e assistência técnica e é formada por governos do Brasil, Argentina, Bolívia, Paraguai e Uruguai (www.ircamericas.org).

Caribe (CEPAL) como “regionalismo aberto”, com o propósito de criar uma interdependência econômica regional, visando aumentar a competitividade entre os países membros (ROSENTHAL, 1994). Vainer e Nuti (2008) chamam a atenção em relação à questão energética, destacando que a desregulamentação setorial e as privatizações fazem com que ocorra a competição entre empresas multinacionais e não entre países. Os autores também destacam que a ideia de competitividade, que resultaria em menores preços do produto aos consumidores, vem se apresentando como uma falácia, pois os preços da energia têm aumentado para o consumidor final.

As infraestruturas foram agrupadas em 10 eixos de integração e desenvolvimento²⁵⁴ e, dentro de cada, eixo foi estabelecida uma série de obras a serem construídas. O Complexo Hidrelétrico do Rio Madeira²⁵⁵ está inserido no Eixo Peru-Brasil-Bolívia, que também prevê a construção de outras hidrelétricas, a abertura e pavimentação de rodovias, a construção de pontes, a formação de hidrovias, a implantação de linhas de transmissões de energia elétrica, a construção e melhoramento de aeroportos e a construção de alfândegas.

Dentre as demais UHE previstas no Eixo de Integração Peru-Brasil-Bolívia está uma hidrelétrica binacional (Brasil e Bolívia), localizada na Cachoeira do Ribeirão, no rio Mamoré e uma outra, localizada na *Cachuela Esperanza*, no rio *Beni*, na Bolívia. A construção destas duas hidrelétricas, somadas com as duas no rio Madeira, com suas respectivas eclusas, formarão uma hidrovia que permite interligar a navegação do rio Guaporé, desde o município de Vila Bela da Santíssima Trindade/MT, como também permitirá a interiorização da integração com a Bolívia, viabilizando 4.155 km de hidrovias, como pode ser identificado na figura 13 (FURNAS, ODEBRECHT, LEME ENGENHARIA, 2005a).

Os levantamentos de dados e a formulação da proposta de implantação do Complexo Hidrelétrico do Rio Madeira ficaram sob a responsabilidade das empresas Furnas Centrais Elétricas S.A e da construtora Norberto Odebrecht. Os estudos de inventário do rio Madeira foram feitos nos anos de 2001 e 2002, com autorização da ANEEL, e, posteriormente, seguiram-se os trabalhos visando a organização e aprovação do EIA-RIMA e a busca pela liberação da Licença Prévia, que foi assinada em 09 de junho de 2007.

A obtenção da Licença Prévia foi antecedida de muitos debates e questionamentos pela

²⁵⁴ Eixos: Andino, Andino do Sul, de Capricórnio, da Hidrovia Paraguai-Paraná, do Amazonas, do Escudo das Goianas, do Sul, Interoceânico Central, Mercosul-Chile e Peru-Brasil-Bolívia. Os eixos sublinhados envolvem infraestruturas no Brasil. Maiores informações se encontram no site: www.iirsa.org.

²⁵⁵ O Complexo Hidrelétrico do Rio Madeira se refere à construção das duas hidrelétricas em terras brasileiras (Santo Antonio e Jirau); enquanto que as referências ao Complexo do Madeira fazem referência a todas as obras que envolvem o rio Madeira e os demais rios que o formam, abrangendo áreas fora do Brasil. Em alguns documentos, esta diferenciação não aparece de forma clara.

sociedade organizada, tanto local como mundial. Complementos do EIA-RIMA tiveram que ser realizados, audiências públicas foram suspensas por mandato judicial e depois autorizadas, por decisões judiciais, em instâncias superiores. Também, propiciou o episódio que foi amplamente veiculado na mídia envolvendo o presidente da república no seu infeliz comentário sobre “os bagres do rio Madeira”²⁵⁶.

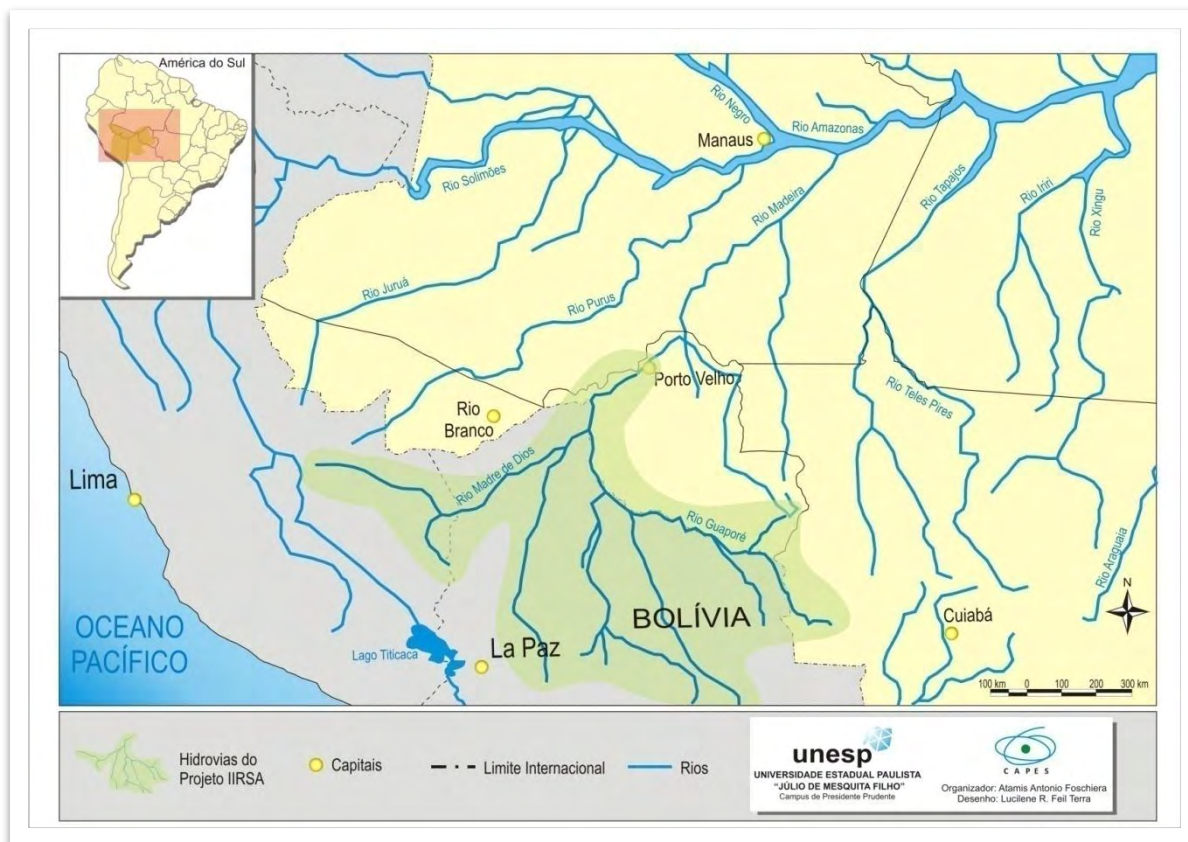


Figura 14 - Hidrovias prevista na IIRSA - Eixo de Integração Peru-Brasil-Bolívia

Fonte: Furnas, Odebrecht, Leme Engenharia, 2005a

Para Garzon (2008) a definição sobre a liberação da LP do Complexo Hidrelétrico do Rio Madeira foi um dos elementos cruciais para que ocorresse a reestruturação do IBAMA, com a criação do Instituto Chico Mendes, separando a responsabilidade de licenciamento do controle das Unidades de Conservação. A LP foi autorizada sem existir informações acumuladas sobre o rio Madeira; os pareceres favoráveis ao empreendimento foram baseados em estimativas positivas de consultores contratados pelos interessados.

O Complexo Hidrelétrico do Rio Madeira é um empreendimento que visa a geração de energia elétrica e a formação da hidrovia do rio Madeira. Para a geração de energia foram

²⁵⁶ Em reunião do Conselho Político (abril de 2007), o Presidente da República Luis Inácio Lula da Silva, mostrou-se irritado com a demora do IBAMA para liberar a LP das UHEs previstas para o rio Madeira: “agora não pode por causa do bagre, jogaram o bagre no colo do presidente. O que eu tenho com isso? Tem que ter uma solução”. (Estado de São Paulo, 20/04/2007).

projetadas duas usinas hidrelétricas, Santo Antonio e Jirau, que estão inseridas no PAC (Figura 14). Para a formação da hidrovia foram projetadas duas eclusas, uma para cada UHE. Faz parte do projeto a construção de uma linha de transmissão de aproximadamente 1.500 km, interligando as hidrelétricas ao Sistema Elétrico Nacional em um ponto na cidade de Cuiabá/MT.



Figura 15 – Localização das UHEs Santo Antônio e Jirau/RO

Fonte: RIMA (Furnas, Odebrecht e Leme Engenharia), maio de 2005b

Para os fomentadores do Complexo Hidrelétrico do Rio Madeira, o diferencial em relação às demais UHE brasileiras é a utilização de turbinas tipo Bulbo²⁵⁷, que possibilitam a construção de barramento da água com menor altura, inundando uma área menor e, nos empreendimentos aqui propostos, manteriam o nível de água próximo da altura que chega no período das chuvas²⁵⁸.

Visando facilitar a liberação da construção das duas hidrelétricas, o governo brasileiro colocou em prática a estratégia de separar o empreendimento, desvinculando a geração de energia da construção das eclusas e da linha de transmissão de energia. A construção das eclusas e das linhas de transmissão de energia passam a ser empreendimentos à parte que serão definidos de forma isolada.

A UHE de Santo Antonio foi planejada para ser construída na Ilha do Presídio, a 10 km da cidade de Porto Velho, com potencial instalado de geração de 3.150 MW de energia. O leilão do empreendimento, que foi realizado no dia 10 de dezembro de 2008, foi vencido pelo Consórcio Madeira Energia (MESA), formado por Odebrecht (17,6%) Furnas Centrais Elétricas S.A. (39%), Construtora Norberto Odebrecht (1%), Andrade Gutierrez (12,4%),

²⁵⁷ A turbina tipo Bulbo é colocada deitada e movida pela pressão da água, enquanto as demais turbinas são colocadas de pé e são movidas pela força da queda da água.

²⁵⁸ A região onde se localizam as UHEs é caracterizada por ter um período chuvoso e outro seco.

CEMIG (10%) e por um fundo de investimento, formado por BANIF e Santander (20%). A ordem de serviço autorizando o início das obras foi dada pelo Consórcio MESA às empresas construtoras (Odebrecht e Andrade Gutierrez), no dia 28 de agosto de 2008 e a previsão para o início das operações é o ano de 2012.

A UHE de Jirau, com potencial instalado de geração de 3.300 MW de energia, foi prevista para ser instalada no local conhecido como Corredeiras de Jirau, a 136 km de Porto Velho. O empreendimento foi adquirido pelo Consórcio Energia Sustentável do Brasil (ENERSUS), formado pelas empresas *Suez Energy South America Participações Ltda.* (50,1%), Camargo Corrêa Investimentos em Infra-Estrutura S/A (9,9%), Eletrosul Centrais Elétricas S/A (20%) e Companhia Hidro Elétrica do São Francisco – Chesf (20%), no leilão que ocorreu no dia 19 de maio de 2008. Após vencer a licitação da obra, a ENERSUS apresentou proposta de construí-la 9,2 km a jusante do previsto, no local identificado como Ilha do Diabo. Depois de novos debates, da realização de uma reunião pública na cidade de Porto Velho e brigas jurídicas, foi autorizada a construção da UHE de Jirau, no local sugerido pelo Consórcio que ganhou a licitação. Antes de ter a autorização para a construção da hidrelétrica, a ENERSUS foi multada em R\$ 475.000,00 (quatrocentos e setenta e cinco mil reais), por ter desmatado, sem autorização, e em R\$ 950.000,00 (novecentos e cinquenta mil reais) por ter feito um barramento de parte do rio para secagem do local onde será construído o empreendimento, também sem a devida autorização.

4.7.4. Os atingidos e sua organização

A organização dos atingidos por barragens no estado de Rondônia envolve espaços e tempos diferentes, mas também, espaços e grupos de atingidos recorrentes.

A UHE de Samuel foi a primeira a ser construída; não levou, porém, à organização sistemática dos atingidos. A possibilidade de construção da UHE de Ji-Paraná, além de levar à organização de famílias que seriam atingidas, aproximou-as com os atingidos da UHE de Samuel, e resultou na formação do Movimento dos Atingidos por Barragens de Rondônia (MABRO). O MABRO teve a igreja como principal organizadora e estava articulado, em escala nacional, com outros movimentos de atingidos por intermédio do MAB, mas desarticulou-se no final dos anos 1990.

O projeto de construção de hidrelétricas no rio Madeira fez surgir, novamente, a luta dos atingidos por barragens em Rondônia, tendo o MAB Nacional como articulador, buscando envolver as famílias que seriam atingidas pelos empreendimentos do Complexo

Hidrelétrico do Rio Madeira, agregando também ao Movimento os atingidos pela UHE de Samuel, formando o MAB/RO.

4.7.5. A formação do MABRO

Um primeiro questionamento sobre a construção da UHE de Ji-Paraná foi realizado pelos índios Gavião, da aldeia Igarapé Lurdes, ao perceberem que estavam sendo fincados marcos metálicos numerados em suas terras. Diretores da FUNAI foram questionados, mas não repassavam informações do que estava ocorrendo. Posteriormente, o chefe do posto indígena informou que os diretores estavam com medo de explicar que estavam fazendo levantamentos para a construção de hidrelétrica. Os índios reagiram, arrancando os marcos e, em alguns pontos, colocando flechas como sinal de desaprovação da obra. Porém, como o maior conflito dos índios, no momento, era com os colonos que estavam invadindo suas terras, novos estudos continuaram a ser feitos (NÓBREGA, 2008).

Esses estudos foram encomendados pela Eletronorte, responsável pelos projetos energéticos na região Norte do país, para conhecer os impactos da hidrelétrica sobre as áreas indígenas. Os indígenas desaprovavam a construção da barragem em suas terras, porém seguiram-se negociações para tentar convencê-los a apoiar a sua construção. Uma das estratégias adotada pela Eletronorte foi levar grupos de índios Arara, Gavião e Zoró para visitarem o canteiro de obras da UHE de Samuel, que estava em construção. A visita, realizada em 21 de janeiro de 1988, acabou reforçando a posição contrária à obra por parte dos índios.

Segundo o Superintendente da FUNAI - 2ª Região em Mato Grosso, responsável pela área a ser impactada pela barragem, para reverter esse pensamento dos indígenas, seria realizado um trabalho de caráter educativo, visando conscientizar as tribos Gaviões e Araras de que a construção do empreendimento era irreversível. Devido à redução das reservas, dificilmente eles conseguiriam viver apenas do extrativismo; seria necessário implantar projetos agropecuários e que, possivelmente esses índios teriam que passar a viver juntos ou confinados em uma área restrita (O Estadão do Norte, 20/05/1988).

Novas iniciativas de busca de maiores informações sobre a UHE de Ji-Paraná partiram das igrejas Católica²⁵⁹ e Luterana de Ji-Paraná, que realizaram uma reunião com

²⁵⁹ A Diocese de Ji-Paraná, sob o comando do bispo Dom Antonio Possamai, se orientava pela Teologia da Libertação, atuando junto à população por meio das pastorais, das CEBs e outras estruturas da igreja. A Diocese contribuiu muito para a formação de lideranças, por intermédio dos cursos de Fé e Política que

representantes da Eletronorte e do Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário (MIRAD). A reunião ocorreu no dia 31 de maio de 1988, no Centro Diocesano de Pastoral de Ji-Paraná, quando já vinham ocorrendo levantamentos, com o objetivo da construção da obra. Os religiosos questionavam a falta de informações sobre a obra e o descaso com as famílias nos locais em que eram feitos os levantamentos, sendo que, quando não omitiam, eles distorciam as informações, dizendo que eram levantamentos para obras inexistentes, como asfaltamento de estradas.

Os religiosos disseram não ser contra a geração de energia, mas a favor de fontes alternativas de geração, que tivessem menor custo social. Apresentaram como alternativas a construção de pequenas barragens, em número maior; o uso da energia solar; trazer energia de fora, com técnica avançada que já existe em matéria de condutores, e com perda mínima de energia, mesmo sendo à distância. Eles também solicitaram que a Eletronorte colocasse, acima de tudo, a pessoa humana, e não apenas o progresso econômico (CEPAMI, agosto de 1988).

A movimentação em torno da construção da hidrelétrica levou à realização de uma reunião entre 60 índios das tribos Zoró, Cinta Larga, Gavião, Arara e Sururí, em dezembro de 1988, em Ji-Paraná, para debater sobre o impacto da barragem sobre suas terras. Ao final da reunião, os índios buscaram apoio do Conselho Diocesano, da CPT e CIMI para fazer frente à obra. Criou-se, a partir de então, um Grupo de Apoio ao Índio (GAI) (CEPAMI, fevereiro de 1989). Também, em fevereiro de 1989, representantes dos grupos indígenas que seriam atingidos pela UHE de Ji-Paraná participaram do I Encontro das Nações Indígenas do Xingu, que tinha como objetivo organizar uma frente contra a construção de hidrelétricas no rio Xingu.

As igrejas Católica e Luterana levavam o debate sobre hidrelétricas para suas áreas de influência por meio de suas pregações, como também por meio das publicações do jornal “O Migrante”, com circulação trimestral pelo Centro de Estudos e Pastoral do Migrante (CEPAMI) e pelo informativo “Anunciando e Defendendo”, que circulava mensalmente sob responsabilidade da Diocese de Ji-Parná.

No final de março de 1989, ocorreu uma reunião envolvendo representantes da CPT, STRs, agentes de pastoral, religiosos, membros do CEPAMI, deputado do PT, vereadores do PT, PDT, PTB e populares para debaterem e tomarem medidas frente à construção da

ocorriam em várias etapas, com duração de 3 a 4 dias. Por meio desses cursos, formaram-se várias lideranças que atuaram junto a movimentos populares e sindicatos, contribuindo na formação e expansão do Partido dos Trabalhadores (PT), na região.

hidrelétrica. Nas falas desses representantes destacou-se o potencial arqueológico existente e não estudado que ficaria submerso; também a importância de se buscar fontes alternativas de energia, a necessidade de se ter uma real dimensão dos impactos sociais do empreendimento; dos problemas ambientais que serão causados por ele; de que os interesses econômicos estão predominando sobre os interesses sociais na obra, entre outros itens. Orientados pelos questionamentos “o que fazer? como fazer? quando fazer?”, os participantes da reunião tiraram as seguintes propostas: fazer levantamento dos dados técnicos da barragem; apresentar alternativas à produção de energia elétrica; organizar comissões municipais e estadual para discutir com as pessoas atingidas; realizar uma assembleia ampla para discutir sobre o assunto; realizar debate na TV; articular entidades para um trabalho conjunto. Ao final da reunião, formou-se uma Comissão Estadual dos Atingidos com participação de 2 representantes de cada município e comissões municipais. Colocaram-se à disposição para colaborar um deputado do PT e vereadores do PT e PDT, além do vice-presidente da CUT/RO (CEPAMI maio de 1989).

A participação de membros da recém criada Comissão Estadual de Atingidos, no 1º Encontro Nacional de Trabalhadores Atingidos por Barragens (ENTAB), realizado em Goiânia, em abril de 1989, deu um impulso à organização que estava surgindo, tanto no aspecto motivacional, como na questão de novas informações sobre projetos hidrelétricos, suas consequenciais, e diferentes formas de organização dos atingidos.

Em panfleto distribuído pelo grupo antibarragem, além dos dados gerais sobre a mesma, havia uma seção destinada a desmitificar alguns discursos feitos por grupos favoráveis ao empreendimento. As mensagens eram passadas na forma de perguntas e respostas, com linguagem popular, buscando mostrar que a construção de barragens na Amazônia tinha a finalidade de gerar energia para fora da região, beneficiando grandes indústrias. Reproduzimos, abaixo, uma parte do panfleto:

- O pessoal fala: Rondônia precisa de energia! ISTO É VERDADE. Todos nós queremos ter luz em casa, queremos ter forças para as máquinas trabalharem, queremos viver melhor.

- O pessoal fala: se tiver energia, muitas indústrias vão vir em Rondônia! ISTO É MENTIRA. Os planos de desenvolvimento de Rondônia (Polonoroeste, Polonoroeste II e Panflora) não querem e não vão deixar que Rondônia se torne um estado industrial. Rondônia foi criado para ser um estado agrícola.

- ENTÃO, POR QUE FAZEM AS BARRAGENS POR AQUI? É para criar energia para a grande indústria no Sul do país.

No final do panfleto aparecia um questionamento: E NÓS FRENTE A ISSO? A seguir, apresentava-se a resposta:

- Não podemos ficar de braços cruzados enquanto o pessoal da Eletronorte e das grandes indústrias do Sul estão acabando com nosso mundo, nosso povo e dois povos indígenas.

- Temos que conversar com os vizinhos.

- Temos que ficar de olhos abertos às idas e vindas da Eletronorte e do CNEC.

- Temos que apoiar a luta dos povos indígenas e dos parceiros que vão perder suas terras.

- Temos que comparecer e participar nas reuniões para debater este problema²⁶⁰.

O panfleto aqui descrito conclamava a população a se envolver nos debates e acompanhar os passos dos grupos interessados pela construção da UHE.

Em 17 de junho de 1989, ocorreu a II Romaria da Terra de Rondônia, na cidade de Ji-Paraná. Antes da Romaria houve debates, discutindo os problemas sociais da região, e a construção da barragem de Ji-Paraná era um dos pontos presentes no material de leitura que subsidiava os debates (livrinhos de reflexão e panfletos). Estimou-se que 30.000 pessoas participaram da Romaria (presença de indígenas), com uma “Caminhada de Fé”, num percurso de 3 km, com paradas para manifestações. Uma das paradas foi ao lado da ponte sobre o rio Machado, quando foram ouvidas falas questionando a construção da barragem, enfatizando que não são contra a produção de energia, mas a favor de fontes alternativas de geração. Durante esta parada, e ao longo de toda caminhada, era gritada pela multidão a palavra de ordem - “energia, sim, dilúvio e expulsão, não”. Para finalizar a Romaria foi realizado um culto ecumênico celebrado por representantes das igrejas Católica e Luterana (CEPAMI, agosto de 1989, DIOCESE DE JI-PARANÁ julho de 1989).

A realização da Romaria deu um novo impulso ao debate sobre barragens, levando as Comissões de Atingidos a participar de inúmeras reuniões nas comunidades e em debates em escolas públicas, destacando o tema barragens e questão ambiental. O discurso das comissões defendia a necessidade de energia, porém buscando alternativas de geração com menor impacto social e ambiental, tendo como exemplo demonstrativo os pontos negativos ocorridos com a construção da hidrelétrica de Balbina/AM²⁶¹.

²⁶⁰ O panfleto não está datado, mas pelas leituras feitas e pelo seu conteúdo, deve ser um dos primeiros lançados pelo grupo antibarragem.

²⁶¹ Dentre os impactos destacados estão a inundação de vastas áreas de floresta, a mortandade e o desaparecimento de algumas espécies de peixes, a reprodução intensa de macrofitas, cobrindo o reservatório, presença de mosquitos e outros insetos antes inexistentes, o aumento do número de casos de leishmaniose e

Posteriormente, agregou-se um novo ponto ao debate sobre fontes alternativas de energia - o gás natural do campo de Urucu -, há pouco descoberto pela Petrobrás, localizado no Médio Solimões/AM. A construção de termoelétricas utilizando este gás poderia adiantar em 5 anos o fornecimento de energia elétrica e ser uma solução definitiva para o problema em Rondônia. Previa-se que os custos para a construção da termoelétrica seriam, basicamente, os mesmos da hidrelétrica de Ji-Paraná e ela seria construída com mais rapidez, com menor custo ambiental e menor impacto social.

Em julho de 1990, ocorreu um encontro das comissões municipais antibarragens para debater sobre as atividades desenvolvidas e traçar novas estratégias de ação. Também participaram da reunião sindicalistas, militantes de movimentos populares, ribeirinhos, integrantes do PT e membros da CPT. Na reunião, ganhou destaque a discussão sobre os impactos da barragem de Samuel, aproximando as discussões entre os grupos de atingidos pela UHE de Samuel pela de Ji-Paraná. Ao final, decidiu-se por buscar maiores informações sobre as barragens planejadas para Rondônia, com o objetivo de subsidiar as entidades envolvidas no debate com informações e agregar novos grupos na luta contra as barragens.

Em dezembro de 1990, ocorreu o I Encontro de Atingidos por Barragens da Amazônia, em Altamira/PA, e membros das comissões de atingidos da UHE de Ji-Paraná se fizeram presentes. O evento tinha como objetivos articular os atingidos por barragens da região Amazônica; elaborar material e facilitar a circulação de informações entre as diversas organizações; aprofundar o processo de alianças entre índios e não-índios²⁶² das áreas atingidas; influenciar a opinião pública internacional contra o processo de destruição da região Amazônica pelo capital internacional; e discutir formas alternativas de energia elétrica, para fundamentar os argumentos contra as grandes barragens.

Conforme o CEPAMI (fevereiro de 1991), ao final do evento formou-se uma Comissão de Atingidos por Barragens da Amazônia (CABA), com representantes de atingidos de Altamira, Oriximiná, Balbina, Ji-Parná e Tucuruí. Também foram aprovadas propostas de ações específicas dos indígenas e outras mais gerais, envolvendo todos os atingidos.

Dentre as resoluções dos indígenas estavam: exigir, de imediato, a demarcação das áreas indígenas que se encontram nas proximidades das barragens planejadas na Amazônia;

malária, a abertura de estradas em áreas indígenas que favorecem a ação de invasores, a impossibilidade de utilização da água do reservatório para beber e lavar roupa etc.

²⁶² Existiam muitos conflitos entre estes dois grupos por causa da invasão dos não-índios nas terras indígenas. Nóbrega (2008) destaca que a luta contra barragens marcou uma aproximação que até há pouco parecia improvável entre índios e não-índios. Isto fica claro em uma entrevista do presidente do STR de Ji-Paraná da época: “Eles [agricultores] estão analisando hoje a questão do meio ambiente, do *índio*, e vêem que isso será muito prejudicial, a certo ponto deles se organizarem **até** com os *índios* para que a gente possa impedir a construção dessa barragem” (NÓBREGA, 2008 p. 69 grifos da autora).

propor que a consulta para a construção de hidrelétricas seja feita com toda a comunidade da aldeia; exigir que não seja construída nenhuma hidrelétrica que possa comprometer as comunidades indígenas na Amazônia; exigir o cumprimento da Lei Constitucional nos seus artigos 231 (garante aos povos indígenas sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições e direitos sobre suas terras) e 232 (indígenas podem ingressar em juízo em defesa de seus bens e direitos). O documento foi assinado por representantes de 6 nações indígenas do Pará, 3 de Rondônia, 2 do Amazonas, 2 do Tocantins e 1 do Maranhão.

Nas propostas gerais, envolvendo a totalidade dos atingidos, destacaram-se propostas como: pleitear, junto aos parlamentares eleitos com apoio popular, o subsídio de 1% de seus vencimentos para apoiar a luta dos atingidos da Amazônia; realizar Romarias sempre que necessário; encaminhar, ao tribunal das águas, os casos das hidrelétricas da Amazônia, priorizando os casos de Tucuruí e de Balbina; que a comissão regional deveria articular a luta nas diversas localidades em âmbito regional e estadual, juntamente com parlamentares, órgãos oficiais, entidades de apoio e imprensa; liberar a coordenação, por localidades, para assumir as tarefas próprias da coordenação.

Integrantes da organização dos atingidos pela UHE de Ji-Paraná se fizeram presentes no I Congresso Nacional de Trabalhadores Atingidos por Barragens, em março de 1991, na capital federal, que formalizou a criação do Movimento Nacional dos Trabalhadores Atingidos por Barragens (MAB), tendo as organizações estaduais/regionais como principais pilares de sustentação. Adequando-se à estrutura nacional que começava a surgir, formou-se, em 17 de abril de 1991, durante o Encontro Estadual dos Atingidos por Barragens de Rondônia, o Movimento dos Atingidos por Barragens de Rondônia (MABRO), elegendo uma coordenação com dois representantes de cada município atingido pela hidrelétrica de Ji-Paraná, com representantes de atingidos pela UHE de Samuel e com representantes indígenas. Dentre estes representantes, elegeu-se uma Comissão Executiva (MABRO, 1991; CEPAMI, maio de 1991).

Um ponto bem demarcado, ao se aprofundar uma análise sobre a coordenação do MABRO, é o predomínio da participação de representantes de entidades na mesma. Isto pode ser verificado através de uma análise dos nomes escolhidos para formar a Comissão Executiva do MABRO e os representantes dos atingidos, no município de Ji-Paraná. A Comissão Executiva ficou formada por um membro do CEPAMI/GAI, um dos coordenadores do Projeto Pe. Ezaquiel²⁶³, um membro do CIMI Estadual e o presidente do STR de Ji-Paraná.

²⁶³ Projeto da Diocese de Ji-Paraná, com o intuito de desenvolver atividades alternativas para os migrantes que se encaminhavam para a região, envolvendo o setor agrícola, alfabetização, menores de rua e saúde. O projeto

Destes, com exceção do representante sindical, os demais também eram representantes dos atingidos do município de Ji-Paraná.

Perdigão e Bassegio (1992) destacam que o MABRO foi formado depois de muitas reuniões com ribeirinhos, índios, entidades, lavradores e migrantes. Dentre seus objetivos foram colocados como prioridades os que se seguem:

- apontar alternativas energéticas sem ser barragens;
- alertar sobre as conseqüências das barragens;
- realizar debates com as autoridades sobre a questão da energia;
- criar alianças na busca de alternativas energéticas;
- elaborar material popular de conscientização e esclarecimento à população;
- mostrar que as alternativas existentes dispensam a UHE Ji-Paraná (PERDIGÃO e BASSEGIO, 1992 p. 215).

Entre os pontos que delinearão o Encontro Estadual estão uma apresentação do histórico da luta antibarragens em Rondônia e uma análise da conjuntura brasileira da época. No que se refere ao histórico da luta antibarragem, destacaram-se a confecção de mais de 50 mil panfletos, com dados e números de pessoas a serem atingidas e com alternativas para a produção de energia; as inúmeras reuniões realizadas nas comunidades, com exposição de mapas e vídeo sobre a UHE de Balbina; os encontros com representantes da Eletronorte; o descaso da Eletronorte com os atingidos pela UHE de Samuel e da inclusão dos mesmos nos debates que vinham ocorrendo em Ji-Paraná; a aproximação com atingidos por barragens de outros estados da região Amazônica e da participação na formação de um movimento nacional dos atingidos; a busca de maior envolvimento dos povos indígenas na luta contra a barragem, pois não havia, ainda, uma homogeneidade nas ações entre índios e não-índios atingidos.

No que se refere à análise da conjuntura brasileira da época, a exposição destacou a construção das grandes barragens, ligadas ao expansionismo do capitalismo multinacional no Brasil, em um momento em que os trabalhadores estavam desarticulados e apresentou a criação do PT e da CUT como reforços na criação de um projeto alternativo para o Brasil. Chama-se a atenção para a eleição de Collor de Melo, que representava um avanço neoliberal no país, porém, ainda, sem conseguir fazer uma ligação das conseqüências da implantação do neoliberalismo no setor energético. Na questão energética, a análise de conjuntura se deteve em expor, de forma sucinta, o Plano 2010, que previa a construção de 200 barragens no país, sendo 79 na região Amazônica, e destas, 8 no estado de Rondônia. Não se cogitou a possibilidade de privatizações no setor energético.

Na busca de uma maior articulação entre os indígenas, ocorreu, de 17 a 21 de outubro de 1991, a Iª Assembléia Geral dos Povos Indígenas de Rondônia e Norte de Mato Grosso, na cidade de Ji-Paraná, contando com a participação de várias organizações da sociedade civil. Ao final do evento, encaminhou-se um documento para várias autoridades que tratava sobre barragens no rio Machado, invasão na área Zoró, PLANAFLORO²⁶⁴ e exoneração de cargos. O discurso de indígenas, ao final do evento, pôde mostrar o teor de indignação que demonstraram com a forma como estavam sendo tratados por autoridades e grupos privados, como nos relatam Perdigão e Bassegio (1992 p. 42):

Enfrentaremos militares, fazendeiros, madeireiros e mineradores. Vai ser difícil conseguir ajuda do governo, vai demorar muito, teremos que lutar muito. Vamos ser ouvidos por prefeitos e pelo governador do estado. Teremos perseguição por parte da FUNAI, mas sejamos fortes” (Zelito Tenharim).

“Vamos continuar enfrentando nossa luta, eu estou ameaçado aqui em Rondônia pela FUNAI, autoridades e madeireiros. Eu tenho coragem, não tenho medo da FUNAI (Itabira).

Durante a Assembleia Geral realizou-se um ato público contra a construção da UHE de Ji-Paraná, Nesta ocasião os participantes fizeram uma caminhada pelas ruas da cidade e bloquearam a ponte sobre o rio Machado, paralisando o tráfego sobre a BR 364, única via de acesso ao norte de Rondônia e ao estado do Acre.

Em meados de 1991, o MABRO agrega ao seu discurso uma nova alternativa de geração de energia elétrica - produzir energia utilizando óleo *in natura* por meio de motores multicomcombustíveis. Tratava-se do projeto de um engenheiro da Companhia de Águas e Esgoto de Rondônia (CERD). Ele visava transformar os motores movidos a óleo diesel em motores multicomcombustíveis que poderiam ser alimentados com óleos provenientes de mamona, girassol, dendê, amendoim e outras oleaginosas. Esta nova fonte de energia consumiria 25% menos combustível e teria uma potência 18% maior, significando uma grande vantagem econômica. Essa alternativa, além de solucionar o problema de energia, viria a dinamizar a agricultura no estado de Rondônia e a economia de forma geral, bem como causaria menores problemas ambientais. Segundo o autor do projeto, a utilização desta tecnologia era comum na Europa, principalmente na Alemanha²⁶⁵ (CEPAMI, agosto de 1991).

²⁶⁴ Plano Agropecuário e Florestal de Rondônia (PLANAFLORO), financiado parcialmente pelo Banco Mundial e desenvolvido durante a década de noventa.

²⁶⁵ Na Europa, cerca de dois mil tanques de guerra desativados estavam tendo seus motores modificados para geração de energia utilizando óleo de girassol. Técnicos do instituto de pesquisa que desenvolveu a referida tecnologia deveriam se encaminhar para a cidade de Ji-Paraná, com apoio do governo alemão, para ampliar o

Em fevereiro de 1992, ocorreu uma reunião ampliada do MABRO na cidade de Ji-Paraná para debater as ações a serem desenvolvidas ao longo do ano e possíveis alternativas energéticas. Na ocasião, os representantes dos atingidos pela UHE de Samuel disseram que, apesar de sua organização, não conseguiam avançar nas negociações com a Eletronorte e mostraram-se indignados com reportagens que estavam sendo veiculadas na televisão, nas quais a Eletronorte se vangloriava por ter atendido, de forma adequado, os compromissos ambientais e sociais assumidos na construção da UHE. A utilização do gás natural do campo de Urucu foi o centro do debate sobre alternativas à construção de grandes barragens, contando, nos últimos tempos, com o apoio do Secretário de Desenvolvimento da Amazônia (SEDAM), do vice-presidente da Assembléia Legislativa de RO e de alguns diretores da Eletronorte. Para tanto, seriam construídos gasodutos para transportar gás para as cidades de Porto Velho e Manaus, onde seriam instaladas termoelétricas. Como essas atividades seriam desenvolvidas durante o ano, decidiram fazer um vídeo sobre os impactos da UHE de Samuel para denunciar o descaso com os atingidos; elaborar um ciclo de debates com a presença do INCRA, da Eletronorte, de movimentos populares na região para discutir barragens e alternativas energéticas, procurando extrapolar a discussão para além do Movimento e seguir na busca de aliados para a construção de usinas termoelétricas, em substituição das hidrelétricas (CEPAMI, fevereiro de 1992).

Seguindo orientações do MAB Nacional, em comemoração ao Dia Nacional de Luta contra Barragens, o MABRO organizou manifestações na cidade de Ji-Paraná, no dia 16 de março de 1993²⁶⁶, fazendo caminhada pela cidade e parando sobre a ponte do rio Machado, trancando a BR 364. Com desconfiança de que a UHE de Samuel fosse ocupada pelos atingidos, a Eletronorte acionou a polícia que reforçou a segurança na sede da usina. Porém, nenhuma ação foi planejada naquele empreendimento.

Em reunião entre o STR do município de Candeias do Jamari (surgido a partir de reassentamento de atingidos pela UHE de Samuel) e o MABRO, realizada no dia 29 de março de 1993, decidiu-se que a sede do Movimento seria transferida de Ji-Paraná para Candeias do Jamari. A decisão se deu no momento que se contava como certa a desistência da construção da UHE de Ji-Paraná e, após decisão do MABRO, de que os atingidos pela UHE de Samuel iriam entrar na justiça contra a Eletronorte requerendo indenização por perdas e danos por inadimplência contratual (O Estadão do Norte, 30/03/1993).

debate, mas os governos estadual e municipal estavam se mostrando reticentes.

²⁶⁶ A manifestação ocorreu no dia 16 de março, segunda-feira, pois na data comemorativa, que é 14 de março, era fim de semana e não se obteriam os resultados esperados com a ação.

Nos dias 07 e 08 de junho de 1993, ocorreu uma nova reunião ampliada do MABRO, na qual destacou-se a grande procura que vinha ocorrendo por parte de alunos das escolas para que os integrantes do MABRO expusessem sua visão sobre a política energética e os projetos de barragens em Rondônia. Estes convites eram entendidos como fruto dos debates que o MABRO vinha realizando na região e por isso deveriam ter continuidade. Outro ponto da pauta envolveu a preparação para a assembleia da CABA, ressaltando a necessidade de melhorar a comunicação entre as organizações e de ter diferentes grupos de articulação. Um grupo deveria fazer a ligação com a Comissão Nacional; um outro grupo seria de articulação entre os indígenas; e um terceiro, para fazer a articulação entre as organizações integrantes da CABA. Neste ponto foi definida uma autonomia da CABA para agir, recorrendo à assessoria quando necessitasse, e não deixando que os assessores conduzissem a organização, referindo-se a fatos que haviam ocorrido com a coordenação em atividade no momento. Foram indicados sete integrantes do MABRO para participarem da Assembleia da CABA, que seria em Altamira/PA, sendo um deles indicado como candidato a candidato de uma das três coordenações que seriam eleitas.

Para dar maiores informações sobre o ponto de pauta envolvendo projetos energéticos, foi convidado Carlos Vainer²⁶⁷, que falou sobre o Plano 2015²⁶⁸. O convidado destacou que neste plano constava a construção de todas as hidrelétricas da região Amazônica, que estavam inseridas no Plano 2010. Será por intermédio de Vainer que se introduzirá, no debate do MABRO, a questão do consumo de energia, destacando os consumidores conhecidos como Eletrointensivos. Vainer relatou que, em 1994, poderia ser eleito um governo popular para assumir a Presidência do Brasil e, para tanto, era importante que os movimentos regionais elaborassem seus planos energéticos alternativos compatíveis com a região.

Como fechamento da reunião, decidiu-se por organizar um novo encontro estadual de atingidos; elaborar um regimento interno para o Movimento; fazer um levantamento mais aprofundado sobre os atingidos pela UHE de Samuel; fazer alianças com universidades²⁶⁹ e eletricitários e seguir defendendo fontes alternativas de energia, como termoelétricas, motor multicomcombustível, energia solar, PCHs etc. (MABRO, 2003).

Uma reportagem do Jornal Alto Madeira da cidade de Porto Velho, de 31/08/1993, destacava a fala do Ministro de Minas e Energia, Paulino Cícero, cancelando a construção das

²⁶⁷ Professor da UFRJ e especialista da área.

²⁶⁸ Prevê a construção de 484 hidrelétricas.

²⁶⁹ Em entrevista à Renata da Silva Nóbrega, durante a realização de sua pesquisa de mestrado, Luiz Bassegio, coordenador do CEPAMI no período de formação do MABRO, relatou que não conseguiram envolver a Universidade Federal nas discussões sobre essa questão.

UHE de Ji-Paraná (RO) e Cachoeira Porteira (AM) e engavetando novos projetos de hidrelétricas para a região Norte. A sua justificativa para tal decisão era sustentada em estudos feitos em conjunto por técnicos da Eletronorte, Eletrobrás e Petrobrás que indicavam uma maior viabilidade técnica, econômica, social e ambiental de geração de energia por meio de termoelétricas, utilizando o gás natural do campo de Urucu na Amazônia. Ele, também sugeriu estudos de viabilidade econômica para a substituição da utilização de óleo diesel por gás natural, nas termoelétricas já existentes.

A fala do Ministro apenas tornava público o que os integrantes do MABRO já sabiam de antemão, tanto que já tinham se decidido pela transferência da sede do Movimento de Ji-Paraná para Candeias do Jamari, onde se concentravam os atingidos pela UHE de Samuel.

Nóbrega (2008) apresenta outros dois elementos legais que contribuíram para a decisão da não construção da barragem. O primeiro está relacionado com a Resolução 1/1986 do CONAMA, que passava a exigir estudos prévios de impactos ambientais para se obter licença para a construção de empreendimentos. Com referência a isto, o projeto da UHE de Ji-Paraná havia sido elaborado antes da resolução e não haviam sido feito os estudos exigidos pela Resolução. O segundo elemento era a promulgação da Constituição Brasileira em 1988, a qual reconhecia os direitos dos indígenas sobre seus territórios. Pela nova Constituição, cabia ao Congresso Nacional autorizar a construção de barragens em terras indígenas, mas não sem antes ouvir as comunidades atingidas, precisando ocorrer a adequação da obra a esta necessidade.

A autora também aponta a ação política dos atingidos como fundamental para a suspensão do empreendimento, apesar de a Eletronorte não mencionar este fato. Em todos os documentos da Eletronorte aos quais ela teve acesso, a justificativa para a não construção do empreendimento sempre esteve baseada em dados técnicos, não se mencionando a organização dos atingidos e procurando silenciar a luta social que envolveu a questão. Porém, outras hidrelétricas acabaram sendo construídas à revelia de questões legais.

O MABRO seguiu suas atividades com a sede em Candeias de Jamari. Porém, aos poucos foi se desestruturando, devido à pouca relevância que tinha perante os atingidos pela UHE de Samuel e pela perda de parte considerável do grupo coordenador que o formou²⁷⁰.

Ao longo deste texto ficou evidente que a ação do Movimento se concentrava junto aos atingidos pela UHE de Ji-Paraná e que os atingidos pela barragem de Samuel tinham um papel secundário. Em questionamento via Correio Eletrônico (11 de fevereiro de 2009), Luiz

²⁷⁰ Duas lideranças faleceram e outras duas migraram para outros estados do país.

Bassegio²⁷¹ confirma a pouca expressão/participação das lideranças ligadas à UHE de Samuel dizendo que era “mínima”. Também enfatiza que, críticas para aquele empreendimento, eram feitas nas reuniões do Movimento e expressas em documentos, boletins e informativos; reivindicações ligadas aos atingidos pela barragem de Samuel, também faziam parte das negociações junto à Eletronorte, por se encontrarem no contexto do debate do MABRO, mas não devido ao poder de atuação dos representantes daqueles atingidos e, sim, pelo contexto no qual estava inserida.

A pouca expressão de lideranças de Samuel no MABRO também ficou evidente quando da realização do levantamento de campo para esta pesquisa junto a alguns destes atingidos. Ao entrevistar quatro pessoas que são referência do MAB Rondônia na atualidade, e que tiveram que migrar de forma compulsória devido ao empreendimento de Samuel, nenhuma delas mencionou uma só palavra sobre o MABRO. Uma quinta pessoa, que atualmente faz parte da coordenação estadual do MAB/RO, fez menções sobre o MABRO depois de uma semana convivendo diariamente, inclusive acompanhando as entrevistas realizadas. Segundo esta última, “tinha algumas pessoas de uma comunidade específica que falavam ser do MABRO e de vez em quando vinham com um pessoal de fora [lideranças de Ji-Paraná] para fazer reuniões, mas poucos reassentados participavam” (entrevista realizada no dia 30/09/2008).

Simonian (1996) também destacou a pouca organização coletiva dos atingidos pela UHE de Samuel, afirmando que ela não ultrapassou muito os limites do desabafo e sem possibilidade alguma de influenciar em uma melhora de sua condição de vida, relatando que a participação dos atingidos no MABRO foi limitada. Ao se referir aos reassentados no PA Rio Preto, aponta que estes “muito pouco têm feito além de procurar a ELETRONORTE de Rondônia, ao final de cada inverno, para demandar a reestruturação da estrada de acesso e nas linhas no interior das áreas do projeto” (LEMOS *apud* SIMONIAN, 1996 p. 583).

Não foi possível identificar um momento específico que marcasse o final da atuação do MABRO. Um último documento encontrado que menciona a sua participação foi um relatório do MAB Nacional, ao prestar contas de um financiamento para encontros regionais, do qual faz parte o relatório do IV Encontro dos Atingidos por Barragens da Amazônia, em 1996. Neste evento compareceram representantes do MABRO e um deles passou a integrar a coordenação da CABA.

²⁷¹ Foi Padre da Diocese de Ji-Parná e coordenador do CEPAMI e um dos principais articuladores e apoiadores do MABRO. No CEPAMI foi fixada a sede do MABRO e era um centro de estudos e de geração e difusão de informações sobre barragens. O CEPAMI contava com o apoio incondicional do Bispo da Diocese de Ji-Paraná, Dom Antonio Possamai.

Conforme relatório desse evento, a própria CABA estava em um momento de fraqueza interna, devido tanto a pouca articulação no interior de alguns grupos de atingidos locais, como pela dificuldade de integração entre os grupos que formavam a CABA. O que se realçava era a relação dos coordenadores das comissões locais com a CABA. Externamente, a CABA conseguia obter um maior respeito e prestígio na Amazônia, nacional e internacional; uma participação no comando nacional do Grito da Terra Brasil, quando incorporou reivindicações nos anos 94/95 e pode participar nas mesas de negociações junto a vários ministérios.

O debate ideológico contra o projeto neoliberal se fez presente no documento redigido no final do evento. Ele propunha fazer ações para combater a privatização do setor elétrico e torná-lo mais democrático, mostrando um aprofundamento no debate sobre esse tema, bem como a necessidade de haver uma maior aproximação com os demais movimentos sociais da cidade e do campo, fortalecendo a política de aliança, para propor novo modelo de desenvolvimento regional.

Outro ponto a ser destacado no relatório do encontro da CABA é que a coordenação nacional do Movimento deveria ser formada por representantes de todas as regiões do país e contar com representantes indígenas, devendo ser referendada em congresso amplo dos atingidos. A direção executiva deveria ser indicada pela coordenação nacional, contendo pelo menos um representante de cada região.

O MABRO se desfez, mas contribuiu na organização coletiva na área em que atuou, tornando mais transparentes os debates envolvendo políticas públicas ligadas à questões energéticas e colaborando para uma aproximação entre grupos indígenas e não indígenas, mostrando que o conflito existente não era étnico, e sim, ligado aos interesses do capital.

4.7.6. A formação do MAB/RO

Uma nova presença do Movimento dos Atingidos por Barragens no estado de Rondônia, com visitas pontuais de suas lideranças nacionais, passou a ocorrer nos primeiros anos deste século, intensificando-se no ano de 2003. Identificou-se uma trama complexa, envolvendo a questão energética neste estado, sendo que as famílias envolvidas tinham poucas informações e dificuldade de se organizarem frente à questão. Estava em andamento uma série de projetos de construção de PCHs, tendo o Grupo Cassol como um dos maiores

investidores²⁷²; estudos para a construção de duas hidrelétricas no rio Madeira estavam sendo desenvolvidos; grupos empresariais mostravam-se interessados em construir hidrelétricas no rio Machado; e grupos de atingidos pela UHE de Samuel continuavam sem receber as devidas indenizações.

No primeiro semestre de 2003, representantes do MAB tiveram encontros com diversos grupos ligados aos impactos de barragens e grupos de apoio às famílias atingidas. Realizaram reuniões com representantes de comunidades da bacia hidrográfica do rio Branco, que contaram com a participação de agricultores, indígenas, representantes da igreja, da FUNAI e do MPA, representantes da Universidade Federal de Rondônia (UNIR), da CPT, CIMI, PJ, Consulta Popular, Bispos, deputados do PT, além de visitas às comunidades atingidas pelos empreendimentos hidrelétricos planejados para o rio Madeira.

A partir das várias reuniões e visitas realizadas decidiu-se organizar o 1º Encontro Estadual do Movimento dos Atingidos por Barragens, na cidade de Alta Floresta D'Oeste/RO, município localizado na bacia hidrográfica do rio Branco; e promover debates nas universidades; também recrutar pessoas para participarem de cursos de formação do MAB; e, por fim, realizar novas visitas às comunidades atingidas pelas barragens que seriam construídas no rio Madeira.

Em agosto de 2003, uma liderança do MAB faz uma nova rodada de reuniões e de participação de eventos em Rondônia, visando organizar o Encontro Estadual e estreitar as relações com entidades compromissadas com a luta popular.

O 1º Encontro Estadual do Movimento Atingido por Barragens (MAB) em Rondônia, foi realizado de 07 à 09 de outubro de 2003, na cidade de Alta Floresta D'Oeste/RO, com a presença de representantes do CPT, MST, MPA, povos indígenas, ribeirinhos do rio Madeira, padres e irmãs. O evento tinha o objetivo de levar informações sobre o setor elétrico, organizar o MAB estadual, promover a troca de experiências entre diferentes grupos de atingidos em Rondônia, planejar e organizar lutas em Rondônia e melhorar articulações com outras organizações no campo. A necessidade de organizar o MAB/RO para fazer frente aos projetos hidrelétricos foi a principal conclusão do evento, buscando agrupar representantes indígenas e agricultores de Alta Floresta D'Oeste, ribeirinhos dos rios Madeira e Jamari e indígenas e ribeirinhos do rio Machado.

²⁷² Para o rio Branco, afluente do rio Guaporé, no centro-sul do estado de Rondônia, está prevista a construção de 7 PCHs, sendo 5 delas sob a responsabilidade do Grupo Cassol, da família do atual governador do estado, Ivo Cassol. Grupos indígenas se diziam prejudicados pelas PCHs já construídas, pois no período da seca a navegação se tornava impossível, bem como ocorreu a diminuição do pescado. PCHs também foram construídas ou estão em construção nos rios Saldanha, Pimenta Bueno, Cabixi, Ávila, Enganado e Colorado.

Um representante do MAB Nacional compareceu ao Encontro Estadual e, depois do evento, participou de reuniões com representantes de várias entidades, com grupos de atingidos por diversas barragens e com religiosos, em diferentes municípios de Rondônia.

Integrantes do MAB de outros estados também se fizeram presentes em Rondônia no final de novembro e início de dezembro de 2003. Participaram de reuniões com entidades, com agricultores ligados ao MPA que são atingidos pelas PCHs e visitaram várias aldeias indígenas. Os integrantes do MAB concluíram que se fazia necessário ter uma sede fixa do MAB em Rondônia e, também, que as comunidades atingidas estavam ansiosas para fazer uma manifestação pública para exporem suas reivindicações.

Em março de 2004, uma liderança nacional do MAB retorna para Rondônia para atuar na organização do Movimento naquele estado. A Consulta Popular/RO liberou dois de seus integrantes para acompanhar e apoiar os trabalhos da liderança do MAB, criando, assim, um vínculo com o movimento dos atingidos. Ocorreram reuniões em comunidades atingidas pela UHE de Santo Antonio, no rio Madeira, e com atingidos pela UHE de Samuel, na cidade de Candeias do Jamari, onde a receptividade foi maior.

Por decisão da Consulta Popular/RO, seus dois integrantes que acompanharam a liderança do MAB, passaram a responder pelo MAB no estado e seguiriam fazendo reuniões nas comunidades atingidas. Uma das primeiras atividades a ser feita era organizar e preparar a participação de atingidos para a Marcha Nacional do MAB, entre Goiânia e Brasília, que ocorreria em maio de 2004. Estiveram presentes na Marcha Nacional do MAB 47 pessoas de Rondônia, representando os atingidos da UHE de Samuel, da UHE de Santo Antonio e das PCHs do rio Branco. Antes da viagem, elas fizeram um curso sobre a história do MAB, o contexto em que estavam inseridos devido à construção das barragens, os interesses do capital na construção das barragens etc.

As ações do MAB/RO foram se estruturando em quatro eixos, três envolvendo atingidos da UHE da Samuel e um abarcando as UHEs do rio Madeira: UHE de Samuel - 1) para os que foram reassentados na área rural; 2) para os que foram reassentados ou passaram a residir em áreas urbanas e se diziam impactados pelo empreendimento; 3) para os atingidos residentes a jusante da barragem de Samuel e que agora seriam atingidos, novamente, a jusante, pelas barragens no rio Madeira -; 4) para os que seriam impactados pelas hidrelétricas do rio Madeira, tanto no canteiro de obras como a montante delas²⁷³. Internamente, no MAB/RO, criaram-se dois grupos distintos de impactados por hidrelétricas, com

²⁷³ No levantamento de campo, seja por meio das entrevistas, pelo material impresso do MAB/RO ou nas conversas informais, pouco constava sobre a participação dos atingidos pelas PCHs.

nomenclatura própria, que são os “atingidos” e os “ameaçados”. “Atingidos”, faz referência às famílias impactadas pela construção da UHE de Samuel, que já foi construída, enquanto “ameaçados” faz referência àqueles que serão impactados pelas UHE do rio Madeira²⁷⁴.

Para os atingidos pela UHE de Samuel que residiam no meio rural reivindicava-se melhoria nas estradas, caminhão para as associações transportarem a produção, escola, posto de saúde, acesso à água, indenização em dinheiro. Para os atingidos que foram reassentados na área urbana de Candeias do Jamari ou os que não receberam indenização e migraram para a periferia da cidade de Porto Velho, a luta é por casa, infraestrutura urbana e indenização financeira. Já para os que residem a jusante das barragens de Samuel e do rio Madeira reivindica-se indenização financeira. Para os atingidos pela barragem de Samuel as reivindicações nada mais são que o cumprimento das obrigações que deveriam ter sido realizadas no momento da migração compulsória. Mais de 25 anos depois, as famílias continuam tentando obter um direito que, historicamente, lhes vem sendo negado. Quanto aos ameaçados pelas UHE do rio Madeira, o debate se dava no sentido de fazer frente à construção dos empreendimentos, tentando barrar as obras, e era mesclado por uma reivindicação de indenizações justas.

Inicialmente, o foco principal da ação do MAB Nacional em Rondônia era atuar na questão das UHEs do rio Madeira; mas, a cotidianidade das atividades do MAB/RO fez com que o mesmo atuasse de forma mais significativa na busca de indenizações aos atingidos pela UHE de Samuel. A instalação de sua sede em Candeias do Jamari, a maior aceitação dos atingidos por este empreendimento em participar das atividades do Movimento, a facilidade de contato, seja por telefone ou pelas condições de transporte, contribuíram para este fato. O difícil acesso junto aos ameaçados pelas UHE do rio Madeira, seja por telefone ou transporte, além de não terem, ainda, passado por uma vivência de migração compulsória, foram fatores que contribuíram para a menor participação no MAB/RO.

Os atingidos e ameaçados por barragens foram organizados por comunidades, as quais indicaram dois representantes para formar a coordenação estadual, que, por sua vez, era dirigida, principalmente, por duas lideranças estaduais. Destaco o “principalmente”, pois acabaram se formando dois grupos entre as lideranças estaduais por divergência de ideias e de metodologia de ação. Houve a supremacia de um grupo sobre o outro, prevalecendo o grupo com ideias mais paternalistas e menos participativas que, em parte, passou a ser reproduzida

²⁷⁴ O não entendimento desta diferenciação nos primeiros momentos do levantamento de campo dificultava a compreensão de algumas conversas. Doravante, na escrita deste sub-capítulo, manteremos os conceitos utilizados pelas pessoas envolvidas no MAB/RO.

nas reuniões das próprias comunidades. Muitas das reuniões não conseguiam extrapolar momentos de simples busca de informações e de distribuição de tarefas, sem maiores discussões.

Outro ponto importante para a compreensão das ações do MAB/RO é a sua ligação com inúmeras ONGs que atuam na região Amazônica, principalmente em defesa do meio ambiente. São ONGs que trabalham com comunidades amazônicas, apoiando iniciativas locais de desenvolvimento sustentável e/ou financiadoras de projetos voltados para esta questão. Estas ONGs, juntamente com outras iniciativas comunitárias, como associações, movimentos sociais, grupos de pesquisa, grupos de trabalho, igreja etc., formaram uma rede de oposição à construção das hidrelétricas no rio Madeira.

Uma das redes de maior destaque é a “Rio Madeira Vivo”, que agrega instituições como a *Global Greengrants Fund* (GGF), Centro de Apoio Sócio Ambiental (CASA), *Fundación Heinrich Böhl*, *International Rivers Network* (IRN), Comissão Pastoral da Terra (CPT), Fórum de Debates Sobre Energia de Rondônia (Fórem), Grupo de Pesquisa Energia Renovável Sustentável (GEPERS), Grupo de Trabalho Amazônico (GTA), Grupo de Trabalho Energia do Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Desenvolvimento Sustentável e o Meio Ambiente (GT Energia/FBOMS), Conselho Indigenista Missionário (CIMI), Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Organização dos Seringueiros de Rondônia (OSR), Amigos da Terra/Brasil, Associação de Defesa Etnoambiental Kanindé (Kanindé), Coalisção Rios Vivos, Centro de Estudos da Cultura e do Meio Ambiente da Amazônia (Rio Terra), Rede Brasileira sobre Instituições Financeiras Multilaterais (Rede Brasil), entre outros. A rede Rio Madeira Vivo forma um grupo de debate permanente e um centro de difusão de informações sobre questões envolvendo o rio Madeira²⁷⁵. Ela organizou uma campanha popular denominada “Viva o Rio Madeira Vivo: Diga Não às Barragens no Rio Madeira”, chamando a atenção para os problemas advindos da construção das hidrelétricas, destacando impactos negativos provocados por elas, em escala mundial, nacional e na Amazônia. Uma cartilha contendo estas informações foi elaborada e distribuída. Também foi confeccionado um adesivo com os dizeres - “Sem Barragem o Rio Corre” -, no intuito de chamar a atenção da população para o debate sobre as UHEs do rio Madeira²⁷⁶.

²⁷⁵ Maiores informações podem ser obtidas pelo site www.riomadeiravivo.org.

²⁷⁶ Queremos destacar, também, a relação do MAB/RO com instituições que desenvolvem atividades sociais não ligadas diretamente à questões voltadas às UHEs, como a Rede de Educação e Cidadania (Rede Cidadão), que atua na sensibilização, mobilização e educação popular, principalmente junto das famílias em condição de vulnerabilidade social e a Comissão de Justiça e Paz de Rondônia, que atua na defesa dos direitos

Ações de contestação sobre a construção das hidrelétricas (manifestações públicas, ações judiciais, debates públicos etc.) eram organizadas em conjunto por várias destas entidades, muitas vezes sem ter uma centralidade decisória. Em várias situações, o MAB entrava como coadjuvante, no papel de legitimador popular das ações de entidades, através da participação de algumas de suas lideranças ou de muitas pessoas no evento, sem haver uma discussão interna no Movimento.

É importante perceber que a discussão sobre a construção de barragens no rio Madeira tomou proporções poucas vezes vistas no Brasil, seja pelos interesses dos investidores ou dos opositores das obras²⁷⁷. Estes empreendimentos levaram a uma união de diferentes investidores financeiros para garantir as construções e, ao mesmo tempo, a uma forte oposição entre os mesmos na ocasião das licitações das obras. Eles também envolveram interesses de grupos econômicos ligados aos *commodities* (agrícolas e minerais), que viam a possibilidade de ampliar suas áreas de exploração, visualizando o transporte de seus produtos, com preços mais reduzidos, através da hidrovía que seria construída juntamente com as UHEs. Grupos econômicos regionais também tinham a perspectiva de ganhos econômicos com a terceirização de determinadas atividades. Além disto, gerou-se uma expectativa de que as obras seriam a solução para a grande maioria dos problemas existentes no estado de Rondônia, mais especificamente no município de Porto Velho, onde as barragens seriam construídas.

O governador do estado, o prefeito de Porto Velho e vereadores, deputados e senadores, quase que na totalidade, se mostraram a favor dos empreendimentos²⁷⁸. Passeatas chegaram a ser realizadas em prol da construção dos empreendimentos por lideranças da indústria, comércio e comunidade local, sendo que um adesivo foi criado com os seguintes dizeres: “Sou a favor das hidrelétricas. Usinas Já”.

Envolvido nesta batalha entre grupos favoráveis e contrários à construção das UHEs é que o MAB/Rondônia vai atuar, tendo agora um terceiro elemento de influência, que era a direção Nacional do MAB que, em alguns momentos, servia de apoio à organização estadual e, em outros, a direcionava. A direção nacional do Movimento tinha as ações focalizando o rio Madeira como prioridade, mas, na prática, o MAB/RO se detinha, principalmente, nas discussões envolvendo os atingidos pela UHE de Samuel, como afirmamos anteriormente. A leitura que a direção nacional do MAB fez sobre o Complexo Hidrelétrico do Rio Madeira

humanos, em ações de combate à tortura e à corrupção eleitoral.

²⁷⁷ Aqui destacam-se as ONGs e suas articulações, acima apresentado.

²⁷⁸ O PT estadual, que historicamente fez frente a este tipo de empreendimento, apoiou os empreendimentos nas pessoas do prefeito municipal de Porto Velho e deputados estaduais e federais.

ficou expressa na cartilha “Hidrelétricas no rio Madeira: energia para quê e para quem?” (MAB, 2007).

A cartilha apresenta os países industrializados como os grandes consumidores de energia, pois abrigam 21% da população e consomem 75% da eletricidade gerada. Ela destaca também, que estes países têm o petróleo como principal fonte de energia e que esta fonte, que é de origem fóssil, tende a ter sua oferta diminuída de forma drástica dentro de algumas dezenas de anos. A busca pelo domínio de novas fontes de energia, principalmente de origem hidráulica, colocou o Brasil como um dos centros de investimentos de grandes grupos econômicos internacionais, devido a suas características hidrográficas, com destaque para a região Amazônica, pela quantidade de rios existentes e por eles terem sido ainda pouco explorados. Na região Amazônica, além do domínio sobre os rios, o interesse do capital internacional estaria ligado às áreas de mineração, biodiversidade e de terras para a agropecuária.

Garzon (2008) reforça a idéia do MAB, dizendo que bastou a simples manifestação de interesse da construção dos projetos hidrelétricos para que ocorresse uma aceleração da incorporação de florestas, mananciais, terras indígenas e reservas extrativistas por grupos econômicos ligados aos setores madeireiros, agropecuários e de mineração. Para o autor, a construção das hidrelétricas no rio Madeira representa um precedente para o “aproveitamento total” do potencial hidrelétrico da Amazônia.

A cartilha organizada pelo MAB também apresenta distintos grupos econômicos que se beneficiariam com a construção das obras no rio Madeira e de como seria este beneficiamento: a) os bancos estariam interessados em emprestar dinheiro para as construções e se beneficiariam com os juros pagos (faz-se uma ressalva aos financiamentos do BNDES, que utiliza dinheiro do trabalhador – Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) –, disponibilizando um longo tempo para ser ressarcido); b) grupos interessados em vender máquinas e equipamentos para as obras; c) grupos interessados na construção civil; d) grupos interessados em exportar soja para os países ricos; e) grupos interessados em tirar proveito eleitoral.

Os grupos privados que estão inseridos na construção de hidrelétricas terão lucros estrondosos, pois a lógica que envolve estes projetos é pensada para que eles não corram riscos. A presença de empresas estatais nos consórcios garante que as mesmas entrarão com parte do capital a ser investido e o BNDES se comprometeu a entrar com financiamento de até 80% do valor da obra. Praticamente, todo o dinheiro investido sairia dos cofres públicos, ou seja, do povo brasileiro, “eles [capital internacional] ficam donos das barragens sem

colocar quase nada de dinheiro” (MAB, 2007 p. 13). Na negociação desta energia estes grupos econômicos seriam novamente beneficiados, seja pelo alto preço pelo qual a venderiam para os consumidores cativos ou por gerarem energia para o auto-consumo, a preços baixos. Para além dos lucros financeiros com a geração de energia, outro ponto de debate é a garantia de domínio da água dos reservatórios. Previsões feitas destacam a escassez de água no futuro e que passaria a ser uma mercadoria de alto valor. Além do lucro com a geração de energia, as empresas estariam garantindo mais uma mercadoria que lhes renderá grandes vantagens no futuro, a água. Neste sentido, o rio Madeira é estratégico, pois está localizado dentro de uma das maiores bacias hidrográficas do mundo, a bacia hidrográfica Amazônica.

Algumas das afirmações do MAB podem ser facilmente entendidas ao se analisar o documento apresentado pelo BNDES²⁷⁹, durante o 1º Seminário Internacional de Cofinanciamento BNDES/CAF, realizado no Rio de Janeiro, de 06 a 08 de agosto de 2003, que contou com representantes dos 12 países que formam a IIRSA. Ao longo do documento são destacados como vantagens dos empreendimentos no rio Madeira, entre outras coisas, a consolidação do agronegócio no Oeste do Brasil, a ocupação de áreas de baixa densidade populacional, a acessibilidade à região, os impactos na indústria de equipamentos e insumos agrícolas, o crescimento das encomendas, a indústria de base (turbina, geradores etc.). O documento sobre Avaliação Ambiental Estratégica, organizado pelas empresas ARCADIS, FURNAS e ODEBRECHT (2005), reitera as afirmações do BNDES, destacando, entre outros, os interesses do setor financeiro, empresários nacionais da agroindústria, empresas de engenharia e construção, madeireiras internacionais, instituições multilaterais de financiamento, grandes proprietários de terra, militares e empresários locais.

Depois de alguns cursos de formação de lideranças e reuniões das comunidades atingidas e ameaçadas, foi organizada uma manifestação pública que resultou na ocupação das instalações da UHE de Samuel. A ocupação ocorreu no dia 09/11/2004 e tinha sido planejada para durar 03 dias; porém, acabou durando 09 dias. Com a manifestação, o MAB buscava abrir diálogo e negociação entre os atingidos pela UHE de Samuel junto à Eletronorte. Na negociação, o MAB conseguiu marcar uma reunião com a direção da Eletronorte, em Brasília, para o dia 23 de novembro, que foi precedida por uma reunião com a diretoria regional da empresa em Porto Velho. Na reunião em Brasília, a direção da Eletronorte apresentou sua resposta às reivindicações feitas pelo MAB durante a ocupação das instalações da UHE de

²⁷⁹ O documento pode ser acessado pelo site: http://www.bndes.gov.br/conhecimento/seminario/caf_20.pdf

Samuel, conforme descrição abaixo:

1 – Indenização das terras e benfeitorias de todas as famílias atingidas pela barragem de Samuel desde 1981.

Resposta da Eletronorte: Diz que não há pendências e que todas as indenizações foram realizadas, sendo que quaisquer dúvidas poderiam ser esclarecidas, pois mantinham os arquivos dos acordos da época.

2 – Casas para todas as famílias atingidas pela barragem de Samuel (considerando, também, os filhos e filhas dos atingidos que já constituíram família).

Resposta da Eletronorte: Todos receberam ajuda de custo para mudança e ajuda para construções. Como moradia é uma questão social e o governo federal tem políticas especiais não compete à Eletronorte fazer ações neste sentido.

3 – Terra (reassentamento) para as famílias que querem trabalhar e nela produzir (considerando também as filhas e filhos dos atingidos pela barragem de Samuel que já constituíram família).

Resposta da Eletronorte: A organização dos reassentamentos ficou a cargo do INCRA, conforme convênio assinado em 28/08/1986, não cabendo à Eletronorte assumir a questão.

4 – Que a Eletronorte pague a conta de luz das famílias atingidas pela barragem de Samuel até a resolução dos problemas.

Resposta da Eletronorte: Como não há pendências legais envolvendo a Eletronorte a mesma não deve assumir a resolução desta questão. Neste sentido o governo tem políticas específicas, como tarifa subsidiada para população de baixa renda e tarifas diferenciadas no programa Luz para Todos.

5 – Recadastramento das famílias atingidas pela barragem de Samuel.

Resposta da Eletronorte: Não é favorável ao recadastramento das famílias, mas sim a um processo de requerimento para obter informações dos expropriados da UHE de Samuel, desde que seja solicitado pela própria pessoa. Esta solicitação poderia ser feita em Porto Velho.

6 – Crédito agrícola para as famílias deslocadas pela Eletronorte para a localidade de Triunfo [antigo PA Rio Preto de Candeias].

Resposta da Eletronorte: Crédito agrícola deveria ser obtido pelo PRONAF, mas a empresa poderia ser parceira em algum projeto agrícola, numa ação de inserção regional.

7 – Que a Eletronorte pague todas as despesas de legalização fundiária do assentamento Triunfo.

Resposta da Eletronorte: Está ação caberia ao INCRA, com o qual a empresa assinou

convênio em 1986.

8 – Verbas de manutenção no valor de dois salários mínimos para todas as famílias atingidas pela barragem de Samuel até a resolução dos problemas (considerando os filhos e filhas dos atingidos pela barragem de Samuel que já construíram família).

Resposta da Eletronorte: Não existem pendências legais, não procedendo a demanda da verba de manutenção. As famílias necessitadas deveriam se cadastrar no programa Bolsa Família.

9 – Indenização das famílias atingidas a jusante da Barragem de Samuel no rio Jamari (comunidade Jamari, São Carlos, Brasileiros e outros).

Resposta da Eletronorte: A Eletronorte faria levantamento pra ver se houve impactos nas comunidades antes de se pronunciar. De antemão informa que não existe o conceito de indenização para as famílias a jusante

10 – Compensação pela redução de peixes desde o início da construção da barragem de Samuel.

Resposta da Eletronorte: É possível fazer o programa de pesca, porém sem indenizações às famílias. Além disso, para fazer qualquer programa de recuperação ou de tanques rede, será necessário envolver o Ministério de Pesca.

A posição da Eletronorte era que a mesma tinha cumprido todos os preceitos legais em relação à UHE de Samuel, não tendo mais pendências em relação aos atingidos. Conforme sua resposta às reivindicações do Movimento e nas discussões surgidas na reunião, a empresa se comprometia a manter contato com órgãos federais que poderiam contribuir para a resolução dos problemas apontados; se dispunha a dar informações aos atingidos sobre seus processos de desapropriação; se comprometeu a analisar possíveis impactos nas comunidades, a jusante da barragem; que buscava esclarecimentos junto ao INCRA, sobre a condução dos reassentamentos e que poderia fazer levantamento de ações junto aos atingidos. Para a Eletronorte, o desfecho da reunião representava sua idoneidade no processo de desapropriação que ocorreu, enquanto que, para o MAB/RO, representava a abertura de espaço para um questionamento da maneira como foram conduzidas as desapropriações.

No período de 16 a 20 de dezembro de 2004, conforme reivindicação do MAB, técnicos do Programa Luz para Todos visitaram áreas rurais onde estavam reassentados atingidos pela barragem de Samuel. Eles detectaram que foram os próprios moradores das comunidades que pagaram a instalação da rede de energia, sendo que várias famílias não tinham acesso à rede por não ter condições financeiras para pagá-la, além da baixa qualidade de fornecimento, com quedas frequentes de energia. Com o passar dos tempos e depois de

novas reuniões, ficou estabelecido que o Programa Luz para Todos seria expandido para as áreas indicadas pelo MAB.

No início de março de 2005, lideranças do MAB/RO foram até a Eletronorte solicitar esclarecimentos sobre o processo indenizatório e cobrar as visitas técnicas a jusante e montante da barragem, para estudar possíveis ações que poderiam ser desenvolvidas nas comunidades, na idéia de inserção regional. A empresa ficou de entregar cópias dos processos de indenização ao MAB, mas não definiu data para a visita técnica. Como o mês de março tem uma especial importância para o MAB – o dia 14 de março é considerado Dia Internacional de luta contra as barragens - e é importante chamar a atenção da sociedade para a questão das barragens, o MAB/RO organizou uma nova ocupação da área da UHE de Samuel, no dia 15 de março de 2005, deixando o local no dia 18 de março, após ter a garantia que as visitas técnicas para identificar possibilidades de projetos de piscicultura, tanto a jusante como a montante da barragem de Samuel, seriam iniciadas ainda na primeira quinzena de abril e que haveria reuniões mensais entre o MAB e a Eletronorte. Como algumas decisões da direção da Eletronorte de Rondônia dependiam de aprovação de instâncias superiores, foram feitas reuniões da direção nacional do MAB em Brasília, com diretores da empresa, com a participação de representantes do MME, presidência da república, Ministério dos Transportes, do programa Luz para Todos, entre outros. A discussão, envolvendo as solicitações do MAB/RO, era apenas um dos pontos da pauta da reunião de Brasília, pois a situação de outros grupos de atingidos por barragens do país também foi discutida.

Cópias dos processos de desapropriação foram entregues ao MAB/RO e, de 11 a 16 de abril de 2005, técnicos da Eletrobrás passaram pelas comunidades que o MAB dizia ter famílias questionando as indenizações, para esclarecê-las sobre o processo indenizatório e ouvir as suas reivindicações. Foram ouvidas 133 famílias e dentre as várias reclamações destacaram-se:

a) reassentados nas áreas urbanas - irregularidades na execução do projeto para a realocação dos equipamentos públicos; além de lotes na área urbana, deveriam receber lotes na área rural, o que foi concretizado para poucos; baixo valor pago na indenização financeira, havendo casos de famílias que afirmam não tê-la recebido; não ter recebido o valor de indenização que consta nos recibos dos documentos; que os lotes que receberam na área rural eram menores daqueles que possuíam antes; não-avaliação de itens da propriedade (infraestrutura, plantações etc.); que lotes que receberam na área rural foram ocupados por

outras famílias²⁸⁰.

b) reassentados em áreas rurais – indenização financeira baixa; área de terra que receberam era menor daquela que possuíam anteriormente; não-avaliação de itens da propriedade (infraestrutura, culturas permanentes, plantações etc.); não-recebimento do valor das indenizações e/ou ajuda de realocação na quantidade que constava no documento e casos de famílias que não receberam nenhuma indenização financeira; o INCRA não cumpriu com obrigações firmadas com a Eletronorte como: construção de estradas de acesso, transporte, escolas, postos de saúde, poços artesianos, etc.

c) comunidades a jusante da barragem: piora na qualidade da água do rio Jamari; diminuição da piscosidade do rio; perda do conhecimento sobre a vazão de água do rio, pois depende da abertura das comportas da barragem pela empresa.

d) famílias excluídas das indenizações - famílias que afirmam que moravam na área inundada e não foram indenizados. Ficou acertado que elas deveriam apresentar documentação (não especificada) que comprovasse o fato para poderem ser incluídas em algum projeto da empresa (ELETRONORTE, 2005).

Nas várias reuniões que ocorreram entre a Eletronorte e a MAB, as discussões que predominavam estavam ligadas à busca de novos esclarecimentos sobre o processo de indenização dos atingidos e das medidas compensatórias nas áreas impactadas, que serviriam de base para o Movimento fazer novos questionamentos e apresentar novas demandas. A estas novas demandas somavam-se as questões que extrapolavam a relação com a UHE de Samuel, entendida pelo MAB como inseridas dentro das ações regionais que a Eletronorte deveria ter. Entre as novas demandas que foram sendo colocadas estão: construção de pontes; averiguação de administração de balsa²⁸¹; entrega de material escolar para professores; variados cursos de qualificação para atingidos; reforma de escolas; apoio para a regularização fundiária em lotes de famílias atingidas; expansão da rede elétrica; contribuição para eventos comunitários; projetos de pesca; avaliação da situação de 111 famílias que disseram ser atingidos pela UHE de Samuel e que foram excluídas das indenizações; projeto ambiental para amenizar o

²⁸⁰ Nas reclamações encontram-se alguns (poucos) casos peculiares, como marido que diz que esposa recebeu indenização e não repassou sua parte, bem como o inverso; esposas dizendo que o marido não repassou a parte que lhe cabia (provavelmente eram casais separados); uma pessoa que foi indicada como procuradora e não repassou o dinheiro à família atingida; pagamento de indenização ter sido feito para cunhado e não para família proprietária.

²⁸¹ Este caso específico se referia ao valor a ser pago para utilizar de uma balsa em um município atingido pela barragem. Por entender que os valores pagos eram elevados, o MAB buscou informação sobre a negociação feita entre a Eletronorte e o responsável por administrar a balsa. Descobriu que, no referido acordo, motos, carros e camionetes, de até 4 toneladas, estariam isentas de pagar para serem transportadas.

problema da elevação de lençol freático no município de Itapuã do Oeste²⁸² etc. A Eletronorte, além de fazer ações de inserção regional, cumpria o papel de mediadora entre atingidos e diversos órgãos governamentais, no intuito de implantar políticas públicas na área impactada pela UHE de Samuel.

Cursos de formação de lideranças foram ocorrendo, chegando a reunir 120 lideranças para discutir a questão de barragens no rio Madeira. O grau de qualificação destas lideranças pode ser questionado, visto que, como relatamos anteriormente, a direção do Movimento estadual foi marcada pelo paternalismo e centralismo.

Espaços de diálogos estavam abertos entre MAB e Eletronorte; porém a morosidade para executar ações definidas nas reuniões fez com que o Movimento ocupasse o escritório da Eletronorte no dia 27 de outubro de 2005, exigindo nova reunião com a diretoria nacional da empresa para desocupar a área. A solicitação foi de pronto atendida e, no dia 31 de outubro, aconteceu a reunião em Brasília, na qual a empresa se justificava da demora na execução das atividades acertadas, mas garantiu que se empenharia ainda mais para realizá-las. Devido à ocupação do escritório, várias lideranças do Movimento foram acionadas judicialmente, por meio de Interdito Proibitório.

Vários grupos que se opõem à construção das hidrelétricas no rio Madeira, envolvendo ambientalistas, movimentos sociais, indígenas entre outros, se reuniram em Porto Velho, de 03 a 06 de maio de 2006, no intuito de unificar o discurso e chamar a atenção da sociedade para o debate sobre o assunto. No decorrer do evento foi organizada uma “barqueata²⁸³” contra a construção das UHEs no rio Madeira, saindo da cidade de Porto Velho até as corredeiras de Santo Antônio, onde estava prevista a construção de uma das hidrelétricas.

No mês de março de 2006, houve a implantação do projeto de educação do MAB, ocasião em que jovens do Movimento passaram a atuar como professores do programa Brasil Alfabetizado. Em abril ocorreu o 1º Encontro Regional de Educação do MAB, com os educadores estudando e discutindo temas ligados às teorias de Paulo Freire, à educação no campo, a relação educador e educando, além de estudarem a história do MAB. Pelo projeto de educação deu-se um impulso às ações do Movimento, pois os educadores passavam a conviver de forma sistemática com uma gama de atingidos e ameaçados. Informações passaram a fluir de forma mais rápida entre a direção e a base do Movimento e vice-versa,

²⁸² A elevação do lençol freático em função da construção da UHE de Samuel tem causado, entre outros, problemas na área de acesso ao município na época das chuvas, contaminação do lençol freático, devido ao contato com as áreas de lixo da cidade, dificuldades no tratamento do esgoto doméstico e problemas na abertura de covas no cemitério, que ficam cheias de água, além da contaminação da água em contato com os cadáveres em decomposição.

²⁸³ Manifestação pública utilizando-se barcos. Fez-se uma referência à passeata, porém no rio.

facilitando uma maior aproximação dos ameaçados pelas barragens do rio Madeira ao MAB. Porém, devido ao modelo de gestão do Movimento, pouco se acrescentou, se não ao simples repasse de informações. Uma liderança Nacional do MAB, que passou a atuar junto ao MAB/RO, descreve que “a coordenação estadual via a educação como tarefa de algumas pessoas, algo menor. O pessoal da educação tinha que se virar, era algo externo” (entrevista realizada no dia 16/10/2008).

No mês de junho de 2006, foi realizado um curso sobre “O Alto Preço da Energia”, que englobou militantes dos vários movimentos sociais que formam a Via Campesina e outros convidados. Durante o curso foi realizada uma tarefa prática e os militantes foram para as ruas colar cartazes que questionavam o elevado custo da energia elétrica; distribuíram panfletos aos pedestres, nas ruas, e visitaram casas, falando sobre o preço abusivo cobrado no preço da energia e os interesses que envolviam a questão. Eles convidavam as pessoas que se enquadravam na tarifa social de energia a preencherem a solicitação de redução do seu custo.

Aproveitando os festejos de São Pedro (29 de junho), quando ocorre uma procissão de Barcos pelo rio Madeira que segue depois, a pé, até a igreja de São Pedro, na cidade de Porto Velho, o MAB, com autorização da comunidade e com apoio de outras instituições contrárias à construção das barragens, organizou uma manifestação com faixas e pronunciamentos ao longo do trajeto percorrido. A procissão de barco saiu das corredeiras de Santo Antônio, local previsto para a construção da hidrelétrica que leva o mesmo nome, e seguiu pelas ruas da capital do estado de Rondônia.

Na busca de maior visibilidade para as ações do Movimento, o MAB/RO organizou uma Marcha pela Vida, de 120 km, que partiu da cidade de Abunã, na divisa com a Bolívia, local previsto para finalizar o reservatório da UHE de Jirau, até Porto Velho. A Marcha²⁸⁴, que tinha como tema - “Água e Energia não são Mercadoria” - se iniciou no dia 15 de julho de 2006, contou com a presença de representantes de outros movimentos ligados à Via Campesina, e finalizou no dia 26 de julho, com uma manifestação em frente à Centrais Elétricas de Rondônia S.A. (CERON). Nas comunidades por onde a Marcha passava eram feitas panfletagens, conversas com moradores e debates sobre o preço da energia, sendo apresentadas as reivindicações do Movimento, dentre as quais se destacavam: energia gratuita para consumo abaixo de 100 kW/h por mês, desconto de 65% do valor da tarifa para quem consumir menos que 200 kW/h por mês e igualdade de tarifas empresariais e residenciais.

Em fevereiro de 2007, representantes do MAB, junto com outros movimentos que

²⁸⁴ Em datas próximas foram organizadas marchas com os mesmos fins nos estados do Ceará e Minas Gerais.

formam a Via Campesina, e com ONGs, participaram do Encontro Internacional dos Rios Amazônicos realizados em *Cobija*/Bolívia. A participação desses grupos neste evento significou uma aproximação de movimentos sociais brasileiros e bolivianos e resultou no compromisso de construir um Movimento Social das Comunidades do Madeira. Um dos resultados do encontro foi a redação de uma carta para os presidentes do Brasil e da Bolívia, enfatizando os impactos dos empreendimentos sobre as populações tradicionais e uma solicitação para que os governos elaborem ações que levem à não-construção das hidrelétricas no rio Madeira²⁸⁵ (SWITKES, 2008).

Um novo encontro de organizações sociais que questionam o projeto de construção de hidrelétricas no rio Madeira ocorreu nos dias 05 e 06 de março de 2007, com representantes de instituições do Brasil, Bolívia e Peru. O Tri-Nacional, como foi denominado o evento, teve o objetivo de organizar a resistência conjunta aos grandes projetos programados para beneficiarem o agronegócio, as mineradoras, as madeireiras, e em particular, ao Projeto do Complexo do Madeira. O documento final do evento apresentou a insatisfação dos presentes com os projetos de obras que visavam servir aos interesses do capital de outras regiões e de outros países, em detrimento das comunidades locais, não respeitando suas identidades, soberania e modelo econômico de produção. O documento também chamou a atenção para o desprezo que vinha ocorrendo com as comunidades amazônicas, ressaltando que estas comunidades passavam a ser vistas como entraves aos investimentos de capital e passíveis de despejo, devendo dar espaço para a circulação de mercadorias. As instituições que estiveram reunidas no Tri-Nacional repudiaram as ações voltadas à construção dos grandes empreendimentos na bacia do rio Madeira e solicitaram a anulação do licenciamento das UHEs de Santo Antonio e Jirau.

Novos eventos internacionais, semelhantes aos anteriores, ocorreram em Guarajá-Mirim (Brasil, divisa com a Bolívia) e Riberalta (Bolívia, divisa com o Brasil). Garzon (2008) destaca que estes eventos internacionais vêm construindo uma articulação regional, chamada Movimento Social em Defesa da Bacia do Rio Madeira e da Região Amazônica (MSDBRM), e têm servido para elaborar uma agenda de ação em conjunto.

No dia 08 de março de 2007, a Via Campesina, da qual o MAB faz parte, organizou uma manifestação das mulheres na cidade de Porto Velho, chamando a atenção para os malefícios da expansão do agronegócio que vinha ocorrendo em Rondônia. Esse ato chamava

²⁸⁵ Em novembro de 2006, o governo boliviano, por meio de seu Ministro do Exterior, solicitava esclarecimento sobre as obras no rio Madeira, mostrando preocupação com as mesmas. Sobre a carta enviada, o governo brasileiro não se manifestou, enquanto que o governo boliviano disse estar preocupado, e sugerindo a suspensão dos empreendimentos, até serem realizados estudos adicionais (SWITKES, 2008).

a atenção para o perigo da expansão da produção de cana-de-açúcar, pela aprovação da instalação de duas usinas de álcool do grupo Maggi, em consórcio com outros investidores no estado. A manifestação coincidiu com o dia da visita do presidente George Bush ao Brasil, que tinha como objetivo discutir acordos ligados a combustíveis renováveis, principalmente a produção e a comercialização do etanol.

Como atividade para comemorar o Dia Internacional de Luta Contra Barragens, 14 de março, o MAB organizou no dia 13 de março de 2007 o Curso de Capacitação Contra o Alto Preço da Energia, que foi finalizado no dia 14 com panfletagem sobre a questão, em bairros periféricos da cidade de Porto Velho (Foto 15).



Foto 15 - Panfletagem sobre os altos preços da energia

Fonte: MAB/RO

As manifestações sociais e as ações na justiça que vinham sendo organizadas pelo MAB e outros movimentos sociais além de grupos ambientalistas não puderam evitar que fosse liberada a Licença Prévia para a construção das duas UHEs previstas para o rio Madeira, no dia 09 de julho de 2007, com previsão para o leilão da hidrelétrica de Santo Antonio em 2007, e o de Jirau para o início de 2008. Novos debates e contestações ocorreram em relação à definição do leilão da UHE de Santo Antonio, que foi confirmado para ocorrer no dia 10 de dezembro de 2007. Nos dias que antecederam o leilão da UHE de Santo Antonio, foi organizado pelo MAB/RO um curso sobre a IIRSA - Modelo Energético Brasileiro e Impacto das Grandes Barragens -, tendo como público participante militantes de movimentos formadores da Via Campesina. No dia 10 de dezembro de 2007, os participantes do curso, em conjunto com outros militantes da Via Campesina e ambientalistas, organizaram um ato público em Porto Velho, contra o leilão da UHE de Santo Antonio, que seria realizado, naquele dia, em Brasília²⁸⁶.

²⁸⁶ A direção nacional do MAB também organizou manifestação pública junto a ANEEL, em Brasília, local do leilão, mas os manifestantes foram reprimidos de forma violenta pela polícia, que os dispersou. A manifestação atrasou o leilão por mais de duas horas. Para evitar que ações de última hora pudessem inviabilizar o leilão, a Advocacia Geral da União montou uma força-tarefa formada por 71 advogados e 71 servidores de apoio em todo o país.

Durante a manifestação, foi lançada a campanha - “Levante Contra a Venda do Rio Madeira. Em Defesa da Amazônia e das Comunidades Atingidas” -, sendo distribuídas cartilhas, folders e cartazes para subsidiar o debate contra a construção de UHEs no rio Madeira (Figura 15).

O leilão da UHE de Santo Antonio representava uma grande derrota para os grupos contrários à construção das hidrelétricas no rio Madeira e na região Amazônica como um todo e, também, representou, no interior do MAB/RO, uma mudança profunda. O grupo da educação, que estava mais sintonizado entre si e com a base do Movimento, e que vinha sendo colocado em segundo plano pelas lideranças de maior poder de decisão, chamou a diretoria nacional do MAB para se posicionar frente à forma de condução do Movimento em Rondônia, por ver suas atividades prejudicadas por esta diretoria. O debate, que envolveu diferentes grupos no interior do MAB/RO e representantes da direção nacional, resultou na intervenção da direção nacional, que enviou um representante de fora do estado para contribuir na condução do Movimento, em Rondônia.



Figura 16 - Panfleto da Campanha organizada pelo MAB

Fonte: MAB, 2007

organização da luta contra a expansão do capital na Amazônia. Uma dupla função, quanto à concepção do MAB/RO, teria que ser redefinida: a) internamente – criar um maior debate interno e elevar o grau das discussões, superando a “visão sindicalista²⁸⁷” de atuação (como se fala no interior do movimento), baseada apenas nas conquistas materiais, promovendo um

No final do mês de janeiro de 2008, um integrante da direção nacional do MAB passou a residir em Porto Velho com a missão de reorganizar o Movimento naquele estado, fazer uma oposição mais consistente em relação aos projetos de construção de hidrelétricas no rio Madeira e, de forma mais ampla, a colaborar na

²⁸⁷ Características da visão sindicalista: Ilude e se ilude pensando que, **de ganho em ganho econômico**, a massa vai conseguir a transformação estrutural; adota **postura basista** de dirigentes que insistem, pela demagogia ou pelo radicalismo verbal, dirigir os grupos de base; aposta que a **massa, por si só**, espontaneamente, vai tomar consciência; mantém a **prática artesanal e voluntarista** – a militância não se prepara, nem estuda para o enfrentamento com o capital; mistura os níveis de compromisso e de consciência na hora de escolher pessoas para realizar as atividades (MAB Nacional, 2006 p. 07 – destaque do autor).

debate voltado ao tipo de sociedade que se deseja; dividir responsabilidades, tanto na tomada de decisões, como na execução das atividades definidas. “Tudo começou a passar pelo coletivo”, apontou a liderança encaminhada para Rondônia (entrevista realizada em 16/10/2008). Uma liderança estadual, que fazia parte do grupo da educação, faz a seguinte colocação, em relação à ação do novo colaborador: “ele consegue dar direção nas coisas de forma natural, ajuda e incentiva a estudar. As pessoas sabem o porquê do que fazer a tarefa. Ele faz as pessoas se sentirem parte do grupo. Ele não toma as decisões sozinho” (entrevista realizada em 16/10/2008); b) externamente – marcar uma nova posição perante as instituições com que tinha vínculo, clara e bem definida, participando de forma ativa das discussões e decisões sobre as ações a ser feitas em conjunto. Buscava superar a idéia do Movimento enquanto legitimador de ações de instituições (por melhores intenções que tivessem), quando apenas uma ou duas lideranças se destacavam, e tornar a base do Movimento protagonista das lutas sociais no estado e na região. A relação com outras entidades deixaria de ser pessoal, de poucas lideranças e passaria a ocorrer de forma institucional, depois de debates internos no Movimento.

As mudanças propostas vão ocorrendo de forma paulatina, sem deixar de lado as reivindicações e negociações, no que se refere aos atingidos pela UHE de Samuel. Seguem-se as reuniões entre MAB e Eletronorte, no sentido de garantir os direitos dos atingidos que foram negados no passado, como também ações públicas do movimento que assegurem estas indenizações. Porém, passam a predominar agora, ações mais voltadas para chamar a atenção sobre a política energética brasileira.

Dentro da luta da Via Campesina, no dia 08 de março de 2008, dia da Mulher, ocorreu uma manifestação pública que agregou mulheres do MAB, do MST e do MPA, tendo como tema “O Preço da Energia”. Mais de 300 mulheres fizeram uma Marcha até a CERON para fazer uma entrega coletiva de autodeclarações, buscando obter o direito à tarifa social de energia. Nos dias 11 a 13 de março de 2008, o MAB/RO ocupou a termoeletrica de Porto Velho, com o objetivo de chamar a atenção para as negociações com a Eletronorte, que vinham perdendo expressão, bem como para enfatizar o descaso com que vinham sendo tratadas as famílias ameaçadas pela construção das UHE no rio Madeira. No final de maio e início de junho de 2008, formou-se um grupo de trabalho para discutir a questão do preço da energia. Depois, as pessoas envolvidas passaram a atuar na área urbana, dirigindo-se para bairros residenciais periféricos. Lá, passavam de casa em casa para levantar os principais problemas enfrentados pelas famílias, falar sobre o preço da energia e incentivar as pessoas a fazerem a autodeclaração, para solicitarem a redução no preço da energia. Essas pessoas

perceberam, pelas conversas, a existência de muitas instalações ilegais de energia (gatos) e que muitas famílias tinham várias contas de energia com pagamentos atrasados, podendo reforçar a base das discussões do Movimento.

No mês de julho ocorreu um incidente que marcou profundamente as atividades do MAB/RO e que tem representado uma nova etapa na vida deste Movimento. No dia 11 de julho de 2008, aconteceu um acidente com o ônibus que conduzia lideranças de vários movimentos sociais e entidades do estado de Rondônia, além de algumas pessoas de outros estados, para um curso no interior do estado. Houveram 14 vítimas fatais, sendo 4 delas lideranças do MAB, e várias outras pessoas sofreram ferimentos e queimaduras graves. Além dos transtornos psicológicos e a perda de lideranças, foram destruídos muitos documentos de prestação de contas que seria realizada durante o curso, fato que causou grandes transtornos ao Movimento. Nas entrevistas e nas conversas do dia-a-dia com militantes e lideranças, durante o levantamento de campo, percebia-se a imensa tristeza e o abalo na organização do Movimento, provocados pelo acidente. Garantir atendimento médico digno às pessoas que sobreviveram, já que a maioria pertencia a famílias com condições financeiras precárias; conviver com os familiares das pessoas que faleceram no acidente; suportar a ausência de pessoas muito queridas e que eram importantes motivadores do Movimento, forçaram o MAB/RO a dar uma parada em suas atividades por um período, até que, paulatinamente, fosse se reestruturando novamente.

Buscando formar novos militantes e reforçar o discurso dos existentes foi realizado um curso de formação na comunidade São Carlos, localizada na confluência dos rios Jamari e Madeira. A comunidade fica a jusante da hidrelétrica de Samuel e das UHEs previstas para o rio Madeira. O curso ocorreu de 15 a 17 de agosto de 2008, e centrou-se em debates sobre dominação e crise capitalista, IIRSA e hidrelétricas no rio Madeira e também sobre o histórico de atuação do MAB.

No dia 27 de agosto de 2008, o MAB, em conjunto com grupos da igreja católica, ONGs e grupos indígenas, organizou uma manifestação no mercado público de Porto Velho, que está localizado às margens do rio Madeira. Ela visava expor a violação dos direitos humanos e ambientais que vinha ocorrendo em função da forma como estavam sendo conduzidas as ações referentes ao Complexo Energético do Rio Madeira. Para alcançar seus propósitos, os manifestantes distribuíram panfletos, apresentando os impactos negativos dos empreendimentos; falavam diretamente com a população; discursavam em carro de som e fixaram faixas com dizeres como: Hidrelétrica no Rio Madeira: os Indígenas Dizem Não; Contra a Privatização do Rio Madeira; Água e Energia Não São Mercadorias; Respeite as

Terras dos Índios Isolados; Barragens pra Quê? E para Quem? Ao final da manifestação, foi protocolado um documento junto ao Ministério Público do Estado de Rondônia, solicitando que atuasse em defesa dos direitos das populações tradicionais e indígenas que vivem nas margens e proximidades do rio Madeira e seus afluentes, as quais poderão ser impactadas pela construção das UHEs.

O MAB/RO, em conjunto com a direção nacional do MAB, Via Campesina e outras instituições urbanas, organizou o “Seminário Contra a Privatização do Rio Madeira e Pela Soberania da Amazônia”, contando com a participação de especialistas de outros estados do país. O Seminário foi realizado de 16 a 18 de setembro de 2008, no município de Porto Velho, mais especificamente na área em que se localizava a comunidade Engenho Velho, que tinha sido removida há poucos dias, pois se situava no local previsto para ser o canteiro de obra da UHE de Santo Antonio. Este local foi escolhido por uma questão sentimental, por estar em um ponto que iria a desaparecer em poucos dias, devido a construção da barragem e, também, por uma questão estratégica, num ato de rebeldia, de ocupar um espaço que já estava sob controle do consórcio responsável pela construção do empreendimento, para indicar que a resistência às hidrelétricas no rio Madeira se mantinha ativa. No evento foram debatidos temas como: A Matriz Energética Brasileira e Mundial; Os Projetos do Complexo Madeira: Energia para Quê e para Quem; A Soberania da Amazônia e Lutas de Resistência. Ao final do evento foi organizada uma caminhada na área da comunidade Engenho Velho, onde as casas já haviam sido demolidas. Ao falar da caminhada pela comunidade destruída as pessoas se emocionavam. Os ameaçados destacavam que, num futuro muito próximo, as comunidades em que eles vivem poderiam se encontrar na mesma situação. Já os atingidos recordavam-se de quando tiveram que desocupar suas comunidades (Foto 16 e Foto 17).

Um novo fato marcante na construção de hidrelétricas no rio Madeira, foi a convocação do IBAMA para uma reunião pública, com a finalidade de debater a mudança de local de instalação da UHE de Jirau, a ser realizada no dia 15 de outubro de 2008, numa clara manobra para aprovar, sem maior questionamento, o empreendimento. O próprio termo REUNIÃO foi motivo de debate, pois a legislação ambiental exige que ocorram audiências públicas, que são regulamentadas. Ministério Público, ONGs, MAB e outras instituições decidiram por não participar da reunião pública, por entender que ela não tinha legalidade e que suas presenças apenas serviriam para referendá-la. Também para o MAB, a construção da UHE, a alguns quilômetros a jusante, pouco alterava sua lógica de ação.



Foto 16 - Seminário contra a privatização do rio Madeira

Fonte: MAB/RO



Foto 17 - Visita à área desocupada pelas famílias atingidas

Fonte: MAB/RO

Antes do início da reunião, foram colocadas algumas faixas de oposição à mudança de local do empreendimento por um grupo desconhecido pelas instituições, que, historicamente, vinham fazendo oposição às barragens no rio Madeira. Foi entregue um panfleto, por parte de integrantes do PT Jovem, questionando a decisão de ter só um momento de discussão, mostrando-se favorável à realização de várias audiências públicas. Cabe salientar que o PT Jovem tem uma posição de apoio à construção do empreendimento, sendo que seu questionamento não fazia oposição ao mesmo.

Na abertura da reunião foram chamadas para usar a palavra autoridades municipais e estaduais, que se mostraram favoráveis ao empreendimento e indiferentes ao local da construção da obra, destacando que o importante era o cuidado que se deveria ter com a população atingida e com a questão ambiental. Posteriormente, técnicos contratados pelo ENERSUS, consórcio responsável pelo empreendimento, apresentaram as vantagens do novo local em relação ao previsto originalmente. O foco esteve no barateamento dos custos de construção e um menor impacto ambiental nas escavações, apesar de inundar uma área maior e de atingir mais famílias. Eles também enfatizaram a importância de se liberar, o mais rápido possível, a Licença de Instalação (LI) do empreendimento, para iniciar a construção da obra antes do período de chuva. As apresentações foram técnicas, de difícil entendimento para quem não conhecesse os termos destacados e os *slides* apresentados não eram de fácil visão para as pessoas que se encontravam mais ao fundo do salão do evento, onde eu me encontrava posicionado.

Depois da exposição dos técnicos, seguiram-se os questionamentos públicos que eram

respondidos ou não pelos representantes do consórcio, a seu bel-prazer. Um maior debate, com ofensas pessoais, ocorreu quando os representantes do consórcio ganhador da construção da UHE Santo Antonio, mas derrotados na licitação da UHE de Jirau, entraram na discussão. Não houve maiores resultados práticos nessa contenda.

A perspectiva que se colocava ao MAB/RO, em outubro de 2008, era a de continuar na formação de lideranças, estabelecendo um novo padrão de organização interna, voltado a uma visão mais participativa de seus integrantes, somada com uma redefinição de suas relações com outras instituições e a ampliação de suas atividades nos bairros periféricos. Estava ainda em execução a atividade que foi destacada à liderança externa que lá se instalou.

O grande desafio que se coloca ao MAB/RO neste momento (outubro de 2008), é a formação de lideranças regionais que possam conduzir, de forma autônoma, o Movimento. O MAB/RO praticamente não conseguiu, até agora, criar um modelo de formação local de lideranças, envolvendo leituras e debates, que ultrapassasse a visão da relação de enfrentamento entre atingidos/ameaçados e Eletronorte. Possíveis colaboradores para uma formação mais ampliada das lideranças, como pessoas ligadas às universidades e ONGs, têm assumido uma postura de ação direta contra os grupos favoráveis à construção das barragens e não se dedicam à formação de lideranças. Não ocorreu o deslocamento de militantes do MAB/RO para participar de cursos técnicos ou de nível superior organizados pelos movimentos sociais, em diferentes locais do Brasil, bem como não foram organizados cursos deste padrão, no próprio estado de Rondônia. A curto prazo, a presença de lideranças externas ao MAB/RO se faz essencial, mas, ao mesmo tempo, a formação de lideranças regionais deve ser prioridade para o Movimento.

Capítulo 5. A trajetória do MAB: da barranca do rio para a periferia dos centros urbanos

Hino da Internacional Comunista

(Música de Pièrre Degeyter)

De pé, ó vítimas da fome

De pé, famélicos da terra

Da idéia a chama já consome

A crosta bruta que a soterra

Bem unidos façamos

Nesta luta final

Uma terra sem amos

A Internacional

Cortai o mal bem pelo fundo

De pé, de pé, não mais senhores

Se nada somos neste mundo

Sejamos tudo, ó produtores

Abomináveis na grandeza

Os reis da mina e da fornalha

Edificaram a riqueza

Sobre o suor de quem trabalha

Bem unidos façamos

Nesta luta final

Uma terra sem amos

A Internacional

Todo o produto de quem sua

A corja rica o recolheu

Querendo que ela o restituia

O povo só quer o que é seu

Senhores, patrões, chefes supremos

Nada esperamos de nenhum

Sejamos nós que conquistemos

A terra mãe livre e comum

Bem unidos façamos

Nesta luta final

Uma terra sem amos

A Internacional

Para não ter protestos vão

Para sair desse antro estreito

Façamos nós por nossas mãos

Tudo o que a nós diz respeito

Nós fomos de fumo embriagados

Paz entre nós, guerra aos senhores

Façamos greve de soldados

Somos irmãos, trabalhadores

Bem unidos façamos

Nesta luta final

Uma terra sem amos

A Internacional

Se a raça vil, cheia de galas

Nos quer à força canibais

Logo verás que as nossas balas

São para os nossos generais

Crime de rico a lei cobre

O Estado esmaga o oprimido

Não há direitos para o pobre

Ao rico tudo é permitido

Bem unidos façamos

Nesta luta final

Uma terra sem amos

A Internacional

À opressão não mais sujeitos

Somos iguais todos os seres

Não mais deveres sem direitos

Não mais direitos sem deveres

Pois somos do povo os ativos

Trabalhador forte e fecundo

Pertence a Terra aos produtivos

Ó parasitas deixai o mundo

Ó parasitas que te nutres

Do nosso sangue a gotejar

Se nos faltarem os abutres

Não deixa o sol de fulgurar

A gênese do MAB se dá pela organização dos atingidos, de forma localizada, em determinada barragem ou bacia hidrográfica, sob a influência principal da Igreja progressista (Católica e Luterana) e de lideranças sindicais comprometidas com um sindicalismo combativo. Os focos de atuação dos atingidos encontravam-se dispersos; porém, representantes da Igreja e dos sindicatos tinham suas redes de relações, implantadas pelo território brasileiro e as colocavam a serviço das organizações²⁸⁸. Um primeiro contato entre atingidos de vários estados do Brasil vai ocorrer no início da década de 1980, sem maiores rebatimentos para uma organização nacional dos mesmos²⁸⁹. Os contatos entre os atingidos de diversas regiões ocorriam em eventos que não tinham a finalidade específica de discutir sua questão, como eram os encontros nacionais ou regionais da igreja ou sindicatos, em que a questão dos atingidos poderia ser, no máximo, um ponto de discussão. A aproximação ocorria porque, além de serem lideranças dos atingidos, muitos eram representantes sindicais e/ou tinham uma representatividade dentro de órgãos da igreja. Nas ocasiões dos encontros dos atingidos de várias barragens haviam trocas de informações sobre como operava a organização, as ações realizadas por cada grupo de atingidos e os resultados obtidos.

Os fatos se repetiam em cada barragem, em vias de construção ou já construídas: falta de informações sobre os empreendimentos; projetos de indenização inconsistentes; exclusão de muitas famílias atingidas do processo de indenização; desrespeito com as famílias atingidas; tentativa de desmoralização das pessoas que questionavam o tratamento dado às famílias atingidas etc. Percebeu-se que existia um adversário em comum, em todas as barragens - o modelo energético, organizado para garantir energia para o desenvolvimento industrial brasileiro, implantado pelos governos militares.

Devido à expressividade alcançada pelo debate sobre a questão energética, e, em especial a construção de grandes barragens, programou-se um evento nacional, com o intuito de aglutinar atingidos de diferentes regiões brasileiras e discutir este tema. Assim, ocorreu o 1º Encontro Nacional de Trabalhadores Atingidos por Barragens em Goiânia, no ano de 1989.

O encontro de 1989 representa uma transição da organização e da atuação dos atingidos por barragens, de uma forma frágil de articulação e sem uma centralidade de comando, para uma nova organização e atuação que conectava de forma mais incisiva várias regiões do país. Esta atuação dos atingidos, abrangendo as diferentes regiões, não representará uma centralização de comando nas mãos de uma direção nacional e, sim, servirá para a

²⁸⁸ Principalmente os sindicatos ligados ao Departamento Nacional dos Trabalhadores Rurais da CUT.

²⁸⁹ Encontro Interestadual de Atingidos por Barragens, de 19 a 21 de outubro de 1982, na cidade de Erechim/RS, com a participação de atingidos por barragens dos estados do RS, SC, PR, SP e MS.

intensificação de troca de experiências, entre as diferentes organizações existentes. O objetivo seria programar atividades em comum, como forma de resistência à maneira como vinham sendo colocadas em prática as políticas energéticas. Além disso, buscava criar um grupo de apoio à organização de atingidos em locais onde havia projetos de construção de hidrelétricas, mas ainda não existia uma resistência organizada. Com a realização desse evento, começa a se delinear, de forma mais sistematizada, a organização nacional de atingidos por barragens, que levou à formação do MAB.

Seguiremos, neste capítulo, apontado os caminhos seguidos pelos atingidos por barragens na busca para concretizar a organização o Movimento Nacional, além de mantê-lo ativo. As prioridades serão apresentar decisões e ações das lideranças que orientaram o Movimento em sua trajetória, bem como destacar os desdobramentos que foram surgindo. No capítulo anterior, priorizamos apresentar “fragmentos” do MAB, destacando a formação e a atuação de organizações locais do Movimento, sob a ótica de atingidos e de pesquisadores envolvidos com aquela realidade. Neste capítulo, procuraremos destacar a visão do/de MAB a partir de quem liderava ou tentava liderar o Movimento, na sua totalidade.

5.1. O MAB como articulador de movimentos regionais

Com o intuito de articular a luta dos atingidos por barragens, isolada em diferentes regiões, ocorreu em Goiânia, no mês de abril de 1989, o 1º Encontro Nacional de Trabalhadores Atingidos por Barragens²⁹⁰, marcado, principalmente, pela troca de experiências e aproximação entre as diversas organizações dos atingidos, espalhadas pelo Brasil. Os atingidos perceberam que, além da luta isolada em sua região contra a construção da barragem e/ou pela garantia de indenização, eles deveriam se confrontar com o modelo energético. Para tanto, tinham que juntar forças. No encontro foram estabelecidas as primeiras bases para a constituição de uma organização nacional dos atingidos, se evidenciando a necessidade de um novo encontro nacional, no qual seriam discutidas a sua organização e organicidade.

Ao final do evento, foi publicada a Carta de Goiânia, na qual os participantes faziam, entre outras, as seguintes exigências:

- elaboração de uma nova política para o setor elétrico com a participação da classe

²⁹⁰ O evento foi articulado entre a CRAB e a CUT e contou com a participação de atingidos organizados das regiões Sul, Norte e Nordeste, bem como de representantes de STRs, de instituições de apoio aos indígenas e de representantes de comunidades indígenas, de centros de estudos, universidades, entidades de defesa dos direitos humanos, CUT, PT, CPT etc.

- trabalhadora;
- solução imediata para os problemas sociais e ambientais gerados pelas hidrelétricas existentes e que isto seja condição para a implantação de novos projetos;
 - cumprimento dos acordos já firmados entre atingidos e as concessionárias do setor elétrico;
 - fim imediato dos subsídios tarifários às indústrias favorecidas pelo setor elétrico.

Na Carta também estavam inclusas exigências que extrapolavam a questão específica dos atingidos por barragens direcionadas para elementos mais amplos da luta dos trabalhadores tais como: reforma agrária já e sob o controle dos trabalhadores; demarcação das terras indígenas; demarcação das terras das comunidades negras remanescentes de quilombolas e; não pagamento da dívida externa.

No encontro decidiu-se pela formação de uma Comissão Nacional Provisória de Trabalhadores Atingidos por Barragens (CNPTAB) com a seguinte composição: um trabalhador do Norte, um do Nordeste, um do Sul e um representante da CUT Nacional. Posteriormente, um trabalhador do Sudeste foi incluído na Comissão.

No período em que a Comissão atuou, ocorreram visitas dos representantes do Norte e Nordeste ao Rio Grande do Sul; também a participação de representantes do Sul, na Caminhada pela Terra na Região Sudeste; fomento para a criação de novas Comissões de atingidos em diferentes regiões como: a Comissão Regional dos Atingidos pelo Complexo do Xingu (CRACOHX), em Altamira no Pará; a Comissão dos Atingidos pela Hidrelétrica de Tucuruí (CATHU)²⁹¹, em Tucuruí no Pará; a Comissão de Atingidos por Barragens do Iguaçu (CRABI), no Paraná; o Movimento dos Ameaçados por Barragens do Vale do Ribeira (MOAB), em São Paulo; o Movimento dos Atingidos por Barragens no Vale do Jequitinhonha, em MG, entre outros; levou-se o debate sobre barragens para universidades e sindicatos do setor elétrico; organizou-se um primeiro informativo nacional dos atingidos por barragens e preparou-se o I Congresso Nacional de Trabalhadores Atingidos por Barragens.

Em março de 1991, teve lugar, em Brasília, o I Congresso Nacional de Trabalhadores Atingidos por Barragens, no qual se oficializou a constituição do Movimento Nacional dos Trabalhadores Atingidos por Barragens e declarou-se o dia 14 de março, último dia do evento, como o Dia Nacional de Luta contra as Barragens, que, desde então, vem sendo marcado com

²⁹¹ Em 1981 havia sido criado o Movimento dos Expropriados pela Barragem de Tucuruí, que agregava os expropriados (atingidos) localizados a montante da barragem. A população a jusante da barragem também passou a se organizar, depois que a barragem estava pronta (1984), pois a água perdeu qualidade, causando problemas para a pesca, a saúde, na produção agrícola de vazante etc. A junção dos dois grupos, a jusante e a montante da barragem, deu origem a CATHU.

manifestações dos atingidos para chamar a atenção sobre a política energética e a situação dos atingidos. A estrutura do movimento tinha como princípio a independência de ação para os movimentos locais e regionais, cabendo à recém-criada Coordenação Nacional dos Trabalhadores Atingidos por Barragens, que passou a ter sede na cidade de São Paulo, articular as ações localizadas, manter contatos entre as organizações de atingidos, facilitar a troca de experiências entre eles, auxiliar na organização de novos movimentos, representar o movimento em negociações de abrangência nacional e internacional. Um importante fator que influenciou essa estrutura do Movimento foi sua presença em diversas regiões do país, com marcantes diferenças geográficas, culturais, étnicas, econômicas, exigindo respeito a essas diferenças e garantindo sua atuação, de acordo com as condições regionais.

Nas discussões do evento de Brasília, somaram-se dois pontos em relação ao evento de Goiânia: a inclusão do debate sobre a construção de barragens para irrigação e a privatização das empresas estatais do setor elétrico. Sobre a construção de barragens para a irrigação, destacou-se sua ligação com o projeto desenvolvimentista e concentrador de riquezas que subsidiava os investidores destes grandes projetos, enquanto que milhares de famílias, que viviam nos seus arredores, permaneciam sem apoio para a produção e provocando, também, a expulsão de muitas delas de suas comunidades. Em relação à privatização das empresas estatais, questionava-se a venda das mesmas, que eram consideradas patrimônio do povo brasileiro.

Nesse encontro elegeu-se uma Coordenação de Atingidos, formada por três integrantes de cada região que fazia parte da organização de atingidos (Sul, Sudeste, Nordeste e Norte), mais dois representantes de nações indígenas e dois representantes da CUT. A Comissão eleita tirou como prioridade, executar as seguintes atividades: reforçar o trabalho de base, promover a articulação nas diferentes regiões do país, articular a troca de experiências entre os indígenas e promover um intercâmbio entre as regiões. Da Coordenação Nacional, foi escolhida uma Executiva Nacional, formada por um trabalhador de cada região e um representante da CUT Nacional, com o papel de garantir que fossem colocadas em prática as decisões da Coordenação Nacional²⁹². Os coordenadores recebiam ajuda de custo quando estavam em atividades pelo Movimento.

Queremos destacar aqui a inserção da CUT no processo de formação do MAB, demonstrando que, apesar da especificidade que envolve a luta dos atingidos, o Movimento se encontrava ligado a um projeto de organização dos trabalhadores que ultrapassava estas

²⁹² Cf. Projeto para a Organização Nacional dos Trabalhadores Atingidos Por Barragens, de janeiro de 1992 a dezembro de 1993.

especificidades, e buscava aproximar as diferentes organizações de trabalhadores, tanto do campo, como da cidade. Este forte vínculo do MAB com a CUT perdurou até a eleição do presidente Luis Inácio Lula da Silva²⁹³. Esta relação entre MAB e CUT era percebida pelas bandeiras presentes em manifestações do Movimento (Foto 18).



Foto 18: Manifestação de atingidos por barragens do rio Uruguai
Fonte: MAB Sul

frente aos interesses do Estado e dos grupos econômicos, interessados e/ou envolvidos nos projetos de construção de hidrelétricas (este último identificado como capital). Nesta concepção, fica evidente a relação de três grupos de interesses que, no dizer de dirigentes do MAB, é representada por meio da figura 16.

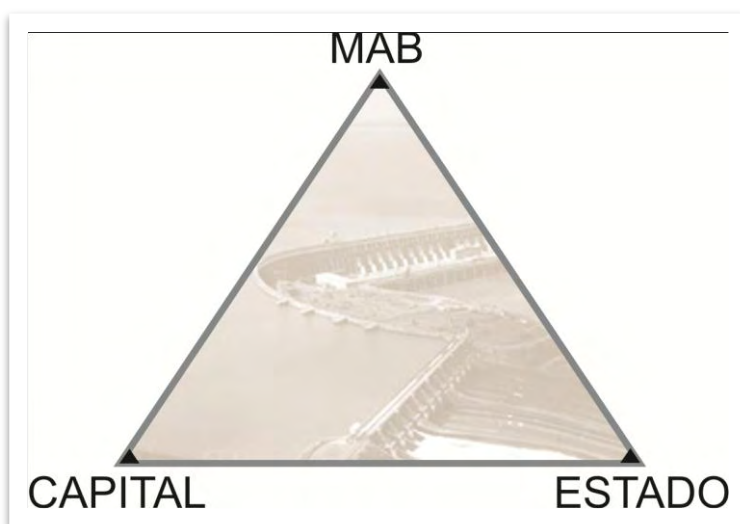


Figura 17 - Os três grupos de interesse na questão energética, na visão do MAB

O MAB foi se transformando em um movimento popular, que visava organizar a população atingida ou ameaçada por barragens na luta contra a construção de grandes barragens e pela garantia de seus direitos, colaborando, assim, para a construção de um novo modelo energético. Também passou a ser a forma dos atingidos se articularem

Os integrantes do MAB são, em sua grande maioria, pequenos agricultores, trabalhadores sem-terra (meeiros, parceiros, arrendatários, diaristas, posseiros, etc.), indígenas, quilombolas, pescadores e mineradores (MAB, Caderno Nº. 7 s/d). O Movimento passou a fortalecer coordenações e a

²⁹³ O afastamento entre MAB e CUT será apresentado no próximo item desta pesquisa.

qualificar os militantes através de grupos de estudo, participação em reuniões, realização de encontros, etc. Havia tarefas a executar para que o movimento se fortificasse, tais como: organização de base, através de grupos, formação e informação dos atingidos, construção de um projeto popular para o país, lutas de massa para efetivar propostas e articulações com a sociedade organizada (MAB, Caderno N°. 5 s/d).

No mesmo informativo, orientava-se para que os grupos de base fossem compostos por 5 a 10 famílias, das quais deveriam ser escolhidos dois líderes, um homem e uma mulher. Desta forma, subentendia-se estar primando por um movimento democrático e participativo, de organização simples, onde todos poderiam expor suas idéias.

Uma das bandeiras de luta do MAB foi a elaboração de uma nova política energética. Para tanto, propunha alternativas ao setor elétrico que considerava relativamente baratas, viáveis e de rápida implantação, como a geração de energia a partir de biomassa, geração de energia eólica, construção de pequenas centrais elétricas, repotenciação de usinas com mais de 20 anos, redução de perdas no atual sistema elétrico e geração de energia solar e fotovoltaica. (MAB, Caderno N°. 6 s/d).

O MAB foi definindo sua atuação centrada em três eixos - resistência, negociação e pós-negociação -, destacando-se algumas situações de hidrelétricas que se encaixavam nesses eixos, em 1996²⁹⁴: 1) resistência – fazendo frente à construção das barragens - Machadinho, Barra Grande, Campos Novos, Lajeado, Belo Monte, Porto Estrela, Salto da Divisa, Tijucu Alto etc.; 2) negociação – buscando garantir uma indenização justa que garantisse uma vida digna aos atingidos - Castanhão, Furnas, Serra da Mesa, Salto Caxias, Itá, Irapé, Salinas, Calhauzinho etc.; 3) pós-negociação – pretendendo resolver pendências ou problemas que surgiram nas áreas de reassentamentos, ou de casos de famílias que não foram indenizadas ou devidamente indenizadas²⁹⁵ – Itaparica, Sobradinho, Porto Primavera, Tucuruí, Balbina, Salto Segredo etc.

O importante, neste momento, era promover a organização dos atingidos e realizar mobilizações, fazer enfrentamentos com os grupos favoráveis às hidrelétricas, para que não fossem enganados e perdessem suas terras e seus modos de vida. Para tanto era necessário utilizar-se de meios de comunicações sociais e articular-se com outros movimentos e entidades, para chamar a atenção da opinião pública. A troca de experiências e de ações de

²⁹⁴ Cf. Projeto para a Continuidade e Ampliação das Lutas Sociais e Ambientais dos Atingidos pelas Barragens no Brasil, 1996.

²⁹⁵ Neste momento, o MAB destaca a necessidade de se promover um desenvolvimento sustentável, baseado na agroecologia e no associativismo e cooperativismo, com a participação de jovens, mulheres, homens e crianças.

solidariedade entre militantes e lideranças, seja em visitas a organizações de atingidos de outras regiões, seja em eventos regionais ou nacionais, bem como a publicação de informativos nacionais ou material didático, também colaboravam no fortalecimento do Movimento em âmbito nacional.

As reuniões da Coordenação Nacional e da Executiva Nacional do MAB seguiam uma dinâmica comum. Primeiramente, os representantes das regiões faziam explicações de acontecimentos que ocorreram em suas regiões e, posteriormente, discutiam-se os problemas surgidos nas regiões e outras questões envolvendo a totalidade dos atingidos. Ao final das reuniões, os participantes saíam com tarefas a serem executadas, seja em suas regiões ou em outras regiões. Quando ocorriam deslocamentos de lideranças para outras regiões, estes eram por tempo reduzido, geralmente envolvendo ações pontuais. Os coordenadores do MAB continuaram sendo eleitos nos Congressos Nacionais do Movimento, sendo escolhidos o mesmo número de representantes de cada região²⁹⁶.

O Movimento tinha um caráter regional e buscava garantir direitos aos atingidos, tendo como uma de suas metas formar lideranças para participar de pleitos eleitorais, locais, estaduais ou nacionais, ou para apoiar candidatos do PT²⁹⁷, pois acreditava-se na reforma do sistema existente por meio da disputa institucional.

As instâncias de decisão em nível nacional eram: o Congresso Nacional do MAB, instância maior, realizado de três em três anos; a Coordenação Nacional, que era eleita no Congresso Nacional e formada por representantes de cada região, com a função de encaminhar as decisões do Congresso; a Executiva Nacional, escolhida pela coordenação, com a tarefa de executar as decisões das instâncias superiores; a Organização de Base, que eram as organizações dos atingidos por hidrelétrica ou bacia hidrográfica. Os mandatos eram de três anos, com direito à reeleição, podendo haver substituição de coordenadores por decisão das instâncias que os elegiam.

Dentre as principais conquistas obtidas pelo Movimento nas várias situações em que foi intermediário destacam-se: a não-construção de algumas das grandes barragens (UHE de Tijuco Alto no rio Ribeira do Iguape²⁹⁸, UHE de Iraí no rio Uruguai e UHE de Belo Monte no rio Xingu²⁹⁹); mudança do local de obras, de forma a diminuir o número de pessoas a serem

²⁹⁶ Cf. atas de reuniões da Coordenação Nacional e da Executiva Nacional do MAB, realizadas nos anos 1997/1999 e Relatório de Atividades do MAB de Jan/Dez de 1996.

²⁹⁷ Acreditava-se no papel de vanguarda do Partido dos Trabalhadores para a construção de uma nova sociedade (Cf. MAB – Plano de construção nacional, 2006).

²⁹⁸²⁹⁸ Maiores informações podem ser encontradas em BERMAN, 2007a e LEMOS, 1999.

²⁹⁹ Maiores informações sobre luta pela não-construção da UHE de Belo Monte poderão ser encontradas em SEVÁ, 2005.

atingidas (UHE de Machadinho no rio Uruguai); garantias de indenização a filhos de proprietários e sem-terras (UHE de Itá no rio Uruguai); construção de benfeitorias comunitárias (UHE de Itaparica); verbas de manutenção para os primeiros meses de reassentamentos; assistência técnica sob coordenação do Movimento (UHE de Itá e Machadinho no rio Uruguai) etc. (MAB, Caderno N°. 7 s/d).

A organização nacional dos atingidos por barragens foi, paulatinamente, ampliando suas articulações políticas e sua pauta de luta, aproximando-se de outros movimentos sociais nacionais e internacionais de defesa da classe trabalhadora, entidades sindicais, associações de trabalhadores e movimentos populares dos meios rural e urbano.

A luta contra o neoliberalismo e a privatização do setor elétrico passou a ganhar destaque no MAB, na segunda metade da década de 1990, quando se identificava, por meio da privatização, a compra de hidrelétricas por consórcios de capitais, dos quais participavam empresas multinacionais eletrointensivas. Com as privatizações das hidrelétricas, o MAB passou a não ter certeza com quem deveriam ser negociadas as pendências dos acordos já realizados e nem tinha garantia dos direitos dos atingidos em relação aos novos empreendimentos hidrelétricos, que passariam a ser construídos com capital privado. Evidenciava-se que o novo modelo de desenvolvimento, adotado pelo governo brasileiro, previa a necessidade de um grande consumo de energia, e a construção de hidrelétricas seria a forma de obter esta energia.

O MAB começava a compreender que, junto com as transformações econômicas, o neoliberalismo, que representava os interesses do grande capital - nacional e internacional -, tinha o projeto de enfraquecer as organizações políticas, partidárias, sindicais e os movimentos sociais que atuavam com propostas para democratizar o país, que defendiam a participação popular no processo decisório e na aplicação dos recursos públicos. O MAB passou a fazer a leitura, junto com outros movimentos, que o processo de construção nacional, que vinha sendo organizado, estava sendo freado e os movimentos urbanos se desestruturavam; já os movimentos do campo se mantinham ativos, porém, estavam perdendo o rumo e se encontravam sem unidade³⁰⁰. Diante desta perspectiva, o MAB se aproxima da Via Campesina e envia duas lideranças para participar da Conferência Internacional, que ocorreu em *Taxcal* (México), de 1 a 22 de abril de 1996³⁰¹.

³⁰⁰ Cf. Relatório de Atividades do MAB de Jan/Dez de 1996 e Relatório da Reunião Ampliada da Coordenação do MAB, 15-17 de dezembro de 1997.

³⁰¹ Na segunda metade dos anos 1990 representantes do MAB passaram a participar de vários eventos internacionais como: II Encontro Internacional contra o Neoliberalismo, Festival da Juventude em Cuba, I Encontro Latinoamericano e do Caribe da Mulher Trabalhadora Rural etc.

Esta ampliação de articulações e a inserção de novas frentes de lutas, passavam a exigir do MAB uma nova forma de atuação que lhe desse uma maior unidade. Um início desta necessidade de mudança pode ser identificado em um dos encaminhamentos gerais definidos na Reunião Ampliada da Coordenação do MAB, em dezembro de 1997, que propunha uma discussão nas regiões para unificar o MAB, formando uma organização com cara única de MAB em cada região, respeitando-se a especificidade de cada uma delas. Iniciava-se, assim, uma proposta de reestruturação interna do Movimento. Nesta perspectiva, uma das ações que se buscou foi assumir o nome do MAB, em substituição aos nomes regionais que identificavam as organizações dos atingidos. Na maioria das regiões, esta alteração ocorreu de forma paulatina, pois os nomes já existentes, na maioria das vezes estavam ligados à Comissão Regional, e eram uma marca da identidade dos atingidos. Em outras regiões se manteve o nome de origem e, em locais onde se articulavam atingidos depois desta discussão, o nome MAB era assumido desde o princípio. Segundo uma liderança da região Sul, a proposta para substituir o nome CRAB por MAB foi definida em uma calorosa assembléia, realizada em 1997, dividindo as lideranças regionais. Esta divergência fez com que a organização regional passasse a ser chamada de CRAB-MAB, mas com tempo, acabou predominando o nome MAB. No Vale do Ribeira foi mantido o nome MOAB e, em Rondônia, desde que se iniciou a organização dos atingidos pelas hidrelétricas do rio Madeira, assumiu-se o nome MAB (entrevista realizada em 01/07/2007).

Dentre as relações internacionais do MAB com grupos de atingidos por barragens podemos destacar sua ação em relação à organização do I Encontro Internacional de Atingidos por Barragens e sua participação na Comissão Mundial de Barragens. Na década de 1980, alguns movimentos contra barragens começam a ganhar destaque internacional, como o Narmada Bachao Andolan (Luta para Salvar o Rio Narmada) na Índia, e o próprio MAB. Também, na década de 1980, alguns estudos sobre os impactos das grandes barragens passaram a ganhar destaque e foram se ampliando as organizações que se opunham a estas obras. Um jornal bimestral, de ambientalistas voluntários da Califórnia (EUA), intitulado *International Dams Newsletter*, lançado em 1985, passou a ser distribuído em 56 países, questionando os grandes projetos hidrelétricos e apontando seus impactos em vários países. O grupo de ambientalistas voluntários tornou-se a ONG *International Rivers Network (IRN)* e seu jornal passou a ser chamado de *World Rivers Eiview* (VIEIRA, 2001).

O IRN tornou-se um dos principais articuladores mundiais de grupos/movimentos contra a construção de grandes barragens, e em 1988, organizou em São Francisco/EUA, uma conferência sobre os impactos sociais e ambientais de grandes barragens a qual, em suas

declarações finais, pede “**uma avaliação internacional independente** das grandes barragens e uma moratória em todos os projetos que não tivessem a participação efetiva das populações atingidas, bem como o acesso livre às informações de projetos e estudos de impacto ambiental” (VIEIRA, 2001 p.44, grifos do original). Fruto dessa conferência, forma-se uma rede internacional de denúncia contra os impactos das grandes barragens e uma frente contra a construção desses empreendimentos.

Como resultado do aprofundamento das relações entre esses grupos internacionais, ocorreu o I Encontro Internacional de Atingidos por Barragens, na cidade de Curitiba, em março de 1997³⁰², com a participação de movimentos sociais e de ONGs de 20 países da África, América, Europa e Ásia. No evento, discutiram-se as experiências de organização e da luta contra barragens nos diferentes continentes, políticas energéticas e modelos de desenvolvimento, democratização da gestão dos recursos hídricos e dos processos decisórios de desenvolvimento e a organização da luta contra barragens em escala internacional. Ao seu final deliberou-se, entre outras coisas, pela necessidade de formação de uma comissão independente para analisar os efeitos das grandes barragens, da unificação das lutas internacionais contra barragens e pela instituição do dia 14 de março como o Dia Internacional da Luta Contra as Barragens.

As manifestações em escala internacional contra as grandes barragens e em prol de uma avaliação independente acirraram-se, após ter ocorrido uma publicação do Banco Mundial sobre o tema. O estudo, intitulado “*The World Bank’s Experience With Large Dams: a preliminary review impacts*”, fazia uma avaliação positiva sobre esses empreendimentos, o que significava que a instituição continuaria a financiá-los, seguindo as diretrizes existentes. O documento foi fortemente criticado pelos questionadores das grandes barragens, mostrando a superficialidade das análises que tratavam sobre os impactos sociais e ambientais. Reconhecendo as limitações do estudo, o Banco Mundial e a União para a Conservação Mundial (IUCN)³⁰³ organizaram, em abril de 1997, em *Gland* na Suíça, um *workshop*³⁰⁴ com representantes de governos, agências internacionais de crédito, o setor privado e os movimentos de resistência para debater sobre a construção de grandes barragens (VIEIRA, 2001).

³⁰² O MAB se propunha a organizar este evento ainda em 1993, durante seu II Congresso Nacional. Em setembro de 1995, foi organizado, em Minas Gerais, o Encontro Internacional Preparatório com representantes de países como Índia, Chile e Nepal, do qual se formou o Comitê de Convocação e Organização do evento internacional. Devido a dificuldades financeiras, o evento foi sendo protelado e só realizado em 1997.

³⁰³ Coalisão de aproximadamente 800 agências e ONGs que dão assessoria ao Banco Mundial e tem sua sede na Suíça.

³⁰⁴ O evento foi denominado de “Large Dams: learning from the past, looking at the future” (Grandes Barragens: aprendendo com o passado, olhando para o futuro. Tradução do autor).

As pessoas ligadas aos movimentos de resistência, que até poucos dias estavam juntas no evento de Curitiba, centraram forças na reivindicação que há tempo vinham fazendo, a da formação de uma comissão independente para avaliar os impactos das grandes barragens, conseguindo incluir essa proposta como um dos temas a ser sugerido ao Banco Mundial.

Acatada a proposta, entre outras, a discussão para a formação dessa comissão perdurou por quase um ano, com diferentes grupos de interesses se articulando para garantir representantes na composição da Comissão. Como representante dos atingidos pela construção de grandes barragens participou, ativamente, uma integrante do movimento Luta para Salvar o Rio Narmada, da Índia.

Instalada em maio de 1998, em Washington, a Comissão Mundial de Barragens (CMB)³⁰⁵ tinha o objetivo de analisar as experiências passadas sobre barragens e apontar alternativas para o futuro em termos de diretrizes, num processo de busca de consenso. Para tanto foi estipulado o prazo de dois anos de vigência da Comissão. (VIEIRA, 2001).

A participação de lideranças do MAB nas discussões e encaminhamentos da Comissão foi limitada, devido ao não-domínio da língua inglesa (geralmente falada nos eventos e nos quais circulavam informações, tanto digitais como impressas) e pela falta de recursos financeiros para garantir participação nos vários eventos organizados. Um representante do MAB se fez presente em algumas reuniões no exterior, mas o Movimento centrou suas ações na Consulta Regional da América Latina, que ocorreu em São Paulo, em agosto de 1999, e no estudo de caso que ocorreu na Barragem de Tucuruí³⁰⁶.

O MAB se empenhou na divulgação da Consulta Regional da América Latina e organizou a participação de seus integrantes no evento, pois via como uma oportunidade da base do Movimento ter contato com outros movimentos do exterior, possibilitando uma expressiva troca de experiências. Também alertou os responsáveis pelo evento sobre as proporções que o mesmo tomaria, chamando a atenção para a infraestrutura necessária. Fizeram-se presentes mais de 800 pessoas na Consulta Regional, o que surpreendeu os organizadores, acostumados com debates mais no âmbito acadêmico, com participação de estudiosos de diferentes áreas envolvidas na construção de hidrelétricas (engenheiros, biólogos, geógrafos, sociólogos etc.). Experiências foram trocadas e a base do MAB teve contato com as discussões no âmbito internacional, quando ficou claro o poder de organização do MAB, que mostrou sua força política, “provando nos círculos internacionais que o

³⁰⁵ Conhecido mundialmente como World Commission on Dams (WCD).

³⁰⁶ No Plano de Trabalho, utilizado pela CMB, foram previstas 4 consultas públicas, em diferentes continentes, e 7 estudos de casos de grandes barragens.

Movimento Nacional de Atingidos por Barragens tinha uma força enorme como ator político e social em seu próprio país”. (VIEIRA, 2001, p.84).

Já no estudo de caso sobre a barragem de Tucuruí, o MAB faz uma leitura negativa de seus resultados, dizendo que contribui pouco para as conclusões da Comissão. A participação do Movimento no estudo se deu por intermédio do Comitê de Acompanhamento, onde também faziam parte ONGs, Eletrobrás, universidades etc. Os conflitos se deram desde a escolha da equipe responsável pelos estudos até nas reuniões de apresentações dos relatórios. “Para o MAB, o estudo negligenciou os impactos e fatos locais, seguiu apenas as referências bibliográficas do empreendedor do projeto, no caso a Eletronorte, e não deu atenção à situação dos atingidos”. (VIEIRA, 2001 p. 91).

Finalizando o relatório da Comissão Mundial de Barragens, os diferentes grupos de interesses se manifestaram nos temas que achavam mais convenientes. Os movimentos de resistência e os ambientalistas ressaltavam a pouca atenção dada à suas lutas históricas, enquanto as organizações técnicas, envolvidas no processo de construção de barragens, fizeram uma análise negativa, por achar que o Relatório tinha indicações extremistas e pouco analisou determinados aspectos técnicos. O Banco Mundial, apesar de manifestar que pretendia utilizar as recomendações, se pronunciou dizendo que não era provável que mudasse suas políticas, por causa do relatório.

Para o MAB, a luta no campo internacional se fazia necessária, mas a ação local continuava sendo a mais importante, “na medida em que é nela que se encontram as pessoas, é nela que a experiência é possível, e nela que se travavam as disputas reais, é no ‘local’ que o reservatório enche e as pessoas são deslocadas” (VIEIRA, 2001 p.115). Esta afirmação destaca a posição sindicalista/reivindicista do Movimento, voltada para a busca de garantias econômicas, centrada na experiência das pessoas, com ações voluntárias em uma organização basista, tendo o local como principal lócus de enfrentamento.

5.2. O MAB como movimento nacional de massas

No final da década de 1990, alguns integrantes do MAB passaram a perceber que o projeto popular que vinha sendo construído por integrantes de movimentos sociais, sindicatos combativos, ONGs, grupos ligados à igrejas etc., ligados à CUT, e tendo o PT como partido de referência, estava ruindo³⁰⁷. A aproximação com a Via Campesina e a Consulta Popular

³⁰⁷ No Congresso Nacional do MAB, realizado em 1999, esta discussão fica mais evidente.

marcava este entendimento, definindo uma opção ideológica clara de lutar contra o modelo capitalista neoliberal e tentar organizar um novo projeto popular para o Brasil. Porém, a confiança na possibilidade de mudanças sociais e econômicas, caso o PT assumisse a presidência da república, continuava forte no interior do Movimento. Do final dos anos de 1990, até os primeiros dois anos do governo Lula, o Movimento vivenciava momentos de créditos e descréditos ao governo do PT, na presidência do Brasil³⁰⁸.

A questão que se colocava era até que ponto o novo governante colocaria em prática o projeto de transformações sociais que faziam parte do projeto popular e até que ponto as alianças partidárias, que o PT havia realizado para ter maiores chances de ganhar a eleição, inviabilizariam estas reformas.

A eleição de Luis Inácio Lula da Silva foi comemorada pelas pessoas ligadas aos grupos sociais de esquerda e por lideranças do MAB, que prontamente se propuseram a colaborar na decisão das ações a serem realizadas no processo de definição de nomes para assumir os cargos públicos e na transição de governo, em parte acreditando que “a esperança venceria o medo”³⁰⁹. Três ações feitas pelo MAB tiveram ligações com o resultado da eleição presidencial no Brasil. A primeira foi tentar influenciar na decisão de quem assumiria a pasta do Ministério de Minas e Energia (MME). O MAB fez articulação para indicar o nome de Dilma Rousseff ao cargo, pois a mesma tinha assumido a Secretaria Estadual de Minas e Energia do Rio Grande do Sul, nos governos de Alceu Colares (PDT - 1991/1994) e de Olívio Dutra (PT – 1999/2002), e entendia que tinha feito um bom trabalho. Ao manifestar a intenção de indicá-la para o cargo, Dilma Rousseff não mostrou interesse. Porém, o MAB logo foi surpreendido, ao saber que ela foi indicada para cargo pelas grandes empresas do setor elétrico.

A segunda ação foi abrir um escritório do Movimento em Brasília, localizando-se mais perto do centro das decisões políticas. Assim, o MAB teria informações mais rápidas e precisas e poderia influenciar em decisões. A vitória de Lula representava a possibilidade de se ter acesso à informação e a grupos de discussão que, até então, vinham sendo negados ao MAB. Sabia-se que estava-se formando um “governo de disputa”, ou seja, que muitas das decisões de projetos seriam definidas “na queda de braços” entre os grupos.

³⁰⁸ Como exemplo, podemos nos referenciar à manifestação de um integrante da direção nacional do MAB, durante evento organizado pelos atingidos pela barragem de Serra do Facão/GO (dezembro de 2002), que dizia que o governo Lula seria uma oportunidade para o Movimento ter seu reconhecimento e suas propostas acatadas, mas, ao mesmo tempo, destacava que era um governo de disputa e muitas coisas poderiam vir a acontecer.

³⁰⁹ Frase utilizada na campanha eleitoral para presidente da república pelo candidato Lula, do PT, no ano de 2002, e destacado por uma das lideranças nacionais do MAB, ligada ao Coletivo de Educação (entrevista realizada em 19 de janeiro de 2007).

A terceira ação foi montar e apresentar uma pauta de reivindicações ao MME, contendo demandas históricas do Movimento; ela procurava mitigar os efeitos das hidrelétricas já construídas; também a liberação de cestas básicas para famílias que estavam passando necessidades devido à migração compulsória, em função da construção de barragens, assim como a aprovação de projetos de educação para os atingidos e mudanças estruturais no modelo energético brasileiro, entre outras.

Ocorreu uma aproximação do MAB com algumas instâncias governamentais³¹⁰, principalmente com o MME, com discussões sobre o conceito de atingido. Formou-se um grupo interministerial para analisar questões expostas pelas lideranças do Movimento, foram firmados alguns projetos na área de educação e a liberação de cestas básicas para famílias de atingidos carentes. Mas, ao tentar discutir mudanças no modelo energético, o MAB encontrou muita resistência. Neste tema, as discussões não avançavam; porém ocorriam reuniões com facilidade, já que o governo estava aberto a negociações. Aos poucos foi se definindo, de forma clara, o compromisso do governo Lula com os interesses do empresariado do setor elétrico e que a via institucional/governamental não era o caminho a ser seguido para alcançar os objetivos do Movimento. A fala de uma liderança do MAB, que passou a atuar em Brasília, ajuda a evidenciar as afirmações acima:

Até a gente dava risada, as nossas negociações, as nossas conversas com o governo viraram em água e café. Porque tu ia lá, conversava, *nunca* se negaram a conversar, em nenhum momento, mas também efetivar alguma coisa? Não, nunca. Então eu acho que essa foi uma... E aí assim já a avaliação de tirar o escritório político de lá, né, que não tem sentido nenhum.” (entrevista realizada em 19 de janeiro de 2007).

A vivência prática junto ao governo contribuiu para dar clareza às discussões que já vinham ocorrendo no interior da Via Campesina e da Consulta popular – fazia-se necessário construir um novo projeto popular para o Brasil. A luta, meramente institucional e individualizada que o MAB e outros grupos sociais estavam empenhados, não levaria à construção de uma força capaz de combater a sociedade capitalista. A luta institucional havia se transformado em fim e não em meio para que ocorressem as mudanças sociais desejadas e, como destaca uma liderança nacional do MAB, que já teve mandato eleitoral, não se

³¹⁰ A Secretaria Geral da Presidência da República criou a Secretaria Nacional de Articulação Social com a função de implementar um diálogo social com as organizações sociais existentes no país. Era uma ferramenta de diálogo, que buscava facilitar a relação das organizações sociais com os ministérios responsáveis pelas suas demandas, não tendo um poder decisório. Na área rural, a maior relação da Secretaria Nacional da Articulação social era com a Pastoral da Juventude Rural, CPT, MST (e outros grupos de sem-terra), MPA, CONTAG, FETRAF, MAB, Movimento de Assentados etc. (Entrevista com integrante da Secretaria Nacional de Articulação Social, realizada em 04/01/2008).

acumularam forças na sociedade para que todo este movimento fosse canalizado na luta contra o capital:

O MAB na sua... criou isso que está aí, criou muito prefeito, muito vereador, muito presidente de sindicato. Sim, mas não criou uma força política capaz de dar exemplos de construção de uma sociedade diferente, com uma prática diferente e com força de dizer assim: “Nós queremos isso e estamos mostrando aqui na prática que podemos construir.” Não criou. Então essa crítica ela vale pra nós, entende (entrevista realizada em 17 de janeiro de 2007).

A crítica não se restringia às ações do governo federal; ela se direcionava para a própria conduta dos movimentos sociais e para outras instituições que se consideravam de esquerda. A crítica representava uma autocrítica. Esta autocrítica, como já destacamos neste texto, já vinha sendo realizada desde o final da década de 1990; porém, a expectativa da possibilidade de mudanças sociais radicais, com a chegada de Lula à presidência da república, se mantinha acesa. Também foi com a eleição de Lula que os movimentos sociais fortaleceram sua posição de construir um novo projeto popular para o Brasil.

As ações do governo Lula, em seus primeiros anos de mandato, expressas por intermédio do MME, mantendo a construção de grandes barragens como eixo principal para a produção de energia, a criação das parcerias público-privadas que representavam a privatização da água e da energia, socializando os custos e privatizando os ganhos, o diálogo com o MAB, sem resultados expressivos relacionados à mudança da política energética, representavam uma aceleração na perda de confiança da possibilidade de vitórias sociais expressivas, na política energética brasileira.

Após uma análise do primeiro ano de governo Lula, o MAB já identificava que as empresas do setor elétrico vinham se fortalecendo e que a sociedade civil organizada estava acomodada. Para o MAB, era fundamental tomar uma nova postura frente a essa situação. Em uma discussão, durante curso de formação do Movimento, acirravam-se propostas para fortalecer a organização nacional autônoma, com unidade ideológica, tática e estratégica. Reforçava-se a necessidade da criação de um novo projeto popular para o Brasil e, para tanto, sugeria-se aprofundar a articulação com a Via Campesina e expandi-la em todos os estados, além de qualificar a militância, deslocar quadros para regiões estratégicas e ampliar o debate sobre a relação do MAB com o governo³¹¹.

Para expressar o descontentamento com a política do governo, em especial na condução da política de energia e, ao mesmo tempo, fazer reivindicações históricas e provocar uma discussão entre os militantes sobre a necessidade de repensar o caminho a ser seguido pelo

³¹¹ Relatório do Curso de Formação do MAB (Janeiro de 2004).

Movimento, foi organizada a Marcha³¹² Nacional do MAB com o tema - “Águas pela Vida” -, entre Goiânia e Brasília, de 13 a 28³¹³ de maio de 2004. Desta Marcha participaram mais de 500 pessoas (ribeirinhos, índios, quilombolas, pescadores, pequenos agricultores, sem-terra etc.) das diferentes regiões do Brasil, contando com o apoio de movimentos ligados à Via Campesina, CNBB³¹⁴, CPT, políticos e outras organizações populares. No ato de início da Marcha foram realizadas várias manifestações e, no decorrer da mesma, ocorreram estudos e debates entre os participantes (Foto 19 e Foto 20).

Ao analisar os resultados da Marcha, lideranças do Movimento destacaram a repercussão nacional da ação, que aproximou os atingidos das diferentes regiões e estreitou laços entre o MAB e outros movimentos sociais, com a CNBB, com grupos de deputados da Câmara Federal etc.; gerou troca de experiências, deu maior unidade nacional e ânimo aos militantes. Eles foram recebidos pelo Presidente da República em exercício, José de Alencar, fato que significou um reconhecimento do MAB pelo governo federal, tornando justas suas reivindicações (Jornal MAB, Julho de 2004).



Foto 19 - Ato público no início da Marcha
Fonte: MAB (Jornal Especial da Marcha)



Foto 20 - Momento de estudo e debate durante a Marcha
Fonte: MAB (Jornal Especial da Marcha)

As discussões do MAB cada vez mais se encaminhavam para a necessidade de reorganização do Movimento e a busca de definição de uma nova estratégia nacional, colocando como desafio a ampliação das alianças nacionais e internacionais (no campo, com

³¹² Marchas passaram a ser uma forma de vários movimentos sociais expressarem suas reivindicações, em escalas estaduais, nacionais e mundiais. Como exemplo, podemos destacar a Marcha do MAB Ceará, em julho de 2006; a Marcha Nacional pela Reforma Agrária, em maio de 2005; a Marcha pela Reforma Urbana, em outubro de 2005; Marcha Zumbi + 10, em novembro de 2005; a Marcha Mundial das Mulheres, em março de 2000; Marcha dos Sem-Terra, entre fevereiro a abril de 1997.

³¹³ A chegada a Brasília ocorreu no dia 25, e nos demais dias, ocorreu uma série de reuniões e de manifestações envolvendo o MAB. Na chegada a Brasília militantes de outros movimentos da Via Campesina se juntaram aos integrantes da Marcha.

³¹⁴ No ano de 2004, a CNBB destacou a água em sua Campanha da Fraternidade, que tinha como tema “Fraternidade e Água”; e seu lema era - “Água, fonte da vida”.

a Via Campesina e a busca de aliados, no meio urbano), ampliar a formação de militantes e organizar jornadas de lutas massivas. Dois novos pontos surgiam com maior destaque: 1) a necessidade de enfrentamento direto com as empresas do setor elétrico, que assumiram um papel de protagonistas na questão energética, formando consórcios para participarem das licitações de barragens; 2) assumir uma nova postura em relação ao processo de eleições em suas diferentes escalas, sendo apenas parte de uma ação tática, de modo que o Movimento não servisse como trampolim para lideranças ou pessoas próximas conseguissem algum cargo eletivo. A decisão tomada foi que as principais lideranças não deveriam estar envolvidas em campanhas eleitorais; quem quisesse ser candidato deveria pedir afastamento (desligamento) das atividades do Movimento³¹⁵. Este segundo ponto mostra claramente o reflexo da decepção em relação à postura do governo Lula, na Presidência da República; porém, não se pode dizer que foi algo inesperado, pois as discussões no interior da Via Campesina e da Consulta Popular já indicavam esta possibilidade.

Os anos de 2004 e de 2005 foram marcados por muitas reflexões no interior do MAB, com aprofundamento de leituras sobre a lógica do capital, a organização dos trabalhadores³¹⁶ e o modelo energético do Brasil, como também pela busca de definições para uma nova diretriz para o Movimento. O 2º Encontro Nacional do MAB, que se realizou de 13 a 17 de março de 2006, em Curitiba/PR, serviu como forma de expressar, nacionalmente, entre os atingidos, as novas diretrizes definidas. O folder de divulgação do evento já apresentava novidades no discurso do MAB, chamando a atenção para a necessidade de enfrentamento de classe e enfatizando que todos eram atingidos pelo setor elétrico brasileiro, e não apenas por alguma barragem. Colocava também em destaque, a prioridade em se definir novas estratégias e perspectivas para o Movimento.

Os pontos realçados no folder estavam especificados na cartilha que servia de base de discussão para os militantes que participariam do evento³¹⁷. O documento chamava a atenção para a forma imperialista que o sistema capitalista havia tomado em nível mundial, tendo como tática se apossar dos diferentes ambientes de poder: econômico, político, militar e cultural. O imperialismo procurava manter o controle de instituições estratégicas do Estado (ministérios, agências reguladoras, poderes legislativos etc); dos sistemas que organizavam as políticas monetárias e financeiras mundialmente (FMI, Banco Mundial etc.); das organizações

³¹⁵ Cf. Relatório do Encontro Nacional de Coordenadores do MAB realizado em junho de 2004.

³¹⁶ Discutindo este tema perceberam que o movimento que faziam (entendido como camponês) não era revolucionário, o que gerou muito debate interno e uma certa “revolta”, pois parecia que tudo que tinham feito seria em vão.

³¹⁷ Documento intitulado de Instrumento de preparação para o 2º Encontro Nacional do MAB.

criadas para garantir a acumulação de capital (OMC, ALCA, Mercosul etc); por fim, estaria agindo sob a “máscara” do neoliberalismo. A cartilha chamava a atenção para a confusão que a máscara neoliberal fazia entre os movimentos sociais que, sem perceber que o neoliberalismo era uma face do capitalismo, não conseguiam estruturar ações de enfrentamento, que visassem a superação do capitalismo e a construção de uma sociedade socialista.

Ao tratar da questão energética, a cartilha destacava a transformação da energia em mercadoria e o controle, pelo capital, sobre os locais de geração de energia por meio da privatização das empresas estatais do setor energético e dos leilões de novas hidrelétricas.

Sobre estratégias e novas perspectivas, a Cartilha chamava a atenção para a necessidade de construção de um plano energético, de uma direção política coesa com a massa, de um plano de construção nacional, de uma organicidade interna, de um ousado plano de formação, e da realização de políticas de alianças, entre outras.

No 2º Encontro Nacional do MAB, realizado de 13 a 17 de março de 2006 em Curitiba/PR, estiveram presentes mais de 1.200 pessoas de 15 estados brasileiros³¹⁸. Elas acompanharam diversas mesas-redondas, nas quais destacaram-se temas ligados às novas diretrizes que orientariam o Movimento nos próximos anos. Seguiram-se momentos de discussões em grupos para debater como os atingidos poderiam agir frente aos temas apresentados. Durante o evento, houve uma mesa redonda exclusiva para discutir experiências de organizações ligadas à questão da água na América Latina. As idéias centrais focalizadas no evento foram expressas em um panfleto, entregue no final do Encontro, e evidenciando que o mesmo teve a função de ratificar as propostas ressaltadas pelas lideranças nacionais.

Idéias centrais do II Encontro Nacional do MAB:

1. Água e energia não são mercadorias. Água e energia é patrimônio do povo e deve estar sob o controle popular.
2. É necessário construir um modelo energético alternativo, com a utilização dos recursos naturais, que sirva aos interesses da classe trabalhadora, hoje e no futuro.
3. A luta é contra toda privatização da água e da energia (e reaver o já privatizado) e que se estende à luta contra as barragens e pelos direitos dos atingidos.
4. Lutamos também para combater a exportação de produtos de alta densidade energética (eletrointensivos) utilizados para fins da acumulação capitalista.
5. O MAB é um Movimento nacional, autônomo, de massa, de luta, com direção coletiva, em todos os níveis, com rostos regionais, sem distinção de

³¹⁸ Também se fizeram presentes no evento 4 delegações latino-americanas (Argentina, Bolívia, Nicarágua e Venezuela), além de integrantes de outros movimentos sociais, entidades, estudantes etc. Uma das mesas-redondas estava voltada para debater movimentos sociais na América Latina.

- sexo, cor, religião, partido político e grau de instrução.
6. Nossa principal forma de luta é a pressão popular.
 7. Só o povo organizado e consciente é capaz de transformar, pela raiz, as estruturas opressoras na sociedade.
 8. Nossa prática militante é orientada pela pedagogia do exemplo³¹⁹.
 9. Construiremos alianças com movimentos e com a sociedade no nível nacional e internacional.
 10. A luta do MAB se alimenta no profundo sentimento de amor ao povo e amor à vida.

A expectativa em relação ao Encontro era a de que os participantes assumissem as ideias debatidas e as disseminassem em seus locais de origem e, a partir de então, fosse dado um novo impulso ao Movimento, introduzindo-se, nos debates e ações da base, as novas diretrizes do movimento.

A síntese das novas diretrizes do MAB foi detalhada em seu Plano de Construção Nacional, discutido no final do ano de 2006. Ele apresenta a nova forma de organização e organicidade do Movimento, orientado pelas novas bases teóricas adotadas por lideranças. O documento concentrava as várias ideias debatidas em diversos encontros de lideranças, ocorridos ao longo do ano de 2005 e consolidadas durante o 2º Encontro Nacional, em março de 2006.

O documento afirmava que a conjuntura existente era marcada pela hegemonia mundial do sistema capitalista, na forma imperialista-neoliberal, e que este havia causado um descenso dos movimentos de massa. Porém, este sistema estava passando por uma crise estrutural, marcada pelo desemprego, miséria, violência e catástrofes, rumando à barbárie, o que significaria seu fim e a possibilidade de surgimento de outra sociedade. Uma das formas de o capital ainda se manter dominando estava ligada ao controle das novas fontes de energia, como a hídrica e a biomassa, bem como por continuar controlando as fontes de energia já consolidadas como o petróleo, o gás e o carvão. Neste momento, ter o controle sobre as fontes de energia significa controlar água e terra. Na tentativa de manter o poder sobre as fontes de energia, haveria uma ofensiva sobre os movimentos de massa, pois estes se apresentam como empecilho para este domínio.

Ao se referir à esquerda brasileira, o documento indicava que ela tinha abandonado os princípios da classe trabalhadora e não estava mais comprometida com a construção de um projeto transformador. As organizações, que buscavam fazer frente à lógica do capital, não conseguiam resistir à ofensiva do mesmo, precisando de uma estratégia de ação para poder

³¹⁹ As ações de cada liderança, militante, mediadores, consultores etc. deve servir de exemplo para as pessoas com quem convivem.

derrotar os inimigos e manter a vitória. A nova estratégia deveria ser global e ligada a um ideal revolucionário (socialista e anticapitalista). Nesta perspectiva, o MAB assumiria o desafio de consolidar um “forte Movimento Nacional de massa”.

Para a construção de um forte movimento nacional fazia-se necessário ter um modelo de organização, formado por uma instância de militantes e uma estrutura de massa. Os militantes garantiriam uma organização nacional de militantes, com domínio teórico e conhecimento prático. A organização deveria ser profissional, e dirigir a luta de classe em todos os campos de ação (econômico, político, cultural e militar); suas ações deveriam ser revolucionárias, baseadas em teorias e métodos que elevassem as massas ao nível revolucionário. As massas deveriam ser: a maior, a mais profissional possível, e o menos clandestina possível. As direções do movimento deveriam assumir uma função mais centralizadora de poder, pois só a luta política, feita por uma organização de quadros selecionados, tem a capacidade de canalizar a luta econômica para a “transformação revolucionária socialista (...). O **desafio**, então, é a construção de um forte **movimento de massa** que contenha, simultaneamente, **uma estrutura de massa e uma estrutura de quadros**” (MAB NACIONAL, 2006 p.08 – destaque no texto).

O Plano de Construção Nacional também apontava a necessidade de se obter uma boa articulação política para ter um movimento nacional forte. A articulação interna seria feita por meio de um bom sistema de comunicação pelo qual circulariam conteúdos, fatos e ideologias do Movimento. A articulação externa deveria se dar com diferentes grupos, que se encontravam no mesmo campo de luta (Via Campesina, Consulta Popular, pessoas referências na luta de esquerda), com setores apoiadores (igreja, ONGs com compromisso socioambiental, entidades de cooperação) e com grupos do meio urbano (naquele momento – 2006 – as articulações eram inexpressíveis e frágeis). Essa fragilidade em relação à proximidade e ao conhecimento dos grupos do meio urbano fica evidente no documento, ao se tratar da questão da produção e do trabalhador, referindo-se, quase que exclusivamente, à produção agropecuária e a trabalhadores envolvidos neste setor da economia, geralmente camponeses.

A “nova” forma de atuação proposta e que o MAB tem implementado, destaca dois novos eixos de ação: a discussão do preço da energia e a atuação do Movimento no meio urbano, dentro da concepção de “atingido pelo preço da energia”. Estes dois eixos se apresentam de forma imbricada, sendo que o debate do preço da energia é uma das formas do MAB se vincular a movimentos e instituições urbanas.

A questão do preço da energia está relacionada ao processo de privatização do setor

energético e à forma de como vêm sendo definidas as regras que determinam a tarifa de energia, ou seja, a transformação da energia em mercadoria, como destaca o MAB. Neste tema, a ação do movimento se dá pelo questionamento da cobrança de preços elevados aos consumidores cativos e o favorecimento das indústrias eletrointensivas. Tratando mais especificamente essas indústrias, o MAB relata que a produção das mesmas trás pouco retorno social.

A atuação do Movimento no debate da questão do preço de energia fica evidente na realização da Campanha Contra o Alto preço da Energia Elétrica, intitulada de “O Preço da Luz é um Roubo” (Figura 17).



Figura 18 - Panfleto da Campanha contra os altos preços da energia
Fonte: MAB Nacional

Nesta campanha, o MAB propõe-se a “lutar para baixar o preço da Luz” e ressalta vários motivos que justificam esta ação: 1º) o baixo custo da produção; 2º) os mais ricos (grandes indústrias) pagam menos; 3º) os brasileiros pagam a quinta maior tarifa de energia elétrica do mundo; 4º) os brasileiros pagam o dobro do preço cobrado nos Estados

Unidos³²⁰; 5º) o preço da energia elétrica aumentou muito depois da privatização [do setor energético]; 6º) o lucro das grandes empresas [ligadas aos consórcios de geração de energia] é cada vez maior; 7º) quem mais gasta luz são as grandes empresas; 8º) as empresas que mais gastam energia são as que menos produzem empregos; 9º) a natureza do Brasil está sendo destruída; 10º) o imposto cobrado nas contas de luz é muito caro; 11º) todas as obras foram construídas ou financiadas com dinheiro público; 12º) existe energia suficiente para todos os brasileiros³²¹.

Como ação prática, o MAB voltou suas atenções para a garantia do pagamento da Tarifa

³²⁰ Esta informação é questionável se analisarmos a própria tabela de preços que é utilizada para justificar a afirmação. Pelas informações apresentadas, em alguns estados dos EUA, a tarifa de energia elétrica paga custava a metade do valor cobrado no Brasil. Pelos dados apresentados, a tarifa média cobrada para os consumidores residenciais nos EUA, é de R\$ 216,66 por MW/h, enquanto que, no Brasil é de R\$ 291,15 por MW/h.

³²¹ Informações retiradas do site http://www.mabnacional.org.br/campanhas/preco_luz_panfleto4.pdf - acessado em 07/05/2009.

Social pelas famílias de baixa renda (renda *per capita* de até R\$ 120,00) ou que tivessem ligação elétrica monográfica e consumo abaixo de 220 kW/h/mês. As famílias incluídas na tarifa social podem obter descontos de até 65%, na conta mensal de energia³²², independente de estarem ou não inscritas em algum programa social de governo. A requisição do benefício pode ser feita a qualquer momento³²³. Para obter a tarifa social, o responsável pela família que consome de 80 a 220 kW/h/mês deve entregar uma autodeclaração, junto à empresa distribuidora de energia elétrica. Para quem tiver consumo abaixo de 80 kW/h/mês, o desconto será automático.

As empresas que se consorciavam com o intuito de gerar energia elétrica (participação das licitações e na construção de hidrelétricas) e as indústrias eletrointensivas passaram a ser a referência de enfrentamento do Movimento, pois se tornaram as grandes beneficiárias econômicas do novo modelo energético e assumiram a posição de responsáveis pelos impactos socioambientais da construção das hidrelétricas. A relação com o Estado continua sendo contraditória; em alguns momentos é de conflito; em outros, é de colaboração³²⁴, mesmo entendendo que, na questão energética, ele foi cooptado pelas empresas barrageiras.

A expansão das atividades do MAB no meio urbano visa agregar novos atores na sua luta, bem como ampliar seu leque de atuação frente à expansão do capital. Esta postura está vinculada a um novo entendimento – a existência de um quarto grupo de interesse envolvido na discussão energética, que é a sociedade de forma geral. O envolvimento da sociedade ocorre pois a mesma é explorada pelo modelo energético em vigor e por ser de fundamental importância na luta para superar o modelo econômico capitalista e construir uma sociedade socialista.

Chegar ao entendimento de que o MAB deveria atuar no meio urbano foi um processo doloroso para muitos militantes do movimento, já que significava fazer uma crítica a sua forma de atuação. Nos estudos que os militantes do MAB passaram a fazer, eles compreenderão que o movimento camponês não é revolucionário e que o MAB se encaixava neste modelo de movimento. A luta que vinha sendo feita era apenas reivindicatória; depois que a demanda era obtida, a grande maioria dos atingidos se dispersava, sem ocorrer uma mudança de consciência.

³²² Os descontos são de 65% para quem consumir até 30 kW/h/mês; 40% para quem consumir de 31 a 100 kW/h/mês; e de 10% para quem consumir de 101 a 200 kW/h/mês.

³²³ Dois processos, envolvendo a Tarifa Social, foram impetrados na justiça contra a ANEEL: um deles em que o direito à Tarifa Social não se restringisse a quem estivesse inscrito em programas sociais do governo; o outro, que não houvesse um prazo estipulado para a requisição do benefício. Em ambos os casos, a ANEEL teve perda de causa.

³²⁴ No financiamento de cursos e projetos técnicos, como os ligados à pesca e aos projetos de educação, envolvendo atingidos por barragens etc.

Os atingido participam da luta, são os lutador, vão, enfrentam a polícia, brigam, ocupam barragem, estrada, etc., aí quando recebe a terra a grande maioria desiste do Movimento. Essa foi a grande pergunta que a gente começou a se fazer? O que tá acontecendo? Ou seja, o Movimento tá mudando o quê na vida... Na vida não, na consciência das pessoas? Não é? E aí a gente começou a discutir isso (entrevista com liderança nacional realizada em 02/07/2007).

Podemos inferir que não foram apenas o MAB e os movimentos camponeses que centralizaram suas lutas em aspectos reivindicatórias, mas também as organizações de trabalhadores urbanos se limitaram a esta questão.

Aceitar que suas atividades tinham pouca expressão em um contexto de transformação/revolução social representava para muitos militantes que era em vão o que vinham fazendo. Um sentimento de indignação se instalou entre vários militantes, seja por entender que suas ações tinham um resultado limitado, seja por negar esta mesma questão.

Com o aprofundamento das leituras, entendeu-se que apenas as ações dos integrantes do MAB não faziam frente ao modelo energético existente, fruto do modelo de sociedade em que viviam (capitalista). Para que se criasse um novo modelo energético, segundo os preceitos que o MAB preconizava, se fazia necessário construir um novo modelo de sociedade, definida pelo Movimento como sociedade socialista. Para se conseguir passar de uma sociedade capitalista para uma sociedade socialista deveria haver um amplo envolvimento da sociedade, representada nas falas de lideranças e nas publicações do Movimento, na figura da classe trabalhadora. Este entendimento que as lideranças do MAB passaram a ter, vai ao encontro do que era defendido pela Via Campesina e pela Consulta Popular. Entendia-se que os trabalhadores rurais (camponeses) se mantinham organizados nos diferentes movimentos que formavam a Via Campesina e que os mesmos deveriam contribuir para a organização dos trabalhadores urbanos. Estes haviam se desarticulado, devido à implantação do neoliberalismo, que causou a desestruturação da organização sindical, gerou desemprego e levou à precarização do trabalho. Organizar a classe trabalhadora urbana era de fundamental importância para se poder superar o capitalismo, já que é no meio urbano que se concentra a grande massa de trabalhadores que dará sustentação às ações que visam superar o capitalismo e implementar o socialismo.

Na compreensão de lideranças do movimento, a visão triangular que até então existia (MAB, Estado, capital), passa a ser substituída por uma representação quadrangular, na qual se inclui a figura da sociedade (Figura 18).

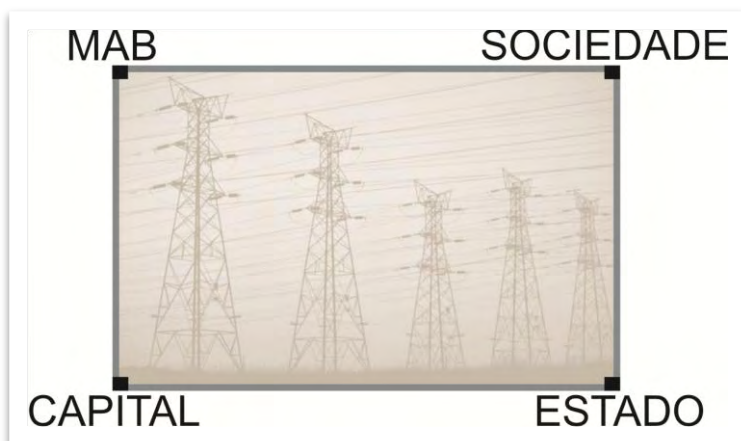


Figura 19 - Os quatro grupos de interesse na questão energética na nova visão do MAB

Agir no meio urbano, para o MAB, significava tanto uma forma de expandir o debate da questão energética, que era seu objetivo mais específico, como também era uma maneira de contribuir para a organização da classe trabalhadora como um todo para fazer frente ao modelo capitalista. Esta ação representa

uma inovação para o MAB, pois, até então, o meio urbano servia, principalmente, como palco de manifestações, reuniões e negociações, na maioria das vezes, se restringindo a pequenas cidades, sede dos municípios onde os atingidos residiam, ou cidades que tinham uma função regional dentro do estado em que moravam. A nova proposta do MAB colocava um desafio: agir num território de pouco domínio de seus militantes e, em áreas periféricas, as quais muitas vezes, despertavam temores aos que se propunham desempenhar estas atividades.

Passar a agir no meio urbano era uma definição política e deveria ser colocada em prática; sem ter, porém, um projeto muito bem definido de como seria feita esta intervenção. Ocorreu, e ocorre ainda, um debate no interior do MAB, que envolve aqueles que defendem uma maior ação no meio urbano e os que pregam uma maior ação nos locais em que são construídas as barragens. Durante estes debates, alguns dirigentes chegaram a cogitar sobre a possibilidade de se mudar a bandeira do Movimento, que tem uma característica rural, na imagem da enxada e da foice (Figura 19); e, até sobre a possibilidade de criação de um novo movimento, com características ligadas à nova proposta de luta, que vem sendo colocada em prática, com aspectos rurais e urbanos.

Com o aprofundamento das discussões, foram definidas algumas formas de atuação; porém, só ao longo do tempo seria definido um projeto mais elaborado, conforme destaca uma liderança nacional:

O que existe é uma decisão política de que nós vamos pra área urbana, isso tá decidido. Como a gente vai fazer e o quê a gente vai fazer, isso ainda não tá claro, não tá claro no Movimento. E é uma coisa difícil, porque tu pega um Movimento absolutamente rural, na área do campo, e você vai pra cidade, que é uma realidade totalmente diferente, uma realidade que a gente não conhece. Então nós... eu acho que daqui há um... uns dois anos, quem sabe, uns dois anos, eu posso te dar uma pista de como é que (entrevista realizada em 01/07/2007).

As atividades no meio urbano ocorreram e ocorrem de diferentes maneiras: algumas, mais momentâneas e pontuais, enquanto outras, mais elaboradas e com maior expressão, nas quais militantes do MAB podem ser, ou não, os principais orquestradores destas atividades. Como exemplo, podemos citar as Campanhas de Esclarecimento sobre o Preço da Energia, as



Figura 20 - Bandeira do MAB
 Fonte: www.mabnacional.org.br

ações nos bairros, como atividades práticas de cursos de formação de lideranças, e o debate da questão energética, no bojo da discussão preparatória para o plebiscito popular sobre a reestatização da Vale do Rio Doce. Durante a realização destas ações ocorre o esclarecimento sobre a Tarifa Social de Energia e busca-se organizar os moradores das áreas urbanas para que façam suas autodeclarações, solicitando a redução do valor a ser pago na conta da energia. O propósito é, sempre que possível, realizar entrega das autodeclarações

na empresa distribuidora de energia elétrica, de forma coletiva, transformando-a em um momento de manifestação da inconformidade com os valores cobrados na conta de energia elétrica, além de chamar a atenção das pessoas que se encontram nos locais pelos quais o grupo passa, até chegar a seu destino.

As campanhas de esclarecimento sobre o preço de energia elétrica ocorreram em algumas capitais estaduais, como Porto Alegre, Florianópolis, Fortaleza, Belém, Belo Horizonte, Porto Velho, Goiânia e São Paulo, como também em cidade menores, como Erechim/RS e Minaçu e Uruaçu/GO. O objetivo era fazer com que o maior número de pessoas soubesse da atual exploração dos trabalhadores feita por meio da tarifa da energia elétrica, além de articular um maior envolvimento dos trabalhadores urbanos na discussão do tema. Diferentes movimentos e entidades urbanas contribuem com esta atividade e são de suma importância para se alcançar o objetivo proposto; além de colocarem suas estruturas à disposição, também disponibilizam pessoas para atuarem junto aos militantes do MAB, para que os mesmos consigam transmitir suas mensagens em suas bases.

Na Região Metropolitana de Porto Alegre (março de 2007), a Campanha se iniciou a partir de contatos com organizações, como: Via Campesina (incluindo os movimentos que a compõem); Levante da Juventude; ONG Maria Mulher, da Vila Cruzeiro; Resistência Popular; Congregação dos Freis Oblatos, de Viamão; Congregação dos Freis Franciscanos, da Lomba do Pinheiro; Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis; povo Quilombola, do Morro dos Alpes; Sindicato dos Metalúrgicos; Federação dos Trabalhadores na Indústria de Alimentos; Sindicato dos Municipários de Cachoeirinha; Sindicato dos Professores, de Gravataí; Federação dos Metalúrgicos de Canoas; associações de bairros da Lomba do Pinheiro, de Gravataí; Associação dos Médicos formados em Cuba; e Movimento dos Trabalhadores Desempregados (MTD). Com o apoio e a participação de representantes destas organizações, ocorreu um curso de formação sobre o preço da energia, que procurou esclarecer todos os participantes sobre a questão e torná-los aptos a participarem de ações nas ruas. O contato com a população ocorreu em diferentes bairros da Região Metropolitana de Porto Alegre e em alguns pontos de intensa movimentação de pessoas, no centro de Porto Alegre, distribuindo-se material informativo sobre o preço da energia e conversando-se com transeuntes sobre a questão.

No estado de São Paulo, para o Dia Nacional de Luta pela Tarifa Social (18 de dezembro de 2007), o MAB articulou manifestações em agências distribuidoras de energia elétrica (Eletropaulo, Elektro e CPFL, entre outras) feitas por integrantes de vários movimentos sociais urbanos, como parte de uma articulação conjunta de movimentos de todo o Estado. O ato contou com participação da Associação Periferia Ativa (APA); Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST); Movimento Urbano Sem Teto (MUST); Movimento da Economia Informal; Movimento de Defesa da Moradia de Paraisópolis; entre outros, e foi realizado nas cidades de Campinas, Campos do Jordão, Santo Amaro, Araraquara, Taboão da Serra etc. No final das manifestações, ocorreu a entrega coletiva das autodeclarações, para a inserção na Tarifa Social de Energia.

Em Rondônia, na cidade de Porto Velho, durante um Curso de Capacitação sobre aos Altos Preços de Energia (março de 2007), militantes realizaram atividade prática de ir até os bairros entregar panfletos sobre o tema e conversar com as pessoas que quisessem maiores esclarecimentos sobre ele.

Em Goiânia (junho de 2008), após esclarecimentos à população sobre o direito à Tarifa Social, o MAB, com apoio da Via Campesina, movimentos e sindicatos urbanos, igreja e associações de bairros, organizou um processo coletivo de entrega das autodeclarações, junto à empresa distribuidora de energia elétrica - CELG. Na oportunidade, foi organizado um

protesto em frente à CELG, com a distribuição de panfletos às pessoas que passavam nas proximidades, questionando os altos preços da energia elétrica que estão sendo cobrados. Ao final da manifestação, foi feita a entrega coletiva das autodeclarações³²⁵.

A expansão do debate sobre o alto preço da energia e da sua tarifa social se deu de forma mais elaborada e ganhou mais expressividade em algumas áreas urbanas, quando os movimentos urbanos o assumiram. Esta discussão serviu como atrativo para estes movimentos agregarem mais pessoas em suas discussões e aproximarem o MAB a estes movimentos. O Movimento dos Trabalhadores Desempregados (MTD) torna-se uma referência nesta questão. Como o mesmo se encontra em processo de formação, buscando agregar adeptos e definir suas diretrizes discursivas, este debate vem sendo incorporado em seu discurso, por ser de fácil entendimento e de resultados rápidos, conforme explicou uma liderança estadual do MTD, do Distrito Federal³²⁶. Para evidenciar este tema, apresentaremos como exemplos os casos do Distrito Federal e de Porto Alegre.

Uma das lideranças do MTD, do Distrito Federal, colaborava com a formação do Movimento em Belo Horizonte, no ano de 2006, e, no desenrolar das atividades, teve contato com lideranças do MAB, que apresentavam o debate do preço de energia na capital mineira, Belo Horizonte. Posteriormente, atuando no Distrito Federal, ela participou do grupo organizador do Grito dos Excluídos, que organizou uma panfletagem sobre o preço de energia, em uma das cidades que cercam Brasília. Lideranças do MAB passaram também a colaborar com a formação do MTD, o que aproximava muito os dois movimentos. Em 2007, duas lideranças do MTD do Distrito Federal, participaram de um curso sobre a questão energética, organizado pelo MAB, que envolveu militantes de diferentes movimentos de vários estados brasileiros. O tema foi ganhando repercussão no interior do MTD, e ganhava a simpatia nas bases que o Movimento estava formando. Militantes do próprio MTD passaram a levar esta discussão, tanto para as comunidades onde já tinham uma base consolidada, como para aquelas que buscavam formar seus grupos de base.

Este debate levou o MTD do Distrito Federal a organizar várias entregas coletivas de autodeclarações, solicitando a inclusão de famílias na Tarifa Social de Energia, o que resultou

³²⁵ A manifestação foi assim descrita no Jornal Brasil de Fato, de 12/06/2008: **Assembléia Popular e Via Campesina exigem Tarifa Social:** Neste momento, cerca de 200 agricultores do MAB (Movimento dos Atingidos por Barragens), Via Campesina e moradores de bairros de Goiânia, em Goiás, organizados em sindicatos e na Assembléia Popular fazem um protesto em frente à CELG (Companhia Energética de Goiás) contra os altos preços da energia elétrica. Os manifestantes também entregam as autodeclarações que garantem a Tarifa Social de energia.

³²⁶ Entrevista realizada em 22/10/2008.

em descontos na conta de energia, e acabou servindo de incentivo para outras famílias se interessarem pelo tema. Além disso, o MTD contribuiu com a manifestação que o MAB organizou no dia 10 de dezembro de 2008, em frente à ANEEL, no Distrito Federal, quando ocorreu o leilão da hidrelétrica de Santo Antonio, localizada no rio Madeira.

Em 2008, o MAB Sul deslocou uma de suas militantes para estudar³²⁷ e representar o Movimento na cidade de Porto Alegre. O entendimento era que se fazia necessária a presença do MAB na capital gaúcha, pois lá se encontravam outros movimentos sociais que integravam a Via Campesina e a Consulta Popular, e se discutiam muitas das articulações destas organizações, precisando-se, assim, de uma referência para encaminhar a discussão do preço da energia, na área urbana.

No que tange à discussão do preço da energia na área urbana, o MAB já tinha feito uma ação pontual no ano de 2007, na Região Metropolitana de Porto Alegre; porém, logo que seus militantes voltaram para suas áreas de origem, praticamente as discussões acabaram. Conforme a representante do MAB, em Porto Alegre, apenas o MTD manteve a discussão do preço de energia em suas bases, por perceber que ela tinha repercussão no interior do Movimento, pois representava possibilidade de ganho econômico. No dia 14 de março de 2008, Dia Nacional da Luta Contra as Barragens, o MTD e o MAB organizaram um ato público para fazer a entrega coletiva das autodeclarações na empresa distribuidora de energia elétrica, na cidade de Porto Alegre, com a participação de, aproximadamente, 400 pessoas. A realização deste ato era fruto de um intenso trabalho que o MTD vinha fazendo há meses em suas bases sobre a questão do preço da energia. O ato consistiu em uma caminhada de um quilômetro, distribuindo-se panfletos e conversando-se com as pessoas que circulavam nas proximidades. Posteriormente, ocorreu a entrega das autodeclarações de forma coletiva, sendo que, no mês seguinte, elas obtiveram o desconto a que tinham direito em suas contas de energia.

O desafio que se coloca ao MAB, em Porto Alegre, é de se articular novamente com as organizações que participaram da Campanha de 2007, e buscar outras, para agregar o discurso do preço da energia em seus debates. Como o preço da energia afeta a base de todos os movimentos sociais, a discussão desse preço se encaixaria no discurso de qualquer organização de trabalhadores, donde o entendimento de que elas poderiam assumir este discurso. Como destaca a representante do MAB, na capital gaúcha, “cada organização tem sua bandeira, mesmo que todos lutam por uma mesma coisa” e a discussão do preço da

³²⁷ Por intermédio de Convênio da Via Campesina com um Centro Universitário na cidade de Porto Alegre.

energia poderia ser um tema transversal, que perpassa todas as organizações.

O trabalho de militantes do MAB no meio urbano serviu para evidenciar a desarticulação ali existente entre movimentos, organizações e representações de trabalhadores. Como exemplo, pode ser destacado o papel assumido pelos militantes do MAB, no plebiscito referente à Reestatização da Vale do Rio Doce, na cidade de Goiânia. O plebiscito popular foi organizado por movimentos sociais, centrais sindicais, instituições religiosas e de estudantes, entre outras, e foi realizado de 1 a 7 de setembro de 2007, com o tema “A Vale é Nossa”³²⁸. Os militantes do MAB se tornaram o elo de ligação entre as diversas organizações que se envolveram na articulação, organização e realização do plebiscito³²⁹.

Para colocar em prática o novo discurso do MAB (preço da energia), e organizar a atuação em uma área nova (meio urbano), exigiam-se mudanças no interior do Movimento. No que se refere à questão do preço da energia eram necessários cursos de formação e de estudos³³⁰ para que este novo discurso fosse assimilado pelos militantes e colocado em prática nas áreas de atuação dos mesmos. Militantes que absorveram o novo debate do Movimento, deveriam ser deslocados para regiões consideradas estratégicas, onde se continuava trabalhando com o “modelo antigo” de organização dos atingidos (sindicalista). Isso aconteceria por várias razões: seja por dificuldade das lideranças regionais compreenderem a nova lógica de atuação do Movimento, seja pela dificuldade para colocarem em prática esta nova tendência, ou porque as lideranças se posicionavam contra as novas propostas do MAB, e se negavam a colocá-las em prática, ou em novas áreas estratégicas para a expansão do MAB, nas quais este ainda não tinha uma organização. Sempre que possível, o militante deslocado deveria conciliar suas atividades, tanto na área urbana como junto aos atingidos pelas barragens.

O novo momento por que o MAB está passando vem sendo marcado por continuidades e rupturas, por conflitos internos e pela expansão de articulações externas. O deslocamento de militantes reforçou e ampliou a atuação do Movimento em algumas regiões; porém, em

³²⁸ Na cédula de votação, havia perguntas ligadas à reestatização da empresa Vale do Rio Doce, o pagamento de juros da dívida pública, reforma da presidência e questão de energia elétrica (3 – Você concorda que a energia elétrica continue sendo explorada pelo capital privado, com o povo pagando até oito vezes mais que as grandes empresas?).

³²⁹ Informação de militante do MAB, que atuou no plebiscito em Goiânia (entrevista realizada no mês de fevereiro de 2008).

³³⁰ Conforme destaca uma liderança nacional do MAB, a necessidade de aprofundar estudos no interior do Movimento fez com que fosse alterada a dinâmica das reuniões da Comissão Nacional, destinando-se grande parte do tempo para estudos, indo além do simples planejamento de atividades a serem executadas.

outras, causou divergências e disputas de poder, chegando a ocorrer comentários³³¹ sobre a possibilidade de rupturas no Movimento³³². A necessidade de se dedicar a estudos de forma mais sistemática para absorver o novo discurso do Movimento levou ao afastamento ou à perda de poder de algumas lideranças, que não conseguiram acompanhar as leituras, ou que não se propuseram a se dedicar a esta atividade. Outros militantes se afastaram, ou foram afastados do centro de decisão do Movimento, por não concordarem com a metodologia utilizada para colocar em prática os novos propósitos do Movimento³³³. Um desencontro de ideias ocorre entre lideranças nacionais, com maior peso político³³⁴ e lideranças que atuam em locais em que as barragens estão em via ou em processo de construção. As lideranças que atuam em áreas nas quais a construção da barragem é uma realidade presente em seu dia-a-dia, veem na ação de enfretamento contra a construção da obra, ou na negociação de indenizações, a principal atividade a ser desenvolvida pelo Movimento. Já as lideranças nacionais entendem que estas ações, em si, têm pouco efeito agregador, e a luta contra o preço da energia teria a possibilidade de garantir mais vantagens para os atingidos. É nesta situação de mudanças, inovações e conflitos que o MAB vem agindo neste momento.

Esta nova postura no interior do MAB indicava uma alteração na lógica de decisão, afastando-se da democracia participativa, que tinha como uma das suas características a indicação de coordenadores pelas bases, e se direcionando mais para o centralismo democrático, pelo qual as principais decisões nacionais não serão mais tomadas pelo coletivo e, sim, pelas direções do Movimento, em suas diferentes escalas. Uma estrutura de quadros passa a dirigir, politicamente, a estrutura de massas; é esta atitude, que nega a própria discussão histórica do MAB da tomada de decisões da forma mais coletiva possível, que tem gerado o desencaixe no pensar e agir entre alguns grupos de lideranças, como mencionamos acima.

Devido às mudanças que vêm ocorrendo em seu interior, a luta do MAB vai se expandindo para muito além das barragens, dirigindo-se, principalmente, para as periferias de áreas urbanas, envolvendo trabalhadores que não sofrem os impactos pela construção da obra, mas são afetados pelo modelo energético que busca lucros no alto preço embutido na tarifa de

³³¹ Por entender que se trata de um assunto delicado, não serão identificadas as pessoas que fizeram tal manifestação.

³³² Conforme depoimento de um integrante da direção nacional, os atingidos pela hidrelétrica de Itaparica, que estavam organizados no Polo Sindical, optaram por continuar na mesma lógica de atuação e não se transformaram em MAB, afastando-se da organização nacional (Entrevista realizada em 01/07/2007).

³³³ Não só militantes se afastaram ou foram afastados das discussões. Também intelectuais e outros assessores, que discordavam da forma com que o MAB passava a atuar.

³³⁴ Ao se referir ao grupo da direção nacional de maior peso político, uma liderança nacional fala em Comitê Central, em alusão à organização do Partido Comunista Russo.

energia, favorecendo empresas eletrointensivas, que trazem pouco retorno social ao país. As próprias propostas colocadas pelo MAB como alternativas à construção de grandes barragens perdem seu grau de importância, já que elas não questionam a estrutura da sociedade, apenas tornam-se mais uma possibilidade para os grupos econômicos acumularem mais capitais. Este direcionamento de ações está em fase inicial e ainda se mostra inconsistente, mas a expectativa é que, a longo prazo, a discussão do modelo energético, centralizado atualmente no preço da energia, tome grandes proporções e seja uma referência para o entendimento de como o capital explora o trabalhador. Espera-se que ele contribua para a organização dos trabalhadores, rurais e urbanos, para que façam frente a esta exploração e possam construir uma sociedade mais justa.

As mudanças que vêm ocorrendo com o MAB representam uma aproximação e a inclusão do mesmo nas lutas do movimento antissistêmico que vem se organizando em todos os continentes. Esta ação é marcada pela formação de uma unicidade no interior do MAB e, ao mesmo tempo, por uma aproximação com outros movimentos e organizações sociais, formando uma rede de movimentos sociais. Esta nova posição do Movimento envolve conciliar duas dimensões de compreensão nas suas ações - a necessidade de destacar o “ser eu” (MAB), e, ao mesmo tempo, “ser nós” (Via Campesina, Consulta Popular etc.). A fronteira entre o “ser eu” e o “ser nós” é marcada, principalmente, pelo discurso mais específico de cada movimento e pelo território/palco que está em disputa, pois as ações públicas dos movimentos se dão, cada vez mais, por meio da colaboração entre militantes, com o objetivo de agir em conjunto para fazer frente ao capital, nas diferentes formas em que o mesmo se expressa. Como evidência desta colaboração entre militantes estão as ações promovidas pelo MAB: a ocupação de barragens, que conta com o apoio de militantes do MST, MPA etc.; ações de ocupação de terra, organizadas pelo MST, que contam com o apoio do MAB e MPA; os protestos por crédito agrícola, organizados pelo MPA, contando com apoio do MST e do MAB. Outras inúmeras situações de colaboração de militantes ocorrem envolvendo os mesmos e/ou outros movimentos, como apresentamos aqui, em relação à campanha do preço de energia, organizada pelo MAB, em Brasília e em Porto Alegre.

Fortificar a relação entre movimentos e organizações sociais por intermédio da Via Campesina, da Consulta Popular e de outras, menos expressivas e com funções mais específicas, como o Grito dos Excluídos³³⁵, a Central de Movimentos Sociais³³⁶ e a

³³⁵ O Grito dos Excluídos é a união de vários setores sociais, de diferentes países, com ações voltadas para a eliminação da exclusão social e da miséria a que está submetida boa parte da população mundial, propondo alternativas a partir da prática e da democracia radical e inclusiva. Nos dias 07 de setembro (no Brasil) e 12

Assembleia Popular³³⁷, passou a ser uma das prioridades do MAB, com atenção especial para que esta aproximação seja reproduzida nas regiões de atuação do Movimento.

Além da colaboração de militantes, outra característica que tem marcado os movimentos sociais na atualidade é a formação de um discurso com ideias em comum. O discurso específico de cada movimento se baseia em suprir uma carência ou evitar perdas por parte das pessoas que o compõem, envolvendo uma escala local. O discurso mais abrangente, que envolve vários movimentos sociais, está ligado à necessidade de construção de uma nova sociedade, da superação do modelo capitalista de sociedade, que é marcado pela diferenciação e pela exclusão social, substituída por um modelo socialista, caracterizado pela equidade social. É nesta abordagem que a escala local perde importância em relação às escalas nacional e internacional, como aponta Vainer (2001), destacando que:

a estrutura social, econômica e política que opera na interação entre as escalas nacional e internacional, é o principal determinante das condições de vida das classes subalternas em nossa sociedade, e somente mudanças estruturais profundas serão capazes de abrir possibilidades para uma reversão do quadro de desigualdades e de miséria social” (VAINER, 2001 p.147).

A luta do MAB segue com ações na escala local, buscando garantir os direitos dos atingidos pelos impactos da construção das barragens; porém, suas ações se fortificam nas escalas nacional e internacional por acreditar que são nelas que se desenvolvem ações políticas capazes de mudar a atual estrutura da sociedade.

de outubro (em todo o continente americano) ocorrem grandes manifestações populares em defesa do Trabalho, da Justiça e da Vida.

³³⁶ A Central de Movimentos Sociais articula diferentes movimentos sociais que têm por objetivo construir um projeto político democrático e popular para a transformação da sociedade, fazendo frente à expansão do neoliberalismo (SOUZA JUNIOR, 2008). A proximidade do MAB com esta instituição, em décadas anteriores, parece ser um interessante ponto a ser pesquisado.

³³⁷ A Assembleia Popular é a organização do povo que integra diferentes forças sociais com perspectivas, estratégias e lutas específicas, e que buscam implementar uma democracia participativa. Aproximadamente 40 entidades nacionais configuram a articulação nacional da Assembleia Popular (Disponível no site <http://www.assembleiapopular.com.br/materiais/documento%20processo%20AP%20Miolo.pdf>. Acessado em 12/04/2009).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de reestruturação produtiva, que vem ocorrendo em escala mundial, representa uma nova onda de expansão do capital, que se amplia destruindo, como afirma Thomaz Junior (2009, p.235):

... o capital ou o capitalismo cresce destruindo, ou seja, destrói o ambiente, destrói a natureza (os solos, os mananciais, as florestas nativas, os biomas), destrói a força humana que trabalha (elimina postos de trabalho, profissões, comunidades tribais, destrói culturas nativas etc.), destrói por meio de guerras, em fim, o sistema precisa destruir para produzir.

Esta destruição é histórica, mas nas últimas décadas, com o neoliberalismo, acelerou-se. Por esta nova fase de dominação do capital ocorre a integração simultânea das mercadorias, do capital e da tecnologia, porém, o mesmo não ocorre com o trabalho, permitindo que

... as companhias explorem a seu bel-prazer as diferenças de remuneração do trabalho, entre diversas regiões (depois de mandar pelos ares a legislação trabalhista e as convenções salariais nacionais), entre diferentes países (como no seio da CEE), entre continentes (CHESNAIS, 1996 p. 40).

No que se refere aos trabalhadores do campo, o que se percebe é uma ampliação de sua expropriação, seja para produzir *commodities*, agrícolas e minerais, seja na construção de infraestruturas pensadas para beneficiar o grande capital, como rodovias, ferrovias, hidrelétricas e hidrovias.

O que tem de novo neste momento é a diminuição do poder de intervenção direta do Estado na economia, porém, mantendo-se ativo na garantia da expansão do capital. Essa mudança levou a uma corrida do capital em busca do controle sobre a natureza, seja de florestas, de fontes de energia e matérias-primas relacionadas diretamente com o meio natural, seja de terras agrícolas, públicas ou particulares.

O resultado desta investida do capital se traduz em maior destruição da natureza, ou do meio natural e um enfrentamento direto do mesmo com os grupos sociais impactados por esse processo. Os interesses do capital em ampliar os horizontes produtivos, tanto na extração de matérias-primas para abastecer os mercados consumidores interno e externo, quanto para o processamento de manufaturas e produtos industrializados têm repercutido na reestruturação em curso no setor elétrico. Esta, por sua vez, se dá tanto pela via da aquisição das unidades de geração já em operação, via privatização, ou mesmo pela construção de novas unidades (UHE ou PCH), e é marcada pelo afastamento do controle do Estado sobre o mesmo, e, também se constituindo num dos domínios de investimentos do capital em consórcio de empresas que

contemplam diversos setores, tais como: bancário/financeiro, construção civil, petroquímica, eletro-intensivo/processamento de minério, minero-metalúrgico, agronegócio etc.

Essa investida do capital (considerando diversas combinações e associações) que faz rebater ações sobre a água, seja para a produção de energia elétrica seja para outras formas de uso produtivo (agrícola e não agrícola) e comercialização, está redefinindo os vínculos em torno da água e da terra, o que tem sido denominado por agrohídronegócio³³⁸.

O projeto inicial de reestruturação visava passar o controle total do setor elétrico ao capital privado, por meio da privatização das estruturas existentes e dos leilões para implantação de novos empreendimentos, com participação exclusiva da iniciativa privada. Por essa via caberia ao Estado apenas ações indicativas e o papel de fiscalizador. A partir do governo Lula (2003), tem-se uma pequena alteração no projeto inicial de reestruturação, momento em que são paralisadas as privatizações, e o Estado é inserido novamente no processo, através de estudos de novos empreendimentos e na participação em consórcios de geração de energia.

As mudanças implantadas pelo governo Lula não representaram uma alteração qualitativa nas políticas do setor elétrico, como esperava o MAB, o que fez com que o Movimento perdesse as últimas esperanças em uma mudança a partir do poder instituído. Esse governo continuou a desenvolver o projeto neoliberal no setor elétrico. Dessa forma desfaz-se o dilema existente entre muitas lideranças, que era de perceber o domínio que o capital vinha tendo sobre o setor elétrico e, ao mesmo tempo, acreditar na possibilidade de uma mudança radical no setor a partir do governo Lula.

Ficou evidente, para o Movimento, que somente por intermédio da organização e pressão dos atingidos por barragens e de outros grupos sociais envolvidos na questão (atingidos pelo preço da energia) poderiam vir a influenciar, de forma mais incisiva, nas políticas para o setor elétrico. Nada mudava ao que se vivenciou até o momento. A construção de grandes barragens continuaria sendo a forma principal de geração de energia e, para garantir o direito de uma indenização justa, deveriam continuar ocorrendo ocupações e enfrentamentos dos atingidos contra os responsáveis pelos empreendimentos hidrelétricos em construção e, posteriormente, para garantir que ocorresse esta indenização, estes acontecimentos deveriam se repetir novamente. O agravante à situação vivida até o momento era que a energia oriunda das grandes barragens passou a ser qualificada como energia limpa e os lucros advindos do setor, parte devido à elevação da tarifa de energia, passou a ser

³³⁸ Cf. THOMAZ JUNIOR, 2009.

controlado pelo capital privado, principalmente por investidores estrangeiros.

Esta posição do novo governo, de manter as políticas neoliberais, mostrou que o projeto popular para o Brasil, construído com a participação dos movimentos sociais, entre eles o MAB, tendo como propósito fazer transformações sociais no país a partir da tomada de poder do Estado, pela via eleitoral, tornou-se inviável. Os acordos que o PT realizou, para garantir a eleição do Presidente Lula, já tinham este indicativo e bastou um ano de governo para serem confirmadas as previsões. Esse governo tem um discurso de garantia dos direitos dos atingidos e de preservação ambiental, que na prática é pouco executado; por outro lado, tem ações que intensificam e aceleram a construção de grandes barragens, principalmente por meio de incentivos financeiros (PAC) e intervenções que buscam ultrapassar impedimentos legais, ligados à questão ambiental. Desta forma, fica evidenciado o poder de articulação e de pressão dos grupos econômicos, que formam o setor elétrico, sobre o atual governo, evidenciando, novamente, como destaca Peet (2007), a teoria da dependência estrutural.

Chegou ao fim mais um “Ciclo de Esquerda”, como destaca Gebrim (2005a), e a necessidade de se construir um novo projeto popular para o Brasil faz-se presente novamente. A via eleitoral, pelo menos em curto prazo, não é mais identificada como a maneira de se avançar na direção da transformação social, tanto que, por decisão da coordenação nacional do MAB, as lideranças que quisessem concorrer a algum cargo eletivo, terão que se afastar do Movimento. A negação deste modelo de obtenção de cargos políticos ocorre no interior do próprio Movimento, que passa a escolher seus dirigentes, não mais pela via eleitoral ampla, de consulta às bases, mas sim, pela indicação feita por integrantes das direções, nas suas diferentes escalas de atuação.

A reestruturação do setor elétrico, somada aos rumos tomados pelo governo Lula frente ao setor, fez com que o MAB se reestruturasse, tanto internamente como externamente. Internamente, o Movimento absorveu novos referenciais teóricos e políticas, voltados ao debate sobre o preço da energia, o imperialismo, poder etc. Entendeu-se que a crise existente, e que servia de justificativa para implantação das políticas neoliberais, que motivaram as privatizações no setor elétrico, nada tinha a ver com a oferta de energia. Quem estava em crise era o próprio capital, que, para superá-la, passou a mobilizar-se espacialmente. Esta mobilidade do capital ocorre tendo como um de seus vieses a apropriação de empresas e serviços que estavam sobre o controle do Estado e eram entendidas como essenciais à sociedade e garantidores da soberania nacional. As privatizações no setor energético não buscavam superar a falta de energia e, sim, contribuir para superar a crise do capital, à custa do povo brasileiro. O centro do conflito entre capital e movimentos sociais deixava de ser

pelo domínio do Estado e passava a ser por fragmentos do espaço brasileiro.

Estas novas referências levaram a uma redefinição no projeto de ação do MAB, redefinindo seu discurso e suas estratégias e táticas. A partir disso, o Movimento passa a se conectar com novos interlocutores e se aproximar mais de parceiros de longa data, principalmente por intermédio da Via Campesina e Consulta Popular, bem como passa a fazer enfrentamentos coletivos ao capital em conjunto com esses interlocutores.

O novo projeto de ação do MAB destaca a necessidade de atuar para além das barragens, junto aos trabalhadores urbanos, sustentados pela idéia de que os consumidores, agora enquadrados como Consumidores Cativos, que tiveram elevação de preços em suas tarifas de energia, são atingidos pela reestruturação do setor elétrico, ou como destacamos em nosso texto, são atingidos pelo preço da energia. O impacto ultrapassa os limites da construção da obra física e atinge a sociedade como um todo. Inserir os trabalhadores atingidos pelo preço da energia no debate sobre a questão elétrica passa a ser uma das táticas do MAB.

A execução desta tarefa, que está em processo inicial, com ações pontuais em diversos centros urbanos, tem um longo caminho a percorrer e muitas experiências a fazer até alcançar seus objetivos. Porém, corre o risco de não conseguir galgar muitos degraus, se sua ação ficar centrada apenas em exigir a aplicação da Tarifa Social de energia às famílias que nela se encaixam, pois, estas, ao obterem este direito, podem não se manterem organizadas. Por isso, inserir o debate do preço da energia no interior das organizações já estabelecidas parece ser o mais viável na atualidade, servindo como porta de entrada para o debate sobre a questão energética. Desta forma reduzem-se os gastos com recursos humanos e financeiros, bem como não se cria mais uma organização isolada na área urbana e, sim, pode contribuir para a aproximação de diferentes organizações sociais localizadas na área urbana. Porém, se faz necessário inserir, constantemente, novas temáticas para debates com os interlocutores urbanos para que a relação com os mesmos seja duradoura.

O MAB, ao planejar ações junto aos trabalhadores urbanos, necessita levar em conta as consequências do neoliberalismo sobre os mesmos (desemprego acentuado, precarização do trabalho, informalidade, terceirização, desregulação etc.), evitando ficar refém de conceitos *apriorísticos* que não percebem esta nova realidade vivida, para evitar que se gerem preconceitos e dificuldades de interlocução com esses trabalhadores. Entender a (des)organização destes trabalhadores e reconhecê-las como legítimas, apesar de possíveis fragilidades, garante uma aproximação mais rápida e, possivelmente, um maior espaço para o Movimento inserir seu debate e, até, sua metodologia de ação junto às mesmas, se esta se

mostrar viável.

A idéia de atuar em centros urbanos não é unânime no interior do MAB, bem como, entre os que acham isso importante, existindo uma divergência no grau e intensidade do foco a ser dado à questão, pois esta atitude representa deslocar capital e recursos humanos dos locais onde são construídas as barragens. Esta questão é motivo de divergências, envolvendo, principalmente, a direção nacional e lideranças de locais nos quais as discussões sobre direitos dos atingidos estão acirradas. A direção nacional é motivada pela ideia de que a luta específica na barragem não surte efeito para uma mudança maior do setor elétrico e na sociedade como um todo, fazendo-se necessário um enfrentamento amplo com o capital, com o intuito de promover mudanças macroestruturais, subsidiadas pelo conceito de atingido pelo preço da energia. Para as lideranças locais, envolvidas na luta por direitos, o mais importante é investir, ao máximo, no processo que busca evitar a construção do empreendimento ou garantir os direitos dos atingidos, tendo como referência a obra que os envolve. A divergência se faz presente na escala principal de enfrentamento, que para a direção nacional deve ser nacional/internacional, enquanto que para as lideranças locais o foco de atuação deve se dar na escala local.

Enquanto discurso, já se percebe o debate sobre o preço da energia no seio de organizações locais do MAB onde estão sendo construídas hidrelétricas. Em nossa análise pudemos perceber que, para as comunidades que se localizam na área impactada pelo empreendimento, que estão envolvidas no processo de expropriação, seja qual for o discurso utilizado, as ações se voltam para tentar evitar a construção dos empreendimentos ou para a garantia de direitos; ou seja, a ação vivenciada se coloca a frente do discurso.

A reestruturação do MAB fez com que lideranças históricas perdessem espaço no interior do Movimento e que, cada vez mais, surjam novas lideranças, principalmente formadas em cursos técnicos ou de nível superior, seja por convênios com instituições públicas ou privadas de ensino, seja pelas instituições coordenadas por movimentos sociais. A formação de novos *quadros*, dentro da nova base teórica e política do MAB, é uma das prioridades do Movimento, na atualidade, pois serão estes que estenderão o novo discurso do MAB em seu interior e para novas áreas que o Movimento venha a se expandir.

Com a missão de ampliar cada vez mais a idéia de atingido pelo preço da energia e os desdobramentos daí decorrentes, ocorrem os deslocamentos de lideranças no interior do MAB. Esta ação, em alguns locais, é vista de forma positiva, pois os integrantes do Movimento que as recebe compreendem que será mais uma pessoa que chega para contribuir com seus propósitos. Em outros locais, a chegada de lideranças de fora, é entendida como

intervenção na autonomia local e isto acaba gerando divisões internas, ou mesmo, ações no sentido de evitar este deslocamento.

A reestruturação do MAB provocou, também, alterações em sua estrutura organizacional. O poder ficou mais centralizado nas instâncias superiores de comando e as ações nas diversas regiões passam a ocorrer de forma articulada. Esta nova dinâmica representa, em parte, perda de autonomia de lideranças locais e, ao mesmo tempo, pode significar um reforço para as reivindicações em alguns empreendimentos. Até que ocorra a assimilação desta nova dinâmica no interior do Movimento, lideranças, intelectuais e outros interlocutores se afastarão do MAB, enquanto outros se aproximarão.

Ligado ao debate do preço da energia está a discussão sobre a forma com que se chegou a este domínio do capital privado sobre o setor elétrico. A explicação está vinculada ao avanço do neoliberalismo, que tem como resultado a concentração e centralização do capital, refletindo em uma nova “onda imperialista” que se reflete sobre a economia, com destaque para o setor elétrico. Um pequeno número de empresas, com a finalidade de venda de energia ou de produção para o autoconsumo, consorciadas com empresas ligadas ao controle da água, bancos, empreiteiras, empresas do setor de cimento, entre outras, passa a controlar o setor elétrico em vários países, impactando as sociedades locais, o meio ambiente e ameaçando a soberania nacional.

A nova onda imperialista não se abateu apenas no setor energético, mas na economia como um todo, por isto, para fazer o enfrentamento da mesma, se faz necessário que os movimentos sociais atuem para além de suas especificidades e passem a ter uma ação conjunta. A ideia é que, se a ação do capital é global, a reação também o deve ser. Essa reação tem como objetivo enfrentar o sistema dominante e conduzir a sociedade para um novo sistema, denominado, no interior do Movimento, de socialista, porém, sem ter uma visão clara de como seria sua estruturação. Devido a isso é que se diz que a luta passa a ser antissistêmica.

No enfrentamento ao capital e às suas ações vai ocorrer a aproximação de diferentes organizações sociais, organizadas em redes, sendo que no Brasil vão se destacar a Via Campesina e a Consulta Popular. A Via Campesina é uma organização de abrangência mundial e está voltada mais para debates envolvendo populações rurais, se atendo a temas como soberania alimentar, reforma agrária, educação no campo, defesa de que os recursos genéticos como patrimônio da humanidade, opondo-se ao domínio do capital sobre a agricultura. Nos últimos anos tornou-se referência mundial na luta anticapital, agregando outros setores da classe trabalhadora na luta dos camponeses e contribuindo para a

organização de trabalhadores na área urbana. A Consulta Popular tem caráter nacional e agrega trabalhadores do campo e da cidade com o propósito de organizar um novo projeto popular para o país. Ela tem passado por avanços e retrocessos, estando em momento de construção. A Via Campesina e Consulta Popular passam a cumprir o papel que já foi desempenhado pela Igreja e, posteriormente, pela CUT, de agregar uma série de movimentos sociais e outras instituições com o intuito organizar e colocar em prática um novo projeto popular para o Brasil.

Por intermédio das redes são forjadas ações conjuntas das entidades que as formam, por entenderem que estão enfrentando o mesmo inimigo, seja no campo ou na cidade, na geração de energia, na extração de minérios, no domínio da água, no controle de terras rurais ou urbanas, entre outros. Por isso encontraremos, em manifestações mais específicas de um movimento social, a participação de militantes de outros movimentos.

A judicialização dos protestos sociais e a criminalização de lideranças são formas que o capital vem utilizando na tentativa de desarticular os movimentos sociais. Busca-se responsabilizar, cível e criminalmente, algumas poucas pessoas pelos acontecimentos de manifestações coletivas, em detrimento de negociações entre as partes. Interditos proibitórios, pedidos de prisão preventivas, ações criminais por formação de quadrilhas, desobediência à lei e segurança nacional, são os principais processos que envolvem lideranças do MAB.

No transcorrer dessa pesquisa foi possível identificar, também, questões que influenciam indiretamente os debates dos atingidos, como a titulação de terras, a questão de gênero e a questão ambiental. No que se refere à titulação de terras, identificou-se, nas áreas estudadas para elaboração dos EIA/RIMA dos empreendimentos hidrelétricos, um grande número de ocupantes de terras que não possuem documentos que lhes garantem o domínio judicial sobre as mesmas, principalmente nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Já, na região Sul, devido aos projetos de colonização, que assentaram milhares de famílias de migrantes europeus e seus descendentes, a presença de famílias com documentação de terras, nessas áreas, é maior.

Há algumas décadas, na definição das indenizações, a mulher era tratada com inferioridade em relação ao homem, sendo estipulado a elas um peso menor na base de cálculos, o que motivou muitos protestos. Na atualidade, depois de muitos debates e questionamentos, salvo exceções, que são facilmente combatidas, essa diferença não se faz mais presente nas definições das indenizações.

A questão ambiental é outro tema que se faz presente no discurso do MAB, porém com

entendimento limitado, servindo muito mais como retórica do que como uma ação prática a ser executada pelos atingidos e pela sociedade como um todo. Este tema, se melhor entendido, pode favorecer o Movimento nos debates voltados para o preço da energia, para a definição das indenizações e na estruturação dos reassentamentos.

Ao finalizar esta pesquisa percebemos a discrepância entre o pré-projeto proposto, como requisito para ingresso no curso de doutorado, e o que executamos e apresentamos nesse trabalho de pesquisa. Partimos, no momento de elaboração do pré-projeto, de referenciais teóricos ligados aos Novos Movimentos Sociais e de uma referência empírica ligada a duas realidades locais do MAB, que foram: MAB/Mato Grosso e MAB/Tocantins. Essa visão inicial do Movimento, nos levou a elaborar o pré-projeto buscando entender a gênese, organização e ação do MAB/TO, que era formado por atingidos de uma usina hidrelétrica recém construída (UHE de Lajeado), uma em construção (UHE de Peixe Angical) e, também, iniciando a provocar debates em mais duas que estavam em estudo (UHE de São Salvador e UHE de Estreito).

O que propúnhamos era apresentar mais uma organização local do MAB, contribuindo para deixar evidente outra luta pontual do Movimento, entre as tantas que fomos percebendo por meio das leituras com o propósito de elaborar o pré-projeto. Na nossa concepção, o MAB seguia como uma organização em que o todo era a soma das partes.

No primeiro ano de curso, tudo, aparentemente, seguiu se encaixando à ideia inicial, ou seja, nosso pré-projeto parecia se encaixar com as leituras que fazíamos nas disciplinas; porém, algo nos instigava, pois não conseguíamos ter a dimensão clara de duas questões: a) que os movimentos sociais optaram pelo conflito contra o capital³³⁹; b) a continuidade da centralidade do trabalho na dinâmica social³⁴⁰.

O trabalho de campo abriu novas perspectivas ao tema pesquisado, o que possibilitou perceber que, o que parecia estar destoando em nossas leituras, era a porta de entrada para um novo entendimento sobre a pesquisa que se anunciava. Hoje percebemos que estas duas questões, que eram os pontos de desencaixe na época, nos possibilitaram compreender os movimentos sociais e o próprio MAB na atualidade, sendo que seu entendimento contribuiu para que esta tese se firmasse e confirmasse no desvendamento dos interesses que se colocam por trás da questão elétrica e as estratégias dos atingidos frente aos mesmos.

Neste entendimento percebemos que os movimentos sociais no Brasil, principalmente

³³⁹ Disciplina “Movimentos Socioterritoriais e Luta pela Terra”, ministrada pelo Prof. Dr. Bernardo Fernandes Mançano.

³⁴⁰ Disciplina “A Questão Cidade-Campo: Agroindústria e Movimentos Sociais”, ministrado pelo Prof. Dr. Antonio Thomaz Junior.

aqueles ligados à Via Campesina, se encontram em um momento de transição, saindo do hibridismo a que muitos estavam envoltos, marcados tanto pela orientação classista como por orientação interclasse. Na atualidade o debate de classe passa a ser preponderante e nele se agregam discussões para além da classe, como de gênero, ambiental, cultural etc. Está se fortificando um Novíssimo Movimento Social, o Movimento Antissistêmico, sob diretrizes dos Antigos Movimentos Sociais, às quais foram acrescentadas conteúdos dos Novos Movimentos Sociais.

Este Novíssimo Movimento Social, em gestação, liderado por organizações do campo, está cumprindo um papel que até a poucos anos atrás seria “imprevisível”; que são os camponeses coordenando e colaborando na organização dos trabalhadores urbanos.

A realização desta tese abre novas perspectivas de pesquisas e atividades de extensão, envolvendo o MAB, distintos movimentos sociais (rurais e urbanos), e outras instituições ligadas à resistência dos trabalhadores frente à expansão predatória do capital. Também possibilitou uma aproximação com pesquisadores de vários centros e grupos de pesquisas em diferentes universidades brasileiras, o que deverá contribuir para celebração de parcerias e trocas de experiências, garantindo a presença nas discussões em torno do tema pesquisado. Como fatos mais consistentes, na atualidade, pode-se destacar a possibilidade de contribuir na elaboração de Planos de Desenvolvimento Rural (PDR) em parceria com o MAB/TO, em reassentamentos de usinas hidrelétricas, e a possibilidade de construir uma sucursal do Centro de Estudos de Geografia do Trabalho (CEGeT) da Universidade Estadual Paulista/Campus de Presidente Prudente (FCT/UNESP), na Universidade Federal do Tocantins/Campus de Porto Nacional (UFT), instituição em que trabalho.

A região Amazônica está se colocando como área prioritária de atuação, por ser nela que a UFT está inserida, como pelos contatos realizados com pesquisadores e com a regional do MAB, bem como pelo interesse de apropriação que o capital vem tendo sobre a mesma.

No desenvolver da tese foram surgindo uma série de temas que não puderam ser aprofundados, mas que merecem uma análise mais contundente e servem como sugestão para novas pesquisas, dentre os quais podemos destacar: a questão da educação no interior do movimento; a atuação do MAB nos reassentamentos; a forma como se dão as relações de gênero no interior do Movimento e como este tema faz parte de seus debates; a contribuição da Igreja ao longo do tempo e do espaço nos diferentes locais em que o MAB está organizado; a atuação do MAB nos centros urbanos; a organização e atuação da Via Campesina e da Consulta popular; a definição dos preços de energia para os consumidores livres entre outros.

Para finalizar, gostaríamos de destacar que o MAB, muito além de organizar os atingidos frente à construção de uma barragem, serve como referencia na busca de resoluções de problemas enfrentados pelos mesmos, como na questão da educação, de financiamentos agrícolas, da falta de acesso à rede elétrica, bem como, desempenha a função de elo de ligação entre diferentes comunidades e incentiva e organiza ações político-culturais. Também, age no sentido de apresentar perspectivas de um mundo para além do consumo, que reforça a sociabilidade, a solidariedade, destacando o potencial de iniciativa das pessoas na construção de sua história. Podemos dizer que, dentro de suas potencialidades e limitações, o Movimento leva e/ou intensifica a formação escolar, política e cultural das pessoas que o compõe.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Yolanda Vieira de. **A reestruturação do setor elétrico brasileiro: questões e perspectivas**. 1999. Dissertação (Mestrado em Energia) – Instituto de Eletrotécnica e Energia, Escola Politécnica, Faculdade de Economia e Administração, Instituto de Física, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

ALMEIDA, J. **Movimentos alternativos e de contestação na agricultura: leitura do social, disputas e aspirações**. Porto Alegre, 1994 (mimeo).

ALVES, Josias Manoel. **Processo de eletrificação em Goiás e no Distrito Federal: retrospectiva e análise dos problemas políticos e sociais na era das privatizações**. 2005. Tese (Doutorado em Planejamento de Sistemas Energéticos) – Faculdade de Engenharia Mecânica, Universidade de Campinas, Campinas, 2005.

AMMANN, S.B. **Movimento popular de bairro de frente para o Estado, em busca do parlamento**. São Paulo: Cortes, 1991.

ANDERSON, Perry. Balanço do Neoliberalismo. In: SADER, Emir (org.) **Pós-Neoliberalismo: as Políticas Sociais e o Estado Democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. (9-23).

ANEEL. **Contrato de Concessão n. 128/2001- ANEEL – AHE Foz do Chapecó**. Brasília: 7 de novembro de 2001.

ANTUNES, Ricardo (org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006.

ARAÚJO, Rubens Milagre. **Uma retrospectiva à expansão do sistema elétrico na Bacia do Rio Tocantins, com estudo de caso na região de Lajeado – Palmas – Porto Nacional (TO), 1996-2003**. 2003. Dissertação (Mestrado em Planejamento de Sistema Energético) - Faculdade de Engenharia Mecânica, Universidade de Campinas, Campinas.

ARCADIS, FURNAS, ODEBRECHT. Complexo do Rio Madeira: Avaliação Ambiental Estratégica. **Relatório Final**. Maio de 2005.

BARROS, Roberto Della Santa. **Lutas sociais, neoliberalismo e limites democráticos no Brasil: gênese, desenvolvimento e perspectivas da campanha (inter)nacional contra a ALCA**. Redes de Bibliotecas Virtuales de Ciencias Sociales de America Latina y El Caribe. 2005. Disponível em: <www.clacso.org.ar/biblioteca> Acesso em: 23 jan. de 2008.

BECKER, B.K. **Amazônia**. 3ª ed., São Paulo: Ática, 1994.

BECKER, D.F. Competitividade: Um Novo Padrão de Desenvolvimento Regional. **REDES**, Santa Cruz do Sul (RS): nº 1, jul. 1996. (9-55).

BENKO, G. **Economia, espaço e globalização na aurora do século XXI**. Tradução de Antônio de Pádua Danesi. São Paulo: HUCITEC, 1996. (Geografia: Teoria e Realidade).

BERMAN, Célio. Impasses e controvérsias da eletricidade. **Estudos Avançados**. vol.21 n. 59. São Paulo: jan./abril de 2007. 139-153. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142007000100011&lng=in&nrm=iso&tlng=in> Acesso em: 18 ago. de 2007a.

BERMAN, Célio. **Indústrias eletrointensivas e autoprodução: propostas para uma política energética de resgate do interesse público**. Disponível em: <www.ilumina.org.br> Acesso em:

12 nov. de 2007b.

BERMAN, Célio. **Os limites dos aproveitamentos energéticos para fins elétricos: uma análise política da questão energética e de suas repercussões sócio-ambientais no Brasil.** 1991. Tese (Doutorado em Planejamento de Sistema Energético) Faculdade de Engenharia Mecânica, Universidade de Campinas, 1991.

BORGES, Renata Paulo. A territorialização do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) no Vale do Rio São Marcos – Sudeste Goiano. In: **I ENCONTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E BARRAGENS.** Rio de Janeiro, Junho de 2005. CD-ROM.

BRASIL. **Minuta do Termo de Referência. Elaboração do Plano Estratégico de Recursos Hídricos da Bacia dos Rios Tocantins e Araguaia.** Disponível em: <<http://www.ana.gov.br/gestaorecHidricos/PalnejHidrologico/docs/TDR-Araguaia-TocantinsRevmarco03.pdf>> Acesso em: 15 nov. 2004.

BRASIL. **Programa Nacional de Desestatização,** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/leis/L8031.htm>. Acessado em 04 de dezembro de 2007.

BRINGEL, Breno Marqués. El lugar también importa. Las diferentes relaciones entre Lula y el MST. **Revista NERA.** Ano 9, n. 9, 2006. Presidente Prudente: Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – FCT/UNESP.

CDDHSF. **Itaparica: a dor de um povo gerando energia.** Petrolândia: CDDHSF, 1992.

CERVINSKI. Gilberto Carlos. **A constituição do setor elétrico brasileiro.** 2003. Monografia (Realidade Brasileira a partir dos Grandes Pensadores) – Departamento de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2003.

CEPAMI - Centro de Estudo e Pastoral do Migrante. Publicações do **Jornal “ O Migrante”**, edições de: agosto de 1988; fevereiro de 1989, maio de 1989, agosto de 1989, fevereiro de 1991, maio de 1991, agosto de 1991 e fevereiro de 1992. Ji-Paraná.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital.** (Trad. Silvana Finzi Foá). São Paulo: Xamã, 1996.

CHESNAIS, François; SERFATI, Claude e UDRY, Charles-André. O futuro do movimento antimundialização. In: LEHER, Roberto; SETÚBAL, Mariana (org.) **Pensamento crítico e movimentos sociais.** São Paulo: Cortez, 2005. (277-292).

CONSULTA POPULAR. **Refundar a esquerda para refundar o Brasil.** Consulta Popular, 2004. Disponível na internet: <<http://www.consultapopular.org.br/documentos/refundar-a-esquerda-para-refundar-o-brasil/>> Acesso em: 17 jun. 2008.

CONSULTA POPULAR. **Cartilha Nº 20 – resoluções sobre a tática: 2ª Plenária Nacional – “Aurora Maria Nascimento Furtado”.** São Paulo: Consulta Popular, 2009.

CORAZZA, Gentil. Globalização: Realidade e Utopia. **Análise Econômica.** Porto Alegre, vol.15, n. 27, 1997. (16-27).

COSTA, Sérgio. Esfera pública, redescobrimto da sociedade civil e movimentos sociais no Brasil: uma abordagem tentativa. **Novos Estudos CEBRAP,** São Paulo, n. 38, 1994.

COSTA, Wanderlei Messias da. **O Estado e as políticas territoriais no Brasil.** São Paulo: Contexto, 1991.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci e a sociedade civil.** Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www.artnet.com.br/gramsci/arquiv93.htm>> Acesso em: 21 fev. 2006.

DECCA, Edgard de. **1930: o silêncio dos vencidos.** São Paulo: Brasiliense, 1986.

DESENVIX/ENGEVIX. UHE **Foz do Chapecó**: Relatório de Impacto Ambiental. 25 de fevereiro de 2000.

Diocese DE Ji-Paraná. **Informativo Anunciando e Defendendo**. Julho de 1989.

DIOCESE de Itapemirí. **Carta Aberta**. Conselho Diocesano de Pastoral, 2007.

DOMINGUES, Paulo Cesar Magalhães. **A interconexão elétrica dos sistemas isolados da Amazônia ao Sistema Interligado Nacional**. 2003. Dissertação (Mestrado em Engenharia da Produção). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.

DURHAN, E.R. Movimentos Sociais: A Construção da Cidadania. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, 10): 24-30, out., 1984.

ELETROBRÁS. A inserção regional de empreendimentos hidrelétricos. Relatório Final da Segunda Fase: Teste do Modelo Conceitual/Interpretativo da Questão da Inserção Regional. São Paulo, v.1, 1989.

ELETRONORTE. Relatório técnico das visitas às localidades na área de influência da UHE Samuel: pleito MAB Rondônia. Junho de 2005.

ELETRONORTE. Estudos de viabilidade da UHE de Ji-Paraná: elementos informativos. Brasília, junho de 1987.

ENERCAN. **Conselho de Negociação para Desapropriação e Reassentamento**. s/d.

Federação Única dos Petroleiros. **Maio de 1995, a maior greve dos petroleiros**. Disponível em: <http://www.fup.org.br/greve_1995.htm> Acesso em 25 jul. de 2008.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2000.

FERREIRA, Adão de Jesus. **Licenciamento ambiental da hidrelétrica de Lajeado: um estudo sob a ótica da Sociologia do Direito**. 2002. Tese (Doutorado em Extensão Rural) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2002.

FERREIRA, Luzia Amélia. **A geração de energia elétrica e os impactos socioambientais causados às populações rurais: a construção da Usina Hidrelétrica Luis Eduardo Magalhães**. 2003. Monografia (Especialização em Planejamento e Gestão Ambiental) - Fundação Universidade do Tocantins, Palmas 2003.

FERREIRA, Ana Paula de Medeiros e MENDONÇA, Marcelo Rodrigues. O trabalho como re-existência nas áreas de Cerrado: um estudo de caso no vale do Rio São Marcos – Catalão (GO). In: **ENCONTRO REGIONAL DE GEOGRAFIA – EREGEO**. Catalão, 2007. CD-ROM.

FOGAÇA, Jaime. **A desterritorialização e a reterritorialização das famílias atingidas pela implantação da Usina Hidrelétrica de Itá, Oeste de Santa Catarina**. 2004. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Faculdade de Geografia. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2004.

FOSCHIERA, A. A. **Globalização e movimentos sociais: o caso do Movimento União dos Lavradores do Vale de Guaporé – Mato Grosso**. 2000. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) - Centro de Ciências Rurais, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2000.

FUNEZ, L.M. **Educação ambiental como processo emancipatório: tensões, conflitos e ações pedagógicas no contexto dos atingidos por Barragens na Bacia Hidrográfica do Rio Uruguai**. 2002. Dissertação (Mestrado em Educação) - Convênio Universidade do Contestado

– Universidade Estadual de Campinas, Campinas 2002.

FURNAS, ODEBRECHT E LEME ENGENHARIA. Estudo de Impacto Ambiental: aproveitamentos hidrelétricos de Santo Antonio e Girau, rio Madeira-RO. TOMO B, volume 1/8, maio de 2005a.

FURNAS, ODEBRECHT E LEME ENGENHARIA. RIMA das usinas hidrelétricas de Santo Antonio e Girau. Maio de 2005b.

GARZON, Luís Fernando Novoa. O licenciamento automático dos grandes projetos de infraestrutura no Brasil: o caso das usinas do rio Madeira. In: **Revista Universidade e Sociedade.** Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior. Brasília: ano XVIII, n° 42, junho de 2008 (p. 37-57).

GEBRIM, Ricardo. **Sobre o instrumento político.** Consulta Popular, 2005a. Disponível na internet: [<http://www.consultapopular.org.br/documentos/sobre/o-instrumento/14j.pdf/>](http://www.consultapopular.org.br/documentos/sobre/o-instrumento/14j.pdf/) Acesso em: 17 jun. 2008.

GEBRIM, Ricardo. Movimento Consulta Popular. In: **SEMINÁRIO PARTIDOS DE ESQUERDA NA AMÉRICA LATINA**”. Organização Fundação Rosa Luxemburgo. 2005b. Disponível na internet: [<http://www.consultapopular.org.br/sobre/o-movimento-consulta-popular/>](http://www.consultapopular.org.br/sobre/o-movimento-consulta-popular/) Acesso em: 17 jun. 2008.

GEFAC. Informativo Ano 1, Número – Abril de 2003.

GEFAC. Informativo. Ano 1, Número 2 – Maio de 2003.

GERA - Núcleo de Estudos e Pesquisa do Pantanal, Amazônia e Cerrado. **Aproveitamento Múltiplo de Manso:** Auditoria Social. Cuiabá: 2003 (Relatório Final).

GERMANI, Guiomar Inez. **Expropriados terra e água:** o conflito de Itaipu. Salvador: EDUFBA:ULBRA, 2003.

GOHN, M. da **Teoria dos movimentos sociais:** paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Edições Loyola, 1997.

GOHN, Maria da Glória. **Teorias dos movimentos sociais:** paradigmas clássicos e contemporâneos. 2 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2000.

GONÇALVES JUNIOR, Dorival. **Reformas na indústria elétrica brasileira:** a disputa pelas “fontes” e o controle dos excedentes. 2007. Tese (Doutorado em Energia)- Instituto de Eletrotécnica e Energia, Escola Politécnica, Faculdade de Economia e Administração, Instituto de Física, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

GONÇALVES JUNIOR, Dorival. **Reestruturação do setor elétrico brasileiro:** estratégia de retomada da taxa de acumulação do capital ?. São Paulo, 2002. Dissertação (Mestrado) - Programa Interunidades de Pós-graduação em Energia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

GOSS, Karine Pereira e PRUDENCIO, Kelly. O Conceito de Movimentos Sociais Revisitado. **Revista Eletrônica Em Tese.** v. 2, n. 1 (2), janeiro-julho de 2004, p75-91. Disponível em: www.entese.ufsc.br. Acesso em 15 jun 2006.

GRZYBOWSKI, C. **Caminhos e descaminhos dos movimentos sociais no campo.** 3ª ed., Petrópolis: Vozes/FASE, 1991.

HIRSCH, J. O que é Globalização. **Realidad Económica,** Buenos Aires, 147: p. 7-17, abr./mai, 1997.

IBAMA. Termo de Acordo para o Remanejamento da População e Manutenção das Atividades Econômicas nas áreas Diretamente Atingidas pela UHE Foz do Chapecó. Junho de 2004.

JORNAL ALTO MADEIRA. Cícero cancela construção de usinas no Norte. Porto Velho: 31 de agosto de 1993.

JORNAL ALTO MADEIRA. Eletronorte anuncia suspensão das obras. Porto Velho: 14 de maio de 1985.

JORNAL BRASIL DE FATO. Assembléia Popular e Via Campesina exigem Tarifa Social em Goiás. 12 de junho de 2008. Disponível em: <http://www3.brasildefato.com.br/v01/agencia/nacional/go>. Acesso em 12 de agosto de 2008.

JORNAL DO MAB. Especial da Marcha “Águas para a Vida”. Edição Especial, julho de 2004.

JORNAL EXPRESSÃO. 1 X 0 para o MAB: Movimento impede reuniões nos municípios atingidos pela UHE de Itapiranga. Itapiranga: 23 de agosto de 2007.

JORNAL O ESTADÃO DO NORTE. A hidrelétrica pode deslocar reserva indígena de Ji-Paraná. Porto Velho: 30 de maio de 1988.

JORNAL O ESTADO DE SÃO PAULO. Lula acusa IBAMA de atrasar PAC e diz que fará cobrança dura a Marina. São Paulo: 20 de abril de 2007.

_____. Atingidos protestam contra a barragem. Porto Velho: 30 de março de 1993.

KAUTSKY, Karl. **A Questão Agrária.** São Paulo: Nova Cultura, 1996.

LEMONS, Chélen Fischer. **Audiências públicas, participação social e conflitos ambientais nos empreendimentos hidrelétricos: os casos de Tijuco Alto e Irapé.** 1999. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional)- Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1999.

LÊNIN, Vladimir Ilich. **O imperialismo, fase superior do capitalismo.** 4ª ed. – São Paulo: Global, 1987.

_____. **Que fazer:** as questões palpitantes do nosso movimento. São Paulo: Hucitec, 1979.

LESSA, Sérgio. **Trabalho e proletariado no capitalismo contemporâneo.** São Paulo: Cortez, 2007.

LUXEMBURGO, Rosa. **Reforma ou revolução.** São Paulo: Expressão Popular, 1999.

MABRO. **Relatório do Encontro Estadual de Atingidos por Barragens de Rondônia.** Ji-Paraná, 17 de abril de 1991.

MABRO. **Relatório da reunião da equipe ampliada do MABRO.** Ji-Paraná, 07 e 08 de julho de 1993.

MAB FOZ DO CHAPECÓ. **Dossiê UHE Foz do Chapecó.** 01 de fevereiro de 2007.

MAB/FASE. **Violência contra os atingidos por barragens: Hidrelétrica de Campos Novos.** Dezembro de 2005.

MAB/MANSO. **Informativo do Movimento dos Atingidos Pela Barragem de Manso.** Chapada dos Guimarães (INFORMAB-Chapada), s/d.

MAB NACIONAL. **Relatório do Projeto dos Encontros Regionais dos Atingidos por Barragens**. Prestação de contas à CESE. Período de realização dos encontros: novembro e dezembro de 1996.

_____. **Plano de Construção Nacional** (documento para debate). São Paulo: dezembro de 2006.

MAB/SERRA DO FACÃO. **Boletim Informativo**. Ano 1, n 1, de Fevereiro de 2003

MAB/SERRA DO FACÃO. **Boletim Informativo**. Ano 1, n 2, de Junho de 2003

MAB/SERRA DO FACÃO. **Memorial do Curso de Formação de Lideranças**. Catalão, 09 e 10 de novembro de 2002.

MAB/SERRA DO FACÃO. **Pedido de suspensão do licenciamento de instalação do empreendimento AHE Serra do Facão**. Catalão, maio de 2005.

MAB/SERRA DO FACÃO. **Relatório do I Encontro Regional dos Atingidos por Barragens do Estado de Goiás e Distrito Federal**. Catalão, dezembro de 2002.

MAB/SERRA DO FACÃO. **Relatório do II Encontro de Formação dos Atingidos de Serra do Facão Comunidade Rancharia/Campo Alegre de Goiás**. Catalão, 2003.

MAB SERRA DO FACÃO. **Boletim Informativo**. Número 00, Catalão, novembro de 2002.

MAB SERRA DO FACÃO. **Ofício** de 29 de março de 2007.

MAB/TO. **Arquivos de panfletos**, levantamentos e demais dados existentes na sede do MAB/TO.

MACHADO, Jorge Alberto S. Ativismo em rede e conexões identitárias: novas perspectivas para os movimentos sociais. **Sociologias**, Porto Alegre, n. 18, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S15175222007000200012&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 21 set. 2007.

MAGALHÃES, S B. Campesinato e Hidrelétricas: Uma Visão Sobre o 1º Encontro Nacional de Trabalhadores Atingidos por Barragens. In: VIANNA, Aurélio (org.) **Hidrelétricas, ecologia e progresso: contribuições para um debate**. Rio de Janeiro: CEDI, 1990.

MAGGI, Leonardo Bauer, RAMOS, Luciana e ROSSATO, Alexania. UHE de Barra Grande: a serviço da sociedade ou da acumulação do capital? In: **II ENCONTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E BARRAGENS**. Salvador: UFBA, 2007. 1 CD-ROM.

MALDOS, Paulo. **Desenvolvimento: explorar ou emancipar**. Disponível na internet no site: <http://br.dir.groups.yahoo.com/group/AmigosdoPV/message/2467>. Acessado em 20 de novembro de 2008.

MARTINS COSTA, A L B. Barragem de Sobradinho: O Desencontro Cultural entre Camponeses e Técnicos do Estado. In: VIANNA, Aurélio (org.) **Hidrelétricas, ecologia e progresso: contribuições para um debate**. Rio de Janeiro: CEDI, 1990.

MATOS, Aureliano da Costa e VILEGAS, Jaime Marin. **Reassentamentos involuntários: a experiência do IICA em Itaparica, no Nordeste do Brasil**. Disponível em: <www.bvsde.paho.org> Acesso em 12 fev. de 2008.

MATTOS, Marcelo Badaró. Novas bases para o protagonismo sindical na América Latina: O caso brasileiro. In: LEHER, Roberto; SETÚBAL, Mariana (org.) **Pensamento crítico e movimentos sociais**. São Paulo: Cortez, 2005. (226-260).

MAUÉS, Raymundo Heraldo. Tradição e modernidades conservadoras no catolicismo: o

Apostolado da Oração e a Renovação Carismática Católica. **Sociedad Y Religión** N. 22/23, Buenos Aires: 2001(71-98). Disponível em: <http://www.ceil-piette.gov.ar/docpub/revistas/sociedadylreligion/sr22-23/sr2223maues.pdf> Acesso em: 25 maio de 2007.

MAZZAROLLO, Juvêncio. **A taipa da injustiça**: esbanjamento econômico, drama social e holocausto ecológico em Itaipu. 2ª Ed., São Paulo: Edições Loyola, 2003.

MEMÓRIA DA ELETRICIDADE. **Eletronorte – 25 anos**. Centro da Memória da eletricidade do Brasil. Coordenação Ligia Maria Martins Cabral. Rio de Janeiro: 1998.

MENDONÇA, Marcelo Rodrigues. Os novos movimentos sociais cerradeiros: a territorialização do MAB em Goiás. In: Maria Geralda de Almeida (org.) **Tantos Cerrados**: múltiplas abordagens sobre a biodiversidade e singularidade cultural. Goiânia: Ed. Vieira, 2005. (271-293).

MESQUITA, Helena Angélica de. As barragens para aproveitamento hidrelétrico (AHE): a mais recente ameaça ao Bioma Cerrado. In: **Revista da UFG: Ensino, Pesquisa, Extensão e Cultura** – Universidade Federal de Goiás. Tema Brasil Rural. Ano VII, n. 1. Goiania: UFG, junho de 2005 – semestral.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. Termo de acordo para repasse de recursos em benefícios de terceiros que entre si celebram a ENERCAN – Campos Novos Energia S.A., Ministério de Minas e Energia, Ministério Público Federal, Fundação do Meio Ambiente de Santa Catarina – FATMA e o Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB. Lages, 24 de agosto de 2006.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. Ata da reunião realizada na sede do MPF de Florianópolis. Florianópolis, 22 de dezembro de 2004.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. 4ª CCR. Informação Técnica No 185/2004. Brasília, outubro de 2004.

MONTICELI, J J. Usinas Hidrelétricas: Impactos Sociais e Ambientais e a Elaboração dos Projetos. In: VIANNA, Aurélio (org.) **Hidrelétricas, ecologia e progresso**: contribuições para um debate. Rio de Janeiro: CEDI, 1990.

MORAES, Maria Stela Marcondes. **No rastro das águas: pedagogia do Movimento dos Atingidos por Barragens da bacia do rio Uruguai (RS/SC) – 1978/1990**. 1994. Tese (Doutorado em Educação). Departamento de Educação – Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, 1994.

MORAES, Maria Stela Marcondes. No rastro das águas: organização, liderança e representatividade dos atingidos por barragens. In: NAVARRO, Zander. **Política, protesto e cidadania no campo**: as lutas sociais dos colonos e dos trabalhadores rurais no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: da Universidade/UFRGS, 1996. (137-170).

MOREIRA, Ruy. O espaço e o contra-espaço: sociedade civil e Estado, privado e público na ordem espacial burguesa. **Território territórios**. Programa de Pós-Graduação em Geografia-PPGEO-UFF/AGB – Niterói: 2002. (49-67).

MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS. Uma história de lutas, desafios e conquistas. **Caderno N° 7**. s/d.

MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS. A Crise do Modelo Energético. Construir um outro modelo é possível. **Cadernos de Formação N° 6** s/d.

MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS. A Organização do Movimento dos

Atingidos por Barragens. MAB. **Cadernos de Formação Nº. 5** s/d.

MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS. **Campanha nas capitais marca o dia internacional de luta contra as barragens.** Disponível em: http://www.mabnacional.org.br/noticias/130307_luta_contra_barrag.htm Acesso em: 11 jul. de 2007.

MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS. **Relatório de Vistoria aos Reassentamentos da Usina Hidrelétrica de Manso.** 2000.

MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS. **Cartilha da campanha o preço da luz é um roubo: a vítima é você.** Disponível em: <www.mabnacional.org.br> Acesso em 15 dez. de 2007.

Movimento dos Atingidos por Barragens. Hidrelétricas no rio Madeira: energia para quem e para quem? **Cartilha de Estudo**, agosto de 2007.

NASCIMENTO, Aline Cristina e MESQUITA, Helena Angélica. As transformações e Perspectivas do trabalho no vale do rio São Marcos (Serra do Facão) – sudeste goiano. **Relatório de pesquisa desenvolvida na Universidade Federal de Goiás, Campus de Catalão, no curso de Geografia cadastrada na PRPPG sob o número 03060000122.** Pesquisa coordenada pela Prof. Dra. Helena Angélica de Mesquita. Catalão: s/d.

NASCIMENTO, Aline Cristina, ALVES, Sandra Aparecida e MESQUITA, Helena Angélica. Do global ao local a luta se faz: a territorialização do Movimento dos Atingidos por Barragens no Vale do São Marcos. **Pegada.** FCT/UNESP. Presidente Prudente, vol. 4, n. 2, novembro de 2003. (53-67).

NAVARRO, Zander. Democracia, cidadania e representação: os movimentos sociais rurais no estado do Rio Grande do Sul, Brasil, 1978-1990. In: NAVARRO, Zander. **Política, protesto e cidadania no campo:** as lutas sociais dos colonos e dos trabalhadores rurais no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1996. (p. 62-105).

NIEMEYER, Carolina Burle de. Via Campesina: uma análise sobre sua gênese e processo de consolidação. In: **Anais do II Seminário Nacional Movimentos Sociais, Participação Democracia.** Florianópolis: 25 a 27 de abril de 2007, UFSC.

NIEMEYER, Carolina Burle de e RAMOS, Leonardo. A árdua tarefa de ser contra-hegemônico: A Via Campesina em luta contra a OMC. In. **XIII Congresso Brasileiro de Sociologia.** Recife, de 29 de maio a 01 de junho de 2007.

NOBRE, Eduardo A.C. Intervenções urbanas em Salvador: turismo e gentrificação no processo de renovação urbana no Pelourinho. In: **X Encontro Nacional da ANPUR (Anais).** Belo horizonte, 2003.

NÓBREGA, Renata da Silva. **Contra as invasões bárbaras, a humanidade. A luta dos Arara (Karo) e dos Gavião (Ikólóéhj) contra os projetos hidrelétricos do rio Machado, em Rondônia.** 2008. Dissertação (Mestrado em Sociologia), Departamento de Sociologia - IFCH – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.

NOVAES, Regina Reyes. Continuidades e rupturas no sindicalismo rural. In: Armando Boito (ed.), **O sindicalismo brasileiro nos anos oitenta.** Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1991

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **A geografia das lutas no campo.** 6ª Ed., São Paulo, Contexto, 1996. – (Coleção Repensando a Geografia).

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **A agricultura camponesa no Brasil.** São Paulo: Contexto, 1996.

OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia para uma re(li)gião**: Sudene, Nordeste, planejamento e conflito de classes. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

ORGANISTA, José Henrique Carvalho. **O debate sobre a centralidade do trabalho**. São Paulo: Expressão Popular, 2006. – (Coleção Trabalho e Emancipação).

PAIN, Elizangela Saldatelli e ORTIZ, Lúcia Schild. **Hidrelétricas na bacia do rio Uruguai**: guias para ONGs e movimentos sociais. Porto Alegre: Núcleos Amigos da Terra/Brasil, 2006.

PANDOLFI, Maria Lia Corrêa de Araújo. **Na margem da lagoa: um estudo sobre o sindicalismo rural**. Dissertação de Mestrado. PIMES/UFPE, Dissertação, 1986.

PBA do **Programa de Indenização e Remanejamento**. GEFAC/CNEC, 2002.

PEITER, Paulo César. **O desenvolvimento das redes elétricas de transmissão no Brasil**: dos sistemas locais aos sistemas integrados regionais. 2004. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1994.

PERDIGÃO, Francinete e BASSEGIO, Luiz. **Migrantes amazônicos – Rondônia**: a trajetória da ilusão. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

PODER JUDICIÁRIO, 2ª Vara – Comarca de Catalão. **Autos n. 170/2007 (200701216624) – Interdito Proibitório**.

PROCURADORIA DA REPÚBLICA DE MATO GROSSO. **Procedimento Administrativo nº PR/MT/CJ-0400/00**.

PINHEIRO, Daniele Carvalho. **Reestruturação do setor elétrico no Brasil e suas conseqüências no tratamento de questões sociais e ambientais**: O Caso da Usina Hidrelétrica de Cana Brava, GO. 2006. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2006.

QUADROS, Teresinha. A Morte do Trabalhador como Sujeito Histórico e a Construção de Novas Subjetividades. In: **Revista Pré-Textos para Discussão**, ano IV, v. 4, n. 6. Jan/jun. 1999.

REDE GTA. **Campanhas - Rede GTA**. Disponível em: <<http://www.gta.org.br/campanhas.php>> Acesso em: 11 jul. de 2007a.

REDE GTA. **Em vez de internacionalizar a Amazônia, vamos amazonizar o mundo**. Disponível em: <www.gta.org.br> Acesso em: 11 jul. de 2007b.

REDE SOCIAL DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS. **As políticas da Via Campesina**. Disponível em: <<http://www.social.org.br/cartilhas/cartilha003/cartilha012.htm>>. Acesso em: 11 jul. 2007.

REIS, M.J. O Reassentamento de pequenos produtores rurais. O tempo da Reconstrução e Recriação dos Espaços. In: VIANNA, Aurélio (org.) **Hidrelétricas e populações locais**. Florianópolis: Ed. UFSC, 2001 (119-166).

RELATÓRIO PALLOS CONSULTORIA S/C Ltda. **Aproveitamento Múltiplo de Manso**: Auditoria Social. Rio de Janeiro, 2006 (Relatório Consolidado).

RIBEIRO, Claudirene A. **Ambiente de trabalho e educação no canteiro de obras da Usina Hidrelétrica de Manso, Chapada dos Guimarães – Mato Grosso**. 2000. Dissertação (Mestrado em Educação e Meio Ambiente) – Instituto de Educação, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2000.

RICCI, Rudá. Terra de ninguém: o sistema confederativo rural em crise. In: Cadernos de Ciências Sociais. Belo Horizonte: v.4, n.5, p.7-23, dezembro de 1994.

RICCI, Rudá. **Movimentos sociais rurais nos anos 90**. Disponível em: <<http://gipaf.cnptia.embrapa.br/publicacoes/artigos-e-trabalhos/ricci.pdf>> Acesso em: 20 jul. 2006.

RICCI, Rudá. A trajetória dos movimentos sociais no campo: história, teoria social e práticas de governos. **Espaço Acadêmico** – n. 54 – novembro de 2005 – ano V. Disponível em: <http://www.espacoacademico.com.br/054/54ricci.htm#_ftnref6> Acesso em: 15 abril 2008.

ROHTMAN, Franklin Danie. A emergência do movimento dos atingidos pelas barragens da bacia do rio Uruguai, 1979-1983. In: NAVARRO, Zander. **Política, protesto e cidadania no campo**: as lutas sociais dos colonos e dos trabalhadores rurais no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1996 (106-136).

ROSENTHAL, Gert. El regionalismo abierto de La CEPAL. In: **Revista de Economía Política -Pensamiento Iberoamericano**. Madri: AECI/CEPAL, n. 26 Julio-Diciembre 1994 (p. 47-66).

RUSZCZYK, João Carlos. **Espaço da água, espaço da terra no Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB/CRAB – 1979-1992**. 1997. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1997.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entram em cena**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social**. Trad. Mouzar Benedito – São Paulo: Boitempo, 2007.

_____. Os novos movimentos sociais. In: LEHER Roberto; SETÚBAL, Mariana (org.) **Pensamento crítico e movimentos sociais**. São Paulo: Cortez, 2005 (174-189).

SANTOS, A. S. L. et al. População atingida por Barragens e políticas públicas: o caso do assentamento Mamede Roder – Chapada dos Guimarães; MT – Brasil. In: **Simpósio Brasileiro de Geografia Agrária, 3º Simpósio Internacional de Geografia Agrária, 2**. 2005. Presidente Prudente. Presidente Prudente: FCT/UNESP, 2005. 1 CD-ROM

SANTOS, Milton e SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SANTOS, Milton. A Aceleração Contemporânea: Tempo Mundo e Tempo Espaço. In: **O novo mapa do mundo**: fim de século e globalização (org. SANTOS et al), São Paulo, HUCITEC, 1993. (15-22).

SCHERER-WARREN, Ilse. **Redes de movimentos sociais**. São Paulo: Edições Loyola, 1993.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Redes de movimentos sociais**. São Paulo: 2ª ed., Edições Loyola, 1996.

SCHERER-WARREN, Ilse e REIS, Maria José. Do local ao global: a trajetória do Movimento dos Atingidos por Barragem (MAB) e sua articulação em redes. In: **II ENCONTRO NACIONAL DE CIÊNCIAS SOCIAIS E BARRAGENS E I ENCUENTRO LATINOAMERICANO CIÊNCIAS SOCIALES Y REPRESAS**. Salvador: 2007. CD-ROM.

SEFAC, **Informativo**, Ano 1, Número 1, Julho de 2007.

SEFAC. **Programa de indenização e remanejamento da população:** caderno de valores para a produção vegetal. Serra do Facão Energia S.A., 2007.

SEMERARO, Giovanni. Da sociedade de massa à sociedade civil: a concepção da subjetividade em Gramsci. **Educação e Sociedade**, Campinas: ano XX, n. 66, abril de 1999:65-83. Disponível em: <bibvirt.futuro.usp/textos/hemeroteca/eds/vol20n66/eds_artigo20n66_3.pdf>. Acesso em: 21 fev. 2006.

SEOANE, José. Rebelião, dignidade, autonomia e democracia: do Sul vêm as vozes que compartilhamos. In: LEHER Roberto; SETÚBAL, Mariana (org.) **Pensamento crítico e movimentos sociais**. São Paulo: Cortez, 2005 (305- 317).

SEVÁ, A. Oswaldo (org.). **Tenotã-Mô:** alertas sobre as conseqüências dos projetos hidrelétricos no rio Xingu. São Paulo: International Rivers Network, 2005.

SIGAUD, Lígia. Efeitos sociais de grandes projetos hidrelétricos: as barragens de Sobradinho e Machadinho. **Comunicação n. 9**. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Museu Nacional-UFRJ, 1986.

SILVA, Luiz Antonio Medeiros da. **Reestruturação do setor elétrico:** conflito e negociação na bacia do rio Uruguai. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2001.

SILVA, Daniel. **Adeus barrageiros:** a transição de paradigmas na construção de barragens no rio Uruguai. 1991. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) – Centro de Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1991.

SIMONIAN, Lígia T.L. Hidrelétrica de Samuel (RO) e populações tradicionais: deslocamento compulsório e outras questões. In: MAGALHÃES, Sônia Barbosa; BRITTO, Rosyan Caldas e CASTRO, Edna Ramos de (org) **Energia na Amazônia** (vol II). Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi/Universidade Federal do Pará/ Associação de Universidades Amazônicas, 1996.

SIQUEIRA, Sandra Maria Marinho. O papel dos movimentos sociais na construção de outra sociabilidade. In: **ANPEG**, 2007.

SOUZA JUNIOR, Xisto Serafim de Santana de. **A participação dos Movimentos Urbanos na produção do espaço de João Pessoa-PB**. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia/Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2008.

STEDILE, João Pedro. Conjuntura internacional da agricultura. In: **IV Conferência Internacional da Via Campesina:** documentos preparatórios. Via Campesina, 2004 (8-16).

SWITZKES, Glenn. **Águas turvas: alertas sobre as conseqüências de barrar o maior afluente do Amazonas**. São Paulo: International Rivers, 2008.

TAFAKGI, Maria Cristina. **Grandes projetos hidrelétricos e território:** um estudo comparativo de Paulo Afonso e Sobradinho. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) - Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1994.

THOMAZ JUNIOR, Antonio. Reestruturação produtiva do capital no campo no século XXI e os desafios para o trabalho. Presidente Prudente, 2004. Presidente Prudente, **Pegada**, V.5, N.1 e 2, 2004.

THOMAZ JUNIOR, Antonio. Sê camponês, sê Operário! Limite e Perspectivas para a

Compreensão da Classe Trabalhadora no Brasil. In: THOMAZ JR., Antonio.; CARVALHAL, Marcelo Dorneles, **Geografia e Trabalho no Século XXI**. Vol. II. Presidente Prudente: Editorial Centelha, 2006a.

THOMAZ JUNIOR, Antonio. Os limites da teoria e a plasticidade do trabalho (repensar auto-crítico sobre a classe trabalhadora no Brasil). **Pegada**, V.7, N.1, junho de 2006b. Presidente Prudente.

THOMAZ JUNIOR, Antonio. Trabalho Mutante, Territórios em Disputa e Emancipação de Classe! **Pegada**, V.8, N.1, 2007a Presidente Prudente

THOMAZ JUNIOR, Antonio. Trabalho, Reforma Agrária e Soberania Alimentar: Elementos para Recolocar o Debate da Luta de Classes no Brasil. In: IX COLÓQUIO DE GEOCRÍTICA. Porto Alegre, 2007b. Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/9porto/thomaz.htm>> Acesso em 15 jan. de 2008.

THOMAZ JUNIOR, Antonio. **Dinâmica geográfica do trabalho no século XXI** (limites explicativos, autocríticas e desafios teóricos). Livre- docência (Livre-docência em Geografia do Trabalho). Departamento de Geografia, Faculdade de Ciências e Tecnologia/Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2009.

THOMPSON, Edward P. Algumas observações sobre classe e “falsa consciência. In: SILVA, Sérgio e NEGRO, Antonio Luigi. **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Campinas: Unicamp, 2001. (269-281).

TOLEDO, Nelita Ramos. **Atingidos pela Barragem de Manso, MT**. 2003. Dissertação (Mestrado em Educação e Meio Ambiente - Mestrado) – Instituto de Educação, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2003.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

Universidade Católica de Goiânia – UCG. **Projeto de Levantamento e Resgate do Patrimônio Histórico e Cultural da UHE de Manso/MT**. Vol. 1. UCG/IGPA. Agosto/2001.

VAINER, Carlos Bernardo. **O conceito de Atingido**: uma revisão do debate e diretrizes. IPPUR/ UFRJ.P. 01-23. Julho de 2005.

VAINER, Carlos Bernardo. As escalas do poder e o poder das escalas: o que pode o poder local? IN: **IX Encontro Nacional da ANPUR**, Rio de Janeiro, 28 de maio a 01 de junho de 2001. (Ética, Planejamento e Construção Democrática do Espaço). Anais. Volume 1, pg. 140 – 151.

VAINER, Carlos Bernardo e NUTI, Mírian. **A integração energética sul-americana**: subsídios para uma agenda socioambiental. Brasília: INESC, 2008.

VAINER, Carlos B. e ARAÚJO, Frederico Guilherme B de. **Grandes projetos hidrelétricos e desenvolvimento regional**. Rio de Janeiro: CEDI, 1992.

VAKALOULIS, Michel. Antagonismo social e ação coletiva. In: LEHER Roberto; SETÚBAL, Mariana (org.) **Pensamento crítico e movimentos sociais**. São Paulo: Cortez, 2005, (126-140).

VIA CAMPESINA BRASIL. **Soberania alimentar, os agrocombustíveis e a soberania energética**. Brasília: Via Campesina, 2007.

VIA CAMPESINA BRASIL. **IV Conferência Internacional da Via Campesina**: documentos preparatórios. São Paulo: Via Campesina, 2004.

VIA CAMPESINA BRASIL. **Via Campesina: histórico, natureza, linhas políticas**

internacionais, projeto popular para a agricultura brasileira. São Paulo: Via Campesina, 2002.

VIANA, Raquel de Matos. **Grandes barragens, impactos e reparações:** um estudo de caso da barragem de Itá. 2003. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.

VIANNA, Aurélio e MENEZES, Lais. **Políticas de desenvolvimento no vale do São Francisco:** o pólo sindical e a luta dos atingidos pela barragem de Itaparica. Rio de Janeiro: CEDI/KOINONIA, 1994.

VIANNA, Aurélio. **Etnia e território: os poloneses de Carlos Gomes e a luta contra as barragens.** Rio de Janeiro: CEDI, 1992.

VIEIRA, Flávia Braga. **Do confronto dos vales aos fóruns globais:** um estudo de caso sobre a participação do Movimento dos Atingidos por Barragens na Comissão Mundial de Barragens. 2001. Dissertação (Mestrado em Sociologia e Antropologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2001.

WALLERSTEIN, Immanuel. O que significa hoje ser um movimento anti-sistêmico? In: LEHER Roberto; SETÚBAL, Mariana (org.) **Pensamento crítico e movimentos sociais.** São Paulo: Cortez, 2005 (263- 276).

XAVIER SOBRINHO, G. **Força de trabalho e capacitação tecnológica em um segmento recente da indústria:** as empresas de automação industrial no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: CNI/SESI, 1995.

ZIBECHI, Raúl. Os movimentos sociais latino-americanos: tendências e desafios. In: LEHER Roberto; SETÚBAL, Mariana (org.) **Pensamento crítico e movimentos sociais.** São Paulo: Cortez, 2005 (198-207).